

Affonso Duarte Ribeiro

ESCRITURARIO DO THESOURO NACIONAL

Servado

INDICE GERAL

DA

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Comprehendendo completos indices alphabeticos
e remissivos dos actos dos poderes Legislativo e Executivo,
seguidos das ementas dos mesmos actos

2º VOLUME

1901 A 1910



RIO DE JANEIRO

IMPRESSA NACIONAL

1924

A 340 09
Q 8

RESERVADOS OS DIREITOS AUTORAES

DO MESMO AUTOR

ANNUARIO DE LEGISLAÇÃO DE FAZENDA — Collecção de leis, avisos, decretos, circulares, decisões, ordens, instrucções, portarias, etc., expedidos pelo Ministerio da Fazenda, com indices alphabeticos e remissivos. Estão publicados os seguintes volumes:

1º anno (1916), com 360 paginas, brochado . .	6\$000
2º anno (1917), com 676 paginas, brochado . .	10\$000
3º anno (1918), com 659 paginas, brochado . .	8\$000
4º anno (1919), com 672 paginas, brochado . .	8\$000
5º anno (1920), com 753 paginas brochado . .	8\$000
6º anno (1921), com 911 paginas, brochado . .	10\$000

INDICE GERAL DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA — Comprehendendo a ementa dos actos dos poderes Legislativo e Executivo, precedida de completos indices alphabeticos e remissivos, no periodo republicano:

1º volume, com 846 paginas, brochado	15\$000
--	---------

PROMPTUARIO DO IMPOSTO DE CONSUMO — Um volume de 359 paginas. publicado em 1917 (esgotado).

ABECEDARIO DO IMPOSTO DO SELLO — Um volume de 210 paginas, publicado em 1918 (esgotado).

A NOVA LEI DO SELLO — Um folheto com 51 paginas, publicado em 1920 (esgotado).

O IMPOSTO SOBRE A RENDA AO ALCANCE DE TODOS — Decreto n. 15.589, de 29 de julho de 1922, anotado e commentado, seguido das decisões mais importantes — Um volume com 88 paginas, publicado em 1922 (esgotado).

Nas principaes livrarias do Rio de Janeiro e dos Estados

Telephone, Sul 1503 — Caixa Postal 1807 — Endereço Telegraphico AFFONARIO

RIO DE JANEIRO

Ao prezado amigo

Dr. José Eusebio de Carvalho Oliveira

em testemunho de reconhecimento

O

AUTOR.

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

Este volume agha-se registrado
sob número 594
do ano de 1946



Sabem-n'ò quantos lidem com a legislação patria o labor a que nos obriga a quantidade esparsa de leis e decretos, para ter-se um conhecimento satisfatorio nesse terreno.

A começar pela lei orçamentaria, accumulam-se annualmente novas disposições, accrescendo o já avultado acervo que possuímos em tal sentido, ampliando a vida juridica e administrativa do paiz.

São incançaveis o legislador e os administradores, num movimento paralelo ao progredir do Brasil, acompanhando o desenvolvimento da vida nacional nas suas diversas modalidades.

Nesse afan, é sempre de louvar-se a dedicação dos estudiosos da nossa legislação, pelo inestimavel serviço prestado a todos os que têm de labutar com o repertorio das nossas leis, organizando tratados, collectaneas e outros trabalhos, para maior facilidade no manuseio e estudo do que haja a esse respeito.

Está nesse caso o distincto e esforçado funcionario do Thesouro Nacional, Affonso Duarte Ribeiro, com o *Indice Geral da Legislação Brasileira*, de sua autoria, e de que este livro é já o segundo volume.

Autor de outros trabalhos de valor indiscutivel, ha muito vem elle enriquecendo a nossa bibliotheca juridico-administrativa com produções dessa ordem, em que se alliam a aptidão e o criterio ao cabedal de estudos e conhecimentos praticos do operoso funcionario, para dar-nos trabalhos de real efficiencia como este.

Abrangendo a legislação brasileira de 1901 a 1910, é este livro um guia copioso e seguro do que se ha feito nesse periodo em materia de leis, e recommendavel ainda pelo methodo de sua organização.

O seu illustre autor deve ter no resultado obtido com o seu paciente esforço o melhor estímulo para continuar na proveitosa tarefa que se impoz.

Rio, VI-1923.

M. A. da Silveira Netto



PRIMEIRA PARTE

Actos do Poder Legislativo

1901 a 1910

(Decretos ns. 755 a 2.399)

I — Indice alphabetico e remissivo	1
II — Indice chronologico	99

SEGUNDA PARTE

Actos do Poder Executivo

1901 a 1910

(Decretos ns. 3.890 a 8.499)

I — Indice alphabetico e remissivo.	249
II — Indice chronologico	449





PRIMEIRA PARTE

I

INDICE ALPHABETICO E REMISSIVO DOS ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1901 a 1910

A

ABONO — Ver INTENDENTES MUNICIPAES.

ACADEMIAS — Declara instituição de utilidade publica a de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos como de character official, e dá outras providencias (decr. n. 1.339); reconhece como de character official os diplomas da de Commercio de Pelotas (decr. n. 2.305) — Ver EMPRESTIMOS.

ACÇÃO — Declara que a de que trata o art. 13 da lei numero 221, de 1894, só poderá ser exercida pelo processo estabelecido e prescreve dentro de um anno, e dá outras providencias (decr. n. 1.939).

ACCORDOS — Approva o provisorio entre o Brasil e o Perú (decr. n. 1.210); approva o firmado em Roma para o fim de ser estabelecida em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica (decr. n. 1.962); approva o concluido entre o Brasil e o Perú para a navegação do rio Japurá ou Caquetá (decr. n. 2.098).

ACCRESCIMOS — Ver YENCIMENTOS.

ACCUMULAÇÃO — Manda abolir a das cadeiras de logica do Gymnasio Nacional (decr. n. 1.016).

ACONTECIMENTOS — Ver ESTADO DE SITIO.

ACTOS — Ver ANTIGUIDADE — COMMISSÃO — ESTADO DE SITIO — MARCAS.

ADDIDOS — Ver CORPO DE COMMISSARIOS — LEGAÇÕES — OPERARIOS.

ADEANTAMENTO — Ver CARGAS.

ADHESÃO — Ver CONVENÇÕES.

ADIAMENTO — Ver ELEIÇÕES.

ADMINISTRAÇÃO — Autoriza a mandar abonar, a titulo de ajuda de custo, para as despesas de primeiro estabelecimento,

uma quantia correspondente aos respectivos vencimentos aos empregados da dos Correios de Minas Geraes, por occasião de sua transferencia para Bello Horizonte (decr. n. 1.471) — Ver TERRITÓRIO — THESOURO FEDERAL — VENCIMENTOS.

AGENTE — Dá o caracter de politico ou diplomatico ao consul geral no Egypto, sem vencimentos (decr. n. 2.259).

AGENTES DE LEILÕES — Estabelece a commissão, pelas vendas judiciaes, no Districto Federal (decr. n. 857).

AGENTES DIPLOMATICOS — Regula a aposentadoria (decr. n. 2.292).

AGENTES FISCAES — Eleva a 52 o numero dos do imposto de consumo, da descarga do sal e do imposto de transporte, no Districto Federal, e dá outras providencias (decr. numero 2.256).

AGRICULTURA — Ver SYNDICATOS.

AJUDANTES — Ver ALFANDEGAS — COMARCA — GRATIFICAÇÕES.

AJUDAS DE CUSTO — Fixa as dos deputados e senadores (decr. n. 940); fixa as dos deputados e senadores (decr. numero 1.463); fixa as dos deputados e senadores (decr. numero 2.031) — Ver CARGOS — CREDITOS — EMPREGADOS — VENCIMENTOS.

AJUSTE PACIFICO — Ver CONVENÇÕES.

ALFANDEGAS — Crea mais um lugar de fiel na do Rio Grande do Sul (decr. n. 1.010); eleva de 24 a 34 as quotas de gratificação annual para o inspector e fixa o vencimento do guarda-mór da de Porto Alegre (decr. n. 1.496); concede mais duas quotas de gratificação aos fiéis de armazem e aos ajudantes das capatazias da do Rio de Janeiro (decr. numero 1.594); eleva á categoria de 4ª ordem a Mesa de Rendas de Pelotas (decr. n. 1.614); eleva á categoria das de 1ª ordem a de Manãos (decr. n. 1.630); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da do Rio de Janeiro e Santos e dá outras providencias (decr. n. 1.743); crea a de S. Francisco (decr. n. 1.771); equipara a de Corumbá á de Paranaguá (decr. n. 1.867); equipara o ordenado dos primeiros escripturarios e dos ajudantes de guarda-mór da do Rio de Janeiro aos de igual categoria do Thesouro Nacional (decr. n. 2.372) — Ver DELEGACIAS — EDIFICIOS — EMPREGADOS.

ALIFERES — Autoriza a confirmar no primeiro posto de official do Exercito os graduados que tiverem as approvações plenas de que trata o art. 95 do decreto n. 2.831, de 1893 (decr. n. 805); autoriza a promover desde já, á effectividade do posto, os graduados pela lei n. 350, de 1895 (decr. n. 982); autoriza a confirmar no posto de segundo tenente os alumnos com o curso das tres armas, e dá outras providencias (decr. n. 1.618); autoriza a promover para as armas de infantaria e cavallaria os alumnos (decr. n. 1.797) — Ver ANTIGUIDADE.

ALISTAMENTO — Proroga até 30 de setembro o praso para o eleitoral (decr. n. 1.345); manda applicar aos trabalhos das commissões de revisão do eleitoral os recursos estabelecidos pelos arts. 36 e 37 da lei n. 1.269, de 1904 (decr. nu-

mero 1.733); regulamenta o militar (decr. n. 1.860) — Ver LEGISLAÇÃO ELEITORAL.

ALMIRANTE BARROSO — Ver MONUMENTO.

ALTERAÇÃO — Ver DECRETOS — LEIS — QUADRO.

ALUGUEL DE CASA — Ver CREDITOS.

ALUMNOS — Ver COLLAÇÃO — ESCOLAS — EXAMES — PREMIOS.

AMANUENSES — Ver VENCIMENTOS.

AMNISTIA — Concede a todas as pessoas que tiveram parte nos successos da Capital Federal na noite de 14 de novembro, assim como nas occorrencias anteriores ou posteriores (decr. n. 1.373); concede a todas as pessoas implicadas nos movimentos revolucionarios dos Estados de Sergipe e Matto Grosso (decr. n. 1.599); concede aos insurrectos de posse dos navios da Armada nacional (decr. n. 2.280) — Ver BENEFICIOS.

ANNULLAÇÃO — Ver CARGAS.

ANTIGUIDADE — Manda contar a da promoção do tenente-coronel João Leocadio Pereira de Mello de 17 de março de 1894 (decr. n. 764); autoriza a mandar contar ao capitão de fragata Francisco Carlton a de sua promoção áquelle posto de 26 de abril de 1890 (decr. n. 819); manda contar de 3 de novembro de 1894 a de posto dos officiaes do Exercito a que se referem os arts. 1º e 2º da lei n. 350, de 1895, com excepção dos que tiverem sido commissionedos por actos de bravura (decr. n. 981); declara que a do posto de alferes de João José da Luz deve ser contada de 18 de janeiro de 1868 (decr. n. 1.569); torna extensiva ao primeiro tenente do Exercito João Philadelpho da Rocha a excepção do art. 1º do decreto n. 981, de 1903 (decr. 1.744); declara que ficam comprehendidos na excepção do decreto legislativo n. 981, de 1903, para contar a de official, das datas que indica, os alferes e segundos tenentes promovidos a 3 de novembro de 1894 (decr. n. 1.836); manda contar de 14 de agosto de 1894 a de posto do segundo tenente Antenor de Santa Cruz Pereira de Alfeu (decr. n. 1.928); autoriza a mandar contar a de posto ao segundo tenente do Exercito José Augusto Soares (decr. n. 2.235) — Ver COMMISSÃO.

APOSENTADORIAS — Manda conceder ao pharmaceutico pratico da Armada, primeiro tenente honorario Antonio Candido da Silva Pimentel, quando se invalidar (decr. n. 1.108); autoriza a de José Maria dos Reis Barcellos, delegado fiscal do Thesouro em Minas Geraes (decr. n. 1.136); autoriza a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, com todos os vencimentos do cargo (decr. n. 1.407); autoriza a computar na de João Estanislau Pereira de Andrade, ex-pagador da Estrada de Ferro Central do Brasil, o ordenado e a gratificação que percebia no referido cargo (decr. n. 1.448); autoriza a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Lucio de Mendonça, com todos os vencimentos do cargo (decr. n. 1.747); manda contar, para os effeitos da, o tempo em que os empregados titulados das repartições federaes tiverem servido como diaristas (decr. n. 1.980); autoriza a do bacharel José Augusto de Oliveira, pretor da 13ª pretoria, com o ordenado

(decr. n. 2.048); autoriza a conceder a Hemeterio de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Paraná, com todo o ordenado (decr. n. 2.097); autoriza a conceder, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Alberto de Seixas Martins Torres (decr. n. 2.104); autoriza a do agente de 5ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Norberto Rodolpho de Souza (decr. n. 2.164); autoriza a mandar rever o processo da de Pedro Antonio Fagundes, ex-empregado da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 2.217); os consules, vice-consules e chancelleres contarão o tempo que tiverem servido como auxiliares nos consulados de carreira (decr. n. 2.250); autoriza a conceder ao Dr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, com todos os vencimentos (decr. n. 2.253); concede direito aos pharoleiros (decr. n. 2.265); regula a dos agentes diplomaticos (decr. n. 2.292); autoriza a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, com todo o ordenado (decr. n. 2.345); autoriza a rever o processo da do engenheiro civil Paulo Emilio Lourenço de Andrade (decr. numero 2.353); determina que a do Dr. João Pedreira do Couto Ferraz participe da actual tabella de vencimentos (decr. numero 2.387); autoriza a considerar de nenhum effeito a dada a Henrique Adeodato Dias Coelho, e dá outras providencias (decr. n. 2.390) — Ver DECRETOS — DELEGACIAS — JUBILAÇÃO — TEMPO — THESOURO FEDERAL — VENCIMENTOS.

APPARELHO — Ver LICENÇAS.

APPLICAÇÃO — Ver ASSOCIAÇÕES — OFFICINAS.

APPREHENSÃO — Ver MERCADORIAS — PRODUCTOS.

APPROVAÇÃO — Ver CONVENÇÕES — LABORATORIO PHARMACEUTICO MILITAR.

APRENDIZES — Ver COMPANHIAS.

ARBITRAMENTO — Ver CONVENÇÕES — TRATADOS.

ARCHIVISTA — Ver VENCIMENTOS.

ARMADA — Ver CARGOS — CLASSES — CORPO DE COMMISSARIOS — CORPO DE SAUDE — CREDITOS — FORÇAS — POSTO — QUADRO — SERVIÇO — VENCIMENTOS.

ARMAZENS — Institue regras para o estabelecimento de empresas de geraes (decr. n. 1.102).

ARRENDAMENTO — Ver EDIFICIOS.

ARSENAES — Ver CREDITOS — OPERARIOS — VENCIMENTOS.

ARTIGOS — Ver LEIS.

ASPIRANTES — Declara quaes as funções e os vencimentos que competem aos do Exercito (decr. n. 2.232) — Ver CORPO DE COMMISSARIOS — PROMOÇÕES.

ASSENTAMENTO — Ver DELEGACIAS.

ASSIGNATURA — Ver CREDITOS.

ASSISTENCIA — Reorganiza a de Alienados (decr. numero 1.132); manda pagar a gratificação devida aos pro-

fissionaes incumbidos da fiscalização do serviço de a alienados nos estabelecimentos publicos (decr. n. 1.600).

ASSISTENTES — Ver VENCIMENTOS.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS CIVIS — Ver CONSIGNAÇÕES.

ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS HOMENS DO MAR — Ver USUFRUCTO.

ASSOCIAÇÕES — Applica ás de credito agricola ou de credito hypothecario e agricola as excepções contidas no art. 1º, n. 2, § 4º, do decreto n. 177 A, de 1893 (decr. n. 2.080); regula a existencia das da Cruz Vermelha que se fundarem (decr. n. 2.380) — Ver INFORMAÇÕES.

AUDITORES — Ver SOLDOS — VENCIMENTOS.

AULAS — Ver CREDITOS.

AUTORIDADES — Ver INFORMAÇÕES.

AUTORIZAÇÃO — Ver CREDITOS — SOLDOS — TRANSFERENCIAS — USUFRUCTO.

AUXILIARES — Ver CLUB NAVAL — DELEGACIAS — VENCIMENTOS.

AUXILIO — Concede ao Estado da Parahyba o de 150:000\$ (decr. n. 1.431); autoriza a promover a fundação de um banco central agricola, destinado a fornecer á lavoura o de capitaes e credito (decr. n. 1.782).

B

BACHAREIS — Considera em sciencias os militares que obtiveram o curso geral pelo regulamento de 12 de abril de 1890 (decr. n. 1.921).

BAIXA — Ver RESPONSABILIDADE.

BALANÇOS — Ver DELEGACIAS.

BANCO DO BRASIL — Approva os estatutos (decr. numero 1.455).

BANCOS — Suspende temporariamente o decreto n. 164, de 1890, na parte relativa ás liquidações forçadas para os nacionaes com séde na capital da Bahia (lei n. 768); suspende e prorroga por seis mezes os vencimentos das letras, notas promissorias e quaesquer outros titulos commerciaes de responsabilidade dos nacionaes no Estado de Pernambuco (decr. n. 841); autoriza a promover a fundação de um central agricola destinado a fornecer á lavoura o auxilio de capitaes e credito (decr. n. 1.782).

BATALHA — Ver MOVIMENTO.

BENEFICIOS — Torna extensivos os do art. 1º da lei numero 529, de 1898, aos militares ministrados pelo art. 2º da lei n. 533, de 1898, e submettidos a conselho de guerra (decr. n. 901).

BIBLIOTHECA NACIONAL — Fixa os vencimentos dos seus funcionarios (decr. n. 1.666); dispõe sobre a remessa de

obras impressas (decr. n. 1.825); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 2.400:000\$ para a conclusão do edificio e mobilias, tapeçarias e decorações (decr. n. 1.853) — Ver CREDITOS.

BIBLIOTHECARIO — Ver VENCIMENTOS.

BILHETES — Ver PREMIOS.

BRIGADA POLICIAL — Autoriza a sua reorganização. (decr. n. 1.326); torna extensivas aos officiaes as disposições do decreto n. 983, de 1903 (decr. n. 1.334) — Ver CAIXAS.

BUBONICA — Ver PESTE.

C

CADEIRAS — Manda abolir a accumulção das de logica do Gymnasio Nacional (decr. n. 1.016) — Ver CREDITOS — ESCOLA NAVAL — GRATIFICAÇÕES.

CAFÉ — Ver CONVENIOS — EMPRESTIMOS.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO — Eleva os vencimentos de diversos funcionarios (decr. n. 1.615); fixa novos vencimentos para os seus funcionarios (decr. n. 2.270); eleva a 9:600\$ e a 7:200\$ os vencimentos do corretor e do seu ajudante (decr. n. 2.286) — Ver CREDITOS — DELEGACIAS.

CAIXA DE CONVERSÃO — Crea-a (decr. n. 1.575); supprime os logares de presidente e vice-presidente, crea o logar de director, e dá outras providencias (decr. n. 1.701); eleva a 16 d. a taxa para emissão de notas, e dá outras providencias (decr. n. 2.357).

CAIXAS — Autoriza a crear e regular, sem onus para os cofres publicos, uma beneficente na Brigada Policial (decr. n. 1.095); torna extensivo a todas as economicas autonomas, que tenham fundo de reserva superior a 300:000\$, o decreto n. 961, de 1890 (decr. n. 1.110).

CAMARA DOS DEPUTADOS — Ver CREDITOS — ELEIÇÕES.

CAMBIAES — Ver OPERAÇÕES.

CAMBIO — Ver LETRA.

CANDIDATOS — Determina que os á matricula nos cursos de pharmacia, odontologia, obstetricia, bellas artes e agri-mensura exhibirão nas respectivas escolas a certidão de que foram approvados no exame geral das materias exigidas (decr. n. 1.531).

CAPATAZIAS — Ver ALFANDEGAS — CREDITOS — VENCIMENTOS.

CAPITÃES-TENENTES — Ver QUADRO.

CAPITAL — Ver BANCOS.

CAPITÃO — Ver PROMOÇÕES — VAGAS.

CARGAS — Autoriza a mandar annullar a de 2:100\$, feita em 1897 ao capitão de engenheiros Domingos Alves Leite (decr. n. 1.344 A); releva o que ainda resta da de 15:627\$519 sobre os seus vencimentos ao major graduado do 7º regi-

mento de cavallaria do Exercito, Camillo Brandão (decr. numero 2.120).

CARGOS — Define os de categorias correspondentes no Exercito e na Armada, e dá outras providencias (decr. n. 1.473) — Ver DISTINCTIVO — LOGARES — REPARTIÇÃO GERAL DOS CORREIOS — REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS — TEMPO.

CARTAS ROGATORIAS — Ver PROTOCOLLOS.

CARTEIRO — Ver REPARTIÇÃO GERAL DOS CORREIOS.

CASA DA MOEDA — Reorganiza-a (decr. n. 1.177) — Ver CREDITOS.

CASA DE CORRECÇÃO — Eleva os vencimentos do director, do medico, as diarias dos guardas e a gratificação do enfermeiro da da Capital Federal (decr. n. 1.678).

CASA DE DETENÇÃO — Eleva os vencimentos do director (decr. n. 1.678); autoriza a crear os logares de medico ajudante e pharmaceutico (decr. n. 1.824).

CATEGORIA — Eleva a do representante diplomatico no Japão, acreditando-o cumulativamente no Imperio da China (decr. n. 1.865); eleva a de diversos consulados e vice-consulados (decr. n. 2.250) — Ver ALFANDEGAS — CARGOS — DELEGACIAS.

CERVEJA — Ver TAXAS.

CHANCELLER — Ver LOGARES.

CHEFES DE MISSÃO — Ver GRATIFICAÇÕES — MISSÕES.

CLASSES — Extingue as de sub-ajudantes e praticantes-machinistas da Armada, e dá outras providencias (decr. numero 1.902).

CLASSES ANNEXAS — Ver POSTO.

CLAUSULA — Autoriza a modificar a XXXVIII do decreto n. 3.812, de 1900, relativa á Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha (decr. n. 1.045).

CLUB NAVAL — Autoriza a entrega de 300:000\$ para a construcção de um predio (decr. n. 2.171).

COBRANÇA — Ver TAXAS.

CODIGO DE ENSINO — Torna extensivo aos secretarios dos institutos de ensino superior a disposição do seu art. 34, § 3º (decr. n. 1.479).

CODIGO PENAL — Estabelece penalidade para os crimes de que trata o art. 107 (decr. n. 1.062) — Ver MARCAS — PECULATO.

CODIGOS — Autoriza a mandar organizar os projectos de reforma dos Commercial e Penal e a pagar o premio de réis 100:000\$ pelo projecto do Civil ao Dr. Clovis Bevilacqua (decr. n. 2.379) — Ver CONVENÇÕES.

COFRE DE ORPHÃOS — Autoriza a reforma da sua escripturação (decr. n. 1.115) — Ver CREDITOS.

COLLAÇÃO — Regula a do título de engenheiro geographo a alumnos da Escola Polytechnica da Capital Federal e da Escola de Minas de Ouro Preto (decr. n. 908 A).

COLLECTORES — Ver **OBRIGAÇÃO** — **PERCENTAGENS**.

COLLECTORIAS — Fixa as percentagens dos collectores e escriptas das federaes, e dá outras providencias (decr. numero 1.193).

COLLEGIO DIOCESANO — Dispensa o resto de tempo que falta ao de Diamantina, em Minas, para completar os dous annos de fiscalização exigidos pelo código de ensino (decr. numero 1.363).

COLONIA CORRECCIONAL — Reorganiza a de Dous Rios (decr. n. 1.872).

COMARCA — Haverá em cada uma, nos Estados, um ajudante do procurador de secção e tres supplentes do juiz substituto seccional (decr. n. 967).

COMMERCIO — Ver **MERCADORIAS**.

COMMISSÃO — Manda considerar por actos de bravura a do actual segundo tenente Antonio Netto de Azambuja e contar a sua antiguidade de posto de 20 de setembro de 1893 (decr. n. 1.722) — Ver **AGENTES DE LEILÕES** — **CORPO DE COMMISSARIOS** — **CREDITOS**.

COMMISSO — Ver **PRESCIPÇÃO**.

COMPANHIA BRASILEIRA TORRENS — Ver **CREDITOS**.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA — Ver **ISENÇÃO**.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO VICTORIA A MINAS — Ver **CREDITOS**.

COMPANHIAS — Restabelece as de aprendizes marinheiros nos Estados do Paraná, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Piahy, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e S. Paulo (decr. n. 1.654) — Ver **CORPO DE BOMBEIROS** — **ESTRADAS DE FERRO** — **INFORMAÇÕES**.

COMPETENCIA — Ver **ACÇÃO**.

COMPULSORIA — Ver **CORPO DE MACHINISTAS NAVAES**.

COMPUTO — Ver **APOSENTADORIAS** — **REFORMA**.

CONCERTO — Ver **CREDITOS**.

CONCESSÃO — Autoriza a transferir para Manoel Maria Velles a feita a Julio Bernardes, em outubro de 1892, podendo prorogal-a por mais cinco annos (decr. n. 894); autoriza a fazer a Manoel Bento da Cruz e outro para a fundação, uso e gozo do serviço de transporte a vapor no rio Paraná (decr. n. 978) — Ver **AUXILIO** — **DIPLOMADOS** — **ESTRADAS DE FERRO** — **LICENÇAS** — **MEIO SOLDADO** — **MONTEPIO** — **PENSÕES**.

CONCURSO — Ver **GUÁRDAS**.

CONDEMINAÇÃO — Ver **CORPO DE BOMBEIROS**.

CONDIÇÕES — Ver **CONVENÇÕES**.

CONFEDERAÇÃO — Mantém a do Tiro Brasileiro (decr. numero 2.067) — Ver **SOCIEDADES**.

CONFERENCIA — Ver CONVENÇÕES — CREDITOS.

CONFERENTES — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

CONFIRMAÇÃO — Ver ALFERES.

CONFLICTOS INTERNACIONAES — Ver CONVENÇÕES.

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAPHIA — Autoriza a conceder o auxilio de 25:000\$ (decr. n. 2.207).

CONGRESSO INTERNACIONAL — Autoriza a inscrever o Brasil entre o numero dos paizes que contribuem para a manutenção do Permanente de Navegação (decr. n. 1.493) — Ver CREDITOS.

CONGRESSO MEDICO AMERICANO — Ver CREDITOS.

CONGRESSO NACIONAL — Ver CREDITOS — SESSÕES.

CONGRUAS — Ver CREDITOS.

CONSELHO DE GUERRA — Ver BENEFICIOS.

CONSELHO MUNICIPAL — Ver ELEIÇÕES.

CONSIGNAÇÕES — Autoriza a estornar da « Material » da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, do orçamento de 1900, a somma ouro, para a parte correspondente papel (decr. n. 794); autoriza a pagar ao primeiro tenente do Exercito Antonio Claudio de Souto a importancia das feitas em favor de seu pae e por este não recebidas (decr. n. 1.958); permite dos funcionarios civis á Associação dos Funcionarios Publicos Civis e ao Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado até dous terços dos seus ordenados para pagamento de contribuições (decr. n. 2.124) — Ver CARGOS.

CONSTRUÇÃO — Ver CLUB NAVAL — EMPREITEIROS — ESTRADAS DE FERRO — HOSPITAL — «LEOPOLDINA RAILWAY» — OBRAS — PONTE — TAPUMES.

CONSUL — Dá o character de agente politico ou diplomatico ao geral no Egypto, sem vencimentos (decr. n. 2.259).

CONSULADOS — Crea em Villa Bella, na Bolivia, um de carreira (decr. n. 1.404); eleva a categoria de diversos (decr. n. 2.250); crea em Boulogne sur Mer um simples e eleva a geral de 1ª classe o de 2ª em Trieste (decr. n. 2.339); eleva a categoria de diversos, os vencimentos, e dá outras providencias (decr. n. 2.364).

CONSULTOR — Crea o lugar de geral da Republica (decr. n. 967) — Ver CREDITOS.

CONTADOR — Ver LOGARES.

CONTAGEM — Ver ANTIGUIDADE — APOSENTADORIAS — TEMPO.

CONTINUOS — Ver SECRETARIAS.

CONTRIBUIÇÃO — Ver PRESCRIPÇÃO.

CONVENÇÕES — Approva a de arbitramento entre o Brasil e o Perú (decr. n. 1.211); approva a sanitaria internacional concluida em Paris em 3 de dezembro de 1903 (decr. numero 1.308); approva o projecto de para a repressão do trafico de mulheres brancas, formulado pela Conferencia Internacional.

reunida em Paris a 15 de julho de 1902, e o projecto de arranjo destinado a garantir a execução da referida convenção (decr. n. 1.312); approva a sanitaria internacional concluída em 12 de junho de 1904 entre o Brasil e as Republicas Argentina, do Paraguay e Oriental do Uruguay (decr. numero 1.391); publica a do Brasil, assignada em Haya em 29 de julho de 1899 (decr. n. 1.633); approva a assignatura em Haya por varias potencias, em 29 de julho de 1899, para o ajuste pacifico dos conflictos internacionaes (decr. n. 1.647); promulga a concluída em Genebra, em 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 1.680); approva a postal universal, assignada em Roma em 26 de maio de 1906 (decr. n. 1.720); approva a internacional radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 1.775); approva a de 23 de agosto de 1906, creando uma comissão internacional de juriconsultos encarregada de preparar um codigo de direito internacional privado e outro de direito internacional publico (decr. n. 1.834); approva a resolução firmada em 23 de agosto de 1906, pela 3ª Conferencia Internacional Americana, adherindo á sanitaria internacional de Washington (decr. n. 1.864); approva a assignada em Roma, creando o Instituto Internacional de Agricultura (decr. n. 1.963); approva a concluída em 23 de agosto de 1906, fixando as condições dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem (decr. n. 2.115); approva a concluída e assignada a 27 de abril de 1908 entre o Brasil e os Estados Unidos, regulando a condição dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem (decr. n. 2.116); approva a assignada com a França, a 3 de junho de 1909, para a permuta de encomendas postaes (decr. numero 2.359 A); approva a para a permuta de encomendas postaes com os Estados Unidos da America, assignada a 26 de março de 1910 (decr. n. 2.360); approva a para a permuta de encomendas postaes com o Imperio Allemão, assignada em 20 de abril de 1910 (decr. n. 2.361); approva a para a permuta de encomendas postaes com a Italia, assignada em 19 de dezembro de 1910 (decr. n. 2.362); approva a concluída no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906, relativa a patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e de commercio e propriedade litteraria (decr. n. 2.393); approva as firmadas pelos plenipotenciarios do Brasil na 2ª Conferencia da Paz, em 1907, em Haya (decr. n. 2.395); approva as de arbitramento entre o Brasil, o Imperio da China e a Republica de S. Salvador (decr. n. 2.397).

CONVENIOS — Approva o celebrado entre o Brasil e a Republica Argentina, em 30 de outubro de 1901, para a protecção das marcas de fabrica e commercial (decr. n. 1.425 A); approva o realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes em 26 de fevereiro de 1906 (decr. n. 1.489).

COOPERATIVAS — Ver **SOCIEDADES** — **SYNDICATOS**.

CORPO DE BOMBEIROS — Autoriza a abertura, ao Ministerio da Justica do credito necessario para a desapropriação da casa em que funciona uma de suas estações, á rua Humaytá (decr. n. 776); manda abonar aos officiaes que se reformarem, além do soldo devido, uma gratificação annual cor-

respondente a cada anno de serviço que exceder dos 25 primeiros (decr. n. 1.160); determina que os officiaes perderão a patente quando condemnados em processo crime a mais de dous annos de prisão, e dá outras providencias (decr. numero 1.188); torna extensivas aos officiaes as disposições do decreto n. 983, de 1903 (decr. n. 1.334); autoriza a crear mais uma companhia, a 6ª, e a reformar o regulamento (decr. n. 1.645); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 199:080\$ para terminação das obras do quartel central (decr. n. 1.690)—Ver VENCIMENTOS.

CORPO DE COMMISSARIOS — Reorganiza o da Armada (decr. n. 1.175); mantem o direito dos aspirantes a commissarios que não foram incluidos na reforma por que passou a classe, ficando addidos (decr. n. 1.649).

CORPO DIPLOMATICO — Ver MISSÕES.

CORPO DE MACHINISTAS NAVAES — Reorganiza o quadro (decr. n. 810).

CORPO DE OFFICIAES — E' mantido o de Inferiores da Armada, approvado pelo decreto n. 3.234, de 17 de março de 1899 (decr. n. 920).

CORPO DE PATRÕES-MÓRES — Ver CREDITOS.

CORPO DE SAUDE — Reorganiza o quadro do da Armada (decr. n. 785).

CORRECÇÃO — Ver DECRETOS.

CORREIOS — Ver ADMINISTRAÇÃO — REPARTIÇÃO GERAL DOS CORREIOS — SECRETARIAS — VENCIMENTOS.

CORRETOR — Ver CAIXA DE AMORTIZAÇÃO.

CÔRTE DE APPELLAÇÃO — Ver JUSTIÇA — VENCIMENTOS.

CREAÇÃO — Ver ALFANDEGAS — CORPO DE BOMBEIROS — DELEGACIAS — DISTINCTIVO — INSTITUTOS — LOGARES — MESAS DE RENDAS — OFFICIOS — SECRETARIAS — SYNDICATOS — VARA — VICE-CONSULADOS.

CREDITO AGRICOLA — Applica ás associações de ou de hypothecario e agricola as excepções contidas no art. 1º, n. 2, § 4º, do decreto n. 177 A, de 1893 (decr. n. 2.080) — Ver BANCOS.

CREDITO MOVEI — Deroga o art. 4º, § 6º, 2ª parte, do decreto n. 169 A, de 1890, e o art. 189 do decreto n. 370, de 1890 (decr. n. 1.675).

CREDITOS — Autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os extraordinarios na importancia de 2:417\$338 para pagamento ao escrivão do juizo seccional no Estado do Piauhy, Jesuino José Rodrigues de Carvalho, e ao juiz de direito, em disponibilidade, bacharel Francisco José da Silva Porto (decr. numero 755); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 14:237\$216 para pagamento de vencimentos ao Dr. Arlindo de Aguiar e Souza (decr. n. 759); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:650\$ para pagamento de gratificação devida ao preparador da cadeira de chimica industrial da Escola Polytechnica, Jayme Carlos da Silva Telles (decr. n. 760); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 4:100\$ para pagamento do premio devido ao

Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral, pela obra que publicou, e da impressão (decr. n. 761); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o preciso para pagamento de réis 11:636\$490 a Gustavo Saboya & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 766); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 72:751\$947, supplementar á verba 10^a do art. 43 da lei n. 652, de 1899 (decr. n. 767); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 304\$166 para pagamento dos vencimentos do escrivão do juizo seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa de Bittencourt (decr. n. 769); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os supplementares de 150:000\$, ouro, á verba — Caixa de Amortização — e de 45:997\$038, ouro, á verba — Casa da Moeda (decr. n. 770); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o necessario para a desapropriação da casa em que funcçãoa uma das estações do Corpo de Bombeiros, á rua Humaytá (decr. n. 776); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de réis 20:750\$ para indemnizar o Estado do Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para a conservação das linhas telegraphicas (decr. n. 779); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o supplementar de 6:727\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 783); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o necessario a satisfazer a despesa com a impressão da obra *Lições de Balística*, do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho (decr. n. 787); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o da quantia necessaria até 150:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a representação brasileira na 2^a Conferencia Internacional, que se reunirá no Mexico (decr. n. 790); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 837\$472 para pagamento ao fiel aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Leopoldino Rego (decr. n. 793); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para ser entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont como premio pelo resultado da experiencia de um balão dirigivel (decr. n. 799); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 630\$ para pagamento de diaria a Candido da Cunha Villela, por haver servido na commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá (decr. n. 800); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funcionou a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, de setembro a dezembro de 1899, e o de 20:000\$, supplementar á verba 9^a do art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, — Assignatura de notas (decr. n. 801); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:806\$630 para cumprimento da sentença que mandou pagar ao major Demócrito Ferreira da Silva os vencimentos que deixou de receber (decr. n. 802); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 100:000\$, supplementar ao n. 14 do art. 2^o da lei n. 746, de 1900, — Diligencias policiaes (decr. n. 816); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos ao ex-secretario do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, João Sabino Pereira Giraldes (decr. n. 820); autoriza a abrir o extraordinario de 4:225\$800 para pagamento de ordenado ao almoxarife do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos

Santos Bernardes (decr. n. 822); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 736:424\$, complementar á verba 10^a — Etapas, — do art. 15 da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 823); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de réis 477:121\$660, ouro, complementar á verba 35^a do art. 28 da lei n. 476, de 1900 (decr. n. 828); restabelece o decreto legislativo n. 657, de 1899, que autoriza a abertura do necessario para pagamento dos juizes de direito nomeados pelo Governo Federal antes da organização judiciaria do respectivo Estado (decr. n. 830); autoriza a abrir o de 13:300\$ para pagamento do premio e de 1.000 exemplares da *Theoria do Processo Civil e Commercial*, do Dr. João Pereira Monteiro (decr. n. 831); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 100:000\$, ouro, para as despesas com a missão especial que deve tratar da questão de limites com a Guyana Ingleza (decr. n. 835); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2.954:500\$332, papel, e 2:676\$445, ouro, para attender ao pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 836); autoriza a abrir o extraordinario de 13:939\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença (decr. n. 841); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:000\$ para pagamento a Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra-mestre e mandador da extincta officina de correeiros do Arsenal de Guerra desta capital, de gratificação de exercicio (decr. n. 842); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 53:580\$940 para pagamento de diversas obras e melhoramentos no Lyceu de Artes e Officios (decr. n. 843); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 16:060\$ para pagar ao bacharel Umbelino de Souza Marinho os seus ordenados como juiz de direito em disponibilidade (decr. n. 844); autoriza a abrir o extraordinario de 68:195\$189 para pagamento ao tenente-coronel Procopio José dos Reis, em virtude de sentença (decr. numero 847); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:414\$476 para pagamento de differença de ordenado ao major do Exercito Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar (decr. n. 848); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 6:850\$, complementar á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 746, de 1900, e o de 6:500\$ para pagamento de ajudas de custo (decr. n. 849); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:132\$ para pagamento a diversos operarios da Casa da Moeda (decr. n. 860); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:163\$978 para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior (decr. n. 861); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de £ 370-15-5 para pagamento de concertos realizados no cruzador *Benjamin Constant* (decr. n. 865); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 237:215\$545 para pagamento de despesas com as obras do canal do Mangue (decr. n. 868); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 24:685\$800 para pagamento a Wilson, Sons & Comp. de fornecimento de carvão de pedra á Estrada de Ferro Sul de Pernambuco em 1900 (decr. n. 869); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 80:000\$, ao cambio de 27 d., complementar á verba 6^a do art. 8^o da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 870); autoriza a abrir o de 612:945\$ para

pagamento do pessoal dos Correios, de que trata o decreto n. 845 (decr. n. 871); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 7:600\$ para pagar a impressão de 1.000 exemplares do *Methodo Pratico para o Ensino da Lingua Franceza* (decr. n. 872); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda um extraordinario para pagamento do meio soldo devido a D. Analia Brum Gonçalves, de 22 de dezembro de 1893 a 5 de dezembro de 1899 (decr. n. 882); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 64:703\$414 para liquidação e regularização de despesas em diversas sub-consignações da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 883); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas (decr. n. 884); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 5:000\$ para pagamento de um terreno para uso da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 886); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 77:521\$899 para pagamento de vencimentos ao pessoal do Corpo de Patrões-Móres; a um capitão de mar e guerra e a um capitão de fragata e a tres medicos de 5ª classe (decr. n. 897); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 10:000\$ para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboya o premio e a impressão do *Tratado de Cirurgia Contemporanea* (decr. n. 898); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:000\$ para pagamento da ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia (decr. numero 903); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 100:000\$ para pagamento das despesas accrescidas ás previstas no art. 8º, n. 24, da rubrica — Obras, — da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 910); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 65:000\$, supplementar á verba — Obras, — n. 24 do art. 9º da lei n. 834, de 1901, para despesas na Secretaria de Estado, no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha e na ponte do Arsenal desta capital (decr. n. 915); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:000\$ para premio e publicação do trabalho *Sciencia de Finanças*, do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João da Veiga Filho (decr. n. 916); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o necessario para pagar a Conrado Alves de Medeiros, em virtude de sentença (decr. n. 918); autoriza a pagar aos inferiores da Armada a differença de vencimentos que deixaram de receber (decr. n. 920); autoriza a abrir o de 216\$ para pagamento a D. Anna Coelho de Figueiredo de differença de meio soldo (decr. n. 922); abre ao Ministerio da Justiça os supplementares de 7:950\$ á verba 6ª — Secretaria do Senado — e de 5:926\$654 á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados, — do corrente exercicio (decr. n. 923); abre á verba 6ª — Secretaria do Senado, — do orçamento em vigor, do Ministerio da Justiça, o supplementar de 1:706\$666 para pagamento de vencimentos a um primeiro official e a um continuo dispensados (decr. n. 924); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o necessario para pagamento do premio de viagem a Pedro Demosthenes Rocha (decr. numero 925); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o supplementar de 1.463:823\$816 á verba 21ª do art. 9º da lei

n. 834, de 1901 (decr. n. 928); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:860\$207 para pagamento de ordenado ao escrivão do almoxarifado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Francisco Mauricio de Abreu (decr. n. 929); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 50:000\$ para despesas de representação e cortezia naval para com as marinhas estrangeiras que se fizeram representar na commemoração do 13º anniversario da Republica (decr. n. 931); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 3:000\$ para restituição do deposito de igual quantia feito por Adolpho Gomes Netto (decr. n. 932); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 705\$600 para indemnização a Joaquim Gomes de Souza Braga, em virtude de sentença (decr. n. 933); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 120:939\$207, complementar á verba 32ª do art. 23 da lei n. 831, de 1901 (decr. n. 935); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 426:618\$352, complementar á verba 11ª do art. 23 da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 936); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de réis 990:000\$ para o serviço de hygiene de defesa da capital da Republica (decr. n. 941); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 14:868\$599, complementar ás verbas 11ª, 26ª, 27ª e 31ª do art. 2º da lei n. 831, de 1901 (decr. n. 944); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar necessario á verba 9ª do art. 2º da lei n. 834, de 1901, para pagamento de ajudas de custo de deputados e senadores (decr. n. 945); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:992\$603 para pagamento de vencimentos e custas de processos devidos ao lente substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão (decr. n. 946); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 260:000\$ para indemnizar o Banco da Republica de despesas com a recepção da esquadra do Chile e com as exequias dos diplomatas aqui fallecidos (decr. n. 948); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 152:536\$482, complementar ás verbas 8ª, 9ª, 14ª, 18ª e 19ª do orçamento em vigor (decr. n. 949); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 130:000\$ para realizar melhoramentos na Escola Naval (decr. n. 950); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 11:455\$ para pagamento a Felismino Soares & Comp., correspondente á segunda metade do valor total das obras de reparação nas caldeiras da torpedeira *Silvado* (decr. numero 951); autoriza a abrir o de 7:500\$ para pagar ao cidadão Antonio de Castro Gandra a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina (decr. n. 952); autoriza a abrir o extraordinario de 7:244\$ para pagamento a dous empregados da extincta Commissão de Melhoramentos do Rio Parnahyba (decr. n. 955); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:092\$921 para pagamento ao professor do Collegio Militar, Hemeterio José dos Santos, de ordenados que deixou de receber (decr. n. 958); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 27:963\$133 para pagamento á «Société Anonyme des Anciennes E'tablissemens Cail», de Paris (decr. n. 959); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 40\$538, ouro, e 2.255:694\$241, papel, para pagamento de

dividas de exercicios findos (decr. n. 962); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 25:000\$, complementar á verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 834, de 1907 (decr. n. 969); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 320:774\$ para obras nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia, adaptação e instalação da Maternidade e Escola Profissional de Enfermeiras (decr. n. 970); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os de 109:602\$658, complementar á verba 37ª do art. 2º da lei n. 834, de 1901, e de 59:335\$, extraordinario (decr. n. 971); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os extraordinarios para pagamento de ajudas de custo aos deputados Anizio Auto de Abreu, Raymundo Arthur de Vasconcellos, Frederico Augusto Borges e senador João Cordeiro (decr. n. 972); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 60:000\$, complementar á verba 30ª do art. 23 da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 974); autoriza a abrir o de 215:425\$059 para pagamento de garantia de juros á Estrada de Ferro Central de Macahé, nos exercicios de 1900 a 1902 (decr. n. 975); autoriza a abertura do extraordinario de 4:286\$300 para pagamento á Companhia União Cearense, em virtude de sentença (decr. n. 976); autoriza a abrir o especial de 100:000\$, ouro, para despesas, em 1903, com a missão especial de limites com a Guyana Ingleza (decr. n. 977); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 48:000\$ para despesas com a recepção de diversas estradas resgatadas (decr. n. 987); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 1.100:000\$, ouro, para despesas com a representação do Brasil na Exposição Universal de S. Luiz (decr. n. 990); autoriza a abrir um de 120:000\$, ouro, complementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 991); autoriza a abrir um extraordinario de 2.000:000\$ para as despesas extraordinarias da occupação do Acre (decr. n. 995); autoriza a abrir o extraordinario de 17:919\$354 para pagamento de vencimentos do consultor geral da Republica e das despesas do gabinete (decr. n. 996); autoriza a abrir o extraordinario que fôr preciso para pagamento do meio soldo á D. Amanda Dolores Pithan (decr. n. 997); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 9:000\$ para pagamento do premio arbitrado ao Dr. João Mendes de Almeida Junior pela sua obra *Processo Criminal Brasileiro* e para despesa com a impressão (decr. n. 1.003); autoriza a abertura do extraordinario de 2:883\$200 para pagamento a D. Eugenia Torreão Corrêa de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 1.009); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 54:546\$786 para despesas com a reconstrução do pavilhão Deodoro, do Hospital Central do Exercito (decr. n. 1.010); autoriza a abrir o preciso para pagamento de soldo a D. Balbina Maria Netto da Costa (decr. n. 1.011); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ao cambio par, para premio de viagem ao alumno da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio do Prado Valladares (decr. n. 1.012); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:180\$676 para pagamento de gratificações aos lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Drs. Augusto de Souza Brandão e Pedro de Almeida Magalhães (decr. n. 1.013); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:900\$

para despesas com a publicação da *Memoria Historica* e da *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia* (decr. n. 1.017); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para despesas com a manutenção no estrangeiro do alumno da Escola Polytechnica Asdrubal Teixeira de Souza (decr. n. 1.018); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 491\$088 para pagamento a um porteiro da Secretaria do Senado, dispensado do serviço, com todo o vencimento, e a um continuo, logar creado (decr. n. 1.019); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 4:538\$640 para pagamento de vencimentos a diversos funcionarios da Secretaria do mesmo Ministerio, no periodo de 12 de agosto a 16 de outubro de 1902 (decr. n. 1.024); autoriza a abrir o extraordinario de 27:592\$972 para pagamento da commissão de 2 % aos vendedores de estampilhas (decr. n. 1.025); autoriza a abrir o extraordinario de 3:000\$ para pagamento de despesas com material para o Thesouro Federal em 1902 (decr. n. 1.027); autoriza a abrir os de 100:000\$, em papel, e de 45:000\$, em ouro, supplementares ás rubricas 3ª e 7ª do art. 8º da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.029); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 5:053\$763 para pagamento de vencimentos ao mestre de officina aposentado do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Thomaz Antonio Francisco Barreto (decr. n. 1.031); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 938\$380 para pagamento de ordenado ao escrevente aposentado do Arsenal de Guerra da Bahia, José Luiz Mendes Diniz (decr. n. 1.032); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 992\$ para pagamento de ordenado ao pedagogo aposentado da Companhia de Aprendizizes Artifices do extincto Arsenal de Pernambuco, tenente honorario Joaquim Antonio de Oliveira Baduen (decr. n. 1.033); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 28:000\$ para pagamento á Imprensa Nacional da publicação de 2.000 exemplares do *Codigo Internacional de Signaes* (decr. numero 1.034); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 3:600\$ para pagamento a Antonio Rodrigues de Oliveira, amanuense do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, do ordenado de 1 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1902 (decr. n. 1.035); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 166\$ para pagamento de differença de vencimentos ao ex-operario da officina de torpedos e electricidade, José Pinto de Castro (decr. n. 1.036); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para auxiliar a commissão incumbida de organizar o 3º Congresso Scientifico Latino-Americano (decr. n. 1.038); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 17:250\$ para indemnizar ao Dr. João Vieira de Araujo, professor da Faculdade de Direito do Recife, a despesa com a impressão de duas obras e pagar os premios arbitrados (decr. n. 1.042); abre o extraordinario de 639\$ para pagar a tres segundos officiaes da Secretaria do Senado Federal o augmento de vencimentos que lhes foi concedido (decr. n. 1.043); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 3:692\$912, sendo 3:492\$912 para gratificação addicional a carteiros e diaria addicional a serventes e 200\$ para complemento dos vencimentos de ama-

nuenses dos Correios no Espirito Santo (decr. n. 1.044); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 25:000\$, complementar á sub-consignação denominada «Consignações do art. 36 do regulamento» (decr. n. 1.046); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 1.481:357\$512, complementar á rubrica 21ª — Munições de bocca, — do art. 8º da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.048); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.849:806\$571 para acudir ao pagamento de concertos em navios da Armada (decr. n. 1.049); dispõe sobre a abertura do necessario para se continuar a fazer gratuitamente a impressão dos *Annaes da Academia Nacional de Medicina* na Imprensa Nacional (decr. n. 1.050); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:660\$ para premio e impressão da obra que pretendem publicar os Drs. Miguel de Oliveira Couto e Antonio Augusto de Azevedo Sodré e para indemnização ao Dr. Vicente de Souza pela publicação do seu trabalho *Res-tituição da Pronuncia Latina* (decr. n. 1.051); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:690\$322 para pagamento da gratificação ao curador das massas fallidas, bacharel Luiz Teixeira de Barros Junior (decr. numero 1.052); autoriza a despendar até á quantia de 200:000\$ com a Exposição Industrial de Apparelhos a Alcool, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, a realizar-se nesta capital (decr. n. 1.053); autoriza a abrir o de réis 1.641:037\$572, complementar á verba do n. 32 do art. 25 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.055); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 7:263\$874 para realisar o pagamento de vencimentos a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.057); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 166:141\$755 para pagamento da garantia de juros de 6 % ao Engenho Central de Quissamã (decr. n. 1.058); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 10:604\$934, complementar á rubrica 27ª do art. 20 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.061); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 32:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional (decr. n. 1.063); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de réis 514:043\$200 para despesas com o custeio da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, incorporada á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.066); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 100:000\$, ouro, para o mesmo fim do autorizado pelo decreto n. 977, de 1903 (decr. n. 1.067); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 49:912\$530, complementar á rubrica «Gratificação adicional a carteiros», da verba 3ª — Correios, — do art. 21 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.068); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de réis 1.200:000\$ para despesas de custeio da Estrada de Ferro Oeste de Minas, durante o segundo semestre de 1903 (decr. n. 32 do art. 16 da lei n. 597, de 1902 (decr. n. 1.073); gratuita na Imprensa Nacional da *Revista do Club de Engenharia* (decr. n. 1.072); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 323:000\$, complementar á verba 15ª, consignação n. 32 do art. 16 da lei n. 597, de 1902 (decr. n. 1.073); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:482\$500 para o abono de séstas e serões a operarios da Casa

da Moeda (decr. n. 1.074); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 179:400\$ para pagamento de garantia de juros á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 1.075); autoriza a abrir um extraordinario de 22:983\$840 para pagamento ao engenheiro Emilio Odebrecket de vencimentos de sua aposentadoria como chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.076); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 841\$447 para pagamento de gratificações ao amanuense da Directoria Geral de Estatistica, Manoel de Albuquerque Portocarrero, de 1 de janeiro a 13 de julho de 1898 (decr. n. 1.077); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 100:000\$ para pagamento de despesas eleitoraes realizadas nos annos de 1902 e anteriores (decr. n. 1.081); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 100:000\$, complementar á rubrica 14ª — Diligencias policiaes, — do art. 2º da lei numero 957, de 1902 (decr. n. 1.082); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 2:184\$637, complementar á rubrica 10ª — Etapas, — do art. 16 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.085); autoriza a abrir o de 7:915\$892 para pagamento ao ex-chefe de secção da Alfandega do Pará, Augusto Joaquim de Carvalho (decr. n. 1.088); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 600\$ para pagamento de gratificações aos primeiros escripturarios do Thesouro Federal, Bernardo Hilarião Alves da Silva e Alfredo Regulo Valdetaro (decr. n. 1.090); autoriza a abrir o necessario para pagar a D. Luiza Duarte Sayão Lobato os vencimentos do seu finado marido, Pedro Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, segundo official aposentado dos Correios, de 14 de novembro de 1894 a 5 de julho de 1895 (decr. n. 1.091); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:000\$ para pagamento aos professores das cadeiras de logica e de litteratura, creadas na Gymnasio Nacional (decr. n. 1.092); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 10:300\$ para indemnização ao lente do Gymnasio Nacional, bacharel João Ribeiro, da despesa com a publicação das suas obras *Historia do Oriente e Grecia* e *Historia do Brasil* (decr. n. 1.093); autoriza a abrir o de 30:000\$, complementar á rubrica 4ª — Comissões de limites, — do art. 8º da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.099); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 32:862\$300 para pagamento a João da Cruz Secco, em virtude de sentença (decr. n. 1.104); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 602:704\$660 para pagamento a Gurjão & Tavora, em virtude de sentença (decr. n. 1.105); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para a despesa com a reorganização da bibliotheca da Camara dos Deputados (decr. n. 1.106); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 850:000\$ para pagamento de concertos em navios da Armada (decr. numero 1.109); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 3:000\$ para restituição a Agostinho José Cabral ou seus herdeiros, em virtude do decreto n. 574, de 1899 (decr. n. 1.111); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha um, não excedente de 120:000\$, para admissão de pessoal extraordinario no Arsenal de Marinha desta capital (decr. n. 1.113); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:410\$160 para pagamento ao Dr. Vi-

cente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 1.114); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 70:929\$140 para restituição aos menores Benjamin, Luiza e Joaquim de quantia recolhida ao Cofre de Orphãos, em setembro de 1886 (decr. numero 1.115); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 40:244\$543 para pagamento de gratificação pelo serviço de estatística e revisão de despachos em 1897 e 1898 (decr. n. 1.116); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 25:956\$362 para pagamento de vencimentos e custas do processo ao official da Brigada Policial Americo Augusto de Azevedo Bello (decr. numero 1.118); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação um extraordinario de 8:719\$139 para pagamento de ordenado ao segundo official dos Correios de Alagoas Francisco Aureliano Barauna (decr. n. 1.120); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:098\$120 para pagamento a Luiz Bello Lisboa de ordenado, como professor de topographia do Collegio Militar (decr. n. 1.121); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha os de 88:918\$706, 416:193\$270 e réis 166:840\$885, supplementares ás verbas 9^a, 10^a e 26^a do art. 9º da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.123); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 792:998\$875, supplementar á verba 9^a — Soldo e gratificações, — do art. 16 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.124); autoriza a abrir o extraordinario de 117:000\$, ao cambio de 27 d., para pagamento de juros á Companhia Victoria e Minas (decr. numero 1.125); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 729:130\$, supplementar á verba — Obras, — para installações, reparos e outras despesas com o hospicio e colonias de alienados (decr. n. 1.133); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 4:550\$ para pagamento a João Joaquim de Oliveira de vencimentos como pratico das barras de Sergipe (decr. n. 1.135); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 552:838\$785, supplementar á rubrica 14^a — Força naval, — do art. 9º da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.137); autoriza a abrir o de 40:000\$ para indemnizar D. Josina Peixoto de igual importancia despendida na construcção do sepulchro do marechal Floriano Peixoto (decr. n. 1.138); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para despesas de representação no Congresso Medico Latino-Americano (decr. n. 1.139); autoriza a abrir o de 2:575\$129 para pagamento ao preparador interino da Escola Polytechnica, engenheiro Estandislaui Luiz Bousquet (decr. n. 1.140); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:974\$600, ouro, e réis 462:032\$529, papel, para pagamento de despesas de exercicios findos (decr. n. 1.146); autoriza a abrir o extraordinario de 68:761\$051 para restituição de imposto sobre vencimentos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 1.149); autoriza a abrir o extraordinario de 13:897\$ para indemnizar o Dr. Sylvio Romero da despesa com a impressão da *Historia da Litteratura Brasileira* e para pagamento do premio que lhe foi arbitrado (decr. n. 1.153); autoriza a abrir o necessario para pagamento, por meio de 375 inscripções do Banco do Brasil do valor de 1:000\$, da construcção da ponte da praia do Flamengo (decr. n. 1.159); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de

1:815\$469 para pagamento do ordenado que compete ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento Guimarães (decr. n. 1.161); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:363\$ para pagamento de vencimentos ao guarda do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Maximo Francisco da Silva (decr. n. 1.162); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 479\$624 para pagamento de ordenado ao ex-mestre de gymnastica da extinta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Antonio João Nepomuceno (decr. n. 1.163); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 29:439\$451 para pagamento a Verano Gomes Alonso de Almeida e Manoel Alves da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 1.166); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 399:142\$889, supplementar á rubrica — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — do art. 25 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.169); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:900\$ para pagamento de vencimentos ao primeiro escripturario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elysio do Nascimento (decr. n. 1.170); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 20:000\$ para despesas com as exequias do vice-presidente eleito, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão (decr. n. 1.171); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 84:590\$685, supplementar á rubrica 11ª — Classes inactivas, — do art. 16 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 1.173); autoriza a mandar pagar ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa a quantia de 3:027\$095 de gratificações de exercicio e o quantitativo para criado (decr. n. 1.174); autoriza a abrir os necessarios para pagamento de despesas com o tratado entre o Brasil e a Bolivia (decr. n. 1.180); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os extraordinarios necessarios para pagamento de subsidios aos deputados e senadores e de despesas de material (decr. n. 1.182); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 63:977\$067, ouro, e 868:183\$220, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.189); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:940\$012 para pagamento a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, em virtude de sentença (decr. n. 1.192); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 1:521\$727 para pagamento, em virtude de sentença, ao amanuense da Repartição Geral de Estatística, Manoel de Albuquerque Portocarrero (decr. n. 1.196); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:399\$999 para pagamento de ordenados ao almoxarife aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes, de 17 de outubro de 1900 a 16 de março de 1902 (decr. n. 1.197); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:916\$690 para pagamento de vencimentos ao mestre da extinta officina de correeiros do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Orozimbo da Silva Marques (decr. n. 1.198); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 660\$499 para pagamento de vencimentos a tres officiaes e a um porteiro da Secretaria do Senado (decr. n. 1.206); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldo e etapas a officiaes do quadro extraordinario (decr. n. 1.207); au-

toriza a abrir ao Ministerio da Justiça complementar a diversas verbas do orçamento de 1904, e dá outras providencias (decr. n. 1.208); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:257\$ para pagamento do augmento de vencimentos ao bibliothecario e a 12 continuos da Secretaria do Senado (decr. n. 1.212); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 5:000\$ para as despesas com o movimento de forças, sua permanencia e operações no Alto-Purus, Alto-Acre e Alto-Juruá (decr. n. 1.217); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:491\$754 para pagamento de ordenado ao Dr. André Dias de Aguiar (decr. n. 1.218); autoriza a abrir o especial de 1:200\$ para pagamento de ajudas de custo para tomada de contas da Estrada de Ferro S. Francisco (decr. n. 1.219); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 5:181\$ para pagamento aos inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos Antonio José da Silva Rosa e Casemiro José da Silva Rosa de diarias que deixaram de receber (decr. numero 1.224); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 6:434\$980 para pagamento a Francisco Affonso Polla, cessionario de diversas praças do Exercito (decr. numero 1.225); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 100:000\$, ouro, para conclusão dos trabalhos da missão especial de limites com a Guyana Ingleza (decr. n. 1.226); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 15:455\$446 para pagamento de meio soldo e montepio a D. Damasia Malveiro da Motta, mãe do fallecido capitão-tenente da Armada, Lindolpho Malveiro da Motta (decr. n. 1.228); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 29:300\$, complementar á rubrica 9ª do artigo 2º da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 1.231); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:230\$670 para execução da sentença que annullou o decreto reformando o alferes da Brigada Policial Napoleão Gonçalves Guttenberg (decr. n. 1.232); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 107\$850 para pagamento aos soldados do 1º batalhão de artilharia Martinho Xavier dos Santos e Manoel Pinto do Nascimento de vencimentos em novembro de 1901 (decr. n. 1.235); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 6:379\$587 para pagamento ao Dr. Hilario Soares de Gouvêa, em virtude de sentença (decr. n. 1.238); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 27:915\$150, ouro, importancia com que o Brasil deve contribuir para a construcção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a bibliotheca commemorativa de Colombo, em Washington (decr. n. 1.239); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 58:886\$639 para pagamento ao major da Brigada Policial Luiz da Costa Azevedo (decr. n. 1.241); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 6:020\$ para pagamento a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 1.245); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 300:000\$, complementar á verba 11ª do art. 7º da lei n. 1.145, de 1890, para pagamento de operarios extraordinarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. n. 1.246); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 32:923\$233, complementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1890 (decr.

n. 1.247); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 3:795\$695 para pagamento ao engenheiro Nuno Alves Duarte Silva de gratificação como director interino do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. n. 1.250); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 292:802\$282, supplementar á rubrica do n. 12 do art. 25 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 1.254); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 290:968\$494 para pagamento a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & Irmãos (decr. numero 1.255); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:644\$827 para pagamento de vencimentos ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio Calazans (decr. n. 1.266); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 51\$849, ouro, e réis 604:394\$945, papel, para pagamento de divida de exercicios findos (decr. n. 1.267); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2:638\$045 para pagamento á Companhia das Aguas de Maceió e outros (decr. n. 1.268); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1:553\$770 para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira (decr. n. 1.271); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 29:683\$167 para pagamento ao alferes da Brigada Policial Alfredo Nunes de Andrade, em virtude de sentença (decr. n. 1.272); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 12:801\$870 para pagamento aos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior, em virtude de sentença (decr. n. 1.275); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 1.304:134\$094, supplementar a diversas rubricas do orçamento (decr. n. 1.277); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 500:000\$, papel, para pagamento de despesas com a execução do accôrdo provisorio concluido em 12 de julho de 1904 entre o Brasil e o Perú (decr. n. 1.278); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 14:313\$065 para pagamento a Lobo & Irmão, em virtude de sentença (decr. n. 1.280); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 72:853\$600 para pagar á «Aniazon Steam Navigation Company» a subvenção relativa aos mezes de novembro e dezembro de 1903 (decr. n. 1.284); autoriza a abrir o de 42:480\$ para pagamento de diarias aos engenheiros fiscaes das estradas de ferro fiscalizadas pela União, excluidas as arrendadas (decr. n. 1.285); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra um especial de 189\$500 para pagamento ao general de brigada Marciano de Magalhães, de custas (decr. n. 1.287); autoriza a abrir o de 20:440\$ para pagamento de diarias aos engenheiros e auxiliares da «Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited» (decr. numero 1.289); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1:761\$280 para pagamento de gratificação ao ex-secreatario do Jardim Botânico, bacharel Joaquim Campos Porto (decr. n. 1.292); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 28:170\$ para pagamento de diarias aos engenheiros fiscaes das estradas de ferro arrendadas pela União (decr. n. 1.293); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 737\$633 para pagamento de ordenado ao ajudante de porteiro aposentado do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, José Alfredo de Carvalho (decr. n. 1.294); autoriza a abrir o extraordinario

de 9:445\$160 para pagamento de ordenado ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado (decr. n. 1.295); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 554\$351 para pagamento ao Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal no Espirito Santo, em virtude de sentença (decr. numero 1.298); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 7:263\$874 para pagamento a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, de vencimentos em 1898 e 1899 (decr. n. 1.303); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:178\$567 para pagamento de ordenado ao mestre de musica aposentado da extincta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha (decr. n. 1.304); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1:397\$066 para pagamento de differença de vencimentos que deixou de receber o operario Ernesto Luciano Martins (decr. n. 1.305); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de réis 100:000\$, ouro, destinado ás despesas com uma missão especial á Colombia (decr. n. 1.309); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 10:000\$, complementar á verba 22ª do art. 25 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 1.315); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 52:652\$400 para as despesas com as obras de reparação do predio em que funciona a Alfandega do Recife (decr. numero 1.317); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os de 30:000\$, papel, e 45:000\$, ouro, supplementares ás verbas 1ª e 7ª do art. 5º da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 1.322); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 34:164\$193 para pagamento ao alferes da Brigada Policial Ernesto Pinto Machado (decr. numero 1.323); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 500:000\$ para despesas com o Congresso Scientifico Latino-Americano, e dá outras providencias (decr. n. 1.324); autoriza a abrir o necessario para pagamento dos vencimentos do pessoal do Lazareto de Tamandaré (decr. n. 1.325); abre até o maximo de 200:000\$ para realização dos estudos de uma estrada de ferro entre S. Luiz e Caxias, no Maranhão (decr. n. 1.329); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 60:826\$955 para indemnização ao engenheiro Alfredo Norris (decr. n. 1.331); autoriza a abrir o extraordinario de 103:862\$180 para pagamento de despesas com aquisição de novo material e transferencia para outro edificio da Delegacia Fiscal em Pernambuco (decr. n. 1.332); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 24:686\$034, ouro, e 913:316\$796, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.335); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 3:930\$794 para pagamento de percentagens ao fiscal do imposto de transporte em 1904 (decr. n. 1.336); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 59:412\$500, complementar á verba 15ª, consignação «Vantagens de forragens e ferragens» (decr. n. 1.341); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:600\$ para pagamento de vencimentos a Manoel Canuto do Nascimento, continuo addido da Secretaria da Guerra (decr. n. 1.342); manda fazer as necessarias operações para o necessario á desapropriação do predio em que

residia o marechal Manoel Deodoro da Fonseca quando foi proclamada a Republica (decr. n. 1.343); autoriza a abrir o de 500\$ para pagamento a Jorge & Santos do aluguel do predio em que funciona a Escola de Aprendizes Marinheiros do Maranhão (decr. n. 1.349); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 225:000\$ para pagamento a «Schultz Vereinigung» de *debentures* do emprestimo contratado na Allemanha pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 1.354); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 16:419\$750 para pagamento a Robert Blosset & Hermanos (decr. n. 1.359); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 31:304\$298 para cumprimento do disposto no art. 11 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 1.361); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario preciso para pagamento a D. Leopoldina Carolina Camisão de Albuquerque Figueiredo da differença de meio soldo a que tem direito (decr. n. 1.362); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:972\$608 para pagamento de ordenados a um escrivão aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco (decr. n. 1.364); autoriza a fazer as operações necessarias para execução do disposto no n. 18 do art. 20 da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.372); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:000\$ para pagamento de vencimentos ao escrivão Antero José Barbosa (decr. n. 1.374); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 11:919\$900 para indemnizar á Santa Casa de Misericordia da Capital Federal das despesas feitas com o enterramento de funcionarios do Ministerio da Industria, contribuintes do montepio (decr. n. 1.378); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 7:160\$ para pagamento de vencimentos ao porteiro archivista da extinta Repartição de Terras do Rio Grande do Sul, Manoel Henrique da Silva Flores (decr. n. 1.379); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 500:000\$, papel, destinado ao custeio de quatro commissões de policia, e exploração no Alto-Purus e Alto-Juruá (decr. n. 1.380); autoriza a abrir o especial de 500:000\$ para soccorros ao Estado do Rio Grande do Norte (decr. n. 1.381); autoriza a abrir o para pagamento da diaria ao conductor geral de encanamentos de Inspeção Geral de Obras Publicas (decr. numero 1.382); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 19:343\$290 para indemnizar os herdeiros do subdito italiano Luiz Sassi (decr. n. 1.386); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 1.032:581\$162 para ultimar os pagamentos devidos a Lage Irmãos de obras em navios da Armada (decr. n. 1.389); autoriza a abrir o até 400:000\$ para aquisição e adaptação de edificio apropriado á instalação do Hospital Militar de Porto Alegre (decr. numero 1.390); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 4:190\$554 para pagamento de vencimentos ao segundo official addido da Repartição Geral de Estatística Dr. José Bonifacio Burlamaqui Moura (decr. n. 1.392); abre os necessarios para as despesas com a construcção de obras preventivas dos effeitos das seccas (decr. n. 1.396); autoriza a fazer as necessarias operações do preciso para execução da erecção de um consulado de carreira, em Villa Bella, na Bolivia (decr. n. 1.404); autoriza a abrir ao Ministerio das

Relações Exteriores o de 40:000\$, complementar á verba 6ª do art. 5º da lei n. 1.316, de 1901 (decr. n. 1.405); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 51:129\$018, complementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.406); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:000\$, papel, para pagamento da ajuda de custo ao Dr. Ernesto do Nascimento Silva, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 1.411); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 74:490\$ para pagamento a Braconnot & Irmãos pela installação provisoria para illuminação electrica da Capital Federal (decr. numero 1.417); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha um de 100:000\$, complementar á verba 23ª do art. 6º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.418); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 21:010\$ para pagamento de salarios a operarios da Casa da Moeda (decr. numero 1.419); autoriza a abrir o necessario para pagamento de ordenados ao juiz de direito em disponibilidade, bacharel Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, relevada a prescripção (decr. n. 1.420); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para despesas com a commissão brasileira no Congresso Internacional de Tuberculose, em Paris (decr. n. 1.422); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:820\$ para pagamento de vencimentos ao official da Secretaria da Camara dos Deputados, Leopoldo José da Rocha (decr. n. 1.428); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 2.600:000\$ para construcção do edificio destinado á Bibliotheca Nacional (decr. n. 1.434); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 666\$666 para pagamento de gratificação de exercicio ao mestre da extincta officina de alfaiates do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, addido, Luiz Cassiano Paes de Carvalho (decr. n. 1.436); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 620:028\$150, complementar ao art. 9º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.437); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 217:946\$600, complementar ao artigo 9º, § 15, da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.438); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de réis 52:664\$073, ouro, e 712:572\$100, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.442); abre o de 4:200\$ para pagamento ao Dr. Garfield Augusto Pery de Almeida de premio de viagem (decr. n. 1.444); autoriza a abrir o de 4:294\$620 para pagamento do ordenado e da gratificação ao ex-pagador da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Estanislau Pereira de Andrade (decr. n. 1.448); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 40:000\$, complementar á sub-consignação «Transporte de imigrantes estrangeiros ou nacionaes» (decr. n. 1.449); autoriza a abrir os necessarios para execução desta lei (decr. n. 1.455); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 1.756:167\$856, complementar ao art. 9º, n. 10, da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.457); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 306:315\$716, complementar ás verbas 15ª, 26ª e 27ª do art. 6º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.458); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 130:000\$, complementar á rubrica 12ª do art. 19 da lei n. 1.316, de 1904 (decr. numero 1.459); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 59:100\$415, ouro, complementar ao n. 31 do art. 19 da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 1.460); autoriza a abrir ao

Ministerio da Fazenda o extraordinario de 15:496\$994 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia fraudulentamente retirada dos cofres da Delegacia Fiscal na Bahia (decr. n. 1.461); abre o necessario para pagamento do premio de viagem ao Dr. Aloysio de Castro (decr. n. 1.462); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:987\$500 para pagamento de vencimentos ao Dr. Eugenio Manoel de Toledo (decr. n. 1.465); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o necessario para pagamento da despesa com a criação de logares na Secretaria do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 1.466); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 250:000\$ para pagar á Companhia Brasileira Torrens a indemnização fixada em termo revisorio de contracto (decr. n. 1.469); autoriza a abrir o de 638\$ para pagar ao cirurgião-mór de brigada graduado, reformado do Exercito, Dr. Augusto José Ferrari (decr. numero 1.475); autoriza a abrir o de 8:158\$861 para pagar ao Dr. Evaristo Nunes Pires (decr. n. 1.476); autoriza a abrir o de 153:000\$, supplementar ao n. 9 do art. 2º da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 1.483); autoriza a abrir o extraordinario necessario para occorrer ao pagamento da gratificação devida ao mestre da secção de funileiros do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Cyriaco Leite da Silva (decr. n. 1.485); autoriza a abrir o de 4:200\$. ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Manoel Tavares Cavalcanti (decr. n. 1.486); autoriza a abrir o de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Alberto de Paula Rodrigues (decr. n. 1.487); autoriza a abrir o de 25:090\$165 para pagamento ao capitão Annibal Eloy Cardoso e outros (decr. n. 1.491); autoriza a abrir o extraordinario de 2:500\$ para pagamento da reimpressão do *Manual do Senador* (decr. n. 1.492); autoriza a abrir o de 60.000 libras esterlinas para auxiliar os soccorros prestados ás victimas do ultimo terremoto do Chile (decr. n. 1.495); autoriza a abrir o de réis 11:006\$666, ouro, para pagamento dos vencimentos de dous escripturarios da Delegacia do Thesouro em Londres (decr. n. 1.497); autoriza a abrir o extraordinario de 3:566\$128 para pagamento de vencimentos ao lente de logica do Gymnasio Nacional, Dr. Vicente de Souza (decr. n. 1.501); autoriza a abrir o especial de 4.000:000\$ para fazer face ás despesas de reparação das linhas e material da Central (decr. n. 1.505); autoriza a abrir o extraordinario de 257:190\$477 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. numero 1.509); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 12:000\$, supplementar á verba 9ª, para pagamento ao pessoal de que trata o decreto n. 1.451, de 1905 (decr. n. 1.511); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 350:000\$ para conclusão das obras do Palacio Monroe (decr. n. 1.519); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, ouro, supplementar á verba 10ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.520); autoriza a abrir o extraordinario de 2:293\$525 para execução do decreto n. 1.352, de 1905 (decr. n. 1.521); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:310\$ para pagamento a José Losada e José Mora da quantia correspondente a objectos apprehendidos por supposto contrabando (decr. n. 1.522); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 147:948\$521 para despesas com a construcção de uma mu-

ralha no edificio do Collegio Militar (decr. n. 1.525); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para pagamento de aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 1.530); autoriza a abrir o extraordinario de 66:000\$, ouro, para pagamento dos juros de 6 % devidos á Estrada de Ferro de Victoria a Minas (decr. n. 1.532); autoriza a abrir o de 4:474\$183 para pagamento de vencimentos ao telegraphista de 1ª classe José Leopoldino de Vasconcellos Cabral (decr. n. 1.534); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o suplementar de 22:700\$ para elevação de vencimentos dos empregados das administrações dos Correios do Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Bahia e Minas Geraes (decr. n. 1.538); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 12:449\$164, sendo 9:554\$029 suplementar á verba 29ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905, e 2:895\$153 suplementar á verba 30ª (decr. n. 1.545); autoriza a abrir o necessario para elevação de vencimentos dos assistentes, preparadores e secretarios das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e da Escola Polytechnica (decr. n. 1.546); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 345:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos e diarias dos estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.548); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 2:799\$996 para pagamento ao lente cathedratico da Escola Naval, capitão de fragata Dr. Manoel de Albuquerque Lima (decr. n. 1.549); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$, papel, para pagamento de despesas eventuaes (decr. n. 1.552); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:593\$698, ouro, e 166:474\$956, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.553); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de réis 14:177\$070 para pagamento de vencimentos a Augusto Guilherme Weyhl e José Theotonio Dias (decr. n. 1.560); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares ás verbas 16ª, 2ª e 38ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.564); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, suplementar á verba 22ª do art. 25 da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 1.578 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 660\$ para pagamento dos vencimentos do chefe de secção, addido, Rubem Tavares (decr. n. 1.579); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:924\$250 para pagamento a DD. Jovelina Ribas Albuquerque Bello, Deolinda de Lara Ribas e Maria Augusta Ribas Flores (decr. n. 1.580); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os especiaes na importancia de 40:000\$ (decr. n. 1.581); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 11:916\$666 para pagamento a Jayme Augusto de Oliveira Gama de alugueis e reparos dos predios em que funcionou a Administração dos Correios do Pará (decr. n. 1.584); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 5:520\$511 para pagamento de vencimentos a diversos funcionarios aposentados dos Telegraphos e dos Correios (decr. n. 1.585); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 26:546\$ para pagamento de gratificações addicionaes, vencimentos e percentagens a empregados da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 1.586); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 911:429\$740, sup-

plementar á verba 9ª, § 15 — Transportes de tropas, — da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.589); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 4:912\$451 para pagamento de vencimentos a Francisco Ferreira da Rosa, professor do Collegio Militar (decr. n. 1.590); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 2:666\$656, supplementar á verba — Thesouro Federal, — «Pessoal» (decr. n. 1.592); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 115:453\$877, supplementar á verba 28ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.596); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 117:663\$, supplementar á verba 3ª do art. 14 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.597); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 953\$338 para pagamento de vencimentos ao continuo da Secretaria do Senado, dispensado do serviço, Delphino de Azevedo Maia (decr. n. 1.602); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de réis 65:000\$ para despesas com a installação do Archivo Publico Nacional (decr. n. 1.603); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 171:178\$669, supplementar ás verbas dos §§ 15 e 26 do art. 6º da lei n. 1.653, de 30 de dezembro de 1905 (decr. n. 1.604); autoriza a abrir o de 90:480\$300 para despesas com substituição de tapeçarias, moveis e com diversas obras nos edificios do Senado e da Camara (decr. n. 1.609); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 199:240\$, supplementar á verba 12ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.616 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 496:500\$, supplementar á verba 15ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.617 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 528:248\$667, para terminação das obras da Faculdade de Medicina da Bahia, e o de 71:751\$333, supplementar á verba 37ª do art. 2º da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 1.618 A); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares na importancia de 35:073\$552 ás verbas 14ª, 15ª e 21ª do art. 2º da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 1.619); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 181:252\$714, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.622); abre o de 350:000\$ para auxiliar a construcção do hospital de isolamento de tuberculosos (decr. n. 1.623); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os para pagamento de despesas das prefeituras do Alto-Juruá e Alto-Acre (decr. n. 1.624); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 4.850:000\$, supplementar á verba 3ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.634); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 50:000\$, ouro, supplementar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. numero 1.635); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 1.765:730\$205, supplementar á verba 10ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.638); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 30:000\$, supplementar á verba 15ª, n. 23, do art. 9º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.640); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:000\$ para pagamento de ordenado ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento Guimarães (decr. n. 1.643); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 10:051\$456 para pagamento de diversas despesas do Senado Federal (decr. n. 1.648); autoriza a abrir o de 35:000\$ para verificar o

valor do explosivo offerecido pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva (decr. n. 1.653); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o extraordinario de 3:000\$ para pagamento da desapropriação de duas casas fronteiras ao Jardim Botânico (decr. n. 1.669); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o especial de 1.000:000\$ para aquisição de material e execução dos melhoramentos na Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 1.670); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 13:500\$, complementar á verba 2ª do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.671); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os supplementares de 30:000\$ e 70:000\$ ás verbas 23ª e 30ª do art. 45 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.672); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 12:276\$398, complementar á verba — Alfandegas, — do orçamento de 1907 (decr. n. 1.673); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 70:000\$ para as despesas com a representação do Brasil no 14º Congresso Internacional de Hygiene e Demographia, a reunir-se em Berlim (decr. numero 1.681); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 80:000\$, ouro, complementar á verba 7ª do art. 16 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.683); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 50:000\$ para as despesas com os funcionarios e commissões designadas para fiscalizar e inspecionar as repartições arrecadadoras (decr. n. 1.685); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 199:080\$ para terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros (decr. n. 1.690); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 876:335\$340, complementar á verba 21ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.691); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1.500:000\$ para despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.694); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 68:570\$576 para cumprimento de carta precatoria expedida a favor de Norberto de Azeredo Coutinho (decr. n. 1.695); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2.164:371\$548 para saldar todas as despesas com o edificio para a Caixa de Amortização (decr. n. 1.696); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 45:665\$705 para pagamento a Carlos Pinto de Figueiredo, em virtude de sentença (decr. n. 1.700); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 1.711); autoriza a abrir o de 1:371\$289 ao Ministerio da Justiça para pagamento de ordenado que deixou de receber o amanuense do extinto Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão (decr. n. 1.712); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 57:399\$001 para pagamento ao capitão José Cicero Bianchi, em virtude de sentença (decr. n. 1.716); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 535:875\$147 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.717); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 18:864\$504, complementar á verba 33ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.718); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o extraordinario de 2:570\$530 para pagamento de ordenados ao segundo official dos Correios, Antonio de Souza Guedes (decr. n. 1.719); autoriza a abrir ao

Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, complementar á verba—Fiscalização e mais despesas de transporte (decr. n. 1.723); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os de 176:123\$646, ouro, e 493:720\$305, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.724); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 55:164\$134 para pagamento a Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude de sentença (decr. n. 1.727); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o necessario para execução do decreto n. 1.626, de 1907 (decr. n. 1.730); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 280:000\$, complementar á verba 14^a do art. 25 da lei n. 1.617, de 1906, e o extraordinario de 2.220:000\$, para diversos serviços (decr. n. 1.731); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 32:648\$489 para pagamento ao Dr. Bento Borges da Fonseca, em virtude de sentença (decr. n. 1.734); autoriza a abrir o extraordinario de 2:683\$200 para pagamento de diferença de vencimentos aos conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. numero 1.741); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:551\$900 para pagamento ao coronel honorario Antonio Bezerra Cabral, em virtude de sentença (decr. numero 1.746); autoriza a abrir o extraordinario para pagar diferença de gratificação no cargo de secretario do Corpo de Marinheiros Nacionais ao capitão-tenente honorario Arlindo Pinto Duarte (decr. n. 1.750); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 35:888\$742 para pagamento de vencimentos a varios officiaes da Armada (decr. numero 1.751); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 123:387\$728 para restituição de espolios arrecadados pelo Dr. Genesio Telles Bandeira de Mello (decr. n. 1.753); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 415:403\$753 para pagamento a Antonio Nunes Pires, em virtude de sentença (decr. n. 1.754); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:415\$770 para pagamento a Silva Mattos & Irmão, em virtude de sentença (decr. n. 1.755); autoriza a abrir os necessarios para pagamento de despesas com a recepção de suas magestades el-rei e a rainha de Portugal (decr. n. 1.756); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 1.614:091\$120 para a conclusão da Escola de Bellas Artes (decr. n. 1.757); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de réis 30:000\$, complementar á verba 2^a — Empregados em disponibilidade, — do art. 16 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.758); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 2:806\$451, complementar á verba 12^a do art. 2^o do orçamento em vigor, para pagamento de vencimentos ao escrivão do Juizo Federal em Minas Geraes, Leandro Castilho de Moura Costa (decr. n. 1.761); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:866\$668 para pagamento de vencimentos a Paulino Francisco Paes Barreto (decr. numero 1.770); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 10:470\$869, sendo 1759\$677 complementar á verba 15^a e réis 9:711\$192 complementar á verba 1^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.776) autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 38:729\$436 para pagamento de gratificações a professores e coadjuvantes que serviram na Escola de Guerra em 1906 (decr. n. 1.779); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 4:929\$917, complementar á verba

17ª — Guarda Nacional, — do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.780); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 158:075\$750 supplementar á verba 12ª do artigo 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.781); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 380:000\$, supplementar á verba 12ª do art. 45 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. numero 1.783); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 39:150\$121 para pagamento a diversos officiaes da Brigada Policial (decr. n. 1.784); autoriza a abrir o necessario para pagamento da parte dos vencimentos que deixaram de receber o director e alguns funcionarios da Escola Correccional Quinze de Novembro (decr. n. 1.786); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os necessarios para as despesas com a cunhagem de moedas de prata (decr. numero 1.790); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 12:303\$814 para pagar despesas por conta da verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 1.794); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 120:000\$, ouro, supplementar á verba 6ª — Ajudas de custo, — do art. 16 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.795); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 3:769\$821, ouro, e 17:803\$521, papel, para restituir á Empresa de Luz Electrica de Jaguarão impostos de importação (decr. n. 1.798); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 271:033\$688, supplementar á verba 15ª do artigo 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.800); autoriza a abrir, o supplementar de 1:038\$ á verba 6ª do art. 2º da lei numero 1.617, de 1906, para pagamento de gratificação adicional de 15 % ao official da Secretaria do Senado, José Fernandes de Oliveira (decr. n. 1.801); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 31:143\$, supplementar á verba 38ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.801); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 21:000\$, ouro, para premios de viagem aos engenheiros civis José Pires do Rio, José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso (decr. n. 1.808); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 2.823:000\$, supplementar á verba 9ª, n. 1, do art. 34 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. numero 1.809); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 4:955\$ para pagamento de soldo e etapas que deixou de receber em 1906 o capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros (decr. n. 1.812); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 98:096\$988 para pagamento de pensões a operarios do extinto Arsenal de Marinha da Bahia (decr. n. 1.814); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 13:476\$799 para pagamento, em virtude de sentença, ao capitão do Exército Francisco Xavier Alencastro de Araujo (decr. n. 1.815); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 25:000\$, supplementar á verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.816); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 11:066\$665 para pagamento á Companhia Cantareira e Viação Fluminense (decr. n. 1.821); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o de 720:000\$, supplementar ás rubricas 21ª, 22ª, 23ª, 25ª e 26ª do art. 18 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.826); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o de 48:000\$, supplementar á verba — Telegraphos,

—do art. 34 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.833); autoriza a abrir o de 4:200\$, ouro, para pagamento ao Dr. Edmundo de Carvalho (decr. n. 1.840); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 35:000\$, ouro, suplementar á verba — Reposições e restituições (decr. n. 1.843); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 90:000\$, suplementar á verba — Juros do emprestimo do Cofre de Orphãos (decr. numero 1.844); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 67:761\$810, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 1.845); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 129:896\$930, suplementar á verba 20^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.848); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinhá o de 1:127\$741 para pagamento do augmento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. n. 1.851); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2.400:000\$ para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional e mobílias, tapeçarias e decorações (decr. n. 1.853); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 300:000\$ para occorrer ás despesas com a reunião do 4^o Congresso Medico Latino-Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a exposição internacional annexa (decr. n. 1.854); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os especiaes de 552:016\$032 para a conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia e de 50:000\$ para a conclusão do edificio da Maternidade do Rio de Janeiro (decr. n. 1.855); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 4:758\$334 para pagamento de gratificações a Orozimbo da Silva Marques (decr. n. 1.856); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 473:831\$493, suplementar á verba 15^a, consignação «Vantagens de forragens e ferragens», do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.857); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 51:360\$, suplementar á verba 5^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.859); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 89:862\$021, suplementar á verba 15^a, n. 19, do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. numero 1.859); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 60:057\$579 para pagamento, em virtude de sentença, ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade (decr. n. 1.861); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 30:510\$700 para pagamento á Companhia Norte-Mineira, em virtude de sentença (decr. n. 1.862); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 124:397\$200 para occorrer á despesa com a construção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 1.877); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 18:873\$320 para pagamento a Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença (decr. n. 1.881); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 48:357\$387 para pagamento ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença (decr. n. 1.882); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:711\$580 para pagamento ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, em virtude de sentença (decr. n. 1.883); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 28:708\$156 para pagamento a José Bernardino Ribeiro Gui-

marães, em virtude de sentença (decr. n. 1.884); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para premio de viagem ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães. (decr. n. 1.885); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para premio de viagem ao Dr. Celestino Bourroul (decr. n. 1.886); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para premio de viagem ao Dr. Sebastião do Rego Barros Junior (decr. n. 1.889); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 48:360\$ para pagamento de vencimentos ao tenente Franklin Barbosa de Andrade, ao tenente-coronel Joaquim José de Castro Sampaio Filho e ao alferes Herculano Teixeira de Magalhães (decr. n. 1.890); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:887\$ para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva (decr. numero 1.893); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 29:587\$477 para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, primeiro secretario de legação, em disponibilidade (decr. n. 1.896); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:653\$320 para pagamento a Karl Hoepek & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 1.898); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:076\$187 para pagamento ao Dr. Antonio José Pinto, em virtude de sentença (decr. numero 1.899); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares na importancia de 190:830\$020 ás verbas 6ª e 8ª do orçamento para 1908 (decr. n. 1.900); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 1.044:857\$600, supplementar á verba 9ª do art. 16 da lei de orçamento para 1908 (decr. n. 1.901); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 249:700\$660 para pagamento a Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em virtude de sentença (decr. n. 1.905); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 12:035\$940 para pagamento a Carlos Mesiano, em virtude de sentença (decr. n. 1.912); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 55:812\$714 para pagamento á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina, em virtude de sentença (decr. n. 1.913); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 269:558\$826 para pagamento a D. Francisca Borges Monteiro e outros (decr. n. 1.915); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 40:000\$, ouro, destinado ás despesas de viagem e representação do marechal Hermes da Fonseca e do general de divisão Luiz Mendes de Moraes e ás que tenha de fazer a legação em Berlim (decr. n. 1.917); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 24:858\$486 e o mento de docentes militares (decr. n. 1.918); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 24:858\$486 e supplementar de 2:400\$ para pagamento de differença de vencimento e de soldo ao almirante Arthur de Jaceguay (decr. n. 1.929); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 384:000\$, supplementar á verba 14ª do art. 16 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 1.930); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 100:000\$ para as despesas com a installação e o expediente das juntas de alistamento e

de sorteio militar (decr. n. 1.934); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos, em 1907, ao capitão da Força Policial José Cicero Bianchi (decr. n. 1.933); autoriza a abrir o extraordinario de 5:405\$726 para pagamento ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, em virtude de sentença (decr. n. 1.934); autoriza a abrir o extraordinario de 5:419\$656 para pagamento ao major José Raphael Alves de Azambuja, em virtude de sentença (decr. n. 1.935); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 19:302\$626 para pagamento a D. Serafina de Lima Pitaluga, em virtude de sentença (decr. n. 1.937); autoriza a abrir o extraordinario de 8:500\$368 para pagamento a D. Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, em virtude de sentença (decr. n. 1.938); autoriza a abrir o extraordinario de 23:625\$780 para pagamento a Boris Frères e José Antonio de Souza, em virtude de sentença (decr. n. 1.944); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:535\$326, ouro, e 429:998\$736, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.945); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 23:551\$484 para occorrer a despesas no Alto-Acre (decr. n. 1.946); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma (decr. numero 1.956); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 174\$257, ouro, e 826:394\$030, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 1.959); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:267\$609 para restituição ao capitão da Força Policial José Cicero Bianchi (decr. n. 1.960); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:874\$332 para pagamento de vencimentos ao major do Exercito Erico-Augusto de Oliveira, professor da extinta Escola Militar do Rio Grande do Sul (decr. n. 1.964); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 17:289\$410 para pagamento de vencimentos ao capitão de corveta Francisco de Mattos (decr. n. 1.965); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:816\$930 para pagamento a Antonio Russo Italiano, em virtude de sentença (decr. n. 1.966); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:200\$903 para restituição ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade (decr. n. 1.967); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o suplementar de 8:110\$930 ás verbas 13ª e 15ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 1.969); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 25:413\$280 para pagamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brasil e João Nepomuceno da Costa (decr. n. 1.981); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 17:867\$076 para pagamento a Mario Nazareth, em virtude de sentença (decr. n. 1.990); autoriza a abrir o de 11:520\$, suplementar ao n. 18 do art. 19 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 1.991); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Aristides Novis (decr. n. 1.994); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 1.049:197\$992, suplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 1.995); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 3:551\$612, suplementar ás verbas 24ª e 25ª do art. 2º da

lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 2.003); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 770\$ para pagamento de vencimentos ao almoxarife do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, Sebastião José Bezerra Cavalcanti (decr. numero 2.006); corrige o erro com que foi publicado o decreto n. 1.991, de 1908 (decr. n. 2.007); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os necessarios para supprir as deficiencias que se verificarem em diversas verbas (decr. numero 2.008); autoriza a abertura do extraordinario de 72:112\$122 ao Ministerio da Fazenda para pagamento a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença (decr. numero 2.011); autoriza a abertura dos extraordinarios, ao Ministerio da Fazenda, de 6:123\$109 para pagamento a D. Maria Honorina de Azevedo Santos, e 25:534\$563, ao major reformado do Exercito Leobaldo Augusto de Moraes, em virtude de sentença (decr. n. 2.012); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 136:418\$126 para pagamento, em virtude de sentença, aos herdeiros do almirante Jeronymo Francisco Gonçalves (decr. n. 2.015); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 10:766\$820 para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em virtude de sentença (decr. n. 2.016); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares de 1:298\$ e de 3:899\$993 e o especial de 18:000\$ para pagamento de vencimentos ao continuo José Hollanda Cavalcanti e ao ex-director da Camara dos Deputados, Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis (decr. n. 2.018); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Nerval Gomes Veras (decr. n. 2.020); autoriza a abrir o até á quantia de 50:000\$ para attender á despesa com uma segunda época de exames em 1908 (decr. n. 2.022); autoriza a abrir o extraordinario de 17:308\$907 para pagamento aos herdeiros do tenente-coronel reformado da Brigada Policial, Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença (decr. n. 2.023); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 8:587\$334 para pagamento ao escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Carlos Mendes (decr. n. 2.033); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 1:200\$, complementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 2.036); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 7:000\$ para pagamento de differença de vencimentos ao desembargador Manoel Pedro Alves Moreira Villaboim (decr. n. 2.037); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os extraordinarios de 7:887\$096 e 7:500\$ para pagamento ao desembargador Guilherme Coelho Cintra e ao Dr. Joaquim Moreira da Silva de differença de vencimentos (decr. n. 2.038); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:498\$165 para pagamento de gratificação adicional a varios funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 2.040); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o especial de 4:008\$202 para pagamento de ordenados ao escriptuario do almoxarifado do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira (decr. n. 2.043); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 9:405\$350 para pagamento ao desembargador Manoel Pedro Alves Moreira Villaboim (decr. n. 2.045); autoriza a abrir o necessario para pagamento dos vencimentos dos funcionarios da Secretaria

do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 2.047); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de réis 234:301\$329 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.053); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 83:443\$749, supplementar á verba 13^a do art. 29 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 2.054); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 7:987\$679 para pagamento ao barão de Lucena, em virtude de sentença (decr. n. 2.058); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:131\$249 para pagamento ao barão de Lucena, em virtude de sentença (decr. n. 2.059); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 23:791\$875 para pagamento ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 2.060); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:850\$694 para pagamento aos herdeiros do Dr. Amphiphio Botelho Freire de Carvalho, em virtude de sentença (decr. n. 2.061); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:000\$ para entrega a Octavio de Souza Lima, de empréstimo feito ao Cofre de Orphãos (decr. n. 2.062); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 26:541\$040 para pagamento de 21:838\$280 á Companhia Centro Commercial e de 4:702\$760 a João Martins Ferreira, em virtude de sentença (decr. n. 2.069); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 101:996\$600 para pagamento a Ignacio Alves Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 2.070); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 44:387\$722 para pagamento ao primeiro tenente da Armada, Antonio Leopoldino da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 2.071); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de réis 72:706\$822 para pagamento ao Dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão, em virtude de sentença (decr. n. 2.072); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:694\$300 para pagamento a Norberto de Azeredo Coutinho, em virtude de sentença (decr. n. 2.075); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 320\$500 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença (decr. n. 2.084 A); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 176:500\$, ouro, supplementar á verba 7^a do art. 7^o da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.091); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os necessarios á execução de varias deliberações do Senado Federal, referentes á sua Secretaria (decr. n. 2.096); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 17:946\$016 para pagamento á Companhia Mogyana de Estrada de Ferro, em virtude de sentença (decr. n. 2.100); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:949\$970 para pagamento ao capitão de corveta commissario Carlos Eugenio Ferreira, em virtude de sentença (decr. n. 2.101); autoriza a abertura do extraordinario de 211:457\$975 ao Ministerio da Fazenda para pagamento aos herdeiros de Joaquim da Silva Tavares, em virtude de sentença (decr. n. 2.107); autoriza a abrir o de 15:000\$, ouro, para subsidiar a comissão academica incumbida de representar a mocidade brasileira em Montevideo (decr. n. 2.108); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, supplementar á verba — Eventuaes, — do art. 2^o da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.109); au-

toriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 34:802\$826 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença (decr. n. 2.121); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 500:000\$, ouro, para despesas com a representação do Brasil na Exposição de Bruxellas, em 1910 (decr. numero 2.123); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 5:000\$ para pagamento de gratificação ao capitão de fragata Themistocles Nogueira Savio, professor do Collegio Militar (decr. n. 2.125); autoriza a abrir o suplementar de 644:269\$420 á verba do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, para terminação das obras da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 2.132); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 850:000\$ para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 2.144); autoriza a abrir o de 31:800\$ para restituição a José Antonio de Araujo Vasconcellos (decr. n. 2.146); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Violantino dos Santos (decr. n. 2.147); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 49:560\$951 para pagamento a Philadelpho de Souza Castro, em virtude de sentença (decr. n. 2.148); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 15:913\$759 para pagamento a Carlos Ferreira Campos e Camillo Ferreira de Figueiredo, ex-fieis de armazem da Alfandega do Pará (decr. n. 2.149); autoriza a abrir o extraordinario de 9:074\$006 para pagamento ao bacharel João Köpke, em virtude de sentença (decr. n. 2.150); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o de 2.800:000\$, suplementar á verba 6ª do art. 15 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.151); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 196:000\$, suplementar á verba 15ª do art. 2º da lei numero 2.050, de 1908 (decr. n. 2.152); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 19:120\$500 para pagamento ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 2.157); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o suplementar ao n. 8 do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 e o extraordinario de 2:500\$ para pagamento de vencimentos a um chefe de secção da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 2.167); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 72:506\$908, ouro, e réis 705:300\$249, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 2.168); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 9:720\$163, suplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.176); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 2:060\$, suplementar ás verbas 13ª, 16ª e 21ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. numero 2.181); autoriza a abrir os necessarios para pagar todas as despesas com as homenagens á memoria do ex-presidente Dr. Affonso Augusto Moreira Penna (decr. n. 2.182); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 270:000\$ para pagamento das folhas do pessoal tecnico e operario empregado nas obras do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 2.185); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 16:800\$, ouro, para pagamento de premios de viagem aos bachareis em direito Luiz Estevam de Oliveira e Leoncio Marcondes Homem de Mello, ao Dr. Oswaldo Ferreira Barbosa e ao engenheiro civil Carlos da Gama Lobo (decr. n. 2.186); autoriza a abrir ao Ministerio da Jus-

tiça o extraordinario de 65:580\$250 para pagamento de salarios aos operarios do Hospital Paula Candido (decr. numero 2.187); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 120:000\$, metade ouro e metade papel, complementar á verba — Illuminação publica (decr. n. 2.189); autoriza a abrir o extraordinario de 12:445\$584 ao Ministerio da Fazenda para pagamento a Sebastião Antonio de Carvalho e Antonio Tristão de Carvalho, em virtude de sentença (decr. numero 2.194); autoriza a abrir o de 193:799\$234 ao Ministerio da Fazenda para pagamento a João Luiz Vogel e outros, guardas da Alfandega, em virtude de sentença (decr. numero 2.196); autoriza a abrir o necessario para pagamento de vantagens aos officiaes da Armada e classes annexas, inferiores e praças do Corpo de Marinheiros Nacionais que serviram no Amazonas, Pará e Matto Grosso, de 21 de fevereiro de 1907 a 16 de janeiro de 1908 (decr. n. 2.197); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 716:607\$920, complementar ao § 11 do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.198); autoriza a abrir o de 4:360\$ para pagamento a membro da Comissão Inspector dos Estabelecimentos de Alienados do Amazonas (decr. n. 2.202); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 30:000\$ para subvencionar o Museu Commercial do Rio de Janeiro (decr. n. 2.208); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 154:334\$608, complementar á verba 15ª, n. 26 do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.212); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o especial de 2.000:000\$, papel, e 200:000\$, ouro, para liquidar as contas e mais compromissos relativos á Exposição Nacional de 1908 (decr. n. 2.220); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 360:000\$, complementar ao n. 21 do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.228); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 130:042\$386, complementar ao n. 20 do art. 2º da lei numero 2.050, de 1908 (decr. n. 2.229); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o especial de 385:000\$ para conclusão das obras do edificio destinado á Bibliotheca Nacional (decr. n. 2.230); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 300:000\$, complementar ao n. 40 do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.231); autoriza a pagar a 34 alumnos da extincta Escola Militar, abrindo o necessario, até á quantia de 76:345\$776 (decr. n. 2.234); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:719\$206 para pagamento a D. Marinha de Abreu Paiva e outros, herdeiros do coronel Jeronymo dos Santos Paixão, em virtude de sentença (decr. n. 2.238); autoriza a abrir o extraordinario de réis 15:240\$500 para restituição a Otero Gomes & Comp. de direitos de importação de duas partidas de arame para cerca (decr. n. 2.239); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o especial de 364:559\$143 para pagamento dos juros garantidos á Estrada de Ferro Sorocabana de 29 de agosto a 31 de dezembro de 1907 (decr. n. 2.251); autoriza a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o de 100:000\$ para recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros (decr. n. 2.252); autoriza a abrir o extraordinario de 301\$030 ao Ministerio da Fazenda para pagamento a Joaquim José Martins, em virtude de sentença (decr. n. 2.257); autoriza a abrir o extraordinario de 262\$940 ao Ministerio da Fazenda para pagamento á Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do

Rosario e S. Benedicto, em virtude de sentença (decr. n. 2.258); autoriza a abrir os especiaes de 85:327\$114, sendo um de 11:954\$750 ao Ministerio da Fazenda e outro de 73:372\$364 ao Ministerio da Justiça, para as despesas feitas pelo ex-prefeito do Alto-Juruá, general Gregorio Thaumaturgo de Azevedo (decr. n. 2.261); autoriza a abrir o de 42:621\$327 para pagamento aos patrões-môres de differença de soldo que deixaram de receber (decr. n. 2.262); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o suplementar de 7:000\$ á verba 13ª do 8ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 1909, para despesas com o pessoal e material da Camara dos Deputados, e de 2:425\$500, extraordinario, para pagamento de gratificação adicional a um continuo (decr. n. 2.266); autoriza a abrir o especial de 1:833\$326 para pagamento ao mestre do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Cyriaco Leite da Silva (decr. n. 2.275); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 20:150\$662, suplementar á verba — Alfandegas, — do art. 29 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 2.276); autoriza a abrir o de 60:000\$, suplementar á verba 18ª — Eventuaes, — do artigo 15 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 2.277); abre ao Ministerio da Justiça o de 95:408\$064, suplementar á rubrica 6ª — Secretaria do Senado Federal, — e o extraordinario de réis 237:275\$ (decr. n. 2.288); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o de 13:908\$709, suplementar á verba 23ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.300); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 7:100\$ para pagamento de vencimentos ao procurador criminal na secção do Districto Federal (decr. n. 2.301); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o suplementar de 7:000\$ á verba 13ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 1909, para pagamento do augmento de vencimentos do juiz, procurador e sub-procurador dos feitos da Saude Publica (decr. n. 2.302); autoriza a abrir ao Ministerio da Viação o de 470:000\$, suplementar á verba 2ª do art. 17, da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.304); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 960:000\$, suplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.308); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 481\$800, suplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909, para pagamento a Torquato da Rocha Pedrosa de acrescimo de vencimentos (decr. n. 2.309); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 175:220\$ para pagamento das despesas com a execução de concertos na cabeca *Marechal de Ferro* (decr. n. 2.310); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 102:512\$, suplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.311); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o de 276:655\$800, suplementar a diversas verbas do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909, para pagamento de salarios a jornalheiros, operarios, diaristas e trabalhadores (decr. n. 2.312); autoriza a abrir o suplementar de 1:464\$516 para pagamento de vencimentos do contra-mestre do extincto Arsenal de Guerra da Bahia, Dario José Moreira (decr. n. 2.313); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 191:161\$953 para pagamento de obras e aquisição de mobiliario e o de 712:300\$, suplementar a diversas verbas do art. 29 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.314); autoriza a abrir o extraordinario de réis 1.200:000\$ para despesas com transferencias e novas construcções, aquisição de terrenos, installações e reparações de

apparelhos no Observatorio Nacional (decr. n. 2.315); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 776:640\$ para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença (decr. n. 2.318); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 936:241\$904, complementar a diversas verbas (decr. numero 2.320); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o complementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba 7ª — Thesouro Nacional — e 50:000\$ á verba — Despesas eventuaes (decr. n. 2.322); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 119:258\$258, ouro, complementar á verba — Caixa de Amortização, — para o pagamento de notas fornecidas (decr. n. 2.324); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 265:561\$350 para pagamento de premios a Lage & Irmãos e outros pela construcção de embarcações (decr. n. 2.325); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 881:386\$006, papel, e 436\$172, ouro, complementar á verba — Exercicios findos (decr. n. 2.326); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de 677:657\$037, ouro, para pagamento de prata adquirida em 1909 (decr. n. 2.327); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o especial de réis 1.585:919\$927 para pagamento de juros de depositos da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro (decr. numero 2.328); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o de 3.419:634\$741, complementar á verba 6ª do art. 17 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.329); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o especial de 300:000\$ para os trabalhos da construcção do circulo telegraphico de Goyaz a Boa Vista do Tocantins (decr. n. 2.330); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o extraordinario de 46:516\$866 para pagamento de despesas com a extincta Commissão Central de Estudos e Construcção de Estradas de Ferro (decr. n. 2.331); autoriza a abrir ao Ministerio da Viacão o de 570:417\$479, metade ouro e metade papel, complementar á verba 11ª do art. 18 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 2.332); autoriza a abrir ao Ministerio da Guerra o especial de 300:000\$ para acquisição de mobiliario e outras despesas com o estabelecimento da Companhia de Aprendizes Militares (decr. n. 2.334); autoriza a abrir ao Ministerio da Marinha o complementar de 720:529\$798 ás verbas 12ª e 27ª do art. 8º da lei numero 2.221, de 1909, e o extraordinario de £ 5.000 para pagamento dos soccorros prestados ao «scout» *Bahia* (decr. numero 2.337); autoriza a abrir ao Ministerio da Agricultura o complementar de 1.500:000\$, ouro, para representação do Brasil na Exposição Internacional de Turim-Roma, em 1911 (decr. n. 2.338); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares na importancia de 6:153\$500 para pagamento de salarios de operarios do Archivo Publico e Bibliotheca Nacional (decr. n. 2.341); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 5:355\$600 para pagamento de publicação de editaes e outras despesas do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 2.342); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 1:853\$280 para pagamento de vencimentos e demais vantagens ao continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, João Leite Monteiro de Lacerda (decr. n. 2.346); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o complementar de 200:000\$ para pagamento de despesas com diligencias policiaes (decr. n. 2.347); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça os supplementares na impor-

tancia de 3:015\$714 para pagamento de salarios aos auxiliares da catalogação da Bibliotheca Nacional e aos operarios da Casa de Correção (decr. n. 2.348); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 272:575\$088 para conclusão das obras do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes e o suplementar de 30:000\$ para pagamento de armazenagem de materiaes pertencentes ao Governo (decr. n. 2.349); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, suplementar á verba 24^a — Ajudas de custo (decr. n. 2.352); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça um suplementar de 120:000\$ para pagamento de obras de reparações e segurança do edificio onde funciona o Instituto Nacional de Musica (decr. n. 2.354); autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 11:147\$128 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia pertencente aos menores Manoel e Bruno, filhos de Manoel Joaquim de Oliveira (decr. numero 2.358) — Ver ALFANDEGAS — CLUB NAVAL — DESPESAS — EXAMES — GUARDAS — LEGAÇÕES — OBRAS — PESTE — POLICIA — PRESCRIPÇÃO — REFORMA — THESOURO FEDERAL — TRIBUNAL DE CONTAS — VENCIMENTOS — VICE-CONSULADOS.

CRIMES — Estabelece penas para o de peculato (decr. n. 1.785); estabelece penas para os de peculato, moeda falsa, falsificação de documentos, e dá outras providencias (decr. n. 2.110) — Ver PENALIDADES.

CRUZ VERMELHA — Ver ASSOCIAÇÕES.

CUNTIAGEM — Ver MOEDAS — PREMIOS.

CURSO — Ver CANDIDATOS — ESTUDANTES.

D

« DEBENTURES » — Ver ASSOCIAÇÕES — CREDITOS.

DECISÕES — Ver « HABEAS-CORPUS ».

DECRETOS — Suspende temporariamente o de n. 164, de 1890, na parte relativa ás liquidações forçadas para os bancos nacionaes com séde na capital da Bahia (lei n. 768); restabelece o legislativo de n. 657, de 1899 (decr. n. 830); ficam em vigor as disposições dos de ns. 1.388, de 21 de fevereiro de 1891, e 1.054, de 20 de setembro de 1892 (decr. n. 937); modifica o de n. 3.346, de 1887 (decr. n. 1.236); declara sem effeito o de 3 de março de 1892, que apsentou o primeiro secretario de legação Arthur de Carvalho Moreira (decr. numero 1.595); deroga o art. 4^o do de n. 1.150, de 1904, na parte final, em que restringe o privilegio dos trabalhadores agricolas (decr. n. 1.607); deroga o art. 4^o, § 6^o, 2^a parte, do de n. 169 A. de 1890, e o art. 189 do de n. 370, de 1890 (decr. n. 1.675); corrige o legislativo de n. 1.897, de 1908 (decr. n. 2.001); corrige o erro com que foi publicado o legislativo de n. 1.991, de 1908 (decr. n. 2.007) — Ver SENTENÇAS.

DEFERIMENTO — Ver HERANÇA.

DEFINIÇÃO — Ver CARGOS — LETRA — NOTA.

DELEGACIAS — Crea os logares de contador e procurador fiscal nas fiscoes do Thesouro Federal, e dá outras providencias (decr. n. 1.478); autoriza a crear dous logares de auxiliares

na do Thesouro em Londres (decr. n. 1.430); equipara a Fiscal de Matto-Grosso á do Estado do Paraná (decr. n. 1.484); autoriza a abrir o credito de 11:006\$666, ouro, para pagamento dos vencimentos de dous escripturarios da do Thesouro em Londres (decr. n. 1.497); manda que fiquem fazendo parte, definitivamente, do 1º districto sanitario dos portos as de saude de S. Francisco e Itajahy, e dá outras providencias (decr. n. 1.504); equipara a Fiscal do Amazonas á em Pernambuco (decr. n. 1.661); autoriza a crear uma de policia, de primeira entrancia, na ilha de Paquetá (decr. numero 1.829); fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal da Fiscal do Amazonas (decr. n. 2.117) — Ver CREDITOS.

DEMARCAÇÃO — Ver PROTOCOLLO.

DEPARTAMENTO — Ver LITORAL.

DEPOSITO — Ver CREDITOS — TEMPOS.

DEPUTADOS — — Ver AJUDAS DE CUSTO — SUBSIDIO.

DEROGAÇÃO — Ver CREDITOS — LEIS.

DESAPROPRIAÇÕES — Manda applicar a todas as obras da competencia da União e do Districto Federal o decreto n. 816, de 1855 (decr. n. 1.021); manda effectuar a do predio em que residia o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, quando foi proclamada a Republica (decr. n. 1.343) — Ver CORPO DE BOMBEIROS.

DESCOBERTA — Ver PANORAMA.

DESENHISTA — Ver VENCIMENTOS.

DESPACHOS — Ver CREDITOS.

DÉSPESA — Fixa a geral da Republica para o exercicio de 1902, e dá outras providencias (lei n. 834); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1903 (lei n. 957); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1904, e dá outras providencias (lei n. 1.145); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1905 (lei n. 1.316); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1906, e dá outras providencias (lei numero 1.453); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1907, e dá outras providencias (decr. n. 1.617); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1908 (decr. n. 1.841); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1909, e dá outras providencias (decr. n. 2.050); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1910, e dá outras providencias (decr. numero 2.221); corrige as alterações com que foi publicada a geral para o exercicio de 1910 (decrs. ns. 2.244 e 2.245); fixa a geral da Republica para o exercicio de 1911 (decr. n. 2.356) — Ver ADMINISTRAÇÃO — CREDITOS — OBRAS — OFFICINA — PANORAMA.

DESPOJOS — Autoriza a trasladar de Montevidéo para Porto Alegre os mortaes do conselheiro Gaspar Silveira Martins (decr. n. 2.084).

DIARIA — Fixa a do conductor geral de encanamentos da Inspeção Geral de Obras Publicas (decr. n. 1.382) — Ver CREDITOS.

DIARISTAS — Ver APOSENTADORIAS.

DIAS — Ver REFORMA.

DIFFERENÇA — Autoriza a mandar pagar a D. Maria Mathilde Barbosa de Oliveira, viuva do coronel do Estado-Maior José Felix Barbosa de Oliveira, a entre o meio soldo da patente e o meio soldo da de general de brigada (decr. n. 1.682) — Ver CREDITOS — MEIO SOLDADO — MONTEPIO — SOLDADO.

DILIGENCIAS POLICIAES — Ver CREDITOS.

DIPLOMADOS — Concede aos pela Escola de Odontologia de S. Paulo e aos que o foram pelos demais institutos antes do decreto n. 1.371, de 1905, os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto (decr. n. 1.807).

DIRECÇÃO GERAL DA GUERRA — Ver VENCIMENTOS.

DIRECTORES — Ver GRATIFICAÇÕES — THESOURO FEDERAL — TRIBUNAL DE CONTAS — VENCIMENTOS.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA — Obriga a todas as autoridades civis ou militares, associações, empresas, companhias, estabelecimentos industriaes, commerciaes e outros e os particulares a darem as informações que lhes forem pedidas (decr. n. 1.850) — Ver VENCIMENTOS.

DIREITOS — Ver ACÇÃO — CORPO DE COMMISSARIOS — DIPLOMADOS — ISENÇÃO — PHARMACEUTICOS.

DISPENSA — Ver EXAMES — EXTERNATO AQUINO — NATURALIZAÇÕES — SOCIEDADES — TEMPO.

DISPONIBILIDADE — Ver MISSÕES — ORDENADOS.

DISPOSIÇÕES — Ficam em vigor as dos decretos ns. 1.388, de 24 de fevereiro de 1891, e 1.054, de 20 de setembro de 1892 (decr. n. 937); autoriza a applicar ao preparador de therapeutica da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio de Calazans, a da lei n. 138, de 21 de janeiro de 1893, considerando-o lente substituto (decr. n. 1.130); torna extensiva aos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos a constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 1890 (decr. n. 1.191); estabelece os casos em que é applicavel a do art. 1º do decreto n. 938, de 1902 (decr. numero 1.229); manda substituir por outra a da letra c do art. 1º, § 2º, do decreto n. 1.171 A, de 1904 (decr. n. 1.333); torna extensivas á Escola Commercial da Bahia as da lei n. 1.339, de 1905 (decr. n. 1.423); autoriza a applicar ao preparador de historia natural medica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Sattamini, a da lei n. 138, de 1893, considerando-o lente substituto (decr. numero 1.605); autoriza a applicar ao preparador de histologia da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma, a da lei n. 138, de 1893, considerando-o lente substituto (decr. n. 1.679).

DISTINCTIVO — Crea um para o presidente da Republica (decr. n. 2.299).

DISTRIBUIÇÃO — Ver FEITOS.

DISTRICTO FEDERAL — Reorganiza-o e dá outras providencias (decr. n. 939); modifica a lei organica (decr. numero 1.101); reorganiza a justiça local (decr. n. 1.338) — Ver CRIMES.

DISTRICTO SANITARIO — Ver DELEGACIAS.

DISTRICTOS ELEITORAES — Deroga o art. 3º e paragraphos da lei n. 620, de 1899, para restabelecer o art. 7º e paragraphos da lei n. 153, de 1893, com relação aos do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 907); divide o territorio da Republica em diversos (decr. n. 1.425).

DIVIDAS — Ver CREDITOS — TRABALHADORES.

DIVISÃO — Ver DISTRICTOS ELEITORAES — LITORAL.

DOCENTES MILITARES — Ver CREDITOS.

DOCUMENTOS — Ver NATURALIZAÇÕES — PREMIOS.

E

EDIFICIOS — Autoriza a arrendar o destinado á Alfandega de Juiz de Fóra (decr. n. 1.791); autoriza a mandar construir um apropriado para a Repartição Central da Policia (decr. n. 1.970) — Ver CREDITOS.

ELEIÇÕES — Adia as federaes, a que se tinha de proceder em 28 de dezembro de 1902 (decr. n. 917); adia para o ultimo domingo do mez de março de 1907 as que deviam se realizar no ultimo domingo do mez de outubro de 1906, para continuação do Conselho Municipal do Districto Federal, e dá outras providencias (decr. n. 1.619 A) — Ver LEGISLAÇÃO ELEITORAL.

« ELEMENTOS DE CHIMICA INORGANICA » — Ver OBRAS.

« ELEMENTOS DE SEMIOLOGIA INFANTIL » — Ver OBRAS.

ELEVAÇÃO — Ver AGENTES FISCAES — ALFANDEGAS — CONSULADOS — GRATIFICAÇÕES — PENSÕES — TAXAS — VENCIMENTOS.

EMBARCAÇÕES — Ver INTENDENCIA GERAL DA GUERRA.

EMBELLEZAMENTOS — Ver EMPRESTIMOS.

EMISSÃO — Ver TAXAS.

EMPREGADOS — Autoriza a mandar abonar, a titulo de ajuda de custo, uma quantia correspondente aos respectivos vencimentos aos da Administração dos Correios de Minas Geraes, por ocasião da transferencia para Bello Horizonte (decr. n. 1.471); torna extensivo a todas as caixas economicas que tenham fundo de reserva superior a 300:000\$ o decreto n. 961, de 1890, isto é, autorização para dispensa de comparecimento dos que contarem 30 ou mais annos de bons serviços e se invalidarem (decr. n. 1.610); manda aproveitar para o quadro dos de Fazenda os guardas das alfandegas da Republica que tiverem concurso de primeira entrancia (decr. n. 1.662); fixa o numero, classes e vencimentos dos das alfandegas do Rio de Janeiro e Santos (decr. n. 1.743); manda contar para aposentadoria o tempo em que os titulares das repartições federaes tiverem servido de diaristas (decr. n. 1.980) — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

EMPRESA — Ver ARMAZENS — ESTRADAS DE FERRO — INFORMAÇÕES.

EMPRESTIMOS — Autoriza a garantir os juros e amortizações do de 650:000\$ que effectuar a Associação do 4º Centenario do Brasil, para o fim de construir o edificio destinado á Academia de Bellas Artes (decr. n. 789); autoriza o prefeito a realizar um para saneamento e embellezamento da Capital Federal (decr. n. 1.101); autoriza o prefeito do Districto Federal a contrahir um de £ 10.000.000 (decr. numero 1.620); autoriza o até á quantia de £ 3.000.000, ou seu equivalente em moeda nacional, ao Estado de S. Paulo (decr. n. 1.684); autoriza a garantir, até o maximo nominal de £ 15.000.000, o externo que o Estado de S. Paulo contrahir para liquidar as operações effectuadas para a valorização do café, e dá outras providencias (decr. n. 2.014); as associações de credito agricola ou de credito agricola e hypothecario não os poderão emittir em obrigações ao portador (decr. n. 2.080) — Ver CREDITOS.

ENCARREGADO — Ver POMBAL MILITAR.

ENCOMMENDA — Ver NAVIOS.

ENCOMMENDAS POSTAES — Ver CORREIOS.

ENFERMEIRO-MÓR — Ver REFORMA.

ENFERMOS — Ver CONVENÇÕES.

ENGENHEIRO — Ver COLLAÇÃO.

ENVIADOS — Ver GRATIFICAÇÕES.

EPOCA — Ver EXAMES.

EQUIPARAÇÃO — Ver ALFANDEGAS.

ERRO — Ver DECRETOS.

ESCOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES — Equipara os vencimentos do pessoal administrativo e eleva os dos dous conservadores e restauradores (decr. n. 1.464); eleva os vencimentos dos professores de sciencias (decr. n. 1.773) — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

ESCOLA NAVAL — Determina que no caso de licença concedida a um lente cathedratico será a cadeira regida pelo lente substituto, a quem competir, na occasião, o exercicio das funções de repetidor (decr. n. 873); mantém o direito á promoção de guardas-marinha alumnos a todos os aspirantes matriculados durante a vigencia do actual regulamento (decr. numero 1.443) — Ver PROMOÇÕES.

ESCOLA POLYTECHNICA — Ver VENCIMENTOS.

ESCOLAS — Autoriza a transferencia da Preparatoria e de Tactica da cidade do Rio Pardo para a de Porto Alegre (decr. n. 1.001); autoriza a mandar matricular por mais um anno, nas militares, os alumnos desligados, por haverem incidido em varias disposições regulamentares (decr. n. 1.172); autoriza a reorganizar as de aprendizes marinheiros, inclusive á de Sergipe, que fica restabelecida, e dá outras providencias (decr. n. 1.186); equipara, para todos os effeitos legais, ás officiaes, as de Pharmacia, Odontologia e Obstetricia de S. Paulo, Livre de Odontologia do Rio de Janeiro, de Pharmacia do Recife, de Odontologia e Pharmacia annexas ao Instituto Grambery, em Juiz de Fóra, Minas (decr. numero 1.371); torna extensivas á Commercial da Bahia as

disposições da lei n. 4.339, de 1905 (decr. n. 1.423); autoriza a mandar matricular, em 1908, na de Artilharia e Engenharia os ex-alunos da extincta Militar do Brasil, nas condições que estabelece (decr. n. 1.708) — Ver COLLAÇÃO — COMPANHIAS — CREDITOS — DIPLOMADOS — EXAMES — GRATIFICAÇÕES — MATRICULA — PHARMACEUTICOS — VENCIMENTOS.

ESCREVENTES — Ver ESCRIVÃES — TITULO.

ESCRITURAÇÃO — Ver COFRE DE ORPHÃOS.

ESCRITURARIOS — Ver DELEGACIAS.

ESCRIVÃES — Designa os actos em que os escreventes juramentados do Juizo Federal os poderão substituir (decr. n. 1.205) — Ver COLLECTORIA — PERCENTAGEM.

ESPOLIO — Ver CREDITOS.

ESTABELECIMENTOS — Declara que o art. 7º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, é comprehensivo dos lentes substitutos e professores vitalicics dos militares de ensino dependentes do Ministerio da Guerra (decr. n. 756) — Ver INFORMAÇÕES.

ESTADO DE SITIO — Decreta-o até 30 dias no Districto Federal e em Nictheroy e autoriza o Poder Executivo a suspender-o dentro do praso marcado, desde que não necessite mais (decr. n. 1.270); prorroga-o por mais 30 dias (decr. numero 1.297); publica a resolução que approva os actos do Governo durante o declarado em consequencia dos acontecimentos de 14 de novembro de 1904 (decr. n. 1.377); declara-o por 30 dias no Districto Federal e em Nictheroy (decr. n. 2.289).

ESTAFETAS — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

ESTAMPILHAS — Ver CREDITOS — OBRIGAÇÃO.

ESTATISTICA — Ver CREDITOS.

ESTATUA — Autoriza a entregar á commissão incumbida da erecção de uma ao marechal Floriano Peixoto, como auxilio, a quantia de 50:000\$ (decr. n. 1.772).

ESTATUTOS — Ver BANCO DO BRASIL.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — Autoriza a extincção da secção da pagadoria (decr. n. 832); autoriza a augmentar na 2ª divisão do escriptorio do trafego tres logares de escripturários e a reduzir, na Inspectoria do Movimento, dous conductores de 2ª e um de 3ª classe (decr. n. 1.451); equipara em vencimentos os seus telegraphistas aos da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.626); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 1.500:000\$ para despesas e regularização de contas (decr. n. 1.694); autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o necessario para execução do decreto n. 1.626, de 1907 (decr. n. 1.730) — Ver CREDITOS.

ESTRADAS DE FERRO — Autoriza a concessão ao engenheiro Pedro Luiz Soares de Souza da construcção de uma, do ponto onde acaba a franca navegação do Rio Branco ao ponto mais conveniente da fronteira com a Guyana Ingleza (decr. n. 762); autoriza a conceder ao engenheiro Joaquim

Huet Bacellar a construcção, uso e gozo de uma, de Manãos á foz do Rio Mahú (decr. n. 809); concede ao Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio e outro, ou á companhia que organizarem, o direito á construcção, uso e gozo de uma, subterranea, por tracção electrica, entre a Capital Federal e Nicheroy (decr. n. 993); autoriza a conceder ao engenheiro Eugenio de Andrade privilegio para construcção de uma, electrica, da Capital Federal a Petropolis (decr. numero 1.040); autoriza a modificar a clausula XXXVIII do decreto n. 3.812, de 1900, relativo á de Alcobaça á Praia da Rainha (decr. n. 1.045); autoriza o Governo a construir uma que, partindo de Timbó, na Bahia, vá terminar em Propriá, em Sergipe (decr. n. 1.126); autoriza a promover a construcção de uma entre as cidades de S. Luiz e Caxias, no Maranhão (decr. n. 1.329); autoriza a prolongar a de Camocim até Thêrezina, lançando um ramal em direcção a Amarração (decr. numero 1.347); approva a resolução concernente á Pan-Americana (decr. n. 2.394) — Ver CREDITOS.

ESTRANGEIROS — Ver EXPULSÃO — NATURALIZAÇÕES.

ESTUDANTES — Permite aos que já tiverem obtido pelo menos uma approvação em qualquer preparatorio, concluir o curso iniciado pelo systema de exames parellados, e dá outras providencias (decr. n. 1.307) — Ver SOLDOS.

ETAPAS — Isenta de qualquer imposto as fornecidas aos officiaes do Exército e Armada (decr. n. 983); torna extensivas aos officiaes da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros as disposições do decreto n. 983, de 1903 (decr. n. 1.334) — Ver CARGOS — CREDITOS.

EVENTUAES — Ver CREDITOS.

EXACTORES — Determina que os da Fazenda Federal, que prestarem fiança em dinheiro, titulos da divida publica e cadernetas da Caixa Economica, poderão entrar desde logo no exercicio das funcções do cargo (decr. n. 2.095).

EX-ALUMNOS — Ver ESCOLAS.

EXAMES — Autoriza a mandar pagar a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional (decr. numero 774); dispensa dos praticos, de que cogitam os artigos 28 e 29 do regulamento de 31 de março de 1851, os officiaes e praças do Exército habilitados com os cursos das armas a que pertencerem e deroga a lei n. 39 A, de 1892 (decr. n. 1.037); autoriza a conceder uma segunda época aos estudantes de preparatorios (decr. n. 1.065); dispõe sobre os praticos dos alumnos da Escola Polytechnica (decr. n. 1.098); autoriza a conceder, em 1904, uma segunda época aos estudantes de preparatorios (decr. n. 1.248); autoriza a conceder uma segunda época aos estudantes de preparatorios (decr. n. 1.692); autoriza a conceder, no corrente anno, uma segunda época aos estudantes de preparatorios (decr. numero 2.022) — Ver CANDIDATOS — ESTUDANTES.

EXCEPÇÕES — Ver ANTIGUIDADE.

EXERCICIO — Ver EXACTORES.

EXERCICIOS FINDOS — Ver CREDITOS.

EXERCITO — Reorganiza-o (lei n. 1.860) — Ver CARGOS — POSTO — SERVIÇO — VENCIMENTOS.

EXISTENCIA — Ver ASSOCIAÇÕES.

EXPEDIENTE — Ver TAXAS.

EXPLOSIVO — Ver CREDITOS.

EXPULSÃO — Providencia sobre a de estrangeiros do territorio nacional (decr. n. 1.641).

EXTERNATO AQUINO — Dispensa o resto do tempo que lhe falta para completar os dous annos de fiscalização prévia, exigida pelo art. 366 do codigo de ensino (decr. numero 1.344).

EXTINÇÃO — Ver CLASSES — LOGARES — PAGADORIA — PESTE.

EXTORNO — Ver CONSIGNAÇÕES.

F

FACTURAS — Dispõe sobre as consulares (decr. n. 1.103).

FACULDADES — Ver VENCIMENTOS.

FALLENCIAS — Reforma a lei (lei n. 859); reforma a lei (lei n. 2.024).

FALSIFICAÇÃO — Ver CRIMES.

FEITOS — Sujecita á distribuição todos os dirigidos aos juizes de direito da justiça civil e criminal do Districto Federal (decr. n. 1.827).

FÉRIAS — Ver DELEGACIAS.

FERIDOS — Ver CONVENÇÕES.

FIANÇA — Ver EXACTORES.

FIEIS — Ver GRATIFICAÇÕES — VENCIMENTOS.

FILHAS — Ver MEIO SOLDADO — MONTEPIO.

FISCALIZAÇÃO — Ver ASSISTENCIA — COLLEGIO DIOCESANO — CREDITOS — EXTERNATO AQUINO.

FIXAÇÃO — Ver DESPESA — FORÇAS — MESAS DE RENDAS — PERCENTAGENS — SUBSIDIOS — VENCIMENTOS.

Foguista — Ver INTENDENCIA GERAL DA GUERRA.

FORÇA POLICIAL — Ver VENCIMENTOS.

FORÇAS — Fixa a naval para o anno de 1902 (lei numero 795); fixa as de terra para o exercicio de 1902 (lei n. 796); fixa as de terra para o exercicio de 1903 (lei numero 900); fixa a naval para o anno de 1903 (lei n. 927); fixa as de terra para o exercicio de 1904 (lei n. 1.030); fixa a naval para o exercicio de 1904 (lei n. 1.064); fixa a naval para o anno de 1905 (lei n. 1.195); fixa as de terra para o exercicio de 1905 (lei n. 1.220); fixa a naval para o exercicio de 1906 (lei n. 1.426); fixa as de terra para o exercicio de 1906 (lei n. 1.427); fixa a naval para o exercicio de 1907 (lei

n. 1.587); fixa as de terra para o exercício de 1907 (lei numero 1.588); fixa a naval para o exercício de 1908 (decr. numero 1.752); fixa as de terra para o exercício de 1908 (decr. n. 1.767); fixa as de terra para o exercício de 1909 (decr. numero 1.919); fixa a naval para o exercício de 1909 (decr. n. 1.920); fixa a naval para o exercício de 1910 (decr. numero 2.112); fixa as de terra para o exercício de 1910 (decr. n. 2.113); fixa as de terra para o exercício de 1911 (decr. n. 2.306); fixa a naval para o exercício de 1911 (decr. numero 2.336).

FRONTEIRA — Ver PROTOCOLLOS — TRATADOS.

FUNCCIONARIOS — Declara quaes os vitalicios da justiça local do Districto Federal (decr. n. 1.823) — Ver CONSIGNAÇÕES — CRIMES — REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS — TRIBUNAL DE CONTAS — VENCIMENTOS.

FUNCCÕES — Ver ASPIRANTES.

FUNCCÕES ELECTIVAS — Ver MILITARES.

FUNDOS — Deroga o art. 6º da lei n. 581, de 1899 (decr. n. 1.455); restaura o de garantia e resgate do papel moeda (decr. n. 2.357).

G

GARANTIA — Ver EMPRESTIMOS — FUNDOS.

GOVERNOS — Autoriza a despende até á quantia de 100:000\$, papel, com a recepção e hospedagem de representantes de estrangeiros e hospedes illustres (decr. n. 2.340).

GRADUAÇÃO — Ver POSTO.

GRATIFICAÇÕES — Manda pagar as dos lentes, substitutos e professores vitalicios dos estabelecimentos de ensino, dependentes do Ministerio da Guerra, da data em que foram postos em disponibilidade (decr. n. 756); manda abonar aos officiaes do Corpo de Bombeiros, que se reformarem, além do soldo devido, uma annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos cinco primeiros, e dá outras providencias (decr. n. 1.160); eleva de 24 a 34 as quotas da annual para o inspector da Alfandega de Porto Alegre (decr. n. 1.496); autoriza a mandar pagar ao professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho, a por ter leccionado cumulativamente nas cadeiras dos 5º e 6º annos (decr. n. 1.529); concede mais duas quotas aos feis de armazem e aos ajudantes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 1.594); manda pagar a divida aos profissionaes incumbidos da fiscalização do serviço de assistência a alienados nos estabelecimentos publicos do Estado (decr. n. 1.600); eleva a dos directores das alfandegas e escolas superiores e do Gymnasio Nacional (decr. n. 1.773); determina que os enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios que servirem na America do Sul, America Central, Antilhas e Asia tenham depois de dous annos de residencia a adicional annua (decr. n. 2.363) — Ver CARGOS — CODIGO DE ENSINO — CREDITOS — GUARDAS — VENCIMENTOS.

GUARDA CIVIL — Autoriza a sua reorganização (decr. numero 1.323); reorganiza-a (decr. n. 1.872).

GUARDA-MARINHA — Ver PROMOÇÕES.

GUARDA-MÓR — Ver LOGARES.

GUARDAS — Manda aproveitar para o quadro dos empregados de Fazenda os das alfandegas, que tiverem concurso de primeira entrada (decr. n. 1.662) — Ver ALFANDEGAS — VENCIMENTOS.

GUIAS — Ver THESSOURO FEDERAL.

GUYANA INGLEZA — Ver CREDITOS — QUESTÃO.

GYMNASIO NACIONAL — Eleva a gratificação do director (decr. n. 1.773) — Ver CREDITOS — VENCIMENTOS.

H

« HABEAS-CORPUS » — Manda observar o disposto nos artigos 439, n. 1, e 441 do regulamento n. 120, de 1842 (decr. numero 1.748).

HERANÇA — Regula o deferimento da no caso da successão *ab-intestato* (decr. n. 1.839).

HOMENAGENS — Ver CREDITOS.

HOSPEDAGENS — Ver GOVERNOS.

HOSPICIO — Ver ASSISTENCIA -- CREDITOS.

HOSPITAL — Autoriza a entrar em accôrdo com a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro para a construcção de um para o tratamento de tuberculosos (decr. n. 1.623) — Ver CREDITOS.

HOSPITAL MILITAR DE PORTO ALEGRE — Ver CREDITOS.

HYGIENE — Autoriza a abrir ao Ministério da Justiça o crédito extraordinario de 990:000\$ para despesas com o serviço da capital da Republica (decr. n. 941); transfere para a administração federal os serviços da defensiva da capital da União (decr. n. 966); reorganiza os serviços da administrativa da União (decr. n. 1.151); autoriza a modificar a tabella annexa ao decreto n. 1.151, de 1904 (decr. n. 1.230) — Ver REVACCINAÇÃO — VACCINAÇÃO.

HYPOTHECAS — Ver CREDITO MOVEI — OFFICIOS.

I

ILLUMINAÇÃO — Autoriza a abrir ao Ministerio da Industria o credito especial de 74:490\$ para pagamento a Braconnot & Irmãos, pela installação provisoria para a electrica da Capital Federal (decr. n. 1.417).

IMPORTAÇÃO — Ver MERCADORIAS.

IMPOSTO DE TRANSPORTE — Ver PREMIOS.

IMPOSTOS — Declara em vigor a isenção do de consumo para o xarque (decr. n. 858); declara livre de quaesquer o

intercurso das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando objecto de commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal (decr. n. 1.185); autoriza a restituir á Empresa de Luz Electrica de Jaguarão a importancia dos de importação que pagou na Alfandega do Rio Grande por material isento de direitos (decr. n. 1.798) — Ver AGENTES FISCAES — ETAPAS — ISENÇÃO.

IMPRESSA NACIONAL — Ver CREDITOS.

IMPRESSÃO — Ver PREMIOS.

INCOMPATIBILIDADE — Ver MAGISTRADOS.

INDENIZACÃO — Ver CREDITOS — DESAPROPRIACÕES — FRASCO.

INELEGIBILIDADE — Ver INTENDENTES MUNICIPAES.

INFERIORES DA ARMADA — Ver CREDITOS.

INFORMAÇÕES — Obriga todas as autoridades civis ou militares, associações, empresas, companhias, estabelecimentos industriaes, commerciaes e outros e os particulares a darem as pedidas pela Directoria Geral de Estatística (decr. n. 1.850).

INFRACÇÃO — Ver POSTUMAS.

INSCRIPÇÃO — Ver CONGRESSO INTERNACIONAL.

INSPECÇÃO — Ver CREDITOS.

INSPECTOR — Ver ALFANDEGAS.

INSTALLACÃO — Ver ILLUMINACÃO.

INSTITUIÇÕES — Ver ACADEMIAS.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT — Torna extensivo aos professores e repetidores o acrescimo de vencimentos que tiveram os lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos ns. 1.075, de 1890, e 2.194, de 1892 (decr. n. 1.299); autoriza a crear varios logares, extingue alguns e fixa os vencimentos do pessoal (decr. n. 1.583).

INSTITUTO DE PATHOLOGIA EXPERIMENTAL DE MANGUEIRAS — Crea-o (decr. n. 1.802).

INSTITUTO DE PROTECCÃO E ASSISTENCIA Á INFANCIA — Autoriza a ceder ao do Rio de Janeiro um dos proprios nacionaes existentes nesta capital ou a dar mensalmente 500\$ para aluguel de casa (decr. n. 1.154); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona (decr. n. 1.530); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona (decr. n. 1.711).

INSTITUTO NACIONAL DE MUSICA — Reorganiza-o (decr. n. 968); autoriza a modificação do regulamento (decr. n. 1.155); equipara os vencimentos do pessoal administrativo (decr. n. 1.466); eleva os vencimentos de varios funcionarios (decr. n. 1.762) — Ver CREDITOS — PREMIOS.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS — Torna extensivo aos professores e repetidores o acrescimo de vencimentos

concedido aos lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos numeros 1.075, de 1890, e 2.194, de 1892 (decr. n. 1.299).

INSTITUTOS — Torna extensivo aos secretarios dos de ensino superior a disposição do art. 34, § 3º, do codigo de ensino (decr. n. 1.479) — Ver CONVENÇÕES — DIPLOMADOS.

INTENDENCIA GERAL DA GUERRA — Declara que os patrões, machinistas, foguistas e remadores das lanchas e demais embarcações continuarão a gosar das vantagens do art. 235 do regulamento dos arsenaes de guerra (decr. n. 1.561); fixa os vencimentos dos fideis e guardas (decr. n. 1.849) — Ver VENCIMENTOS.

INTENDENTES MUNICIPAES — Determina que aos do Districto Federal, quando em sessões extraordinarias, seja abonado subsidio, e supprime a inelegibilidade constante do n. 9 do art. 57 do decreto n. 5.160, de 1904 (decr. n. 1.978) — Ver MERCADORIAS.

INVALIDEZ — Ver EMPREGADOS.

ISENÇÃO — Declara em vigor a do imposto de consumo do xarque (decr. n. 858); autoriza a conceder de imposto, dentro de um anno, á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, para o material que importar, indispensavel para a reparação de suas linhas, augmento e melhoria do trafego (decr. n. 1.041); concede de direitos aduaneiros para os objectos e materiaes destinados á Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro (decr. n. 1.904) — Ver ETAPAS — PREMIOS.

J

JUBILAÇÃO — Autoriza a do Dr. Nuno de Andrade, com todos os vencimentos, logo que tiver completado 30 annos de exercicio (decr. n. 1.874).

JUIZ — Ver COMARCA — VARA — VENCIMENTOS.

JUIZO FEDERAL — Ver ESCRIVÃES.

JUNTA — Ver DELEGACIAS — SORTEIO.

JUROS — Ver CREDITOS — EMPRESTIMOS.

JUSTIÇA — Reorganiza a local do Districto Federal (decr. n. 1.338); declara que, com excepção dos actuaes serventuarios, não são vitalícios os funcionarios da local do Districto Federal, de que tratam os arts. 8º, n. VII, e 58 da lei n. 1.338, de 1905 (decr. n. 1.823); declara que a acção de que trata o art. 13 da lei n. 221, de 1894, presereve dentro de um anno (decr. n. 1.939) — Ver VENCIMENTOS.

L

LABORATORIO NACIONAL DE ANALYSES — Fixa o numero, classes e vencimentos do seu pessoal (decr. n. 1.306).

LABORATORIO PHARMACEUTICO MILITAR — Regula os vencimentos dos seus empregados (decr. n. 1.642); approva a reorganização feita pelo decreto n. 7.454, de 1909 (decr. n. 2.154).

LAGOA MIRIM — Ver TRATADOS.

LANCIAS — Ver INTENDENCIA GERAL DA GUERRA.

LAZARETO DE TAMANDARÉ — Fixa o numero, classes e vencimentos do seu pessoal, e dá outras providencias (decr. numero 1.325).

LEGAÇÕES — Estabelece duas permanentes, uma em Quito e outra em Bogotá (decr. n. 1.321); separa a do Brasil, em Guatemala, da do Mexico, annexando-a á em Cuba e America Central (decr. n. 1.865); crea uma na Noruega e na Dinamarca, regida por um enviado extraordinario e ministro plenipotenciario (decr. n. 2.188).

LEGISLAÇÃO ELEITORAL — Reforma-a e dá outras providencias (decr. n. 1.269); manda applicar aos trabalhos das comissões de revisão do alistamento eleitoral os recursos estabelecidos pelos arts. 36 e 37 da lei n. 1.269 (decr. n. 4.733).

LEGISLATURA — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima (decr. n. 940).

LEIS — Declara que o art. 7º da de n. 560, de 1898, é comprehensivo dos lentes, substitutos e professores dos estabelecimentos militares de ensino dependentes do Ministerio da Guerra (decr. n. 756); reforma a sobre fallencias (lei n. 859); deroga o art. 3º e paragraphos da de n. 620, de 1899, e dá outras providencias (decr. n. 907); deroga a de n. 39 A, de 1892, na parte referente á exames praticos de officiaes e praças do Exercito (decr. n. 1.037); modifica a organica do Districto Federal (decr. n. 1.101); revoga o art. 4º da de n. 403, de 1896 (decr. n. 1.134); declara sem vigor o disposto nas letras a a c do art. 16 da de n. 560, de 1898, e dá outras providencias (decr. n. 1.171 A); deroga o art. 6º da de n. 581, de 1899 (decr. n. 1.455); corrige a alteração com que foi publicada a de n. 1.617, de 1906 (decr. n. 1.646); reforma a de fallencias (decr. n. 2.024); corrige as alterações com que foi publicada a de n. 2.221, de 1909 (decrs. ns. 2.244 e 2.245) — Ver DESPESA — DISPOSIÇÕES — FORÇAS — PROCESSOS — RECEITA.

LENTES — Manda considerar substituto o preparador de therapeutica da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio de Calazans (decr. n. 1.130); autoriza a applicar ao preparador de historia natural medica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Sattámini, a disposição da lei n. 138, de 1893, considerando-o como substituto (decr. n. 1.605); autoriza a applicar ao preparador de histologia da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma, a disposição da lei n. 138, de 1893, considerando-o como substituto (decr. n. 1.679) — Ver ESCOLA NAVAL — VENCIMENTOS.

«LEOPOLDINA RAILWAY» — Autoriza a dispensar da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade, da Estrada de Ferro Central de Macahé (decr. n. 784).

LETRA — Define a de cambio (decr. n. 2.044) — Ver VENCIMENTOS.

LICENÇAS — Autoriza a conceder seis mezes ao escripturario do Tribunal de Contas Antonio Corrêa Leal (decr. numero 758); concede ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno (decr. n. 765); autoriza a conceder ao commissario da Armada,

capitão de mar e guerra José Francisco da Conceição, seis mezes (decr. n. 771); autoriza a conceder a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal, um anno (decr. n. 773); autoriza a conceder ao Dr. Manoel Victorino Pereira, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno (decr. n. 775); autoriza a conceder seis mezes ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado (decr. n. 778); concede ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima mais um anno (decr. n. 780); concede ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell um anno (decr. n. 784); autoriza a conceder seis mezes ao conductor geral do abastecimento á Capital Federal (decr. n. 790 A); concede um anno ao segundo escripturario da Delegacia Fiscal no Paraná, Manoel Pereira Mendes (decr. n. 792); concede um anno ao Dr. Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador de physica da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro (decr. n. 798); autoriza a conceder um anno ao terceiro escripturario do Tribunal de Contas José de Moraes (decr. n. 803); autoriza a prorrogação por um anno da concedida a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro da extincta Inspectoria Geral de Estradas de Ferro (decr. n. 806); autoriza a conceder um anno ao Dr. Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal (decr. n. 807); autoriza a prorrogação por mais seis mezes da concedida ao Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz do Tribunal Civil e Criminal (decr. n. 808); concede um anno ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador effectivo da cadeira de operações e apparatus da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 812); autoriza a conceder um anno a Enéas Ferreira Valle, segundo escripturario da Alfandega de Manaus (decr. n. 825); autoriza a conceder um anno ao fiel do thesoureiro da Delegacia Fiscal em Minas Geraes, Antonio de Santa Cecilia Junior (decr. n. 827); autoriza a conceder ao bacharel Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno (decr. numero 829); autoriza a conceder um anno ao machinista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Achilles Arnaud Coutinho (decr. n. 833); autoriza a conceder um anno a Francisco Alves da Silva Prado, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 850); autoriza a conceder um anno ao amanuense da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Augusto de Medeiros (decr. n. 851); autoriza a conceder um anno ao assistente da cadeira de clinica dermato-syphiligraphica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Terra (decr. n. 852); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, a Joaquim Barbosa Pinto, porteiro da Direcção Geral de Saude do Exercito (decr. n. 856); autoriza a prorrogação, com o ordenado, da concedida ao Dr. Elias Mario Gonçalves de Castro Mascarenhas, procurador da Republica na secção do Piahy (decr. n. 862); autoriza a prorrogação por mais um anno da concedida ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. numero 863); autoriza a prorrogação da em cujo goso se acha o lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima (decr. n. 866); determina que no caso de concedida a um lente da Escola Naval será a cadeira regida pelo lente substituto, a quem competir, na oc-

casião, o exercício das funções de repetidor (decr. n. 873); autoriza a conceder seis meses ao Dr. Fernando de Siqueira Cavalcanti, secretario da Capitania do Porto de Pernambuco (decr. n. 874); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario do Hospital Militar do Pará, Francisco de Assis Tobias (decr. n. 876); autoriza a prorogar por seis meses, com o ordenado, a em cujo goso se acha o encarregado do deposito da 4.^a divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Candido Cordeiro Dias (decr. n. 877); autoriza a conceder seis meses, com o ordenado, em prorrogação, ao conductor de trem de 3.^a classe da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Antonio José Teixeira Guimarães (decr. n. 879); nambuco, Antonio José Teixeira Guimarães (decr. n. 879); autoriza a conceder ao conductor de trem de 1.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 880); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao quarto escripturario da Alfandega de Pernambuco, João Honorato Pereira Leal (decr. n. 885); autoriza a prorogar por um anno a concedida ao machinista de 2.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Achilles Arnaud Coutinho (decr. n. 887); autoriza a conceder até um anno, com o ordenado, a José Augusto de Oliveira, conductor de trem de 1.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 888); autoriza a conceder ao amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão, prorrogação por um anno, com todos os vencimentos, da em cujo goso se acha (decr. n. 889); autoriza a conceder um anno ao lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Bráulio Augusto Machado de Oliveira (decr. n. 891); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a João da Motta Macedo, ajudante de estação de 1.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 895); autoriza a prorogar por um anno, sem o ordenado, a do lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell (decr. n. 899); concede ao Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis meses, com todos os vencimentos (decr. n. 902); autoriza a conceder nove mēzes, com o ordenado, ao thesoureiro da Sub-Administração dos Correios de Uberaba, Irineu de Mello Franco (decr. n. 909); autoriza a conceder um anno ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal em Pernambuco (decr. n. 911); autoriza a conceder ao capitão-tenente Virgulino de Magalhães Moreira Sampaio um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 912); autoriza a conceder oito meses, sem os vencimentos, ao Dr. Pedro Pereira Chermonet Rayol, substituto do juiz federal na secção do Pará (decr. n. 914); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao sub-director do Tribunal de Contas Francisco da Silva Medella (decr. numero 919); autoriza a prorogar por seis meses a concedida ao terceiro escripturario da Alfandega de Pernambuco, Grato da Silveira Bastos Varella (decr. n. 921); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a concedida ao bacharel Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal (decr. n. 926); autoriza a conceder dous annos, com o soldo simples, só no primeiro anno, ao capitão do Corpo do Estado-Maior do Exercito, Pedro Bofelho da Cunha (decr. n. 930); autoriza a conceder dous annos, com todos os vencimentos, ao

engenheiro civil Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa, lente de mathematica do Gymnasio. Nacional. afim de aperfeiçoar-se no estudo de sua cadeira (decr. n. 942); autoriza a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães, um anno, com os vencimentos, para applicar-se a estudos, em paiz estrangeiro, da materia que professa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 943); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao agente da estação de Sitio, da Estrada de Ferro Central do Brasil, coronel Francisco da Costa Araujo (decr. n. 954); autoriza a conceder a Paulo Orozimbo de Azevedo, administrador dos Correios de S. Paulo, um anno, com o ordenado (decr. n. 956); autoriza a conceder seis mezes ao segundo escriptuario da Alfandega do Pará, Francisco Rodrigues de Andrade (decr. n. 965); autoriza a conceder um anno ao Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio do Rio de Janeiro e lente cathedratico da Escola Militar do Brasil (decr. n. 980); autoriza a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 986); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Antonio Acauassú Nunes, juiz federal na secção do Pará (decr. n. 988); concede um anno, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Bernardino Ferreira da Silva (decr. n. 989); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Santos, Antonio Rufino de Andrade Lima Junior (decr. n. 999); concede ao Dr. Epitacio da Silva Pessoa, procurador geral da Republica, quatro mezes, em prorrogação (decr. n. 1.000); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. João Lopes Pereira, juiz federal na secção do Amazonas (decr. n. 1.002); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a em cujo goso se acha o Dr. Joaquim Fernandes da Costa Lima, inspector de saude dos portos do Maranhão (decr. n. 1.004); autoriza a conceder seis mezes ao segundo escriptuario da Delegacia Fiscal no Espirito Santo, Ubaldo Ramalhette Maia (decr. n. 1.005); autoriza a conceder, com todo o ordenado, ao conferente da Alfandega de Santos, José Joaquim de Miranda (decr. n. 1.006); autoriza a conceder um anno ao professor do Collegio Militar, Ernesto de la Rivière (decr. n. 1.008); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a concedida ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. n. 1.014); autoriza a prorogar por um anno a concedida, sem os vencimentos, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 1.015); autoriza a prorogar por um anno, com todo o ordenado, a em cujo goso se acha o quarto escriptuario da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Augusto Antunes de Freitas (decr. n. 1.022); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Manoel Candido Cordeiro Dias, encarregado do deposito da 4.^a divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.023); autoriza a conceder um anno, com todo o ordenado, a José Dionysio Meira, assistente effectivo do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. n. 1.028); autoriza a conceder seis mezes, com todos os vencimentos, ao commissario geral, capitão de mar e guerra José Francisco da Conceição (decr. n. 1.039); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a em cujo goso se acha o ajudante de estação de 1.^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, João da

Motta Macedo (decr. n. 1.047); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Cotrim Aranha (decr. numero 1.056); autoriza a conceder ao procurador da Republica, Dr. Carlos Borges Monteiro, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. n. 1.060); autoriza a conceder seis mezes, sem os vencimentos, em prorrogação, ao substituto do juiz federal na secção do Pará, Dr. Pedro Pereira Chermont Rayol (decr. n. 1.070); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Bento José da Silva (decr. n. 1.078); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel José Nabuco Neiva, auditor de guerra do 1º districto militar (decr. numero 1.079); autoriza a conceder, no caso de não haver inconveniente para o serviço militar, dous annos, com os vencimentos, ao alferes do Exército Paulino Julio de Almeida Nuro, para ir á Europa construir e experimentar, á sua custa, um apparelho de locomoção aerea de sua invenção (decr. numero 1.080); autoriza a conceder a Maximiano Rodrigues Barbosa, terceiro official da Secretaria da Justiça, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.083); autoriza a conceder ao Dr. José Lopes da Silva Junior, medico do Hospital de São Sebastião, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.084); autoriza a pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895 (decr. n. 1.097); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a em cujo gozo se acha o conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Toscano de Brito (decr. n. 1.107); autoriza a conceder ao amanuense da Escola Polytechnica, Innocencio de Drummond Junior, seis mezes, com direito ao ordenado (decr. n. 1.117); autoriza a prorogar, por tres mezes, a em cujo gozo se acha o Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio do Rio de Janeiro e lente da Escola Militar do Brasil (decr. n. 1.119); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago (decr. n. 1.127); concede um anno, com todos os vencimentos, ao alferes do Exército Alfredo Romão dos Anjos (decr. n. 1.128); autoriza a conceder um anno a José Xavier de Miranda Henriques, ajudante do porteiro da Bibliotheca Nacional (decr. n. 1.129); autoriza a conceder ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Tacito Luiz Travassos, um anno (decr. n. 1.131); autoriza a conceder ao Dr. Rodolpho de Paula Lopes, professor de historia natural do Gymnasio Nacional, oito mezes, com todos os vencimentos, para aperfeicoar-se na Europa, na materia de sua cadeira (decr. n. 1.142); autoriza a conceder ao amanuense dos Correios de Pernambuco, Vulpiano de Aquino Fonsaca, seis mezes, com o ordenado (decr. n. 1.143); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal (decr. n. 1.156); autoriza a conceder seis mezes, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia (decr. n. 1.158); autoriza a conceder um anno a João André de Backer, segundo escripturario da Alfândega do Pará (decr. n. 1.168); autoriza a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, um anno, com todos os vencimentos

(decr. n. 1.187); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao quarto escripturario da Alfandega de Santos, José Thomaz Carneiro da Cunha (decr. n. 1.194); autoriza a conceder seis mezes, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Alberto de Seixas Martins Torres (decr. n. 1.199); concede prorrogação, por mais um anno, da em cujo goso se acha, ao Dr. Bernardino Ferreira da Silva, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. numero 1.200); autoriza a conceder oito mezes, com o ordenado, ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná (decr. n. 1.201); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao desembargador Antonio Joaquim Rodrigues (decr. n. 1.202); autoriza a prorogar por seis mezes, sem os vencimentos, a em cujo goso se acha o Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia (decr. n. 1.204); autoriza a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade do Direito de S. Paulo, um anno, em prorrogação, com o ordenado, da concedida pelo decreto n. 1.014, de 1903 (decr. n. 1.213); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao Dr. Democrito Cavalcanti de Albuquerque, director do Tribunal de Contas (decr. n. 1.214); autoriza a conceder ao Dr. Francisco Brasilio Pereira, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno, a contar de 1 de junho, com todos os vencimentos (decr. n. 1.216); concede um anno, sem os vencimentos, ao Dr. Samuel da Gama e Costa MacDowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 1.222); autoriza a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Henrique Martins Teixeira, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.223); autoriza a conceder ao procurador da Republica em S. Paulo, Dr. Alcebiades de Toledo Piza, um anno, sem os vencimentos (decr. numero 1.233); autoriza a conceder ao Dr. Alfredo Leal de Sá Pereira, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.234); autoriza a conceder mais um anno, em prorrogação, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago, com o ordenado (decr. n. 1.237); autoriza a prorogar por um anno a em cujo goso se acha o amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão (decr. n. 1.240); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Jacintho Hygino da Cruz (decr. n. 1.242); autoriza a conceder ao engenheiro Alberto Macedo de Azambuja, ajudante da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 1.243); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a concedida ao amanuense dos Correios de Pernambuco, bachelarel Vulpiano de Aquino Fonseca (decr. n. 1.249); autoriza a prorogar por seis mezes, com o ordenado, a concedida ao ajudante do fiel da thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Julio Mendes Pereira (decr. n. 1.251); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado, a concedida ao conductor de trem de 4ª classe da Estrada Central do Brasil, Manoel dos Santos Machado (decr. numero 1.252); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao professor da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, major de 3ª classe do Exercito, Dr. Affonso Lopes Machado (decr. n. 1.253); autoriza a conceder um anno, com o ordenado,

ao substituto do juiz federal na secção do Amazonas, bacharel Antonio Demetrio de Souza (decr. n. 1.256); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao administrador dos Correios do Amazonas, José de Assumpção Santiago (decr. n. 1.257); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, ao primeiro escriptuario da Alfandega de Corumbá, Antonio Vieira de Almeida (decr. n. 1.260); autoriza a conceder um anno, com o soldo, ao medico de 4ª classe do Exercito, Dr. Alfredo de Mello Mattos (decr. n. 1.262); concede um anno, com o ordenado, ao telegraphista chefe da Repartição Geral dos Telegraphos, Alvaro Noya Soares (decr. n. 1.263); autoriza a conceder ao segundo escriptuario da Repartição Geral dos Telegraphos, José Augusto Martins, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.264); autoriza a conceder seis mezes, sem os vencimentos, em prorrogação, ao engenheiro Augusto do Rego Toscano de Brito (decr. n. 1.265); concede ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. n. 1.273); autoriza a conceder ao Dr. Albino Alves Filho, procurador da Republica, na secção de Minas Geraes, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.274); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Toscano de Brito (decr. n. 1.276); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao terceiro escriptuario da Alfandega de Manáos, Brigido Augusto Grana (decr. n. 1.279); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao terceiro escriptuario da Alfandega da Bahia, Romualdo Justino Netto (decr. n. 1.281); autoriza a conceder ao Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, lente cathedratice da Faculdade de Direito do Recife, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.283); autoriza a conceder a Bento José da Silva, conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.286); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao chefe de secção da Directoria Geral de Estatistica, João Cancio da Silva (decr. n. 1.288); autoriza a conceder mais um anno ao alferes do 12º batalhão de infantaria do Exercito, Alfredo Romão dos Anjos (decr. n. 1.290); autoriza a conceder a Gastão Jeolás, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.291); concede ao juiz substituto na secção do Maranhão, bacharel Felipe Rodrigues de Azevedo, oito mezes, com o ordenado (decr. numero 1.300); autoriza a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, Dr. Arthur de Miranda Pacheco, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.301); autoriza a conceder ao medico do Hospital de S. Sebastião, Dr. José Lopes da Silva Junior, um anno, com o ordenado, em prorrogação da concedida pelo decreto n. 1.081, de 1903 (decr. n. 1.302); autoriza a prorogar por seis mezes a em cujo goso se acha o inspector do Fazenda, bacharel Luiz Vossio Brigido (decr. numero 1.318); autoriza a prorogar por um anno a em cujo goso se acha o fiel de thesoureiro da Caixa de Amortização, Francisco Barbosa dos Santos (decr. n. 1.320); proroga, por um anno, com todos os vencimentos, a em cujo goso se acha o Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 1.328); autoriza a conceder a José Dionysio Meira, assistente effectivo do Observatorio do Rio de Janeiro, um anno, em prorrogação, com o ordenado (decr. numero 1.330); autoriza a conceder ao Dr. Henrique Ladislau de

Souza Lopes, lente de therapeutica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.337); autoriza a conceder ao Dr. Sylvio Romero, lente de logica do Internato do Gymnasio Nacional, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.340); autoriza a prorogar por mais um anno, com o ordenado, a concedida ao quarto escripturario da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Augusto Antunes de Freitas (decr. n. 1.344); concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 1.366); concede ao Dr. Julio Afranio Peixoto, medico alienista do Hospicio Nacional de Alienados, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.368); autoriza a conceder ao escrivão do juiz federal na secção de Minas Geraes, Antonio Pinheiro de Aguiar Acy-preste, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.369); concede ao bacharel Antonio de Olinda Almeida Cavalcanti, juiz seccional no Estado de Pernambuco, um anno, com todos os vencimentos, em prorrogação (decr. n. 1.370); proroga por mais um anno a em cujo goso se acha o engenheiro do Ministerio da Justiça, Henrique José Alvares da Fonseca (decr. n. 1.376); autoriza a conceder a Francisco Corrêa Pinto, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.383); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, ao agente de 3ª classe da Estrada de Ferro Oeste de Minas, José Bernardino (decr. n. 1.384); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao inspector da Alfandega de Paranaguá, Raymundo João dos Reis Lisboa (decr. numero 1.387); autoriza a prorogar por mais um anno, com o ordenado, a concedida pelo decfeto n. 1.213, de 1904, ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. n. 1.393); autoriza a conceder a Altemiro de Oliveira Guimarães, praticante da Administração dos Correios de S. Paulo, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.394); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, a Benigno Lima Junior, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.395); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, a Augusto Cabral, agente de 5ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.397); autoriza a prorogar por um anno, com o ordenado; a em cujo goso se acha o ajudante de estação especial da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Rodrigues da Costa (decr. n. 1.398); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Henrique Simão Tamm, engenheiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.399); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Henrique Martins Teixeira (decr. n. 1.400); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, em prorrogação, ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel dos Santos Machado (decr. n. 1.401); autoriza a conceder ao quarto escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Augusto Antunes de Freitas, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.408); concede ao bacharel Carlos Domicio de Assis Toledo, juiz do departamento do Alto-Acre, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.409); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Lopes Brasil (decr. n. 1.412); autoriza a conceder a João Sebastião Rodrigues Nunes, ama-

quense da Administração dos Correios do Maranhão, um anno, em prorrogação (decr. n. 1.413); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Bacellar da Costa (decr. numero 1.414); autoriza a conceder seis mezes ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Samuel Ribeiro (decr. n. 1.415); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Fernando José da Costa, mestre de officina da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.416); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao medico legista da Repartição da Policia do Districto Federal, Dr. José Francisco da Cunha Cruz (decr. n. 1.421); autoriza a conceder ao Dr. Gabriel Luiz Ferreira, juiz da 2ª Vara Civel do Districto Federal, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. numero 1.432); autoriza a conceder ao Dr. Luiz de Araujo de Aragão Bulcão, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, nove mezes, com o ordenado (decr. n. 1.433); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, a Godofredo de Abreu Lima, primeiro official dos Correios de Pernambuco (decr. n. 1.435); autoriza a conceder um anno ao lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Anisio Circundes de Carvalho, com todos os vencimentos (decr. numero 1.446); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao alferes do 12º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos (decr. n. 1.450); autoriza a prorogar por mais um anno, sem os vencimentos, a em cujo goso se acha o Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 1.467); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante da Administração dos Correios de Pernambuco (decr. n. 1.470); autoriza a conceder um anno a Francisco de Paula e Silva Junior, escriptão do juizo federal da secção do Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 1.480); autoriza a conceder um anno ao tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha, collecter em Olinda (decr. n. 1.498); autoriza a conceder um anno, com soldo e etapa, ao capitão da Força Policial do Districto Federal, Emiliano Felix de Almeida (decr. n. 1.502); autoriza a conceder ao bacharel João Corrêa de Moraes, procurador da Republica na secção de Goyaz, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.507); autoriza a conceder ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador da cadeira de operações e aparelhos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.508); autoriza a conceder a Francisco Van Erven, lente da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.510); autoriza a prorogar por um anno a em cujo goso se acha Alceu Mario de Sá Freire, conductor geral de encanamentos da Inspectoria Geral de Obras Publicas (decr. numero 1.512); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao engenheiro civil Claudio Livio dos Reis, chefe de secção no prolongamento da Estrada de Ferro Baturité (decr. numero 1.513); autoriza a conceder prorrogação da em cujo goso se acha o segundo tenente do 12º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos (decr. n. 1.514); autoriza a conceder um anno ao capitão de artilharia João Lopes de Oliveira Lyrio (decr. n. 1.515); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Arthur de Sá e Souza, procurador da Republica na secção do Pará (decr. n. 1.516); autoriza a con-

ceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno, com o ordenado, em prorrogação á obtida pelo decreto n. 1.393, de 1905 (decr. n. 1.517); concede quatro mezes, com todos os vencimentos, ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 1.527); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao bacharel José Calheiros da Graça, juiz de direito da 3ª Vara Civil (decr. n. 1.528); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao fiscal da Inspectoria Geral de Illuminação, Joaquim Firmino dos Reis (decr. numero 1.533); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Augusto Ferreira Baltar, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal em S. Paulo (decr. n. 1.535); autoriza a conceder 10 mezes, com o ordenado, ao inspector de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Leoncio José Pereira de Farias (decr. n. 1.537); autoriza a conceder, com o ordenado, ao escriptão do almoxarifado da Repartição Geral dos Telegraphos, Americo de Barros e Vasconcellos (decr. n. 1.539); concede um anno, com todos os vencimentos, ao Dr. João Pedro Belfort Vieira, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 1.547); autoriza a conceder a Alberto Lima da Fonseca, escriptão da 5ª Vara Criminal, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.550); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. José Augusto de Oliveira, juiz da 13ª Pretoria (decr. n. 1.551); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.557); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao carteiro de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo, José de Arruda Vasconcellos (decr. n. 1.558); autoriza a conceder prorrogação por um anno, sem os vencimentos, da em cujo goso se acha o engenheiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Dr. Henrique Simão Tamm (decr. n. 1.559); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo, Emilio Capellano (decr. n. 1.563); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Hemeterio de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Paraná (decr. n. 1.565); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario da Escola Naval, Antonio de Assis Figueiredo (decr. n. 1.566); autoriza a conceder ao inspector de saude do porto do Estado do Amazonas, Dr. Nemesio do Rego Quadros, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.571); autoriza a conceder ao Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, juiz federal na secção de Minas Geraes, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 1.572); autoriza a conceder a João Hilario Pereira da Silva, adjunto do fiel da thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 1.574); autoriza a conceder ao Dr. Juliano Moreira, director alienista do Hospicio Nacional de Alienados, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.577); autoriza a conceder ao bacharel Sezino Barbosa do Valle, substituto do juiz federal na secção de Minas Geraes, seis mezes, com o ordenado (decr. n. 1.578); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao official da Inspectoria da Policia do Porto, bacharel Luiz Lisboa da Silva (decr. numero 1.582); autoriza a conceder a Lafayette Soares, telegraphista da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes,

com o ordenado (decr. n. 1.598); autoriza a conceder ao desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos, juiz da Côrte de Appellação, tres mezes, com todos os vencimentos (decr. numero 1.601); autoriza a conceder ao Dr. Abdias Neves, substituto do juiz federal na secção do Piauí, seis mezes, com o ordenado (decr. n. 1.610); autoriza a conceder a Gastão Jeolás, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno, com o ordenado, (decr. n. 1.611); autoriza a conceder a Manoel dos Santos Machado, conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, em prorogação, com o ordenado (decr. n. 1.612); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao amanuense da Administração dos Correios do Districto Federal, Sizenando Gomes de Oliveira (decr. n. 1.613); autoriza a conceder ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, substituto da Faculdade de Direito do Recife, um anno, sem os vencimentos, em prorogação (decr. n. 1.621); autoriza a conceder um anno, com os vencimentos, ao marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 1.639); autoriza a concessão de um anno ao segundo tenente de artilharia Ricardo de Berredo (decr. n. 1.656); autoriza a concessão de um anno ao coronel honorario e capitão reformado, Miguel Calmon du Pin e Almeida (decr. n. 1.657); autoriza a prorogar por 10 mezes, com o ordenado, a em cujo goso se acha o bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante dos Correios de Pernambuco (decr. n. 1.658); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario da Casa da Moeda, Pedro de Alcantara Benevides de Araujo Cintra (decr. n. 1.660); autoriza a conceder ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, juiz federal da 1ª Vara na secção do Districto Federal, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 1.663); autoriza a conceder a João Lopes Brasil, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes, com o ordenado, em prorogação (decr. n. 1.664); autoriza a conceder a Luiz Brito, ajudante do agente do Correio de Caxias, no Maranhão, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.665); autoriza a conceder a Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.667); autoriza a conceder a Octavio Moniz de Souza, tabellião da Prefeitura do Alto-Puru, um anno (decr. numero 1.668); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao terceiro official da Secretaria da Justiça, Ernesto Epaminondas de Castro (decr. n. 1.676); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario do Thezouro Federal, João dos Reis Lisboa (decr. n. 1.677); autoriza a conceder um anno, com soldo e etapa, ao primeiro tenente machinista da Armada, Aurelio da Silva Reis (decr. numero 1.688); autoriza a conceder ao bacharel Sezino Barbosa do Valle, substituto do juiz federal na secção de Minas Geraes, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.693); autoriza a conceder ao Dr. Alfredo de Barros Oliveira Lima, um anno, com o ordenado, em prorogação (decr. n. 1.703); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante dos Correios do Maranhão, Antonio da Costa Gomes (decr. n. 1.704); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao continuo da Alfandega de Marão, Gonçalo Rodrigues Souto (decr. n. 1.709); autoriza a conceder ao Dr. José de Souza Pondé, inspector dos portos de Sergipe, um anno, com o ordenado (decr. nu-

mero 1.713); autoriza a conceder ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Xavier Nunes da Silva, seis meses, com o ordenado (decr. n. 1.714); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Luiz Egydio Martins de Lemos, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal no Amazonas (decr. n. 1.725); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Lafayette Cavalcanti de Freitas, inspector sanitario (decr. n. 1.728); autoriza a conceder ao bacharel José Affonso Lamounier Junior, juiz da 3ª Vara Commercial, seis meses, com os vencimentos (decr. n. 1.729); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal em Pernambuco, bacharel Thomaz de Lemos Duarte (decr. n. 1.736); autoriza a conceder um anno ao general de divisão Miguel Maria Girard (decr. n. 1.749); autoriza a conceder ao Dr. Thadeu de Araujo Medeiros, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.763); autoriza a conceder ao bacharel José Calheiros de Mello, juiz de direito da 3ª Vara do Districto Federal, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.764); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Romualdo Justino Netto, terceiro escripturario da Alfandega da Bahia (decr. n. 1.765); autoriza a conceder a Eduardo José Monteiro Torres, fiel-recebedor da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.777); autoriza a prorogar a em cujo goso se acha o segundo tenente do 12º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos (decr. n. 1.778); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal em Minas Geraes, Domingos Fernandes Monteiro (decr. n. 1.789); autoriza a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.792); autoriza a conceder ao Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 1.793); autoriza a conceder um anno ao segundo tenente de infantaria Frederico Bueno Hortá Barbosa, com o soldo simples (decr. n. 1.796); autoriza a conceder um anno, para tratar de interesses, a Antonio Lopes Cardoso, tabellião no Alto-Purús (decr. numero 1.799); autoriza a conceder ao Dr. Furquim Werneck de Almeida, medico dos hospitaes de isolamento da Directoria Geral de Saude Publica, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.803); autoriza a conceder ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, substituto da Faculdade de Direito do Recife, um anno, sem os vencimentos, em prorrogação (decr. numero 1.806); autoriza a conceder ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.810); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Flavio Brederode Pessoa de Mello (decr. n. 1.817); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao major Luiz de Andrade, escrivão da 1ª delegacia policial do Districto Federal (decr. n. 1.818); autoriza a conceder ao bacharel José Gabriel de Toledo Piza, serventuario vitalicio do 1º officio de escrivão da Corte de Appellação, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.819); autoriza a conceder a Augusto Raphael Moreira, quarto escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis meses, em prorrogação, com o ordenado (decr. n. 1.822); autoriza a conceder um anno ao collecter em Olinda, Estado de Pernambuco, Augusto Xavier Carneiro da Cunha (decr. n. 1.830); autoriza a conceder ao

Dr. Leopoldo de Abreu Prado, engenheiro chefe do 5º distrito da Inspeção Geral de Obras Publicas, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.831); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. n. 1.832); autoriza a conceder seis mezes ao tenente da Força Policial do Districto Federal, Ovidio Xavier de Barros (decr. n. 1.846); autoriza a conceder ao Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. n. 1.847); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante da Administração dos Correios, Heraclito Augusto Moreira (decr. n. 1.852); autoriza a conceder ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará, um anno, com os vencimentos (decr. n. 1.871); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Carlos Augusto Pereira, carteiro da Administração dos Correios do Maranhão (decr. n. 1.873); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao assistente do Observatorio do Rio de Janeiro, José Dionysio Meira (decr. n. 1.876); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, em prorrogação, ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Adalberto Fernandes (decr. n. 1.880); autoriza a conceder ao Dr. Henrique João Dodsworth, juiz da Corte de Appellação, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.892); concede ao Dr. Epitacio Pessoa, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. numero 1.891); autoriza a conceder ao bacharel João Vieira de Souza Filho, procurador da Republica na secção do Maranhão, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.892); concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Antonio Augusto Cardoso de Castro, um anno, com todos os vencimentos (decr. numero 1.906); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Mario Moreira Bastos, engenheiro ajudante da commissão de estudos e construcção de obras contra os effeitos das secas no Rio Grande do Norte (decr. n. 1.907); autoriza a conceder a Pedro Lucio Rodrigues, carteiro de 3ª classe da Administração dos Correios de Pernambuco, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.908); autoriza a conceder a Francisco Corrêa Pinto, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.916); autoriza a conceder ao bacharel Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos, procurador da Republica na secção da Parahyba, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.927); autoriza a conceder ao bacharel Elias Fernandes Leite, auditor de guerra do 1º districto militar, um anno, com o ordenado (decr. numero 1.932); autoriza a conceder ao Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, juiz de direito da 5ª Vara Criminal do Districto Federal, um anno, com todos os vencimentos (decr. numero 1.942); autoriza a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.947); autoriza a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, Dr. Francisco Firmo Barroso, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 1.948); autoriza a conceder a João José Fernandes Silva Sobrinho, director da Secretaria da Industria, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.949); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores, Herculano de Mendonça Cunha (decr. numero 1.950); concede a Hemeterio de Miranda, secretario da

Capitania do Porto do Paraná, seis meses, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 1.951); autoriza a conceder ao tenente da Força Policial, Carlos Antonio dos Santos, um anno, com soldo e etapa (decr. n. 1.953); autoriza a conceder seis meses, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses, dentro do Estado, a Victorino Borges de Medeiros, escrivão da Justiça Federal na secção do Rio Grande do Sul (decr. n. 1.954); autoriza a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Alcides Rodrigues, seis meses, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 1.957); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante da Contadoria da Repartição Geral dos Telegraphos, Philemon Cordeiro (decr. n. 1.961); autoriza a conceder um anno, com os vencimentos, ao thesoureiro da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Luiz Aygne de Meira (decr. n. 1.968); autoriza a prorogar por mais seis meses, com o ordenado, a em cujo gozo se acha o quarto escriptuario da Estrada de Ferro Central do Brasil, Augusto Raphael Moreira (decr. n. 1.972); autoriza a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, um anno, em prorrogação (decr. n. 1.974); autoriza a conceder ao Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.975); autoriza a conceder ao Dr. José Mathias Gurgel do Amaral, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.976); autoriza a conceder a Alberto Lima da Fonseca, serventuario vitalicio do officio de escrivão da 5ª Vara Criminal, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.977); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao engenheiro Augusto Olayo Rodrigues Ferreira, fiscal das obras do porto de Manáos (decr. n. 1.979); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, ao bacharel Cesarjo da Silva Pereira, procurador da Republica no Districto Federal, para tratar de seus interesses (decr. n. 1.982); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conductor do trem de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio José Victor de Senna (decr. numero 1.984); autoriza a conceder um anno, com os respectivos vencimentos, ao juiz da Corte de Appellação, Bellarmino da Gama e Souza (decr. n. 1.987); autoriza a conceder um anno ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Guilherme Henrique da Silva (decr. n. 1.988); autoriza a conceder ao thesoureiro da Delegacia Fiscal no Amazonas, João Tavares Carreira, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.989); autoriza a conceder um anno ao capitão Luiz Machado de Magalhães (decr. n. 1.992); autoriza a conceder a José Pedro Simões Sobrinho, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno, com o ordenado (decr. n. 1.996); autoriza a conceder um anno ao segundo tenente do Exercito Frederico Bruno Horta Barbosa (decr. numero 1.997); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Manáos, Encas Ferreira Valle (decr. n. 1.998); autoriza a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno, com os vencimentos (decr. n. 2.002); autoriza a conceder ao conductor do trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ernesto de Araujo, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.005); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escriptuario da Delegacia Fiscal em

Pernambuco, Manoel Florencio de Moraes Pires (decr. numero 2.010); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Jovita Olympio de Carvalho Rebello, conferente da Alfandega de Manaós (decr. n. 2.017); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, em prorrogação, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. n. 2.019); autoriza a conceder ao bacharel Antonio Francisco Leite Pindahyba, juiz federal na secção de Alagoas, seis mezes, com os vencimentos (decr. n. 2.021); autoriza a conceder ao desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Côrte de Appellação, seis mezes, com todos os vencimentos (decr. n. 2.025); autoriza a prorogar por um anno a em cujo goso se acha o collecter em Olinda, tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha (decr. n. 2.027); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao desembargador da Côrte de Appellação Enéas Galvão (decr. n. 2.029); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Raul de Noronha Sá, sub-procurador dos feitos da Saude Publica (decr. n. 2.030); autoriza a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno (decr. n. 2.032); proroga por um anno, com todos os vencimentos, a em cujo goso se acha o ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Alberto de Seixas Martins Torres (decr. n. 2.039); concede por nove mezes, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Amaro Cavalcanti (decr. n. 2.046); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal em Santa Catharina, Alfredo da Costa e Albuquerque (decr. n. 2.056); autoriza a conceder a José Luciano de Oliveira, agente fiscal de consumo na 3ª circumscripção do Paraná, um anno, com a gratificação integral (decr. numero 2.063); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, primeiro escripturario da Alfandega do Rio Grande (decr. n. 2.064); concede ao segundo escripturario da Alfandega da Parnahyba, Perminio de Castro e Silva, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.065); autoriza a conceder um anno a Francisco Antonio da Costa Nogueira Junior, agente do Correio e collecter em S. Matheus, no Paraná (decr. n. 2.066); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao engenheiro civil Bento de Miranda, professor de mecanica da Escola de Marinha Mercante do Pará (decr. n. 2.068); autoriza a concessão de um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario da Alfandega do Pará, Edmundo do Rego Barros Filho (decr. n. 2.073); autoriza a conceder ao Dr. Sebastião Mascarenhas Barroso, inspector sanitario, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.076); autoriza a conceder ao terceiro official da Directoria Geral de Saude Publica, Antonio de Souza Lima, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.077); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, em prorrogação, ao Dr. Antonio Luiz de Almada Horta, auxiliar tecnico do Laboratorio Bacteriologico Federal (decr. n. 2.078); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao medico legista da Policia do Districto Federal, Dr. Miguel Julio Dantas Salles (decr. n. 2.079); autoriza a conceder ao agente de 5ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Norberto Rodolpho de Souza, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.081); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega de

Manãos, Julio Maximiano da Silva (decr. n. 2.099); concede ao segundo escripturario da Alfandega do Rio Grande, Auto da Silveira Fontes, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.102); autoriza a conceder nove mezes ao thesoureiro da divida publica da Caixa de Amortização, Ovidio Saraiva de Carvalho (decr. n. 2.103); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante dos Correios do Districto Federal, Ernani de Oliveira Santos, uma vez que prove estar enfermo (decr. n. 2.119); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, a Alfredo Rigaud, professor de gymnastica e natação da Escola de Aprendizizes Marinheiros da Bahia (decr. n. 2.122); autoriza a conceder ao Dr. Alberto Augusto Diniz, desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, um anno, com dous terços dos vencimentos (decr. n. 2.126); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conferente de 2ª classe da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, Manoel Pires Ferreira Filho (decr. n. 2.127); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao carteiro de 2ª classe da Administração dos Correios de Pernambuco, Luiz Francisco dos Santos Fragata (decr. numero 2.128); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Joaquim de Moraes (decr. n. 2.129); autoriza a conceder um anno ao thesoureiro da Administração dos Correios do Maranhão, Delphim Nunes Pereira (decr. n. 2.130); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao administrador dos Correios do Maranhão, Viriato Joaquim das Chagas Lemos (decr. n. 2.131); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao guarda-mór da Alfandega de Porto Alegre, Hernita de Barros Pimentel (decr. n. 2.139); autoriza a conceder ao Dr. João Rodrigues do Lago, juiz de direito da comarca do Alto-Acre, um anno, com dous terços dos vencimentos (decr. n. 2.140); autoriza a conceder um anno ao Dr. Carlos Sebastião Nogueira Pinto, medico do Laboratorio Bacteriologico da Saude Publica (decr. n. 2.142); autoriza a prorogar por um anno, sem vencimento algum, a em cujo goso se acha o Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. n. 2.143); concede um anno, em prorogação, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores, Herculano de Mendonça Cunha (decr. numero 2.145); concede ao continuo da Bibliotheca Nacional, José Antonio de Figueiredo, um anno (decr. n. 2.153); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, José Ribeiro da Silva (decr. n. 2.155); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao praticante da Administração dos Correios do Amazonas, Francisco de Assis Braga (decr. n. 2.156); concede um anno ao terceiro official da Secretaria da Justiça, José Bonifacio de Almeida Salles (decr. n. 2.158); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Antonio Monteiro Barbosa da Silva, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica (decr. numero 2.159); autoriza a conceder um anno a Joaquim Mendonça Filho, bibliothecario da Faculdade de Direito de São Paulo (decr. n. 2.160); autoriza a conceder ao bacharel Carlos Domicio de Assis Toledo, promotor publico do Alto-Purús, um anno (decr. n. 2.161); concede ao professor da Escola de Aprendizizes Marinheiros do Ceará, monsenhor Vicente Godo-

fredo Macahyba, um anno, sem o ordenado (decr. n. 2.162); concede ao amanuense da Directoria Geral de Contabilidade da Marinha, Thomaz da Silva Ramos, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.163); autoriza a conceder ao praticante dos Correios de Pernambuco, Joaquim Theotônio Soares de Avellar Junior, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. numero 2.165); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Hermeto Lima, encarregado da Secção de Estatística do Gabinete de Identificação (decr. n. 2.173); autoriza a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno (decr. n. 2.174); autoriza a prorrogar por um anno a em cujo goso se acha o Dr. Alfredo Moreira de Barrós Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo (decr. n. 2.175); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, ao segundo tenente engenheiro machinista Lindorf Dias França, com soldo, etapa e gratificação de posto (decr. n. 2.184); concede um anno, com o ordenado, ao telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Geraldo Pires Ferreira Leal (decr. n. 2.190); autoriza a conceder 90 dias, com o ordenado, ao conductor de trem de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio José Victor de Penna (decr. n. 2.191); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao fiel-recebedor da estação marítima da Gambôa, Eduardo José Monteiro Torres (decr. n. 2.192); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega de Manáos, Brigido Augusto Grano (decr. numero 2.195); autoriza a conceder um anno ao capitão do Exército Luiz Machado Magalhães (decr. n. 2.199); autoriza a conceder um anno, com dous terços dos vencimentos, ao agente do Corpo de Segurança Publica, Tiburecio Ferreira Dias (decr. n. 2.201); autoriza a conceder ao bacharel Oscar da Costa Marques, procurador da Republica na secção de Matto Grosso, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.203); autoriza a conceder um anno, sem os vencimentos, ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 2.204); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Orlando Monteiro Roças, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 2.205); concede ao alienista adjunto do Hospicio Nacional, Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna Filho, seis mezes, com o ordenado (decr. n. 2.206); autoriza a conceder ao Dr. Cassio Barbosa de Rezende, medico demographista da Directoria Geral de Saude Publica, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.214); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Antonio Pacheco Leão, inspector do Serviço de Prophylaxia da Febre Amarella (decr. n. 2.215); autoriza a conceder ao Dr. Julio Afranio Peixoto, lente substituto da Faculdade de Medicina e director do Serviço Medico-Legal da Policia, seis mezes, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 2.216); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao engenheiro Jocelyn Cardoso do Menezes Souza, inspector de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.218); autoriza a conceder um anno, em prorrogação, com o ordenado, a Manoel Ernesto de Araujo, conductor de trem de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 2.219); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, contador da Delegacia Fiscal em Pernambuco (decr. n. 2.222); concede ao juiz federal na secção do territorio do Acre, bacharel Gustavo

Affonso Farnese, um anno, com dous terços dos vencimentos (decr. n. 2.226); concede ao Dr. João Pedro Belfort Vieira, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno, com os vencimentos (decr. n. 2.236); concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Herminio Francisco do Espirito Santo, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.237); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Manãos, Francisco Xavier da Costa (decr. numero 2.240); autoriza a conceder a Antonio Dias Paes Leme Sobrinho, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.243); concede a Joaquim Augusto Teixeira Nunes, carteiro de 1ª classe da Administração dos Correios do Districto Federal, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.248); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal no Amazonas, João Leite Ribeiro (decr. n. 2.264); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal em Pernambuco, Manoel Florencio de Moraes Pires (decr. n. 2.268); autoriza a conceder a Manoel Baptista Esteves de Souza, carteiro de 2ª classe dos Correios de Pernambuco, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.269); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima (decr. n. 2.272); concede ao Dr. Eduardo Pindabyba de Mattos, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, um anno, com todos os vencimentos (decr. n. 2.279); concede seis mezes, com todos os vencimentos, ao Dr. Manoel Murtinho, ministro do Supremo Tribunal Federal (decr. numero 2.284); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil, Cicero Corrêa Martins (decr. n. 2.291); autoriza a conceder ao escrivão do juizo federal na secção de Pernambuco, João Baptista da Silva Manguinho, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.295); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega do Rio Grande, Auto da Silveira Fontes (decr. n. 2.296); autoriza a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães, lente cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.298); autoriza a conceder a Viriato Joaquim das Chagas Lemos um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 2.303); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao fiel de armazem da Alfandega da Bahia, Geraldo Alves Portella (decr. n. 2.316); autoriza a conceder tres mezes, com o ordenado, ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carlos Arantes Ramos (decr. n. 2.333); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. Leonel Justiniano da Rocha, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 2.343); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao bacharel Francisco Tavares da Cunha Mello, juiz federal na secção do Amazonas (decr. n. 2.344); autoriza a conceder seis mezes, com o ordenado, ao medico legista da Policia, Dr. Henrique Rodrigues Caó (decr. n. 2.350); autoriza a conceder ao bacharel Alexandre de Chaves Mello Ratisbona, juiz preparador do 2º termo da comarca do Alto-Purus, um anno, com dous terços dos vencimentos (decr. n. 2.351); autoriza a conceder ao estafeta da Repartição Geral dos Telegraphos, Carlos Augusto Pereira da Cunha, um anno, com o ordenado (decr. n. 2.366); autoriza a conceder a Manoel Pires Ferreira Filho, conferente

de 2ª classe da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, um anno, em prorrogação, com o ordenado (decr. n. 2.367); concede ao secretario da inspecção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Eugenio Candido da Silveira Rodrigues, um anno, com o ordenado, em prorrogação (decr. n. 2.371); autoriza a concessão de um anno ao conferente da Alfandega de Pernambuco, bacharel Francisco Chateaubriand Bandeira de Mello (decr. n. 2.375); autoriza a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, mais um anno (decr. n. 2.377); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao bacharel Nestor Meira, juiz da Córte de Appellação do Districto Federal (decr. n. 2.378); autoriza a conceder um anno, com o ordenado, ao Dr. João Penido Burnier, inspector sanitario (decr. n. 2.381); autoriza a conceder ao desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, Dr. Belisario Fernandes da Silva Tavora, um anno, com dous terços dos vencimentos (decr. n. 2.383); autoriza a conceder ao desembargador Ataulpho Napoles de Paiva, um anno, com os vencimentos (decr. n. 2.384); autoriza a conceder ao desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos um anno, com os vencimentos (decr. n. 2.385); autoriza a conceder um anno, com todos os vencimentos, ao juiz da Córte de Appellação, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (decr. n. 2.388)—Ver MEIO SOLDADO — MISSÕES — MONTEPIO.

LIÇÕES — Ver CREDITOS.

LIMITES — Ver QUESTÃO.

LINHAS TELEGRAPHICAS — Ver CREDITOS.

LINOTYPOS — Autoriza a restituir o que a maior houver sido cobrado das até agora importadas (decr. n. 2.074).

LIQUIDAÇÃO FORÇADA — Ver BANCOS — TEMPO.

LITORAL — Autoriza a dividir o da Republica em departamentos ou prefeituras, e dá outras providencias (decr. n. 2.370).

LIVROS — Ver NATURALIZAÇÕES.

LOGARES — Crea na Alfandega de Paranaguá mais dous de conferentes e um de guarda-mór (decr. n. 964); crea o de consultor geral da Republica (decr. n. 967); crea mais dous de fiéis de thesoureiro da Recebedoria do Districto Federal (decr. n. 1.007); crea os de contador e procurador fiscal nas delegacias fiscaes, e dá outras providencias (decr. numero 1.178); crea mais um de fiel de thesoureiro da Alfandega do Rio Grande do Sul (decr. n. 1.410); autoriza a crear dous de auxiliar na Delegacia do Thesouro em Londres (decr. n. 1.430); autoriza a augmentar na 2ª divisão do escriptorio do trafego da Estrada de Ferro Central do Brasil tres de escripturarios (decr. n. 1.451); crea na Secretaria do Supremo Tribunal Federal mais um de official e outro de amanuense, e dá outras providencias (decr. numero 1.466); autoriza a abrir o credito de 12:000\$ para pagamento do pessoal de que trata o decreto n. 1.451, de 1905 (decr. n. 1.551); autoriza a crear varios no Instituto Benjamin Constant e extingue alguns existentes (decr. n. 1.583); crea o de guarda-mór na Alfandega da Parahyba (decr. n. 1.591); supprime os de presidente e vice-presi-

dente da Caixa de Conversão, crea o de director, e dá outras providencias (decr. n. 1.701); autoriza a crear os de medico-ajudante e pharmaceutico da Casa de Detenção (decr. n. 1.824); crea o de procurador criminal na secção do Districto Federal (decr. n. 2.227); crea o de chanceller (decr. n. 2.250).

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS — Ver CREDITOS.

M.

MACHINISMOS — Manda vigorar a disposição do art. 2º, § 36, das Preliminares da Tarifa e os isenta da taxa de expediente (decr. n. 1.686).

MACHINISTAS — Ver INTENDENCIA GERAL DA GUERRA — SOLDADO.

MAGISTRADOS — Reduz a tres mezes o praso estabelecido na lei n. 35, de 1892, para duração da incompatibilidade dos estaduaes (decr. n. 908).

MANOBRAS — Ver FORÇAS.

«MANUAL DO SENADOR» — Ver CREDITOS.

MANUTENÇÃO — Ver CONFEDERAÇÃO.

MARCAS — Approva os actos addicionaes de 14 de dezembro de 1900, concernentes á protecção da propriedade industrial e ao registro internacional das de fabrica ou de commercio (decr. n. 984); modifica o decreto n. 3.346, de 1887 (decr. n. 1.236); declara inapplicavel a disposição do art. 33, n. 4, da lei n. 1.236, de 1904, ás depositadas no «Bureau Internacional de Berne» (decr. n. 2.085) — Ver CONVENIOS.

MARECHAL DEODORO — Ver DESAPROPRIAÇÕES.

MARECHAL FLORIANO — Ver CREDITOS — ESTATUA.

MARINHEIROS — Ver COMPANHIAS — FORÇAS.

MATERIAL — Ver CONSIGNAÇÕES — IMPOSTOS — ISENÇÃO.

MATERIAL NAVAL — Ver CREDITOS.

MATRICULA — Autoriza a transferencia para o 2º anno do curso de marinha da Escola Naval da do alumno da Escola de Guerra de Porto Alegre, Gastão da Silva Paranhos (decr. n. 2.034) — Ver CANDIDATOS — ESCOLAS.

MEDALHAS — Ver PREMIOS.

MEDICOS — Ver LOGARES — SOLDADO.

MEDIDAS — Ver PESTE.

MEIO SOLDADO — Estabelece que as filhas casadas do official fallecido ficam equiparadas ás solteiras ou viuvias e aos filhos menores de 21 annos (decr. n. 846); determina que, na liquidação do tempo do serviço para a concessão, não se contará o tempo de licença para tratamento de saude (decr. n. 937); manda rever os processos para percepção, posteriores aos decretos ns. 1.388, de 1891, e 1.054, de 1892 (decr. n. 1.176); autoriza a mandar pagar a Jovelina Ribas

de Albuquerque Bello, Deolinda de Lara Ribas e Maria Augusta Ribas Flores o correspondente ao periodo de 9 de março de 1884 a 13 de novembro de 1897 (decr. n. 1.441); determina que a differença na revisão dos processos posteriores aos decretos ns. 1.388. de 1891. e 1.054. de 1892. seja das datas do fallecimento dos contribuintes (decr. n. 1.541) — Ver CREDITOS — PRESCRIPTÃO.

MELHORIAS — Ver APOSENTADORIAS — REFORMA.

MEMORIA — Ver CREDITOS.

MERCADORIAS — Declara livre de quaesquer impostos o intercurso das nacionaes ou estrangeiras, quando objecto do commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal (decr. n. 1.185); estabelece regras para a apprehensão das importadas com falsas indicações de procedencia (decr. numero 1.425 B).

MESAS DE RENDAS — Crea uma de 1ª ordem em Bella Vista, Estado de Matto Grosso (decr. n. 1.147); autoriza a crear uma de 1ª ordem na Bahía de Tuloia (decr. n. 1.164); crea uma de 1ª classe, na Fóz do Iguassú, Estado do Paraná (decr. n. 1.209); fixa o numero e os vencimentos do pessoal da de S. Francisco, Estado de Santa Catharina (decr. numero 1.258) — Ver ALFANDEGAS — CREDITOS.

MESTRES — Ver VENCIMENTOS.

MILITARES — Declara que os que por occasião da revolta, na qual tomaram parte, se achavam investidos de funcções electivas não estão comprehendidos na restricção da lei numero 533, de 1898 (decr. n. 1.474); considera bachareis em sciencias os que obtiveram o curso geral pelo regulamento de 12 de abril de 1890 (decr. n. 1.921) — Ver BENEFICIOS.

MINISTERIOS — Fixa os vencimentos do representante do publico perante o Tribunal de Contas (decr. n. 1.490); crea a Secrefaria de Estado da Agricultura com a denominação de dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio (decr. n. 1.606) — Ver CREDITOS — SECRETARIAS.

MINISTROS — Ver CATEGORIA — GRATIFICAÇÕES.

MISSÕES — Approva a separação das no Ecuador e na Columbia (decr. n. 1.321); determina que os chefes de diplomaticas tenham direito á disponibilidade (decr. n. 1.561 A).

MOCIDADE — Ver CREDITOS.

MODELOS INDUSTRIAES — Ver CONVENÇÕES.

MODIFICAÇÃO — Ver DECRETOS — PLANOS — VENCIMENTOS.

MOEDAS — Autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos necessarios para cunhagem das de prata de 2\$, 1\$ e \$500 (decr. n. 1.790) — Ver CRIMES.

MONITORES — Ver NAVIOS.

MONTEPIO — Estabelece que as filhas casadas do official fallecido ficam equiparadas ás solteiras ou viúvas e aos filhos menores de 21 annos (decr. n. 846); determina que, na liquidación do tempo de serviço para a concessão, não se descontará o tempo de licença para tratamento de saude (decr. n. 937); manda rever os processos para percepção, poste-

riores aos decretos ns. 1.388, de 1891, e 1.054, de 1892 (decr. n. 1.176); determina que a differença, na revisão dos processos posteriores aos decretos ns. 1.388, de 1891, e 1.054, de 1892, seja da data do fallecimento dos contribuintes (decr. n. 1.541) — Ver PENALIDADES — PHAROLEIROS — PRESCRIPÇÃO.

MONTEPIO DOS SERVIDORES DO ESTADO — Ver CONSIGNAÇÕES — PRASO.

MONUMENTO — Autoriza a levantar em uma das praças da Capital Federal um ao almirante Barroso (decr. n. 1.651) — Ver CREDITOS.

MOVIMENTOS REVOLUCIONARIOS — Ver AMNISTIA.

MUSEU COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO — Ver CREDITOS.

N

NATURALIZAÇÕES — Regula a dos estrangeiros (decr. numero 904); determina que sejam recolhidos á Secretaria da Justiça os livros de declaração instituidos para execução da lei n. 904, de 1902 (decr. n. 1.805); dispensa, nos processos, a apresentação de documentos firmados por agentes diplomaticos ou consulares, e dá outras providencias (decr. n. 2.004) — Ver CONVENIOS.

NAVEGAÇÃO — Ver CONGRESSO INTERNACIONAL.

NAVIOS — (Autoriza a encommendar os que menciona, manda concluir a construcção dos monitores *Pernambuco* e *Maranhão* e determina o modo de pagamento da despesa (lei n. 1.296); modifica o plano naval da lei n. 1.296 (decr. n. 1.568) — Ver CREDITOS.

NOÇÕES — Ver CREDITOS.

- NOMEAÇÕES — Ver ALFANDEGAS.

NOTA — Define a promissoria (decr. n. 2.044) — Ver TAXAS — VENCIMENTOS.

NUMERO — Ver AGENTES FISCAES.

O

OBJECTOS — Ver ISENÇÃO.

OBRAS — Dispõe sobre as despesas com a construcção de preventivas dos effeitos das secas que assolam alguns Estados do Norte (decr. n. 1.396); autoriza a mandar entregar ao Sr. Antonio Fernandes Figueira a quantia de 3:780\$ despendida com a intitulada *Elementos de Semiologia Infantil* (decr. n. 1.562); dispõe sobre a remessa de impressas á Bibliotheca Nacional (decr. n. 1.825); autoriza a entregar ao Dr. Tiburejo Valeriano Peceguciro do Amaral, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a quantia de 5:860\$, despendida com a impressão da sua, *Elementos de Chimica Inorganica* (decr. n. 2.082) — Ver CREDITOS — DES-APROPRIAÇÕES — PREMIOS.

OBRIGAÇÃO — Releva o collector federal em Vassouras da de entrar para o Thesouro Nacional com as importancias de

3:980\$040 e 12:681\$080, de sellos e estampilhas roubados (decr. n. 2.263) — Ver REVACCINAÇÃO — VACCINAÇÃO.

OBSERVATORIO NACIONAL — Ver CREDITOS.

OCCUPAÇÃO — Ver CREDITOS.

OFFICIAES — Ver ANTIGUIDADE — ASPIRANTES — CORPO DE BOMBEIROS — ETAPAS — EXAMES — PORTO — QUADRO — REFORMA — SOLDADO — TEMPO.

OFFICINA — Autoriza a applicar á despesa com o pessoal da typographica da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 5:000\$ que, na verba 2ª do art. 21 da lei n. 1.841, de 1907, não teve destino determinado (decr. n. 1.988 A).

OFFICIOS — Crea o privativo e vitalicio do registro facultativo de titulos, documentos e outros papeis (decr. n. 973); crea no Districto Federal mais um de registro de hypothecas (decr. n. 1.100); crea mais dous de tabelliães de notas no Districto Federal (decr. n. 1.327); providencia sobre o provimento dos de justiça do Districto Federal (decr. n. 2.389) — Ver VAGAS.

OPERAÇÕES — Regula as cambiaes (decr. n. 2.044) — Ver CREDITOS.

OPERARIOS — Autoriza a readmissão, como addidos, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, dos extraordinarios que, pelas habilitações reveladas, possam ser admittidos no quadro effectivo (decr. n. 1.813) — Ver CREDITOS — TEMPO — VENCIMENTOS.

ORÇAMENTO — Ver DESPESA — RECEITA.

ORDENADOS — Manda pagar os dos lentes, substitutos e professores vitalicios dos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministerio da Guerra, da data em que foram postos em disponibilidade (decr. n. 756) — Ver ALFANDEGAS — CREDITOS — PRESCRIPTÕES — VENCIMENTOS.

ORGANIZAÇÃO — Ver SYNDICATOS.

OURO — Nessa especie devem ser pagos os premios de viagem (decr. n. 1.444).

P

PAGADOR — Autoriza a relevar ao do Thesouro Federal, Frederico Julio da Silva Tranqueira, a responsabilidade e pagamento da quantia de 330:000\$ (decr. n. 1.403) — Ver VENCIMENTOS.

PAGADORIA — Autoriza a extincção da da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 830).

PAGAMENTO — Ver CONSIGNAÇÕES — CREDITOS — EXAMES — RESPONSABILIDADE — VENCIMENTOS.

PALACIO — Ver CREDITOS.

PANORAMA — Manda entregar a Victor Meirelles de Lima a quantia de 50:000\$ como auxilio ás despesas feitas com o da descoberta do Brasil (decr. n. 864).

PAPEL-MOEDA — Ver FUNDOS.

PARTEIRA — Ver VENCIMENTOS.

PATENTES — Ver CONVENIOS — CORPO DE BOMBEIROS.

PATRÕES — Ver CREDITOS — INTENDENCIA GERAL DA GUERRA.

PECULATO — Estabelece penas para o crime, e dá outras providencias (decr. n. 1.785); estabelece penalidades para o crime (decr. n. 2.410) — Ver PENAS.

PENALIDADES — Estabelece para os crimes de que trata o art. 107 do Código Penal (decr. n. 1.062); autoriza a relevar a do art. 2º do decreto n. 942 A, de 1890, em que incorreu o ex-empregado da extincta Thesouraria de Goyaz, João Gustavo de Sant'Anna (decr. n. 1.985); estabelece para os crimes de peculato, moeda falsa, falsificação de documentos, e dá outras providencias (decr. n. 2.410); releva a em que tiver incorrido o ex-segundo escripturario do Tribunal de Contas, Juvencio de Siqueira Montes, para que sua viuva possa receber o montepio (decr. n. 2.026) — Ver MONTEPIO.

PENAS — Estabelece para o crime de peculato, e dá outras providencias (decr. n. 1.785).

PENSÕES — Concede a de 100\$ mensaes, repartidamente, á viuva e á filha do capitão de engenheiros Salustiano Ferreira Souto Sobrinho (decr. n. 772); autoriza a elevar a 1:800\$ annuaes a concedida ao coronel honorario do Exercito, Antonio Bezerra Cabral (decr. n. 788); concede a D. Leopoldina de Figueiredo Accioly, viuva do capitão de fragata graduado Carlos Accioly, a mensal de 200\$ (decr. n. 814); eleva de 60\$ a 100\$ a mensal do alferes honorario Antonio Paes de Sá Barreto (decr. n. 815); concede uma mensal de 300\$ ao Dr. Amaro Rodrigues de Albuquerque Figueiredo (decr. n. 818); concede a D. Isabel Thompson Esteves, viuva do senador Antonio Justiniano Esteves Junior, a mensal de 300\$ (decr. n. 826); eleva a 100\$ mensaes a que recebe D. Cybele de Mendonça Souza Monteiro (decr. n. 837); concede a D. Maria Isabel de Castro Pernambuco, viuva do ex-senador Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco, a mensal de 300\$ (decr. n. 838); concede a D. Amelia Cavalcanti de Albuquerque a mensal de 100\$ (decr. n. 839); concede á viuva do juriconsulto e ex-senador Joaquim Felicio dos Santos a mensal de 500\$ (decr. n. 840); concede a mensal de 200\$ a cada um dos filhos menores do fallecido deputado Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (decr. n. 853); restabelece em favor da viscondessa de Pelotas e de suas filhas, enquanto solteiras, a de 500\$, que havia sido concedida ao visconde de Pelotas (decr. n. 854); autoriza a conceder a de 1\$500 diarios ao ex-empregado da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Luiz Affonso Ferreira (decr. n. 878); concede a D. Lucia Barbosa de Amorim a reversão da mensal de 36\$, que recebia seu marido, o alferes honorario do Exercito Luiz Alves Dantas de Amorim (decr. n. 934); concede a D. Marfisa Rodrigues Cabral, filha do capitão José Carlos Cabral, a annual de 848\$, sem prejuizo do meio soldo que percebe (decr. n. 960); eleva a 150\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que recebe, a concedida a D. Francisca Elisa de Castro Araujo, viuva do marechal do Exercito Manoel Porfirio de Castro Araujo (decr. numero 961); concede a mensal de 1:000\$ á viuva e aos filhos.

do Dr. Manoel Victorino Pereira (decr. n. 963); concede a de 300\$ mensaes a D. Catharina Nogueira Godoy, filha do finado ex-senador do Imperio Dr. Joaquim Floriano de Godoy (decr. n. 998); manda reverter em favor de D. Primitiva da Cruz Ferreira e de D. Francisca da Cruz Ferreira, repartidamente, a que percebia D. Cecilia Carvalho da Cruz Ferreira (decr. n. 1.054); concede a D. Hortencia Adelaide Guillobel e a D. Josephina Constança Guillobel a pensão annual de 1:200\$, repartidamente (decr. n. 1.094); eleva a 2\$ a de 400 réis diarios que percebe o primeiro cadete, reformado com honras de alferes do Exercicio, Orozimbo Carlos Corrêa de Lemós (decr. n. 1.096); autoriza a de 300\$ mensaes a D. Martina Gomensoro Wandenkolk (decr. numero 1.148); concede a mensal de 500\$ a Felisberto Caldeira Brandt, visconde de Barbacena (decr. n. 1.165); concede uma de 120\$ mensaes a José de Souza Lima (decr. n. 1.167); concede a annual de 960\$ a D. Cecilia Simas de Souza (decr. n. 1.190); autoriza a conceder uma mensal de 1:200\$ a D. Maria Francisca de Mello Carvalho (decr. n. 1.203); concede a annual de 600\$ á viuva e aos filhos de Manoel dos Santos, praça do Corpo de Bombeiros (decr. n. 1.319); concede a D. Francisca Francioni da Fonseca e a sua filha Albertina a mensal de 150\$ a cada uma (decr. n. 1.346); concede a mensal de 100\$ a D. Maria de Castro Sampaio, mãe do fallecido primeiro tenente Gustavo Sampaio (decr. numero 1.360); assegura a vitalicia de 1:800\$ annuaes a Dona Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim, mãe do Dr. Antonio da Silva Jardim (decr. n. 1.365); concede a annual de 1:800\$ a D. Theodora Alvares de Azevedo Macedo Soares (decr. n. 1.439); concede a de 30\$ mensaes ao segundo sargento ajudante graduado, Pompilio Dantas Bacellar (decr. n. 1.440); concede a mensal de 300\$, repartidamente, ás filhas solteiras e aos filhos menores do finado general Dr. José Cesario de Faria Alvim (decr. n. 1.447); concede a mensal de 300\$ á viuva do ex-senador do Imperio, Dr. Gaspar da Silveira Martins (decr. n. 1.454); devolve a D. Maria Carolina Nabuco de Araujo a de 3:600\$ annuaes, concedida a sua mãe, viuva do senador José Thomaz Nabuco de Araujo (decr. n. 1.456); manda reverter em favor de D. Maria Augusta Henrique de Souza, enquanto solteira, a de 83\$ que percebia sua mãe (decr. n. 1.477); manda reverter em favor de D. Raymunda Maria das Dores Rocha a mensal de que gosava seu marido, o tenente-coronel honorario do Exercicio, Herculano Martins da Rocha (decr. n. 1.482); concede a mensal de 250\$ a D. Elvira Lia Fernandes da Cunha, filha do fallecido senador do Imperio Dr. Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha (decr. n. 1.484); concede ao primeiro sargento do Asylo de Invalidos da Patria, Firmino Alvares de Souza, a de 100\$ mensaes (decr. n. 1.523); concede á viuva de José do Patrocinio a de 250\$ mensaes (decr. n. 1.540); concede a DD. Eulalia de Saldanha da Gama e Maria Joaquina de Saldanha da Gama a mensal de 150\$ a cada uma (decr. n. 1.542); concede a mensal de 250\$ a D. Mariana Ribeiro de Almeida Corroia (decr. n. 1.567); autoriza a fazer reverter a favor de D. Amalia Paulina Rodrigues Silva a parte da que cabia a sua fallecida mãe (decr. n. 1.570); eleva a 100\$ a que percebe D. Florinda do Valle Dutra e concede a mensal de igual quantia a D. Adelia Ernestina Diniz (decr. n. 1.629); concede a mensal de 250\$ á viuva

e aos filhos do tenente-coronel Innocencio Fabricio Ferreira de Mattos (decr. n. 1.650); concede a de 200\$ mensaes, repartidamente, á viuva e á filha solteira do desembargador Luiz Antonio Fernandes Pinheiro (decr. n. 1.707); concede a de 300\$ mensaes a D. Emilia Saldanha Marinho Conceição (decr. n. 1.726); concede a mensal de 120\$, repartidamente, a D. Philomena Nunes de Mello e a sua filha de igual nome (decr. n. 1.737); concede a D. Leopoldina da Serra Gonçalves e a D. Juliana da Serra Nunes Gonçalves a annual de 3:600\$, repartidamente (decr. n. 1.738); concede a de 100\$ mensaes a Francisco Alexandrino Barroso da Silva (decr. n. 1.766); autoriza a conceder a de 200\$ mensaes á viuva e ás filhas solteiras do capitão de mar e guerra Francisco Romano Stepple da Silva (decr. n. 1.811); reconhece em favor de D. Amandina Esteves o direito á correspondente ao montepio instituido por seu pae, Leopoldo Justiniano Esteves (decr. n. 1.829); manda reverter a favor de D. Luiza Guilhermina de Campos a concedida pelo decreto n. 2.830, de 1879 (decr. n. 1.868); concede a mensal de 12\$ ao cabo reformado do Exercito Lino Ribeiro de Noyaes (decr. numero 1.875); concede a mensal de 60\$ a D. Emilia Seabra Machado (decr. n. 1.879); concede a mensal de 150\$ a D. Eulalia de Paula Baptista (decr. n. 1.897); autoriza a pagar á viuva e aos filhos menores de Albino José da Silva, ex-administrador das capatazias da Alfandega de Paranaguá, a de montepio por elle deixada (decr. n. 1.941); autoriza a re- levar a pena do art. 2º da lei n. 942 A, de 1890, em que incorreu o ex-empregado da extincta Thesouraria de Goyaz, João Gustavo de Sant'Anna, para que os seus herdeiros entrem no gozo da instituida (decr. n. 1.985); corrige o decreto legislativo n. 1.987, de 1908 (decr. n. 2.001); concede á viuva e aos filhos do Dr. Domingos Olympio Braga Cavalcanti a mensal de 250\$ (decr. n. 2.184 A); eleva a 50\$ mensaes a de 6\$500 que recebe cada uma das filhas do coronel Germino Olympio Sampaio (decr. n. 2.274); concede a mensal de 100\$ a D. Maria Ignacia Ferreira da Rocha, viuva do capitão José Salomão Agostinho da Rocha (decr. n. 2.285); autoriza a conceder a de 30\$ mensaes a D. Maria Ignacia Magdalena de Jesus, viuva do soldado do Exercito Raymundo José da Costa (decr. n. 2.287); concede a mensal de 300\$, repartidamente, á viuva e á filha do primeiro tenente Juventino Fonseca (decr. n. 2.319); concede á viuva e aos filhos de Joaquim Nabuco a mensal de 1:000\$, repartidamente, e autoriza a abrir o credito necessario (decr. n. 2.323); autoriza a conceder a mensal de 500\$ á viuva e ás filhas do Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida (decr. n. 2.359); concede reversão para DD. Maria José da Costa Gabiso e Victoria Leonor Costa de Lima e Silva das de meio soldo e montepio que recebiam suas irmãs (decr. n. 2.374); concede a mensal de 250\$ a D. Maria das Mergês da Camara e Souza (decr. n. 2.376); concede a mensal de 600\$ á viuva e ás filhas viuvias do Dr. Candido Barata Ribeiro (decr. numero 2.391); estabelece a de 2:400\$ annuaes em favor da viuva e das filhas do Dr. João de Barros Cassal (decr. numero 2.392) — Ver CREDITOS.

PERCENTAGENS — Fixa as dos collectores e escriptães das collectorias federaes, e dá outras providencias (decr. numero 1.193); fixa as dos collectores e escriptães (decr. n. 1.689).

PERMUTA — Ver CONVENÇÕES — DELEGACIAS — TRATADOS.

PESSOAL — Ver DELEGACIAS — MESAS DE RENDAS — OFFICINA.

PESTE — Autoriza a empregar, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica, as medidas necessarias para extinguir a bubonica em Campos (decr. n. 1.632).

PETIÇÕES — Ver FEITOS.

PHARMACEUTICOS — Concede aos diplomados pela Escola de Pharmacia de Ouro Preto, antes da data do decreto de reconhecimento official da mesma Escola, os direitos e regalias do mesmo decreto (decr. n. 2.382) — Ver LOGARES — SOLDOS.

PHAROLEIROS — Concede-lhes o direito de aposentadoria (decr. n. 2.265).

PLANO — Modifica o naval da lei n. 1.296, de 1904 (decr. n. 1.568).

POLICIA — Reforma a do Districto Federal (decr. n. 947); reforma a do Districto Federal (decr. n. 1.631); eleva os vencimentos de diversos empregados da do Districto Federal (decr. n. 1.824); autoriza a crear uma delegacia de primeira entrancia na ilha de Paquetá (decr. n. 1.828).

POMBAL MILITAR — Estabelece que o encarregado será um official do Exercito do quadro activo ou reformado, dentre os subalternos ou capitães (decr. n. 1.134).

PONTE — Autoriza a conceder a Jesuino da Silva Mello, ou á companhia que organizar, a construcção de uma metallica e de madeira sobre o Rio Grande, no logar denominado « Cachoeira do Maribondo », entre S. Paulo e Minas Geraes (decr. n. 994); autoriza a mandar pagar a construcção da do Flamengo (decr. n. 1.159).

PORTEIROS — Ver VENCIMENTOS.

POSTO — Autoriza a considerar reformado no de alferes do Exercito, com todas as vantagens, o segundo sargento, reformado, Januario da Rosa Franco (decr. n. 1.184); manda graduar no immediatamente superior o official do Exercito e da Armada ou das classes annexas que attingir o n. 1 da escala (decr. n. 1.215); autoriza a confirmar no de segundos tenentes os alferes-alunos com o curso das tres armas (decr. n. 1.618) — Ver ALFERES — ANTIGUIDADE — REFORMA — VAGAS — VETERINARIOS.

POSTURAS — Regula o processo de infracções das municipais (decr. n. 1.955).

PRAGAS — Ver EXAMES — SOLDOS — VENCIMENTOS.

PRASO — Reduz a tres mezes o estabelecido pela lei numero 35, de 1892, para duracão de incompatibilidade dos magistrados estaduais (decr. n. 908); concede á sociedade Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado para indemnizar o Thesouro da quantia de 456:169\$776 (decr. numero 992); prorroga até 30 de setembro o para o alistamento eleitoral na Capital Federal (decr. n. 1.345).

PRATICAGEM — Manda rever o regulamento da do Porto do Recife (decr. n. 1.171 A); manda substituir por outra a

disposição da letra c do art. 1º, § 2º, do decreto n. 1.171 A, do 1904 (decr. n. 1.333).

PRATICANTES — Ver CLASSES.

PREGATORIAS — Ver FEITOS.

PREDIO — Ver CLUB NAVAL — CREDITOS — DESAPROPRIAÇÕES.

PREENCHIMENTO — Ver VAGAS.

PREFEITOS — Ver EMPRESTIMOS.

PREFEITURA — Ver LITORAL.

PREMIOS — Autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito de 4:100\$ para pagamento do devido ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegueiro do Amaral pela obra que publicou (decr. n. 761); abre ao Ministerio da Industria o credito de 100:000\$ para ser entregue ao Sr. Alberto dos Santos Dumont pelo resultado da experiencia de um balão dirigivel (decr. n. 799); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 5:000\$, sendo 3:000\$ para pagamento ao lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho (decr. n. 916); autoriza a abrir o credito necessario para pagamento do de viagem a Pedro Demosthenes Roche (decr. n. 925); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ao cambio par, para pagamento do de viagem ao alumno da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio do Prado Valladares (decr. n. 1.012); autoriza a abrir o credito de 4:000\$ para pagamento ao Sr. João Vieira de Araujo, professor da Faculdade de Direito do Recife, do que lhe foi arbitrado pelas obras *Codigo Penal Interpretado e Revisão dos Processos Penaes* (decr. n. 1.042); autoriza a abrir o credito de 3:000\$ para pagamento do arbitrado ao Dr. Sylvio Romero pela elaboração da *Historia da Literatura Brasileira* (decr. n. 1.153); autoriza a conceder ao Dr. Garfield Augusto Pery de Almeida o de viagem, na importancia de 4:200\$, ouro (decr. n. 1.444); autoriza a conceder ao Dr. Aloysio de Castro o de viagem, de accordo com o codigo de ensino (decr. n. 1.462); autoriza a conceder ao bacharel Manoel Tavares Cavalcanti o de viagem (decr. n. 1.486); autoriza a conceder ao Dr. Alberto de Paula Rodrigues o de viagem (decr. n. 1.487); autoriza a conceder ao Dr. João Ribeiro de Souza Vianna o de viagem (decr. n. 1.488); autoriza a conceder ao Dr. José Pantoja Leite o de viagem (decr. n. 1.506); autoriza a conceder ao bacharel José Augusto Meira Dantas o de viagem (decr. n. 1.524); autoriza a conceder ao Dr. Fausto Alves de Brito o de viagem (decr. n. 1.655); autoriza a conceder ao engenheiro Dr. Henrique de Novaes o de viagem (decr. n. 1.697); autoriza a mandar fazer, gratuitamente, na Casa da Moeda e na Imprensa Nacional, a cunhagem das moedas e impressões dos diplomas destinados ás exposições regionaes e estaduaes, e dá outras providencias (decr. n. 1.745); concede a cada uma das alumnas do Instituto Nacional de Musica, Suzana de Figueiredo, Helena de Figueiredo e Maria Isabel de Verney Campello, o de viagem, na importancia de 3:000\$, ouro (decr. n. 1.774); autoriza a abrir o credito extraordinario de 21:000\$, ouro, para os de viagem, aos engenheiros José Pires do Rio, José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino

de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso (decr. n. 1.808); autoriza a conceder ao Dr. Edmundo de Carvalho o de viagem (decr. n. 1.840); autoriza a abrir o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior (decr. n. 1.889); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do de viagem ao Dr. Aristides Novis (decr. n. 1.994); autoriza a abrir o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do de viagem ao bacharel Nerval Gomes Veras (decr. n. 2.020); autoriza a conceder a Olyntha Braga, alumna laureada do Instituto Nacional de Musica, o de viagem (decr. n. 2.267); autoriza a pagar ao Dr. Clovis Bevilacqua o de 100:000\$ pelo projecto do Codigo Civil (decr. n. 2.379) — Ver CREDITOS.

PREPARADOR — Ver LENTES — VENCIMENTOS.

PRESCRIPÇÃO — Releva a em que incorreu D. Anna Coelho de Figueiredo, relativamente á importância de 216\$ proveniente da differença entre o meio soldo integral que lhe caberia e o que recebeu (decr. n. 922); releva ao ex-deputado João de Siqueira Cavalcanti a para recebimento de subsidios no periodo de 18 de dezembro de 1891 a 20 de janeiro de 1892 (decr. n. 1.026); releva a em que incorreu D. Maria Francisca de Mello Carvalho, para o fim de receber o meio soldo que lhe compete, desde 26 de fevereiro de 1892 (decr. n. 1.087); releva ao ex-deputado José Augusto Vinhaes a em que incorreram seus subsidios de 11 de agosto a 25 de setembro de 1899 (decr. n. 1.089); releva ao ex-deputado Antonio de Amorim Garcia a para recebimento de subsidios (decr. n. 1.351); releva a em que incorreram as congruas a que tinha direito o bispo de Goyaz, D. Eduardo Duarte da Silva, na importancia de 8:000\$ (decr. n. 1.353); releva ao ex-deputado Augusto de Oliveira Pinto a para recebimento de subsidios (decr. n. 1.355); releva a em que incorreu o bacharel Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, para recebimento de ordenados, como juiz de direito em disponibilidade (decr. n. 1.420); releva a em que incorreu o soldado reformado do Exercito João de Magalhães Faria, para perceber o soldo, pelo dobro, de voluntario da patria, que lhe compete (decr. n. 1.478); releva a em que possa ter incorrido o direito ao montepio instituido por Francisco Nathaniel de Azevedo Ribeiro em favor de sua mulher e filhos (decr. numero 1.494); releva de qualquer o empregado aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Augusto Fernandes, para que possa receber differença de vencimentos (decr. n. 1.593); releva a em que incorreu D. Laurinda Ericilia Adelaide da Rocha, para receber a quarta parte do soldo que percebia seu irmão, o tenente do Exercito Paulo Antonio da Rocha (decr. n. 1.674); releva a em que incorreram os vencimentos do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu (decr. n. 1.706); releva a em que incorreu Antonio Alfredo de Carvalho, amannense do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, para receber os vencimentos que lhe competem (decr. n. 1.742); releva a em que incorreu o soldo de Manoel Dionysio de Sant'Anna, soldado reformado (decr. n. 1.869); releva a em que tiver incorrido D. Rosa Penedo Ahrens, para receber no Thesouro a quantia de 11:958\$065 (decr. n. 1.903); re-

leva D. Marianna Alexandrina de Souza Costa da em que incorreu, para receber o meio soldo a que tem direito (decr. n. 1.909); releva a em que incorreu D. Maria Rita de Figueiredo, para que possa receber o meio soldo deixado por seu pae (decr. n. 1.910); releva a em que incorreu D. Francisca da Silva Lopes, para que possa receber o montepio civil de 10 de fevereiro de 1897 a 30 de dezembro de 1905 (decr. n. 1.911); releva a em que incorreu D. Maria Amalia Carneiro de Miranda, para receber a pensão de meio soldo deixada por seu pae (decr. n. 1.914); releva a em que haja incorrido D. Amelia do Prado Mariath, para a percepção de meio soldo (decr. n. 1.922); releva a da divida proveniente de ordenados do juiz de direito em disponibilidade, Francisco Marques da Cunha, na importancia de 5:954\$838 (decr. numero 1.936); autoriza a relevar a em que incorreu o direito de D. Leopoldina dos Santos Barroso, para receber o meio soldo deixado por seu pae (decr. n. 1.943); releva a em que incorreu o direito de D. Philomena do Espirito Santo Dilermando da Silveira á percepção do montepio civil deixado por seu fallecido marido, Icario Dilermando da Silveira (decr. n. 1.952); releva a em que incorreu o direito de D. Anna Angela de Oliveira Pinto, para perceber o meio soldo deixado por sua mãe (decr. n. 1.993); releva a em que incorreu o direito de D. Francisca Barbosa de Jesus Pinheiro, para perceber o meio soldo deixado por seu marido (decr. n. 1.999); releva a em que incorreu o direito de D. Antonia Paes de Almeida á percepção do montepio deixado por seu marido (decr. n. 2.000); releva a em que incorreu o bacharel João Vieira da Cunha, para receber o ordenado de juiz de direito (decr. n. 2.028); releva a em que tenha incorrido Manoel Silverio Gomes, para o fim de poder receber a quantia de 4:614\$339 (decr. n. 2.051); releva D. Mathilde de Castro Pereira Sodré da em que incorreu, para o recebimento do meio soldo de 15\$ mensaes, desde a data do fallecimento do seu marido, o segundo tenente do Exercito Luiz Pereira Sodré, até 6 de junho de 1903 (decr. n. 2.052); releva a em que incorreu o professor do Collegio Militar, bacharel Antonio Henrique de Noronha, para reclamar pelos meios judiciais a differença de vencimentos entre os cargos de professor adjunto e cathedraticeo (decr. n. 2.055); releva a em que incorreram Raymunda Amelia Pereira e Anna Amelia Pereira, para que lhes seja restituida a quantia de 317\$500, por engano descontada (decr. n. 2.057); releva a em que incorreu o contribuinte do montepio, bacharel Manoel Eugenio Pereira Maia (decr. n. 2.094); releva a em que incorreu o ex-tenente do Exercito Conrado Müller de Campos, para continuar a contribuir para o montepio (decr. n. 2.105); releva a em que tenha incorrido o direito de D. Antonia Eugenia Pereira de Mello á pensão de meio soldo do seu finado pae, o alferes de voluntarios João Eugenio Pereira de Mello (decr. n. 2.106); releva a em que haja incorrido o major reformado do Exercito Joaquim Ferreira da Cunha Barbo, para receber a importancia correspondente a parte de uma quota annual que não lhe fôra contada (decr. n. 2.138); releva D. Maria da Gloria de Almeida Rocha da em que incorreu a viuva do guardamarinha confirmado, José Moreira da Rocha, para poder receber montepio e meio-soldo a que tinha direito (decr. n. 2.141); releva a em que incorreram DD. Rosa de Arruda Pinto e El-

vira de Arruda Ferreira da Silva, para reclamarem o montepio de seu irmão, o finado primeiro tenente de artilharia do Exército, Francisco Antonio de Arruda Pinto (decr. n. 2.169); releva a em que incorreu o contribuinte do montepio Joaquim de Oliveira Catunda, para o fim de ser a sua viuva admittida á percepção da pensão que lhe couber (decr. n. 2.170); releva a em que incorreu D. Emilia Lobo Machado, viuva do telegraphista Julio Cesar de Souza Machado, para a percepção do montepio (decr. n. 2.178); releva a para que D. Florinda Maria da Conceição possa receber o meio soldo e montepio deixados por seu filho, Eduardo Gonçalves Ribeiro, capitão do estado-maior de 1ª classe (decr. n. 2.179); releva a em que haja incorrido D. Rita Moreira Pinto, para a percepção da pensão mensal de 22\$500 (decr. n. 2.183); releva a em que incorreu D. Maria Ottilia da Silva Nunes ao meio soldo e montepio de seu pae, o capitão do Exército Lucio Gonçalves da Silva (decr. n. 2.193); releva a em que incorreu D. Eufrosina de Miranda Lima, para perceber o montepio desde a morte de seu pae, José Francisco dos Santos Miranda, empregado aposentado da Alfandega de Pernambuco (decr. numero n. 2.209); releva a em que incorreu o Dr. Antonio Cerqueira Pinto, lente jubilado da Faculdade de Medicina da Bahia, para que possam seus herdeiros pleitear o direito á percepção dos vencimentos (decr. n. 2.224); releva a em que incorreu D. Nathalia Deolinda de Albuquerque Seixas, para poder habilitar-se á percepção do meio soldo e montepio, da data do fallecimento do seu marido, tenente-coronel Joaquim José Neves de Seixas (decr. n. 2.255); releva a para que D. Maria Adelaide da Silva possa receber a de montepio a que tiver direito (decr. n. 2.282); releva a em que incorreu D. Felicidade de Leivas Pinto, viuva do ex-fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro, Laurentino Pinto de Araujo Corrêa, para mandar incluil-a entre as pensionistas do montepio (decr. n. 2.294); autoriza a relevar a em que incorreu o chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão, afim de receber vencimentos atrasados (decr. n. 2.317); releva a para que Philadelpho de Souza Castro possa receber a differença de vencimentos de thesoureiro da Imprensa Nacional, de 1 de junho de 1894 a 13 de setembro de 1900 (decr. n. 2.373) — Ver Acção — Bancos — Creditos — Meio soldo — Montepio — Vencimentos.

PRESIDENTE — Ver DISTINCTIVO — TRIBUNAL DE CONTAS.

PROFESSORES — Ver VENCIMENTOS.

PRIMEIROS ESCRITURARIOS — Ver ALFANDEGAS.

PRIMEIROS TENENTES — Ver PROMOÇÕES — QUADRO.

PRIVILEGIO — Concede para pagamento de divida proveniente de salarios de trabalhador rural (decr. n. 1.150).

« PROCESSO CRIMINAL BRASILEIRO » — Ver CREDITOS.

PROCESSOS — Manda rever os para percepção do meio soldo e montepio posteriores aos decretos ns. 1.388, de 1894, e 1.054, de 1892 (decr. n. 1.476); regula o de infracções de leis e posturas municipaes (decr. n. 1.955) — Ver Acção — APOSENTADORIA — ELEIÇÕES — NATURALIZAÇÕES.

PROCURADOR — Crea o logar de criminal na secção do Districto Federal e marca os seus vencimentos (decr. n. 2.227) — Ver COMARCA — DELEGACIAS — VENCIMENTOS.

PROCURADORIA DA REPUBLICA — Ver VARA.

PRODUCTOS — Estabelece regras para a apprehensão dos importados com falsas indicações de procedencia (decr. numero 1.425 B).

PROFESSORES — Autoriza a incluir no quadro dos vitalícios ou substitutos o tenente-coronel José da Silva Braga, com as vantagens do regulamento de 1890 (decr. n. 2.418) — Ver ESTABELECIMENTOS — VENCIMENTOS.

PROJECTO — Ver CONVENÇÕES.

PROLONGAMENTO — Ver ESTRADAS DE FERRO.

PROMOÇÕES — Mantém o direito ás de guardas-marinha alumnos a todos os aspirantes matriculados durante a vigencia do actual regulamento da Escola Naval (decr. n. 1.443); autoriza, nas armas de infantaria e cavallaria, os alferes-alumnos e aspirantes a official habilitados com o curso da Escola de Guerra (decr. n. 1.797); estabelece regras sobre a por estudos a primeiro tenente ou capitão (decr. n. 2.241) — Ver ALFERES — ANTIGUIDADE — TEMPO.

PROPRIEDADE — Ver MARCAS.

PROPRIETARIOS — Ver TAPUMES.

PROPRIOS NACIONAES — Autoriza a ceder ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia um dos existentes nesta capital (decr. n. 1.454); autoriza a transferir ao dominio da Municipalidade do Districto Federal os que menciona (decr. n. 1.388).

PROROGAÇÃO — Ver LICENÇAS — PRASO — VENCIMENTOS.

PROTESTOS — Ver BANCOS.

PROTOCOLLOS — Approva o celebrado em 29 de maio de 1901 entre o Brasil e os Estados Unidos (decr. n. 985); approva o contendo instrucções sobre o reconhecimento do Rio Verde e suas cabeceiras (decr. n. 1.721); approva os dous assignados em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar as fronteiras entre o Brasil e a Venezuela (decr. n. 1.768); approva o firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, sobre a execução de cartas rogatorias (decr. n. 1.769); approva os de *modus vivendi* sobre navegação e commercio pelo rio Içá e Putumayo (decr. n. 1.866).

PROVIMENTO — Ver OFFICIOS.

PUBLICAÇÃO — Ver OBRAS.

Q

QUADRO — Altera o dos officiaes-generaes e o dos capitães-tenentes e primeiros tenentes do Corpo da Armada (decr. n. 1.842) — Ver CORPO DE MACHINISTAS NAVAES — CORPO DE SAUDE — EMPREGADOS — OPERARIOS — PROFESSORES — VETERINARIOS.

QUESTÃO — Approva o tratado que submette a arbitramento a de limites entre o Brasil e a Guyana Inglesa, firmado em Londres em 6 de novembro de 1901 (decr. n. 824).

QUOTAS — Ver GRATIFICAÇÕES.

R

READMISSÃO — Ver DECRETOS — OPERARIOS.

RECEBEDORIA — Ver THESSOURO FEDERAL.

RECEITA — Orça a geral da Republica para o exercicio de 1902, e dá outras providencias (lei n. 813); orça a geral da Republica para o exercicio de 1903, e dá outras providencias (lei n. 953); orça a geral da Republica para o exercicio de 1904, e dá outras providencias (lei n. 1.144); orça a geral da Republica para o exercicio de 1905, e dá outras providencias (lei n. 1.313); orça a geral da Republica para o exercicio de 1906, e dá outras providencias (lei n. 1.452); orça a geral da Republica para o exercicio de 1907 (decr. n. 1.616); orça a geral da Republica para o exercicio de 1908 (decr. n. 1.837); orça a geral da Republica para o exercicio de 1909 (decr. n. 2.035); orça a geral da Republica para o exercicio de 1910, e dá outras providencias (decr. n. 2.210); orça a geral da Republica para o exercicio de 1911, e dá outras providencias (decr. n. 2.321).

RECEPÇÃO — Ver GOVERNOS.

RECONHECIMENTO — Ver PROTOCOLLOS.

RECURSOS — Ver «HABEAS-CORPUS».

REDUÇÃO — Autoriza a de dous conductores de 2ª e um de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 1.451) — Ver PRASO — TEMPO.

REFORMA — Autoriza, mediante inspecção, a do enfermeiro-mór, alferes graduado, Christiano Pontes (decr. n. 875); autoriza a do ex-segundo sargento da Brigada Policial, Joaquim Eugenio dos Santos (decr. n. 1.141); declara que a concedida ao coronel do Exercito Francisco José Cardoso Junior será considerada no posto de general de divisão (decr. n. 1.358); autoriza a, no posto de alferes, do enfermeiro-mór do Hospital Central do Exercito, Henrique José da Rocha (decr. n. 1.652); manda contar ao machinista de 3ª classe, reformado, capitão de corveta graduado, Antonio de Siqueira Lopes, para os effeitos de melhoria da sua, os dias em que trabalhou como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de 1863 a 1865 (decr. n. 1.835); manda computar, para melhoria da do segundo tenente machinista de 4ª classe, Candido Joaquim de Almeida, o tempo em que serviu de operario dos arsenaes de marinha (decr. n. 2.041); manda contar para a dos officiaes da Armada o tempo em que pertenceram ao extinto Collegio Naval ou frequentaram o curso de preparatorios annexo á Escola Naval (decr. n. 2.042); melhora a do tenente João Christino Ferreira de Carvalho (decr. numero 2.293); concede melhoria ao sargento do Exercito Onofre Gonçalves Martins (decr. n. 2.307) — Ver COFRE DE ORPHÃO — CORPO DE BOMBEIROS — CORPO DE MACHINISTAS NAVAES — CORPO DE SAUDE — FALLENCIAS — GRATIFICAÇÕES —

GUARDAS — LEGISLAÇÃO ELEITORAL — LEIS — POSTO — SERVIÇO — THIÉSOURO FEDERAL — VENCIMENTOS.

REGALIAS — Ver DIPLOMADOS.

REGISTRO — Ver MARCAS — OFFÍCIOS.

REGRAS — Ver MERCADORIAS — PRODUCTOS — PROMOÇÕES.

REGULAMENTOS — E' mantido o que baixou com o decreto n. 3.234, de 1899 (decr. n. 920) — Ver ALISTAMENTO — CORPO DE BOMBEIROS — HERANÇA — OPERAÇÕES — PROCESSOS — TAPUMES — TAXAS — TERRITORIO — VAGAS — VENCIMENTOS.

REINTEGRAÇÃO — Ver SERVIÇO.

RELAÇÕES EXTERIORES — Ver SECRETARIAS.

RELEVAÇÃO — Ver CARGAS — OBRIGAÇÃO — PAGADOR — PENALIDADES — PRESCRIPÇÃO — RESPONSABILIDADE.

REMADORES — Ver INTENDENCIA GERAL DA GUERRA.

REMESSA — Ver OBRAS.

REORGANIZAÇÃO — Ver ASSISTENCIA — BRIGADA POLICIAL — CASA DA MOEDA — COLONIA CORRECCIONAL — CORPO DE COMMISSARIOS — CORPO DE MACHINISTAS NAVAES — CORPO DE SAUDE — DISTRICITO FEDERAL — ESCOLAS — EXERCITO — GUARDA CIVIL — HYGIENE — INSTITUTO NACIONAL DE MUSICA — JUSTIÇA — LABORATORIO PHARMACEUTICO MILITAR — SERVIÇO.

REPARTIÇÃO CENTRAL DA POLICIA — Ver EDIFICIOS.

REPARTIÇÃO GERAL DOS CORREIOS — Crea varios cargos e marca-lhes os respectivos vencimentos (decr. n. 845); reduz de 15 a 10 annos o tempo de serviço exigido pelo art. 335 do regulamento (decr. n. 896) — Ver VENCIMENTOS.

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS — Torna extensiva aos seus funcionarios a disposição constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 1890, consolidada no n. 1 das observações geraes do decreto n. 2.417, de 1896. Que mandou observar na Estrada de Ferro Central do Brasil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 1896 (decr. n. 1.191); fixa os vencimentos dos estafetas (decr. n. 1.468); fixa os vencimentos dos telegraphistas (decr. n. 1.472); autoriza a abrir o credito de 345:000\$ para pagamento de augmento de vencimentos e diarias dos estafetas (decr. numero 1.548); fixa os vencimentos dos empregados não contemplados nos decretos legislativos ns. 1.468 e 1.472, de 1906 (decr. n. 1.628) — Ver CREDITOS — LICENÇAS.

REPARTIÇÕES — Autoriza a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 50:000\$ para as despesas com os funcionarios e comissões designados para fiscalizar e inspecionar ás arrecadoras (decr. n. 1.685) — Ver ACCÓRDOS — EMPREGADOS — INFORMAÇÕES — POLICIA.

REPETIDORES — Ver ESCOLA NAVAL — VENCIMENTOS.

REPOSIÇÕES E RESTITUIÇÕES — Ver CREDITOS.

REPRESENTAÇÕES — Ver CREDITOS.

REPRESENTANTES — Ver CATEGORIA — GOVERNOS — MINISTERIOS.

RESERVISTAS — Ver FORÇAS.

RESOLUÇÕES — Ver CONVENIOS — ESTADO DE SITIO — ESTRADAS DE FERRO.

RESPONSABILIDADE — Autoriza a relevar da quantia de 36:148\$477 o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Miguel de Oliveira Salazar (decr. n. 1.705); manda dar baixa na do major Aristides de Oliveira Goulart pela quantia de 15:500\$, correspondente a despesas com as reconstrucções de estradas estrategicas e da linha telegraphica da colonia militar á Fóz do Iguassú (decr. n. 2.278); releve os herdeiros de Henrique José Gomes, ex-thesoureiro do Thesouro Federal, da de 265:475\$ (decr. n. 2.297) — Ver PAGADOR.

RESTABELECIMENTO — Ver COMPANHIAS — DECRETOS.

RESTAURAÇÃO — Ver FUNDOS.

RESTITUIÇÃO — Ver CREDITOS — IMPOSTOS — LINOTYPOS.

RESTRICÇÕES — Ver MILITARES.

REVACINAÇÃO — Torna obrigatoria, em toda a Republica, a contra a variola (decr. n. 1.261).

REVERSÃO — Ver PENSÕES — SERVIÇO.

REVISÃO — Ver APOSENTADORIAS — CREDITOS — MEIO SOLDADO — MONTEPIO — PROCESSOS.

«REVISTA DO CLUB DE ENGENHARIA» — Ver CREDITOS.

REVOLTA — Ver MILITARES.

RIO VERDE — Ver PROTOCOLLOS.

S

SALARIOS — Ver TRABALHADOR.

SANEAMENTO — Ver EMPRESTIMOS.

SANTA CASA — Ver ISENÇÃO.

SAUDE — Ver SERVIÇO.

SAUDE DOS PORTOS — Ver DELEGACIAS.

«SCIENCIA DE FINANÇAS» — Ver CREDITOS.

SCIENCIAS — Ver BACHAREIS.

SECCAS — Ver OBRAS.

SECRETARIAS — Crea a de Estado da Agricultura (decr. n. 1.606); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da das Relações Exteriores (decr. n. 1.343 A); eleva de 25 % os vencimentos dos continuos e correios da de Estado da Justiça (decr. n. 2.372) — Ver CREDITOS — INSTITUTOS — SUPREMO TRIBUNAL MILITAR — VENCIMENTOS.

SECRETARIOS — Ver TITULO — VENCIMENTOS.

SEGUNDOS TENENTES — Ver ANTIGUIDADE — VAGAS.

SELLOS — Ver OBRIGAÇÃO.

SENADO — Ver CREDITOS — ELEIÇÕES.

SENADORES — Ver AJUDAS DE CUSTO — SUBSIDIOS.

SENTENÇAS — Determina que as finais da competencia do Supremo Tribunal Federal sejam proferidas com a presença de 10, pelo menos, dos juizes desimpedidos (decr. n. 938) — Ver ACÇÃO — CREDITOS — DISPOSIÇÕES.

SEPARAÇÃO — Ver MISSÕES.

SEPULCHRO — Autoriza a abertura do credito de 40:000\$ para indemnizar D. Josina Peixoto de igual importancia despendida na construcção do para o marechal Floriano Peixoto (decr. n. 1.138).

SERÕES — Ver CREDITOS.

SERVENTUARIOS — Ver FUNCIONARIOS.

SERVIÇO — Autoriza a reintegrar no activo da Armada o capitão de fragata, graduado, Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão (decr. n. 786); reforma o policial no Districto Federal (decr. n. 947); autoriza a fazer a Manoel Bento da Cruz e outro a concessão para a fundação, uso e gozo do de transporte no rio Paraná (decr. n. 978); autoriza a reformar o policial no Districto Federal (decr. n. 1.631); manda reverter ao activo do Exercito o general de divisão graduado, reformado, Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto (decr. n. 1.644); declara que reverte ao activo do Exercito o general de brigada, reformado, Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira (decr. n. 1.894); reorganiza o de Saude do Exercito (decr. n. 2.232) — Ver CREDITOS — EXAMES — FORÇAS — GRATIFICAÇÕES — HYGIENE — REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS — TEMPO.

SESSÕES — Publica a resolução que prorroga a legislativa até 2 de outubro de 1901 (decr. n. 782); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de novembro de 1901 (decr. n. 791); publica a resolução que prorroga a legislativa até 30 de novembro de 1901 (decr. n. 797); publica a resolução que prorroga a legislativa até 30 de dezembro de 1901 (decr. n. 804); publica a resolução que prorroga a legislativa até 2 de outubro de 1902 (decr. n. 867); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de novembro de 1902 (decr. n. 881); publica a resolução que prorroga a legislativa até 30 de novembro de 1902 (decr. n. 892); publica a resolução que prorroga a legislativa até 30 de dezembro de 1902 (decr. n. 913); publica a resolução que prorroga a legislativa até 2 de outubro de 1903 (decr. n. 1.020); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de novembro de 1903 (decr. n. 1.059); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de dezembro de 1903 (decr. n. 1.086); publica a resolução que prorroga a legislativa até 30 de dezembro de 1903 (decr. n. 1.112); publica a resolução que prorroga a legislativa até 2 de outubro de 1904 (decr. n. 1.221); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de novembro de 1904 (decr. n. 1.241); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de dezembro de 1904 (decr. n. 1.259); publica a resolução que prorroga a legislativa até 30 de dezembro de 1904 (decr. n. 1.282); publica a resolução que prorroga a legislativa até 2 de outubro de 1905 (decr. numero 1.367); publica a resolução que prorroga a legislativa até 1 de novembro de 1905 (decr. n. 1.385); publica a re-

solução que proroga a legislativa até 1 de dezembro de 1905 (decr. n. 1.402); publica a resolução que proroga a legislativa até 30 de dezembro de 1905 (decr. n. 1.424); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de outubro de 1906 (decr. n. 1.495 A); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de novembro de 1906 (decr. n. 1.518); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de dezembro de 1906 (decr. n. 1.544); publica a resolução que proroga a legislativa até 30 de dezembro de 1906 (decr. n. 1.573); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de outubro de 1907 (decr. n. 1.702); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de novembro de 1907 (decr. n. 1.739); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de dezembro de 1907 (decr. n. 1.759); publica a resolução que proroga a legislativa até 31 de dezembro de 1907 (decr. n. 1.788); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de outubro de 1908 (decr. n. 1.940); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de novembro de 1908 (decr. n. 1.973); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de dezembro de 1908 (decr. n. 1.983); publica a resolução que proroga a legislativa até 31 de dezembro de 1908 (decr. n. 2.009); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de outubro de 1909 (decr. n. 2.093); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de novembro de 1909 (decr. numero 2.111); publica a resolução que proroga a legislativa até 2 de dezembro de 1909 (decr. n. 2.133); publica a resolução que proroga a legislativa até 31 de dezembro de 1909 (decr. n. 2.166); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de outubro de 1910 (decr. n. 2.254); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de novembro de 1910 (decr. n. 2.259 A); publica a resolução que proroga a legislativa até 3 de dezembro de 1910 (decr. n. 2.274); publica a resolução que proroga a legislativa até 31 de dezembro de 1910 (decr. n. 2.283) — Ver LEGISLATURA.

SESTAS — Ver CREDITOS.

SOCORROS — Ver CREDITOS.

SOCIEDADES — Institue o subsídio de 10:000\$ a cada uma das que pertencerem á Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 1.503); crea cooperativas (decr. n. 1.637); dispensa as que pertencerem ou vierem a pertencer á Confederação do Tiro Brasileiro de contribuir com as mensalidades de que trata a letra *b* do art. 2º do decreto n. 2.067, de 1909 (decr. n. 2.135) — Ver CONFEDERAÇÃO.

SOLDO — Autoriza a mandar pagar ao capitão de fragata, reformado, Collatino Marques de Souza, a differença que deixou de receber durante os cinco annos que precederam a sua reclamação (decr. n. 817); concede vitaliciamente aos officiaes e praças de pret. sobreviventes dos corpos de voluntarios da patria e Guarda Nacional e aos auditores de guerra e estudantes de medicina e pharmacia, que serviram na guerra com o Paraguay, o regulado pela tabella em vigor (decr. n. 1.687); concede ao ex-primeiro tenente da Armada Luiz de Paula Mascarenhas o vitalicio (decr. n. 2.172); concede ao ex-cirurgião, segundo tenente Joaquim de Carvalho Bettamio, e ex-primeiro tenente José Carlos de Carvalho o vitalicio (decr. n. 2.223); torna ex-

tensiva aos medicos, pharmaceuticos, estudantes de medicina e de pharmacia, que serviram nos hospitales e enfermarias de campanha, e aos machinistas que serviram nos navios de guerra, como voluntarios, a concessão do art. 1º do decreto n. 1.687, de 1907 (decr. n. 2.281) — Ver CREDITOS — PRESCRIPTÃO.

SOLICITADOR — Ver VARA.

SORTEIO — Regula o militar (decr. n. 1.860); determina a composição da junta do militar (decr. n. 2.013).

SUB-AGENTES — Ver CLASSES.

SUB-SECRETARIO — Ver VENCIMENTOS.

SUBSIDIOS — Fixa o do presidente e vice-presidente da Republica no periodo de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906 (decr. n. 890); fixa o dos senadores e deputados (decr. n. 940); fixa o do presidente e vice-presidente da Republica no periodo de 15 de novembro de 1906 a 15 de novembro de 1910 (decr. n. 1.445); fixa o dos senadores e deputados (decr. n. 1.463); fixa o dos senadores e deputados (decr. n. 2.031) — Ver CREDITOS — INTENDENTES MUNICIPAES — PRESCRIPTÃO — SOCIEDADES.

SUBSTITUIÇÃO — Ver DELEGACIAS — TITULO.

SUBSTITUTOS — Ver ESTABELECIMENTOS — LENTES — PROFESSORES — VENCIMENTOS.

SUBTRACÇÃO — Ver CRIMES.

SUBVENÇÃO — Autoriza a da quantia de 20:000\$ ao Dr. Vital Brasil Mineiro da Campanha (decr. n. 1.157); autoriza a conceder aos syndicatos ou cooperativas agricolas que cultivarem trigo a de 15:000\$ (decr. n. 2.049).

SUCCESSÃO — Ver HERANÇA.

SUPPLENTES — Ver COMARCA.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — Crea na secretaria mais um lugar de official e outro de amanuense, e dá outras providencias (decr. n. 1.466) — Ver SENTENÇAS.

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR — Torna extensivas ao secretario as disposições do art. 1º, paragrapho unico, do decreto legislativo n. 149, de 1893 (decr. n. 2.136).

SUSPENSÃO — Ver BANCOS — VENCIMENTOS.

SYNDICATOS — Faculla aos profissionaes da agricultura e industrias rurais a organização para a defesa de seus interesses (decr. n. 979); crea profissionaes (decr. n. 1.637); autoriza a conceder aos agricolas que cultivarem trigo a subvenção de 15:000\$ (decr. n. 2.049).

T

TABELLAS — Autoriza a modificar a annexa ao decreto n. 1.151, de 1904 (decr. n. 1.230); modifica as de vencimentos dos officiaes e praças do Exército e da Armada (decr. n. 2.290); modifica a de vencimentos dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.355) — Ver DELEGACIAS — SECRETARIAS — VENCIMENTOS.

TABELLIÃES — Ver OFFÍCIOS.

TAPUMES — Regula a construcção de divisorios entre proprietários rurais (decr. n. 1.787).

TARIFA — Ver TAXAS.

TAXAS — Regula a cobrança das da Tarifa relativas ás cervejas estrangeiras (decr. n. 1.499); isenta da de expediente as mercadorias de que trata o art. 2º, § 36, da Tarifa (decr. n. 1.686); eleva a 16 d. a para emissão de notas da Caixa de Conversão (decr. n. 2.357).

TELEGRAPHISTAS — Ver VENCIMENTOS.

TEMPO — Manda contar para a reforma dos officiaes do Exército, que pertenceram ao extinto Deposito de Aprendizizes Artilheiros, o que houverem passado neste estabelecimento (decr. n. 757); autoriza a computar, para a aposentadoria do director de Contabilidade da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, engenheiro José de Napoles Telles de Menezes, o em que serviu em varias commissões (decr. n. 777); autoriza a contagem, para aposentadoria, ao engenheiro Paulo José de Oliveira, do em que exerceu cargos publicos de nomeação dos presidentes de Províncias (decr. n. 855); reduz de 15 a 10 annos o de serviço exigido pelo art. 335 do regulamento dos Correios (decr. n. 896); manda contar, para aposentadoria, ao engenheiro civil João Victor de Magalhães Gomes, o em que exerceu o cargo de engenheiro de districto da ex-Provincia de Minas Geraes (decr. n. 906); determina que na liquidação do de serviço para a concessão do meio soldo e montepio não se descontará o que fôr passado no gozo de licença para tratamento de saúde (decr. n. 937); autoriza a contar a Joaquim Alves Carneiro, conservador do gabinete de operações eapparelhos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o em que serviu no Exército, na campanha do Uruguay (decr. n. 1.071); manda considerar valido para o effeito legal da promoção o em que o alferes do Exército Olympio de Abreu Lima exerceu o cargo de ajudante de ordens do governador do Estado de S. Paulo (decr. n. 1.122); dispensa o resto que falta ao Collegio Diocesano de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, para completar os dous annos de fiscalização prévia exigidos pelo codigo de ensino (decr. n. 1.363); autoriza a contar ao telegraphista de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, José Leopoldino de Vasconcellos Cabral, como de serviço effectivo o interstício de 7 de maio de 1894 a 11 de julho de 1895 (decr. n. 1.375); autoriza a mandar contar, para aposentadoria, o em que Francisco José Carlos esteve no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (decr. n. 1.715); autoriza a mandar incluir na aposentadoria de João Carlos Thompson Junior o em que serviu de professor de menores artelezões e de escripturario da Casa de Correção (decr. n. 1.735); manda contar ao capitão de fragata graduado, commissario da Armada reformado, Pedro Antonio da Silva, para melhoria de sua reforma, o em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Pará (decr. n. 1.740); autoriza a mandar contar, para a aposentadoria do porteiro da Delegacia Fiscal em Minas Geraes, Lucindo Caetano dos Santos, o em que exerceu os cargos de servente e ajudante do cartorario (decr. n. 1.870); manda contar de serviço ao capitão-tenente honorario Dr. João Cordeiro da Graça para acrescimo de vencimentos (decr.

n. 1.895); manda contar, para aposentadoria, o em que os empregados titulados das repartições federaes tiverem servido como diaristas (decr. n. 1.980); manda contar ao capitão-tenente machinista Isaias Tavares Dias Pessoa, para os effeitos da reforma, o em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. n. 1.986); manda computar, para a melhoria de reforma do segundo tenente machinista de 4ª classe, Candido Joaquim de Almeida, o em que serviu como operario nos arsenaes de marinha (decr. n. 2.041); manda contar, para a reforma dos officiaes da Armada, o em que pertenceram ao extinto Collegio Naval ou frequentaram o curso de preparatorios annexo á Escola Naval (decr. n. 2.042); manda contar ao segundo tenente reformado da Armada, Antonio José de Andrade, para melhoria de reforma, o que se verificar ter servido como operario do Arsenal de Marinha e machinista da Alfandega (decr. n. 2.134); manda computar ao inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Manoel José Alves, todo o em que serviu em diversas commissões do antigo Ministerio da Agricultura (decr. n. 2.177); autoriza a mandar contar, para melhoria de reforma, ao capitão de fragata machinista, reformado, João Antonio da Costa Bastos, o em que serviu como operario no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Estabelecimento Naval de Cerrite (decr. n. 2.180); fica computado ao capitão reformado do Exercito, Affonso das Chagas Guimarães, o de 9 de dezembro de 1886 a 2 de março de 1890, em que serviu como praticante da Intendencia da Guerra (decr. n. 2.200); autoriza a mandar contar ao Dr. Sylvio Romero, lente de logica do Collegio Bernardo de Vasconcellos; o em que exerceu o cargo de juiz municipal de Paraty (decr. n. 2.213); dispõe sobre a contagem do de serviço ao bacharel José Gomes Coimbra, para aposentadoria (decr. n. 2.225); manda contar ao sub-ajudante machinista, reformado, Pedro José de Moraes, para melhoria de reforma, o em que serviu no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, como operario e machinista (decr. n. 2.273).
VER APOSENTADORIAS — DELEGACIAS — EXTERNATO AQUINO — JUBILAÇÃO — REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS.

TENENTES — Ver VAGAS.

TERREMOTOS — Ver CREDITOS.

TERRENOS — Ver PROPRIOS NACIONAES.

TERRITORIO — Autoriza a administrar, provisoriamente, o reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolivia (decr. n. 1.181); divide o da Republica em districtos eleitoraes (decr. n. 1.425); autoriza a expedição de novo regulamento para execução da lei n. 1.181 (decr. n. 1.820) — Ver TRATADOS.

«THEORIA DO PROCESSO CIVIL E CRIMINAL» — Ver CREDITOS.

THESOUREIRO — Ver RESPONSABILIDADE.

THESOURO FEDERAL — Fixa o numero, classes e vencimentos dos sub-directores (decr. n. 1.178); equipara os vencimentos do pagador e fieis da Pagadoria aos dos thesoureiros e fieis da Caixa de Amortização (decr. n. 1.352); autoriza a abrir o credito extraordinario de 2:293\$525 para execução do decreto n. 1.352, de 1905 (decr. n. 1.521); fixa os vencimentos dos directores (decr. n. 1.536); reforma-o (decr. n. 2.083); eleva

os vencimentos dos directores, e dá outras providencias (decr. n. 2.372) — Ver DELEGACIAS — PAGADOR.

TIRO — Ver SOCIEDADES.

TITULO — Manda substituir pelo de secretario o de escrevente da Procuradoria da Republica no Districto Federal, e dá outras providencias (decr. n. 2.386) — Ver BANCOS — COLLAÇÃO.

TRABALHADOR — Concede privilegio para pagamento de vida proveniente de salarios de rural (decr. n. 1.150); deroga o art. 1º do decreto n. 1.150, de 1904 (decr. n. 1.607).

TRABALHOS — Ver EXAMES.

TRAFICO DE MULHERES — Ver CONVENÇÕES.

TRANSFERENCIAS — Autoriza a do capitão de fragata graduado, Carlos Accioli, do Corpo de Engenheiros Navaes para o da Armada (decr. n. 763); autoriza a, da cidade do Rio Pardo para a de Porto Alegre, da Escola Preparatoria e de Tactica (decr. n. 1.001) — Ver EMPREGADOS — MATRICULA — PROPRIOS NACIONALES.

TRANSPORTE — Ver SERVIÇO.

TRASLADAÇÃO — Ver DESPESAS.

« TRATADO DE CIRURGIA » — Ver CREDITOS.

TRATADOS — Approva o que submette a arbitramento a questão de limites entre o Brasil e a Guyana Ingleza, firmado em Londres em 6 de novembro de 1901 (decr. n. 820); approva o de permuta de territorio e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolivia (decr. n. 1.179); approva o de limites entre as Republicas do Brasil e do Ecuador, concluido em 6 de maio de 1904 (decr. n. 1.310); approva o de commercio e amizade entre o Brasil e a Persia, concluido em 16 de junho de 1903 (decr. n. 1.311); approva o concluido em 5 de maio de 1906, estabelecendo a fronteira entre o Brasil e a Colonia de Surinan (decr. n. 1.659); approva o de limites e navegação pelo rio Içá e Putumayo (decr. n. 1.866); approva o de arbitramento geral entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina (decr. n. 1.971); approva o sobre o commercio e a navegação fluvial entre o Brasil e o Ecuador (decr. n. 2.086); approva o modificando as fronteiras na Lagôa Mirim e no rio Jaguarão e estabelecendo principios para o commercio e navegação (decr. n. 2.246); approva o sobre o commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Colombia, concluido em 21 de agosto de 1908 (decr. n. 2.247); approva o concluido entre o Brasil e o Perú, completando a determinação das fronteiras e estabelecendo principios geraes sobre o seu commercio e navegação (decr. n. 2.249); approva o de commercio e navegação fluvial com a Bolivia, assignado em 12 de agosto de 1910 (decr. n. 2.365); approva o de arbitramento, firmado em 25 de junho de 1909 entre o Brasil e a Bolivia (decr. n. 2.396); approva o geral de arbitramento, firmado em Petropolis a 7 de dezembro de 1909 entre o Brasil e o Perú (decr. n. 2.398); approva o de arbitramento entre o Brasil e a Colombia (decr. n. 2.399) — Ver PROTOCOLLOS.

TRIBUNAL DE CONTAS — Fixa os vencimentos do presidente e directores (decr. n. 1.490); eleva os vencimentos dos funcionarios (decr. n. 1.526).

TRIGO — Ver SYNDICATOS.

U

USOFRUCTO — Autoriza a conceder á Associação Protectora dos Homens do Mar o da ilha da Boa Viagem e de suas bemfeitorias (decr. n. 1.350).

UTILIDADE PUBLICA — Ver ACADEMIAS.

V

VACCINAÇÃO — Torna obrigatoria, em toda a Republica, a contra a variola (decr. n. 1.261).

VAGAS — Declara que enquanto houver segundos tenentes e alferes excedentes dos quadros, as que se derem, no primeiro posto, serão preenchidas na arma de artilharia por alferes-alumnos e nas de cavallaria e infantaria por estes e por praças de pret, com o curso geral da Escola Militar (decr. n. 982); regula o preenchimento das nos postos de tenente e capitão do Exercito (decr. n. 1.348).

VALORIZAÇÃO DO CAFÉ — Ver CONVENIOS — EMPRESTIMOS.

VANTAGENS — Autoriza a pagar a Geroncio Nitto de Souza Pitanga, alferes do Exercito, a quantia de 1:027\$579, das que lhe competem como alferes-alumno (decr. n. 1.543).

VARA — Crea na secção do Districto Federal mais uma de juiz federal, e dá outras providencias (decr. n. 1.152).

VENCIMENTOS — Suspende e prorroga por seis mezes os das letras e notas promissorias e quaesquer outros titulos de responsabilidade dos bancos nacionaes no Estado de Pernambuco (decr. n. 811); determina que os dos auxiliares dos auditores de marinha serão correspondentes aos de capitão do Exercito e equipara aos daquelles os dos auditores de guerra dos 4º e 6º districtos militares (decr. n. 821); torna extensivo aos professores e repetidores dos institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos o acrescimo concedido aos lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos numeros 1.075, de 1890, e 2.194, de 1892 (decr. n. 1.299); equipara os do pagador e fieis da Pagadoria do Thesouro Federal aos dos thesoureiros e fieis da Caixa de Amortização e eleva os do archivista (decr. n. 1.352); equipara os dos empregados das administrações dos Correios do Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Bahia e de Ouro Preto aos dos de igual categoria da do Estado de S. Paulo (decr. n. 1.429); equipara os do pessoal administrativo do Instituto Nacional de Musica e da Escola Nacional de Bellas Artes e eleva os dos dous conservadores e restauradores da referida Escola (decr. n. 1.461); fixa os dos estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.468); fixa os dos telegraphistas da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.472); autoriza a pagar ao cirurgião-mór de brigada, graduado, refor-

mado do Exercicio, Dr. Augusto José Ferrari, a quantia de 638\$ (decr. n. 1.475); fixa os do presidente e directores do Tribunal de Contas e representante do Ministerio Publico perante o mesmo Tribunal (decr. n. 1.490); fixa o do guarda-mór da Alfandega de Porto Alegre (decr. numero 1.496); eleva os dos lentes das escolas Polytechnica e de Minas, das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, de direito do Recife e de S. Paulo e do Gymnasio Nacional e dos substitutos e professores (decr. n. 1.500); autoriza a abrir o credito extraordinario de 2:293\$525 para execução do decreto n. 1.352, de 1905 (decr. n. 1.521); eleva os dos funcionarios do Tribunal de Contas (decr. n. 1.526); fixa os dos directores do Thesouro Federal (decr. n. 1.536); eleva os dos assistentes, preparadores e secretarios das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e da Escola Polytechnica (decr. n. 1.546); fixa os dos conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 1.554); eleva os dos funcionarios das secretarias de Estado da Justica, da Guerra, da Marinha e da Industria (decr. n. 1.555); fixa os do pessoal do Instituto Benjamin Constant (decr. numero 1.583); declara que os empregados civis da Intendencia Geral da Guerra e da Direcção Geral de Saude perceberão os das tabellas annexas (decr. n. 1.608); eleva os dos funcionarios da Caixa de Amortização (decr. n. 1.615); fixa os dos membros da Corte de Appellação e do procurador geral do Districto Federal (decr. n. 1.625); equipara os dos telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brasil aos dos da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 1.626); fixa os dos juizes e dos demais funcionarios da justiça federal (decr. n. 1.627); fixa os dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, não contemplados nos decretos legislativos ns. 1.468 e 1.472, de 1906 (decr. n. 1.628); regula os dos empregados do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar (decr. n. 1.642); eleva de 20 % os das forças dos guardas das alfandegas e mesas de rendas (decr. numero 1.662); fixa os dos funcionarios da Bibliotheca Nacional (decr. n. 1.666); eleva os do director e do medico da Casa de Correção, as diarias dos guardas, a gratificação do enfermeiro e os do director da Casa de Detenção (decr. numero 1.678); autoriza a pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos, viuva do bacharel João Pinto Gomes de Mattos, os de juiz de direito (decr. n. 1.710); equipara os do secretario da inspectoría do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro aos do chefe de secção da Secretaria da Marinha (decr. numero 1.732); fixa o numero, classes e os dos empregados das alfandegas do Rio de Janeiro e Santos (decr. n. 1.743); eleva os de varios funcionarios do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 1.762); eleva os dos professores de sciencias da Escola Nacional de Bellas Artes e a gratificação dos directores das faculdades e escolas superiores e do Gymnasio Nacional (decr. n. 1.773); eleva os de diversos empregados da Policia do Districto Federal (decr. n. 1.824); declara que a parteira auxiliar de ensino de clinica obstetrica de cada uma das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia continuará a perceber iguaes aos dos outros auxiliares de ensino (decr. n. 1.838); fixa os dos fieis e guardas da Intendencia Geral da Guerra (decr. n. 1.849); eleva os dos pretores e outros funcionarios da justiça do Districto Federal (decr.

n. 1.863); equipara os do sub-secretario, dos amanuenses, do bibliothecario e do sub-bibliothecario da Escola Polytechnica aos dos funcionarios de igual categoria da Faculdade de Medicina (decr. n. 1.878); eleva os dos funcionarios das secretarias de Estado, da Directoria do Expediente da Marinha, das directorias de Contabilidade da Guerra e da Marinha, dos auxiliares da secção demographica e do cartographo da Directoria Geral de Saude Publica (decr. n. 2.092); autoriza a mandar pagar os devidos ao escrevente de 1ª classe do extincto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento de Oliveira (decr. n. 2.137); marca os do procurador criminal na secção do Districto Federal (decr. n. 2.227); augmenta os dos desenhistas, porteiros, mestres geraes, contra-mestres, apontadores, operarios e outros empregados do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. n. 2.260); fixa novos para os funcionarios da Caixa de Amortização (decr. n. 2.270); eleva a 9:600\$ e a 7:200\$ os do correitor da Caixa de Amortização e do seu ajudante (decr. n. 2.286); modifica as tabellas de dos officiaes e praças do Exercito e da Armada, e dá outras providencias (decr. n. 2.290); autoriza a mandar pagar a Herminio José de Azevedo Pedra, ex-official da secretaria do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, e outros, os que lhes cabiam durante o tempo em que estiveram addidos (decr. n. 2.335); modifica a tabella de dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 2.355); augmenta os de diversos consules (decr. n. 2.364); eleva os dos mestres, contra-mestres, mandadores e outros operarios dos arsenaes de guerra (decr. n. 2.368); eleva a 18:000\$ os dos directores do Theouro Nacional, e dá outras providencias (decr. n. 2.372) —

Ver ADMINISTRAÇÃO — AGENTES FISCAES — ALFANDEGAS — ASPIRANTES — CAIXA DE CONVERSÃO — CARGOS — CONSULADOS — CREDITOS — DELEGACIAS — GRATIFICAÇÕES — LAZARETO DE TAMDARÉ — MESAS DE RENDAS — MISSÕES — PHAROLEIROS — PRESCRIPÇÃO — SECRETARIAS — THEOURO FEDERAL — VANTAGENS — VARA — VICE-CONSULADOS.

VENDAS JUDICIAES — Ver AGENTES DE LEILÕES.

VENDEDORES — Ver CREDITOS.

VETERINARIOS — Regula a admissão ao primeiro posto do quadro dos do Exercito (decr. n. 2.369).

VICE-CONSULADOS — Crea nas cidades de Rivera e Mello, no Estado Oriental do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina (decr. n. 1.636); crea nas cidades de Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay, com a dotação de 4:000\$, ouro (decr. n. 1.760); eleva a categoria e crea alguns (decr. n. 2.250).

VITALICIEDADE — Ver FUNCIONARIOS.

VOLUNTARIOS — Ver FORÇAS — SOLDOS — VENCIMENTOS.

X

XARQUE — Ver ISENÇÃO.

PRIMEIRA PARTE

II

INDICE CHRONOLOGICO DOS ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1901 a 1910

1901

N. 755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de janeiro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios na importancia de 2:417\$338 para pagamento ao escrivão do juizo seccional no Estado do Piauhý, Jesuino José Rodrigues de Carvalho, e ao juiz de direito, em disponibilidade, bacharel Francisco José da Silva Porto.

N. 756 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1901 — Declara que o art. 7º da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, naquillo que não fôr contrario aos principios da disciplina militar, é comprehensivo dos lentes, substitutos e professores vitalicios dos estabelecimentos militares de ensino dependentes do Ministerio da Guerra, cujos logares foram extinctos pelo regulamento de 18 de abril do mesmo anno ou posteriormente occupados por outros serventuarios e manda pagar-lhes os respectivos ordenados e gratificações integraes desde a data em que foram postos em disponibilidade.

N. 757 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1901 — Manda contar para a reforma dos officiaes do Exercito que pertenceram ao extincto Deposito de Aprendizizes Artilheiros e completaram o respectivo curso o tempo que houverem passado nesse estabelecimento.

N. 758 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escriptuario do Tribunal de Contas, Antonio Corrêa Leal.

N. 759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 14:237\$216 para pagamento de vencimentos ao Dr. Arlindo de Aguiar e Souza.

N. 760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:650\$ para pagamento da gratificação devida ao preparador da cadeira de chimica industrial da Escola Polytechnica, Jayme Carlos da Silva Telles.

N. 761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:100\$ para pagamento do premio devido ao Dr. Tibureio Valeriano Pêcegheiro do Amaral pela obra que publicou e da respectiva impressão.

N. 762 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Pedro Luiz Soares de Souza, ou á empresa ou companhia que organizar, a construcção de uma estrada de ferro, a partir do ponto onde acaba a franca navegação a vapor do Rio Branco ao ponto mais conveniente da fronteira com a Guyana Ingleza.

N. 763 — MARINHA — Decreto de 12 de junho de 1901 — Autoriza o Governo a transferir do Corpo de Engenheiros Navaes para o da Armada o capitão de fragata graduado Carlos Accioly.

N. 764 — GUERRA — Decreto de 14 de junho de 1901 — Manda contar a antiguidade da promoção do tenente-coronel João Leocadio Pereira de Mello a esse posto, de 17 de março de 1894.

N. 765 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1901 — Concede ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

N. 766 — FAZENDA — Decreto de 18 de junho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito preciso para pagamento do que fôr devido a Gustavo Saboya & Comp., em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 767 — FAZENDA — Lei de 18 de junho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:754\$947, suplementar á verba 10ª do art. 43 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

N. 768 — FAZENDA — Lei de 20 de junho de 1901 — Suspênde temporariamente o decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, na parte relativa ás liquidações forçadas para os bancos nacionaes com séde na capital do Estado da Bahia.

N. 769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 304\$166 para pagamento dos vencimentos do finado escrivão do juizo seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa de Bittencourt.

N. 770 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 150:000\$, ouro, á verba — Caixa de Amortização — e de 45:997\$038, ouro, á verba — Casa da Moeda, — do corrente exercicio.

N. 771 — MARINHA — Decreto de 10 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao commissario geral da

Armada, capitão de mar e guerra, chefe da 4ª secção do Quartel General da Marinha, José Francisco da Conceição, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 772 — FAZENDA — Decreto de 17 de julho de 1901 — Concede a pensão de 400\$ mensaes, repartidamente, á viuva e á filha do capitão de engenheiros Salustiano Ferreira Souto Sobrinho.

N. 773 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 774 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de exames preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional.

N. 775 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Manoel Victorino Pereira, lente da 2ª cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 776 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para a desapropriação da casa em que funciona uma das estações do Corpo de Bombeiros, sita á rua Humaytá, nesta capital.

N. 777 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a computar, para a aposentadoria do director de Contabilidade da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, engenheiro José de Napoles Telles do Menezes, o tempo em que o mesmo serviu em varias comissões dos ministerios da Guerra, Agricultura e Industria, Viação e Obras Publicas.

N. 778 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado, seis mezes de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 779 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:750\$ para indemnizar o Estado do Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para conservação das linhas telegraphicas.

N. 780 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1901 — Concede ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima mais um anno de licença.

N. 781 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1901 — Concede ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell um anno de licença.

N. 782 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

N. 783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 6:727\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados, — do actual exercicio.

N. 784 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a dispensar a « Leopoldina Railway Company » da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade, da Estrada de Ferro Central de Macahé.

N. 785 — MARINHA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Reorganiza o quadro do Corpo de Saude da Armada.

N. 786 — MARINHA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a reintegrar no serviço activo da Armada o capitão de fragata graduado Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão.

N. 787 — MARINHA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito necessario a satisfazer a despesa com a impressão da obra *Lições de Balística*, do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho.

N. 788 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Governo a elevar a 1:800\$ annuaes a pensão concedida ao coronel honorario do Exercito Antonio Bezerra Cabral.

N. 789 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1901 — Autoriza o Governo a garantir os juros e amortização, durante 15 annos, do emprestimo de 650:000\$ que effectuar a Associação do 4º Centenario do Brasil, para o fim de construir o edificio destinado á Academia de Bellas Artes.

N. 790 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito da quantia necessaria, até 150:000\$ em ouro, para occorrer ás despesas com a representação brasileira na 2ª Conferencia Internacional Americana, que se reunirá no Mexico.

N. 790 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conductor geral do abastecimento de agua á Capital Federal, Alcêo Mario de Sá Freire, seis mezes de licença.

N. 791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1901 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

N. 792 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1901 — Concede um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao segundo escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Paraná, Manoel Pereira Mendes.

N. 793 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 837\$472 para pagamento do ordenado do fiel aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, João Leopoldino do Rego.

N. 794 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1901 — Autoriza o Governo a extorpar da consignação «Material», da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, do orçamento para 1900, a somma de 71:728\$232, ouro, para a parte correspondente em papel.

N. 795 — MARINHA — Lei de 16 de outubro de 1901 — Fixa a força naval para o anno de 1902.

N. 796 — GUERRA — Lei de 25 de outubro de 1901 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1902.

N. 797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1901 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.

N. 798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Concede um anno de licença ao Dr. Manoel José de Queiroz Ferreira, preparador de physica da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

N. 799 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$, com o fim de ser entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont como premio pelo resultado de sua experiencia de um balão dirigivel.

N. 800 — GUERRA — Decreto de 17 de novembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 630\$ para occorrer ao pagamento da diaria de 3\$ a Candido da Cunha Villela, por haver servido na commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá.

N. 801 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funcionou a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, durante os mezes de setembro a dezembro de 1899, e o de 20:000\$ suplementar á verba 9ª do art. 28 da lei numero 746, de 29 de dezembro ultimo, — Assignatura de notas.

N. 802 — GUERRA — Decreto de 22 de novembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:806\$630 para cumprimento da sentença do Supremo Tribunal Federal que mandou pagar ao major Democrito Ferreira da Silva os vencimentos que deixou de receber.

N. 803 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao terceiro escripturario do Tribunal de Contas, José de Moraes.

N. 804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1901 — Publica a resolução do Congresso

Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

N. 805 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1901 — Autoriza o Governo a confirmar no primeiro posto de official do Exército os alferes graduados que tiverem as approvações plenas de que trata o art. 95 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.881, de 18 de abril de 1893.

N. 806 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença concedida a Manoel Joaquim Ferreira, porteiro da extincta Inspectoria Geral de Estradas de Ferro, addido á Secretaria do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

N. 807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a prorogar por seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz do Tribunal Civil e Criminal.

N. 809 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Joaquim Huet Bacellar, respeitados os direitos adquiridos, a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de Manáos até á foz do rio Mahú.

N. 810 — MARINHA — Decreto de 18 de dezembro de 1901 — Reorganiza o quadro do Corpo de Machinistas Navaes.

N. 811 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Suspende e prorroga por seis mezes os vencimentos das letras, notas promissórias e quaesquer outros titulos commerciaes de responsabilidade dos bancos nacionaes com séde no Estado de Pernambuco, e dá outras providencias.

N. 812 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Concede um anno de licença ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador effectivo da cadeira de operações e apparatus da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 813 — FAZENDA — Lei de 23 de dezembro de 1901 — Fixa a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias.

N. 814 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1901 — Concede a D. Leopoldina de Figueiredo Accioly, viuva de capitão de fragata graduado Carlos Accioly, a pensão mensal de 200\$000.

N. 815 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1901 — Eleva de 60\$ a 100\$ a pensão mensal do alferes honorario Antonio Paes de Sá Barreto.

N. 816 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir

ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, complementar ao n. 14 do art. 2º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, —Diligencias policiaes.

N. 817 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar ao capitão honorario, primeiro tenente reformado, Collatino Marques de Souza a differença de soldo que deixou de receber durante os cinco annos que precederam á sua reclamação sobre contagem de tempo de serviço.

N. 818 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — Concede uma pensão mensal de 300\$ ao Dr. Amaro Rodrigues de Albuquerque Figueiredo.

N. 819 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a mandar contar ao capitão de fragata Francisco Carlton a antiguidade de sua promoção áquelle posto de 26 de abril de 1890.

N. 820 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos ao ex-secretario do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, João Sabino Pereira Giraldes.

N. 821 — MARINHA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Determina que os vencimentos dos auxiliares dos auditores de marinha e guerra na Capital Federal serão correspondentes aos de capitão dos corpos arregimentados do Exercito e equipara aos vencimentos daquelles os dos auditores de guerra dos 4º e 6º districtos militares.

N. 822 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:225\$800 para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao almoxarife do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes.

N. 823 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 736:424\$, complementar á verba 10ª — Etapas, — do art. 15 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

N. 824 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Approva o tratado que submette a arbitramento a questão de limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guyana Inglesa, firmado em Londres em 6 de novembro de 1901.

N. 825 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, a Enéas Ferreira Valle, segundo escripturario da Alfandega de Manáos, Estado do Amazonas.

N. 826 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Concede a D. Isabel Thompson Esteves Junior, viuva do senador Antonio Justiniano Esteves Junior, a pensão mensal de 300\$000.

N. 827 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao fiel do thesoureiro da Delegacia Fiscal do The-

souro Federal em Minas Geraes, Antonio de Santa Cecilia Junior.

N. 828 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 477:121\$620, ouro, suplementar á verba 35ª do art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

N. 829 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao bacharel Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 830 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Restabelece, para todos os effeitos, o decreto legislativo n. 657, de 25 de novembro de 1899.

N. 831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 13:300\$ para pagamento do premio e impressão de 1.000 exemplares da obra *Theoria do Processo Civil e Commercial*, composta pelo Dr. João Pereira Monteiro.

N. 832 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a extinguir a secção da pagadoria da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 833 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao machinista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Achilles Arnaud Coutinho.

N. 834 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1901 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1902, e dá outras providencias.

N. 835 — RELACÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a missão especial que deve tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.

N. 836 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.954:500\$332, papel e 2:676\$445 ouro, para attender ao pagamento de dividas do exercicios findos.

N. 837 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Eleva a 100\$ mensaes a pensão que recebe D. Cybele de Mendonça Souza Monteiro.

N. 838 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Concede a D. Maria Isabel de Castro Pernambuco, viuva do ex-senador da Republica Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco, a pensão de 300\$000.

N. 839 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Concede a D. Amelia Cavalcanti de Albuquerque a pensão mensal de 100\$000.

1902

N. 840 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1902 — Concede á viuva do jurisconsulto e ex-senador Joaquim Felício dos Santos a pensão mensal de 500\$000.

N. 841 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 13:939\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 842 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ para occorrer ao pagamento a Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra-mestre e mandador da extincta officina de correioiro do Arsenal de Guerra desta capital, de gratificação de exercicio, a que têm direito.

N. 843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir o credito de 53:582\$940 para pagamento de diversas obras e melhoramentos no edificio do Lyceu de Artes e Officios.

N. 844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 16:060\$ para pagar ao bacharel Umbelino de Souza Marinho os seus ordenados como juiz de direito em disponibilidade.

N. 845 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de janeiro de 1902 — Crea varios cargos na Repartição Geral dos Correios e marca-lhes os respectivos vencimentos.

N. 846 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Estabelece que, para o effeito da percepção do meio soldo e montepio, as filhas casadas do official fallecido ficam equiparadas ás solteiras ou viúvas e aos filhos menores de 21 annos, legitimos ou naturaes legitimados.

N. 847 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 68:195\$489 para execução da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao tenente-coronel Proconio José dos Reis por prejuizos causados durante a revolta de 6 de setembro de 1893.

N. 848 — GUERRA — Decreto de 11 de abril de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:414\$746 para occorrer ao pagamento da differença de ordenado que deixou de receber o major do quadro especial do Exército, Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar.

N. 849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:850\$ supplemental á verba 9ª do art. 2º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, bem como o de 6:500\$ para pagamento de ajudas de custo a deputados e senadores.

N. 850 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de maio de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Francisco da Silva Prado, conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 851 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de julho de 1902 — Autoriza a conceder um anno de licença ao amanuense da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Augusto de Medeiros.

N. 852 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de agosto de 1902 — Autoriza a conceder um anno de licença ao assistente da cadeira de clinica dermato-syphiligraphica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Fernando Terra.

N. 853 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de agosto de 1902 — Concede a pensão mensal de 200\$ a cada um dos filhos menores do fallecido deputado Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.

N. 854 — **FAZENDA** — Decreto de 7 de agosto de 1902 — Restabelece, em favor da viscondessa de Pelotas e de suas filhas enquanto solteiras, a pensão de 500\$ que havia sido concedida ao finado visconde de Pelotas.

N. 855 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de agosto de 1902 — Autoriza o Governo a contar, para os effectos de aposentadoria, ao engenheiro Paulo José de Oliveira, o tempo em que exerceu cargos publicos de nomeação dos antigos presidentes de Provincias.

N. 856 — **GUERRA** — Decreto de 8 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, a Joaquim Barbosa Pinto, porteiro da Direcção Geral de Saude do Exército.

N. 857 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Estabelece a commissão dos agentes de leilões pelas vendas judiciais que se realizarem no Districto Federal.

N. 858 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de agosto de 1902 — Declara em vigor a isenção de imposto de consumo para o xarque.

N. 859 — **FAZENDA** — Decreto de 16 de agosto de 1902 — Reforma a lei sobre fallencias.

N. 860 — **FAZENDA** — Decreto de 19 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:132\$ para pagamento a diversos operarios da Casa da Moeda por serviços prestados em janeiro e março de 1900.

N. 861 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Autoriza ao Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:163\$978 para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior.

N. 862 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por mais seis mezes, com o respectivo ordenado, a licença

concedida ao Dr. Elias Maria Gonçalves de Castro Mascarenhas, procurador da Republica na secção do Piauihy.

N. 863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por mais um anno, com todos os vencimentos, a licença concedida ao Dr. Antonio Augusto Ribeiro de Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal.

N. 864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1902 — Manda entregar a Victor Meirelles de Lima a quantia de 50:000\$, como auxilio ás despesas feitas com o panorama da descoberta do Brasil.

N. 865 — MARINHA — Decreto de 27 de agosto de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha, o credito extraordinario de £ 370-15-5 para pagamento de concertos realizados no cruzador *Benjamin Constant*, nas docas de Devouport (Plymouth).

N. 866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1902 — Autoriza o Governo a prorogar a licença em cujo gozo se acha o lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima.

N. 867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

N. 868 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de setembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 237:215\$545 para occorrer ás despesas resultantes de obras a praticar no canal do Mangue.

N. 869 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 24:685\$800 para pagar á «Wilson Sons & Comp., Limited», o fornecimento de carvão de pedra feito á Estrada de Ferro Sul de Pernambuco no exercicio de 1900.

N. 870 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ao cambio de 27 d., suplementar á verba 6ª do art. 8º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 871 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 612:945\$ para pagamento ao pessoal dos Correios de que trata o decreto n. 845, de 8 de janeiro do corrente anno.

N. 872 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:600\$ para pagar a impressão de 1.000 exemplares do *Methodo Pratico para o Ensino da Lingua Franceza*.

N. 873 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1902 — Determina que, no caso de licença concedida a um lente

cathedrático da Escola Naval, será a cadeira regida pelo lente substituto a quem competir na ocasião o exercício das funções de repetidor dessa cadeira.

N. 874 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis meses de licença ao Dr. Fernando de Figueiredo Cavalcanti, secretario da Capitania do Porto do Estado de Pernambuco.

N. 875 — GUERRA — Decreto de 17 de setembro de 1902 — Autoriza o Governo a reformar, mediante inspecção de saúde, o enfermeiro-mór, alferes graduado, Christiano Pontes.

N. 876 — GUERRA — Decreto de 19 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao primeiro escripturario do Hospital Militar do Estado do Pará, Francisco Assis Tobias, para tratar de sua saúde.

N. 877 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis meses, com o ordenado, a licença em cujo gozo se acha o encarregado do deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Candido Cordeiro Dias.

N. 878 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão de \$500 diários ao ex-empregado da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, Luiz Affonso Ferreira.

N. 879 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por seis meses, com o respectivo ordenado, a licença em cujo gozo se acha o conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio José Teixeira Guimarães.

N. 880 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Francisco de Oliveira Furtado, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de saúde, em prorrogação da licença em cujo gozo se acha.

N. 881 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

N. 882 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda um credito extraordinario para pagamento do meio soldo devido a D. Analia Brum Gonçalves, desde 22 de dezembro de 1893 a 5 de dezembro de 1899.

N. 883 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 64:703\$414 para ser applicado á liquidação e regularização de despesas que se deram em diversas sub-consignações do orçamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 884 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 8:000\$ para ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas.

N. 885 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao quarto escripturario da Alfandega de Pernambuco, João Honorio Pereira Leal.

N. 886 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o crédito de 5:000\$ para pagamento de um terreno para uso da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 887 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Governo a prorogar, por um anno, a licença concedida ao machinista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Achilles Arnaud Coutinho.

N. 888 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, a José Augusto de Oliveira, conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 889 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão, prorrogação por um anno, com todos os vencimentos, da licença em cujo gozo se acha, afim de tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 890 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Fixa o subsidio do presidente e vice-presidente da Republica no periodo de 15 de novembro do corrente anno a 15 de novembro de 1906.

N. 891 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao lente da Faculdade de Direito de São Paulo, Dr. Braulio Augusto Machado de Oliveira.

N. 892 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de novembro do corrente anno.

N. 893 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 894 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Autoriza o Governo a transferir para Manoel Maria Telles a concessão feita a Julio Benevides, em 7 de outubro de 1892, podendo prorogal-a por mais cinco annos.

N. 895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, a João da Motta Macedo, ajudante de estação de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 896 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Reduz de 15 a 10 annos o tempo de serviço exigido pelo art. 335 do regulamento dos Correios da Republica.

N. 897 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 77:521\$890 para pagamento de vencimentos ao pessoal do Corpo de Patrões-Móres, a um capitão de mar e guerra e a um capitão de fragata, promovidos, e a tres medicos de 5ª classe.

N. 898 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:000\$ para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboya o premio e a impressão da obra que publicou sob o titulo *Tratado de Cirurgia Contemporanea*.

N. 899 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, sem o ordenado, a licença em cujo gozo se acha o lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell.

N. 900 — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1902 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1903.

N. 901 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 8 de novembro de 1902 — Torna extensivos os beneficios do art. 1º da lei n. 529, de 2 de dezembro de 1898, aos militares amnistiados pelo art. 2º da lei n. 533, de 7 de dezembro do mesmo anno, e submettidos a conselho de guerra ao tempo da promulgação daquella lei.

N. 902 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Concede ao Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 903 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$ para ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia.

N. 904 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Regula a naturalização de estrangeiros.

N. 905 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder nove mezes de licença, com o ordenado a que tiver direito, ao thesoureiro da Sub-Administração dos Correios de Uberaba, Irineu de Mello Franco.

N. 906 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Manda contar, para o effeito de aposentadoria, ao engenheiro civil João Victor de Magalhães Gomes, o tempo em que exerceu effectivamente o cargo de engenheiro da ex-Provincia de Minas Geraes.

N. 907 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Deroega o art. 3º e paragraphos da lei n. 620, de 11 de outubro de 1899, e dá outras providencias.

N. 908 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Reduz a tres mezes o praso estabelecido na lei n. 35, de 26 de janeiro de 1892, para duração da incompatibilidade dos magistrados estaduais.

N. 908 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Regula a collação do titulo de engenheiro geographo a alumnos da Escola Polytechnica da Capital Federal e da Escola de Minas de Ouro Preto.

N. 909 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 910 — MARINHA — Decreto de 21 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 100:000\$ para o pagamento das despesas accrescidas ás previstas no art. 8º, n. 24, da rubrica—Obras,—da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

N. 911 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco.

N. 912 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao capitão-tenente Virgulino de Magalhães Moreira Sampaio um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 913 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1902 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

N. 914 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder oito mezes de licença, sem os vencimentos, ao Dr. Pedro Pereira Chermont Rayol, substituto do juiz federal na secção do Pará, para tratar de sua saude.

N. 915 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 65:000\$, supplementar á verba — Obras, — do n. 24 do art. 9º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para occorrer ás despesas necessarias e urgentes na Secretaria de Estado, no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha e na ponte do Arsenal desta capital.

N. 916 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:000\$ para premio e publicação do trabalho *Sciencia das Finanças*, do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho.

N. 917 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1902 — Adia para 18 de fevereiro vindouro as eleições federaes a que se tinha de proceder em 28 do corrente mez.

N. 918 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito necessario ao pagamento devido a Conrado Alves de Medeiros, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 919 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao sub-director do Tribunal de Contas, Francisco da Silva Medella.

N. 920 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a pagar aos inferiores da Armada a differença de vencimentos que deixaram de receber, e dá outras providencias.

N. 921 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por mais seis mezes a licença concedida ao terceiro escriptuario da Alfandega de Pernambuco, Grato da Silveira Bastos Varella.

N. 922 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1902 — Releva a pena de prescripção em que incorreu D. Anna Coelho de Figueiredo, relativamente á importancia de 216\$, proveniente da differença entre o meio soldo integral que lhe cabia e o que recebeu no periodo de 19 de janeiro de 1869 a 18 de janeiro de 1884, e autoriza a abertura do credito preciso para tal pagamento.

N. 923 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — São abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 7:950\$, á verba 6ª — Secretaria do Senado, — e de 5:926\$654, á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados, — do corrente exercicio.

N. 924 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — E' aberto á verba 6ª — Secretaria do Senado, — do orçamento em vigor, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito supplementar de 1:706\$666 para pagamento de vencimentos a um primeiro official e a um continuo, dispensados.

N. 925 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para pagamento do premio de viagem conferido a Pedro Demosthenes Rocha.

N. 926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença concedida ao bacharel Zacharias do Rego Monteiro, juiz do Tribunal Civil e Criminal, para tratar de sua saude.

N. 927 — MARINHA — Lei de 22 de dezembro de 1902 — Fixa a força naval para o anno de 1903.

N. 928 — MARINHA — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.463:823\$816, supplementar á verba 21ª do art. 9º, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 929 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:860\$207 para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao escrivão do almoxarifado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Francisco Maurino de Abreu.

N. 930 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder dous annos de licença, com o soldo simples sómente no primeiro anno, ao capitão do Corpo do Estado-Maior do Exercito, Pedro Botelho da Cunha.

N. 931 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 50:000\$ para satisfazer ás despesas de representação e cortezia naval para com as marinhas estrangeiras que se fizeram representar por occasião de ser commemorado o 13º anniversario da Republica e empossado o novo presidente.

N. 932 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:000\$ para attender á restituição do deposito de igual quantia feito por Adolpho Gomes Netto.

N. 933 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 705\$600 para pagamento da indemnização devida a Joaquim Gomes da Silva Braga, em virtude da sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 934 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Concede a D. Lucia Barbosa de Amorim a reversão da pensão mensal de 36\$, que recebia seu marido, o alferes honorario do Exercito Luiz Alves Dantas de Amorim.

N. 935 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 120:139\$207, supplementar á verba 32ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 936 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 426:618\$352, supplementar á verba 11ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 937 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Determina que na liquidação do tempo de serviço para a concessão de meio soldo e montepio não se descontará o que fôr passado no gozo de licença para tratamento de saude, e dá outras providencias.

N. 938 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Determina que as sentenças finais da competencia do Supremo Tribunal Federal sejam proferidas com a presença de 10 pelo menos, dos juizes desimpedidos daquello Tribunal.

N. 939 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 29 de dezembro de 1902 — Reorganiza o Districto Federal e dá outras providencias.

N. 940 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.

N. 941 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 990:000\$ para despesas com o serviço de hygiene de defesa da capital da Republica, avogado para a administração federal.

N. 942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a conceder dous annos de licença, com todos os vencimentos, ao engenheiro civil Joaquim Ignacio de Almeida Lisboa, lente de mathematica do Gymnasio Nacional, afim de aperfeiçoar-se no estudo de sua cadeira.

N. 943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães um anno de licença, com os vencimentos, para applicar-se a estudos, em paiz estrangeiro, da materia que professa na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 944 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 14:868\$599, suplementar ás seguintes verbas do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901: 11ª — Justiça Federal, — 26ª — Escola de Minas, — 27ª — Gymnasio Nacional, extenato — e 31ª — Instituto dos Surdos-Mudos.

N. 945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar necessario á verba 9ª do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para pagamento de ajudas de custo de deputados e senadores.

N. 946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:992\$603 para pagamento de vencimentos e custas de processo devidos ao lente substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão.

N. 947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Reforma o serviço policial no Districto Federal.

N. 948 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 260:000\$ para indemnizar o Banco da Republica de igual somma despendida com a recepção da esquadra do Chile, com as execuções dos diplomatas chilenos aqui fallecidos e com os preparativos para o transporte de seus corpos.

N. 949 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 152:536\$482, supplementar ás verbas 8^a — Corpo da Armada, — 9^a — Corpo de Marinheiros Nacionais, — 14^a — Força Naval, — 15^a — Reformados — e 19^a — Companhia de Invalidos, — do orçamento em vigor.

N. 950 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 130:000\$ para realizar melhoramentos na Escola Naval.

N. 951 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 11:465\$ para pagamento a Felismino Soares & Comp. correspondente á segunda metade do valor total das obras de reparação nas caldeiras da torpedeira *Silvado*, de accôrdo com o contracto para esse fim celebrado.

N. 952 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 7:500\$ para pagar ao cidadão Antonio de Castro Guedes a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina, na conformidade do contracto lavrado com a mesma repartição em 24 de novembro de 1892.

N. 953 — FAZENDA — Lei de 29 de dezembro de 1902 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias.

N. 954 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao agente da estação de Sítio, da Estrada de Ferro Central do Brasil, coronel Francisco da Costa Araujo.

N. 955 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito extraordinario de 7:214\$ para pagamento a dois empregados da extincta Commissão de Melhoramentos do Rio Parnahyba.

N. 956 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Paulo Orozimbo de Azevedo, administrador dos Correios de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude, dentro ou fóra da Republica.

N. 957 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1902 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias.

N. 958 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:098\$921 para occorrer ao pagamento ao professor do Collegio Militar, Hemeterio José dos Santos, de ordenado que deixou de receber.

N. 959 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 27:963\$133 para occorrer ao pagamento á « Société Anonyme des Anciens Établissements Cail », de

Paris, pelo fornecimento de munições para um canhão Krupp e das despesas feitas com a remessa de um canhão para o concurso effectuado em 1893.

N. 960 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Concede a D. Marfisa Rodrigues Cabral, filha do capitão José Carlos Cabral, a pensão annual de 848\$, sem prejuizo do meio soldo que percebe.

N. 961 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Eleva a 150\$ mensaes, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a pensão concedida a D. Francisca Elisa de Castro Araujo, viuva do major do Exercito Manoel Porphirio de Castro Araujo.

N. 962 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40\$538, ouro, e 2.255:694\$241, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 963 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Concede a pensão mensal de 1:000\$ á viuva e aos filhos do Dr. Manoel Victorino Pereira.

N. 964 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Crea na Alfandega de Paranaguá os logares de dous conferentes e um guarda-mór.

N. 965 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença ao escripturario da Alfandega do Pará, Francisco Rodrigues de Andrade.

1903

N. 966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Transfere para a administração federal os serviços de hygiene defensiva da capital da União, e dá outras providencias.

N. 967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Crea o logar de consultor geral da Republica, e dá outras providencias.

N. 968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Reorganiza o Instituto Nacional de Musica.

N. 969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 25:000\$, suplementar á verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 320:774\$ para obras nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia, adaptação e instalação da Maternidade e Escola Profissional de Enfermeiros e outras despesas.

N. 971 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores os créditos de 109:602\$658, suplementar á verba 37ª do art. 2º da lei numero 834, de 30 de dezembro de 1901, e 59:335\$, extraordinario.

N. 972 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores créditos extraordinarios para pagamento de ajudas de custo aos deputados Anizio Auto de Abreu, Raymundo Arthur de Vasconcellos, Frederico Augusto Borges e senador João Cordeiro.

N. 973 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Lei de 2 de janeiro de 1903 — Crea o officio privativo e vitalicio do registro facultativo de titulos, documentos e outros papeis, para authenticidade, convocação e perpetuidade dos mesmos, como para os effeitos do art. 3º da lei n. 79, de 23 de agosto de 1892, e dá outras providencias.

N. 974 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o credito de 60:000\$, suplementar á verba 30ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 975 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito de 215:425\$059 para pagamento da garantia de juros á Estrada de Ferro Central de Macahé nos exercicios de 1900, 1901 e 1902.

N. 976 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1903 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 4:286\$300 para cumprimento da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar á Companhia União Cearense o aluquel da casa occupada pelo Correio no Ceará, multa do contracto e custas de processo.

N. 977 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir o credito especial de 100:000\$, ouro, para occorrer, no anno de 1903, ás despesas com a missão especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.

N. 978 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1903 — Autoriza o Governo a fazer a Manoel Bento da Cruz e João Baptista de Oliveira concessão para a fundação, uso e gozo do serviço de transporte a vapor de uma á outra margem do rio Paraná, e dá outras providencias.

N. 979 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1903 — Faculta aos profissionais da agricultura e industrias rurais a organização de syndicatos para defesa de seus interesses.

N. 980 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio do Rio de Janeiro e lente cathedratico da Escola Militar do Brasil, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 981 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1903 — Manda contar de 3 de novembro de 1894 a antiguidade de posto dos officiaes do Exercito a que se referem os arts. 1º e 2º da lei n. 350, de 9 de dezembro de 1895, com excepção dos que tiverem sido commissiionados por actos de bravura, aos quaes se contará a antiguidade da data da commissiõ.

N. 982 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1903 — Autoriza o Governo a promover, desde já, á effectividade do posto os alferes graduados pela lei n. 350, de 9 de dezembro de 1895, e declara que, enquanto houver segundos tenentes o alferes excedentes dos quadros, metade das vagas que se derem no posto serão preenchidas na arma de artilharia por alferes-alumnos e nas de cavallaria e infantaria por estes ou por praças de pret, todos com o curso geral da Escola Militar.

N. 983 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1903 — Isenta de qualquer imposto as etapas fornecidas aos officiaes do Exercito e da Armada.

N. 984 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1903 — Approva os actos addicionaes de 14 de dezembro de 1900, concernentes respectivamente á protecção da propriedade industrial e ao registro internacional das marcas de fabrica ou de commercio.

N. 985 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1903 — Approva o protocollo celebrado nesta capital em 29 de maio de 1901 entre o Brasil e os Estados Unidos da America pelos plenipotenciarios dos mesmos paizes.

N. 986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1903 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude, em prorogação da que lhe fôra concedida pelo decreto n. 829, de 28 de dezembro de 1902.

N. 987 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 48:000\$ para occorrer ás despesas com a recepção de diversas estradas de ferro resgatadas em virtude de autorização legislativa.

N. 988 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao bacharel Antonio Acatauassú Nunes, juiz federal na secção do Pará.

N. 989 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1903 — Concede um anno de licença, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Bernardino Ferreira da Silva.

N. 990 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas a realizar com a representação do Brasil na Exposição

Universal de S. Luiz, nos Estados Unidos da America do Norte.

N. 991 — **RELAÇÕES EXTERIORES**—Decreto de 17 de julho de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir um credito de 120:000\$, ouro, supplementar á verba 6* — Ajudas de custo.—do art. 8* da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 992 — **FAZENDA** — Decreto de 18 de julho de 1903 — Concede praso á sociedade Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado para indemnizar o Thesouro Nacional da quantia de 456:169\$776.

N. 993 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS**—Decreto de 21 de julho de 1903 — Concede ao Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio e Antonio Julio de Oliveira Sampaio, ou á companhia que organizarem, o direito á construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro subterranea, por tracção electrica, ligando a Capital Federal á cidade de Nictheroy.

N. 994 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS**—Decreto de 21 de julho de 1903—Autoriza o presidente da Republica a conceder ao cidadão Jesuino da Silva Mello, ou á companhia ou empresa que organizar, a construcção de uma ponte metallica e de madeira sobre o Rio Grande, no logar denominado «Cachoeira do Maribondo», entre os Estados de S. Paulo e Minas Geraes.

N. 995 — **GUERRA** — Decreto de 21 de julho de 1903 — Autoriza o Governo a abrir um credito extraordinario de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas extraordinarias resultantes da occupação do Acre.

N. 996 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de julho de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 17:919\$354 para pagamento dos vencimentos do consultor geral da Republica e das despesas do respectivo gabinete.

N. 997 — **FAZENDA** — Decreto de 1 de agosto de 1903 — Autoriza o Governo a abrir o credito extraordinario que preciso fôr para pagamento do meio soldo devido a D. Amanda Dolores Pithan.

N. 998 — **FAZENDA** — Decreto de 1 de agosto de 1903 — Concede a pensão de 300\$ mensaes a D. Catharina Nogueira Godoy, filha do finado ex-senador do Imperio Dr. Joaquim Floriano de Godoy.

N. 999 — **FAZENDA** — Decreto de 1 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Santos, Antonio Rufino de Andrade Lima Junior.

N. 1.000 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1903 — Concede ao Dr. Epitacio da Silva Pessoa, procurador geral da Republica, quatro mezes de licença, em prorogação.

N. 1.001 — **GUERRA** — Decreto de 7 de agosto de 1903 — Autoriza a transferencia, da cidade do Rio Pardo para a de Porto Alegre, da Escola Preparatoria e de Tactica.

N. 1.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. João Lopes Pereira, juiz federal na secção do Estado do Amazonas.

N. 1.003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 9:000\$ para pagamento do premio arbitrado pelo Governo ao Dr. João Mendes de Almeida Junior pela sua obra *Processo Criminal Brasileiro* e da despesa com a impressão do mesmo trabalho.

N. 1.004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Autoriza o Governo a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Joaquim Fernandes da Costa Lima, inspector de saude dos portos do Estado do Maranhão.

N. 1.005 — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença ao segundo escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Espirito Santo, Ubaldo Ramalheiro Maia.

N. 1.006 — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder licença, com todo o ordenado, até um anno, ao conferente da Alfandega de Santos, José Joaquim de Miranda.

N. 1.007 — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Crea mais dous logares de fideis do thesoureiro da Recebedoria do Districto Federal.

N. 1.008 — GUERRA — Decreto de 12 de agosto de 1903 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao professor do Collegio Militar, Ernesto de la Rivière, para tratar de sua saude.

N. 1.009 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1903 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 2:883\$200 para pagamento devido a D. Eugénia Torreão Corrêa de Araujo, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.010 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 54:516\$784 para occorrer ás despesas com a reconstrucção do pavilhão Deodoro, no Hospital Central do Exército.

N. 1.011 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1903 — Autoriza a abertura do credito preciso para o pagamento do meio soldo a que tem direito D. Balbina Maria Netto da Costa.

N. 1.012 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio par. para premio de viagem ao alumno da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio do Prado Valladares, formado em 1902.

N. 1.013 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:180\$676 para pagamento de gratificações aos lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Drs. Augusto de Souza Brandão e Pedro de Almeida Magalhães.

N. 1.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença concedida ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, para tratar de sua saude.

N. 1.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um anno a licença concedida, sem os vencimentos, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, para tratar de sua saude.

N. 1.016 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Manda abolir a accumulção das cadeiras de logica do Internato e do Externato do Gymnasio Nacional, sob a regencia de um só cathedratico, e dá outras providencias relativas aos mesmos estabelecimentos de ensino.

N. 1.017 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:900\$ para attender á despesa com as publicações da *Memoria Historica* e da *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia*.

N. 1.018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, em ouro, para attender á despesa com a manutenção, no estrangeiro, do alumno da Escola Polytechnica, Asdrubal Teixeira de Souza.

N. 1.019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 491\$088 para pagamento a um porteiro da Secretaria do Senado, dispensado do serviço com todos os vencimentos, e a um continuo, logar creado.

N. 1.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

N. 1.021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de agosto de 1903 — Manda applicar a todas as obras da competencia da União e do Districto Federal o decreto numero 816, de 10 de julho de 1855, com algumas alterações.

N. 1.022 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1903 — Autoriza o Poder Executivo

a prorogar por um anno, com todo o ordenado, a licença em cujo gozo se acha o quarto escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Augusto Antunes de Freitas.

N. 1.023 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, a Manoel Candido Cordeiro Dias, encarregado do deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, para tratar de sua saúde.

N. 1.024 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 4:538\$640 para attender ao pagamento dos vencimentos que competem a diversos funcionarios da Secretaria do mesmo Ministerio no periodo de 12 de agosto a 16 de outubro de 1902.

N. 1.025 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1903 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 27:592\$972 para pagamento da comissão de 2 % aos vendedores particulares de estampilhas no exercicio de 1902.

N. 1.026 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1903 — Releva ao ex-deputado João de Siqueira Cavalcanti a prescrição para recebimento de subsidios correspondentes ao periodo decorrido de 18 de dezembro de 1891 a 20 de janeiro de 1892.

N. 1.027 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1903 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 3:000\$ para pagamento das despesas feitas com o material para o Thesouro Federal no exercicio de 1902.

N. 1.028 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todo o ordenado, a José Dionysio Meira, assistente effectivo do Observatorio do Rio de Janeiro, para tratar de sua saúde onde julgar conveniente.

N. 1.029 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza a abertura do credito de 100:000\$, em papel, e de 45:000\$, em ouro, aquelle complementar á rubrica 3ª e este á rubrica 7ª do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.030 — GUERRA — Lei de 2 de setembro de 1903 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1904.

N. 1.031 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:053\$763 para pagamento de vencimentos ao mestre de officina, aposentado, do extincto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Thomaz Antonio Francisco Barreto.

N. 1.032 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 938\$380 para pagamento do ordenado a que tem direito o escrevente, aposentado, do Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, José Luiz Mendes Diniz.

N. 1.033 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 992\$ para pagamento do ordenado que compete ao pedagogo, aposentado, da Companhia de Aprendizizes Artifices do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, tenente honorario Joaquim Antonio de Oliveira Bandeira.

N. 1.034 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 28:000\$ para pagamento á Imprensa Nacional da impressão do *Codigo Internacional de Signaes*.

N. 1.035 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 3:600\$ para pagar a Antonio Rodrigues de Oliveira, amanuense do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, o ordenado que lhe compete, como funcionario vitalicio, de 1 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1902.

N. 1.036 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 166\$ para o pagamento de differença de vencimentos a que tem direito o ex-operario da officina de torpedos e electricidade, José Pinto de Castro.

N. 1.037 — GUERRA — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Dispensa dos exames praticos de que cogitam os arts. 28 e 29 do regulamento de 31 de março de 1851 os officiaes e praças do Exercito habilitados com os cursos das armas a que pertencem, e deroga a lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892, na parte referente ao assumpto.

N. 1.038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para auxiliar a commissão incumbida de organizar o 3º Congresso Scientifico Latino-Americano.

N. 1.039 — MARINHA — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, ao commissario geral, capitão de mar e guerra José Francisco da Conceição, para tratamento de sua saúde.

N. 1.040 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao engenheiro Eugenio de Andrade privilegio para construção de uma estrada de ferro de tracção electrica desta capital á cidade de Petropolis.

N. 1.041 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder isenção de imposto, dentro do periodo de um anno, á Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, para o material que importar e fôr indispensavel para a reparação de suas linhas e augmento e melhoria do trafego.

N. 1.042 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 17:250\$ para indemnizar ao Dr. João Nogueira de Araujo, professor da Faculdade de Direito do Recife, a despesa com a impressão de duas obras e pagar ao mesmo os premios que lhe foram arbitrados.

N. 1.043 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — É aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 639\$ para pagar a tres segundos officiaes da Secretaria do Senado Federal o augmento de vencimentos que lhes foi concedido por deliberação do mesmo Senado, de 28 de setembro de 1902.

N. 1.044 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:692\$912, sendo réis 3:492\$912 para gratificação adicional a carteiros e diaria adicional a serventes e 200\$ para complemento dos vencimentos de amanuenses dos Correios do Espirito Santo.

N. 1.045 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a modificar a clausula XXXVIII do decreto n. 3.812, de 17 de outubro de 1900, relativo á Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha.

N. 1.046 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 25:000\$, suplementar á sub-consignação denominada «Consignações do art. 36 do regulamento».

N. 1.047 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença em cujo gozo se acha o ajudante de estação de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, João da Motta Macedo.

N. 1.048 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Marinha o credito de 1.481:357\$512, suplementar á rubrica 21ª — Munições de bocca, — do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.049 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Marinha o credito extraordinario de 1.849:806\$571 para acudir ao pagamento de concertos realizados e por se realizarem em navios da Armada nacional.

N. 1.050 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1903 — Dispõe sobre a abertura do credito necessario para o Governo continuar a fazer gratuitamente a impressão dos *Annaes da Academia Nacional de Medicina* na Imprensa Nacional.

N. 1.051 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 8:660\$ para premio e impressão da obra que pretendem publicar os Drs. Miguel de Oliveira Couto e Antonio Augusto de Oliveira Sodré e para indemnização ao Dr. Vicente de Souza pela publicação do seu trabalho *Restituição da Pronuncia Latina*.

N. 1.052 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o cre-

dito extraordinário de 1:690\$322 para pagamento da gratificação devida ao curador das massas fallidas, bacharel Luiz Teixeira de Barros Junior.

N. 1.053 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a despendor até a quantia de 260:000\$ com a Exposição Industrial de Apparelhos a Alcool, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, a realizar-se nesta capital.

N. 1.054 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1903 — Manda reverter em favor de Primitivo da Cruz Ferreira e Francisca da Cruz Ferreira, repartidamente, a pensão que percebia D. Cecilia Carvalho da Cruz Ferreira.

N. 1.055 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 1.641:037\$572, suplementar á verba 32ª do art. 25 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.056 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Cotrim Aranba, para tratamento de sua saude.

N. 1.057 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:263\$874 para realizar o pagamento a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, de vencimentos que lhe são devidos.

N. 1.058 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 166:141\$755 para attender ao pagamento da garantia de juros de 6 % ao Engenho Central de Quissamã nos exercicios de 1902 e 1903.

N. 1.059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

N. 1.060 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder ao procurador da Republica, Dr. Carlos Borges Monteiro, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:604\$934, suplementar á rubrica 27ª do art. 2º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Estabelece penalidade para os crimes de que trata o art. 107 do Codigo Penal.

N. 1.063 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o cre-

dito suplementar de 32:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional.

N. 1.064 — MARINHA — Decreto de 30 de setembro de 1903 — Fixa a força naval para o exercício de 1904.

N. 1.065 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatórios.

N. 1.066 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 514:043\$200 para occorrer ás despesas de custeio da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier a Commercio, incorporada á Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.067 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1903 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio das Relações Exteriores, do credito especial de 100:000\$, ouro, para o mesmo fim do que foi autorizado pelo decreto n. 977, de 3 de janeiro de 1903.

N. 1.068 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 49:912\$530, suplementar á rubrica «Gratificação adicional a carteiros», da verba 3ª — Correios, — do art. 21 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.069 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.200:000\$ para occorrer ao pagamento das despesas de custeio da Estrada de Ferro Oeste de Minas, durante o segundo semestre do corrente exercicio.

N. 1.070 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, sem os vencimentos, em prorrogação e para tratamento de saúde, ao substituto do juiz federal na secção do Pará, Dr. Pedro Chermonet Rayol.

N. 1.071 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a contar a Joaquim Alves Carneiro, conservador do gabinete de operações e aparelhos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o tempo em que serviu no Exercito, fazendo a campanha do Uruguay.

N. 1.072 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1903 — Autoriza a abertura do credito preciso para a impressão gratuita, na Imprensa Nacional, da *Revista do Club de Engenharia*.

N. 1.073 — GUERRA — Decreto de 14 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 323:000\$, suplementar á verba 15ª, consignação n. 32 do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.074 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o cre-

dito extraordinario de 4:482\$500 para abono de sextas e serões a operarios da Casa da Moeda.

N. 1.075 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 179:400\$ para pagamento, no presente exercicio, da garantia de juros concedida á « Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil ».

N. 1.076 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir um credito extraordinario da quantia de 22:983\$840 para pagar ao engenheiro Emilio Odebrecht os vencimentos de sua aposentadoria como chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 1.077 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 481\$447 para pagamento das gratificações devidas ao amanuense da Directoria Geral de Estatistica, Manoel de Albuquerque Portocarrero, de 1 de janeiro a 13 de julho de 1898.

N. 1.078 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conductor de trem de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Bento José da Silva.

N. 1.079 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao bacharel José Nabuco Neiva, auditor de guerra do 1º districto militar, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.080 — GUERRA — Decreto de 24 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder, no caso de não haver inconveniente para o serviço militar, dous annos de licença, com os vencimentos, ao alferes do Exercito Paulino Julio de Almeida Nuro, para ir á Europa construir e experimentar, á sua custa, um apparelho de locomoção aerea de sua invenção.

N. 1.081 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 100:000\$ para attender ao pagamento de despesas eleitoraes realizadas nos annos de 1902 e anteriores.

N. 1.082 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$ á rubrica 14ª — Diligencias policiaes, — do artigo 2º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.083 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Maximiano Rodrigues Barbosa, terceiro official da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 1.084 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. José Lopes da Silva Junior, medico do Hospital de São Sebastião, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 1.085 — GUERRA — Decreto de 28 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 2.184:637\$, complementar á rubrica 10^a — Etapas, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.086 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1903 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de dezembro do corrente anno.

N. 1.087 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1903 — Releva a prescripção em que incorreu D. Maria Francisca de Mello Carvalho, para o fim de receber o meio soldo que lhe compete desde 26 de fevereiro de 1892.

N. 1.088 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1903 — Autoriza o Governo a pagar ao ex-chefe de secção da Alfandega do Pará, Augusto Joaquim de Carvalho, a quantia de 7:915\$892.

N. 1.089 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1903 — Releva ao ex-deputado José Augusto Vinhaes a prescripção em que incorreram seus subsidios de 11 de agosto a 25 de setembro de 1899.

N. 1.090 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 600\$ para occorrer ao pagamento das gratificações devidas aos primeiros escripturarios do Thesouro Federal, Bernardo Hilarião Alves da Silva e Alfredo Regulo Valdetaro.

N. 1.091 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Autoriza o Governo a mandar pagar a D. Luiza Duarte Sayão Lobato os vencimentos de seu finado marido, Pedro Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, segundo official aposentado do Correio Geral, de 14 de novembro de 1894 a 5 de julho de 1895.

N. 1.092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:000\$ para pagamento aos professores das cadeiras de logica e literatura, recentemente creadas no Gymnasio Nacional.

N. 1.093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:300\$ para indemnização ao lente do Gymnasio Nacional, bacharel João Ribeiro, da despesa feita com a publicação das suas obras *Historia do Oriente e Grecia e Historia do Brasil*.

N. 1.094 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1903 — Concede a D. Hortencia Adelaide Guillobel e D. Jo-

sephina Constança Guillobel a pensão annual de 1:200\$, repartidamente.

N. 1.095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a crear e regular, sem onus para os cofres publicos, uma caixa beneficente na Brigada Policial.

N. 1.096 — FAZENDA — Decreto de 9 de novembro de 1903 — Eleva a 2ª a pensão de \$400 diarios que recebe o primeiro cadete reformado, com honras de alferes do Exercito, Orozimbo Carlos Corrêa de Lemos.

N. 1.097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, a contar de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895.

N. 1.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Dispõe sobre os exames praticos dos alumnos da Escola Polytechnica.

N. 1.099 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir um credito de 30:000\$, supplementar á rubrica 4ª — Comissões de limites, — do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1903 — Crea no Districto Federal mais um officio de registro de hypothecas.

N. 1.101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 19 de novembro de 1903 — Modifica a lei organica do Districto Federal e autoriza o prefeito a realizar um emprestimo para o saneamento e embelezamento da Capital Federal.

N. 1.102 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1903 — Institue regras para o estabelecimento de empresas de armazens geraes, determinando os direitos e as obrigações dessas empresas.

N. 1.103 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1903 — Dispõe sobre facturas consulares.

N. 1.104 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 32:862\$300 para occorrer ao pagamento devido a João da Cruz Secco, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.105 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 602:704\$660 para occorrer ao pagamento devido a Gurjão & Tavora, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1903 — E' aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$ para occorrer á despesa com a reorganização da bibliotheca da Camara dos Deputados.

N. 1.107 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença em cujo goso se acha o conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Toscano de Brito.

N. 1.108 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1903 — Manda conceder aposentadoria ao pharmaceutico pratico da Armada, primeiro tenente honorario Antonio Candido da Silva Pimentel, quando se invalidar.

N. 1.109 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 850:000\$ para pagamento de concertos em navios da Armada nacional.

N. 1.110 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1903 — Torna extensivo a todas as caixas economicas autonomas da União, que tenham fundo de reserva superior a 300:000\$, o decreto n. 951, de 7 de novembro de 1890.

N. 1.111 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:000\$ para occorrer á restituição devida, em virtude do decreto n. 574, de 3 de julho de 1899, a Agostinho José Cabral ou seus legitimos herdeiros.

N. 1.112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1903 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

N. 1.113 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha um credito não excedente de 120:000\$ para admissão de pessoal extraordinario no Arsenal de Marinha desta capital.

N. 1.114 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:410\$160 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo, em virtude de sentença judicial.

N. 1.115 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 70:929\$140 para restituição de igual quantia, recolhida ao Cofre de Orphãos em 13 de setembro de 1886, pertencente aos menores Benjamin, Luiza e Joaquim, e dá outras providencias.

N. 1.116 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40:244\$543 para pagamento de gratificação pelo serviço de estatística e revisão de despachos nos annos de 1897 e 1898.

N. 1.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao amanuense da Escola Polytechnica desta capital, Innocencio de Drummond Junior, seis mezes de licença, com direito ao ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 25:956\$362 para attender ao pagamento de vencimentos e custas de processo ao official da Brigada Policial, Americo Augusto de Azevedo Bello.

N. 1.119 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a prorogar, por tres mezes, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Luiz Oruls, director do Observatorio Astronomico do Rio de Janeiro e lente da Escola Militar do Brasil.

N. 1.120 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir um credito extraordinario da quantia de 8:719\$139 para pagar ao segundo official dos Correios de Alagoas, Francisco Aureliano Barauna, o seu ordenado.

N. 1.121 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:098\$120 para pagamento a Luiz Bello Lisboa do ordenado que deixou de receber de professor de topographia do Collegio Militar.

N. 1.122 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1903 — Manda considerar válido para o effeito legal da promoção o tempo em que o alferes do Exercito Olympio de Abreu Lima exerceu o cargo de ajudante de ordens do governador do Estado de S. Paulo.

N. 1.123 — MARINHA — Decreto de 2 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha os creditos de 88:918\$706, 416:193\$270 e 166:840\$885, supplementares ás verbas 9^a, 10^a e 26^a do art. 9^o da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.124 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 792:998\$875, supplementar á verba 9^a — Soldos e gratificações, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.125 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 117:000\$, ao cambio de 17 d., para pagamento da garantia de juros á Companhia Victoria a Minas.

N. 1.126 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a construir uma estrada de ferro que, partindo de Timbó, no Estado da Bahia, vá terminar em Propriá, no de Sergipe.

N. 1.127 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago, para tratar de sua saude.

N. 1.128 — GUERRA — Decreto de 16 de dezembro de 1903 — Concede um anno de licença, com todos os seus vencimentos, para tratamento de saude, ao alferes do Exercito Alfredo Romão dos Anjos.

N. 1.129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a José Xavier de Miranda Henriques, ajudante do porteiro da Bibliotheca Nacional, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 1.130 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a applicar ao preparador de therapeutica da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio de Calazans, a disposição da lei n. 138, de 21 de junho de 1893, considerando-o lente substituto da mesma Faculdade.

N. 1.131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Tacito Luiz Travassos, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 1.132 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Reorganiza a Assistencia a Alienados.

N. 1.133 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 729:130\$, complementar á verba — Obras, — para as installações, reparos e outras despesas com o Hospicio e colonias de alienados.

N. 1.134 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1903 — Estabelece que o encarregado do Pombal Militar será um official do Exercito do quadro activo ou reformado, dentre os subalternos ou capitães.

N. 1.135 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 4:550\$ para pagamento a João Joaquim de Oliveira, de seus vencimentos de primeiro pratico das barras de Sergipe.

N. 1.136 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a aposentar José Maria dos Reis Barcellos, delegado fiscal do Thesouro, em commissão, no Estado de Minas Geraes.

N. 1.137 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 552:838\$785, complementar á rubrica 14ª — Força naval, — do art. 9º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.138 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza a abertura do credito de 40:000\$ para indemnizar D. Josina Peixoto de igual importancia despendida na construcção do sepulchro do marechal Floriano Peixoto.

N. 1.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para despesas de representação do Congresso Medico Latino-Americano e exposição annexa.

N. 1.140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza o pagamento de 2:575\$129 ao preparador da Escola Polytechnica, engenheiro Estanislau Luiz Bousquet.

N. 1.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a reformar o ex-segundo sargento da Brigada Policial desta capital, Joaquim Eugenio dos Santos.

N. 1.142 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Rodolpho de Paula Lopes, professor de historia natural do Gymnasio Nacional, oito mezes de licença, com todos os vencimentos, para aperfeiçoar-se, na Europa, na materia de sua cadeira.

N. 1.143 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1903 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao amanuense dos Correios de Pernambuco, Vulpiano de Aquino Fonseca, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.144 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1903 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1904, e dá outras providencias.

N. 1.145 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1903 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1904, e dá outras providencias.

N. 1.146 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1903 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:974\$600, em ouro, e 462:032\$529, em papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

1904

N. 1.147 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Crea uma mesa de rendas de 1ª ordem em Bella Vista, Estado de Matto Grosso.

N. 1.148 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Autoriza a concessão de pensão de 300\$ mensaes a D. Martina Gomensoro Wandenkolk.

N. 1.149 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 68:761\$051 para restituição de impostos sobre vencimentos devida a varios ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.150 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1904 — Confere privilegio para pagamento de divida proveniente de salarios de trabalhador rural.

N. 1.151 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1904 — Reorganiza os serviços da hygiene administrativa da União.

N. 1.152 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Crea na secção do Districto Federal mais uma vara de juiz federal, e dá outras providencias.

N. 1.153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 13:897\$ para indemnizar o Dr. Sylvio Romero da despesa com a impressão de sua obra *Historia da Literatura Brasileira* e para pagamento do premio que lhe foi arbitrado.

N. 1.154 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a ceder ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro um dos proprios nacionaes existentes nesta capital ou a dar ao mesmo Instituto mensalmente 500\$ para aluguel de casa.

N. 1.155 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza a modificação do regulamento do Instituto Nacional de Musica.

N. 1.156 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, a Augusto Moreno de Alagão, amanuense da Secretaria do Tribunal Civil e Criminal.

N. 1.157 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a subvencionar com a quantia de 20:000\$ o Dr. Vital Brasil Mineiro da Campanha.

N. 1.158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença, em prorrogação, ao Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.

N. 1.159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a mandar pagar a construeção da ponte da praia do Flamengo.

N. 1.160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Manda abonar aos officiaes do Corpo de Bombeiros, que se reformarem, além do soldo devido, uma gratificação annual correspondente a cada anno de serviço que exceder dos 25 primeiros, e dá outras providencias.

N. 1.161 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:815\$469 para occorrer ao pagamento de ordenado que compete ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães.

N. 1.162 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:363\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos ao guarda do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Maximo Francisco da Silva.

N. 1.163 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 179\$624 para attender ao pagamento de ordenado que compete ao ex-mestre de gymnastica da extinta Companhia de Aprendiziz Artifices do Arsenal de Guerra do Matto Grosso, Antonio João Nepomuceno.

N. 1.164 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a crear uma mesa de rendas de 1ª ordem na Bahia de Tutoya.

N. 1.165 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Concede a pensão mensal de 500\$ a Felisberto Caldeira Brant, visconde de Barbacena.

N. 1.166 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 29:439\$451 para o pagamento devido a Verrano Gomes Alonso de Almeida e Manoel Alves da Silva, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.167 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Concede uma pensão de 120\$ mensaes a José de Souza Lima.

N. 1.168 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença a João André de Backer, segundo escripturario da Alfandega do Pará.

N. 1.169 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o credito de 399:142\$889, suplementar á rubrica — Imprensa Nacional e *Diario Official*, — do art. 25 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.170 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:900\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao primeiro escripturario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elysio do Nascimento.

N. 1.171 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 20:000\$ para occorrer ás despesas com as exequias do vice-presidente eleito, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.

N. 1.171 A — SENADO — Decreto de 12 de janeiro de 1904 — Declara sem vigor o disposto nas letras a, b e c do art. 16 da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e dá outras providencias.

N. 1.172 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a mandar matricular por mais um anno, nas escolas militares, os alumnos que dellas foram desligados ou deverão sel-o no fim de 1903, por haverem incidido em varias disposições regulamentares.

N. 1.173 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 84:590\$685, suplementar á rubrica 11ª — Classes inactivas, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 1.174 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Autoriza o Governo a mandar pagar ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa a quantia de 3:027\$095 de gratificações de exercicio e quantitativo para criado, que deixou de receber e a que tem direito.

N. 1.175 — MARINHA — Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Reorganiza o Corpo de Commissariõs da Armada.

N. 1.176 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1904 — Manda rever os processos para percepção de meio soldo e montepio posteriores aos decretos ns. 1.388, de 21 de fevereiro de 1891, e 1.154, de 29 de setembro de 1892.

N. 1.177 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1904 — Reorganiza a Casa da Moeda.

N. 1.178 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1904 — Crea os logares de contador e procurador fiscal nas delegacias fiscaes do Thesouro Federal, e dá outras providencias.

N. 1.179 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1904 — Approva o tratado de permuta de territorios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolivia.

N. 1.180 — FAZENDA E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto do 25 de fevereiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir os creditos necessarios para pagamento das despesas oriundas do tratado concluido em 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolivia.

N. 1.181 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903. entre o Brasil e a Bolivia, e dá outras providencias.

N. 1.182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios necessarios para pagamento de subsidios aos deputados e senadores e de despesas de ordem material.

N. 1.183 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.184 — GUERRA — Decreto de 8 de junho de 1904 — Autoriza o Governo a considerar reformado no posto de alferes do Exercito, com todas as vantagens inherentes ao mesmo posto, o segundo sargento reformado Januario da Rosa Franco.

N. 1.185 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1904 — Declara livre de quaesquer impostos da União ou dos Estados e municipios o intercurso das mercadorias nacionaes ou estrangeiras, quando objecto de commercio dos Estados entre si e com o Districto Federal.

N. 1.186 — MARINHA — Decreto de 15 de junho de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a reorganizar as escolas de aprendizes marinheiros, inclusive a de Sergipe, que fica restabelecida, e dá outras providencias.

N. 1.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude.

N. 1.188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1904 — Determina que os officiaes do Corpo de Bombeiros do Districto Federal perderão a patente, quando condemnados em processo crime a essa pena ou a mais de dous annos de prisão, e dá outras providencias.

N. 1.189 — FAZENDA — Decreto de 20 de junho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 63:977\$067, ouro, e réis 868:183\$220, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.190 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1904 — Concede a pensão annual de 960\$ a D. Cecília Simas de Souza.

N. 1.191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1904 — Torna extensiva aos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos a disposição constante do n. 6 das observações geraes do decreto n. 406, de 17 de maio de 1890, consolidado no n. 1 das observações geraes do decreto n. 2.417, de 28 de dezembro de 1896, que mandou observar na Estrada de Ferro Central do Brasil o regulamento modificado pela lei n. 429, de 10 de dezembro de 1896.

N. 1.192 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:940\$012 para o pagamento devido a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.193 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Fixa as percentagens dos collectores e escriptães das collectorias federaes, e dá outras providencias.

N. 1.194 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao quarto escripturario da Alfandega de Santos, José Thomaz Carneiro da Cunha.

N. 1.195 — MARINHA — Lei de 6 de julho de 1904 — Fixa a força naval para o anno de 1905.

N. 1.196 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:521\$727 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal, ao amanuense da Repartição Geral de Estatística, Manoel de Albuquerque Portocarrero.

N. 1.197 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1904 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito extraordinario de 3:399\$999 para pagamento de ordenados devidos ao almoxarife aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes, e relativos ao periodo de 17 de outubro de 1900 a 16 de março de 1902.

N. 1.198 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1904 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Guerra do credito extraordinario de 3:916\$690 para pagamento dos vencimentos do mestre da extinta officina de correioes do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Orozimbo da Silva Marques.

N. 1.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis meses de licença, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, a contar de 13 de abril do corrente anno.

N. 1.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1904 — Concede prorrogação, por mais um anno, da licença em cujo goso se acha o Dr. Bernardino Ferreira da Silva, ministro do Supremo Tribunal Federal.

N. 1.201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder oito meses de licença, com o ordenado, ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná.

N. 1.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador Antonio Joaquim Rodrigues.

N. 1.203 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1904 — Autoriza o Governo a conceder uma pensão annual de 1:200\$ a D. Maria Francisca de Mello Carvalho.

N. 1.204 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por seis meses, sem os vencimentos, a licença em cujo goso se acha o Dr. Oscar Vianna, procurador da Republica na secção da Bahia.

N. 1.205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1904 — Designa os actos em que os escreventes juramentados do Juizo Federal poderão substituir os respectivos escrivães.

N. 1.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1904 — E' aberto ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 660\$499 para pagamento de vencimentos a tres officiaes e a um porteiro da Secretaria do Senado.

N. 1.207 — MARINHA — Decreto de 27 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldo e etapa a officiaes do quadro extraordinario.

N. 1.208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, creditos supplementares a diversas verbas do orçamento de 1904, e dá outras providencias.

N. 1.209 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1904 — Crea uma mesa de rendas da 1ª classe na Fóz do Iguassú, Estado do Paraná.

N. 1.210 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1904 — Approva o accôrdo provisorio entre o Brasil e o Perú.

N. 1.211 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1904 — Approva a convenção de arbitramento entre o Brasil e o Perú.

N. 1.212 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 4:257\$ para pagamento do augmento de vencimentos ao bibliothecario e a 12 continuos da Secretaria do Senado Federal.

N. 1.213 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, em prorrogação da que lhe foi concedida pelo decreto legislativo n. 1.014, de 24 de agosto de 1903, com o respectivo ordenado.

N. 1.214 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Democrito Cavalcanti de Albuquerque, director do Tribunal de Contas.

N. 1.215 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 11 de agosto de 1904 — Manda graduar no posto immediatamente superior o official do Exercito e da Armada ou das classes annexas que attingir o n. 1 da respectiva escala.

N. 1.216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Francisco Bráulio Pereira, lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, um anno de licença, a contar do 1 de junho do corrente anno, com todos os vencimentos.

N. 1.217 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5.000:000\$ para occorrer ás despesas resultantes do movimento de forças, sua permanencia e operações no Alto-Purús, Alto-Acre e Alto-Juruá.

N. 1.218 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:491\$754 para pagamento de ordenado ao Dr. André Dias de Aguiar.

N. 1.219 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de agosto de 1904 — Autoriza a abertura do credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao empregado de Fazenda incumbido das tomadas de contas da Estrada de Ferro S. Francisco.

N. 1.220 — GUERRA — Lei de 24 de agosto de 1904 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1905.

N. 1.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

N. 1.222 — SENADO — Decreto de 30 de agosto de 1904 — Concede mais um anno de licença, sem os vencimentos, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente substituto da Faculdade de Direito do Recife.

N. 1.223 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de agosto de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Henrique Martins Teixeira, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 1.224 — **GUERRA** — Decreto de 31 de agosto de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:181\$ para occorrer ao pagamento aos inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos Antonio José da Silva Rosa e Casemiro José da Silva Rosa, de diarias que deixaram de receber pelo mesmo Ministerio.

N. 1.225 — **GUERRA** — Decreto de 14 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:434\$980 para occorrer ao pagamento a Francisco Affonso Polla, cessionario de diversas ex-praças do Exercito.

N. 1.226 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 16 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 100:000\$, ouro, para a conclusão dos trabalhos da missão especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.

N. 1.227 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.228 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:455\$446 para pagamento de meio soldo e montepio a D. Damasia Malveiro da Motta, mãe do fallecido capitão-tenente da Armada Lindolpho Malveiro da Motta.

N. 1.229 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Estabelece os casos em que é applicavel a disposição do art. 1º do decreto n. 938, de 29 de dezembro de 1902.

N. 1.230 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a modificar a tabella annexa ao decreto n. 1.151, de 5 de janeiro do corrente anno.

N. 1.231 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 29:300\$, suplementar á rubrica 9ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 1.232 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:230\$670 para execução da sentença que annullou o decreto reformando o alferes da Brigada Policial desta capital, Napoleão Gonçalves Guttentberg.

N. 1.233 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao procurador da Republica em S. Paulo, Dr. Alchiades de Toledo Piza, um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses.

N. 1.234 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da República a conceder ao Dr. Alfredo Leal de Sá Pereira, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.235 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 107\$850 para occorrer ao pagamento aos soldados do 1º batalhão de artilharia Martinho Xavier dos Santos e Manoel Pinto do Nascimento de vencimentos relativos ao mez de novembro de 1904.

N. 1.236 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Modifica o decreto numero 3.346, de 14 de outubro de 1887.

N. 1.237 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder mais um anno de licença, em prorrogação, ao praticante dos Correios de Minas Geraes, Jorge Augusto Santiago, com o respectivo ordenado.

N. 1.238 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:379\$587 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Hilario Soares de Gouvêa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.239 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 27:915\$150, ouro, importancia com que o Brasil deve contribuir para a construcção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a Bibliotheca Commemorativa de Colombo, em Washington.

N. 1.240 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar, por um anno, a licença em cujo goso se acha o amanuense do Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno do Alagão.

N. 1.241 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 58:886\$639, em execução da sentença passada em julgado em favor do major da Brigada Policial, Luiz da Costa Azevedo.

N. 1.242 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Jacintho Hygino da Cruz.

N. 1.243 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder ao engenheiro Alberto Macedo de Azambuja, ajudante da 6ª divisão da Estrada de Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação daquella em cujo goso se acha, para tratar de sua saude.

N. 1.244 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de setembro de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

N. 1.245 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:020\$ para occorrer ao pagamento devido a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.246 — MARINHA — Decreto de 1 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$, suplementar á verba 11ª do art. 7º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1890, para pagamento dos operarios extraordinarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

N. 1.247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:923\$233, suplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 1.248 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Autoriza a concessão, no corrente anno, de uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios.

N. 1.249 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um anno, com o ordenado, para tratamento de saude, a licença concedida ao amanuense dos Correios de Pernambuco, bacharel Vulpiano de Aquino Fonseca.

N. 1.250 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:795\$695, para pagamento, ao engenheiro Nuno Alves Duarte Silva de gratificação que lhe compete como director interino do Observatorio do Rio de Janeiro.

N. 1.251 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por seis mezes, com o ordenado, a licença concedida ao ajudante do fiel da thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Julio Mendes Pereira.

N. 1.252 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Autoriza o Governo a prorogar por um anno, com o ordenado, a licença concedida ao conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel dos Santos Machado.

N. 1.253 — GUERRA — Decreto de 19 de outubro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao professor da Escola Preparatoria e de Tactica do Realengo, major-medico de 3ª classe do Exercito Dr. Affonso Lopes Machado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.254 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 292:802\$282, supplementar á rubrica do n. 12 do art. 25 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 1.255 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 290:968\$494 para pagamento a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & Irmãos.

N. 1.256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao substituto do juiz federal na secção do Amazonas, bacharel Antonio Demetrio de Souza.

N. 1.257 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao administrador dos Correios do Amazonas, José de Assumpção Santiago, para tratamento de sua saude.

N. 1.258 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1904 — Fixa o numero e os vencimentos do pessoal da Mesa de Rendas de S. Francisco, Estado de Santa Catharina.

N. 1.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de dezembro do corrente anno.

N. 1.260 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, ao primeiro escripturario da Alfandega de Corumbá, Estado de Matto Grosso, Antonio Vieira de Almeida.

N. 1.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 31 de outubro de 1904 — Torna obrigatorias, em toda a Republica, a vacinação e revaccinação contra a variola.

N. 1.262 — GUERRA — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo soldo, ao medico de 4ª classe do Exército Dr. Alfredo de Mello Mattos.

N. 1.263 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Concede, para tratamento de saude, um anno de licença, com o ordenado, ao telegraphista chefe da Repartição Geral dos Telegraphos, Alvaro Noya Soares.

N. 1.264 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao segundo escripturario da Repartição Geral dos Telegraphos, José Augusto Martins, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.265 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença, sem os vencimentos, em prorrogação á concedida pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas ao engenheiro Augusto do Rego Toscano de Brito.

N. 1.266 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da República a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 3:644\$827 para pagamento dos vencimentos que competem ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio Calazans.

N. 1.267 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 51\$849, ouro, e 604:394\$945, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.268 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o credito de 2:638\$045 para pagamento á Companhia das Aguas de Macció e outros.

N. 1.269 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Lei de 15 de novembro de 1904 — Reforma a legislação eleitoral, e dá outras providencias.

N. 1.270 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1904 — Decreta o estado de sitio, até 30 dias, no territorio do Districto Federal e na comarca de Niteroi, no Estado do Rio de Janeiro, e autoriza o Poder Executivo a suspendel-o dentro do prazo marcado, desde que não necessite mais da medida excepcional.

N. 1.271 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1904 — Autoriza a abertura ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas do credito extraordinario de 1:553\$770 para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira.

N. 1.272 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da República a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 29:683\$167, em execução de sentença passada em julgado em favor do alferes da Brigada Policial, Alfredo Nunes de Andrade.

N. 1.273 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Concede ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.

N. 1.274 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da República a conceder ao Dr. Albino Alves Filho, procurador da Republica na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 1.275 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 12:801\$870 para pagamento aos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.276 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, ao conductor de trem de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Toscano de Brito.

N. 1.277 — MARINHA — Decreto de 23 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.304:134\$094, supplementar ás rubricas 14^a, 15^a, 19^a, 25^a, 26^a e 27^a do actual orçamento.

N. 1.278 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 500:000\$. Papel, para occorrer ás despesas com a execução do accôrdo provisório concluido em 12 de julho de 1904 entre o Brasil e o Perú.

N. 1.279 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao terceiro escripturario da Alfandega de Manáos, Brigido Augusto Grana, para tratamento de saude.

N. 1.280 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:313\$065 para occorrer ao pagamento devido a Lobo & Irmão, em virtude de sentença judicial.

N. 1.281 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao terceiro escripturario da Alfandega da Bahia, Romualdo Justino Netto, para tratamento de saude.

N. 1.282 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1904 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro de 1904.

N. 1.283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. José Joaquim de Oliveira Fonseca, lente cathedratico da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.284 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 72:853\$600 para pagar á «Amazon Steam Navigation Company» a subvenção relativa aos mezes de novembro e dezembro de 1903.

N. 1.285 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir o credito de 42:480\$ para pagamento de diarias aos engenheiros fiscaes das estradas de ferro fiscalizadas pela União, excluidas as arrendadas.

N. 1.286 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder a Bento José da Silva, conductor de trem de 1^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.287 — GUERRA — Decreto de 30 de novembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra um credito especial de 189\$500 para occorrer ao pagamento ao general de brigada Marciano de Magalhães, importancia de custas a que foi condemnada a União na causa por este intentada.

N. 1.288 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder, com o respectivo ordenado, um anno de licença ao chefe de secção da Directoria Geral de Estatistica, João Cancio da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.289 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1904 — Autoriza a abertura do credito de 20:440\$ para pagamento das diarias que competem aos engenheiros e auxiliares da «Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited».

N. 1.290 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a conceder mais um anno de licença ao alferes do 12º batalhão de infantaria do Exercito Alfredo Romão dos Anjos.

N. 1.291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Gastão Jeolás, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 1.292 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:761\$280 para pagamento da gratificação devida ao ex-secretario do Jardim Botânico, bacharel Joaquim Campos Porto.

N. 1.293 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 28:170\$000.

N. 1.294 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 737\$633 para occorrer ao pagamento do ordenado devido ao ajudante do porteiro aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, José Alfredo de Carvalho.

N. 1.295 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 9:445\$160 para occorrer ao pagamento de ordenados que competem ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado.

N. 1.296 — MARINHA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Autoriza o Poder Executivo a encomendar os navios que menciona, a mandar concluir a construcção dos monitores de rio *Pernambuco* e *Maranhão* e determina o modo por que deve ser realizada a respectiva despesa.

N. 1.297 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Proroga o estado de sitio, por 30

dias, no territorio do Districto Federal e na comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 1.298 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 554\$351 para o pagamento devido, em virtude de sentença, ao Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal no Estado do Espirito Santo.

N. 1.299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Torna extensivo aos professores e repetidores dos institutos Benjamin Constant e Nacional os Surdos-Mudos o acrescimo de vencimentos que tiveram os lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos ns. 1.075, de 22 de novembro de 1899, e 1.194, de 28 de dezembro de 1892.

N. 1.300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Concede ao substituto do juiz federal da seccão do Maranhão, bacharel Felipe Rodrigues de Azevedo, oito mezes de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, Dr. Arthur de Miranda Pacheco, um anno de licença, com o ordenado.

N. 1.302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao medico do Hospital de S. Sebastião, Dr. José Lopes da Silva Junior, um anno de licença, com o respectivo ordenado, em prorogação da que lhe foi concedida pelo decreto n. 1.084, de 26 de outubro de 1903.

N. 1.303 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:063\$874 para pagamento a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, de vencimentos dos exercicios de 1893 e 1899.

N. 1.304 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:178\$567 para pagamento do ordenado devido ao mestre de musica aposentado da extinta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha.

N. 1.305 — MARINHA — Decreto de 21 de dezembro de 1904 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Marinha do credito extraordinario de 1:397\$066 para o pagamento de differença de vencimentos que deixou de receber o operario Ernesto Luciano Martins.

N. 1.306 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1904 — Fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal do Laboratorio Nacional de Analyses da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 1.307 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1904 — Permite aos estudantes que já tiverem obtido, pelo menos, uma approvação em qualquer

preparatorio dos exigidos para a matricula nos cursos superiores da Republica concluir o curso iniciado pelo systema de exames parcellados, e dá outras providencias.

N. 1.308 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Approva a convenção sanitaria internacional, concluida em Paris em 3 de dezembro de 1903.

N. 1.309 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, destinado ás despesas com uma missão especial á Colombia.

N. 1.310 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Approva o tratado de limites entre as Republicas do Brasil e do Ecuador, concluido em 6 de maio de 1904.

N. 1.311 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Approva o tratado de commercio e amizade, entre o Brasil e a Persia, de 16 de junho de 1903.

N. 1.312 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Approva o projecto de convenção para a repressão do trafico de mulheres brancas, formulado pela Conferencia Internacional reunida em Paris a 15 de julho de 1902, e o projecto de arranjo destinado a garantir a execução da convenção referida.

N. 1.313 — **FAZENDA** — Lei de 30 de dezembro de 1904 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1905, e dá outras providencias.

N. 1.314 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1904 — Dispensa o resto do tempo que falta ao Externato Aquino para completar os dous annos de fiscalização prévia exigidos pelo art. 366 do codigo de ensino.

N. 1.315 **FAZENDA** — Decreto de 30 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$, suplementar á verba 22ª do art. 25 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 1.316 — **FAZENDA** — Lei de 31 de dezembro de 1904 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1905, e dá outras providencias.

N. 1.317 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 52:652\$400 para as despesas com as obras de reparação de que necessita o predio em que está installada a Alfandega do Recife.

N. 1.318 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por seis mezes a licença em cujo gozo se achava o inspector de Fazenda do Thesouro Federal, bacharel Luiz Vossio Brigido.

N. 1.319 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Concede a pensão annual de 600\$ á viuva e aos filhos de Manoel dos Santos, praça do Corpo de Bombeiros.

N. 1.320 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um

anno a licença em cujo goso se acha o fiel de thesoureiro da Caixa de Amortização, Francisco Barbosa dos Santos.

N. 1.321 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Approva a separação das missões no Ecuador e na Colombia, estabelece duas legações permanentes, uma em Quito e outra em Bogotá, e dá outras providencias.

N. 1.322 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos de 30:000\$, papel, e réis 45:000\$, ouro, sendo o primeiro complementar á verba 1ª e o segundo á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

1905

N. 1.323 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 34:164\$193 para pagamento devido ao alferes da Brigada Policial, Ernesto Pinto Machado.

N. 1.324 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 500:000\$ para occorrer ás despesas com a realização do Congresso Scientifico Latino-Americano, e dá outras providencias.

N. 1.325 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal do Lazareto de Tamandaré, e dá outras providencias.

N. 1.326 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Autoriza o Poder Exccutivo a reorganizar a Brigada Policial e a Guarda Civil.

N. 1.327 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Crea mais dous officios de tabelliães de notas no Districto Federal.

N. 1.328 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Proroga por um anno, com todos os vencimentos, a licença em cujo goso se acha o ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti.

N. 1.329 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de janeiro de 1905 — Autoriza o Governo a promover a construção de uma estrada de ferro entre as cidades de S. Luiz e Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 1.330 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a José Dionysio Meira, assistente effectivo do Observatorio do Rio de Janeiro, um anno de licença, em prorrogação, com o respectivo ordenado.

N. 1.331 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Re-

publica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 60:826\$955.

N. 1.332 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1905 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 103:862\$180 para pagamento das despesas com a aquisição de novo material e transferencia para outro edificio da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Pernambuco.

N. 1.333 — MARINHA — Decreto de 4 de janeiro de 1905 — Manda substituir por outra a disposição da letra c do art. 1º, § 2º, do decreto n. 1.171 A, de 12 de janeiro de 1904.

N. 1.334 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1905 — Torna extensivas aos officiaes da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros da Capital Federal as disposições do decreto n. 938, de 7 de janeiro de 1903.

N. 1.335 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 24:688\$034, ouro, e 913:316\$796, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.336 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:930\$794 para pagamento de percentagens ao fiscal do imposto de transporte, no exercicio de 1904.

N. 1.337 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Henrique Ladisláo de Souza Lopes, lente de therapeutica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude.

N. 1.338 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 9 de janeiro de 1905 — Reorganiza a justiça local do Districto Federal.

N. 1.339 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1905 — Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos como de caracter official, e dá outras providencias.

N. 1.340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Sylvio Romero, lente de logica do Internato do Gymnasio Nacional, licença pelo praso de um anno, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.341 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 59:412\$500, supplementar á verba 15ª, consignação «Vantagens de forragens e ferragens».

N. 1.342 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:600\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos que competem a Manoel Canuto do Nascimento, como continuo addido á Secretaria de Estado da Guerra.

N. 1.343 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1905 — Manda desapropriar o predio em que residia o marechal Deodoro da Fonseca, quando foi proclamada a Republica.

N. 1.343 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1905 — Fixa o numero, classes e vencimentos dos empregados da Secretaria das Relações Exteriores.

N. 1.344 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1905 — Autoriza a prorogar por mais um anno, com o respectivo ordenado, a licença concedida ao quarto escripturario da 5ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Augusto Antunes de Freitas.

N. 1.344 A — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a mandar annullar a carga de 2:100\$ feita em 1897 ao capitão de engenheiros Domingos Alves Leite.

N. 1.345 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1905 — Proroga até o dia 30 de setembro proximo vindouro, inclusive, o praso para o alistamento eleitoral na Capital Federal.

N. 1.346 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1905 — Concede a D. Francisca Francioni da Fonseca e á sua filha Albertina a pensão mensal de 150\$ a cada uma.

N. 1.347 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a prolongar a Estrada de Ferro de Camocim até Therezina, lançando um ramal em direcção a Amarração, e dá outras providencias.

N. 1.348 — GUERRA — Decreto de 12 de julho de 1905 — Regula o preenchimento das vagas nos postos de tenente e capitão do Exercito.

N. 1.349 — MARINHA — Decreto de 19 de julho de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 500\$ para pagamento a Jorge & Santos do aluguel do predio em que funcçiona a Escola de Aprendizizes Marinheiros do Maranhão.

N. 1.350 — MARINHA — Decreto de 19 de julho de 1905 — Autoriza o Governo a conceder á Associação Protectora dos Homens do Mar o usufructo da ilha da Boa Viagem e de suas bemfeitorias, para fins que indica.

N. 1.351 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1905 — Releva ao ex-deputado Antonio de Amorim Garcia a prescripção para recebimento de subsidios.

N. 1.352 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1905 — Equipara em vencimentos o pagador e fieis da Pagadoria do Thesouro Federal aos thesourouros e fieis da Caixa de Amortização e eleva os do archivista desta repartição.

N. 1.353 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1905 — Releva a prescripção em que incorreram as congruas a que tinha direito o bispo de Goyaz, D. Eduardo Duarte da Silva, como conego da ex-Capella Imperial, na importancia de 8:000\$000.

N. 1.354 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 225:000\$ para pagamento á «Schultz Vereinigung» de *debentures* do emprestimo contratado na Allemanha pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 1.355 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1905 — Releva ao ex-deputado Augusto de Oliveira Pinto a prescripção para recebimento de subsidios.

N. 1.356 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.357 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.358 — GUERRA — Decreto de 22 de julho de 1905 — Declara que a reforma concedida em 3 de fevereiro de 1890 ao coronel do Exercito Francisco José Cardoso Junior será considerada no posto de general de divisão e graduação de marechal.

N. 1.359 — GUERRA — Decreto de 26 de julho de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 16:419\$750 para occorrer ao pagamento a Robert Blossel & Hermanos.

N. 1.360 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Concede a pensão mensal de 100\$ a D. Maria de Castro Sampaio, mãe do fallecido primeiro tenente Gustavo Sampaio.

N. 1.361 — MARINHA — Decreto de 9 de agosto de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 31:301\$298 para cumprimento do disposto no art. 11 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 1.362 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario preciso para pagamento a D. Leopoldina Carolina Camisão de Albuquerque Figueiredo da differença de meio soldo a que tem direito.

N. 1.363 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Dispensa o resto de tempo que falta ao Collegio Diocesano de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, para completar os dous annos de fiscalização prévia exigidos pelo art. 366 do codigo de ensino.

N. 1.364 — GUERRA — Decreto de 16 de agosto de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:972\$608 para occorrer ao pagamento de ordenado a um escrivão aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco.

N. 1.365 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1905 — Assegura a pensão vitalicia de 1:800\$ annuaes a D. Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim, mãe do Dr. Antonio da Silva Jardim.

N. 1.366 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1905 — Concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, um anno

de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saúde, a contar de 8 de julho do corrente anno.

N. 1.367 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

N. 1.368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Concede ao Dr. Julio Afranio Peixoto, medico-alienista do Hospicio Nacional de Alienados, um anno de licença, com o ordenado.

N. 1.369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Autoriza o Governo a conceder ao escrivão do juiz federal na secção de Minas Geraes, Antonio Pimheiro de Aguiar Areypreste, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 1.370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Concede ao bacharel Antonio de Olinda Almeida Cavalcanti, juiz seccional no Estado de Pernambuco, licença por um anno, com todos os vencimentos, em prorrogação da que está gosando.

N. 1.371 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Equipara, para todos os efeitos legais, ás escolas officiaes as escolas de Pharmacia, Odontologia e Obstetricia de S. Paulo, Livre de Odontologia do Rio de Janeiro, de Pharmacia do Recife e de Odontologia e de Pharmacia annexas ao Instituto Grambery, em Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes.

N. 1.372 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a fazer as operações de credito necessarias para execução do disposto no n. 18 do art. 20 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.373 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1905 — Amnistia todas as pessoas que tiveram parte nos successos desta capital durante a noite de 14 de novembro de 1904, assim como nas occurrencias, civis ou militares, anteriores ou posteriores, que com elles se relacionem.

N. 1.374 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:000\$ para pagamento dos vencimentos do escrivão Antero José Barbosa.

N. 1.375 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a contar ao telegraphista de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, José Leopoldino de Vasconcellos Cabral, como tempo de serviço effectivo, o intersticio de 7 de maio de 1894 a 11 de julho de 1895.

N. 1.376 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1905 — Prorroga por mais um anno a licença em cujo gozo se acha o engenheiro do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Henrique José Alvares da Fonseca.

N. 1.377 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1905 — Publica a resolução do Congresso Nacional que approva os actos do Governo durante o estado de sítio declarado em consequencia dos acontecimentos de 14 de novembro de 1904.

N. 1.378 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 11:919\$900 para indemnizar a Santa Casa de Misericórdia desta capital das despesas feitas com o enterramento de funcionarios do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, contribuintes do montepio.

N. 1.379 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:160\$ para pagamento de vencimentos devidos ao porteiro-archivista da extincta Repartição de Terras do Rio Grande do Sul, Manoel Henrique da Silva Fróes.

N. 1.380 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 599:900\$. papel, destinado ao custo das quatro comissões de policia e exploração no Alto-Purus e Alto-Juruá.

N. 1.381 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito especial de 500:000\$ para soccorros ao Estado do Rio Grande do Norte.

N. 1.382 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1905 — Fixa a diaria do conductor geral de encanamentos da Inspeção Geral de Obras Publicas e autoriza a abertura do credito para pagamento do que lhe é devido no exercicio de 1904,

N. 1.383 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a conceder a Francisco Corrêa Pinto, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.384 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1905 — Autoriza a concessão de um anno de licença, sem os vencimentos, ao agente da Estrada de Ferro Oeste de Minas, José Bernardino, para tratar de seus interesses.

N. 1.385 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1905 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de novembro do corrente anno.

N. 1.386 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 19:343\$290 para indemnizar os herdeiros do subdito italiano Luiz Sassi.

N. 1.387 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença,

com o ordenado, ao inspector, em comissão, da Alfandega de Paranaguá, Raymundo João dos Reis Lisboa.

N. 1.388 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1905 — Autoriza o Governo a transferir ao dominio da Municipalidade do Districto Federal os proprios nacionaes que menciona.

N. 1.389 — MARINHA — Decreto de 4 de outubro de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 1.032:581\$162 para ultimar os pagamentos devidos á firma Lage & Irmãos pelas obras feitas em diversos navios da Armada.

N. 1.390 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1905 — Autoriza o Governo a despendar até a quantia de 400:000\$ com a aquisição e adaptação do edificio apropriado á instalação do Hospital Militar de Porto Alegre.

N. 1.391 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1905 — Approva a convenção sanitaria internacional, concluída em 12 de junho de 1904 entre o Brasil e as Republicas Argentina, do Paraguay e Oriental do Uruguay.

N. 1.392 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 4:190\$554 para occorrer ao pagamento dos vencimentos do segundo official da Repartição Geral de Estatística, Dr. José Bonifacio Burlamaqui Moura.

N. 1.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por mais um anno, com o ordenado, a licença concedida pelo decreto legislativo n. 1.213, de 8 de agosto de 1904, ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, para tratar de sua saude.

N. 1.394 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Allemiro de Oliveira Guimarães, praticante da Administração dos Correios do Estado de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado.

N. 1.395 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, a Benigno Lima Junior, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, para tratar de seus interesses.

N. 1.396 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Dispõe sobre as despesas a fazer com a construcção de obras preventivas dos effeitos das secas que periodicamente assolam alguns Estados do Norte.

N. 1.397 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, a Augusto Cabral, agente de 5ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, para tratar de seus interesses.

N. 1.398 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a prorogar por um anno, com o respectivo ordenado, a licença em cujo gozo se acha o ajudante de estação especial da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Rodrigues da Costa, para tratar de sua saúde.

N. 1.399 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Henrique Simão Tamin, engenheiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.400 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de outubro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Henrique Martins Teixeira, para tratar de sua saúde.

N. 1.401 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de outubro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação, ao conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel dos Santos Machado, para tratar de sua saúde.

N. 1.402 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de outubro de 1905 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 1 de dezembro do corrente anno.

N. 1.403 — **FAZENDA** — Decreto de 4 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a relevar o pagador do Thesouro Federal, Frederico Julio da Silva Tamanqueira, da responsabilidade e pagamento da quantia de 330:000\$000.

N. 1.404 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de novembro de 1905 — Crea em Villa Bella, na Republica da Bolivia, um consulado de carreira.

N. 1.405 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de novembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 40:000\$, supplementar á verba 6ª do art. 5º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.406 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 51:129\$018, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.407 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, aposentadoria, com todos os vencimentos do cargo.

N. 1.408 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao quarto escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Augusto Antunes de Freitas, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 1.409 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1905 — Concede ao bacharel Carlos Domicio de Assis Toledo, juiz de districto do departamento do Alto-Acre, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 1.410 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1905 — Crea mais um lugar de fiel de thesoureiro na Alfandega do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 1.411 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$, papel, para pagamento da ajuda de custo a que tem direito o Dr. Ernesto do Nascimento Silva, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 1.412 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Lopes Brasil, para tratar de sua saúde.

N. 1.413 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a João Sebastião Rodrigues Nunes, amanuense da Administração dos Correios do Maranhão, um anno de licença, em prorrogação, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 1.414 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis meses de licença, com o ordenado, ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Bacellar da Costa.

N. 1.415 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Samuel Ribeiro, seis meses de licença, com o ordenado.

N. 1.416 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Fernando José da Costa, mestre de officina da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.417 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 74:490\$ para pagamento a Braconnot & Irmãos pela instalação provisoria para illuminação electrica de varios pontos desta capital.

N. 1.418 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha um credito de 100:000\$, supplementar á verba 23ª do art. 6º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.419 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Minis-

terio da Fazenda o credito extraordinario de 21:010\$ para pagamento de salarios que competem a operarios da Casa da Moeda.

N. 1.420 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1905 — Releva a prescripção em que incorreu o bacharel Raymundo da Motta Azevedo Corrêa, para recebimento dos ordenados que lhe competirem como juiz de direito em disponibilidade.

N. 1.421 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao medico legista da Repartição da Policia do Districto Federal, Dr. José Francisco da Cunha Cruz.

N. 1.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$ para despesas com a comissão brasileira no Congresso Internacional de Tuberculose, em Paris.

N. 1.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Torna extensivas á Escola Commercial da Bahia, fundada em 12 de março deste anno, as disposições da lei n. 1.339, de 9 de janeiro de 1905.

N. 1.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

N. 1.425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Divide o territorio da Republica em districtos eleitoraes.

N. 1.425 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1905 — Approva o convenio celebrado entre o Brasil e a Republica Argentina, em 30 de outubro de 1901, para protecção das marcas de fabrica e de commercio.

N. 1.425 B — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1905 — Estabelece regras para a apprehensão de productos ou mercadorias importados com falsas indicações de procedencia.

N. 1.426 — MARINHA — Lei de 29 de novembro de 1905 — Fixa a força naval para o exercicio de 1906.

N. 1.427 — GUERRA — Lei de 29 de novembro de 1905 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1906.

N. 1.428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — E' aberto ao Ministerio da Justiça o Negocios Interiores o credito de 2:820\$ para pagamento de vencimentos que competem ao official da Secretaria da Camara dos Deputados, Leopoldo José da Rocha

N. 1.429 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1905 — Equipara os vencimentos dos empregados das administrações dos Correios do Rio Grandé

do Sul, Pará, Pernambuco, Bahia e de Ouro Preto, em Minas Geraes, aos de igual categoria da do Estado de S. Paulo.

N. 1.430 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a crear dous logares de auxiliar na Delegacia do Thesouro em Londres.

N. 1.431 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1905 — Concede ao Estado da Parahyba o auxilio de 150:000\$000.

N. 1.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Gabriel Luiz Ferreira, juiz da 2ª Vara Cível do Districto Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

N. 1.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Luiz de Araujo de Aragão Bulcão, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, nove mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude.

N. 1.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.600:000\$ para a construcção do edificio destinado á Bibliotheca Nacional.

N. 1.435 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, a Godofredo de Abreu e Lima, primeiro official dos Correios de Pernambuco, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.436 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 666\$666 para occorrer ao pagamento de gratificação de exercicio que compete ao mestre da extincta officina de alfajates do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, addido ao mesmo Arsenal, Luiz Cassiano Paes de Carvalho.

N. 1.437 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 620:028\$150, supplementar ao art. 9º, § 9º, da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.438 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1905 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 217:916\$600, supplementar ao art. 9º, § 15, da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1905.

N. 1.439 — FAZENDA — Decreto de 14 de dezembro de 1905 — Concede a pensão annual de 1:800\$ a D. Theodora Alvares de Azevedo Macedo Soares.

N. 1.440 — FAZENDA — Decreto de 14 de dezembro de 1905 — Concede a pensão de 30\$ mensaes ao segundo sargento ajudante graduado Pompilio Dantas Bacellar.

N. 1.441 — FAZENDA — Decreto de 15 de dezembro de 1905 — Autoriza o Governo a mandar pagar a Jovelina Ribas de Albuquerque Bello, Deolinda de Lara Ribas e Maria Au-

gusta Ribas Flores o meio soldo correspondente ao periodo de 9 de março de 1884 a 13 de novembro de 1897.

N. 1.442 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 52:664\$973, ouro, e 712:572\$100, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.443 — MARINHA — Decreto de 20 de dezembro de 1905 — Mantém o direito á promoção de guardas-marinha alumnos a todos os aspirantes matriculados durante a vigencia do actual regulamento da Escola Naval.

N. 1.444 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Garfield Augusto Pery de Almeida o premio de viagem a que tem direito, sendo-lhe dada para a sua manutenção a quantia de 4:200\$, ouro, devendo ser pagos nesta especie todos os premios de viagem.

N. 1.445 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Fixa o subsidio do presidente e do vice-presidente da Republica no periodo de 15 de novembro de 1906 a 15 de novembro de 1910.

N. 1.446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Anizio Circundes de Carvalho, para tratar de sua saude, com todos os vencimentos.

N. 1.447 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1905 — Concede a pensão mensal de 300\$, repartidamente, ás filhas solteiras e aos filhos menores do finado general Dr. José Cesario de Faria Alvim.

N. 1.448 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1905 — Autoriza o Governo a mandar computar na aposentadoria de João Estanislau Pereira de Andrade, ex-pagador da Estrada de Ferro Central do Brasil, o ordenado e a gratificação que percebia no exercicio do referido cargo.

N. 1.449 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 40:000\$, supplementar á sub-consignação «Transporte de immigrants estrangeiros ou nacionaes, por mar ou por terra», da verba 6ª do art. 13 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.450 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1905 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao alferes do 12º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos, para tratamento de saudo.

N. 1.451 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a augmentar na 2ª divisão do escriptorio do tra-fego da Estrada de Ferro Central do Brasil tres logares de es-

cripturarios e a reduzir, na Inspectoria do Movimento, dous conductores de 2ª classe e um de 3ª.

N. 1.452 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1905 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1906, e dá outras providencias.

N. 1.453 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1905 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1906, e dá outras providencias.

N. 1.454 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1905 — Concede a pensão mensal de 300\$ á viuva do ex-senador do Imperio Dr. Gaspar da Silveira Martins.

N. 1.455 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1905 — Approva os estatutos do Banco do Brasil.

1906

N. 1.456 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1906 — Devolve a D. Maria Carolina Nabuco de Araujo a pensão de 3:600\$ annuaes, concedida a sua finada mãe, viuva do senador José Thomaz Nabuco de Araujo.

N. 1.457 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.756:167\$856, supplementar ao art. 9º, n. 10, da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.458 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 306:315\$716, supplementar ás verbas 15ª, 26ª e 27ª do art. 6º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.459 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 130:000\$, supplementar á rubrica 12ª do art. 19 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.460 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:100\$415, ouro, supplementar ao n. 31 do art. 19 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 1.461 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:496\$994 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia fraudulentamente retirada dos cofres da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado da Bahia.

N. 1.462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Aloysio de Castro o premio de viagem a quem tem direito, de accôrdo com os arts. 221 e 222 do codigo de ensino.

N. 1.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.

N. 1.464 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Equipara os vencimentos do pessoal administrativo do Instituto Nacional de Musica e da Escola Nacional de Bellas Artes, e eleva os dos dous conservadores e restauradores da referida Escola.

N. 1.465 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:987\$500 para pagamento de vencimentos ao Dr. Eugenio Manoel de Toledo.

N. 1.466 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Crea na Secretaria do Supremo Tribunal Federal mais um lugar de official e outro de amanuense, com os vencimentos da lei, e dá outras providencias.

N. 1.467 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por mais um anno, sem vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Samuel de Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife.

N. 1.468 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro 1906 — Fixa os vencimentos dos estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 1.469 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 250:000\$ para pagamento á Companhia Brasileira Torrens da indemnização fixada no termo de 18 de dezembro de 1901, rescisorio do contracto de 18 de julho de 1890.

N. 1.470 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder licença, por um anno, com o ordenado, ao bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante da Administração dos Correios de Pernambuco, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.471 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a mandar abonar, a titulo de ajuda de custo, para as despesas de seu primeiro estabelecimento, uma quantia correspondente aos respectivos vencimentos, aos empregados da Administração dos Correios de Minas Geraes, por occasião de sua transferencia de Ouro Preto para Bello Horizonte.

N. 1.472 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Fixa os vencimentos dos telegraphistas da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 1.473 — GUERRA E MARINHA — Lei de 9 de janeiro de 1906 — Define os cargos de categorias correspondentes, no Exercito e na Armada, e dá outras providencias.

N. 1.474 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Declara que os militares que, por occasião da revolta de 6 de setembro de 1893, na qual tomaram parte, se achavam investidos de funcções electivas não estão comprehendidos na restricção do art. 1º da lei n. 533, de 7 de dezembro de 1898.

N. 1.475 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a pagar ao cirurgião-mór de brigada graduado, reformado, do Exército, Dr. Augusto José Ferrari, a quantia de 638\$000.

N. 1.476 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1906 — Autoriza o Governo a pagar ao Dr. Evaristo Nunes Pires, professor do Collegio Militar, a quantia de 8:158\$861, importância de etapas que lhe competem, referentes aos exercicios de 1898 e 1901.

N. 1.477 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1906 — Manda reverter em favor de D. Maria Augusta Henriques de Souza, emquanto solteira, a pensão de 83\$, que percebia sua finada mãe.

N. 1.478 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1906 — Releva a prescrição em que incorreu o soldado reformado do Exército João de Magalhães Faria, para perceber o soldo, pelo dobro, de voluntario da patria, que lhe compete.

N. 1.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1906 — Torna extensiva aos secretarios dos institutos de ensino superior, na forma do art. 295 do codigo de ensino, approved pelo decreto n. 1.159, de 3 de dezembro de 1892, a disposição do art. 34, § 3º, do mesmo codigo.

N. 1.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Francisco de Paula e Silva Junior, escrivão do Juizo federal da secção do Estado do Rio de Janeiro, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.481 — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1906 — Equipara a Delegacia Fiscal em Matto Grosso á do Estado do Pará.

N. 1.482 — FAZENDA — Decreto de 21 de julho de 1906 — Manda reverter em favor de D. Raymunda Maria das Dores Rocha a pensão mensal de que gosava seu finado marido, o tenente-coronel honorario do Exército, Herculano Martins da Rocha.

N. 1.483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 153:000\$, suplementar ao n. 9 do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.484 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1906 — Concede a pensão de 250\$ a D. Elvira Lia Fernandes da Cunha, filha do fallecido senador do Imperio, Dr. Joaquim Jeronymo Fernandes da Cunha.

N. 1.485 — GUERRA — Decreto de 6 de agosto de 1906 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario necessario para occorrer ao pagamento da gratificação devida ao mestre da secção de funileiros do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Cyriaco Leite da Silva.

N. 1.486 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Manoel Tavares Cavalcanti o premio de viagem a quem tem direito.

N. 1.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alberto de Paula Rodrigues o premio de viagem a que tem direito.

N. 1.488 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. João Ribeiro de Souza Vianna o premio de viagem a que tem direito, de accôrdo com os arts. 221 e 222 do codigo de ensino.

N. 1.489 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1906 — Approva o convenio realizado pelos presidentes dos Estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas Geraes, em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do accôrdo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente anno.

N. 1.490 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1906 — Fixa os vencimentos do presidente e directores do Tribunal de Contas e do representante do ministerio publico perante o mesmo Tribunal.

N. 1.491 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1906 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 25:090\$165, destinado a pagamentos que deixaram de receber o capitão Annibal Eloy Cardoso e outros.

N. 1.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:500\$ para occorrer ás despesas com a re-impressão do *Manual do Senador*.

N. 1.493 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1906 — Autoriza o Poder Executivo a inscrever o Brasil entre o numero dos paizes que contribuem para a manutenção do Congresso Internacional, Permanente de Navegação.

N. 1.494 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1906 — Releva a prescripção em que possa ter incorrido o direito ao montepio instituido por Francisco Nathaniel de Azevedo Ribeiro, em favor de sua mulher e filhos.

N. 1.495 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1906 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de £ 60.000 para auxiliar, em nome do povo brasileiro, os soccorros prestados ás victimas do ultimo terremoto do Chile.

N. 1.495 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1906 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga a actual sessão legislativa até 2 de outubro do corrente anno.

N. 1.496 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Eleva de 24 a 34 as quotas de gratificação annual para o inspector da Alfandega de Porto Alegre e fixa o vencimento do guarda-mór da mesma Alfandega.

N. 1.497 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:006\$666, ouro, para pagamento,

no corrente exercício, dos vencimentos de dous escripturarios da Delegacia Fiscal do Thesouro, em Londres.

N. 1.498 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha, collector das rendas federaes no municipio de Olinda.

N. 1.499 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Regula a cobrança das taxas da Tarifa relativa ás cervejas estrangeiras.

N. 1.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Eleva os vencimentos dos lentes das escolas Polytechnica e de Minas, das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, de direito do Recife e de S. Paulo e do Gymnasio Nacional e dos substitutos e professores das referidas escolas e faculdades.

N. 1.501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:566\$128 para pagar os vencimentos devidos ao lente de logica do Externato do Gymnasio Nacional, Dr. Vicente de Souza.

N. 1.502 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com soldo e etapa, ao capitão da Força Policial Emiliano Felix de Almeida.

N. 1.503 — GUERRA — Decreto de 5 de setembro de 1906 — Institue o subsidio de 10:000\$ a cada uma das sociedades que pertencerem á Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 1.504 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1906 — Manda que fiquem fazendo parte, definitivamente, do 1º districto sanitario dos portos as delegacias de saude de S. Francisco e Itajahy, no Estado de Santa Catharina, e dá outras providencias.

N. 1.505 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1906 — Autoriza a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 4.000:000\$ para fazer face ás despesas de reparação das linhas e material da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. José Pantoja Leite o premio de viagem a que tem direito.

N. 1.507 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel João Corrêa de Moraes, procurador da Republica na secção de Goyaz, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.508 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, preparador da cadeira de operações e apparatus da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.509 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 257:190\$577 para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Francisco Van Erven, lente das escolas Polytechnica e de Minas de Ouro Preto, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 1.511 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$, supplementar á verba 9ª, do orçamento vigente, para pagamento do pessoal de que trata o decreto n. 1.451, de 29 de dezembro de 1905.

N. 1.512 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1906 — Autoriza o Governo a prorogar por um anno a licença em cujo gozo se acha, para tratar de sua saude, Alceu Mario de Sá Freire, conductor geral de encanamentos de agua da Inspectoria Geral de Obras Publicas.

N. 1.513 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao engenheiro civil Claudio Livio dos Reis, chefe de secção no prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.514 — GUERRA — Decreto de 26 de setembro de 1906 — Autoriza o Governo a conceder prorrogação da licença em cujo gozo está o segundo tenente do 12º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos.

N. 1.515 — GUERRA — Decreto de 26 de setembro de 1906 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, para tratamento de saude fóra da Republica, ao capitão de artilharia João Lopes de Oliveira Lyrio.

N. 1.516 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao bacharel Arthur de Sá e Souza, procurador da Republica na secção do Pará, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação á que obteve pelo decreto legislativo n. 1.393, de 9 de outubro de 1905.

N. 1.518 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1906 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 2 de novembro do corrente anno.

N. 1.519 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras

Publicas o credito extraordinario de 350:000\$ para a conclusão das obras do palacio Monroe.

N. 1.520 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, ouro, suplementar á verba 10ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.521 — FAZENDA — Decreto de 4 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:293\$525 para execução do decreto n. 1.352, de 22 de julho de 1905.

N. 1.522 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:310\$ para pagamento a José Posada e José Mora da quantia correspondente aos objectos apprehendidos por supposto contrabando em 1899.

N. 1.523 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1906 — Concede ao primeiro sargento do Asylo de Invalidos da Patria, Firmino Alvares de Souza, a pensão de 100\$ mensaes.

N. 1.524 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel José Augusto Meira Dantas o premio de viagem a que tem direito, de accôrdo com os arts. 221 e 222 do codigo de ensino.

N. 1.525 — GUERRA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 147:948\$521, destinado ás despesas com a construcção de uma muralha no edificio do Collegio Militar.

N. 1.526 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Eleva os vencimentos dos funcionarios do Tribunal de Contas.

N. 1.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Concede quatro mezes de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Lucio de Mendonça, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar de sua saude fóra desta capital.

N. 1.528 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao bacharel José Calheiros de Mello, juiz de direito da 3ª Vara Cível do Districto Federal.

N. 1.529 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a mandar pagar ao professor do Instituto de Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho, a gratificação a que tiver direito por ter leccionado cumulativamente nas cadeiras dos 5º e 6º annos do referido Instituto.

N. 1.530 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$ para occorrer, no exercicio vigente,

ao pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 1.531 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Determina que os candidatos á matricula nos cursos de pharmacia, odontologia, obstetricia, bellas artes e agrimensura exhibirão, nas escolas respectivas, a certidão de que foram approvados no exame geral das materias que, para cada um destes cursos, são actualmente exigidas, e dá outras providencias.

N. 1.532 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1906 — Autoriza o Governo a abrir o credito extraordinario de 66:000\$, ouro, para pagamento dos juros de 6 % ao anno, devidos á Companhia Estrada de Ferro do Victoria e Minas, de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 1902.

N. 1.533 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao fiscal da Inspectoria Geral de Illuminação desta capital, Joaquim Firmino dos Reis, para tratar de sua saude.

N. 1.534 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Autoriza a abertura do credito de 4:474\$183 para pagamento de vencimentos que cabem ao telegraphista de 1ª classe José Leopoldino de Vasconcellos Cabral.

N. 1.535 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Augusto Ferreira Belbrão, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal do Estado de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 1.536 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Fixa os vencimentos dos directores do Thesouro Federal.

N. 1.537 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder 10 mezes de licença, com o ordenado, ao inspector de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Leoncio José Pereira de Farias, para tratar de sua saude.

N. 1.538 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas do credito suplementar de 22:700\$ para elevação dos vencimentos dos empregados das administrações dos Correios do Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Bahia e Minas Geraes.

N. 1.539 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder licença, com o ordenado, ao escriptão do almoxarifado da Repartição Geral dos Telegraphos, Americo de Barros e Vasconcellos.

N. 1.540 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1906 — Concede á viuva de José do Patrocínio a pensão de 250\$000 mensaes.

N. 1.541 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1906 — Determina que o pagamento da differença de montepio e pelo soldo na revisão dos processos posteriores aos decretos

ns. 1.388, de 21 de fevereiro de 1891, e 1.054, de 20 de setembro de 1892, seja feito da data do fallecimento dos contribuintes.

N. 1.542 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1906 — Concede a DD. Eulalia de Saldanha da Gama e Maria Joaquina de Saldanha da Gama a pensão mensal de 150\$ a cada uma.

N. 1.543 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1906 — Autoriza o Governo a pagar a Geroncio Netto de Souza Pimentel, alferes do Exército, a quantia de 1:027\$579, de vantagens que lhe competem como alferes-alumno.

N. 1.544 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1906 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 2 de dezembro do corrente anno.

N. 1.545 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 12:449\$164, sendo 9:554\$929, suplementar á verba 29ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, e 2:895\$135, suplementar á verba 30ª do mesmo artigo da citada lei.

N. 1.546 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1906 — Eleva os vencimentos dos assistentes, preparadores e secretarios das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e da Escola Polytechnica.

N. 1.547 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1906 — Concede um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. João Pedro Belfort Vieira, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.548 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1906 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas do credito de 345:000\$ para pagamento de augmento de vencimentos e diarias dos estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos e da gratificação de 20 % aos funcionarios que a ella tiverem direito.

N. 1.549 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1906 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 2:799\$996 para pagamento ao lente cathedratico da Escola Naval, capitão de fragata Dr. Manoel de Albuquerque Lima.

N. 1.550 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alberto Lima da Fonseca, escrivão da 5ª Vara Criminal desta capital, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.551 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. juiz da 13ª Pretoria da Capital Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.552 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$, papel, para pagamento de despesas eventuaes.

N. 1.553 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:593\$689, ouro, e 166:474\$956, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.554 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Fixa os vencimentos dos conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 1.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES. GUERRA, MARINHA E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Eleva os vencimentos dos funcionarios das secretarias de Estado da Justiça e Negocios Interiores, da Guerra, da Marinha e da Industria, Viação e Obras Publicas.

N. 1.556 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.557 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 1.558 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Autoriza a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao carteiro de 1ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo, José de Arruda Vasconcellos, para tratamento de sua saude.

N. 1.559 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder prorrogação por um anno, sem vencimentos, da licença em cujo gozo está o engenheiro de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Henrique Simão Tamm.

N. 1.560 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 14:177\$070 para pagamento de vencimentos devidos a Augusto Guilherme Weyhl e José Theotonio Dias.

N. 1.561 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1906 — Declara que os patrões, machinistas, foguistas e remadores das lanchas e demais embarcações da Intendencia Geral da Guerra continuarão a gosar das vantagens do artigo 235 do regulamento dos arsenaes de guerra.

N. 1.561 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Determina que os chefes de missão diplomatica tenham direito á disponibilidade, nos termos da legislação vigente, quando tiverem a primeira nomeação nesse posto, e dá outras providencias.

N. 1.562 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Autoriza o Governo a mandar entregar ao Dr. An-

Jonio Fernandes Figueira a quantia de 3:780\$ despendida com a publicação da obra *Elementos de Semiologia Infantil*.

N. 1.563 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante de 1ª classe da Administração dos Correios de São Paulo, Emilio Capellano.

N. 1.564 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares ás verbas 16ª, 20ª e 38ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.565 — MARINHA — Decreto de 24 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Hemetério de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Estado do Paraná, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.566 — MARINHA — Decreto de 24 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao primeiro escriptuario e bibliothecario da Escola Naval, Antonio de Assis Figueiredo.

N. 1.567 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1906 — Concede a pensão mensal de 250\$ a D. Marianna Ribeiro de Almeida Corrêa.

N. 1.568 — MARINHA — Decreto de 24 de novembro de 1906 — Modifica o plano naval da lei n. 1.296, de 14 de novembro de 1904.

N. 1.569 — GUERRA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Declara que a antiguidade do posto de alferes de João José da Luz, actualmente tenente-coronel commandante do 4º regimento de cavallaria, deve ser contada de 18 de janeiro de 1868.

N. 1.570 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a fazer reverter a favor de D. Amalia Paulina Rodrigues Silva a parte da pensão que cabia a sua fallecida mãe.

N. 1.571 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao inspector de saude do porto do Estado do Amazonas, Dr. Nemesio do Rego Quadros, um anno de licença para tratamento de saude, com o respectivo ordenado.

N. 1.572 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, juiz federal na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

N. 1.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1906 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 30 de dezembro do corrente anno.

N. 1.574 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a João Hilario Pereira da Silva, adjunto

do fiel da thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação daquella em cujo goso se acha, para continuar a tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.575 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Crea a Caixa de Conversão, e dá outras providencias.

N. 1.576 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Juliano Moreira, director-alienista do Hospicio Nacional de Alienados, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 1.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Sezino Barbosa do Valle, substituto do juiz federal na secção de Minas Geraes, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.578 A — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 40:000\$, suplementar á verba 22ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.579 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 660\$ para occorrer ao pagamento dos vencimentos do chefe de secção addido daquella Secretaria de Estado, Rubens Tavares, correspondente ao periodo de 28 de novembro a 31 de dezembro de 1905.

N. 1.580 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:924\$250 para pagamento a DD. Jovelina Ribas Albuquerque Bello, Deolinda de Lara Ribas e Maria Augusta Ribas Flores.

N. 1.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credits especiaes na importancia de 40:000\$000.

N. 1.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao official da Inspectoria de Policia do Porto do Districto Federal, bacharel Luiz Lisboa da Silva Rosa.

N. 1.583 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a crear varios logares no Instituto Benjamin Constant, extingue alguns existentes e fixa os vencimentos do respectivo pessoal.

N. 1.584 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas do credito especial de 11:916\$666 para pagar a Jayme Augusto Oliveira

da Gama alugueis e reparos dos predios em que funciona a Administração dos Correios do Estado do Pará.

N. 1.585 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas do credito de 5:520\$511 para pagamento de vencimentos devidos a diversos funcionarios aposentados da Repartição Geral dos Telegraphos e da Administração dos Correios de Pernambuco.

N. 1.586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 26:546\$ para pagamento de gratificações additionaes, vencimentos e percentagens a empregados da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 1.587 — MARINHA — Lei de 18 de dezembro de 1906 — Fixa a força naval para o exercicio de 1907.

N. 1.588 — GUERRA — Lei de 19 de dezembro de 1906 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1907.

N. 1.589 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1906 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 911:429\$740, suplementar á verba do art. 9º, § 15 — Transporte de tropas, — da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.590 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1906 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 4:912\$451 para pagamento de vencimentos a Francisco Ferreira da Rosa, professor do Collegio Militar.

N. 1.591 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Crea o lugar de guarda-mór na Alfandega do Estado da Parahyba, com os vencimentos que marca.

N. 1.592 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:666\$656, suplementar á verba — Thesouro Federal, — «Pessoal», do orçamento vigente.

N. 1.593 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Releva de qualquer prescripção o empregado aposentado da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Augusto Fagundes, para que possa receber a differença de seus vencimentos.

N. 1.594 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Concede mais duas quotas de gratificação aos fideis de armazem e aos ajudantes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 1.595 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Declara sem effeito o decreto de 3 de março de 1892, que aposentou o primeiro secretario de legação Arthur de Carvalho Moreira.

N. 1.596 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 115:453\$877, suplementar á verba 28ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.597 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1906 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, do credito de 117:663\$, supplementar á verba 3ª do art. 14 da lei numero 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.598 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1906 — Autoriza o Governo a conceder a Lafayette Soares, telegraphista da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com o ordenado.

N. 1.599 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1906 — Annistia todas as pessoas directa ou indirectamente implicadas nos ultimos movimentos revolucionarios dos Estados de Sergipe e Matto Grosso.

N. 1.600 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1906 — Manda pagar pelos cofres da União a gratificação devida aos profissionaes incumbidos da fiscalização do serviço de assistencia a alienados nos estabelecimentos publicos dos Estados.

N. 1.601 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos, juiz da Corte de Appellação da Capital Federal, tres mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 953\$338 para pagamento de vencimentos ao continuo da Secretaria do Senado, dispensado do serviço, Delphim de Azevedo Maia.

N. 1.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 65:000\$ para occorrer ás despesas com a instalação do Archivo Publico Nacional, no edificio da praça da Republica.

N. 1.604 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 171:178\$669, supplementar ás verbas dos §§ 15 e 26 do art. 6º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a applicar ao preparador de historia natural medica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Antonio Sattanini, a disposição da lei n. 138, de 21 de junho de 1893, considerando-o lente substituto da mesma Faculdade.

N. 1.606 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Crea uma secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 1.607 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Deroga o art. 1º do de-

creto n. 1.150, de 5 de janeiro de 1904, na parte final, em que restringe o privilegio dos trabalhadores agricolas.

N. 1.608 — GUERRA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Declara que os empregados civis da Intendencia Geral da Guerra e da Direcção Geral de Saude perceberão seus vencimentos de accôrdo com as tabellas annexas.

N. 1.609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 90:480\$300 para occorrer ás despesas com a substituição de tapeçarias, moveis e com diversas obras nos edificios do Senado e da Camara dos Deputados.

N. 1.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Abdias Neves, substituto do juiz federal na secção do Piauh, seis mezes de licença, com o ordenado, para concluir o tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 1.611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Gastão Geolás, sub-secretario do Instituto Nacional de Musica, um anno de licença, com o ordenado.

N. 1.612 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o Governo a conceder a Manoel dos Santos Machado, conductor de trem de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com o respectivo ordenado.

N. 1.613 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao amanuense da Administração dos Correios do Districto Federal, Sizenando Gomes de Oliveira.

N. 1.614 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Eleva á categoria de Alfandega de 4ª ordem a Mesa de Rendas da cidade de Pelotas.

N. 1.615 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Eleva os vencimentos de diversos funcionarios da Caixa de Amortização.

N. 1.616 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1906 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1907, e dá outras providencias.

N. 1.616 A — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 199:204\$, supplementar á verba 12ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.617 — FAZENDA — Lei de 30 de dezembro de 1906 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1907, e dá outras providencias.

N. 1.617 A — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 496:500\$, supplementar á

verba 15ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.618 — GUERRA — Lei de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o Governo a confirmar no posto de segundo tenente os alferes-alunos com o curso das tres armas, e dá outras providencias:

N. 1.618 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 528:248\$667 para terminação das obras da Faculdade de Medicina da Bahia, etc., e o de 71:751\$333, supplementar á verba 37ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 31 de dezembro de 1905.

N. 1.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia de 35:073\$552, ás verbas 14ª, 15ª e 21ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.619 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Adia para o ultimo domingo do mez de março de 1907 as eleições que deviam se realizar no ultimo domingo do mez de outubro do corrente anno, para constituição do Conselho Municipal do Districto Federal, e dá outras providencias relativamente ao processo das mesmas eleições e expedição dos titulos de eleitores.

N. 1.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o prefeito do Districto Federal, mediante deliberação do Conselho Municipal, a contractar um emprestimo de dez milhões esterlinos.

N. 1.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, substituto da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, sem os vencimentos, em prorrogação da que está gosando, para tratar de sua saude.

N. 1.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 181:252\$714, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.623 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a entrar em accôrdo com a Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro para a construcção de um hospital em local apropriado e com enfermarias adequadas ao tratamento de tuberculosos em condições de hospitalização, e dá outras providencias.

N. 1.624 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos para pagamento de despesas das prefeituras do Alto-Juruá e Alto-Acre.

1907

N. 1.625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Fixa os vencimentos dos membros da Côrte de Appellação e do procurador geral do Districto Federal.

N. 1.626 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Equipara em vencimentos os telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brasil aos da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 1.627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Fixa os vencimentos dos juizes e dos demais funcionarios da justiça federal.

N. 1.628 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Fixa os vencimentos dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, não contemplados nos decretos legislativos ns. 1.468 e 1.472, de 9 de janeiro de 1906, e dá outras providencias.

N. 1.629 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Eleva a 100\$ a pensão que percebe D. Florinda do Valle Dutra e concede a pensão mensal de igual quantia a D. Adelia Ernestina Diniz.

N. 1.630 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Eleva á categoria de 1ª ordem a Alfandega de Manãos.

N. 1.631 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a reformar o serviço policial do Districto Federal.

N. 1.632 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo Federal a empregar, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica, as medidas necessarias para extinguir a peste bubonica na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

N. 1.633 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Publica a adhesão do Brasil ás convenções assignadas na Haya em 29 de julho de 1899.

N. 1.634 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 40.850:000\$, supplemmentar á verba 3ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.635 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 50:000\$, ouro, supplemmentar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.636 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Crea vice-consulados nas cidades de Rivera e Melo, no Estado Oriental do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina.

N. 1.637 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Crea syndicatos profissionais e sociedades cooperativas.

N. 1.638 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.765:730\$205, supplementar á verba 10ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.639 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com os vencimentos, ao marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do Supremo Tribunal Militar, para tratar de sua saude.

N. 1.640 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 30:000\$, supplementar á verba 15ª, n. 23, do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1907 — Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do territorio nacional.

N. 1.642 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Regula os vencimentos dos empregados do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

N. 1.643 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ destinado ao pagamento do ordenado que compete de 1903 a 1906 ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães.

N. 1.644 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Manda reverter ao serviço activo do Exercito o general de divisão graduado reformado Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto.

N. 1.645 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a crear no Corpo de Bombeiros mais uma companhia, que será a 6ª, e a reformar o regulamento vigente, dando outras providencias.

N. 1.646 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1907 — Corrige a alteração com que foi publicada a lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.647 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1907 — Approva a convenção assignada, na Haya, por varias potencias, em 29 de julho de 1899, para o ajuste pacifico dos conflictos internacionaes.

N. 1.648 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:051\$456 para pagamento de diversas despesas do Senado Federal.

N. 1.649 — MARINHA — Decreto de 4 de junho de 1907 — Mantém o direito dos aspirantes a commissarios que não foram incluídos na reforma por que passou a classe, ficando addidos ao Corpo de Commissarios, aguardando vagas, afim de serem promovidos.

N. 1.650 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1907 — Concede a pensão mensal de 250\$ á viúva e aos filhos do tenente-coronel Innocencio Fabricio Ferreira de Mattos.

N. 1.651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a levantar em uma das praças desta capital um monumento ao almirante Barroso, commemorativo da batalha do Riachuelo.

N. 1.652 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Autoriza a reforma, no posto de alferes, do enfermeiro-mór do Hospital Central do Exercito, Henrique José da Rocha.

N. 1.653 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Autoriza a abertura do credito de 35:000\$ para verificar, por experiencias adequadas, o valor do explosivo offerecido pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva.

N. 1.654 — MARINHA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Restabelece as companhias de aprendizes marinheiros nos Estados do Paraná, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Piauh, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e S. Paulo.

N. 1.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Fausto Alves de Brito o premio de viagem a que tem direito, e dá outras providencias.

N. 1.656 — GUERRA — Decreto de 20 de junho de 1907 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao segundo tenente do 6º regimento de artilharia Ricardo de Berredo.

N. 1.657 — GUERRA — Decreto de 20 de junho de 1907 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao coronel honorario e capitão reformado Miguel Calmon du Pin Lisboa.

N. 1.658 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por 10 mezes, com o ordenado, a licença em cujo goso se acha, para tratamento de saude, o bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante dos Correios de Pernambuco.

N. 1.659 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1907 — Approva o tratado concluido em 5 de maio de 1906, estabelecendo a fronteira entre o Brasil e a Colonia de Surinam.

N. 1.660 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escripturario da Casa da Moeda, Pedro de Alcantara Benevides de Araujo Cintra.

N. 1.661 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Equipara a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas a identica repartição no Estado de Pernambuco.

N. 1.662 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Manda aproveitar para o quadro dos empregados de Fazenda os guardas das alfandegas da Republica, que tiverem prestado o concurso de primeira entrancia.

N. 1.663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, juiz federal da 1ª vara na secção do Distrito Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

N. 1.664 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a João Lopes Brasil, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis meses de licença, com o ordenado, em prorrogação da que obteve, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 1.665 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Luiz Brito, ajudante do agente do Correio de Caxias, no Estado do Maranhão, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de saúde.

N. 1.666 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1907 — Fixa os vencimentos dos funcionarios da Bibliotheca Nacional, de accôrdo com a tabella annexa.

N. 1.667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, um anno de licença, com o ordenado.

N. 1.668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Octavio Moniz de Souza, tabellião da Prefeitura do Alto-Purús, um anno de licença, na fórma da lei.

N. 1.669 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:000\$ para occorrer ao pagamento da desapropriação, por utilidade publica, de duas casas situadas no terreno fronteiro ao Jardim Botânico.

N. 1.670 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.000:000\$ para aquisição de material fixo e rodante e execução dos melhoramentos necessarios á Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 1.671 — GUERRA — Decreto de 17 de julho de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 13:500\$, complementar á verba 2ª do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.672 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 30:000\$ e 70:000\$ ás verbas 23ª e 30ª do art. 45 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.673 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:276\$398, complementar á verba — Alfandegas, — do orçamento de 1907.

N. 1.674 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Releva da prescripção em que incorreu D. Laurinda Ercilia Adelaide da Rocha, para receber a quarta parte do soldo que venceia seu irmão, o tenente do Exercito Paulo Antonio da Rocha.

N. 1.675 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Deroga o art. 4º, § 6º, 2ª parte, do decreto n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, e o art. 189 do decreto n. 370, de 2 de maio do mesmo anno, e dá outras providencias.

N. 1.676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao terceiro official da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores, Ernesto Epaminondas de Castro.

N. 1.677 — FAZENDA — Decreto de 25 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escripturario do Thesouro Federal, Raymundo João dos Reis Lisboa.

N. 1.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1907 — Eleva os vencimentos do director e do medico da Casa de Correção da Capital Federal, as diárias dos guardas internos e externos, a gratificação do enfermeiro do mesmo estabelecimento e os vencimentos do director da Casa de Detenção.

N. 1.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a applicar ao preparador de histologia da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma, a disposição da lei n. 138, de 21 de julho de 1893.

N. 1.680 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1907 — Promulga a convenção concluida em Genebra entre o Brasil e varias potencias em 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 1.681 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 70:000\$, papel, para as despesas com a representação do Brasil no 16º Congresso Internacional de Hygiene e Demographia, a reunir-se em Berlim.

N. 1.682 — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a mandar pagar a D. Maria Mathilde Barbosa de Oliveira, viuva do coronel de estado-maior de 1ª classe José Felix Barbosa de Oliveira, a differença entre o meio-soldo desta patente e o meio-soldo da de general de brigada.

N. 1.683 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ouro, supplemmentar á verba 7ª do art. 16 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.684 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a emprestar ao Estado de S. Paulo até a quantia de £ 3.000.000 ou o seu equivalente em moeda nacional.

N. 1.685 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o cre-

dito especial de 50:000\$ para as despesas com os funcionarios e commissões designadas para fiscalizar e inspecionar as repartições arrecadoras.

N. 1.686 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Manda vigorar a disposição do art. 2º, § 36, das Preliminares da Tarifa e isenta da taxa de expediente as mercadorias a que se refere o citado artigo.

N. 1.687 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 13 de agosto de 1907 — Concede vitaliciamente aos officiaes e praças de pret sobreviventes dos corpos de Voluntarios da Patria e Guarda Nacional e aos auditores de guerra e estudantes de medicina e pharmacia, que serviram no Exercito e na Armada, por occasião da guerra do Paraguay, o soldo regulado pela tabella actualmente vigente, e dá outras providencias.

N. 1.688 — MARINHA — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com soldo e etapa, ao primeiro tenente machinista da Armada Aurelio da Silva Reis.

N. 1.689 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Fixa as percentagens a que têm direito os collectores e escriptvães pela arrecadação das rendas federaes.

N. 1.690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 199:080\$, papel, para terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros.

N. 1.691 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito da quantia de 876:335\$340, supplementar á verba 21ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.692 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios, abrindo para isso o necessario credito.

N. 1.693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Sezino Barbosa do Valle, substituto do juiz federal na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.694 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.500:000\$, papel, para occorrer a despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil e regularização das respectivas contas.

N. 1.695 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:570\$576 para cumprimento da carta precatoria expedida pelo juiz federal da 1ª Vara deste Districto a favor de Norberto de Azeredo Coutinho.

N. 1.696 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da

Fazenda o credito extraordinario de 2.164:371\$548 para saldar todas as despesas feitas com o edificio construido para a Caixa de Amortização.

N. 1.697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao engenheiro civil Dr. Henrique de Novaes o premio de viagem a que foi julgado com direito pela congregação da Escola Polytechnica desta capital, sendo-lhe dada a quantia de 4:200\$, ouro.

N. 1.698 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 8:083\$690 para occorrer ao pagamento de obras executadas em 1900 pela companhia « Rio de Janeiro City Improvements ».

N. 1.699 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 1.700 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:665\$705 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, a Carlos Pinto de Figueiredo.

N. 1.701 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Supprime os logares de presidente e vice-presidente da Caixa de Conversão, crea o de director, e dá outras providencias.

N. 1.702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 1.703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, em prorrogação daquella em cujo goso se acha para tratamento de sua saude.

N. 1.704 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante dos Correios do Maranhão, Antonio da Costa Gomes, para tratamento de sua saude.

N. 1.705 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a relevar da responsabilidade o pagamento da quantia de 36:148\$477 o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Miguel de Oliveira Salazar.

N. 1.706 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1907 — Releva a prescripção em que incorreram os vencimentos do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu, no periodo de 17 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894.

N. 1.707 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1907 — Concede a pensão de 200\$ mensaes, repartidamente, á viuva e á filha solteira do desembargador Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.

N. 1.708 — GUERRA — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a mandar matricular, em 1908, na Escola de Artilharia e Engenharia os ex-alunos da extinta Escola Militar do Brasil nas condições que em seguida se estabelecem.

N. 1.709 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao continuo da Alfandega de Manáos, Estado do Amazonas, Gonçalo Rodrigues Souto.

N. 1.710 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos, viuva do bacharel João Pinto Gomes de Mattos, os vencimentos de juiz de direito relativos ao tempo que ao mesmo juiz foi contado pelo Supremo Tribunal de Justiça, relevando a prescrição em que tenha incorrido.

N. 1.711 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 1.712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a mandar abrir o credito de 1:371\$289 ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para pagamento dos ordenados que deixou de receber o finado amanuense do extincto Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão.

N. 1.713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. José de Souza Pondé, inspector dos portos do Estado de Sergipe, um anno de licença, para tratamento de saude, com o ordenado a que tiver direito.

N. 1.714 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Xavier Nunes da Silva, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.715 — GUERRA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a mandar contar, para effeito de aposentadoria, o tempo em que Francisco José Carlos esteve no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro como encarregado do serviço geral.

N. 1.716 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 57:399\$001, papel, para o pagamento devido ao capitão José Cicero Bianchi, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.717 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 535:875\$147 para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 18:864\$504, supplementar á verba 33ª do art. 2º da lei numero 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.719 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2:570\$530 para occorrer ao pagamento dos ordenados do segundo official dos Correios, Antonio de Souza Guedes.

N. 1.720 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1907 — Approva a convenção postal universal e outros actos internacionaes que a ella se relacionam, concluidos em Roma em 26 de maio de 1906.

N. 1.721 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1907 — Approva o protocollo contendo instrucções sobre o reconhecimento do Rio Verde e suas cabeceiras.

N. 1.722 — GUERRA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Manda considerar por actos de bravura a commissão do actual segundo tenente Antonio Netto de Azambuja e contar a sua antiguidade de posto de 20 de setembro de 1893.

N. 1.723 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, papel, supplementar á verba — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte, — do exercicio de 1907.

N. 1.724 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 176:123\$646, ouro, e 493:720\$305, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.725 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Luiz Egydio Martins de Lemos, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas.

N. 1.726 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Concede a pensão de 300\$ mensaes a D. Emilia Saldanha Marinho Conceição.

N. 1.727 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:164\$134 para o pagamento devido a Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Lafayette Cavalcanti de Freitas, inspector sanitario do Districto Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel José Affonso Lamounier Junior, juiz da 3ª Vara Commercial do Rio de Janeiro, seis mezes de licença, com os respectivos vencimentos.

N. 1.730 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito necessario para a execução do decreto numero 1.626, de 2 de janeiro de 1907.

N. 1.731 — **GUERRA** — Decreto de 21 de setembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra os creditos de 280:000\$, papel, supplementar á verba 14^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, e extraordinario de 2.220:000\$, papel, para diversos serviços.

N. 1.732 — **MARINHA** — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Equipará os vencimentos do secretario da Inspectoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro aos de chefe de secção da Secretaria da Marinha.

N. 1.733 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Manda applicar aos trabalhos das commissões de revisão do alistamento eleitoral os recursos estabelecidos pelos arts. 36 e 37 da lei n. 1.269, de 15 de novembro de 1904.

N. 1.734 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 32:648\$489 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Bento Borges da Fonseca, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.735 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a mandar incluir na aposentadoria de João Carlos Thompson Junior o tempo em que serviu de professor dos menores artezãos e escripturario extranumerario da Casa de Correccão.

N. 1.736 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal em Pernambuco, bacharel Thomaz de Lemos Duarte.

N. 1.737 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de setembro de 1907 — Concede a pensão mensal de 120\$, repartidamente, a D. Philomena Nunes de Mello e a sua filha de igual nome.

N. 1.738 — **FAZENDA** — Decreto de 30 de setembro de 1907 — Concede a D. Anna Leopoldina da Serra Gonçalves e a D. Juliana da Serra Nunes Gonçalves a pensão annual de 3:600\$, repartidamente.

N. 1.739 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de outubro de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 1.740 — **MARINHA** — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Manda contar ao capitão de fragata graduado, commissario da Armada reformado Pedro Antonio da Silva, para melhoria de sua reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Estado do Pará.

N. 1.741 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:683\$200 para pa-

gamento da differença de vencimentos a que têm direito os conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 1.742 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Releva da prescripção em que tiver incorrido Antonio Alfredo de Carvalho, amanuense do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, para receber vencimentos que lhe competem, e autoriza a abertura do credito de 6:095\$506.

N. 1.743 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Fixa o numero, classes e vencimentos dos empregados das alfandegas do Rio de Janeiro e Santos, e dá outras providencias.

N. 1.744 — GUERRA — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Torna extensiva ao primeiro tenente do Exercito João Philadelpho da Rocha a excepção do art. 1º do decreto legislativo n. 981, de 7 de janeiro de 1903.

N. 1.745 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a mandar fazer, gratuitamente, na Casa da Moeda e na Imprensa Nacional, a cunhagem das medalhas e a impressão de diplomas destinados a premios nas exposições regionaes e estaduaes, e dá outras providencias.

N. 1.746 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:551\$900 para o pagamento devido ao coronel honorario Antonio Bezerra Cabral, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.747 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Lucio de Mendonça aposentadoria com todos os vencimentos do cargo.

N. 1.748 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Manda observar o disposto nos arts. 439, n. 1, e 441 do regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842, com relação a *habeas-corpus*.

N. 1.749 — GUERRA — Decreto de 22 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratar de sua saude na Europa, ao general de divisão Miguel Maria Girard.

N. 1.750 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario que fôr necessario para pagar a differença de gratificação que deixou de receber, no cargo de secretario paizano do Corpo de Marinheiros Nacionaes, o capitão-tenente honorario Arlindo Pinto Duarte.

N. 1.751 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 35:388\$742 para pagamento de vencimentos devidos a varios officiaes da Armada.

N. 1.752 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Fixa a força naval para o exercicio de 1908.

N. 1.753 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o

credito especial de 123:387\$728 para a restituição de espolios que foram arrecadados pelo curador de bens de defuntos e ausentes, Dr. Genesio Telles Bandeira de Mello.

N. 1.754 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 415:403\$753 para o pagamento devido a Antonio Nunes Pires, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.755 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:415\$770 para pagamento devido a Silva Mattos & Irinão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.756 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir creditos necessarios para o pagamento das despesas com a recepção, no proximo anno, de suas magestades el-rei e rainha de Portugal.

N. 1.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1.614:091\$120 para a conclusão do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 1.758 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 30:000\$, papel, supplementar á verba 2ª — Empregados em disponibilidade, — do art. 16 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 1.760 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1907 — Crea vice-consulados nas cidades de Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay, com a dotação annual de 4:000\$, ouro.

N. 1.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:806\$451, supplementar á verba 12ª do art. 2º do orçamento em vigor, para pagamento de vencimentos ao escriptor do Juizo Federal de Minas Geraes, Leandro Castilho de Moura Costa.

N. 1.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Eleva os vencimentos de varios funcionarios do Instituto Nacional de Musica.

N. 1.763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Thadeu de Araujo Medeiros, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica

a conceder ao bacharel José Calheiros de Mello, juiz de direito da 3ª Vara Cível do Districto Federal, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha.

N. 1.765 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, a Romualdo Justino Netto, terceiro escripturario da Alfandega da Bahia.

N. 1.766 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Concede a pensão de 100\$ mensaes a Francisco Alexandrino Barroso da Silva.

N. 1.767 — GUERRA — Lei de 31 de outubro de 1907 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1908.

N. 1.768 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1907 — Approva os dous protocollas assignados em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar a demarcação das fronteiras determinadas no tratado de 5 de maio de 1859 entre o Brasil e Venezuela.

N. 1.769 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1907 — Approva o protocollo firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay sobre a execução de cartas rogatorias.

N. 1.770 — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:686\$668, destinado ao pagamento de vencimentos que competem a Paulino Francisco Paes Barreto.

N. 1.771 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1907 — Crea a Alfandega de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.

N. 1.772 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Autoriza a entregar á commissão incumbida da creação de uma estatua em homenagem ao benemerito consolidador da Republica, o marechal Floriano Peixoto, como auxilio, a quantia de 50:000\$000.

N. 1.773 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Eleva os vencimentos dos professores de sciencia da Escola Nacional de Bellas Artes e a gratificação dos directores das faculdades e escolas superiores e do Gymnasio Nacional.

N. 1.774 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Concede a cada uma das alumnas do Instituto Nacional de Musica, Suzana de Figueiredo, Helena de Figueiredo e Maria Isabel de Verney Campello, como premio de viagem á Europa, a importancia de 3:000\$, ouro.

N. 1.775 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1907 — Approva a convenção internacional radiographica, o accôrdo adicional, protocollo final e respectivo regulamento, concluidos em 3 de novembro de 1906 entre o Brasil e varias potencias.

N. 1.776 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Repu-

blica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:470\$869, sendo 759\$677, supplementar á verba 15^a, e 9:711\$192, supplementar á verba 16^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.777 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Eduardo José Monteiro Torres, fiel-recebedor da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude.

N. 1.778 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar a licença em cujo gozo se acha o segundo tenente do 11^o batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos.

N. 1.779 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 38:729\$436 para pagamento de gratificações a professores e coadjuvantes que serviram na Escola de Guerra em 1906.

N. 1.780 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:923\$917, supplementar á verba 17^a — Guarda Nacional, — do art. 2^o da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.781 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 158:075\$750, supplementar á verba 12^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.782 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a promover a fundação de um banco central agricola, destinado a fornecer á lavoura o auxilio de capitales e de creditos, de accôrdo com as disposições que estabelece.

N. 1.783 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 380:000\$, papel, supplementar á verba 12^a do art. 45 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.784 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 39:150\$121 para occorrer ao pagamento de diversos officiaes da Brigada Policial.

N. 1.785 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Estabelece penas para o crime de peculato, e dá outras providencias.

N. 1.786 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o necessario credito para occorrer ao pagamento da parte dos vencimentos que deixaram de perceber o director, o secretario, o escripturario, o almoxarife e o mestre da officina da Escola Correccional Quinze de Novembro.

N. 1.787 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Regula a construcção de tapumes divisorios entre propriedades ruraes.

N. 1.788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 1.789 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, Domingos Fernandes Monteiro.

N. 1.790 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos necessarios para occorrer ás despesas com a cunhagem de moedas de prata de 2\$, 1\$ e \$500.

N. 1.791 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a arrendar o edificio destinado á Alfandega de Juiz de Fóra e seus terrenos.

N. 1.792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

N. 1.793 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

N. 1.794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Concede ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:303\$814 para pagar as despesas effectuadas por conta da verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 1.795 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 120:000\$, ouro, supplementar á verba 6ª — Ajudas de custo, — do art. 16 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.796 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao segundo tenente do 2º batalhão de infantaria Frederico Bueno Horta Barbosa, para tratar de seus interesses.

N. 1.797 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a promover, para as armas de infantaria e cavallaria, os alferes-alunos e aspirantes a official habilitados com o curso da Escola de Guerra, e dá outras providencias.

N. 1.798 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a restituir á Empresa de Luz Electrica da cidade de Jaguarão, Estadô do Rio Grande do Sul, a importancia dos impostos de importação que pagou na Alfandega do Rio Grande por material que estava isento de direitos.

N. 1.799 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratar de seus interesses, a Antonio Lopes Cardoso, tabellião do 2º officio do publico, judicial e notas do districto do Alto-Purús.

N. 1.800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 271:033\$688, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 1:038\$ á verba 6ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, para pagamento da gratificação adicional de 15 % a que tem direito o official da Secretaria do Senado, José Fernandes de Oliveira.

N. 1.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Crea o Instituto de Pathologia Experimental de Mangueiros.

N. 1.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Hugo Furquim Werneck de Almeida, medico dos hospitais de isolamento da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 31:143\$, supplementar á verba 38ª do art. 2º, sub-consignação «Para reparos, conservação e aquisição de material, etc.», da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.805 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Determina que sejam recolhidos á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores os livros de declaração instituidos para execução do § 4º da lei n. 904, de 12 de novembro de 1902, e dá outras providencias.

N. 1.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, substituto da Faculdade de Direito de Recife, um anno de licença, sem os vencimentos, em prorrogação áquella em cujo goso se acha, para tratar de sua saude.

N. 1.807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Concede aos diplomados pela Escola de Odontologia de S. Paulo e aos que o foram pelos demais institutos antes do decreto n. 1.371, de 28 de agosto de 1905, os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto.

N. 1.808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com os premios de viagem conferidos aos engenheiros civis José Pires do Rio, José Luiz Baptista, Dr. Eu-

ripedes Clementino de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso.

N. 1.809 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.828:000\$, complementar á verba 9ª, n. 1, do art. 34 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.810 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 1.811 — **FAZENDA** — Decreto de 17 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder a pensão de 200\$ mensaes á viuva e ás filhas solteiras do capitão de mar e guerra Francisco Romano Stepple da Silva.

N. 1.812 — **MARINHA** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 4:955\$ para occorrer ao pagamento do soldo e etapas que deixou de receber, em 1906, o capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros.

N. 1.813 — **MARINHA** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza a readmissão, como addidos, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, dos operarios extraordinarios que, pelas habilitações reveladas quando serviram no mesmo Arsenal, possam ser depois admittidos no quadro effectivo.

N. 1.814 — **MARINHA** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 98:096\$988 para pagamento das pensões que deixaram de ser abonadas aos operarios do extincto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia.

N. 1.815 — **FAZENDA** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 13:476\$799 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, ao capitão do Exercito Francisco Xavier Alencastro de Araujo.

N. 1.816 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 25:000\$, papel, complementar á verba 43ª — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.817 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Flavio Brederode Passos de Mello, para tratar de sua saúde.

N. 1.818 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao major Luiz de Andrade, escrivão da 1ª Delegacia Policial do Districto Federal.

N. 1.819 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel José Gabriel de Toledo Piza, serventuario vitalicio do 1º officio de escrivão da Córte de Appellação do Districto Federal, um anno de licença, para tratar de sua saude, com o respectivo ordenado.

N. 1.820 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza a expedição de novo regulamento para execução da lei n. 1.181, de 25 de fevereiro de 1904.

N. 1.821 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 11:066\$666, papel, para occorrer ao pagamento a que tem direito a Companhia Cantareira e Viação Fluminense.

N. 1.822 — VIAÇÃO, INDUSTRIA E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Augusto Raphael Moreira, quarto escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.823 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Declara que, com excepção dos actuaes serventuarios, não são vitalicios os funcionarios da justiça local do Districto Federal, de que tratam os arts. 8º, n. VII, e 58 da lei n. 1.338, de 9 de janeiro de 1905.

N. 1.824 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a crear os logares de medico ajudante e pharmaceutico da Casa de Detenção e eleva os vencimentos de diversos empregados da Policia do Districto Federal.

N. 1.825 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional.

N. 1.826 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 726:000\$, supplementar ás rubricas 21ª, 22ª, 23ª, 25ª e 26ª do art. 18 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.827 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Sujeta á distribuição todos os feitos, petições e precatórias dirigidos aos juizes de direito da justiça civil e criminal do Districto Federal.

N. 1.828 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a crear uma delegacia de policia de primeira entrancia na ilha de Paquetá.

N. 1.829 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Reconhece em favor de D. Amandina Esteves o direito á pensão correspondente ao montepio instituido por seu pae, Leopoldo Justiniano Esteves.

N. 1.830 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao

collector das rendas federaes em Olinda, Estado de Pernambuco, Augusto Xavier Carneiro da Cunha.

N. 1.831 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Leopoldo de Abreu Prado, engenheiro chefe do 5º districto da Inspeção Geral de Obras Publicas, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.832 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio Astromico e professor vitalicio da Escola do Estado-Maior.

N. 1.833 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 48:000\$, supplementar á verba — Telegraphos. — do art. 34 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, sendo 32:000\$ para transporte de pessoal e 16:000\$ para transporte de material.

N. 1.834 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1907 — Approva a convenção de 23 de agosto de 1906, creando uma commissão internacional de juriscônultos, encarregada de preparar um código de direito internacional privado e outro de direito internacional publico.

N. 1.835 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1907 — Manda contar ao machinista de 3ª classe, reformado, capitão de corveta, graduado, Antonio de Siqueira Lopes, para os effeitos de melhoria de sua reforma, os dias em que effectivamente trabalhou como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de 1863 a 1865.

N. 1.836 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1907 — Declara que ficam comprehendidos na excepção do decreto legislativo n. 984, de 7 de janeiro de 1903, para contar antiguidade de official das datas, que indica, os alferes e segundos tenentes promovidos a 3 de novembro de 1894.

N. 1.837 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1907 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias.

N. 1.838 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Determina que a parteira auxiliar do ensino de clinica obstetrica de cada uma das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia continuará a perceber vencimentos iguaes aos dos outros auxiliares do ensino, assistentes de clinica e preparadores, cujos vencimentos foram elevados a 5:400\$ annuaes.

N. 1.839 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Regula o deferimento da herança no caso da successão *ab intestato*.

N. 1.840 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Edmundo de Carvalho o premio de viagem a que tem direito, abrindo para esse fim o credito de 4:200\$, ouro.

N. 1.841 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias.

1908

N. 1.842 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Altera o quadro dos officiaes generaes e os dos capitães o primeiros tenentes do Corpo da Armada.

N. 1.843 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 35.000\$, ouro, supplementar á verba — Reposições e restituções, — do exercicio de 1907.

N. 1.844 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 90.000\$ á verba — Juros dos emprestimos do Cofre de Orphãos.

N. 1.845 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 67.761\$840, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1907.

N. 1.846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, para tratamento de saude, ao tenente da Força Policial do Districto Federal, Ovidio Xavier de Barros.

N. 1.847 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com os vencimentos, para tratamento de sua saude.

N. 1.848 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 129.896\$960, supplementar á verba 20ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.849 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Fixa os vencimentos dos fleis e guardas da Intendencia Geral da Guerra.

N. 1.850 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Obriga todas as autoridades civis ou militares, associações, empresas, companhias, estabelecimentos industriaes, commerciaes e outros e os particulares a darem as informações que lhes forem pedidas pela Directoria Geral de Estatistica.

N. 1.851 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1.127\$744 para occorrer ao pagamento do augmento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 1.852 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Re-

publica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante da Administração dos Correios desta capital, Heracleito Augusto Moreira, para tratar de sua saúde.

N. 1.853 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.400:000\$ para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional e mobílias, tapeçarias e decorações do mesmo.

N. 1.854 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$ para occorrer ás despesas com a reunião do 4º Congresso Medico Latino-Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a Exposição Internacional de Hygiene, annexa ao referido Congresso.

N. 1.855 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 552:016\$032 para conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia e de 50:000\$ para conclusão dos edificios da Maternidade da mesma cidade.

N. 1.856 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 4:758\$334 para pagamento de gratificações de exercicio devidas a Orozimbo da Silva Marques.

N. 1.857 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 473:834\$493, suplementar á verba 15ª, consignação « Vantagens de forragens e ferragens », do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.858 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 51:360\$, suplementar á verba 5ª do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.859 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 89:862\$021, suplementar á verba 15ª, n. 19, do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 1.860 — GUERRA — Lei de 4 de janeiro de 1908 — Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exercito.

N. 1.861 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 60:057\$579 para o pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.

N. 1.862 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 30:510\$700 para o pagamento devido á Companhia Norte-Mineira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Eleva os vencimentos dos pretores e de outros funcionarios da justiça do Districto Federal.

N. 1.864 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Approva a resolução firmada em 3 de agosto de 1906 pela 3ª Conferencia Internacional Americana, adherindo á convenção sanitaria internacional em Washington.

N. 1.865 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Separa a legação do Brasil em Guatemala da no Mexico, annexando-a á em Cuba e America Central, e eleva a categoria do representante diplomatico no Japão, acredi-tando-o cumulativamente no Imperio da China.

N. 1.866 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Approva o tratado de limites e navegação e os protocollas de *modus vivendi* sobre navegação e commercio pelo rio Iça ou Pútumayo, firmado em Bogotá em 24 de abril de 1907.

N. 1.867 — **FAZENDA** — Decreto de 21 de janeiro de 1908 — Equipara a Alfandega de Corumbá, no Estado de Matto Grosso, á de Paranaguá, no do Paraná.

N. 1.868 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de maio de 1908 — Manda reverter a favor de D. Luiza Guilhermina de Campos a pensão concedida a esta e outras senhoras pelo decreto legislativo n. 2.830, de 22 de março de 1879.

N. 1.869 — **FAZENDA** — Decreto de 29 de maio de 1908 — Releva da prescripção em que incorreu o soldado reformado Manoel Dionysio de Sant'Anna, para que possa receber o soldo a que tem direito.

N. 1.870 — **FAZENDA** — Decreto de 29 de maio de 1908 — Autoriza o Governo a mandar contar para a aposentadoria do porteiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, Lucindo Caetano dos Santos, o tempo em que exerceu os cargos de servente e ajudante do cartorario da mesma repartição.

N. 1.871 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de maio de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará, um anno de licença, com os respectivos vencimentos.

N. 1.872 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de maio de 1908 — Reorganiza a Colonia Correccional dos Dous Rios e a Guarda Civil.

N. 1.873 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 29 de maio de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Carlos Augusto Pereira, carteiro da Administração dos Correios do Maranhão, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 1.874 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a jubilar, com todos os vencimentos do cargo que exerce, o Dr. Nuno de Andrade, logo que elle tiver completado 30 annos de exercicio, computado para esse effeito o tempo em que serviu no cargo de director da Saude Publica.

N. 1.875 — **FAZENDA** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Concede a pensão mensal de 12\$ ao cabo reformado do Exercito Lino Ribeiro de Novaes.

N. 1.876 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao assistente do Observatorio do Rio de Janeiro, José Dionysio Meira, para tratar de sua saúde.

N. 1.877 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 124:397\$200 para occorrer á despesa com a construcção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 1.878 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Equipara os vencimentos do sub-secretario, dos amanuenses e do bibliothecario da Escola Polytechnica aos dos funcionarios de igual categoria das faculdades de medicina.

N. 1.879 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de junho de 1908 — Concede a pensão mensal de 60\$ a Emilio Seabra Machado.

N. 1.880 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de junho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, em prorrogação, ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Pedro Adalberto Fernandes.

N. 1.881 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 18:873\$320 para occorrer ao pagamento devido a Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.882 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 48:357\$387 para pagamento devido ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.883 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:711\$580 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.884 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 28:708\$156 para o pagamento devido a José Bernardino Ribeiro Guimarães, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.885 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer á despesa com o premio de viagem conferido ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães.

N. 1.886 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Celestino Bourroul.

N. 1.887 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a

conceder ao Dr. Clodomiro Augusto de Oliveira, secretario da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.888 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Henrique João Dodsworth, juiz da Côrte de Appellação, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 1.889 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior.

N. 1.890 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 48:360\$080 para pagamento de vencimentos ao tenente Franklin Barbosa de Andrade, ao tenente-coronel Joaquim José de Castro Sampaio Filho e ao alferes Herculano Teixeira de Magalhães.

N. 1.891 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Concede ao Dr. Epitacio Pessoa, ministro do Supremo Tribunal Federal, licença por seis mezes, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 1.892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel João Vieira de Souza Filho, procurador da Republica na secção do Maranhão, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.893 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:887\$ para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva.

N. 1.894 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1908 — Declara que reverte ao serviço activo do Exercito, com a patente de general de brigada, o general reformado Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira.

N. 1.895 — MARINHA — Decreto de 18 de julho de 1908 — Manda contar tempo de serviço ao capitão-tenente honorario Dr. João Cordeiro da Graça para acrescimo de vencimentos.

N. 1.896 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 29:587\$477, papel, para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, primeiro secretario de legação, em disponibilidade.

N. 1.897 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1908 — Concede a pensão mensal de 150\$ a D. Eulalia de Paula Baptista.

N. 1.898 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito

extraordinário de 10:653\$320 para o pagamento devido a Karl Hoepek & Comp., em virtude de sentença judiciária.

N. 1.899 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:076\$187 para o pagamento devido ao Dr. Antonio José Pinto, em virtude de sentença judiciária.

N. 1.900 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credits supplementares, na importancia total de 190:830\$020, sendo 48:304\$020 á verba 6ª e 142:526\$ á verba 8ª do orçamento do exercicio de 1908.

N. 1.901 — GUERRA — Decreto de 24 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.044:850\$600, supplementar á verba 9ª — Soldos, etapas e gratificações de officiaes, — do art. 6º da lei de orçamento vigente, e dá outras providencias.

N. 1.902 — MARINHA — Decreto de 27 de julho de 1908 — Extingue as classes de sub-ajudantes e praticantes-machinistas da Armada, e dá outras providencias.

N. 1.903 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Releva da prescripção em que tiver incorrido D. Rosa Penede Ahrens, para que possa receber no Thesouro Nacional a quantia de 11:958\$065.

N. 1.904 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede isenção de direitos aduaneiros para os objectos e materias destinados á Santa Casa de Misericordia da Capital Federal.

N. 1.905 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 249:700\$660 para o pagamento devido a Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em virtude de sentença judiciária.

N. 1.906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal, bacharel Antonio Augusto Cardoso de Castro, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.907 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude, ao Dr. Mario Moreira Bastos, engenheiro ajudante da Comissão de Estudos e Construção de Obras contra os Effeitos das Seccas no Rio Grande do Norte.

N. 1.908 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Pedro Lucio Rodrigues, carteiro de 3ª classe da Administração dos Correios de Pernambuco, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 1.909 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Releva D. Marianna Alexandrina de Souza Costa da prescri-

ção em que incorreu, para receber o meio soldo a que tem direito, de 9 de fevereiro de 1894 a 11 de setembro de 1900.

N. 1.910 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1908 — Releva da prescrição em que incorreu D. Rita de Figueiredo, para que possa receber o meio soldo deixado por seu pae.

N. 1.911 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1908 — Releva da prescrição em que incorreu D. Francisca da Silva Lopes, para que possa receber o montepio civil do Ministerio da Guerra, de 10 de fevereiro de 1897 a 30 de dezembro de 1901.

N. 1.912 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:035\$940 para o pagamento devido a Carlos Mesiano, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.913 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:812\$714 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.914 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1908 — Releva a prescrição para que D. Maria Amalia Carneiro de Miranda possa receber a pensão de meio soldo, deixada por seu pae, correspondente aos exercicios de 1890 e 1891.

N. 1.915 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 269:558\$826 para o pagamento devido a D. Francisca Borges Monteiro e outros.

N. 1.916 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Francisco Corrêa Pinto, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde.

N. 1.917 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 40:000\$, ouro, destinado ás despesas de viagem e representação do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e general de divisão Luiz Mendes de Moraes e as que tenha de fazer a Legação do Brasil em Berlim.

N. 1.918 — GUERRA — Decreto de 7 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 56:787\$944 para pagamento de docentes militares.

N. 1.919 — GUERRA — Lei de 8 de agosto de 1908 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1909.

N. 1.920 — MARINHA — Decreto de 8 de agosto de 1908 — Fixa a força naval para o exercicio de 1909.

N. 1.921 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Considera bachareis em sciencias os militares que obtiveram o curso geral pelo regulamento de 12 de abril de 1890, e dá outras providencias.

N. 1.922 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Releva a prescrição em que haja incorrido D. Amelia do Prado Mariath para a percepção de meio soldo.

N. 1.923 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 14:863\$826 para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Nascimento Torres, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.924 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 337:543\$946 para o pagamento devido a Machado & Carvalho e Silva & Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.925 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Releva da prescrição de divida de montepio D. Maria Paula da Cunha, viuva do capitão do Exercito Augusto Cezar da Cunha, e autoriza a abertura do credito para o respectivo pagamento.

N. 1.926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 45:459\$ á verba 6ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1908.

N. 1.927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos, procurador da Republica na secção da Parahyba, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.928 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1908 — Manda contar de 14 de agosto de 1894 a antiguidade de posto do segundo tenente Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu.

N. 1.929 — MARINHA — Decreto de 24 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha os creditos especial de 24:858\$486 e supplementar de 2:400\$ para pagamento da differença de vencimentos e de soldo a que tem direito o almirante Arthur de Jaceguay.

N. 1.930 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 384:000\$, papel, supplementar á verba 14ª do art. 16 da lei n. 1.841, de 31 de agosto de 1907.

N. 1.931 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a installação e o expediente das juntas de alistamento e de sorteio militar.

N. 1.932 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Elias Fernandes Leite, auditor de guerra do 1º districto militar, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 1.933 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos, relativos ao anno de 1907, ao capitão da Força Policial deste Districto, José Cicero Bianchi.

N. 1.934 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 5:405\$726 para occorrer ao pagamento devido ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.935 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 5:419\$656 para pagamento ao major José Raphael Alves de Azambuja, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.936 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Releva a prescripção da divida, proveniente de ordenado do juiz de direito em disponibilidade Francisco Marques da Cunha, na importancia de 5:954\$838.

N. 1.937 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:302\$626 para occorrer ao pagamento devido a D. Serafina de Lima Pitaluga, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.938 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 8:500\$368 para pagamento a D. Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.939 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1908 — Declara que a acção de que trata o art. 13 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, só poderá ser exercida pelo processo estabelecido no mesmo artigo, e prescreve dentro de um anno, e dá outras providencias.

N. 1.940 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até 3 de outubro do corrente anno.

N. 1.941 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a pagar á viuva e aos filhos menores de Albino José da Silva, ex-administrador das capatazias da Alfandega de Paranaguá, a pensão de montepio por elle instituida.

N. 1.942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Raymundo da Motta Corrêa de Azevedo, juiz de direito da 5ª Vara Criminal do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.943 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a relevar a prescripção em que incorreu o direito de D. Leopoldina dos Santos Barroso a perceber o soldo deixado por seu fallecido marido.

N. 1.944 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 23:625\$780 para o pagamento devido a Boris Frères e José Antonio de Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.945 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:535\$326, ouro, e 429:998\$736. papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 23:551\$484 para occorrer a despesas no Alto-Acre.

N. 1.947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saúde Publica, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.948 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saúde Publica, Dr. Francisco Firmo Barroso, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude.

N. 1.949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a João José Fernandes Silva Sobrinho, director de secção da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.950 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores, Herculano de Mendonça Cunha.

N. 1.951 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Concede a Hemeterio de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Estado do Paraná, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier e em prorrogação da que lhe foi concedida.

N. 1.952 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Philomena do Espirito Santo Dilermando da Silveira á percepção do montepio civil deixado por seu fallecido marido, Icario Dilermando da Silveira.

N. 1.953 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao tenente da Força Policial do Districto Federal, Carlos Antonio dos Santos, um anno de licença, com soldo e etapa, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Repu-

blica a conceder seis meses de licença, sem os vencimentos, para tratar de seus interesses, dentro do Estado, a Victorino Borges de Medeiros, escrivão da justiça federal na secção do Rio Grande do Sul.

N. 1.955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Regula o processo de infracções de leis e posturas municipaes.

N. 1.956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma.

N. 1.957 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Alcides Rodrigues, seis meses de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude, em prorrogação das concedidas pelo Governo.

N. 1.958 — GUERRA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a pagar ao primeiro tenente do Exercito Antonio Claudio de Souto a importancia de consignações feitas em favor de seu pae e por este não recebidas.

N. 1.959 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 174\$257, ouro, e 826:394\$030, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 1.960 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:267\$600 para occorrer á restituição devida ao capitão da Força Policial, José Cicero Bianchi.

N. 1.961 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante da Contadoria da Repartição Geral dos Telegraphos, Philemon Cordeiro, para tratar de sua saude.

N. 1.962 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1908 — Approva o accôrdo firmado em Roma, para o fim de ser estabelecida em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 1.963 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1908 — Approva a convenção assignada em Roma, creando o Instituto Internacional de Agricultura, com séde na mesma cidade.

N. 1.964 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:874\$332, destinado ao pagamento de vencimentos que deixou de receber o major do Exercito Erico Augusto de Oliveira como professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul.

N. 1.965 — MARINHA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio

da Marinha o credito especial de 17:289\$410 para pagamento de vencimentos devidos ao capitão de corveta Francisco de Mattos.

N. 1.966 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:816\$930 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Russo Italiano, em virtude de sentença judiciaria.

N. 1.967 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:200\$903 para occorrer á restituição devida ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.

N. 1.968 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com os vencimentos, ao thesourceiro da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Luiz Aygne de Meira.

N. 1.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 8:110\$930, sendo 7:930\$ ao n. 13 e 180\$930 ao n. 15 do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 1.970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a mandar construir nesta capital um edificio apropriado para a Repartição Central de Policia e serviços annexos.

N. 1.971 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Approva o tratado de arbitramento geral entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina.

N. 1.972 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por mais seis mezes, com o ordenado, a licença em cujo gozo se acha o quarto escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, Augusto Raphael Moreira.

N. 1.973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 1.974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação.

N. 1.975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. José Marianno Corrêa de Camargo Aranha, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde.

N. 1.976 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. José Mathias Gurgel do Amaral, inspector

sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, para tratar de sua saude, com o respectivo ordenado.

N. 1.977 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alberto Lima da Fonseca, serventuário vitalicio do officio de escrivão da 5ª Vara Criminal desta capital, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.978 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 15 de outubro de 1908 — Determina que aos intendentes municipais do Districto Federal, quando em sessões extraordinarias, seja abonado subsidio, e supprime a inelegibilidade constante do n. 9 do art. 57, capitulo VI, secção I, da Consolidação das leis federaes sobre organização municipal.

N. 1.979 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Olavo Rodrigues Ferreira, fiscal das obras de melhoramentos do porto de Manáos.

N. 1.980 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1908 — Manda contar, para os effeitos da aposentadoria, o tempo em que os empregados titulados das repartições federaes tiverem servido como diaristas.

N. 1.981 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 25:413\$280 para pagamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brasil e João Nepomuceno da Costa.

N. 1.982 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, ao bacharel Cesario da Silva Pereira, procurador da Republica na secção do Districto Federal, para tratar de seus interesses.

N. 1.983 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 1.984 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, ao conductor de trem de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio José Victor de Senna, para tratamento de saude.

N. 1.985 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a relevar a pena do art. 20 da lei n. 942 A, de 31 de outubro de 1891, em que incorreu o ex-empregado da extinta Thesouraria de Goyaz, João Gustavo de Sant'Anna.

N. 1.986 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Manda contar ao capitão-tenente machinista Isaias Tavares Dias Pessoa, para os effeitos da reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 1.987 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos, ao juiz da Côrte de Appellação do Districto Federal, Bellarmino da Gama e Souza.

N. 1.988 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Guilherme Henrique da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.988 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de novembro de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a applicar á despesa com o pessoal da officina typographica da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 50:000\$, que, na verba 2ª — Estatistica, — do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907, não teve destino determinado.

N. 1.989 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder ao thesoureiro da Delegacia Fiscal no Amazonas, João Tavares Corrêa, um anno de licença, com o ordenado.

N. 1.990 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:867\$076 para pagamento devido a Mario Nazareth, em virtude de sentença judiciaria

N. 1.991 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir o credito de 11:520\$, supplementar ao n. 18 do art. 19 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 1.992 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratamento de saude, ao capitão do Exercito Luiz Machado de Magalhães.

N. 1.993 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Anna Angela de Oliveira Pinto a perceber o meio soldo deixado por sua mãe.

N. 1.994 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer ao pagamento do premio de viagem ao Dr. Aristides Novis.

N. 1.995 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.049:797\$992, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 1.996 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao cidadão José Pedro Simões Sobrinho, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com o respectivo ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 1.997 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao segundo tenente do Exercito Frederico Bruno Horta Barbosa.

N. 1.998 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conferente da Alfandega do Amazonas, Enéas Ferreira Valle.

N. 1.999 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Francisca Barbosa de Jesus Pinheiro, para perceber o meio soldo deixado por seu marido.

N. 2.000 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Antonia Paes de Almeida á percepção do montepio deixado por seu marido.

N. 2.001 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Corrige a alteração com que foi publicado o decreto legislativo n. 1.897, de 23 de julho de 1908.

N. 2.002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

N. 2.003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:551\$612, suplementar ás verbas 24^a e 25^a do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 2.004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Dispensa nos processos de naturalização a apresentação de documentos firmados por agente diplomatico ou consular, e dá outras providencias.

N. 2.005 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao conductor de trem de 3^a classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ernesto de Araujo, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.006 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 770\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao almoxarife do extinto Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco, Sebastião José Bezerra Cavalcanti.

N. 2.007 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1908 — Corrige o erro com que foi publicado o decreto legislativo n. 1.991, de 12 do corrente mez.

N. 2.008 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos necessarios para supprir as deficiencias que se ve-

rificarem nas verbas — Justiça do Districto Federal — e — Corpo de Bombeiros, — do mesmo Districto.

N. 2.009 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.

N. 2.010 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com o ordenado, ao primeiro escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco, Manoel Florencio de Moraes Pires.

N. 2.011 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de réis 72:412\$122 ao Ministerio da Fazenda para pagamento devido a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.012 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza a abertura dos creditos extraordinarios ao Ministerio da Fazenda de 6:423\$109 para pagamento a Dona Maria Honorina de Azevedo Santos e 25:534\$563 ao major reformado do Exercito Leobaldo Augusto de Moraes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.013 — GUERRA — Decreto de 7 de dezembro de 1908 — Determina que a junta de sorteio militar seja composta de um general ou coronel do Exercito, de um coronel da Guarda Nacional, do procurador da Republica, de um medico militar e de um official do Exercito activo, e dá outras providencias.

N. 2.014 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a garantir, até o maximo nominal de £ 15.000.000, o emprestimo externo que o Estado de S. Paulo contrahir para liquidar as operações effectuadas para a valorização do café, e dá outras providencias.

N. 2.015 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 136:418\$126 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, aos herdeiros do fallecido almirante Jeronymo Francisco Gonçalves.

N. 2.016 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:766\$820 para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.017 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, a Jovita Olympio de Carvalho Botelho, conferente da Alfandega de Manáos.

N. 2.018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores os creditos supplementares de 1:298\$ e 3:899\$993 e o especial de 18:000\$ para pagamento de vencimentos devidos ao continuo José Hollanda Cavalcanti e ao ex-director da Camara dos Deputados, Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis.

N. 2.019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, em prorrogação da que já foi concedida, para tratamento de saude, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife.

N. 2.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$. ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Nerval Gomes Veras.

N. 2.021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio Francisco Leite Pindahyba, juiz federal na secção de Alagoas, seis mezes de licença, com os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios que tiverem pelo menos cinco approvações nas materias exigidas nos cursos superiores da Republica.

N. 2.023 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:308\$907 para o pagamento devido aos herdeiros do tenente-coronel reformado da Brigada Policial, Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 17 de dezembro de 1908 — Reforma a lei sobre fallencias.

N. 2.025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Corte de Appellação do Districto Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

N. 2.026 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Releva a penalidade em que tiver incorrido o ex-segundo escripturario do Tribunal de Contas, Juvencio de Siqueira Montes, para que a sua viuva possa perceber, isento de prescripção, o montepio que lhe couber.

N. 2.027 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um anno a licença em cujo gozo se acha o collector das rendas federaes em Olinda, tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha.

N. 2.028 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o bacharel João Vieira da Cunha, para receber ordenado de juiz de direito.

N. 2.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os venci-

mentos, ao desembargador da Corte de Appellação, Enéas Galvão, para tratar de sua saúde.

N. 2.030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saúde onde lhe convier, ao bacharel Raul Noronha Sá, sub-procurador dos feitos da Fazenda.

N. 2.031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.

N. 2.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença.

N. 2.033 — GUERRA — Decreto de 29 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de \$:587\$331 para occorrer ao pagamento de ordenados do escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Carlos Mendes.

N. 2.034 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1908 — Autoriza a transferencia para o 2º anno do curso de marinha da Escola Naval da matricula do alumno da Escola de Guerra de Porto Alegre, Gastão da Silva Paranhos.

N. 2.035 — FAZENDA — Lei de 29 de dezembro de 1908 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias.

N. 2.036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:200\$, suplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados. — do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 2.037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:000\$ para pagamento da differença de vencimentos devida ao desembargador Manoel Pedro Alves Moreira Villaboim.

N. 2.038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios de 7:887\$096 e 7:500\$ para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e ao Dr. Joaquim Moreira da Silva de differenças de vencimentos.

N. 2.039 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Proroga por um anno, com todos os vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Alberto de Seixas Martins Torres.

N. 2.040 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Repu-

blica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:498\$165 para pagamento de gratificação adicional a varios funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 2.041 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Manda computar, para o effeito de melhoria de reforma do segundo tenente machinista de 4ª classe, Candido Joaquim de Almeida, o tempo que se verificar haver effectivamente servido como operario dos arsenaes de marinha.

N. 2.042 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Manda contar para a reforma dos officiaes da Armada o tempo em que pertenceram ao extincto Collegio Naval ou frequentaram o curso de preparatorios annexo á Escola Naval.

N. 2.043 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 4:008\$202 para occorrer ao pagamento de ordenados devidos ao escriptuario do almoxarifado do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira.

N. 2.044 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Define a letra de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiaes.

N. 2.045 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 93:405\$350 para pagamento ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.046 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Concede licença por nove mezes, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Amaro Cavalcanti, para gosar-a onde lhe convier.

N. 2.047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito necessario para occorrer ao pagamento dos vencimentos dos funcionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

N. 2.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o presidente da Republica a aposentar o bacharel José Augusto de Oliveira, pretor da 13ª Pretoria do Districto Federal, com o ordenado do seu cargo.

N. 2.049 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a conceder aos syndicatos ou cooperativas agricolas, que cultivarem trigo, a subvenção de 15:000\$000.

N. 2.050 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1908 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias.

1909

N. 2.051 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Releva a prescripção em que tenha incorrido Manoel Silverio

Gomes, representado por sua viuva, Amabilia da Luz Gomes, para o fim de poder receber do Thesouro da União a quantia de 4:614\$339.

N. 2.052 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Releva D. Mathilde de Castro Pereira Sodré da prescrição em que incorreu, para recebimento de meio soldo de 15\$ mensaes, desde a data do fallecimento de seu marido, o segundo tenente do Exército Luiz Pereira Sodré, até 6 de junho de 1903.

N. 2.053 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 234:301\$329 para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 2.054 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 83:443\$749, suplementar á verba 13^a do art. 29 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 2.055 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Releva a prescrição em que incorreu o professor do Collegio Militar, bacharel Antonio Henrique de Noronha, para reclamar pelos meios judiciaes a differença de vencimentos entre os cargos de professor adjunto e cathedratico daquelle estabelecimento.

N. 2.056 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza a conceder licença por um anno, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Santa Catharina, Alfredo da Costa e Albuquerque.

N. 2.057 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Releva a prescrição em que incorreram Raymunda Amelia Pereira e Anna Amelia Pereira, para que lhes seja restituída a quantia de 317\$500 que, por engano, foi descontada na Delegacia Fiscal no Estado do Ceará.

N. 2.058 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 7:987\$679 para occorrer ao pagamento devido a George Francis Mee e Ernest Walter Mee, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.059 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:131\$249 para pagamento devido ao barão de Lucena, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.060 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 23:791\$875 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.061 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:850\$694 para occorrer ao pagamento devido aos herdeiros do Dr. Amphiphio Botelho Freire de Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.062 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:000\$ para occorrer á entrega a Octavio de Souza Lima de emprestimo ao Cofre dos Orphaos, feito em seu nome.

N. 2.063 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza a conceder a José Luciano de Oliveira, agente fiscal do consumo na 3ª circumscripção do Estado do Paraná, um anno de licença, para tratamento de sua saude, com direito á gratificação integral da tabella n. 2 do regulamento que acompanhou o decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.

N. 2.064 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Autoriza a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de sua saude onde lhe convier, a Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, primeiro escripturario da Alfandega da cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 2.065 — FAZENDA — Decreto de 4 de janeiro de 1909 — Concede ao segundo escripturario da Alfandega de Parnahyba, Herminio de Castro e Silva, um anno de licença, com o ordenado.

N. 2.066 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença a Francisco Antonio da Costa Nogueira Junior, agente do Correio e collector federal em São Matheus, Estado do Paraná.

N. 2.067 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Mantém a Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 2.068 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude, ao engenheiro civil Bento Miranda, professor de mecanica na Escola de Marinha Mercante do Pará.

N. 2.069 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:541\$040 para occorrer ao pagamento de 21:838\$280 á Companhia Centro Commercial e de réis 4:702\$760 a João Martins Ferreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.070 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 101:996\$600 para pagamento a Ignacio Alves Pereira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.071 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 44:387\$722 para pagamento ao primeiro tenente da Armada Antonio Leopoldino da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.072 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:706\$822 para pagamento ao Dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.073 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde, ao primeiro escripturario da Alfandega do Pará, Edmundo do Rego Barros Filho.

N. 2.074 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o Governo a restituir o que a maior houver sido cobrado dos linotypos até agora importados.

N. 2.075 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:694\$300 para pagamento a Norberto de Azeredo Coutinho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Sebastião Mascarenhas Barroso, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao terceiro official da Directoria Geral de Saude Publica, Antonio de Souza Lima, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de saúde.

N. 2.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, em prorrogação da em cujo gozo se acha, ao Dr. Antonio Luiz de Almada Horta, auxiliar tecnico do Laboratorio Bacteriologico, para tratamento de saúde onde lhe convier.

N. 2.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o respectivo ordenado, ao medico legista da Policia do Districto Federal, Dr. Miguel Julio Dantas Salles.

N. 2.080 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Applica ás associações de credito agricola ou de credito hypothecario e agricola as excepções contidas no art. 1º, n. 2. § 4º, do decreto n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.

N. 2.081 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao agente de 5ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Norberto Rodolpho de Souza, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.082 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1909 — Autoriza o Governo a mandar entregar ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegheiro do Amaral, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a quantia de 5:860\$, despendida com a publicação de sua obra *Elementos de Química Inorganica*.

N. 2.083 — FAZENDA — Lei de 30 de julho de 1909 — Reforma o Thesouro Federal e dá outras providencias.

N. 2.084 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Autoriza o Governo a trasladar da cidade de Montevidéo para a capital do Estado do Rio Grande do Sul os despojos mortaes do conselheiro Gaspar da Silveira Martins.

N. 2.084 A — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 320\$500 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.085 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1909 — Declara inapplicavel a disposição do art. 33, n. 4. da lei n. 1.236, de 24 de setembro de 1904, ás marcas registradas no Bureau Internacional de Berne, pelos paizes que adheriram ou adherirem á Conferencia de Madrid de 1891.

N. 2.086 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1909 — Approva o tratado sobre o commercio e a navegação fluvial entre o Brasil e o Ecuador.

N. 2.087 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:868\$104 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, aos herdeiros do Dr. Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro.

N. 2.088 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 157:443\$193 para o pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 2.089 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 11:445\$401 para pagamento de vencimentos devidos ao capitão Manoel Joaquim Machado.

N. 2.090 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Investe os escrivães dos juizes federaes das funcções de officiaes privativos para authenticar, dentro das respectivas secções, as firmas de todos os notarios ou tabelliães publicos para o effeito de serem reconhecidas.

N. 2.091 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 176:500\$, ouro, supplementar á verba 7ª do art. 7º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.092 — MARINHA, GUERRA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, RELAÇÕES EXTERIORES E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de agosto de 1909 — Eleva os vencimentos dos funcionarios das secretarias de Estado, da Directoria do Expediente da Marinha, das directorias de Contabilidade da Guerra e da Marinha, dos auxiliares da secção demographica da Directoria Geral de Saude Publica e do respectivo cartographo.

N. 2.093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1909 — Publica a resolução do Congresso

Nacional, que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 2 de outubro do corrente anno.

N. 2.094 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Releva a prescrição em que incorreu o contribuinte do montepio, bacharel Manoel Eugenio Pereira Maia.

N. 2.095 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Determina que os exactores da Fazenda Federal que prestarem fiança em dinheiro, titulos da divida publica da União e cadernetas da Caixa Economica poderão entrar desde logo no exercicio das funções do cargo para que houverem sido nomeados.

N. 2.096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos necessarios á execução de varias deliberações do Senado Federal, referentes á Secretaria da mesma camara.

N. 2.097 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Hemetério de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Estado do Paraná, aposentadoria, com todo o ordenado, por invalidez.

N. 2.098 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1909 — Approva o accôrdo concluido entre o Brasil e o Perú para navegação do rio Juruá ou Caquetá, assignado em Lima, em 15 de abril de 1908.

N. 2.099 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega de Manãos Julio Maximiliano da Silva, para tratamento de saude.

N. 2.100 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:946\$016 para pagamento á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.101 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:949\$970 afim de occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, ao capitão de corveta commissario Carlos Eugenio Ferreira.

N. 2.102 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Concede ao segundo escripturario da Alfandega da cidade do Rio Grande, Auto da Silveira Fontes, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.103 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder nove mazes de licença ao thesoureiro da Divida Publica da Caixa de Amortização, Ovidio Saraiva de Carvalho.

N. 2.104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder aposentadoria, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Alberto de Seixas Martins Torres.

N. 2.105 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Releva a prescrição em que incorreu o ex-tenente do Exército Conrado Müller de Campos, para continuar a contribuir para o montepio do Exército.

N. 2.106 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1909 — Releva a prescrição em que tenha incorrido o direito de D. Antonia Eugenia Pereira de Mello á pensão de meio soldo de seu finado pai, o alferes do 36º corpo de voluntarios da patria, João Eugenio Pereira de Mello.

N. 2.107 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de réis 211:457\$975 ao Ministerio da Fazenda para pagamento aos herdeiros de Joaquim da Silva Tavares, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.108 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 15:000\$, ouro, para subsidiar a commissão academica incumbida de representar a mocidade brasileira em Montevideo.

N. 2.109 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$, suplementar á verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Estabelece penas para os crimes de peculato, moeda falsa, falsificação de documentos, e dá outras providencias.

N. 2.111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 2 de novembro do corrente anno.

N. 2.112 — MARINHA — Decreto de 5 de outubro de 1909 — Fixa a força naval para o exercicio de 1910.

N. 2.113 — GUERRA — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1910.

N. 2.114 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 2.115 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1909 — Approva a convenção concluida no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906 entre o Brasil e diversas republicas americanas, fixando as condições dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem.

N. 2.116 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1909 — Approva a convenção concluida e assignada a 27 de abril de 1908 entre o Brasil e os Estados Unidos da America, regulando a condição dos cidadãos naturalizados que renovam a sua residencia no paiz de origem.

N. 2.117 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal da Delegacia Fiscal no Amazonas.

N. 2.118 — GUERRA — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Autoriza o Governo a incluir no quadro dos professores ou

substitutos vitalícios o tenente-coronel José da Silva Braga, com as vantagens do regulamento de 1890.

N. 2.119 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao praticante dos Correios do Districto Federal, Ernani de Oliveira Santos, para tratar de sua saúde, uma vez que prove, com attestado de uma junta de medicos da Directoria Geral de Saude Publica, estar enfermo.

N. 2.120 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de 1909 — Releva o que ainda resta da carga de 15:627\$519 sobre os seus vencimentos ao major graduado do 7º regimento de cavallaria do Exercito, Camillo Brandão.

N. 2.121 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 34:802\$826 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.122 — MARINHA — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, a Alfredo Rigaud, professor de gymnastica e natção da Escola Modelo de Aprendizes Marinheiros do Estado da Bahia.

N. 2.123 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 500:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a representação do Brasil na Exposição de Bruxellas no anno de 1910.

N. 2.124 — FAZENDA — Decreto de 25 de outubro de 1909 — Permite aos funcionarios civis federaes, activos ou inactivos, consignarem mensalmente á Associação dos Funcionarios Publicos Civis e ao Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado até dous terços dos seus ordenados para pagamento das contribuições a que se obrigarem com as mesmas associações, etc.

N. 2.125 — GUERRA — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:000\$ destinado ao pagamento de gratificação ao capitão de fragata Themistocles Nogueira Savio, professor do Collegio Militar.

N. 2.126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alberto Augusto Diniz, desembargador do Tribunal de Appellação do territorio do Acre, um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, para tratar de sua saúde.

N. 2.127 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao conferente de 2ª classe da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, Manoel Pires Ferreira Filho, para tratar de sua saúde.

N. 2.128 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a

conceder um anno de licença, com o ordenado, ao carteiro de 2ª classe da Administração dos Correios de Pernambuco, Luiz Francisco dos Santos Fragata, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.129 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escripturario da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio Joaquim de Moraes.

N. 2.130 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao thesoureiro da Administração dos Correios do Maranhão, Delphim Nunes Pereira.

N. 2.131 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao administrador dos Correios do Maranhão, Viriato Joaquim das Chagas Lemos.

N. 2.132 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito suplementar de 641:269\$420 á verba 37ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, para terminação das obras do novo edificio da Faculdade de Direito do Recife.

N. 2.133 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1909 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 2 de dezembro do corrente anno.

N. 2.134 — MARINHA — Decreto de 3 de novembro de 1909 — Manda contar ao segundo tenente machinista reformado da Armada, Antonio José de Andrade, para melhoria de reforma, o tempo que se verificar ter servido como operario do Arsenal de Marinha o machinista da Alfandega desta capital.

N. 2.135 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Dispensa as sociedades que pertencem ou vierem a pertencer á Confederação do Tiro Brasileiro de contribuir com as mensalidades de que trata a letra k do art. 2º do decreto n. 2.067, de 7 de janeiro de 1909, e dá outras providencias.

N. 2.136 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Torna extensivas ao secretario do Supremo Tribunal Militar as disposições do art. 1º e do paragrapho unico do decreto legislativo n. 149, de 18 de julho de 1893.

N. 2.137 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a mandar pagar vencimentos devidos ao escrevente de 1ª classe do extincto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento de Oliveira.

N. 2.138 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Releva a prescripção em que haja incorrido o major reformado do Exercito, Joaquim Ferreira da Cunha Barbosa, para receber a importancia correspondente a parte de uma quota annual que não lhe fôra contada na respectiva patente.

N. 2.139 — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao guarda-mór da Alfandega de Porto Alegre, Hermita de Barros Pimentel, para tratar de sua saude.

N. 2.140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. João Rodrigues do Lago, juiz de direito da comarca de Alto-Acre, um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, para tratamento de saude.

N. 2.141 — FAZENDA — Decreto de 6 de novembro de 1909 — Releva a D. Maria da Gloria de Almeida Rocha, mãe viuva do guarda-marinha confirmado José Moreira da Rocha, a prescripção em que incorreu, para que possa receber o montepio e meio soldo a que tenha direito.

N. 2.142 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença ao Dr. Carlos Sebastião Nogueira Pinto, medico do Laboratorio Bacteriologico da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a prorogar por um anno, sem vencimento algum, a licença em cujo gozo se acha o Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife.

N. 2.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 850:000\$ para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz.

N. 2.145 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Concede um anno de licença, em prorrogação, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores, Herculano de Mendonça Cunha.

N. 2.146 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1909 — Autoriza a restituição de 31:800\$ a José Antonio de Araujo Vasconcellos.

N. 2.147 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem a que tem direito o Dr. Violantino dos Santos.

N. 2.148 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 49:560\$951 afim de occorrer ao pagamento devido a Philadelpho de Souza Castro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.149 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:913\$759 para occorrer ao pagamento devido a Carlos Ferreira Campos e Camillo Ferreira de Figueiredo, ex-fieis de armazem da Alfandega do Pará.

N. 2.150 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 9:074\$006 afim de occorrer ao pagamento devido ao bacharel João Kopke, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.151 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 2.800:000\$, supplementar á verba 6ª do art. 15 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, e a applicar a despesas dessa verba o saldo disponivel da consignação do titulo V, « Passagens do exterior ».

N. 2.152 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 196:000\$, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1909 — Concede ao continuo da Bibliotheca Nacional, José Antonio de Figueiredo, um anno de licença.

N. 2.154 — GUERRA — Decreto de 22 de novembro de 1909 — Approva a reorganização do Laboratorio Chimico-Pharmaceutico Militar, feita pelo decreto n. 7.454, de 8 de julho de 1909.

N. 2.155 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao carteiro rural da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro, José Ribeiro da Silva.

N. 2.156 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao praticante da Administração dos Correios do Amazonas, Francisco de Assis Braga, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.157 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:120\$500 para pagamento ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Concede ao primeiro official da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, bacharel José Bonifacio de Almeida Salles, um anno de licença.

N. 2.159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude, ao Dr. Antonio Monteiro Barbosa da Silva, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Autoriza o Governo a conceder a Joaquim Mendonça Filho, bibliothecario da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.161 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Autoriza o Governo a conceder ao bacharel Carlos Domicio de Assis Toledo, promotor publico da comarca de Alto-Purús, no territorio do Acre, um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, para tratamento de saude.

N. 2.162 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Concede ao professor de ensino elementar da Escola de Aprendizizes Marinheiros do Ceará, monsenhor Vicente Godofredo Macahyba, um anno de licença, sem o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 2.163 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Concede ao amanuense da Directoria Geral de Contabilidade da Marinha, Thomaz da Silva Ramos, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude.

N. 2.164 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a aposentar o agente de 5ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Norberto Rodolpho de Souza.

N. 2.165 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao praticante dos Correios do Estado de Pernambuco, Joaquim Theotonio Soares de Avellar Junior, um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação á de seis mezes que lhe foi concedida pelo director geral dos Correios, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.166 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1909 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

N. 2.167 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares ao n. 8 do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, e o extraordinario de 2:500\$ para pagamento de vencimentos a um chefe de secção da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 2.168 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:506\$903, ouro, e 705:300\$249, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 2.169 — FAZENDA — Decreto de 8 de dezembro de 1909 — Releva a prescripção em que incorreram DD. Rosa de Arruda Pinto e Elvira de Arruda Ferreira da Silva, para reclamarem o montepio de seu irmão, o finado primeiro tenente de artilharia do Exercito, Francisco Antonio de Arruda Pinto.

N. 2.170 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Releva a pena de commissio em que incorreu o contribuinte do Montepio dos Funcionarios Publicos, Joaquim de Oliveira Catunda, para o fim de ser sua viuva admittida á percepção da pensão que lhe couber.

N. 2.171 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a entregar ao Club

Naval a quantia de 300:000\$, a título de auxilio para a construção de um predio na Avenida Central.

N. 2.172 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Concede ao ex-primeiro tenente Luiz de Paula Mascarenhas o soldo vitalicio correspondente áquelle posto.

N. 2.173 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao bacharel Hermeto Lima, encarregado da Secção de Estatística da Policia do Districto Federal.

N. 2.174 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amahuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença.

N. 2.175 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Autoriza o Governo a prorogar, por um anno, com o respectivo ordenado, a licença em cujo goso se acha, para tratamento de saude, o Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo.

N. 2.176 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 9:720\$163, suplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.177 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Manda computar ao inspector de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, Manoel José Alves, todo o tempo em que serviu em diversas comissões do antigo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para os effeitos da aposentadoria.

N. 2.178 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1909 — Releva a prescripção em que incorreu D. Emilia Lobo Machado, viuva do telegraphista Julio Cesar de Souza Machado, para a percepção da pensão do montepio instituido por este, e autoriza a abertura do necessario credito.

N. 2.179 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1909 — Releva a prescripção para que D. Florinda Maria da Conceição possa receber o meio soldo e montepio deixados por seu fallecido filho, Eduardo Gonçalves Ribeiro, capitão do estado-maior de 1ª classe.

N. 2.180 — MARINHA — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a mandar contar para melhoria de reforma ao capitão de fragata machinista, reformado, João Antonio da Costa Bastos, o tempo em que serviu como operario no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, e Estabelecimento Naval de Cerrito.

N. 2.181 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:060\$009, suplementar ás verbas 13ª, 16ª e 21ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a pagar todas as despesas feitas com as homenagens prestadas á memoria do ex-presidente, Dr. Affonso Augusto Moreira Penna.

N. 2.183 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Releva a D. Rita Moreira Pinto a prescripção em que haja incorrido, para percepção da pensão mensal de 22\$500.

N. 2.184 — MARINHA — Decreto de 18 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação, ao segundo tenente engenheiro machinista, Lindorf Dias França, para tratamento de saude, com soldo, etapa e gratificação do posto.

N. 2.184 A — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1909 — Concede á viuva e aos filhos do Dr. Domingos Olympio Braga Cavalcanti a pensão mensal de 250\$000.

N. 2.185 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 270:000\$ para occorrer ao pagamento das folhas do pessoal technico e operario empregado nas obras do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 2.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 16:800\$, ouro, para occorrer ao pagamento de premios de viagem conferidos aos bachareis em direito Luiz Estevam de Oliveira e Leoncio Marcondes Homem de Mello, ao Dr. Oswaldo Barbosa e ao engenheiro civil Carlos da Gama Lobo.

N. 2.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 65:580\$250 para occorrer ao pagamento dos salarios devidos aos operarios que trabalharam no Hospital Paula Candido.

N. 2.188 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1909 — Crea uma legação na Noruega e na Dinamarca, regida por um enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

N. 2.189 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 120:000\$, metade ouro e metade papel, suplementar á verba — Iluminação publica da Capital Federal.

N. 2.190 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Concede um anno de licença, com o ordenado, ao telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Geraldo Pires Ferreira Leal, para tratamento de saude.

N. 2.191 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conductor de

trem de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio José Victor de Senna.

N. 2.192 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao fiel recebedor da estação Maritima, da Gambôa, Eduardo José Monteiro Torres.

N. 2.193 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Releva a D. Maria Ottilia da Silva Nunes a prescripção em que incorreu o direito ao meio soldo e montepio do seu finado pae, o capitão do Exército Lucio Gonçalves da Silva.

N. 2.194 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 12:445\$584 ao Ministerio da Fazenda para pagamento a Sebastião Antonio de Carvalho e Antonio Tristão de Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.195 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega de Manáos, Brígido Augusto Grana, para tratamento de saude.

N. 2.196 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 193:799\$234 ao Ministerio da Fazenda para pagamento a João Luiz Vogel e outros, guardas da Alfandega, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.197 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza a abertura do credito necessario ao pagamento das vantagens que competem aos officiaes da Armada e classes annexas e inferiores e praças do Corpo de Marinheiros Nacionais que serviram nos Estados do Amazonas, Pará e Matto Grosso, de 21 de fevereiro de 1907 a 16 de janeiro de 1908.

N. 2.198 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 716:607\$920, suplementar ao § 11 do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.199 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença ao capitão do Exército Luiz Machado Magalhães, para tratamento de saude.

N. 2.200 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Declara ficar computado ao capitão reformado do Exército, Affonso das Chagas Guimarães, o periodo decorrido de 9 de dezembro de 1886 a 2 de março de 1890.

N. 2.201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com dous terços dos vencimentos do cargo, para tratamento de sua saude, ao agente do Corpo de Segurança Publica, Tiburecio Ferreira Dias.

N. 2.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 4:360\$ para o pagamento a que

tem direito o membro da Comissão Inspectora dos Estabelecimentos de Alienados no Estado do Amazonas.

N. 2.203 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o Governo a conceder ao bacharel Oscar da Costa Marques, procurador da Republica na secção de Matto Grosso, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.204 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem os vencimentos, para tratar de sua saude, ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.205 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de sua saude, ao Dr. Orlando Monteiro Roças, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.206 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Concede ao alienista-adjunto do Hospicio Nacional de Alienados, Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna Filho, seis mezes de licença, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.207 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Congresso Brasileiro de Geographia o auxilio de 25:000\$000.

N. 2.208 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 30:000\$ para subvencionar o Museu Commercial do Rio de Janeiro.

N. 2.209 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Releva a prescripção em que incorreu D. Eufrosina de Miranda Lima, para perceber o montepio a que tem direito desde a morte de seu pae, José Francisco dos Santos Miranda, empregado aposentado da Alfandega de Pernambuco.

N. 2.210 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1909 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1910, e dá outras providencias.

N. 2.211 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Estabelece regras sobre as promoções a primeiro tenente ou capitão.

N. 2.212 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 151:334\$608, suplementar á verba 15ª, n. 26, do art. 42 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.213 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o Governo a mandar contar ao Dr. Sylvio Romero, lente de logica do Collegio Bernardino de Vasconcellos, por occasião de sua jubilação, o tempo em que exerceu o cargo de juiz municipal de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 2.214 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Cassio Barbosa de Rezende, medico demographista da Directoria Geral da Saude Publica, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.215 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao Dr. Antonio Pacheco Leão, inspector do Serviço de Prophylaxia da Febre Amarella, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.216 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Julio Afranio Peixoto, lente substituto da Faculdade de Medicina e director do Serviço Medico Legal da Policia do Districto Federal, seis mezes de licença, com o ordenado, em prorrogação da que lhe concedeu o Poder Executivo, para tratar de sua saude.

N. 2.217 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a mandar rever, de accôrdo com as leis em vigor, o processo de aposentadoria de Pedro Antonio Fagundes, ex-empregado da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.218 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao engenheiro Jocelyn Cardoso de Menezes Souza, inspector de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 2.219 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado, a Manuel Ernesto de Araujo, conductor de trem de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 2.220 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 2.000:000\$, papel, e 200:000\$, ouro, para liquidar as contas e mais compromissos relativos á Exposição Nacional de 1908.

N. 2.221 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Fixa a despesa geral do Brasil para o exercicio de 1910, e dá outras providencias.

N. 2.222 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco.

1910

N. 2.223 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1910 — Concede ao ex-cirurgião segundo tenente Joaquim de Car-

valho Bettamio e ex-primeiro tenente José Carlos de Carvalho o soldo vitalício correspondente áquelles postos.

N. 2.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Releva a prescrição em que incorreu o Dr. Antonio Oerqueira Pinto, lente jubilado da Faculdade de Medicina da Bahia, para que possam seus herdeiros pleitear o direito que allegam ter á percepção dos vencimentos de lente jubilado.

N. 2.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço do bacharel José Gomes Coimbra, para os effeitos de aposentadoria.

N. 2.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Concede ao juiz federal na secção do territorio do Acre, bacharel Gustavo Affonso Farnese, um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, para tratamento de saude onde lhe convier.

N. 2.227 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Crea o logar de procurador criminal na secção do Districto Federal e marca os respectivos vencimentos.

N. 2.228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 360:000\$, suplementar ao n. 21 do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio do Interior o credito de 130:042\$386, suplementar ao n. 20 do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 384:000\$ para conclusão das obras do edificio destinado á Bibliotheca Nacional.

N. 2.231 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 300:000\$, suplementar ao n. 4 do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.232 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 2.232 A — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Reorganiza o Serviço de Saude do Exercito.

N. 2.233 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Declara quaes as funcções e os vencimentos que competem aos aspirantes a official, e dá outras providencias.

N. 2.234 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Autoriza o Governo a pagar a 34 alumnos da extincta Escola Militar, abrindo o necessario credito até á quantia de 76:345\$770.

N. 2.235 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Autoriza o Governo a mandar contar antiguidade de posto ao segundo tenente do Exército José Augusto Soares.

N. 2.236 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Concede ao Dr. João Pedro Belfort Vieira, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.237 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Herminio Francisco do Espírito Santo, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saúde.

N. 2.238 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:719\$206 para pagamento a D. Marinha de Abreu Paiva e outros, herdeiros do coronel Jeronymo dos Santos Paixão, em virtude de sentença do Poder Judiciario.

N. 2.239 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 15:240\$500 para restituir a Otero Gomes & Comp. direitos de importação de duas partidas de arame para cercas.

N. 2.240 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao conferente da Alfandega de Manáos, Francisco Xavier da Costa, para tratamento de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.241 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 35:104\$219 para o pagamento devido a Verissimo Ricardo Vieira, em virtude de sentença do Poder Judiciario.

N. 2.242 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de janeiro de 1910 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao primeiro engenheiro do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, Eugenio Hussak, para tratar de sua saúde.

N. 2.243 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Antonio Dias Paes Leme Sobrinho um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.244 — FAZENDA — Decreto de 10 de janeiro de 1910 — Corrige as alterações com que foi publicada a lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, que fixou a despesa geral da Republica para o exercicio de 1910.

N. 2.245 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1910 — Corrige enganos existentes na lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, que fixou a despesa geral da Republica para o exercicio de 1910.

N. 2.246 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 26 de abril de 1910 — Approva o tratado concluido no Rio de Janeiro a 30 de outubro de 1909 entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, modificando as suas fronteiras na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão e estabelecendo principios para o commercio e a navegação nessas paragens.

N. 2.247 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 27 de abril de 1910 — Approva o tratado sobre o commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Colombia, concluido no Rio de Janeiro em 21 de agosto de 1908.

N. 2.248 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de abril de 1910 — Concede a Joaquim Augusto Teixeira Nunes, carteiro de 1ª classe da Administração dos Correios do Districto Federal, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.249 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 29 de abril de 1910 — Approva o tratado concluido no Rio de Janeiro a 8 de setembro de 1909 entre o Brasil e o Perú, completando a determinação das fronteiras entre os dous paizes e estabelecendo principios geraes sobre o seu commercio e navegação na hacia do Amazonas.

N. 2.250 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 29 de abril de 1910 — Eleva a categoria de diversos consulados e alguns vice-consulados, crea vice-consulados e logares de chanceller, e dá outras providencias.

N. 2.251 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de maio de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viacão e Obras Publicas o credito especial de 364:559\$143 para pagamento de juros garantidos á Estrada de Ferro Sorocabana de 29 de agosto a 31 de dezembro de 1907.

N. 2.252 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de maio de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 100:000\$ para recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros em visita ao Brasil.

N. 2.253 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de maio de 1910 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, aposentadoria com todos os seus vencimentos.

N. 2.254 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de agosto de 1910 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.

N. 2.255 — **FAZENDA** — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Releva a prescripção para que D. Nathalia Deolinda de Albuquerque Seixas possa habilitar-se á percepção de meio soldo e montepio a que tiver direito desde a data do fallecimento de seu marido, o tenente-coronel Joaquim José Neves de Seixas.

N. 2.256 — **FAZENDA** — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Eleva a 52 o numero dos agentes fiscaes do imposto de

consumo, da descarga do sal e do imposto de transporte do Districto Federal, e dá outras providencias.

N. 2.257 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 301\$030 ao Ministerio da Fazenda para o pagamento devido a Joaquim José Martins, em virtude de sentença judicialia.

N. 2.258 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 262\$940 ao Ministerio da Fazenda para pagamento á Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto, em virtude de sentença judicialia.

N. 2.259 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1910 — Dá o caracter de agente politico ou diplomatico ao consul geral no Egypto, sem vencimentos.

N. 2.259 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1910 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

N. 2.260 — MARINHA — Decreto de 4 de outubro de 1910 — Augmenta os vencimentos dos desenhistas, porteiros, mestres geraes, contra-mestres, apontadores, operarios e outros empregados do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 2.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir creditos especiaes na importancia de 85:327\$114, sendo um de 11:954\$750 ao Ministerio da Fazenda e outro de 73:372\$364 ao da Justiça e Negocios Interiores para attender a despesas feitas pelo ex-prefeito do Alto-Juruá, general Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

N. 2.262 — MARINHA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Autoriza a abrir o credito de 42:621\$327 para pagamento aos patrões-móres de differença de soldo que deixaram de receber.

N. 2.263 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Releva o collecter federal em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro, da obrigação de entrar para o Thesouro Nacional com as importancias de 3:980\$040 e 12:681\$080, valores de sellos adhesivos e estampilhas do imposto de consumo roubados á Collectoria na noite de 26 de setembro de 1908.

N. 2.264 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Autoriza a concessão de um anno de licenca, com o ordenado, ao primeiro escripturario da Delegacia Fiscal em Manáos, João Leite Ribeiro, para tratar de sua saude.

N. 2.265 — MARINHA — Decreto de 7 de outubro de 1910 — Concede direito de aposentadoria aos pharoleiros.

N. 2.266 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos de 191:623\$400, supplementar, á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para

despesas com pessoal e material da Secretaria da Camara dos Deputados, e de 2:425\$500. extraordinario, para pagamento de gratificação adicional a um continuo da mesma Camara.

N. 2.267 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Olyntha Braga, alumna laureada do Instituto Nacional de Musica, o premio de viagem prometido pela legislação em vigor.

N. 2.268 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com o ordenado, ao primeiro escriptuario da Delegacia Fiscal em Pernambuco, Manoel Florencio de Moraes Pires, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.269 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Manoel Baptista Esteves de Souza, carteiro de 2ª classe dos Correios de Pernambuco, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

N. 2.270 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Fixa novos vencimentos para os funcionarios da Caixa de Amortização.

N. 2.271 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1910 — Eleva a 50\$ mensaes a pensão de 6\$500 que recebe cada uma das filhas do coronel Germino Olympio Sampaio, morto, em 1874, em serviço militar.

N. 2.272 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.

N. 2.273 — MARINHA — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Manda contar ao sub-ajudante machinista reformado, Pedro José de Moraes, para melhoria de reforma, o tempo em que serviu no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro como operario e machinista.

N. 2.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1910 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

N. 2.275 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:833\$326 para pagamento ao mestre do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Cyriaco Leite da Silva.

N. 2.276 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:150\$662, suplementar á verba — Alfandegas, — do art. 29 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 2.277 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir o credito de 60:000\$, suplementar á verba 18ª — Eventuaes, — do art. 15 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 2.278 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Manda dar baixa na responsabilidade do major Aristides de Oliveira Goulart pela quantia de 15:000\$500, correspondente a despesas feitas com as reconstrucções, em 1905, de estradas estrategicas e da linha telegraphica na colonia militar á fôz do Iguassú.

N. 2.279 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Concede ao Dr. Eduardo Pindaíba de Mattos, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos de ministro desse Tribunal.

N. 2.280 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1910 — Concede amnistia aos insurrectos de posse de navios da Armada nacional.

N. 2.281 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1910 — Torna extensiva aos medicos e mais individuos que mencionam e que serviram nos hospitaes e enfermarias na guerra do Paraguay, como voluntarios da patria, no Exercito e na Armada, a concessão do art. 4º da lei n. 1.867, de 13 de agosto de 1907.

N. 2.282 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Releva a prescripção para que D. Maria Adelaide da Silva possa receber a pensão de montepio a que tiver direito, relativa ao periodo de 25 de janeiro de 1891 a 1 de agosto de 1903.

N. 2.283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.

N. 2.284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede seis mezes de licença, com todos os vencimentos, a contar de 28 de junho de 1910, ao Dr. Manoel José Murтинho, ministro do Supremo Tribunal Federal, para tratar de sua saude.

N. 2.285 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede a pensão mensal de 100\$ a D. Maria Ignacia Ferreira da Rocha, viuva do capitão José Salomão Agostinho da Rocha, morto em Canudos.

N. 2.286 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Eleva, respectivamente, a 9:600\$ e a 7:200\$, os vencimentos do corretor da Caixa da Amortização e do seu ajudante.

N. 2.287 — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder o premio de 30\$ mensaes a Maria Ignacia Magdalena de Jesus, viuva do soldado do Exercito Raymundo José da Costa.

N. 2.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1910 — É aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 95:408\$064, suppletar á rubrica 6ª — Secretaria do Senado Federal, — do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, e o extraordinario de 237:275\$000.

N. 2.289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1910 — Declara em estado de sitio, por 30 dias, o territorio do Districto Federal e o da comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.

N. 2.290 — GUERRA, MARINHA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 13 de dezembro de 1910 — Modifica as tabellas de vencimentos dos officiaes e praças do Exercito e da Armada, e dá outras providencias.

N. 2.291 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Autoriza a conceder ao machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil, Cicero Corrêa Martins, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de seus interesses.

N. 2.292 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1910 — Regula a aposentadoria dos agentes diplomaticos.

N. 2.293 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Melhora a reforma do tenente João Christino Ferreira de Carvalho.

N. 2.294 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Releva a prescripção em que incorreu D. Felicidade de Leivas Pinto, viuva do ex-fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro, Laurentino Pinto de Araujo Corrêa, para mandar incluil-a entre as pensionistas do montepio.

N. 2.295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao escrivão do juizo federal da secção de Pernambuco, João Baptista da Silva Manguinho, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de sua saude, a contar de 2 de abril do corrente anno.

N. 2.296 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, ao segundo escripturario da Alfandega da cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, Auto da Silveira Fontes, para tratamento de sua saude.

N. 2.297 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Releva aos herdeiros de Henrique José Gomes, ex-thesoureiro geral do Thesouro Federal, da responsabilidade e pagamento da importancia de 265:475\$000.

N. 2.298 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Pedro Severiano de Magalhães, lonce cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude.

N. 2.299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Crea um distinctivo do cargo do Presidente da Republica.

N. 2.300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:908\$709, supplementar á verba 23ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.301 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:100\$ para pagamento de vencimentos do procurador criminal na secção do Districto Federal.

N. 2.302 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar á verba 13ª do art. 2º da lei numero 2.221, de 30 de dezembro de 1909, na importancia de 7:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos do juiz, procurador e sub-procurador dos feitos da Saude Publica.

N. 2.303 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a Viriato Joaquim das Chagas Lemos um anno de licença, com o ordenado, em prorrogação daquella em cujo goso se acha.

N. 2.304 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 470:000\$, supplementar á verba 2ª do art. 17 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.305 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERÇIO — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Reconhece como de caracter official os diplomas da Academia de Commercio de Pelotas.

N. 2.306 — GUERRA — Lei de 31 de dezembro de 1910 — Fixa as forças de terra para o anno de 1911.

N. 2.307 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1910 — Concede ao sargento reformado do Exercito, Onofre Gonçalves Martins, melhoria de reforma.

N. 2.308 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 900:000\$, supplementar á verba 8ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.309 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 481\$800, supplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento a Torquato da Rocha Pedroso pelo accrescimento de 20 % sobre seus vencimentos.

N. 2.310 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 175:220\$ para pagamento de despesas com a execução de concertos na cabrea *Marechal de Ferro*.

N. 2.311 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 102:512\$, supplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.312 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 276:655\$800, supplementar a diversas verbas do

art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento de salarios aos jornaleiros, operarios, diaristas e trabalhadores nos serviços do mesmo Ministerio.

N. 2.313 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 1:464\$516 para pagamento dos vencimentos do contra-mestre do extincto Arsenal de Guerra da Bahia, Dario José Moreira.

N. 2.314 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 191:161\$953 para attender ao pagamento de obras e aquisição de mobiliario, e o de 712:300\$, supplementar ás verbas 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 7ª do art. 29 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.315 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 1.200:000\$ para occorrer ás despesas com a transferencia do Observatorio Nacional para o local que julgar conveniente, comprehendendo a aquisição de terrenos, novas construcções, instalação e reparação deapparelhos.

N. 2.316 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com o ordenado respectivo, ao fiel de armazem da Alfandega da Bahia, Geraldo Alves Portella.

N. 2.317 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a relevar a prescripção em que incorreu o chefe de secção da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Pires de Carvalho Aragão, afim de poder receber vencimentos atrasados.

N. 2.318 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 775\$640 para pagamento a Francisco Alves Rollo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 2.319 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Concede a pensão mensal de 300\$, repartidamente, á viuva e á filha do primeiro tenente Juventino Fonseca.

N. 2.320 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 936:244\$904, supplementar ás verbas 12ª, 13ª, 17ª, 18ª e 19ª do exercicio corrente.

N. 2.321 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1911, e dá outras providencias.

N. 2.322 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba 7ª — Thesouro Nacional — e 50:000\$ á verba — Despesas eventuaes, — do orçamento vigente.

N. 2.323 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Concede á viuva e aos filhos de Joaquim Nabuco a pensão de

1:000\$, repartidamente, e autoriza a abertura do credito necessario para o seu pagamento.

N. 2.324 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 119:258\$258, ouro, suplementar á verba — Caixa de Amortização, — do orçamento vigente, para pagamento de despesas com o fornecimento de notas.

N. 2.325 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 265:561\$350 para pagamento de premios a Lage & Irmãos e á Companhia Nacional de Navegação Costeira.

N. 2.326 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 881:386\$006, papel, e 436\$172, ouro, suplementar á verba — Exercicios findos, — do orçamento vigente.

N. 2.327 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 677:657\$037, ouro, para pagamento de 24.693.267 grammas de prata adquirida no correr do anno de 1909.

N. 2.328 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.535:919\$927 para pagamento de juros dos depositos da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro no segundo semestre de 1909.

N. 2.329 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3.419:634\$741, suplementar á verba 6ª do art. 17 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.330 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 300:000\$ para pagamento dos trabalhos de construcção do circulo telegraphico de Goyaz a Boa Vista de Tocantins.

N. 2.331 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 46:516\$886 para occorrer ao pagamento de despesas feitas com a extincta Commissão Central de Estudos e Construcção de Estradas de Ferro.

N. 2.332 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 570:417\$479, metade ouro e metade papel, suplementar á verba 11ª do art. 18 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 2.333 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder tres mezes de licença, com o ordenado, para trata-

mento de saúde, ao conferente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Carlos Arantes Ramos.

N. 2.334 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 300:000\$ para aquisição de mobiliario e outras despesas com o estabelecimento de companhias de aprendizes militares.

N. 2.335 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a mandar pagar a Herminio José de Azevedo Pedra, ex-official da secretaria do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, e outros, os vencimentos que lhes cabiam pelo exercicio dos respectivos cargos, durante o tempo em que estiveram como addidos a outras repartições.

N. 2.336 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Fixa a força naval para o exercicio de 1911.

N. 2.337 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 720:529\$79\$ ás verbas 12ª e 27ª do art. 8º da lei n. 2.231, de 30 de dezembro de 1909, e o extraordinario de £ 5.000 para pagamento dos soccorros prestados ao «scout» *Bahia*.

N. 2.338 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito supplementar de 1.500:000\$, ouro, para representação do Brasil na Exposição Internacional de Turim — Roma, em 1911.

N. 2.339 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Crea em Boulogne-sur-Mer, França, um consulado simples e eleva a consulado geral de 1ª classe o de 2ª em Trieste.

N. 2.340 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o Governo a despendar até á quantia de 100:000\$, papel, com a recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.

N. 2.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares na importancia de 6:153\$500 para attender ao pagamento de salarios dos operarios das officinas do Archivo Publico e Bibliotheca Nacional.

N. 2.342 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 5:355\$600 para attender ao pagamento de publicação de editaes e outras despesas ordenadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.

N. 2.343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde, ao Dr. Leonel Justiniano da Rocha, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.344 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde, ao bacharel Francisco Tavares da Cunha e Mello, juiz federal na secção do Amazonas.

N. 2.345 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, aposentadoria com todo o ordenado.

N. 2.346 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 1:853\$280 para pagamento de vencimentos e demais vantagens a que tem direito o continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, João Leite Monteiro de Lacerda.

N. 2.347 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 200:000\$ afim de attender ao pagamento de despesas com as delegacias policiaes até o fim do corrente anno.

N. 2.348 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar na importancia de 3:045\$714 para pagamento de despesas de salarios aos auxiliares de catalogação da bibliotheca e aos operarios da Casa de Correção.

N. 2.349 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 272:575\$088 para conclusão das obras do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes e o supplementar de 30:000\$ para pagamento da armazenagem de materiaes pertencentes ao Governo e recolhidos a depositos particulares.

N. 2.350 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com o ordenado, ao medico legista da Policia do Districto Federal, Dr. Henrique Rodrigues Caó, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

N. 2.351 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder ao bacharel Alexandre de Chaves Mello Ratisbona, juiz preparador do 2º termo judiciario da comarca de Alto-Purús, um anno de licença, com dous terços dos vencimentos, para tratar da saúde onde lhe convier.

N. 2.352 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 40:000\$, supplementar á verba 24ª — Ajudas de custo, — do orçamento vigente.

N. 2.353 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a rever o processo da aposentadoria do engenheiro civil Paulo Emilio Loureiro de Andrade.

N. 2.354 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar de 120:000\$ para pagamento das obras de reparação e segurança do edificio onde funcçiona o Instituto de Musica.

N. 2.355 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Modifica a tabella de vencimentos dos funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 2.356 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1910 — Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1911, e dá outras providencias.

N. 2.357 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Restaura os fundos de garantia e de resgate do papel-moeda e eleva a 16 dinheiros esterlinos a taxa para a emissão das notas da Caixa de Conversão.

N. 2.358 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 11:147\$128 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia, pertencente aos menores Manoel e Bruno, filhos de Manoel Joaquim de Oliveira.

N. 2.359 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder a pensão mensal de 500\$ á viuva e ás filhas do Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida.

N. 2.359 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva a convenção assignada entre o Brasil e a França a 3 de junho de 1909, para a permuta de encomendas postaes.

N. 2.360 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva a convenção para a permutação de encomendas postaes entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da America, assignada a 26 de março de 1910.

N. 2.361 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva a convenção para a permutação de encomendas postaes entre os Estados Unidos do Brasil e o imperio allemão, assignada no Rio de Janeiro a 20 de abril de 1910.

N. 2.362 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva a convenção para a permutação de encomendas postaes sem valor declarado entre o Brasil e a Italia, assignada a 19 de dezembro de 1910.

N. 2.363 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Determina que os enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios que servirem na America do Sul, America Central, Antilhas e Asia tenham, depois de dous

annos de residencia, gratificação addicional annua, e dá outras providencias.

N. 2.364 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Eleva a categoria de diversos consulados, os vencimentos dos consules, e dá outras providencias.

N. 2.365 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva o tratado de commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Bolivia, assignado a 12 de agosto de 1910.

N. 2.367 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 2.368 — **GUERRA** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Eleva os vencimentos dos mestres, contra-mestres, mandadores e outros operarios dos arsenaes de guerra da Republica.

N. 2.380 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Regula a existencia das associações da Cruz Vermelha, que se fundarem de accôrdo com as convenções de Genebra de 1864 e 1906.

N. 2.381 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Autoriza o presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier, ao Dr. João Penido Burnier, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 2.393 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva a convenção, concluida no Rio de Janeiro a 23 de agosto de 1906 pela 3ª Conferencia Internacional Americana, relativa a patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e commercio e propriedade litteraria e artistica.

N. 2.394 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva a resolução concernente à Estrada de Ferro Pan-Americana, firmada no Rio de Janeiro pela 3ª Conferencia Internacional Americana em 23 de agosto de 1906.

N. 2.395 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva as convenções firmadas pelos plenipotenciarios do Brasil na 2ª Conferencia da Paz, em 1907, em Haya.

N. 2.396 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva o tratado de arbitramento geral, firmado em Petropolis a 25 de julho de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a Bolivia, e as convenções, para igual fim, assignadas no mesmo anno, com os Estados Unidos da America e outros paizes.

N. 2.397 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva as convenções de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e o Imperio da China e a Republica de S. Salvador.

N. 2.398 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva o tratado geral de arbitramento, firmado em Petropolis a 7 de dezembro de 1909 entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú.

N. 2.399 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Approva o tratado de arbitramento entre o Brasil e a Columbia e as convenções de arbitramento assignadas pelo Brasil com a Austria-Hungria, Russia, Republica de Haiti e Republica Dominicana.

NOTA — Os decretos sob ns. 2.366, 2.369 a 2.379, 2.382 a 2.392 fazem parte da collecção de leis de 1911.

SEGUNDA PARTE

I

INDICE ALPHABETICO E REMISSIVO DOS ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1901 a 1910

A

ABALROAMENTO — Ver REGRAS.

ABASTECIMENTO — Approva o plano geral para melhorar o de agua á Capital Federal, e dá outras providencias (decr. n. 6.204); approva o plano para melhorar o de agua á Capital Federal (decr. n. 6.297); abre ao Ministerio da Industria o credito de 5.000:000\$ para despesas com a revisão e melhoria do de agua á Capital Federal (decr. n. 6.334); approva os planos e plantas das obras de captação e adducção de diversos rios (decr. n. 6.475); approva os planos e plantas das obras de captação e adducção do riacho de Cachoeira Pequena para o de Paquetá (decr. n. 6.681); abre ao Ministerio da Industria o credito de 8.000:000\$ para as despesas com a revisão e melhoria do serviço do de agua á Capital Federal (decr. n. 6.833); abre ao Ministerio da Industria o credito de 8.000:000\$ para despesas com a revisão e melhoria do serviço do de agua á Capital Federal (decr. n. 7.002); abre ao Ministerio da Industria o credito de 2.000:000\$ para despesas com a revisão e melhoria do de agua á Capital Federal (decr. n. 7.183); abre ao Ministerio da Industria o credito de 4.297:661\$074 para liquidação das despesas com a revisão e melhoria do de agua (decr. numero 7.354).

ACADEMIAS — Concede ao curso annexo da de Commercio de Juiz de Fóra as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 4.331); transfere a séde da de Commercio do Rio de Janeiro, do edificio da Escola Polytechnica para a praça Quinze de Novembro, onde está installado o Museu Nacional (decr. n. 8.206).

Accórdos — Publica a adhesão do governo de Malta ao de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á troca de cartas e encommendas com valor declarado (decr. numero 4.019); publica a adhesão da Republica Dominicana ao de 15 de junho de 1897, sobre o serviço de vales postaes

(decr. n. 4.191); publica a adesão do Japão ao relativo á permutação de cartas e encomendas (*boîtes*) com valor declarado (decr. n. 4.543); publica a adesão das colonias britannicas da ilha Mauricia, Seychellas, Serra Leão, Costa do Ouro, Granada, Santa Lucia e S. Vicente ao de Washington, de 15 de junho de 1897, concernente á troca de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 4.888); publica a adesão do protectorado britannico da Nigeria do Sul ao internacional relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 4.889); publica a adesão da Bolivia ao de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo ao serviço de vales postaes (decr. n. 5.023); publica a adesão do Principado de Monaco ao internacional de Washington, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 5.038); publica a adesão das colonias britannicas de Honduras e do Chypre ao de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 5.068); publica a adesão da colonia britannica de Barbados ao de Washington, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 5.315); publica a adesão das Indias Neerlandezas ao de Washington, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 5.427); publica a adesão da colonia britannica das ilhas Bermudas ao de Washington, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 5.475); publica a adesão da Republica Cubana aos assignados em Madrid em 14 de abril de 1891, relativos á repressão das falsas indicações de procedencia e registro internacional das marcas de fabrica e de commercio (decr. n. 5.507); estabelece as bases de um com o Rio Grande do Sul para incorporação de linhas ferreas de concessão estadual ás linhas federaes (decr. n. 5.549); promulga a adesão do Brasil ao para a repressão do trafico de mulheres brancas (decr. numero 5.591); publica a adesão de Erythrée ao de Washington, concernente ao serviço de vales postaes (decr. n. 5.633); publica a adesão da colonia de Erythrée ao de Washington, para permuta de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 6.036); publica a adesão da Republica do Ecuador aos relativos ao serviço de vales e á troca de encomendas postaes (decr. n. 6.257); publica as adhesões da colonia ingleza de Wei-Hai-Wei e das allemães ao relativo ao trafico de mulheres brancas (decr. n. 6.587); publica a adesão do protectorado inglez da Ouganda ao relativo ao trafico de mulheres brancas (decr. n. 6.717); publica a adesão da Republica de Honduras ao de Roma, relativo ao serviço de vales postaes (decr. n. 7.077); publica as adhesões do protectorado britannico de Somalilandia e das ilhas Caimanes ao de Roma, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado (decr. n. 7.093); manda executar o firmado em Roma para o fim de ser estabelecida em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 7.172); publica a adesão da Colonia de Surinam aos de Roma, relativos á troca de cartas e caixas com valor declarado e ao serviço de cobranças (decr. n. 7.624); approva o celebrado entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a «S. Paulo Railway Company», para o estabelecimento do serviço de trafego e entrada dos trens de passageiros nas estações do Braz e S. Paulo (decr. n. 8.040); publica a adesão da Persia ao que estabelece em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 8.174); publica a

adesão do governo da Australia ao que estabelece em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (decr. numero 8.175); publica a adhesão da Bulgaria ao que estabelece em Paris uma repartição de hygiene publica (decr. n. 8.195); publica a adhesão do Canadá ao que estabelece em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 8.250); publica a adhesão da Argelia ao que estabelece em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 8.333); publica a adhesão da Nação Argentina ao que estabelece em Paris uma repartição internacional de hygiene publica (decr. n. 8.439) — Ver CONVENÇÕES.

ACCUMULAÇÕES — Faz effectiva a disposição constitucional que veda as remuneradas (decr. n. 7.503) — Ver SOCIEDADES.

«ACCUMULATIVA» («LA») — Ver SOCIEDADES.

ACRE — Ver TERRITORIO.

ACTOS — Manda observar e cumprir os dous addicionaes sobre a protecção da propriedade industrial, firmados em Bruxellas em 14 de dezembro de 1900 (decr. n. 4.858); publica a adhesão da Servia ao adicional de Bruxellas, de 14 de dezembro de 1900, modificando a convenção internacional para a protecção da propriedade industrial (decr. numero 7.840); publica a adhesão da Republica Dominicana ao adicional de Bruxellas, modificando a protecção da propriedade industrial (decr. n. 8.374) — Ver TERRITORIO.

ADHESÃO — Ver ACCORDOS — CONVENÇÕES — DECLARAÇÕES.

ADMINISTRAÇÃO — Approva o regulamento para execução dos serviços da Geral da Fazenda Nacional (decr. n. 7.751); modifica alguns artigos do regulamento approved pelo decreto n. 7.751, de 1909 (decr. n. 7.876) — Ver CREDITOS — HYGIENE — REGULAMENTOS — TERRITORIO.

— ADMISSÃO — Ver ASYLO — EXAMES.

AGENCIAS — Concede ao «London Brazilian Bank» autorização para estabelecer uma em Manãos (decr. n. 4.009); concede á «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para estabelecer uma em Manãos e outra no Rio Grande (decrs. numeros 6.253 e 6.254) — Ver COMPANHIAS.

AGENTES — Crea o logar de fiscal do imposto de transporte no Estado de S. Paulo (decr. n. 7.783); altera o art. 5º do decreto n. 7.783, de 1909 (decr. n. 8.061); eleva o numero dos fiscaes dos impostos de consumo no Distrito Federal (decr. n. 8.242) — Ver COMMISSÕES — ESTRADAS DE FERRO — FISCAES — PERCENTAGEM — PUBLICAÇÃO.

AGUA — Ver ABASTECIMENTO.

ALÇADAS — Declara que é de 3:000\$ a do delegado fiscal no Amazonas e de 2:000\$ a do inspector da Alfandega de Manãos (decr. n. 8.263).

ALFAFA — Ver TARIFAS.

ALFANDEGAS — Torna extensivo a todas as disposições do art. 254, § 2º, da Nova Consolidação (decr. n. 4.677); sujeita

á jurisdição da do Rio Grande a Mesa de Rendas de Pelotas (decr. n. 4.872); approva o plano e o orçamento para o edificio da de Manãos (decr. n. 5.696); passa á jurisdição da de Corumbá a Mesa de Rendas de Boa Vista (decr. n. 6.245); estabelece a taxa de 2 %, ouro sobre o valor da importação realizada pelas do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.326); estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação pelas do Pará, Pernambuco e Bahia (decr. n. 6.412); publica a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da de Corumbá (decr. n. 6.966) — Ver ALÇADAS — CREDITOS — PERCENTAGEM — TAXAS.

ALGARISMOS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

ALGODÃO — Ver TARIFAS.

«ALLIANCE INSURANCE» — Ver COMPANHIAS.

ALISTAMENTO — Dá instrucções para o dos eleitores municipaes no Districto Federal (decr. n. 4.739); providencia sobre o de eleitores federaes no Districto Federal, no anno de 1903 (decr. n. 4.741); dá instrucções para o dos eleitores (decr. n. 5.391); providencia sobre a convocação e presidencia da comissão no Districto Federal (decr. n. 5.459); declara que continúa em vigor o decreto n. 5.459, de 1905 (decr. n. 6.842); approva o regulamento para execução do militar, estabelecido pela lei n. 1.860, de 1908 (decr. numero 6.947) — Ver CREDITOS.

ALTERAÇÃO — Ver BANCOS — DECRETOS — ELEIÇÕES — ESTATUTOS — ESTRADAS DE FERRO — EXAMES — IMPOSTO DE CONSUMO — LEIS — LOGARES — MEDALHAS — REGRAS — REGULAMENTOS — TARIFAS — UNIFORMES.

ALTO-ACRE — Ver TERRITORIO.

ALTO-PURÚS — Ver TERRITORIO.

ALUMNOS — Ver ESCOLAS.

«AMAZON STEAM NAVIGATION» — Ver CLAUSULAS — COMPANHIAS.

AMORTIZAÇÃO — Ver EMPRESTIMOS — FUNDO.

«ANGLO BRAZILIAN SCHOOL» — Ver COLLEGIO.

ANHYDRO — Ver IMPORTAÇÃO.

ANIMADS — Approva o regulamento para a importação de reproductores (decr. n. 6.454); altera o regulamento baixado com o decreto n. 6.454, de 1907 (decr. n. 7.737); crea o registro e archivo geral de marcas (decr. n. 7.917) — Ver CREDITOS.

APOLICES — Uniformiza o typo das da divida publica interna, papel, do juro de 5 % (decr. n. 4.330); abre o credito especial de 86:328\$, ouro, para aquisição de seiscentas mil para execução do decreto n. 4.330 (decr. n. 4.506); autoriza a emissão de 17.300:000\$ em especiaes (decr. numero 4.865) — Ver CREDITOS — SOCIEDADES.

APPROVAÇÃO — Ver ARREIAMENTO — ESTATUTOS — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — ESTRADAS DE FERRO — INSTRUCCÕES — OBRAS — REGULAMENTOS — TABELLAS.

APRENDIZADOS — Crea no município de S. Simão um agrícola (decr. n. 8.357); crea um agrícola em Barbacena (decr. n. 8.359); crea no município de S. Luiz das Missões um agrícola (decr. n. 8.365).

APRENDIZES ARTIFICES — Ver ESCOLAS.

APRENDIZES MARINHEIROS — Approva e manda executar nova tabella para distribuição de fardamento (decr. numero 4.476); crea mais oito escolas (decr. n. 6.572); dá regulamento ás escolas (decr. n. 6.582).

APRENDIZES MILITARES — Ver CREDITOS — REGULAMENTOS.

APROVEITAMENTO — Ver FORÇAS.

«ARARAQUARA STATES» — Ver COMPANHIAS.

ARQUIVO — Ver MARCAS.

ARMADA — Ver COMMISSARIADO — CREDITOS — ESTADO-MAIOR — MEDALHAS — NAVIOS — ORDENANÇA — SERVIÇOS — TABELLAS — UNIFORMES.

ARMADORES — Ver CONCESSÃO.

«ARMAGNACS» — Ver PERCENTAGEM.

ARMAZENS — Ver INSTRUÇÕES — PORTOS — TAXAS.

ARRAZAMENTO — Ver COMPANHIAS.

ARRECADAÇÃO — Ver REGULAMENTOS.

ARREIAMENTO — Approva o novo plano de para a montada de officiaes e praças do Exército (decr. n. 4.347); estabelece alterações no plano approved pelo decreto n. 4.347, de 1902 (decr. n. 6.466).

ARRENDAMENTO — Ver CAES — CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO — SUBSTITUIÇÃO.

ANSENAES — Deroega o art. 323 do regulamento que baixou com o decreto n. 745, de 1890 (decr. n. 4.838); reorganiza os de marinha (decr. n. 6.782); approva o regulamento para o de Guerra do Rio de Janeiro, com applicação aos demais (decr. n. 7.940); altera o quadro dos funcionarios civis do de Guerra do Rio de Janeiro e os respectivos vencimentos (decr. n. 8.231) — Ver DEPOSITOS — MONTEPIO.

ARTIGOS — Modifica o 18 do regulamento approved pelo decreto n. 2.881, de 1898 (decr. n. 3.895); altera o 33 do regulamento annexo ao decreto n. 3.843, de 1900 (decr. numero 3.910); acrescenta alguns ao decreto n. 6.079, de 1906, para vigorar no exercicio de 1910 (decr. n. 7.817) — Ver INSTRUÇÕES — TARIFAS.

ASPIRANTES — Ver ESCOLAS — UNIFORMES.

ASSISTENCIA — Dá regulamento á de Alienados (decr. numero 5.125).

ASSOCIAÇÕES — Concede á Mutua Paulista autorização para funcionar (decr. n. 8.132); concede autorização á Mutua Mineira para funcionar e approva os estatutos (decr. nu-

mero 8.420); concede autorização á Beneficente Vera Cruz para funcconar e approva os estatutos (decr. n. 8.425).

ASSUCAR — Ver TAXAS.

ASYLO — Declara sem effeito a primeira parte do art. 65 do decreto n. 3.234, de 1899, afim de continuarem em pleno vigor as disposições do § 8º do art. 5º da lei n. 40, de 1892, e artigo unico da lei n. 477, de 1897, relativamente á contribuição dos officiaes para o dos Invalidos da Patria (decr. n. 4.073); estabelece regras attinentes á admissão dos servidores da Marinha no de Invalidos da Patria, á sua permanencia, aos vencimentos que deverão perceber e ás etapas concedidas ás suas esposas (decr. n. 4.927); approva a tabella de distribuição de fardamento ás praças do de Invalidos da Patria (decr. n. 5.927).

ATERRO — Ver COMPANHIAS.

ATHENEU — Concede ao Norte Rio-Grandense os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 5.771); concede ao Jahuense, em S. Paulo, os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. numero 7.045); concede ao Sergipense os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.192) — Ver GYMNASIOS.

ATIRADORES — Ver PREMIOS.

ATRACÇÃO — Ver CAES.

AUDITORES — Ver CREDITOS.

AUTOMOVEIS — Ver SERVIÇOS.

AUTORIZAÇÃO — Concede á sociedade anonyma «Machine Cotton» para funcconar (decr. n. 3.900); suspende a concedida á Real Companhia Inglesa, de seguros contra riscos de fogo e de vida, pelo decreto n. 3.224, de 1864 (decr. n. 4.443); concede á «Rio de Janeiro Flour Mill and Granaries» para continuar a funcconar (decr. n. 4.898); concede á «Felden Guillaume Lahmeyerwerke Actien Gesellschaft» para estabelecer um cabo telegraphico submarino entre um ponto da costa do Brasil e a ilha de Teneriffe (decr. n. 7.051) — Ver ASSOCIAÇÕES — CAIXAS — COMPANHIAS — LLOYD BRASILEIRO — SERVIÇOS — SOCIEDADES.

AUXILIADORA (A) — Ver SOCIEDADES.

AUXILIO DAS FAMILIAS — Ver SOCIEDADES.

AVENIDA — Approva as plantas para o prolongamento da Beira Mar até á nova rua parallela á Central (decr. numero 6.264).

AVOCAÇÃO — Ver HYGIENE.

B

BAIXA — Autoriza, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais cuja permanencia no serviço for inconveniente á disciplina (decr. n. 8.400).

BALÃO — Ver CREDITOS.

BANCOS — Concede autorização a João Benigno da Silva para fundar em Manãos o Hypothecario Prestamista da Amazonia (decr. n. 4.439); approva as alterações feitas nos estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. n. 4.373); concede ao dos Funcionarios Publicos autorização para transferir ao bacharel João Alvares Pereira de Lyra, ou á companhia que organizar em Pernambuco, os direitos e obrigações constantes do decreto n. 771, de 1890 (decr. n. 4.396); transfere ao da Republica do Brasil a Estrada de Ferro da Tijuca (decr. n. 4.414); modifica o decreto n. 3.810, de 1900, sobre a organização do da Republica do Brasil (decr. numero 4.696); prorroga o praso estipulado para o funcionamento de uma caixa filial do «Brazilianische für Deutschland», em Porto Alegre (decr. n. 4.850); concede ao «Brazilianische für Deutschland» autorização para estabelecer uma filial na cidade do Rio Grande (decr. n. 4.851); prorroga por 10 annos o praso concedido ao «British of South America» para funcionar (decr. n. 4.852); approva a reforma dos estatutos do de Credito Real de S. Paulo (decr. n. 4.869); approva as alterações feitas nos estatutos do de Credito Real de S. Paulo (decr. n. 4.996); prorroga por 10 annos o praso concedido ao «Brazilianische für Deutschland» para funcionar (decr. n. 5.291); prorroga o praso para o funcionamento de uma caixa filial do «London and Brazilian» em Manãos (decr. numero 5.560); approva as alterações feitas nos estatutos do Hypothecario do Brasil (decr. n. 5.614); concede autorização para funcionar ao de Credito da Lavoura da Bahia (decr. n. 5.652); concede autorização ao Alliança, do Porto, para abrir uma agencia no Rio de Janeiro (decr. n. 5.958); approva as alterações nos estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. n. 6.035); concede autorização ao Alliança, do Porto, para estabelecer uma filial no Rio de Janeiro (decr. n. 6.088); concede ao «Brazilianische für Deutschland» autorização para estabelecer uma filial em S. Salvador (decr. n. 6.119); concede autorização ao do Brasil para emitir notas conversiveis (decr. n. 6.169); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11.407:708\$307 para formação de parte do capital do do Brasil (decr. n. 6.220); torna extensivo á caixa filial do «Brazilianische für Deutschland», na cidade de S. Salvador, o praso a que se refere o decreto n. 5.291, de 1904 (decr. n. 6.221); approva a alteração dos estatutos do de Credito Rural e Internacional (decr. n. 6.513); concede autorização ao «Español del Rio de La Plata» para estabelecer uma succursal no Brasil e approva os estatutos (decr. numero 6.648); declara sem effeito o decreto n. 6.648 (decr. n. 6.706); approva as modificações dos estatutos do dos Funcionarios Publicos (decr. n. 6.795); approva as alterações nos estatutos do «British of South America» (decr. n. 6.887); prorroga o praso estipulado para o funcionamento da agencia do «London and Brazilian» em Manãos (decr. n. 6.982); dá regulamento ao Central Agricola (decr. numero 7.010); concede autorização ao de Credito Internacional para explorar o commercio de generos e substancias alimentares (decr. n. 7.120); concede autorização ao «Español del Rio de La Plata» para estabelecer uma succursal no Brasil e approva os estatutos (decr. n. 7.630); concede a Manoel Lessa

autorização para fundar um de credito real (decr. n. 7.735); concede autorização ao da Provincia do Rio Grande do Sul para crear uma carteira hypothecaria (decr. n. 7.785); concede autorização ao «London and Brazilian» para abrir caixas filiaes em Curityba e Paranaguá (decr. n. 7.809); autoriza a creação do de Credito Real dos Estados Unidos do Brasil (decr. n. 7.841); concede autorização ao «London and Brazilian» para abrir uma caixa filial na cidade de Fortaleza (decr. n. 7.857); approva os estatutos do Auxiliar das Classes, da Bahia (decr. n. 7.997); concede á «Française et Italienne pour l'Amérique du Sud» autorização para estabelecer diversas agencias e sub-agencias (decr. n. 8.266); eleva a 12:000\$ annuaes a importancia com que deve entrar para os cofres publicos o da Provincia do Rio Grande do Sul, para pagamento do fiscal do Governo (decr. n. 8.327). — Ver AGENCIAS — CAIXAS.

«BANQUE BELGE DE PRETS FONCIERS» — Ver SOCIEDADES.

«BANQUE CREDIT FONCIER» — Ver SOCIEDADES.

«BANQUE FRANÇAISE POUR L'AMÉRIQUE DU SUD» — Ver SOCIEDADES.

BASES — Ver ACCÓRDOS — EXPOSIÇÃO — HYGIENE — SERVIÇOS.

BATALHÃO — Ver FARDAMENTO.

BIBLIOTHECAS — Reorganiza a da Marinha (decr. numero 6.510).

BILHETES — Approva a nova tarifa dos de passagens em trens de excursão entre Rio Grande e Paritiny, da rede de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.773); estabelece de ida e volta durante a estação balnearia nas linhas de Porto Alegre a Uruguayana e Santa Maria a Passo Fundo, da rede de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. numero 5.774).

«BOLIVAN SYNDICATE» — Ver CREDITOS.

BOLSA — Crea a dos Corretores (decr. n. 8.249).

BOMBEIROS — Ver CORPOS.

«BRAZILIAN COLD STORAGE AND DEVELOPMENT» — Ver COMPANHIAS.

«BRAZILIAN CONSTRUCTION RAILWAY» — Ver COMPANHIAS.

«BRAZILIAN DIAMOND AND EXPLORATION» — Ver COMPANHIAS.

«BRAZILIAN GREAT SOUTHERN RAILWAY» — Ver COMPANHIAS.

«BRAZILIAN METALLURGICAL SYNDICATE» — Ver COMPANHIAS.

«BRAZILIANISCHE BANK» — Ver CAIXAS.

«BRAZILIANISCHE SIEMENS SCHUKERTVERK ELEKTRICITÄTS GESELLSCHAFT» — Ver SOCIEDADES.

BRIGADA POLICIAL — Augmenta o numero de praças do regimento de cavallaria (decr. n. 4.195); dá regulamento (decr. n. 4.272).

BRIGADAS — Crea cinco estrategicas e tres de cavallaria e manda observar o regulamento dos commandos (decr. numero 7.054); crea uma mixta provisoria, com séde na Capital Federal (decr. n. 8.472) — Ver CAIXAS — CREDITOS — FORÇAS — GUARDA NACIONAL — UNIFORMES.

«BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA» — Ver BANCOS — CAIXAS.

BRUMADO — Ver COMPANHIAS.

BURGOS AGRICOLAS — Ver CREDITOS.

C

«CABAÇAL, GOLD DREDGING AND EXPLORATION» — Ver COMPANHIAS.

CABOS — Concede a Edward Dawight Trowbridge autorização para assentar um entre a Capital Federal e Nietheroy (decr. n. 7.500); concede autorização a Felten & Guillaume Lahmeyerck e «Actien-Gesellschaft», de Mulheim sur Rhin, para transferir á «Deutsch Sudamerikanische Telegraphengesellschaft» a autorização conferida para exploração de um telegraphico submarino (decr. n. 7.598); autoriza a contractar com Richard J. Reidy o lançamento de submarinos entre Belém e Nietheroy e entre Nietheroy e Chuuy (decr. n. 7.620) — Ver AUTORIZAÇÃO — COMPANHIAS — CONCESSÃO — ENERGIA.

CAES — Approva os orçamentös e projectos de obras complementares do de Santos, e dá outras providencias (decr. n. 3.925); autoriza a inclusão da quantia despendida com diversas obras complementares do de Santos no capital da Companhia Docas de Santos (decrs. ns. 3.950 e 3.951); approva a planta para construcção das obras do prolongamento da linha ferrea do serviço do de Santos, de Outeirinhos ao Forte Augusto (decr. n. 4.056); autoriza a construcção de obras complementares no de Santos e dá outras providencias (decr. n. 4.088); altera o art. 2º do decreto numero 4.088 (decr. n. 4.235); approva a planta do novo perfil projectado pela Companhia Docas de Santos para a muralha do de Paquetá a Outeirinhos (decr. n. 4.426); altera a clausula IV do decreto n. 5.081, de 1903, para elevar ao dobro o serviço de construcção do do porto do Maranhão (decr. n. 5.934); approva os planos e orçamentos, na importância de 568:001\$365, dos trechos da muralha do em construcção no porto de Manãos (decr. n. 6.256); declara sem effeito a clausula X do decreto n. 9.979, de 1888, prohibindo a atracção de navios na parte fronteira ao do porto de Santos (decr. n. 6.799); estabelece bases para a prestação de contas do trafego do de Santos (decr. n. 7.578); approva a modificação do de saneamento do porto da Bahia (decr. n. 7.870); autoriza o contracto de arrendamento do novo porto do Rio de Janeiro (decr. n. 8.062) — Ver CREDITOS — OBRAS.

CAIXA D'AGUA — Ver PORTOS.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO — Dá regulamento (decr. numero 6.711) — Ver CREDITOS — RESPONSABILIDADE.

CAIXA COOPERATIVA DAS CLASSES LABORIOSAS — Ver SOCIEDADES.

CAIXA GERAL DAS FAMILIAS — Ver SOCIEDADES.

CAIXAS — Concede ao «British Bank of South America» autorização para estabelecer uma filial em Manáos (decr. numero 4.119); approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal (decr. n. 4.529); crea uma civil destinada a effectuar pagamentos ás forças brasileiras estacionada no territorio do Acre (decr. n. 4.798); proroga o praso estipulado para o funcionamento de uma filial do «Brazilianische Bank für Deutschland» em Porto Alegre (decr. n. 4.850); concede ao «Brazilianische für Deutschland» autorização para estabelecer uma filial na cidade do Rio Grande (decr. n. 4.851); crea uma especial para o serviço do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 4.969); dá regulamento á Beneficente da Brigada Policial do Districto Federal (decr. n. 5.101); proroga o praso para o funcionamento do «London and Brazilian Bank» em Manáos (decr. n. 5.560); fixa o numero, classe e vencimentos dos funcionarios da de Conversão, e dá outras providencias (decr. n. 6.618); approva a tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Economica de Minas Geraes (decr. n. 6.824); approva a tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Economica do Rio de Janeiro (decr. n. 6.878); concede á Mutua de Pensões Vitalicias, de S. Paulo, autorização para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 6.908); concede á Paulista de Pensões — A Previdencia — autorização para funcionar (decr. n. 6.917); manda incluir a modificação do art. 89 entre as modificações constantes dos estatutos da Mutua de Pensões Vitalicias, de S. Paulo (decr. n. 6.933); concede á Internacional de Pensões Vitalicias — Economizadora Paulista — autorização para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 6.959); approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Economica de Porto Alegre (decr. n. 7.039); approva a tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Economica de S. Paulo (decr. n. 7.224); approva a alteração dos estatutos da Mutua de Pensões Vitalicias, de S. Paulo (decr. n. 7.233); approva os estatutos da Paulista de Pensões — A Previdencia (decr. n. 7.695); concede autorização á de pensões e peculios — A Mutualidade Geral — para funcionar (decr. n. 7.896); approva as alterações dos estatutos da Geral das Familias (decr. n. 8.126); rectifica o decreto n. 7.896, de 1910 (decr. n. 8.131); approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro (decr. n. 8.139); approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Economica de S. Paulo (decr. n. 8.440) — Ver BANCOS — CREDITOS.

CALADOS — Estabelece signaes para indicação de menores de dous metros nos portos e barras da Republica (decr. n. 4.862).

CAMARA MUNICIPAL — Ver LINHAS.

CANDIDATOS — Ver EXAMES.

CAPACETE — Ver UNIFORMES.

CAPITAL — Approva o augmento do da Economizadora Paulista (decr. n. 7.823); approva o augmento do da Companhia Puglisi (decr. n. 8.053). — Ver COMPANHIAS — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS.

CAPITANIAS — Approva o regulamento para as de portos (decr. n. 3.929); separa das de portos os commandos das escolas de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.003); classifica as de portos em tres ordens (decr. n. 6.004); manda observar nas de portos, menos na do Pará, as disposições do regulamento da Escola Naval quanto aos exames de quarto machinista da marinha mercante (decr. n. 6.005); reorganiza a do porto do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 6.509); dá regulamento ás de portos (decr. n. 6.617). — Ver MATRICULAS — SORTEIO.

CAPTAÇÃO — Ver OBRAS.

CARGOS — Ver NAVIOS.

CARTA DESCRIPTIVA — Ver CREDITOS.

CARTAS — Ver ACCÓRDOS — PATENTES — REPARTIÇÕES.

CARTAZES — Ver IMPOSTOS.

CARTEIRA — Concede autorização ao Banco da Provincia do Rio Grande do Sul para crear uma hypothecaria (decr. n. 7.785).

CARVÃO — Ver CREDITOS — MINAS.

CASA DA MOEDA — Dá regulamento (decr. n. 5.169). — Ver CREDITOS.

CASA DE CORRECÇÃO — Approva o regulamento para a da Capital Federal (decr. n. 8.296).

CASA DE DETENÇÃO — Dá regulamento (decr. n. 4.766); dá regulamento (decr. n. 6.863). — Ver CREDITOS.

CASAS — Approva a inspecção para as de diversões (decr. n. 6.562); approva o regulamento para as de empréstimos sobre penhores no Districto Federal (decr. n. 6.651). — Ver ESTRADAS DE FERRO.

CATEGORIA — Ver MESAS DE RENDAS.

CERIMONIAL — Regula o diplomatico no Brasil (decr. n. 4.010); revoga o decreto n. 4.010 (decr. n. 4.963).

CERVEJARIA BRAHMA — Ver SOCIEDADES.

CH. LORILLEUX & C. — Ver SOCIEDADES.

CHEFES DE MACHINAS — Ver NOMEAÇÕES.

CHEQUES — Ver BANCOS.

CIRCUMSCRIPÇÕES — Restabelece o decreto n. 2.831, de 1898, que creou as federaes na secção da Parahyba (decr. n. 4.458).

CIRURGIÕES — Declara comprehendidos na excepção dos arts. 14 e 60 do decreto n. 4.323, de 1902, os que serviram como directores do Hospital de Marinha (decr. n. 6.330).

CLAROS — Ver SORTEIO.

CLASSES — Ver TABELLAS — TRANSFERENCIA.

CLASSIFICAÇÃO — Ver MINERIO.

CLAUSULAS — Substitue as II e XVII das que baixaram com o decreto n. 4.362, de 1902 (decr. n. 4.429); elimina a 22^a do decreto n. 4.593, de 1902 (decr. n. 4.827); altera a I das que acompanharam o decreto n. 4.593, de 1902, supprimindo as escalas nos portos de Urucará e Silves, na primeira linha de navegação de Belém a Manaus (decr. n. 5.061); altera diversas das que acompanharam o decreto n. 4.646, de 1902, que permite estabelecer e explorar linhas telegraphicas entre a Capital Federal e Santos (decr. n. 5.379); altera a II das que acompanharam o decreto n. 5.243, de 1904 (decr. n. 5.399); modifica a XIV do decreto n. 5.978, de 1906 (decr. n. 6.230) — Ver COMPANHIAS — CONTRACTOS — ESTRADAS DE FERRO.

COBERTURA — Ver ESTRADAS DE FERRO.

COBRANÇA — Ver IMPOSTOS — JUROS.

COBRE — Ver MINAS.

CODIGOS — Approva o dos institutos officiaes de ensino superior e secundario (decr. n. 3.890); rectifica os arts. 84, § 1^o, e 312 do dos institutos officiaes de ensino superior e secundario (decr. n. 4.072); manda substituir as disposições dos arts. 133, 134, 136, 144 e 146 do regulamento da Escola Naval annexas ao decreto n. 3.652, de 1900, pelos arts. 31 a 34 do de ensino (decr. n. 4.271); modifica as disposições dos arts. 38 e 39 do regulamento da Escola Naval, de accôrdo com o art. 151, § 4^o, do de ensino (decr. n. 4.313); convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para deliberar sobre o projecto do Civil (decr. n. 4.324); approva e manda executar o Internacional de Signaes (decr. n. 4.397); approva o do Processo Criminal do Districto Federal (decr. numero 8.259); prorroga até 31 de dezembro de 1910 o praso para execução do do Processo Criminal do Districto Federal (decr. numero 8.322); approva o do Processo Civil e Commercial do Districto Federal (decr. n. 8.332); adia a execução dos approvados pelos decretos ns. 8.259 e 8.332, de 1910 (decr. n. 8.435) — Ver CREDITOS.

COFRE DE ORPHÃO — Ver REGULAMENTOS.

«COGNACS» — Ver PERCENTAGEM.

COLLECTORIAS — Restabelece as federaes (decr. n. 4.059).

COLLEGIOS — Concede ao Salesiano Santa Rosa os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 4.876); concede ao Diocesano de S. José, de Pouso Alegre, as vantagens de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 5.102); concede ao Diocesano de Diamantina os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 5.822); concede ao Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, em Uberaba, os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.062); concede ao Modelo Inglez, na capital de S. Paulo, os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.206); approva provisoriamente o regulamento para o Militar (decr. n. 6.465); concede ao

S. José, em Quixadá, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.816); concede ao Espirito Santo, em Jaguarão, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.818); altera alguns artigos do regulamento do Militar (decr. n. 6.844); concede ao S. José, com séde na villa Silvestre Ferraz, Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.105); concede ao Diocesano da Parahyba os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.107); concede ao Salesiano do Sagrado Coração, no Recife, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.145); concede ao S. Joaquim, em Lorena, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.238); concede ao Brasil, em Lambary, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.324); concede ao Santista do Coração de Jesus, em Santos, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.497); concede ao Nossa Senhora da Victoria, na Bahia, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.498); altera o regulamento para o Militar (decr. n. 7.808) — Ver INSTITUTOS.

COLONIAS — Approva o regulamento para as militares (decr. n. 4.662); approva o regulamento da Correccional de Dous Rios (decr. n. 4.753); supprime o art. 35 e modifica o art. 46 do regulamento approved pelo decreto n. 4.662 (decr. n. 5.018); approva o regulamento que reorganiza a Correccional de Dous Rios (decr. n. 6.994) — Ver CRE-DITOS.

COMMANDOS — Altera a regra 4^a das que baixaram com o decreto n. 3.238, de 1899 (decr. n. 4.175); revoga o decreto n. 4.175, de 1901 (decr. n. 4.757); manda observar o regulamento dos das brigadas estrategicas (decr. n. 7.054); altera o regulamento dos de brigada (decr. n. 7.939).

COMMISSARIADO — Reorganiza o Geral da Armada (decr. n. 6.525).

COMMISSÕES — Revoga o decreto n. 4.378, de 1899, sobre a dos agentes de leilões (decr. n. 4.385); approva o regulamento da Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 5.031); providencia sobre a convocação e presidencia da de alistamento no Districto Federal (decr. n. 5.459); altera a tabella das devidas aos corretores de mercadorias e navios da praça do Rio de Janeiro (decr. n. 5.798); supprime varios logares no quadro do pessoal da Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 6.209); supprime o logar de presidente da Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 6.266); crea uma de obras federaes no territorio do Acre, e dá outras providencias (decr. n. 6.406); passa a denominar de Expansão Economica do Brasil a Directoria do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brasil no Estrangeiro (decr. n. 7.637); dissolve a de Expansão Economica do Brasil (decr. n. 8.403) — Ver ALISTAMENTO.

«COMPAGNIE AUXILIAIRE DES CHEMINS DE FER AU BRÉSIL» — Ver REDE.

« COMPAGNIE D'ECLAIRAGE DE BAHIA » — Ver SOCIEDADES.

« COMPAGNIE DES CHEMINS DE FÉR SUD-OUEST BRÉSILIEEN » — Ver COMPANHIAS.

« COMPAGNIE FRANÇAISE DES CABLES TÉLÉGRAPHIQUES » — Ver COMPANHIAS.

« COMPAGNIE GÉNÉRALE DES CAOUTCHOUCS » — Ver COMPANHIAS.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS — Ver OBRAS.

COMPANHIA ILLUMINAÇÃO DA BAHIA — Ver SOCIEDADES.

COMPANHIAS — Approva os estatutos da de Seguros America (decr. n. 3.971); autoriza «The Amazon Steam Navigation» a substituir a escala do porto de Macapá, da linha de Araguay, pela do porto de Chaves (decr. n. 3.978); approva a renovação do contracto celebrado em virtude dos decretos ns. 1.835, de 1891, e 2.015, de 1895, com a de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 3.979); concede autorização a Francisco José Gonçalves Agra Filho para organizar uma de seguros contra fogo, denominada Luzitania, e approva os respectivos estatutos (decr. n. 4.012); concede autorização á «Lathom Gold Mining» para funcionar (decr. n. 4.055); autoriza a organização da de Seguros de Previdencia Cruzeiro do Sul e approva os respectivos estatutos (decr. n. 4.099); concede autorização á «Nord-Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» para continuar a funcionar (decr. n. 4.106); concede autorização á «Faria Gold Mining» para funcionar (decr. n. 4.187); autoriza a organização da Docas do Rio de Janeiro para executar as obras das concessões para melhoramento do porto do Rio de Janeiro, arazamento do morro do Senado e aterro de pantanos e das praias Formosa e dos Lazaros (decr. n. 4.228); altera o art. 2º do decreto n. 4.088, de 1901, para a transformação da força hydraulica de rios em luz e força electrica nas officinas e serviços da Docas de Santos (decr. n. 4.235); concede autorização á «Congo Secco Gold Mining» para funcionar (decr. n. 4.263); regula o funcionamento das de seguros de vida, maritimos e terrestres (decr. n. 4.270); autoriza a reorganização dos serviços de navegação que estiveram a cargo da extincta Lloyd Brasileiro (decr. n. 4.311); approva as alterações dos estatutos da Antartica Paulista (decr. n. 4.334); concede autorização a Bernardino Ferreira Pacheco Soutello para incorporar, em Nitheroy, uma sociedade anonyma, sob a denominação de Brasileira de Alimentação (decr. n. 4.336); confirma á Estrada de Ferro de Victoria a Minas a concessão a que se refere o decreto n. 1.082, de 1890, e dá outras providencias (decr. n. 4.337); autoriza a renovação do contracto celebrado em virtude do decreto n. 3.979, de 1901, com a de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 4.362); proroga por um anno o praso concedido á Brasileira Torrens para inicio das obras do porto de Victoria (decr. n. 4.363); declara sem effeito o decreto n. 4.334, de 1902, que approvou as alterações feitas nos estatutos da Antartica Paulista, ficando em vigor o decreto n. 4.001, de 1901 (decr. n. 4.395); approva a planta do novo perfil projectado pela Docas de Santos para a muralha do caes de Paquetá a Outeirinhos

(decr. n. 4.426); elimina a clausula 4^a do contracto celebrado em 30 de julho de 1893 com a «Western Telegraph» (decr. n. 4.427); substituo as clausulas II e XVII das que baixaram com o decreto n. 4.362, de 1902, para renovação do contracto com a de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 4.429); suspende a autorização concedida pelo decreto n. 3.224, de 1864, á Real Ingleza, de seguros contra os riscos de fogo e de vida (decr. n. 4.443); suspende a autorização concedida pelo decreto n. 3.869, de 1900, á de seguros «Nord-Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» (decr. n. 4.516); concede autorização á de mineração «Rotulo Limited» para funcionar (decr. n. 4.519); concede autorização á «Brazilian Diamond and Exploration» para funcionar (decr. n. 4.532); concede autorização á «Manáos Harbour» para funcionar (decr. n. 4.533); autoriza a renovação do contracto com a «Amazon Steam Navigation» para a navegação a vapor no Amazonas e Pará (decr. n. 4.593); autoriza a renovação do contracto celebrado em virtude dos decretos ns. 10.208, de 1889, e 1.790, de 1894, com a Pernambuco de Navegação (decr. n. 4.594); approva os orçamentos de obras novas e de construção e consolidação, cuja importancia deverá ser incluída no capital da Docas de Santos (decr. n. 4.603); concede autorização á «Rio de Janeiro Lighterage» para funcionar (decr. n. 4.605); suspende a autorização concedida á «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para funcionar (decr. n. 4.630); approva as despesas feitas pela Paulista de Vias Ferreas e Fluvias, em 1901, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro (decr. n. 4.634); concede permissão á «New-York Life Insurance» para funcionar (decr. n. 4.676); concede autorização á «Carseveve and Developments Anglo-French Gold Mining» para funcionar (decr. n. 4.684); approva os estatutos da Nacional de Seguro Mutuo contra Fogo (decr. n. 4.693); concede autorização á «S. Paulo Tramway, Light and Power» para funcionar (decr. n. 4.773); elimina a clausula 22^a do decreto n. 4.593 (decr. n. 4.827); concede autorização á de navegação «La Ligure Brasileira» para funcionar (decr. n. 4.831); concede autorização á «Brazilian Cold Storage and Development» para funcionar (decr. n. 4.842); approva os planos e orçamentos da casa de machinas e do armazem 7 apresentado pela «Manáos Harbour» (decr. n. 4.849); approva as despesas feitas pela Paulista de Vias Ferreas e Fluvias, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro (decr. n. 4.861); concede autorização á Fornecedor de Gado para funcionar (decr. n. 4.955); transfere á S. Christovam a concessão da Estrada de Ferro da Tijuca (decr. n. 4.979); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 166:141\$755 para pagamento de juros de 6 % á Engenho Central de Quissamã (decr. n. 4.991); providencia sobre a fórma de pagamento das taxas de esgoto devidas á «Rio de Janeiro City Improvements» (decr. n. 5.002); concede autorização á «Générale des Chemins de Fer et de Travaux Publics» para funcionar (decr. n. 5.004); concede autorização á «Transpacific (Brazil) Mining and Exploration» para funcionar (decr. n. 5.022); concede autorização á «Agua Suja Mining» para funcionar (decr. n. 5.032); concede autori-

zação á «Dr. Williams Medicine» para funcionar (decr. n. 5.040); approva o orçamento, na importancia de 45:323\$537, da despesa com a instalação de luz electrica nos armazens e mais dependencias da «Manãos Harbour» (decr. n. 5.050); regula o funcionamento das de seguros (decr. n. 5.072); concede autorização á Calgado Clark para funcionar (decr. n. 5.134); concede autorização á «Rio de Janeiro Lighterage» para funcionar (decr. n. 5.167); declara sem effeito o decreto n. 4.443, de 1902, que suspendeu a autorização concedida á Real Ingleza para estabelecer uma agencia (decr. n. 5.209); concede autorização á «South American Asphalt Paving» para funcionar (decr. n. 5.231); declara sem effeito o decreto n. 4.630, de 1902, que suspendeu a autorização concedida á «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para funcionar (decr. n. 5.244); approva diversas alterações para revisão do contracto de resgate e arrendamento de estradas de ferro com a «Great Western of Brazil Railway» (decr. n. 5.257); approva as alterações dos estatutos da Antarelica Paulista (decr. n. 5.289); approva as alterações feitas nos estatutos da «Commercial Assurance» (decr. n. 5.293); autoriza Georg Maschke & C., sociedade em commandita por acções, e Preiss Haenssler & C. a organizarem a Cervejaria Brahma (decr. n. 5.298); approva a planta do terreno para a construcção do edificio destinado á séde da Docas de Santos, na Capital Federal (decr. n. 5.304); concede autorização á «Rio das Mortes Gold Dredging» para funcionar (decr. n. 5.324); concede á «New Zealand and Brazilian Prospecting» autorização para funcionar (decr. n. 5.325); declara sem effeito o decreto n. 4.516, de 1916, que suspendeu a autorização concedida á «Nord-Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» para funcionar (decr. n. 5.356); concede autorização á «Gouwrock Ropework Export» para funcionar (decr. n. 5.360); concede á «Aachener und Munchener Feuer Versicherungs Gesellschaft» autorização para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 5.367); concede á de Seguros Terrestres e Marítimos Brasil autorização para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 5.377); dispensa, até o praso de 10 annos, a Engenho Central de Quissamã da restituição dos juros que lhe têm sido pagos (decr. n. 5.394); concede á «London and Lancashire Fire» autorização para estabelecer uma agencia na capital de S. Paulo (decr. n. 5.414); transfere á de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil a concessão da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim (decr. n. 5.266); fixa o praso do contracto celebrado com a Geral de Melhoramentos do Maranhão para o serviço de conservação do porto e prolongamento do caes (decr. n. 5.471); approva as despesas feitas pela Paulista de Vias Ferreas e Fluviales, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro (decr. n. 5.496); concede á Real Ingleza, de seguros, autorização para estabelecer uma agencia na capital da Bahia (decr. n. 5.514); concede á Real Ingleza, de seguros, autorização para estabelecer uma agencia na capital do Pará (decr. n. 5.515); concede á Real Ingleza, de seguros, autorização para estabelecer uma agencia na capital do Amazonas (decr. n. 5.516); concede autorização á «São Paulo Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 5.519); concede autorização á «E. Tarri» para funcionar (decr.

n. 5.534); concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power» para funcionar (decr. n. 5.539); approva os novos estatutos da «Alliance Assurance» (decr. n. 5.540); approva as alterações feitas nos estatutos da «London and Lancashire Fire Insurance» (decr. n. 5.541); contracta com a «Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» o arrendamento e a construcção de diversas estradas de ferro no Rio Grande do Sul e altera os contractos existentes (decr. n. 5.548); concede á «Preussische National Versicherungs Gesellschaft» para estabelecer uma agencia no Rio de Janeiro (decr. n. 5.554); concede autorização á «Araraquara Estates» para funcionar (decr. n. 5.565); concede autorização á «Général des Caoutchoucs» para funcionar (decr. n. 5.589); concede autorização á «Matto Grosso Gold Dredging» para funcionar (decr. n. 5.590); cassa a autorização concedida á de Seguros America para funcionar (decr. n. 5.597); concede autorização á «Rossbach Brasil» para funcionar (decr. n. 5.599); concede autorização á «Commercial Union Assurance» para estabelecer uma agencia na capital do Pará (decr. n. 5.616); concede autorização á «S. Bento Gold States» para funcionar (decr. n. 5.623); concede autorização á «Diamond King Mining» para funcionar (decr. n. 5.625); declara sem effeito os decretos ns. 2.395, de 1896, 2.724, de 1897, e 3.639, de 1900, que autorizaram a «Manchester Fire Assurance» a funcionar (decr. n. 5.636); declara sem effeito os decretos que autorizaram a de Seguros Magdeburgo a funcionar (decr. n. 5.637); concede autorização á «Singer Sewing Machine» para funcionar (decr. n. 5.648); declara sem effeito os decretos que autorizaram a «Lion Fire Insurance» a funcionar (decr. n. 5.650); concede autorização á «Diamantino-Matto Grosso Dredging» para funcionar (decr. n. 5.674); concede á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power» os favores do decreto n. 5.646, de 1905 (decr. n. 5.690); concede autorização á «Neuchatel Asphalte» para funcionar (decr. n. 5.736); concede autorização á Commercio e Navegação para se organizar (decr. n. 5.747); approva a modificação feita no art. 36 dos estatutos da de Seguros Terrestres e Maritimos Brasil (decr. n. 5.757); concede autorização á «Pará Eletrie Railway and Lighting» para funcionar (decr. n. 5.780); approva as plantas e orçamentos para o estabelecimento de balanças em diversas estações da linha de viação ferrea arrendada á «Great Western of Brazil Railway» (decr. n. 5.782); approva a reforma dos estatutos da Cervejaria Brahma (decr. n. 5.789); transfere á Commercio e Navegação as vantagens e regalias de que gosam os vapores que pertenciam ás empresas Sal e Navegação, Navegação Salina, Vapores Idalina e Maritima Brasileira (decr. n. 5.818); concede autorização á «Cabaçal Gold Dredging and Exploration» para funcionar (decr. n. 5.839); concede autorização á «Brumado Gold Dredging and Exploration» para funcionar (decr. n. 5.855); concede autorização á Privilegiada Este Matto Grosso para funcionar (decr. n. 5.864); concede autorização á «Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» para funcionar (decr. n. 5.865); concede autorização á «Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien» para continuar a funcionar (decr. n. 5.876); concede á Commercio e Navegação os favores de que tem gosado o Lloyd

Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 5.897); concede autorização a M. Buarque & Comp. para reorganizarem os serviços de navegação a cargo do novo Lloyd Brasileiro (decr. n. 5.903); declara sem effeito os decretos que autorizaram a «London Assurance Corporation» a funcionar (decr. n. 5.932); transfere á do Porto da Victoria o contracto celebrado para a construcção das obras de melhoramentos do porto (decr. n. 5.951); concede autorização á «Bahia Gas and Electric» para funcionar (decr. n. 5.957); declara sem effeito os decretos que autorizaram a «Imperial Fire Assurance» a funcionar (decr. n. 5.960); approva a modificação feita nos estatutos da Geral de Seguros (decr. n. 5.964); concede autorização á «Brazilianische Deutsch Handels-Gesellschaft Aktien-Gesellschaft» para funcionar (decr. n. 5.989); approva os novos estatutos da de Seguros Maritimos e Terrestres Mercurio (decr. n. 5.990); concede autorização á «Palmeiras Limited» para funcionar (decr. n. 6.007); concede autorização á «Manáos Improvements» para funcionar (decr. n. 6.030); autoriza a transferencia das concessões referentes á Estrada de Ferro do Corcovado á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power» (decr. n. 6.040); concede á Paulista de Seguros Maritimos e Terrestres autorização para funcionar e approva os estatutos (decr. n. 6.054); approva a modificação feita no artigo 45 dos estatutos da de Seguros Terrestres e Maritimos Brasil (decr. n. 6.056); concede autorização á «Diamond King Mining» para continuar a funcionar (decr. n. 6.063); concede autorização á «Pittsburgh-Brazilian Dredging» para funcionar (decr. n. 6.067); prorroga por mais cinco annos o praso para a conclusão das obras de que é cessionaria a Docas de Santos (decr. n. 6.080); approva a reforma dos estatutos da Manufactora de Conservas Alimenticias (decr. n. 6.100); approva as despesas feitas pela Paulista de Vias Ferreas e Fluvias por conta da capital da Estrada de Ferro do Rio Claro (decr. n. 6.130); concede á de Seguros Previdencia do Sul autorização para funcionar (decr. n. 6.136); approva os estudos apresentados pela Docas de Santos para a installação hydroelectrica em Itatinga (decr. n. 6.139); concede á «Diana Mining» autorização para funcionar (decr. n. 6.151); concede á de Navegação S. João da Barra e Campos os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 6.164); concede autorização á «Mello Brazilian Rubber» para funcionar (decr. n. 6.166); concede á «Herdeiros Bowman» autorização para funcionar (decr. n. 6.178); approva a reforma dos estatutos da de seguros Lloyd Americano e os actos praticados até á presente data (decr. n. 6.182); concede á «S. Paulo Tramway, Light and Power» os favores constantes do decreto n. 5.646, de 1905, e dá outras providencias (decr. n. 6.192); declara sem effeito o decreto n. 2.916, de 1898, que autorizou a «Atlas Assurance» a funcionar (decr. n. 6.196); concede autorização á Pastoral e Industrial para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 6.202); concede á de Seguros Terrestres e Maritimos Iris autorização para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 6.223); approva a renovação do contracto para a navegação do baixo S. Francisco com a Pernambucana de Navegação (decr. n. 6.227); declara sem effeito o decreto n. 1.935, de 1895, que concedeu

autorização á «Royal Insurance» para estabelecer uma agência no Paraná (decr. n. 6.252); concede autorização á «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para estabelecer uma agência em Manáos e outra em Rio Grande (decrs. ns. 6.253 e 6.254); autoriza a «Française des Cables Telegraphiques» a mudar o ponto de aterramento de seu cabo do Pinheiro para a ponta do Atalaia (decr. n. 6.266); concede autorização á «Port of Pará» para funcionar (decr. n. 6.283); concede autorização á «Datas Diamond and Gold» para funcionar (decr. n. 6.311); concede á «Matto Grosso Gold Dredging» autorização para funcionar (decr. n. 6.332); declara sem effeito o decreto n. 5.198, de 1904, que autorizou a de Navegação Cruzeiro do Sul a constituir um serviço de navegação costeira (decr. n. 6.343); approva a reforma dos estatutos da Cervejaria Brahma (decr. n. 6.362); concede á «Bahia Gas and Electric» os favores constantes do decreto n. 5.646, de 1905 (decr. n. 6.366); concede autorização á «Brazilian Diamond Placer» para funcionar (decr. n. 6.381); subroga a «Port of Pará» nos direitos, obrigações e vantagens constantes do decreto n. 5.979, de 1906, da concessão das obras de melhoramentos do porto de Belém (decr. n. 6.396); concede autorização á anonyma Cooperativa Mineira de Lactieínios para funcionar (decr. n. 6.400); approva as alterações feitas nos estatutos da Paulista de Seguros Maritimos e Terrestres (decr. n. 6.414); approva os estatutos da «Transatlantische Feuer Versicherungs Aktien-Gesellschaft» (decr. n. 6.415); approva os estatutos da «London and Lancashire Fire Insurance» (decr. n. 6.416); approva a nova denominação «Bahia Tramway, Light And Power» com que continúa a funcionar a «Bahia Gas and Electric» (decr. n. 6.422); concede autorização á «L'Urucum» para funcionar (decr. n. 6.426); concede autorização á Calçado Clark para continuar a funcionar (decr. n. 6.436); approva as clausulas para a revisão do contracto da Estrada de Ferro de Goyaz e modificação do traçado (decr. n. 6.438); concede autorização á «Empire Fibre» para funcionar (decr. n. 6.447); approva as clausulas para a revisão do contracto da de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil (decr. n. 6.463); approva os planos e orçamentos, na importancia de 44:517\$348, para a construcção de uma secção da ponte fluctuante da «Manáos Harbour» (decr. n. 6.474); concede autorização a Nicola Puglisi Carbone e outro para organizarem a Refinadora Paulista (decr. n. 6.480); concede autorização á «Conquista-Xicão Gold Mines» para funcionar (decr. n. 6.489); concede autorização á «Brazil Railway» para funcionar (decr. n. 6.493); concede autorização á «Sorocabana Railway» para funcionar (decr. n. 6.524); concede autorização á «Agricole et Commerciale du Bas Amazonas» para funcionar (decr. n. 6.529); approva a reforma dos estatutos da de Seguros Indemnizadora (decr. n. 6.534); concede autorização á «Crown Cork» para funcionar (decr. n. 6.541); concede autorização á «Brazilian Mining» para funcionar (decr. n. 6.542); autoriza a «Albingia Versicherungs Aktien-Gesellschaft» a funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 6.550); concede autorização á «Manáos Marquets» para funcionar (decr. n. 6.558); concede autorização á do Madeiras do Alto-Paraná para funcionar (decr.

n. 6.569); concede autorização á «Sorocabana Railway» para funcionar (decr. n. 6.574); concede autorização á «Brazilian Metallurgical Syndicale» para funcionar (decr. n. 6.590); concede autorização á «S. Paulo Tramway, Light and Power» para funcionar (decr. n. 6.592); concede autorização á «Michaelsen, Wright» para funcionar (decr. n. 6.607); revalida a concessão feita á Estrada de Ferro Sorocabana e transferida ao Estado de S. Paulo (decr. n. 6.623); concede autorização á «Anglo-French Public Works» para funcionar (decr. n. 6.640); approva o regulamento interno e tarifas para emissão de conhecimentos de deposito e *warrants* pela Docas de Santos (decr. n. 6.644); cassa a autorização dada á «Transatlantische Feuer Versicherungs Aktien-Gesellschaft» para funcionar (decr. n. 6.660); approva os estatutos da «Nord-Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» (decr. n. 6.667); incorpora a Estrada de Ferro de Passo Fundo ao Uruguay ás linhas ferreas contractadas com a «Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 6.673); approva as alterações dos estatutos da de Seguros Maritimos e Terrestres Minerva (decr. n. 6.674); approva a reforma dos estatutos da Cervejaria Brahma (decr. n. 6.679); concede autorização á Nicola Puglisi Carbone para organizar a «Puglisi» (decr. n. 6.680); autoriza a Estrada de Ferro Muzambinho a transferir ao Estado de Minas Geraes a concessão de que trata o decreto n. 846, de 1890 (decr. n. 6.690); concede autorização á «Sorocabana Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 6.709); approva as alterações dos estatutos da Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo (decr. n. 6.741); approva os estatutos da de Seguros Terrestres União dos Proprietarios (decr. n. 6.751); concede autorização á «Madeira-Mamoré Railway» (decr. n. 6.755); revoga a clausula XLVII. baixada com o decreto n. 6.463, de 1907, para revisão do contracto da de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e modificação do traçado Bauru-Cuyabá (decr. n. 6.766); approva a reforma dos estatutos da Brasileira de Lactecios (decr. n. 6.777); concede autorização á «Port of Rio Grande do Sul» para funcionar (decr. n. 6.778); concede autorização á «Manãos Harbour» para continuar a funcionar (decr. n. 6.785); autoriza a renovação do contracto celebrado em virtude do decreto n. 4.372, de 1902, com a de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 6.799); concede autorização á «Pará Public Works» para funcionar (decr. n. 6.828); autoriza a transferencia á «Madeira-Mamoré Railway» do contracto da construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (decr. n. 6.838); manda observar as instrucções para organização das regionaes a que se refere o art. 1.º, § 4.º, da lei n. 1.617, de 1907 (decr. n. 6.885); approva a modificação do contracto da de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e autoriza a contractar com a mesma a construcção e o arrendamento da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá (decr. n. 6.899); concede autorização a Celestino Pesce para organizar a de Industria e Commercio Casa Tolle (decr. n. 6.912); cassa a autorização concedida á Geral de Seguros para funcionar (decr. n. 6.915); concede á Nacional de Navegação Costeira os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 6.923); concede autorização á «Gesellschaft von Gewinnung von Gerbstoffen M. C. H.» para funcionar (decr. n. 6.928); cassa a autorização concedida á

de Seguros Maritimos e Terrestres Vera Cruz para funcionar (decr. n. 6.960); concede autorização á «S. Paulo Tramway, Light and Power» para funcionar (decr. n. 6.962); cassa as autorizações concedidas á de Seguros Mercurio para funcionar (decr. n. 6.967); cassa a autorização concedida á de Seguros Tethys para funcionar (decr. n. 6.974); concede autorização á Industrial Germania para funcionar (decr. n. 6.975); approva as despesas feitas pela Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro (decr. n. 6.987); concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power» para continuar a funcionar (decr. n. 7.005); concede autorização á «Française du Port de Rio Grande do Sul» para funcionar (decr. n. 7.007); transfere á «Française du Port de Rio Grande do Sul» o contracto celebrado para as obras da barra do Rio Grande do Sul e do porto da cidade do Rio Grande (decr. n. 7.021); concede autorização á «Anonyme du Gas do Rio de Janeiro» para continuar a funcionar (decr. n. 7.023); declara sem effeito os decretos que concederam autorização á «Alliance Assurance» e «Alliance Marine and General Assurance» para funcionarem (decr. n. 7.025); reforma os estatutos da «Puglisi» (decr. n. 7.075); declara sem effeito os decretos que autorizaram a de seguros «Nord-Deutsche Feuer Versicherung Gesellschaft» a funcionar (decr. n. 7.085); concede á de Seguros Cruzeiro do Sul autorização para funcionar (decr. n. 7.086); concede autorização á «Brazilian Railway Construction» para funcionar (decr. n. 7.089); autoriza a Docas de Santos a empregar no desenvolvimento da lavoura e outros fins o excesso de energia electrica que não for utilizada nos serviços do porto (decr. n. 7.108); autoriza a contractar com a «Brazil Southern Railway» a construção e o arrendamento da Estrada de Ferro de Itaquí a S. Borja (decr. n. 7.122); concede á «Française du Port de Rio Grande do Sul» autorização para construir uma estrada de ferro de Monte Bonito á barra do Rio Grande e approva as plantas e orçamentos (decr. n. 7.159); concede autorização á «United Shoe Machinery of South America» para funcionar (decr. n. 7.165); concede autorização á Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes para construção, uso e gozo de um ramal ferreo que vá terminar em Bahurú (decr. n. 7.170); autoriza a de Seguros Ypiranga a funcionar (decr. n. 7.191); concede autorização á «Bahia Rubber and Fibre Plantation» para funcionar (decr. n. 7.198); approva as alterações dos estatutos da «Royal Insurance» (decr. n. 7.234); approva os estatutos da «Guardian Assurance», autorizada a funcionar primitivamente sob o nome de «Guardian Fire and Life Assurance» (decr. n. 7.237); approva a reforma dos estatutos da Refinadora Paulista (decr. n. 7.246); concede autorização á Ararense de Leiteria para funcionar (decr. n. 7.279); concede autorização á «Brazilian Dredging» para funcionar (decr. n. 7.292); concede autorização á «Manãos Harbour» para augmentar o material de sua uzina de electricidade com a installação de novosapparelhos (decr. n. 7.295); approva os estatutos da de Seguros Previdencia do Sul (decr. n. 7.299); concede autorização á «State of Bahia South Western Railway» para funcionar (decr. n. 7.317); concede autorização á «Rio de Janeiro Lighterage» para continuar a funcionar (decr. n. 7.343); concede autorização á «Manãos Tramways»

and Light» para funcionar (decr. n. 7.353); concede autorização á «Alves Braga Rubber States and Trading» para funcionar (decr. n. 7.363); concede autorização á Maranhão Obras Publicas para funcionar (decr. n. 7.376); approva os estatutos da Previdência do Sul (decr. n. 7.384); concede autorização á «Southern Brazil Lumber» para funcionar (decr. n. 7.426); concede autorização á «Port of Pará» para funcionar (decr. n. 7.430); concede autorização á «Bahia Tramway, Light and Power» para continuar a funcionar (decr. n. 7.431); concede autorização á «Sorocabana Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 7.432); concede autorização á «Madeira-Mamoré Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 7.433); concede autorização á «Brazil Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 7.434); cassa a autorização concedida pelo decreto n. 7.191 de 1908, á de Seguros Ypiranga (decr. n. 7.436); concede autorização á «Brazilian Warrant» para funcionar (decr. n. 7.438); concede autorização á «Cruzeiro Mining and Finance» para funcionar (decr. n. 7.439); approva as plantas e orçamento do trecho de Pederneiras a Bahurú, do ramal ferreo concedido á Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes pelo decreto n. 7.070, de 1908 (decr. n. 7.453); transfere á Brasileira de Energia Electrica os favores constantes das concessões feitas a Guinle & C. pelos decretos ns. 6.367, de 1907, e 7.052, de 1908 (decr. n. 7.456); concede autorização á «United Shoe Machinery of South America» para funcionar (decr. n. 7.457); concede á «Leopoldina Railway» privilegio para prolongar sua linha até o porto do Rio de Janeiro (decr. n. 7.479); prorroga o praso da concessão feita á «Amazon Telegraph» pelo decreto n. 2.000, de 1895, para o estabelecimento de communicações telegraphicas entre as capitães do Pará e Amazonas (decr. n. 7.481); concede autorização á «Forster Mc Clellan» para funcionar (decr. n. 7.488); approva a planta do local para officinas e outras installações geraes da «Française du Port de Rio Grande do Sul» (decr. n. 7.490); approva as alterações dos estatutos da de seguros «Albingia Versicherungs Aktien-Gesellschaft» (decr. n. 7.508); transfere para a Viação Geral da Bahia o contracto de arrendamento das estradas de ferro de que trata o decreto n. 7.308, de 1909 (decr. n. 7.509); concede autorização á «Brazilian Goldsfields» para funcionar (decr. n. 7.510); concede autorização á «Paul J. Christoph» para funcionar (decr. n. 7.522); ratifica a clausula XVI do decreto n. 977, de 1892, referente á autorização concedida á Mogyana para o prolongamento a Santos (decr. n. 7.533); approva os novos estatutos da «Northern Assurance» (decr. n. 7.559); concede autorização á Estrada de Ferro Santa Catharina para funcionar (decr. n. 7.567); concede autorização á Leite & C. para funcionar (decr. numero 7.568); approva a planta do local, em Porto Alegre, para uma estação central da rede de viação ferrea arrendada á «Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 7.586); concede autorização á «Brazil Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 7.605); concede autorização á «Agua Suja Mining» para continuar a funcionar (decr. n. 7.606); approva as plantas e o orçamento, na importancia de 476:811\$850, da nova estação a construir em Nietheroy, conforme o decreto n. 7.479, de 1908, pela «Leopoldina Railway» (decr. n. 7.631); approva a revisão do contracto de arrenda-

mento feito com a «Great Western of Brazil Railway» para a construção dos prolongamentos das estradas de ferro Conde d'Eu, Central de Pernambuco e Central de Alagoas (decr. n. 7.632); concede autorização á «South American Railway Construction» para funcionar (decr. n. 7.633); concede autorização á Brasileira de Electricidade Siemens Schuckertwerke para funcionar (decr. n. 7.647); concede autorização á «Adelbert H. Alden» para funcionar (decr. n. 7.688); approva as alterações dos estatutos da de seguros «L'Union» (decr. n. 7.697); autoriza o contracto com a Viação Ferrea Sapucahy para o arrendamento da viação sul-mineira e construção dos ramaes (decr. n. 7.704); approva a reforma dos estatutos da Brasileira de Lacticínios (decr. n. 7.764); approva os estatutos da Refinadora Paulista (decr. n. 7.765); autoriza a modificação do contracto celebrado com a Estrada de Ferro de Victoria a Minas para o fim da reversão de suas linhas (decr. n. 7.773); approva os estudos e orçamento da linha de rectificação no trecho de Rio Claro a Morro Pellado, a que se refere o decreto n. 7.170, de 1908 (decr. n. 7.774); concede autorização á «Sorocabana Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 7.807); dá regulamento para as de aprendizes militares (decr. n. 7.821); concede autorização á Estrada de Ferro de Santa Catharina para funcionar (decr. n. 7.828); approva os estatutos da de Seguros União Commercial dos Varejistas (decr. n. 7.874); transfere á Nacional de Navegação Costeira a concessão feita a Carlos Augusto da Silveira para o serviço de navegação a vapor do Maranhão (decr. n. 7.906); concede autorização á «Crown Cork» para continuar a funcionar (decr. n. 7.907); concede autorização á «Interurban Telephone» para funcionar (decr. n. 7.908); concede autorização para funcionar á «B. S. B. Syndicate» (decr. n. 7.923); concede autorização á «Brazil Great Southern Railway Extension» para funcionar (decr. n. 7.932); reconhece sob a denominação de das Estradas de Ferro Federaes Brasileiras, Rede Sul-Mineira, a antiga de Viação Ferrea Sapucahy (decr. n. 7.941); autoriza a contractar com a Lavoura e Colonização, em S. Paulo, o prolongamento de sua linha ferrea até á margem da lagôa do Araruama (decr. n. 7.942); concede autorização á «F. Stevenson & C.» para funcionar (decr. n. 7.946); concede autorização á «South Brazilian Railway» para funcionar (decr. n. 7.955); concede autorização á de seguros Mutua Colombo para funcionar (decr. n. 7.962); autoriza a Frigorifica e Pastoral a funcionar (decr. n. 7.967); concede autorização á Brasileira de Seguros para funcionar (decr. n. 7.970); concede autorização á Cerveja Rio Claro para funcionar (decr. numero 7.985); concede autorização á «American Brazilian» para funcionar (decr. n. 7.999); approva a reforma dos estatutos da Assucareira, (decr. n. 8.001); cassa as autorizações concedidas á «British and Foreign Marine Assurance» para estabelecer agencias no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (decr. n. 8.017); concede autorização á «Piratininga» para funcionar (decr. n. 8.021); concede autorização á «Amaral, Southerland» para funcionar (decr. n. 8.022); concede autorização á «Municipality of Pará Improvements» para funcionar (decr. n. 8.023); concede autorização á de Pesca — Santos — para funcionar (decr. n. 8.035); manda observar instruções para as regionaes (decr. n. 8.041); approva os

estatutos da de Seguros Lealdade (decr. n. 8.046); approva o augmento do capital da «Puglisi» e a emissão de *debentures* até o valor nominal de 3.000:000\$ (decr. n. 8.053); concede autorização á «Brazil North Eastern Railway» para funcionar (decr. n. 8.085); concede autorização á «Rubber Corporation of Brazil» para funcionar (decr. n. 8.086); concede autorização á «Diamantino Rubber Plantation» para funcionar (decr. n. 8.087); concede autorização á «Suarez Hermanos & C.» para funcionar na Republica (decr. n. 8.124); autoriza a de seguros «Northern Assurance» a estabelecer uma agencia na cidade do Rio Grande (decr. n. 8.134); autoriza a de seguros «Preussische National Versicherungs Gesellschaft» a abrir uma agencia no Pará (decr. n. 8.135); concede autorização á «Madeira-Mamoré Railway» para continuar a funcionar (decr. n. 8.137); autoriza a de seguros «Preussisch National» a abrir uma agencia no Estado do Amazonas (decr. n. 8.138); approva as alterações feitas nos estatutos da Nacional de Seguros de Vida Cruzeiro do Sul (decr. n. 8.148); concede autorização á «Santo Antonio (Pará) Rubber States» para funcionar (decr. n. 8.160); approva a reforma dos estatutos da Piratininga (decr. n. 8.193); concede autorização á Blumenauense de Lactecios para funcionar (decr. n. 8.207); cassa a autorização para funcionar concedida á de Seguros contra Fogo Providencia (decr. n. 8.220); concede autorização á «Brazilian Hardwood Corporation» para funcionar (decr. n. 8.245); concede autorização á União dos Refinadores para funcionar (decr. n. 8.246); concede autorização á «Pará (Marajó) Islands Rubber States» para funcionar (decr. n. 8.287); cassa a autorização concedida á de seguros de vida Mutua Colombo para funcionar (decr. n. 8.380); concede á Mogyana autorização para construção, uso e gozo da linha ferrea de Igarapava a Uberaba (decr. n. 8.415); concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power» para continuar a funcionar (decr. n. 8.419); autoriza a de Lavoura e Colonização, em S. Paulo, a transferir o contracto para construção e arrendamento do prolongamento da sua linha ferrea até á margem da lagôa de Araruama (decr. n. 8.448); approva a substituição do titulo da Piratininga pelo de Hanseatica (decr. n. 8.451) — Ver CAES — CONTRACTOS — CORPOS — CREDITOS ESTATUTOS — ESTRADAS DE FERRO — LINHAS — OBRAS — PEDAGIO — REDE — REGULAMENTOS — SOCIEDADES — VAPORES.

COMPOSIÇÃO — Ver CONSELHOS.

CONCESSÃO — Transfere ao Estado da Bahia a de que é cessionaria a Empresa de Vição Ferrea de S. Francisco (decr. n. 5.915); transfere ao Estado da Bahia a feita ao capitão-tenente Cleto Ladislau Tourinho Japi-Assú para o serviço de navegação a vapor entre o Recife e a Armazão, Recife e Bahia e Recife e Fernando de Noronha (decr. n. 7.334); dos favores de que gosa o Lloyd Brasileiro a Mello & Comp. (decr. n. 8.079); dos favores de que gosa o Lloyd Brasileiro a Barbosa & Tocantins (decr. n. 8.419); transfere á «Interurban Telephone Company of Brazil» a para arrendamento de um cabo submarino entre a Capital Federal e Nitheroy (decr. numero 8.120); dos favores de que gosa o Lloyd Brasileiro a Pedro Santerre Guimarães (decr. n. 8.145); dos favores de que gosa o Lloyd Brasileiro a Rocha Silva & Comp. (decr. nu-

DECRETO 8.276) — VER CABOS — COMPANHIAS — CULTURA — DIREITOS — EMPRESAS — ENCAMPÇÃO — ENGENHOS — ESTRADAS DE FERRO — GYMNASIOS — LINHAS — LYCEU — NOTICIAS — OBRAS — SOCIEDADES.

CONCLUSÃO — VER ESTRADAS DE FERRO.

CONCURSOS — Annulla o realizado na Faculdade de Direito de S. Paulo para provimento do lugar de substituto da 7ª seção (decr. n. 4.227); approva o regulamento dos para os empregos de Fazenda (decr. n. 8.155).

CONDIÇÕES — Approva as regulamentares da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.747); melhora, em relação á etapa, as materiaes dos officiaes inferiores e praças da Armada, em commissão nos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso (decr. n. 6.823) — VER OFFICIAES — TARIFAS.

CONDUCTORES — VER OBRAS.

CONFEDERAÇÃO — Approva provisoriamente o regulamento para a do Tiro Brasileiro (decr. n. 6.464); approva o regulamento para a do Tiro Brasileiro (decr. n. 7.350); approva o regulamento para a do Tiro Brasileiro (decr. n. 8.083) — VER FARDAMENTO.

CONFERENCIA — VER CONVENÇÕES.

CONGRESSO NACIONAL — Convoca-o extraordinariamente para o dia 25 de fevereiro de 1902 (decr. n. 4.324); convoca-o extraordinariamente par. o dia 30 de dezembro de 1903 (decr. n. 5.093); convoca-o extraordinariamente par. o dia 10 de abril de 1910 (decr. n. 7.900) — VER CREDITOS.

CONHECIMENTOS — VER «WARRANTS».

CONSELHOS — Crea o administrativo do patrimonio do Hospicio Nacional de Alienados (decr. n. 3.913); altera o disposto na lettra b, n. 2, do art. 2º do decreto n. 3.258, de 1899, sobre a composição dos de compras da Marinha (decr. n. 6.232); reorganiza o Naval, transformando-o (decr. n. 6.496); dá regulamento aos de compras da Marinha (decr. n. 6.665); altera algumas disposições do regulamento para o do Almirantado, approved pelo decreto n. 6.496, de 1907 (decr. numero 6.980).

CONSIGNAÇÃO — Transfere da «Material — 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil», do orçamento de 1910, a somma de 71:728\$232, ouro, para a parte correspondente em papel (decr. n. 4.218).

CONSOLIDAÇÃO — Approva a das leis federaes sobre a organização do Districto Federal (decr. n. 5.160); fixa a intelligencia dos decretos ns. 3.529, de 1899, e 3.263, de 1905, que approvaram a das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular e ao Corpo Diplomatico (decr. n. 5.456) — VER ALFANDEGAS — DESAPROPRIACÕES — ESTRADAS DE FERRO — JUNTA COMMERCIAL.

CONSTRUÇÃO — VER CAES — CREDITOS — CURRAES — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS — PONTES — REDE.

CONSULADOS — Crea um em Cannes (decr. n. 3.953); crea um em Braga (decr. n. 4.120); crea um em Antofogasta (decr. n. 4.147); crea um em Cherburgo (decr. n. 4.219); revoga o decreto n. 3.495, de 1899, que creou um em Puerto Alonso (decr. n. 4.478); crea um na Republica de Costa Rica (decr. n. 4.673); crea um em Munich (decr. n. 4.683); revoga o decreto n. 2.887, de 1898, que creou um em Bruxellas (decr. n. 4.868); crea um na ilha de S. Vicente (decr. n. 5.095); crea um na Republica do Panamá (decr. n. 5.253); crea um em Quito (decr. n. 5.305); crea um em Cuenca (decr. numero 5.307); crea um em Loja (decr. n. 5.308); crea um em Santiago do Chile (decr. n. 5.364); crea um em Nice (decr. n. 5.434); revoga o decreto n. 3.392, de 1899, que creou um em New-Castle (decr. n. 5.525); estende aos não remunerados a jurisdicção dos geraes de carreira (decr. numero 5.574); crea um em Düsseldorf (decr. n. 5.592); crea um em Francfort sobre o Meno (decr. n. 5.593); supprime o em La Plata (decr. n. 5.984); crea um em Carthagena (decr. n. 6.089); crea um em Sydney (decr. n. 6.146); crea um em Christiania (decr. n. 6.177); crea um em Dover (decr. n. 6.272); crea um em Leipzig (decr. n. 6.384); crea um em Magdeburgo (decr. n. 6.484 A); crea um em Dresden (decr. n. 6.546); crea um em Roma (decr. n. 6.668); crea um em Barranquilla (decr. n. 6.780); crea um de carreira em Glasgow (decr. n. 6.839); eleva o vice em Vigo (decr. n. 6.840); crea um em Havana (decr. n. 6.897); crea um na Ilha da Madeira (decr. n. 6.978); crea um em Iquique (decr. n. 7.092); eleva a geral o de Sydney (decr. n. 7.109); crea um em Cadiz (decr. n. 7.143); crea um na ilha neerlandeza de Curaçao (decr. n. 7.154); crea um na Ilha Mauricia (decr. n. 7.333); crea um em Colombo, Ilha de Ceylão (decr. n. 7.378); crea um na cidade do Mexico (decr. numero 7.470); crea um em Peking (decr. n. 7.968); crea um em Santa Lucia (decr. n. 7.969); crea um em Shangai (decr. n. 8.096); crea um em Tientsin e extingue o de Peking (decr. n. 8.376) — Ver CREDITOS — FACTURA CONSULAR.

CONSULTA — Ver SERVIÇOS.

CONSUMO D'AGUA — Ver REGULAMENTOS — TAXAS.

CONTABILIDADE — Ver DIRECÇÃO — DIRECTORIAS.

CONTADORIA — Extingue a Geral da Guerra (decr. numero 3.893); approva o regulamento para a da Marinha (decr. n. 4.401); dá regulamento á da Marinha (decr. numero 3.508).

CONTINENCIAS — Ver TABELLAS.

CONTRABANDO — Ver REGULAMENTOS.

CONTRACTOS — Approva a transferencia do de arrendamento da Estrada de Ferro de S. Francisco a Argollo, Aragão & Comp. (decr. n. 3.899); elimina a clausula 4.^a do celebrado em 30 de julho de 1893 com a «Western Telegraph Company» (decr. n. 4.427); approva as clausulas para o de navegação a vapor do rio Parnahyba (decr. n. 4.580); declara que a data do celebrado entre o Governo e a «Western Telegraph Company» é de 30 de junho de 1893 (decr. n. 4.772); autoriza a celebração com a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Par-

nahyba para o serviço de navegação entre a cidade de Parnahyba e o porto de Tutoya (decr. n. 5.060); modifica o celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (decr. n. 5.081); autoriza a renovação do para o serviço de navegação a vapor no baixo S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação (decr. n. 5.085); transfere o de arrendamento da Estrada de Ferro Baturité para Novis & Porto (decr. n. 5.913); transfere á Companhia do Porto da Victoria o celebrado para a construção das obras de melhoramento do porto (decr. n. 5.951); approva as clausulas para o de arrendamento da Estrada de Ferro D. Thereza Christina e a construção das obras de melhoramento do porto de Massiambú (decr. n. 5.977); approva as clausulas para o das obras de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul e das do porto da cidade do Rio Grande (decr. n. 5.979); altera diversas clausulas para construção da estrada de ferro electrica entre a Capital Federal e Petropolis (decr. n. 5.981); autoriza o da construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (decr. n. 6.103); autoriza a renovação do para o serviço da navegação a vapor no baixo S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação (decr. n. 6.227); autoriza o com Manoel Henriques de Sá Filho para estender um segundo fio telegraphico entre a capital da Parahyba e o porto de Cabedello (decr. numero 6.382); approva as clausulas para a revisão do da Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 6.438); approva as clausulas para a revisão do da Companhia Estradas de Ferro Nordêste do Brasil e modificação do traçado Bahurú-Cuyabá (decr. n. 6.463); autoriza a celebração de com a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba para a navegação entre Parnahyba e Tutoya (decr. n. 6.688); autoriza o para a construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, a partir de Ipú até á villa de Cratheús (decr. n. 6.734); revoga a clausula XLVII, approvada pelo decreto n. 6.463, de 1907, para revisão do da Companhia de Estradas de Ferro Nordêste do Brasil (decr. n. 6.766); autoriza a renovação do celebrado em virtude do decreto n. 4.372, de 1902, com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (decr. n. 6.799); approva clausulas para o a ser celebrado com Elmer Lawrence Corthell para execução das obras de melhoramentos da barra do Rio Grande do Sul e do porto da cidade do Rio Grande (decr. n. 6.981); approva as clausulas do a ser celebrado com Edmond Bartissol e Demetrio Nunes Ribeiro para execução das obras do porto de Recife (decr. n. 7.003); transfere á «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» o celebrado com Elmer Lawrence Corthell para as obras da barra do Rio Grande do Sul e porto do Rio Grande (decr. n. 7.021); rescinde o com José de Oliveira Castro para o arrendamento provisorio da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. n. 7.050); autoriza o de construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e do ramal de Itaquí (decr. n. 7.073); autoriza o da construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte entre Taipú e Caicó (decr. n. 7.074); transfere para Proença & Gouvêa o de construção do trecho da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte entre Taipú e Caicó (decr. n. 7.164); autoriza o de construção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá (decr. n. 7.171); autoriza a cele-

bração com o capitão-tenente Cleto Ladislau Tourinho Japi-Assú, do para a navegação a vapor entre Recife e Amarração, Recife e Bahia e Recife a Fernando de Noronha (decr. numero 7.196); autoriza o para garantia do empréstimo externo de £ 15.000.000, que o Estado de S. Paulo vae contrahir (decr. n. 7.212); declara a rescisão do feito com a Empresa Esperança Marítima para o serviço de navegação entre os portos da Republica (decr. n. 7.290); autoriza a celebração de para navegação costeira no Estado da Bahia (decr. n. 7.302); rescinde o celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para a navegação entre diversos Estados do Norte (decr. n. 7.303); approva as clausulas para novação do de arrendamento definitivo da Estrada de Ferro S. Francisco, na Bahia, e para o de arrendamento provisorio da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco e da Estrada de Ferro Central da Bahia (decr. n. 7.308); transfere ao Estado da Bahia a concessão feita ao capitão-tenente Cleto Ladislau Tourinho Japi-Assú para o a que se refere o decreto n. 7.196, de 1908 (decr. n. 7.334); autoriza o de construcção da secção de estrada de ferro de Alberto Isaacson a Bello Horizonte (decr. n. 7.362); autoriza o para a construcção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas entre S. Vicente e Bom Jardim (decr. n. 7.371); transfere para Ibirocahy & Comp. o de construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e ramal de Itaqui (decr. n. 7.425); transfere para Austrielliano de Carvalho & Comp. o para a construcção da Estrada de Ferro do Timbó a Propriá (decr. n. 7.440); transfere para a «Société de Construction du Port de Pernambuco» o celebrado com Edmond Bartissol o Demetrio Nunes Ribeiro para a execução das obras de melhoramentos do porto do Recife (decr. n. 7.447); autoriza a revisão do da Estrada de Ferro do Corcovado (decr. n. 7.480); transfere para a Companhia de Viação Geral da Bahia o de arrendamento das estradas de ferro federaes de que trata o decreto n. 7.308, de 1909 (decr. n. 7.509); substitue a clausula V do celebrado com a «Brazil Great Southern Railway Company» para construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Itaqui a S. Borja (decr. n. 7.519); autoriza a ce- do celebrado com a «Brazil Great Southern Railway Company» para a navegação entre o Rio de Janeiro e Paraty (decr. n. 7.520); autoriza o para o serviço de navegação dos rios Ibicuihy, até Cacequi, e Uruguay, até Santo Isidro, no Rio Grande do Sul (decr. n. 7.550); approva as clausulas para revisão do celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 7.562); approva a revisão do de arrendamento feito com a «Great Western of Brazil Railway» para a construcção do prolongamento das estradas de ferro arrendadas (decr. numero 7.632); approva a revisão do approved pelo decreto n. 3.329, de 1899, para illuminação da cidade do Rio de Janeiro (decr. n. 7.668); autoriza o de arrendamento da rede de viação cearense o a construcção de algumas estradas que a constituem (decr. n. 7.669); autoriza o com a Companhia Viação Ferrea Sapucahy para o arrendamento da viação sul mineira e construcção dos prolongamentos e ramaes (decr. n. 7.704); transfere ao Lloyd Brasileiro os celebrados em virtude dos decretos ns. 5.903 e 6.116, de 1906, e 7.061, de 1908, entre o Ministerio da Viação e M. Buarque & Comp.

(decr. n. 7.774); autoriza a modificação do celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas para o fim de ser adquirido o direito de reversão de suas linhas (decr. n. 7.773); autoriza o de navegação do alto Parnahyba com Oliveira Pearce & Comp. (decr. n. 7.776); autoriza a celebração de com Carlos Augusto da Silveira para o serviço de navegação a vapor no Maranhão (decr. n. 7.814); substitue diversas clausulas do decreto n. 7.073, de 1908 (decr. numero 7.837); substitue clausulas do decreto n. 7.669, de 1909 (decr. n. 7.842 A); approva as clausulas do com a Companhia Estrada de Ferro de Santa Catharina para a concessão da subvencão de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea (decr. n. 7.863); determina que os pagamentos a que se referem as clausulas II e III do decreto n. 7.562, de 1909, sejam feitos em titulos de 4 %, ouro (decr. numero 7.878); transfere á Companhia Nacional de Navegação Costeira o celebrado com Carlos Augusto da Silveira em virtude do decreto n. 7.814, de 1910 (decr. n. 7.906); autoriza a revisão do de construcção da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande e a transferencia e revisão dos de arrendamento das estradas de ferro do Paraná e D. Thereza Christina (decr. n. 7.928); approva as clausulas do com o Estado de S. Paulo para a concessão da subvencão para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense (decr. n. 7.959); approva as clausulas do com o coronel José Guilherme de Souza e outros para a concessão da subvencão para a construcção de uma linha ferrea entre Porto do Souza e Manhuassú (decr. n. 7.960); concede alteracão da clausula I do celebrado pelo governo do Estado da Bahia para a navegação costeira do mesmo Estado (decr. n. 7.982); concede ao governo do Estado da Bahia a rescisão do celebrado por força do decreto n. 7.196, de 1908 (decr. n. 7.983); autoriza o de arrendamento do novo caes do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 8.062); approva as clausulas do com a Companhia Viacão Ferrea de Itabapoana para concessão da subvencão de 15:000\$, por kilometro, para a construcção do trecho de linha ferrea da villa de Itabapoana a Bom Jesus de Itabapoana (decr. n. 8.102); approva as clausulas do com a Companhia Estrada de Ferro do Dourado para a concessão da subvencão de 15:000\$, por kilometro, para construcção da linha ferrea entre Ibitinga e rio Tieté e 36 kilometros de ponto mais conveniente do ramal de Bocaina a Barery, até á estação de Ayrosa Galvão (decr. n. 8.104); autoriza a revisão do com a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brasil para a navegação dos rios Tocantins e Araguaya e seus afluentes o substituição das estradas ao longo dos trechos oncochostrados (decr. n. 8.123); approva as clausulas do com Antonio José Ribeiro da Silva e outros para a concessão da subvencão de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma estrada de ferro, de Taubaté a Natividade (decr. n. 8.156); autoriza o de construcção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre Henrique Galvão e o Kilometro 48, da Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 8.271); approva as clausulas do com o coronel Paulo Orozimbo de Azevedo para a concessão da subvencão de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea, da fazenda Rio Claro a Mogy das Cruzes, na Estrada de Ferro

Central do Brasil (decr. n. 8.318); autoriza a revisão do approved pelo decreto n. 7.303, de 1909, para o fim de ser construída a rede de viação ferrea da Bahia (decr. numero 8.321); autoriza o para execução das obras de saneamento e dragagem dos rios que desagüam na bahia do Rio de Janeiro (decr. n. 8.323); approva as clausulas do com o Dr. Bento Dinard de Araujo para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma estrada de ferro, de Campo Bello a Resende, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.328); approva as clausulas do com Fabio Botelho para concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea, de Guaratinguetá a Pindamonhangaba (decr. n. 8.340); approva as clausulas da com Antonio Mendes Fernandes Ribeiro para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea, da uzina Carussú. no municipio de Barreiros, até ás proximidades da villa de Sertãozinho (decr. n. 8.341); approva as clausulas do com Amandio Fidencio Lampert e outro para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea, de S. João do Montenegro até o limite do municipio de S. Sebastião de Cahy (decr. n. 8.342); approva as clausulas do com a Companhia Amparo Industrial para concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea, da estação de Villa Nova, na Estrada de Ferro Leopoldina, á margem do rio Muriahé, no logar Santa Rosa (decr. n. 8.343); auteriza a transferencia do de arrendamento do caes do porto do Rio de Janeiro á «Compagnie du Port de Rio de Janeiro» (decr. n. 8.364); approva as clausulas do com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo a Goyaz para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma estrada de ferro, de Monte Azul, em Bebedouro, ás margens do Rio Grande, divisa de Minas Geraes com S. Paulo (decr. n. 8.392); rescinde o a que se refere o decreto n. 7.904, de 1910 (decr. numero 8.407) — Ver COMPANHIAS — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS — REDE.

CONTRIBUIÇÃO — Ver ASYLO.

CONVENÇÕES — Publica a adhesão da colonia britannica da Rodhesia do Sul e do protectorado britannico de Bechuanaland á principal de Washington de 15 de junho de 1897 (decr. n. 3.991); publica a adhesão da Republica Dominicana á de Washington de 15 de junho de 1897, relativa á troca de encomendas postaes (decr. n. 4.191); publica a adhesão dos protectorados britannicos do léste africano e de Uganda á telegraphica internacional (decr. n. 4.192); publica a adhesão de Greta á postal universal de Washington de 15 de junho de 1897 e aos accórdos (decr. n. 4.477); publica a adhesão da Ilha de Greta á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 4.505); publica a adhesão do Japão á sobre permuta de encomendas postaes (decr. n. 4.543); publica a adhesão da Republica Oriental do Uruguay á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 4.589); publica a adhesão da Republica de Cuba á postal universal de 15 de junho de 1897 (decr. n. 4.701); publica a adhesão da Australia á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 4.791); pu-

blica a adesão da colonia franceza de Madagascar á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 4.837); publica a adesão do protectorado britannico da Nigeria do Sul á postal universal de Washington (decr. n. 4.889); publica a adesão do protectorado britannico de Somalilandia á postal universal de Washington (decr. n. 4.890); publica a adesão da « Eastern Extension (Australasia and China) Telegraph » á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 4.964); approva as modificações adoptadas pela Conferencia de Londres, em 1903, no regulamento telegraphico executorio da telegraphica de S. Petersburgo (decr. n. 5.132); publica a adesão das colonias do Transvaal do Rio Orange á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 5.252); publica a adesão da Suecia á internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. n. 5.266 A); publica a adesão das colonias italianas da Erythræa á postal universal (decr. n. 5.290); publica a adesão da Alemanha á internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. n. 5.306); publica a adesão da Republica do Panamá á internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. n. 5.339); publica a adesão da Republica do Panamá á postal universal de Washington e aos demais actos (decr. n. 5.375); publica a notificação da Republica do Panamá com as condições de sua adesão á postal universal de Washington (decr. n. 5.441); manda executar a de arbitramento entre o Brasil e o Perú para solução de reclamações de seus nacionaes (decr. n. 5.455); publica a adesão da colonia da Nova Zelandia ao acto addicional de Bruxellas de 14 de dezembro de 1900 e a accessão da colonia de Ceylão a para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 5.536 A); manda executar a sanitaria internacional entre o Brasil, a Argentina, o Paraguay e o Uruguay (decr. n. 5.705); publica a adesão da « German Netherlands Telegraph Company » á telegraphica internacional de São Petersburgo (decr. n. 5.737); publica a adesão da « East European Telegraph Company of Cologne » á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 5.737); publica a accessão da Islandia á telegraphica internacional (decr. n. 6.296); publica a accessão da Federação Australiana á internacional para a protecção da propriedade industrial (decr. n. 6.682); publica a accessão da Republica da Bolivia á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 6.779); manda executar a postal universal e outros actos internacionaes que a ella se relacionam, concluidos em Roma em 26 de maio de 1906 (decr. n. 6.896); publica a accessão da Republica do Chile á telegraphica internacional de S. Petersburgo (decr. n. 6.946); publica a adesão da colonia britannica de Trinidad e Tobago á internacional para protecção da propriedade industrial (decr. n. 7.017); manda executar a assignada em Roma, creando o Instituto Internacional de Agricultura (decr. n. 7.173); publica a adesão da Suecia á sanitaria internacional (decr. n. 7.331); publica a adesão da Gambia á sanitaria internacional (decr. n. 7.332); publica a adesão da Republica de Colombia á para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 7.337); publica a adesão do Imperio Ottomano á assignada em Genebra para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha (decr. n. 7.338); manda executar a radiotelegraphica (decr. n. 7.387); faz publica a adesão do Imperio da Ethiopia á

postal universal (decr. n. 7.441); promulga a assignada em 1908 entre o Brasil e os Estados Unidos, regulando a condição dos naturalizados que renovarem a sua residencia no paiz de origem (decr. n. 7.899); publica a adhesão da Republica de Cuba á internacional para a publicação das tarifas aduaneiras (decr. n. 8.097); publica a adhesão da Tunisia á radio-telegraphica entre o Brasil e varias potencias (decr. n. 8.196); publica a adhesão da Nova Zelandia á sanitaria internacional (decr. n. 8.251); publica a adhesão da Dinamarca á sanitaria internacional, assignada em Paris a 3 de dezembro de 1903 (decr. n. 8.334); publica as de Zanzibar e da Colonia de Curaçao á internacional radiotelegraphica, assignada a 3 de novembro de 1906 (decr. n. 8.335); publica a adhesão da França, por todas as suas colonias, á internacional radio-telegraphica (decr. n. 8.404) — Ver ACCÓRDOS.

CONVENIOS — Approva o celebrado entre o ministro da Fazenda e o presidente de Matto Grosso (decr. n. 4.400); manda executar o para a protecção da propriedade de marcas de fabrica e de commercio, celebrado entre o Brasil e a Republica Argentina em 30 de outubro de 1901 (decr. n. 5.877).

CONVERSÃO — Autoriza a iniciar a da divida externa de 5 % para 4 % (decr. n. 7.853).

CONVOCAÇÃO — Ver COMISSÕES — CONGRESSO NACIONAL.

COOPERATIVA BENEFICENTE MUTUA BRASILEIRA — Ver SOCIEDADES.

COOPERATIVA CIVIL DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS — Ver SOCIEDADES.

COOPERATIVA CIVIL DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS FEDERAES — Ver SOCIEDADES.

COOPERATIVA CRUZEIRO — Ver SOCIEDADES.

COOPERATIVA FLUMINENSE — Ver SOCIEDADES.

COOPERATIVA OPERARIA CARIOCA — Ver SOCIEDADES.

COOPERATIVA POPULAR DE CONSUMO ITALO-BRASILEIRA — Ver SOCIEDADES.

CORPOS — Altera o art. 33 do regulamento annexo ao decreto n. 3.843 para o de Patrões-Móres (decr. n. 3.910); approva o regulamento para o de Saude da Armada (decr. numero 4.323); approva o regulamento para o de Machinistas Navaes (decr. n. 4.417); dá novo regulamento ao de Infantaria de Marinha (decr. n. 4.660); deroga o art. 89, *in fine*, do regulamento do de Marinheiros Nacionaes (decr. n. 4.838); modifica o art. 91 do regulamento do de Bombeiros (decr. numero 4.887); fixa a intelligencia dos decretos ns. 3.259, de 1899, e 3.263, de 1905, que approvaram a consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Consular e ao Diplomatico (decr. n. 5.456); approva o regulamento para o de Commissarios da Armada (decr. n. 5.464); estabelece alterações nas divisas e distinctivos dos inferiores e praças dos da Marinha (decr. n. 5.499); crea uma medalha de merito para os officiaes e praças do de Bombeiros (decr. n. 6.043); declara comprehendidos na excepção dos arts. 14 e 60 do decreto n. 4.323

os cirurgiões que servirem como directores do Hospital de Marinha (decr. n. 6.330); crea a 6ª companhia do de Bombeiros (decr. n. 6.341); dá regulamento ao de Bombeiros (decr. numero 6.432); reorganiza o de Engenheiros Navaes (decr. numero 6.865); approva o regulamento das disposições da lei n. 1.060, de 1908, sobre o de Saude (decr. n. 6.972); reorganiza o de Machinistas Navaes (decr. n. 7.009); extingue o do Estado-Maior do Exercito (decr. n. 7.024); reorganiza o de Infantaria de Marinha (decr. n. 7.035); dá regulamento ao de Marinheiros Nacionais (decr. n. 7.124); approva o regulamento para o de Saude da Armada (decr. n. 7.204); manda adoptar nova tabella de gratificações para as praças do de Marinheiros Nacionais (decr. n. 7.399); approva o regulamento para instrução e serviço interno dos do Exercito (decr. n. 7.459); dá regulamento ao de Commissarios da Armada (decr. n. 7.616); providencia sobre a inclusão dos medicos e pharmaceuticos adjuntos e dos dentistas e veterinarios no quadro do de Saude (decr. n. 7.667); dá regulamento ao de Officiaes Inferiores da Armada (decr. n. 7.711); torna extensivos ao de Mecanicos Navaes os vencimentos e todas as vantagens estabelecidas pelo regulamento do de Officiaes Inferiores da Armada (decr. n. 8.141) — Ver BAIXA — CREDITOS — POSTOS — SORTEIO — UNIFORMES.

CORREIOS — Ver REGULAMENTOS — TERRITORIO.

CORRETORES — Altera a tabella das commissões devidas aos de mercadorias e navios da praça do Rio de Janeiro (decr. n. 5.798); approva o regulamento dos de mercadorias e de navios (decr. n. 8.248); crea a bolsa dos de mercadorias e navios (decr. n. 8.249).

CREAÇÃO — Ver CAIXAS — CONSULADOS — CURSOS — DIRECÇÃO — ESCOLAS.

CREDITOS — Abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:417\$338 para pagamento ao escrivão do juizo seccional no Piauhy, Jesuino José Rodrigues de Carvalho, e ao juiz de direito em disponibilidade, bacharel Francisco José da Silva Porto (decr. n. 3.891); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.699:730\$376, papel, e 28:547\$434, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 3.892); abre ao Ministerio da Industria os especiaes de 220.555 e 11.792 francos para pagamento á administração do Telegrapho Oriental (decr. n. 3.896); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 100:000\$ para pagamento de despesas de agasalho e soccorros aos retirantes cearenses (decr. n. 3.897); abre ao Ministerio da Industria o de 2.912:675\$525, complementar á verba 17ª do art. 25 da lei n. 652, de 1899 (decr. n. 3.898); abre ao Ministerio da Fazenda o de 603:618\$798 para pagamento a Karl Valais & Comp., Augusto Leuba & Comp. e Arelz & Comp. (decr. n. 3.905); abre ao Ministerio da Industria o de 287:894\$200, complementar ao autorizado pelo decreto n. 622, de 1899 (decr. n. 3.907); abre ao Ministerio da Fazenda o de 181\$427 para pagamento ao Dr. João de Carvalho Soares Brandão Sobrinho (decr. n. 3.903); abre ao Ministerio da Fazenda o de 53:950\$, complementar á verba — Recebedoria do Districto Federal (decr. n. 3.909); abre ao

Ministerio da Industria o especial de 9:138\$ para restituição a Severino Possas Nunes de pedaggio sobre a ponte Vacca-Cahy (decr. n. 3.911); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:300\$ para pagamento de premio a Silva Moreira & Comp. (decr. numero 3.921); abre ao Ministerio da Industria o especial de 100:000\$ para despesas com a construção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá (decr. n. 3.923); abre ao Ministerio da Fazenda o de 125:299\$391. ouro, suplementar á verba — Caixa de Amortização (decr. n. 3.936); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:500\$ para pagamento de ordenados ao ex-conferente da Alfandega do Ceará, Francisco de Paula Albuquerque Maranhão (decr. n. 3.938); abre ao Ministerio da Fazenda o de 216:085\$299. suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 3.939); abre ao Ministerio da Industria o especial de 46:800\$ para pagar a Estevão Cunha (decr. n. 3.949); abre ao Ministerio da Industria o de réis 30:660\$ para pagamento de diarias e de transporte aos engenheiros e conductores technicos da Inspeção Geral de Obras Publicas (decr. n. 3.954); abre ao Ministerio da Industria o de 1:643\$740. ouro, para pagamento de gratificação ao escripturario da Delegacia do Thesouro em Londres, Dario Caetano da Silva (decr. n. 3.955); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para despesas de transporte dos retirantes cearenses (decr. n. 3.956); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 9:511\$ para pagamento de differença de salarios, em 1898, aos operarios extraordinarios dispensados do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. n. 3.957); abre ao Ministerio da Industria o de 30:000\$ para pagamento á viuva e ao filho do Dr. Annibal Falcão (decr. n. 3.958); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:800\$ para pagamento de gratificações, em 1898 e 1899, á mestranca da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra da Capital Federal (decr. n. 3.959); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9:000\$ para pagamento de aluguel de armazens para a Alfandega de Macaé (decr. n. 3.960); abre ao Ministerio da Fazenda o de 33:155\$773 para indemnização a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 3.961); abre ao Ministerio da Justiça o de 216:361\$315. suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 3.966); abre ao Ministerio da Guerra o de 154:030\$119. suplementar á verba 16^a do art. 17 da lei n. 652, de 1899 (decr. n. 3.970); abre ao Ministerio da Fazenda o de 280:000\$. suplementar á verba — Mesas de rendas (decr. n. 3.972); abre ao Ministerio da Fazenda o de 401:206\$890 para pagamento a Pires Coelho & Comp. (decr. n. 3.973); abre ao Ministerio da Fazenda o de 179:717\$480 para pagamento a João de Aquino Fonseca e Fonseca Irmãos & Comp., em virtude de sentença (decr. numero 3.974); abre ao Ministerio da Fazenda o de 485:170\$824 para pagamento a Pires Coelho & Irmão e outros (decr. numero 3.975); abre ao Ministerio da Fazenda o de 429:919\$460 para pagamento a Silva Guimarães & Comp. (decr. n. 3.976); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.797:502\$320 para pagamento a Souza Filho & Comp. e outros (decr. n. 3.977); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.923:553\$314 para pagamento a Theodoro Wille & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 3.980); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 22:842\$380 para pagamento a D. Maria Constança de Gouvêa

Soares e outras, em virtude de sentença (decr. n. 3.981); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:723\$200 para indemnização ao Dr. Henrique Augusto Millet e sua mulher, em virtude de sentença (decr. n. 3.982); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 23:108\$322 para pagamento a docentes em disponibilidade dos institutos militares de ensino (decr. n. 3.993); abre ao Ministerio da Industria o especial de 100:000\$, complementar ao decreto n. 3.956, de 1901, para despesas com retirantes cearenses (decr. n. 4.002); abre ao Ministerio da Industria o de 250:000\$ para indemnização á Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão pela rescisão de contracto para o estabelecimento de immigrantes e nucleos colonias (decr. n. 4.003); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.630:884\$400 para pagamento de despesas de representação do presidente da Republica com a viagem á Republica Argentina (decr. n. 4.004); rectifica os decretos ns. 3.817, 3.818, 3.833 e 3.834, de 1900, e 3.897 e 3.956, de 1901, não sentido de serem considerados especiaes os por elles abertos ao Ministerio da Viação para soccorrer á população flagellada pela secca (decr. n. 4.021); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:650\$ para pagamento de gratificação ao preparador da cadeia de chimica industrial da Escola Polytechnica, Jayme Carlos da Silva Telles (decr. n. 4.022); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 14:237\$216 para pagamento de vencimentos ao Dr. Arlindo de Aguiar e Souza (decr. n. 4.026); abre ao Ministerio da Industria o de 1.500:000\$ para pagamento á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina pela rescisão de contractos para a fundação de burgos agricolas (decr. n. 4.027); abre ao Ministerio da Industria o especial de 250:000\$, complementar ao decreto n. 3.818, de 1900, para as obras complementares do açude de Quixadá (decr. n. 4.028); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:100\$ para pagamento de premio ao Dr. Tiburcio Valeriano Peceguciro do Amaral pela publicação das *Noções Elementares de Chimica Organica* (decr. n. 4.039); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao inspector, em comissão, da Alfandega de Santa Catharina, Augusto Rangel Alvim (decr. n. 4.043); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8:400\$ para pagamento a José Rodrigues Bastos Coelho (decr. n. 4.060); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 72:751\$947, complementar á verba 10^a do art. 43 da lei número 652, de 1899 (decr. n. 4.061); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 304\$166 para pagamento de vencimentos a Damaso Corrêa de Bittencourt, escrivão do juizo seccional no Paraná (decr. n. 4.062); abre ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$, ouro, complementar á verba — Caixa de Amortização (decr. n. 4.079); abre ao Ministerio da Fazenda o de 45:997\$038, ouro, complementar á verba — Casa da Moeda (decr. n. 4.080); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 95:000\$ para despesas com a desapropriação do terreno e predio á rua Humaytá n. 44 e terreno anexo ao n. 46 (decr. n. 4.104); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 15:884\$355 para pagamento a Gustavo Saboya & Comp., em virtude de sentença (decr. número 4.117); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 41:298\$898 para pagamento a docentes em disponibilidade dos

institutos militares de ensino, de gratificações (decr. n. 4.121); abre um especial para construção do trecho de Cacequy a Inhanduhy, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.124); abre o de 250:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 4.125); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:455\$ para pagamento a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de exames de preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional (decr. n. 4.131); abre ao Ministerio da Industria o especial de 20:750\$ para indemnizar o Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para conservação de linhas telegraphicas (decr. n. 4.138); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 6:272\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.140); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 150:000\$, ouro, para despesas com a representação brasileira na 2ª Conferencia Internacional Americana no Mexico (decr. n. 4.159); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e réis 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.168); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$ á verba Secretaria do Senado — e 46:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.169); abre ao Ministerio da Industria o especial de 200:000\$, suplementar ao decreto n. 4.002, de 1901 (decr. n. 4.190); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario da quantia de 837\$472 para pagamento de ordenado ao fiel aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Pernambuco, João Leopoldino do Rego (decr. n. 4.193); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ em papel-moeda e 12.000 dollars (ouro) para despesa com o reforço do material de illuminação da Brigada Policial (decr. n. 4.194); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 98:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 66:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.205); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.206); abre ao Ministerio da Industria o de 700:000\$ para organização do serviço de propaganda do café nos consulados (decr. n. 4.207); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 55:641\$ á verba 14ª para pagamento das despesas com augmento de praças no regimento de cavallaria da Brigada Policial (decr. n. 4.209); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 250:000\$ para auxiliar a Prefeitura do Districto Federal nas despesas com a peste bubonica (decr. n. 4.226); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 4.237); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 630\$ para pagamento de diaria a Candido da Cunha Villela (decr. n. 4.239); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para ser entregue a Alberto Santos Dumont como premio pela experiencia de um balão dirigivel (decr. n. 4.240); abre ao Ministerio da Industria o de réis 2.000:000\$ para pagamento á Companhia Norte Mineira pela rescisão de contractos para fundação de burgos agricolas (decr. n. 4.242); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 311:907\$771 para pagamento de quotas aos empregados das

alfandegas (decr. n. 4.243); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:806\$630 para pagamento ao major Democrito Ferreira da Silva, em virtude de sentença (decr. numero 4.244); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 143:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 111:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.245); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.246); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:000\$, para pagamento do aluguel da casa em que funciona a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, e o de 20:000\$, suplementar á verba 9ª do art. 28 da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 4.259); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.280); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 113:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado. — e 81:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.281); abre ao Ministerio da Justiça o de 100:000\$, suplementar ao n. 14 do art. 2º da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 4.288); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:225\$ para pagamento de ordenado ao almoxarife do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes (decr. n. 4.289); abre ao Ministerio da Guerra o de 736:424\$, suplementar á verba 10ª — Elapas, — do art. 15 da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 4.290); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 477:121\$620, ouro, suplementar á verba 35ª do art. 28 da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 4.291); abre ao Ministerio da Justiça o de 13:300\$ para pagamento do premio e impressão de 1.000 exemplares da *Theoria do Processo Civil e Commercial*, do Dr. João Pereira Monteiro (decr. n. 4.292); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 100:000\$, ouro, para despesas com a missão especial na questão de limites com a Guyana Inglesa (decr. n. 4.300); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.954:500\$332, papel, e 2:676\$445, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 4.301); abre ao Ministerio da Fazenda o de 132:101\$401 para pagamento de quotas a empregados das alfandegas (decr. n. 4.302); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 13:939\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença (decr. n. 4.303); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:000\$ para pagamento a Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra-mestre e mandador da extinta officina de correios do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, de gratificação (decr. n. 4.304); abre ao Ministerio da Justiça o de 53:590\$940 para pagamento de diversas obras e melhoramentos no Lyceu de Artes e Officios (decr. n. 4.306); abre ao Ministerio da Justiça o de 16:060\$ para pagamento ao bacharel Umbelino de Souza Marinho de ordenado como juiz de direito em disponibilidade (decr. n. 4.307); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:772\$200 para pagamento de gratificações a docentes em disponibilidade dos institutos militares de ensino (decr. n. 4.315); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 68:195\$189 para pagamento a

Procopio José dos Reis, em virtude de sentença (decr. numero 4.316); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 120:234\$721 para pagamento de vencimentos aos docentes postos em disponibilidade (decr. n. 4.317); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para despesas com a revisão da rede de encanamentos do abastecimento d'agua da Capital Federal (decr. n. 4.321); abre ao Ministerio da Industria o especial de 10:000\$ para despesas de representação dos productos brasileiros na Exposição Pan-Americana, em Buffalo (decr. n. 4.325); abre ao Ministerio da Justiça o de 8:100\$ para pagamento ao Dr. Clovis Bevilacqua de premio e indemnização da impressão do *Direito das Successões* (decr. n. 4.328); abre ao Ministerio da Marinha o de 5:763\$004 para pagamento de vencimentos ao auxiliar do auditor da Marinha (decr. n. 4.338); abre ao Ministerio da Guerra o de réis 14:188\$170 para pagamento da equiparação de vencimentos dos auditores de guerra do 4° e 6° districtos militares aos do auditor da Capital Federal (decr. n. 4.339); abre ao Ministerio da Industria o especial de 100:000\$ para a construção das linhas telegraphicas de Cuyabá a Corumbá (decr. numero 4.351); abre ao Ministerio da Industria o especial de 40:000\$ para pagamento de despesas com as obras complementares do agude de Quixadá (decr. n. 4.353); abre ao Ministerio da Fazenda os de 40:000\$, 813:116\$568 e réis 53:896\$520, supplementares ás verbas — Alfandegas, — Mesas de rendas — e — Comissão de 2 % para a venda de estampilhas (decr. n. 4.354); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 6:000\$ para pagamento de vencimentos ao ex-secretaire do extincto Arsenal de Marinha de Pernambuco, João Sabino Pereira Giraldes (decr. n. 4.355); abre ao Ministerio da Industria o especial de 553:618\$151 para pagamento de despesas com a conclusão da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.361); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para o serviço de propaganda de productos agricolas em varios centros commerciaes (decr. numero 4.364); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 400:000\$ para pagamento dos juizes de direito nomeados antes da organização judiciaria dos Estados (decr. n. 4.365); abre ao Ministerio da Guerra o de 127:099\$329, supplementar ao § 11 — Classes inactivas, — do art. 15 da lei n. 746, de 1900 (decr. n. 4.366); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 155:438\$725, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 4.367); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 12:000\$ para despesa com a impressão de 3.000 exemplares da obra *Licções de Balística*, do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho (decr. numero 4.371); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 480\$ para pagamento de gratificação ao tenente-coronel do Exército, José Faustino da Silva, em 1898 (decr. n. 4.372); abre ao Ministerio da Industria o especial de 570:000\$ para conclusão da infraestrutura do trecho Inhandubá-Uruguayana, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.381); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:414\$476 para pagamento de differença de ordenado ao major do Exército Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar (decr. n. 4.383); abre ao Ministerio da Industria o especial

de 200:000\$, para ser applicado á construcção de linhas telegraphicas nos Estados de Minas, Ceará, Piauhy, Espirito Santo e Santa Catharina (decr. n. 4.386); abre ao Ministerio da Industria o de 10:000\$ para despesas com a acquisição de sementes e plantas e transportes de animaes de raça (decr. numero 4.398); abre ao Ministerio da Justiça o de 200:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 4.403); abre ao Ministerio da Justiça o de 13:350\$, suplementar á verba 9^a do art. 2^o da lei n. 746, de 1900, para pagamento de ajudas de custo a deputados e senadores (decr. n. 4.413); abre ao Ministerio da Fazenda o de 225:939\$794 para pagamento de percentagem aos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 4.415); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 200:000\$ para pagamento de despesa com a impressão da obra *Sertum Palmarum* (decr. n. 4.428); abre ao Ministerio da Industria o especial de 80:000\$ para construcção de linhas telegraphicas nos Estados de Sergipe, Ceará e Parahyba (decr. n. 4.441); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:190\$215 para pagamento ao major Victor Guillobel e ao capitão Alfredo Vidal, de gratificações (decr. numero 4.444); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para despesas de propaganda de productos mineraes (decr. n. 4.446); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.381:875\$, sendo 316:575\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 1.065:300\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.459); abre ao Ministerio da Justiça o de 119:533\$333, sendo 56:800\$ á verba — Secretaria do Senado — e 62:733\$333 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.461); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 6:530\$107 para pagamento de vencimentos ao ex-inspector da Alfandega do Espirito Santo, Apulchro Motta (decr. n. 4.466); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 31:379\$347 para indenificação de despesas com o Congresso Nacional de Agricultura (decr. n. 4.475); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 300:000\$ para o emprestimo de que trata o art. 31, § 18, da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 4.493); abre ao Ministerio da Fazenda o de 79:419\$356 para pagamento de quotas a empregados das alfandegas do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Norte (decr. n. 4.494); abre ao Ministerio da Fazenda o de 86:328\$, ouro, para acquisição de 600.000 apolices em execução do decreto n. 4.330, de 1902 (decr. n. 4.506); abre ao Ministerio da Justiça o de 142:736\$ para despesas com a installação da illuminação electrica na Casa de Detenção e na Casa de Correção (decr. n. 4.508); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:163\$978 para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior (decr. n. 4.509); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:132\$ para pagamento a operarios da Casa da Moeda (decr. n. 4.517); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de £ 370-15-5 para pagamento de concertos no cruzador *Benjamin Constant* (decr. n. 4.518); abre ao Ministerio da Industria o de 5:000\$ para despesas com o pagamento de productos agricolas em Osaka, Japão (decr. numero 4.520); abre ao Ministerio da Industria o especial de 237:216\$545 para as despesas resultantes de obras no canal do Mangue (decr. n. 4.530); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 80:000\$, ao cambio de 27 d., suplementar á

verba 6ª do art. 8º da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 4.531); abre ao Ministerio da Industria o especial de 50:000\$ para construcção da linha telegraphica de Salinas a Marapoim (decr. n. 4.540); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 204:495\$ para pagamento do pessoal da Repartição Geral dos Correios (decr. n. 4.541); abre ao Ministerio da Industria o de 408\$450, supplementar á verba 2ª — Correios, — para pagamento do pessoal de que trata o decreto n. 845, de 1902 (decr. n. 4.542); abre ao Ministerio da Industria o especial de 15:000\$ para a construcção da linha telegraphica para a villa de S. Benedicto, no Ceará (decr. n. 4.545); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 7:600\$ para a impressão do *Methodo Pratico de Ensino da Lingua Franceza* (decr. numero 4.546); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 24:685\$800 para pagamento a Wilson, Sons & Comp. (decr. n. 4.556); abre ao Ministerio da Industria o de 10:000\$ para despesas com a propaganda de productos agricolas nos Estados Unidos (decr. n. 4.559); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.562); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 82:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.563); abre ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$ para cumprimento do disposto no decreto legislativo n. 864, de 1902 (decr. n. 4.564); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:863\$317 para pagamento ao tenente-coronel Alecbiades Martins Rangel e ao major Marcos Franco Rabello, de gratificações (decr. n. 4.578); abre ao Ministerio da Industria o de 20:000\$ para despesas com a representação dos productos brasileiros na Exposição Pan-Americana de Buffalo (decr. n. 4.579); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 64:703\$414 para despesas com diversas subconsignações do orçamento da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 4.586); abre ao Ministerio da Industria o de 12:000\$ para despesas com a propaganda de productos agricolas nos Estados Unidos (decr. n. 4.588); abre ao Ministerio da Industria o de 30:000\$ para auxilio á Sociedade Brasileira Exportadora de Café (decr. n. 4.592); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 4.601); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 83:700\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.602); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:000\$ para ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas (decr. numero 4.604); abre ao Ministerio da Industria o de 15:000\$ para despesas com a propaganda do gaz natural no municipio de Recife (decr. n. 4.612); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 139:644\$269 para construcção do edificio destinado á Alfandega de Paranaguá (decr. n. 4.613); abre ao Ministerio da Justiça o de 377:300\$, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 4.638); abre ao Ministerio da Industria o de 15:000\$ para aquisição de sementes e plantas (decr. n. 4.640); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 5:000\$ para pagamento de um terreno adquirido

para uso da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.642); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 77:521\$899 para pagamento de vencimentos ao pessoal do Corpo de Patrões-Móres, a um capitão de mar e guerra, um capitão de fragata e tres medicos de 5ª classe (decr. n. 4.643); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 10:000\$ para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboia o premio e a impressão do *Tratado de Cirurgia Contemporanea* (decr. n. 4.645); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:000\$ para ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia (decr. n. 4.651); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 83:200\$, sendo 33:200\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.671); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 4.672); abre ao Ministerio da Industria o de 30:000\$ para auxilio á Sociedade Cooperativa União dos Lavradores de S. Paulo (decr. numero 4.675); abre ao Ministerio da Fazenda o de 317:989\$583, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 4.678); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 28:000\$ para a impressão de 3.000 exemplares da *Carta Descritiva*, organizada por Julio Cesar Pinto Coelho e Albino Alves Filho impressão de 3.000 exemplares da *Carta Descritiva*, ordinario de 100:000\$ para pagamento de despesas da verba — Obras (decr. n. 4.681); abre ao Ministerio da Marinha o de 65:000\$, suplementar á verba — Obras (decr. n. 4.692); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:000\$ para premio e publicação da *Sciencia de Finanças*, do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho (decr. n. 4.694); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 4.699); abre ao Ministerio da Justiça o de 89:200\$, sendo 33:200\$ á verba — Secretaria do Senado — e 56:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.700); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$ para pagamento do premio de viagem ao alumnio da Escola de Minas, Pedro Domingos Rache (decr. n. 4.702); abre ao Ministerio da Marinha o de 4.463:823\$816, suplementar á verba 21ª do art. 6º da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 4.705); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:860\$207 para pagamento de ordenado ao escriptão do almoxarifado do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Francisco Máuricio de Abreu (decr. n. 4.706); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 50:000\$ para despesas de representação e cortesia naval para com as marinhas estrangeiras (decr. n. 4.707); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 3:000\$ para restituição do deposito de igual quantia feito por Adolpho Gomes Netto (decr. numero 4.708); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 705\$600 para pagamento da indemnização a Joaquim Gomes de Souza Braga, em virtude de sentença (decr. n. 4.709); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 990:000\$ para despesas com o serviço de hygiene na capital da Repu-

blica (decr. n. 4.711); abre ao Ministerio da Justiça o de 14:868\$599, supplementar a diversas verbas da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 4.713); abre ao Ministerio da Justiça o de 30:300\$, supplementar á verba 9ª do art. 2º da lei n. 834, de 1901, para pagamento de ajudas de custo a deputados e senadores (decr. n. 4.714); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:992\$603 para pagamento de vencimentos e custas de processo movido contra a Fazenda Nacional pelo Dr. Augusto de Souza Brandão (decr. n. 4.715); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 260:000\$ para indemnizar o Banco da Republica do Brasil de igual somma despendida com a recepção da esquadra chilena e com as exequias em homenagem aos diplomatas chilenos fallecidos (decr. n. 4.716); abre ao Ministerio da Marinha o de 152:536\$482, supplementar a diversas verbas (decr. n. 4.717); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 130:000\$ para melhoramentos na Escola Naval (decr. n. 4.718); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 11:465\$ para pagamento a Felismino Soares & Comp. da segunda metade das obras de reparação das caldeiras do torpedeiro *Silvado* (decr. n. 4.719); abre ao Ministerio da Marinha o de 7:500\$ para pagar a Antonio de Castro Quadra a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina (decr. n. 4.720); abre ao Ministerio da Fazenda o de 120:939\$207, supplementar á verba 32ª—Obras (decr. n. 4.721); abre ao Ministerio da Fazenda o de 426:618\$352, supplementar á verba 11ª—Imprensa Nacional (decr. n. 4.723); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:098\$921 para pagamento do ordenado ao professor do Collegio Militar, Heme-terio José dos Santos (decr. n. 4.724); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 27:963\$133 para pagamento á «Société Anonyme des Anciens Etablissements Cail» (decr. n. 4.725); abre ao Ministerio da Fazenda o de 128:868\$, supplementar á verba 16ª—Alfandegas (decr. n. 4.726); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2.255:694\$241 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. numero 4.727); abre ao Ministerio da Justiça o de 25:000\$, supplementar á verba—Eventuaes (decr. n. 4.729); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 32:764\$ para obras nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia, adaptação e installação da Maternidade e Escola Profissional de Enfermeiras (decr. n. 4.730); abre ao Ministerio da Justiça o de 109:602\$658, supplementar á verba 37ª da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 4.731); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 59:335\$ para pagamento de moveis e accessorios decorativos no edificio destinado ao serviço da justiça federal (decr. n. 4.372); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario para pagamento de ajudas de custo aos deputados Anisio de Abreu, Raymundo de Vasconcellos, Frederico Borges e senador João Cordeiro (decr. n. 4.733); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 100:000\$ para despesas com a missão especial encarregada da questão de limites com a Guyana Inglesa (decr. n. 4.733 A); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 7:244\$ para pagamento a dous empregados da extincta Commissão de Melhoramentos do Rio Parnahyba (decr. n. 4.736); abre ao Ministerio da Fazenda o de 60:000\$, supplementar á verba—Reposições e restituições (decr. n. 4.737); abre ao Ministerio da Industria o de £13.708-7-9 para pagamento em Londres

aos liquidantes da Companhia Estrada de Ferro Central do Alagôas (decr. n. 4.738); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 774:040\$ para despesas com o serviço de hygiene defensiva (decr. n. 4.740); abre ao Ministerio da Industria o de 215:425\$059 para pagamento de garantia de juros á Estrada de Ferro Central de Macahé (decr. n. 4.742); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 4:286\$300 para pagamento á Companhia União Cearense, em virtude de sentença (decr. n. 4.743); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 400:000\$ para despesas com a installação de colonias correccionaes (decr. n. 4.744); abre ao Ministerio da Fazenda o de 216\$ para pagamento a D. Anna Coelho de Figueiredo, de differença de meio soldo (decr. n. 4.745); abre ao Ministerio da Industria o especial de 20:000\$ para auxiliar a construcção do aerostato «Santa Cruz» (decr. n. 4.747); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de réis 258:417\$494 para fazer face aos *deficits* das estradas de ferro Santa Maria ao Uruguay e D. Thereza Christina (decr. numero 4.748); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 101:662\$720, complementar á verba 10^a—Etapas (decr. numero 4.751); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 28:924\$452 para pagamento de vantagens não recebidas por varios officiaes em 1897 e 1898 (decr. n. 4.752); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 2.635:000\$ para despesas com o custeio das estradas de ferro D. Thereza Christina e Santa Maria ao Uruguay (decr. n. 4.754); abre ao Ministerio da Industria o de 25:000\$ para subvencionar a impressão dos trabalhos do Dr. Joaquim Carlos Travassos sobre a industria agricola (decr. n. 4.755); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 79.295,10 dollars para liquidação de contas com a casa Tlint & Comp. (decr. n. 4.760); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:500\$, complementar á verba—Secretaria do Senado,—para despesas com a stenographia dos debates (decr. n. 4.761); abre ao Ministerio da Industria o especial de 114:840\$ para alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre as estações de Lafayette e Gagé (decr. n. 4.771); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 500:000\$, papel, para despesas reservadas não previstas (decr. numero 4.777); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$, complementar á verba—Mesas de rendas (decr. n. 4.778); abre ao Ministerio da Industria o de 20:000\$ para auxiliar a construcção do aerostato «Pax» (decr. n. 4.782); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 61:470\$200 para as obras de consolidação e reconstrucção do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. n. 4.785); abre ao Ministerio da Fazenda o de 6:000\$, complementar á verba—Alfandegas (decr. n. 4.787); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1.000:000\$ para despesas com a mobilização das forças do Exército (decr. n. 4.788); abre ao Ministerio da Marinha o de 500:000\$, de accôrdo com o art. 10, letra f, da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.792); abre ao Ministerio da Marinha o de 25:000\$ para conclusão da muralha do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, contigua ao Mosteiro de S. Bento (decr. n. 4.793); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 60:000\$ para despesas de installação e custeio da Mesa de Rendas de Porto Acre (decr. n. 4.794); abre ao Ministerio da Fazenda o de 27:529\$962, complementar á verba 20^a do art. 23 da lei n. 834, de 1901 (decr. n. 4.795);

abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 150:000\$ para construcção da linha telegraphica da booca do Acre até Caquetá (decr. n. 4.797); abre ao Ministerio da Fazenda o de 852\$, complementar á verba—Caixa de Amortização (decr. n. 4.799); abre ao Ministerio da Justiça o de 44:483\$318, complementar á verba 29^a do art. 2^o da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.800); abre ao Ministerio da Industria o especial de 150:000\$ para o estudo e trabalhos concernentes á exploração de carvão de pedra no Estado do Pará e em outros Estados (decr. n. 4.803); abre ao Ministerio da Guerra o credito de 140:173\$212, complementar ao § 15—Material—consignação «Transporte de tropas» (decr. n. 4.804); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 50:000\$ para despesas de installação e custeio da caixa civil junto ás forças brasileiras no Acre (decr. n. 4.805); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:500\$, complementar á verba—Ajudas de custo (decr. n. 4.806); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 200:000\$ para compra de munições de guerra (decr. n. 4.807); abre ao Ministerio da Justiça o de 282:516\$841, complementar á verba 14^a do art. 2^o da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.808); abre ao Ministerio da Industria o especial de 100:000\$ para aquisição de sementes e plantas e pagamento de passagens e seguros de animaes (decr. n. 4.811); abre ao Ministerio da Industria o especial de 50:000\$ para auxiliar ou promover um concurso ou exposição deapparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool (decr. n. 4.812); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 20:000\$ para despesas com as experiencias do torpedo dirigivel «Torquato Lamarão» (decr. n. 4.818); abre ao Ministerio da Marinha o de 900:000\$ para despesas com as viagens de navios da Armada ao estrangeiro (decr. numero 4.819); abre ao Ministerio da Industria o de 1.800:000\$ para construcção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 4.828); abre ao Ministerio da Fazenda o de 190:001\$140 para restituição de direitos ao Estado de Minas Geraes (decr. n. 4.829); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2.366:270\$200 para pagamento da renuncia do «Bolivian Syndicate» á concessão para administrar o Acre (decr. n. 4.832); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:300\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador João Cordeiro e deputado Frederico Borges (decr. n. 4.840); abre ao Ministerio da Fazenda o de 33:234\$572 para pagamento a Conrado Alves de Medeiros, em virtude de sentença (decr. n. 4.861); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 13:325\$130 para pagamento de vantagens a varios officiaes do Exercito (decr. n. 4.874); torna extensivo ao segundo semestre de 1903 o extraordinario de 2.635:000\$ para despesas das estradas de ferro do Paraná e prolongamento da D. Thereza Christina e Santa Maria ao Uruguay (decr. n. 4.880); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 48:000\$ para as despesas com a recepção de diversas estradas resgatadas (decr. n. 4.891); abre ao Ministerio das Relações Exteriores um de 120:000\$, ouro, complementar á verba—Ajudas de custo (decr. n. 4.892); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15.662:500\$ para pagamento da arrematação da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas e da percentagem ao locoeiro (decr. n. 4.893); abre ao Ministerio da Industria o especial de 1.100:000\$, ouro, para despesas com a represen-

lação do Brasil na Exposição Universal de S. Luiz (decr. n. 4.897); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:000\$ para despesas da occupação do Acre (decr. n. 4.900); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 281:329\$498 para pagamento de differença de vencimentos aos inferiores da Armada (decr. n. 4.902); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 17:919\$354 para pagamento de vencimentos ao consultor geral da Republica e das despesas do seu gabinete (decr. n. 4.903); abre ao Ministerio da Industria o especial de 160:000\$ para despesas com melhoramentos da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. n. 4.910); abre ao Ministerio da Industria o especial de 300:000\$ para despesas com o custeio das propriedades necessarias ás obras do porto do Rio de Janeiro e serviços preliminares (decr. n. 4.911); abre ao Ministerio da Industria o especial de 500:000\$ para construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité a Boa União (decr. n. 4.912); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 9:000\$ para pagamento de premio ao Dr. João Mendes de Almeida Junior pela sua obra *Processo Criminal Brasileiro* (decr. n. 4.921); abre ao Ministerio da Industria o especial de 570:000\$ para proseguimento das obras de conclusão dos trechos de Uruguayana a Inhanduby e Jaraguá a Cacequy, do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.924); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 54:546\$784 para despesas com a reconstrução do pavilhão Deodoro no Hospital Central do Exército (decr. n. 4.926); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ao cambio par, para premio de viagem ao alumno da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio do Prado Valladares (decr. n. 4.929); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:180\$676 para pagamento de gratificação aos lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão e Pedro de Almeida Magalhães (decr. n. 4.930); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para attender á despesa com a manutenção no estrangeiro do alumno da Escola Polytechnica, Asdrubal Teixeira de Souza (decr. n. 4.931); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:900\$ para despesa com a publicação da *Memoria Historica* e da *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia* (decr. n. 4.932); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 4:538\$640 para pagamento de vencimentos a diversos funcionarios da Secretaria (decr. n. 4.938); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 27:592\$972 para pagamento de commissão de 2 % aos vendedores de estampilhas (decr. n. 4.940); abre o extraordinario de 3:000\$ para pagamento de despesas com material para o Thesouro Federal (decr. n. 4.941); abre ao Ministerio das Relações Exteriores os de 100:000\$, papel, e 45:000\$, ouro, supplementares ás rubricas 3ª e 7ª do art. 8º da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.946); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 5:053\$763 para pagamento de ordenado ao mestre de officina, aposentado, do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Thomaz Antonio Francisco Barreto (decr. n. 4.947); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 948\$380 para pagamento de ordenado ao escrevente aposentado do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, José Luiz Mendes Diniz (decr. n. 4.948); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 992\$ para

pagamento de ordenado ao pedagogo aposentado da Companhia de Aprendizizes Artífices do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, tenente honorario Joaquim Antonio de Oliveira Baduen (decr. n. 4.949); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 28:000\$ para pagamento á Imprensa Nacional da impressão de 2.000 exemplares do *Codigo Internacional de Signaes* (decr. n. 4.950); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 3:600\$ para pagamento de ordenado a Antonio Rodrigues de Oliveira, amanuense do extinto Arsenal de Marinha da Bahia (decr. n. 4.951); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 166\$ para pagamento de differença de vencimentos ao ex-operario das officinas de torpedos e electricidade, José Pinto de Castro (decr. n. 4.952); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:361\$289 para pagamento de meio soldo a D. Amalia Brum Gonçalves (decr. n. 4.953); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:883\$200 para pagamento a D. Eugenia Torreão Corrêa de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 4.954); abre ao Ministerio da Justiça o de 200:000\$, suplementar á verba—Soccorros publicos (decr. n. 4.957); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:352\$500 para pagamento de meio soldo a D. Amanda Dolores Pitham (decr. n. 4.958); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 17:250\$ para indemnizar ao Dr. João Vieira de Araujo, professor da Faculdade de Direito do Recife, a despesa com impressão de duas obras e pagar os premios arbitrados (decr. n. 4.962); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.849:806\$571 para pagamento de concertos em navios da Armada (decr. n. 4.967); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.481:357\$512, suplementar á rubrica 21ª—Munições de bocca (decr. numero 4.968); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 8:660\$ para premio e impressão da obra que pretendem publicar os Drs. Miguel Couto e Oliveira Sodré e para indemnização ao Dr. Vicente de Souza pela publicação do seu trabalho *Restituição da Pronuncia Latina* (decr. n. 4.972); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 65:249\$956, sendo 15:249\$956 á verba—Secretaria do Senado—o 50:000\$ á verba—Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 4.973); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba—Subsidio dos senadores—e 477:000\$ á verba—Subsidio dos deputados (decr. n. 4.974); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:690\$322 para pagamento de gratificação ao curador das massas fallidas, bacharel Luiz Teixeira de Barros Junior (decr. n. 4.975); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 3:692\$912, sendo 3:492\$912 para pagamento de gratificação e diaria addicional a carteiros e serventes e 200\$ para complemento de vencimentos a amanuenses dos Correios do Espirito Santo (decr. n. 4.976); abre ao Ministerio da Industria o especial de 150:000\$ para auxiliar a Exposição Industrial de Apparelhos a Alcool (decr. n. 4.977); abre ao Ministerio da Industria o de 25:000\$, suplementar á subconsignação do art. 36 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 4.980); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 32:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional (decr. n. 4.981); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:604\$934, suplementar á rubrica 27ª da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.982); abre

ao Ministerio da Industria o extraordinario de 514:043\$200 para despesas com o custeio da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio (decr. n. 4.989); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 166:141\$755 para pagamento da garantia de juros de 6 % á Companhia Engenho Central de Quissamã (decr. n. 4.991); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 100:000\$, ouro, para despesas com a missão especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Ingleza (decr. n. 4.992); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1.200:000\$ para despesas de custeio da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 4.993); abre ao Ministerio da Industria o especial de 73:844\$202, papel, e £ 100-0-0 para despesas de resgate de estradas de ferro (decr. n. 4.994); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.641:037\$572, suplementar á verba 25^a, n. 32, da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.995); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para auxiliar a comissão organizadora do 3º Congresso Latino-Americano (decr. numero 4.997); abre ao Ministerio da Guerra o de 323:000\$, suplementar á verba 15^a, consignação 32^a, do art. 16 da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 4.998); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:700\$ para pagamento de subsidio ao ex-deputado por Pernambuco, João de Siqueira Cavalcanti (decr. n. 4.999); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:151\$500 para pagamento de pensão a Luiz Affonso Ferreira, ex-empregado da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 5.000); abre ao Ministerio da Industria o de 49:912\$530, suplementar á rubrica «Gratificação adicional a carteiros», da verba 3^a — Correios (decr. n. 5.005); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 7:263\$874 para pagamento de vencimentos a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 5.006); abre ao Ministerio da Industria o de 481\$447 para pagamento de gratificação a Manoel de Albuquerque Portocarrero, amanuense da Directoria Geral de Estatistica (decr. n. 5.007); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.008); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 68:000\$, sendo 18:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.009); abre ao Ministerio da Justiça o de 100:000\$, suplementar á rubrica — Diligencias policiaes (decr. n. 5.012); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 100:000\$ para pagamento de despesas eleitoraes realizadas (decr. n. 5.013); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 22:983\$840 para pagamento de vencimentos ao engenheiro Emilio Odebrecht, chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 5.014); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 179:400\$ para pagamento de garantia de juros á «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» (decr. n. 5.015); abre ao Ministerio da Guerra o de 2.184:637\$, suplementar á rubrica 10^a — Etapas (decr. n. 5.017); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:482\$500 para abonos de sextas e serções a operarios da Casa da Moeda (decr. n. 5.019); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 600\$ para pagamento de gratificações aos primeiros escripturarios do Thesouro Federal, Bernardo Hyllarião Alves da Silva e Alfredo Regulo Valdetaro (decr. n. 5.020); abre ao Ministerio da Industria o especial de réis

380:000\$ para supprir as deficiencias da verba 11^a, destinada á revisão da rêde e novas canalizações de aguas nos subúrbios da Capital Federal (decr. n. 5.021); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 10:300\$ para indemnização ao lente do Gymnasio Nacional, bacharel João Ribeiro, da despesa com a publicação da *Historia do Oriente e Grecia e Historia do Brasil* (decr. n. 5.024); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:000\$ para pagamento aos professores das cadeiras de logica e de literatura, creadas no Gymnasio Nacional (decr. n. 5.025); abre ao Ministerio da Justiça o de 250:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.026); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 859\$677 para pagamento de vantagens ao segundo tenente de 6^o Regimento de artilharia Ricardo de Berredo (decr. n. 5.028); abre ao Ministerio da Justiça o de 14:000\$ para despesas com exames de preparatorios (decr. n. 5.033); abre ao Ministerio da Justiça o de 8:744\$934 para pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima seus ordenados de magistrado em disponibilidade (decr. n. 5.034); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 6:391\$715 para pagamento de vantagens ao alferes José Menescal de Vasconcellos e outros (decr. n. 5.041); abre ao Ministerio das Relações Exteriores um de 30:000\$, suplementar á verba 4^a — Commissões de limites (decr. n. 5.042); abre ao Ministerio da Fazenda o de 4:884\$285 para pagamento de meio soldo a D. Maria Francisca de Mello Carvalho (decr. n. 5.043); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:450\$ para pagamento de subsidios ao ex-deputado José Augusto Vinhaes (decr. n. 5.044); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.045); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e réis 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.048); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 850:000\$ para pagamento de concertos em navios da Armada (decr. n. 5.052); abre ao Ministerio da Marinha o de 120:000\$ para admissão de pessoal extraordinario no Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. n. 5.053); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 70:929\$140 para restituição de igual quantia recolhida ao Cofre de Orphãos em 1886, pertencente aos menores Benjamin, Luiza e Joaquim (decr. n. 5.054); abre ao Ministerio da Fazenda o de 4:462\$500 para pagamento de meio soldo a D. Balbina Maria Netto da Costa (decr. n. 5.055); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 25:956\$362 para pagamento de vencimentos e custas de processo ao official da Brigada Policial, Americo Augusto de Azevedo Bello (decr. n. 5.056); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:098\$120 para pagamento de ordenados ao professor do Collegio Militar, Luiz Bello Lisboa (decr. n. 5.064); abre ao Ministerio da Marinha os de 88:918\$706, 416:193\$270 e 166:840\$885, suplementares ás verbas 9^a, 10^a e 26^a do art. 9^o da lei n. 957, de 1902 (decr. n. 5.065); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:915\$892 para pagamento ao ex-chefe de secção da Alfandega do Pará, Augusto Joaquim de Carvalho (decr. n. 5.067); abre ao Ministerio da Guerra o de 792:998\$875, suplementar á verba — Soldos e gratificações (decr. n. 5.070); abre ao Ministerio da Fazenda o

extraordinario de 602:704\$660 para pagamento a Gurjão & Tavares, em virtude de sentença (decr. n. 5.073); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 8:719\$139 para pagamento ao segundo official dos Correios de Alagoas, Francisco Aureliano Barauna (decr. n. 5.075); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 2:160\$ para pagamento de vantagens aos alferes José de Figueiredo Mascarenhas e Trajano Mascarenhas de Figueiredo (decr. n. 5.077); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.079); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 79:417\$, sendo réis 29:417\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.080); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 117:000\$, ao cambio de 27 d., para pagamento da garantia de juros á Companhia Victoria a Minas (decr. n. 5.082); abre ao Ministerio da Justiça o de 729:130\$, suplementar á verba — Obras, — para as installações, reparos e outras despesas com o Hospicio e Colonia de Alienados (decr. n. 5.086); abre ao Ministerio da Marinha o de 4:550\$ para pagamento de vencimentos a João Joaquim de Oliveira, primeiro pratico das barras de Sergipe (decr. n. 5.087); abre ao Ministerio da Marinha o de 552:838\$785, suplementar á rubrica 14^a — Força Naval (decr. n. 5.088); abre ao Ministerio da Justiça o de 40:000\$ para indemnizar D. Josina Peixoto de igual importancia despendida na construcção do sepulchro do marechal Floriano Peixoto (decr. n. 5.089); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para despesas de representação no Congresso Latino-Americano e exposição annexa (decr. n. 5.090); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 2:575\$129 para pagamento ao preparador interino da Escola Polytechnica, engenheiro Estanislau Luiz Bousquet (decr. n. 5.091); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 264:697\$838 para abono de percentagens aos empregados de diversas alfandegas por excesso de renda em 1902 (decr. n. 5.096); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 196:621\$396 para abono de percentagens aos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 5.097); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 7:459\$469 para abono de percentagens aos empregados da Alfandega de Sergipe (decr. n. 5.097 A); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 32:862\$300 para pagamento a João da Cruz Secco, em virtude de sentença (decr. n. 5.098); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 13:897\$ para indemnização, ao Dr. Sylvio Romero, da despesa com a impressão da *Historia da Literatura Brasileira* e pagamento do premio (decr. n. 5.099); abre ao Ministerio da Justiça o de 20:000\$ para subvencionar o Dr. Vital Mineiro da Campanha (decr. n. 5.100); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:815\$469 para pagamento de ordenado ao mestre da officina de roupas brancas do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento Guimarães (decr. n. 5.104); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:363\$ para pagamento de vencimentos ao guarda do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Maximo Francisco da Silva (decr. n. 5.105); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 479\$624 para pagamento de ordenado ao ex-mestre de gymnastica do

extincta Companhia de Aprendizes Artifices do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Antonio João Nepomuceno (decr. n. 5.106); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:974\$600, ouro, e 462:032\$529, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 5.108); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 40:244\$543 para pagamento de gratificações pelo serviço de estatística e revisão de despachos (decr. n. 5.109); abre ao Ministerio da Fazenda o de 399:142\$889, suplementar á rubrica 12ª — Imprensa Nacional e *Diario Official* (decr. n. 5.110); abre ao Ministerio da Justiça o de 338:625\$ para pagamento da construção da ponte da praia do Flamengo (decr. n. 5.111); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 20:000\$ para despesas com as exequias do vice-presidente eleito da Republica. Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão (decr. n. 5.112); abre ao Ministerio da Guerra o de 84:590\$685, suplementar á rubrica 11ª — Classes inactivas (decr. n. 5.115); abre ao Ministerio da Guerra o de 3:027\$095 para pagamento ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa de gratificações de exercicio e quantitativo para criado (decr. n. 5.116); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 220:000\$ para despesas de viagem no estrangeiro (decr. n. 5.121); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:900\$ para pagamento de vencimentos ao primeiro escripturario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elysio do Nascimento (decr. n. 5.124); abre ao Ministerio da Industria o especial de 20:000\$ para custear a conservação das obras executadas na lagoa Rodrigo de Freitas (decr. n. 5.126); abre ao Ministerio da Industria o de réis 500:000\$ para despesas com a continuação das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité (decr. n. 5.127); abre ao Ministerio da Industria o especial de 2.421:200\$ para ser applicado no custeio das estradas de ferro D. Thereza Christina, Santa Maria ao Uruguay e Oeste de Minas (decr. n. 5.128); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 29:434\$451 para pagamento a Verano Gomes Alonso de Almeida e Manoel Alves da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 5.129); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 68:761\$051 para restituição de imposto sobre vencimentos a ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 5.133); abre ao Ministerio da Industria o de 111:890\$600, suplementar á sub-consignação «Taxas de esgotos de predios e corticos» (decr. n. 5.135); abre ao Ministerio da Fazenda o de 239:223\$637, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 5.136); abre ao Ministerio da Industria o de 453:500\$ para augmento da despesa com a alteração dos quadros do pessoal das repartições de Fazenda (decr. n. 5.144); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.173:150\$ para pagamento de subsidio a deputados e senadores (decr. n. 5.148); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 151:811\$923 para despesas de material com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional (decr. n. 5.149); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 100:000\$ para despesas com a aquisição de novo material e transferencia para outro predio da Delegacia Fiscal em Pernambuco (decr. n. 5.155); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para aquisição de sementes e plantas do paiz e do estrangeiro, pagamento de passagens e transporte de animaes reproductores (decr. n. 5.158); abre ao Ministerio da Justiça o de 3.685:141\$

para custeio de serviços organizados pelo decreto n. 1.151, de 1904 (decr. n. 5.165); abre ao Ministerio da Marinha o de 340:000\$ para proseguimento da construcção do monitor *Pernambuco* (decr. n. 5.166); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 763\$452 para pagar a D. Luiza Duarte Sayão Lobato vencimentos do seu finado marido, Pedro Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, segundo official aposentado dos Correios (decr. n. 5.168); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de réis 800:000\$, papel, para despesas de caracter reservado (decr. n. 5.169 A); abre ao Ministerio da Guerra o de 323:572\$500, complementar ao § 10 — Etapas (decr. n. 5.172); abre ao Ministerio da Guerra o de 446:464\$562, complementar ao § 15 — Material — «Transporte de tropas» (decr. n. 5.173); abre ao Ministerio da Industria o de 72:325\$104, ouro, complementar á verba 8ª do art. 21 da lei n. 957, de 1902, para pagamento de juros garantidos á Estrada de Ferro Victoria a Diamantina (decr. n. 5.174); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 700:700\$, complementar á verba — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1903 (decr. n. 5.175); abre ao Ministerio da Fazenda o de 117:182\$469 para pagamento de percentagens a empregados de diversas alfandegas (decr. n. 5.176); abre ao Ministerio da Guerra o de 204:800\$, complementar ao § 9º — Soldos e gratificações (decr. n. 5.177); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 20:000\$, ouro, complementar á verba 7ª — Extraordinarias no exterior (decr. n. 5.178); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.500:000\$, complementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 5.179); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8:442\$519, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 5.182); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:721\$280 para pagamento a D. Maria Candida Gonçalves, viuva do major Servilio José Gonçalves, de vantagens não recebidas (decr. n. 5.183); abre ao Ministerio da Marinha o de 170:847\$192, complementar ás verbas 26ª — Fretes — e 27ª — Eventuaes (decr. n. 5.184); abre ao Ministerio da Marinha o de 219:406\$ para obras no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha, na fortaleza e na mortona do Arsenal de Marinha do Ladarío (decr. n. 5.185); abre ao Ministerio da Justiça o de 27:684\$160 para despesas creadas pelo decreto n. 1.152, de 1904 (decr. n. 5.186); abre ao Ministerio da Justiça o de 300:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.193); abre ao Ministerio da Industria o de 1.200:000\$ para as obras do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 5.199); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 650:000\$ para despesas de viagens de navios a portos estrangeiros (decr. n. 5.200); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1.410\$160 para pagamento ao Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 5.202); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:165\$504 para pagamento de vencimentos ao solicitador da Fazenda Nacional perante o Supremo Tribunal Federal (decr. n. 5.203); abre ao Ministerio da Justiça o de 7:600\$ para installação da secção da justiça federal, creada pelo decreto n. 1.152, de 1904 (decr. n. 5.208); abre ao Ministerio da Industria o especial de 350:000\$ para as despesas com a construcção das obras de prolongamento da Es-

trada de Ferro de Baturité (decr. n. 5.210); abre ao Ministerio da Justiça o de 692:100\$ para despesas com a organização do territorio do Acre (decr. n. 5.215); abre ao Ministerio da Marinha o de 82:000\$ afim de completar o pagamento de uma porta-caixão para o Dique Guanabara (decr. n. 5.216); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:000\$ para despesas de ajudas de custo aos empregados de Fazenda da Mesa de Rendas e postos fiscaes no territorio do Acre (decr. n. 5.217); abre ao Ministerio da Fazenda o de 299:873\$330 para despesas com o pessoal e material da Mesa de Rendas e postos fiscaes no territorio do Acre (decr. n. 5.218); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$ para aquisição de uma lancha destinada á Prefeitura do Alto-Juruá (decr. n. 5.223); abre ao Ministerio das Relações Exteriores um de 200:000\$, papel, para despesas do tribunal arbitral estabelecido em virtude do Tratado de Petropolis (decr. n. 5.226); abre ao Ministerio da Justiça o de 600:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.236); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 63:977\$067, ouro, e 868:182\$220, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 5.240); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:399\$996 para pagamento de ordenado ao almoxarife aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes (decr. n. 5.248); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:916\$690 para pagamento de vencimentos ao mestre da extincta officina de correiros do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Orozimbo da Silva Marques (decr. n. 5.249); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:940\$012 para pagamento a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, em virtude de sentença (decr. n. 5.251); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldo e etapas a officiaes do quadro extraordinario (decr. n. 5.260); abre ao Ministerio da Justiça os de 342:811\$, papel, e 4:747\$533, ouro, supplementares a diversas verbas (decr. n. 5.261); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:333\$333 para installação e custeio da Mesa de Rendas de Bella Vista (decr. n. 5.262); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:521\$727 para pagamento ao amanuense da Repartição Geral de Estatística, Manoel de Albuquerque Portocarrero, em virtude de sentença (decr. n. 5.263); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 2.068:000\$ para custeio das estradas de ferro do Paraná e prolongamentos, D. Thereza Christina, Santa Maria ao Uruguay e Oeste de Minas (decr. n. 5.264); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:257\$ para pagamento de vencimentos a funcionarios do Senado (decr. n. 5.267); abre ao Ministerio da Justiça o de 800:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.272); abre ao Ministerio da Industria o especial de 50:000\$ para auxiliar a Sociedade Nacional de Agricultura na propaganda das applicações industriaes do alchool (decr. n. 5.279); abre ao Ministerio da Industria o especial de 300:000\$ para as despesas com a continuação das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité (decr. n. 5.281); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:491\$754 para pagamento do ordenado ao Dr. André Dias de Aguiar (decr. n. 5.286); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:300\$ para despesas de

installação, de pessoal e material da Mesa de Rendas da Foz do Iguaçu (decr. n. 5.292); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 5:181\$ para pagamento de diarias a Antonio José da Silva Rosa e outro, inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 5.300); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:000\$ para a despesa com o auxilio destinado a aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção á Infancia (decr. n. 5.301); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.309); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 38:616\$666, sendo 14:216\$666 á verba — Secretaria do Senado — e 24:400\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.310); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 6:434\$980 para pagamento a Francisco Affonso Palla, cessionario de diversas ex-praças do Exercito (decr. n. 5.314); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 100:000\$, ouro, para despesas com a conclusão dos trabalhos da missão encarregada da questão de limites com a Guyana Anglesa (decr. n. 5.316); abre ao Ministerio da Justiça o de 29:360\$, supplementar á rubrica 9ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.319); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:230\$670 para pagamento ao alferes da Brigada Policial, Napoleão Gonçalves Gutemberg, em virtude de sentença (decr. numero 5.320); abre ao Ministerio da Guerra o especial 107\$850 para pagamento de vencimentos aos soldados do 1º batalhão Martinho Xavier dos Santos e outros (decr. n. 5.326); abre o de 65.325:000\$ para aquisição da Companhia Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana (decr. n. 5.327); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 58:886\$639 para pagamento ao major da Brigada Policial, Luiz da Costa Azevedo, em virtude de sentença (decr. n. 5.329); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para pagamento de gratificação ao juiz que substituir o desembargador Antonio Joaquim Rodrigues (decr. n. 5.330); abre ao Ministerio da Marinha o de 300:000\$, supplementar á verba 11ª do art. 7º da lei n. 1.145, de 1903, para pagamento a operarios extraordinarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal (decr. n. 5.331); abre ao Ministerio da Justiça o de 32:923\$233, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.333); abre ao Ministerio da Marinha o de 40:771\$500 para pagamento de aparelhos necessarios ao servico de esgotamento dos diques Guanabara e Santa Cruz (decr. n. 5.342); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.168:800\$ para despesas com a Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana (decr. n. 5.343); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 15:455\$440 para pagamento de meio soldo e montepio a D. Damasia Malveiro da Motta, mãe do capitão-tenente Lindolpho Malveiro da Motta (decr. n. 5.344); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.345); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.346); abre ao Ministerio da Industria o de réis 550:000\$, supplementar á consignação «Revisão da rede de

distribuição d'agua» (decr. n. 5.350); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 3:795\$695 para pagamento ao engenheiro Nuno Alves Duarte Silva, de gratificação como director interino do Observatorio do Rio de Janeiro (decr. n. 5.351); abre ao Ministerio da Fazenda o de 292:802\$282, supplementar á rubrica 12^a do art. 25 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.353); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 27:915\$150, ouro, contribuição para a construção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a Bibliotheca Commemorativa de Colombo, em Washington (decr. n. 5.354); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 290:968\$494 para pagamento a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & Irmãos (decr. n. 5.359); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 567:100\$ para despesas com o custeio da Estrada do Paraná (decr. n. 5.363); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:644\$827 para pagamento de vencimentos ao Dr. José Julio Calazans, substituto da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 5.365); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 51\$849, ouro, e 699:394\$945, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. numero 5.368); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 6:379\$587 para pagamento ao Dr. Hilario Soares de Gouvêa, em virtude de sentença (decr. n. 5.369); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.370); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 29:683\$167 para pagamento ao alferes da Brigada Policial, Alfredo Nunes de Andrade, em virtude de sentença (decr. n. 5.371); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo réis 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 470:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 5.372); abre ao Ministerio da Marinha o de 134\$094, supplementar a diversas rubricas (decr. n. 5.373); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 500:000\$, papel, para despesas com o accôrdo provisório entre o Brasil e o Perú (decr. numero 5.374); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 6:020\$ para pagamento de despesas a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 5.376); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1:553\$770 para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira (decr. numero 5.380); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 12:801\$870 para pagamento aos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior, em virtude de sentença (decr. n. 5.381); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 189\$500 para pagamento ao general de brigada Marciano de Magalhães, de custas a que foi condemnada a União (decr. n. 5.382); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 14:313\$065 para pagamento a Lobão & Irmão, em virtude de sentença (decr. n. 5.383); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$ para despesas com a aquisição e adaptação de um predio para a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Espirito Santo (decr. n. 5.384); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 72:853\$600 para pagamento de subvenção á «Amazon Steam Navigation Company» (decr. n. 5.387); abre ao Ministerio da Industria os especiaes de

124:947\$838, papel, e frs. 97.424,42, ouro, para liquidação de taxas de telegrammas officiaes, em exercicios encerrados (decr. n. 5.388); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 5.392); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.393); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 737\$633 para pagamento ao ajudante de porteiro, aposentado, do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, José Alfredo de Carvalho (decr. n. 5.395); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 9:445\$160 para pagamento de ordenado ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado (decr. n. 5.396); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:178\$567 para pagamento de ordenado ao mestre de musica, aposentado, da extinta Companhia de Artificios do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha (decr. n. 5.400); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1:397\$066 para pagamento de differença de vencimentos ao operario Ernesto Luciano Martins (decr. n. 5.401); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 34:153\$206 para pagamento do augmento de vencimentos a professores e repetidores dos institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos (decr. n. 5.405); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 1:761\$280 para pagamento de gratificação ao secretario do Jardim Botânico, Joaquim Campos Porto (decr. n. 5.409); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 7:263\$874 para pagamento de vencimentos a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegrafos (decr. n. 5.410); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 100:000\$, ouro, para despesas com uma missão especial á Columbia (decr. n. 5.411); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:000\$, suplementar á verba 22^a do art. 25 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.413); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 45:000\$, ouro, suplementar á verba 7^a do art. 5^o da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.415); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 150:000\$ para despesas com o alistamento de eleitores (decr. n. 5.416); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 34:164\$193 para pagamento ao alferes da Brigada Policial, Ernesto Pinto Machado (decr. n. 5.417); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 500:000\$ para despesas com a realização do Congresso Scientifico Latino-Americano (decr. n. 5.418); abre ao Ministerio da Justiça o de 50:368\$776, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 5.419); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 24:686\$034, ouro, e 913:316\$796, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 5.420); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 554\$351 para pagamento ao Dr. Raul de Souza Martins, em virtude de sentença (decr. n. 5.421); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para pagamento de despesas com o pessoal e material do Lazareto de Tamandaré (decr. numero 5.423); abre ao Ministerio da Guerra o de 59:412\$500,

supplementar á verba 15^a — Vantagens de forragens e ferragens (decr. n. 5.425); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 1:600\$ para augmento de vencimentos a Manoel Canuto do Nascimento, continuo addido á Secretaria (decr. n. 5.426); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 15:000\$, papel, supplementar ás 1^a e 2^a consignações da verba 1^a do art. 5^o da lei n. 1.145, de 1903 (decr. numero 5.428); abre ao Ministerio da Fazenda o de 52:652\$400 para despesas com as obras de reparação de que necessita a Alfandega do Recife (decr. n. 5.430); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 103:862\$180 para pagamento de despesas com a aquisição de material e transferencia da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Pernambuco (decr. n. 5.431); abre ao Ministerio da Industria o de 20:000\$ para despesas com a conservação das obras da lagoa Rodrigo de Freitas (decr. n. 5.436); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para os trabalhos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 5.437); abre o de 600:000\$ para as obras de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 5.438); abre ao Ministerio da Industria o de 250:000\$ para as despesas com os estudos para a exploração de minas de carvão de pedra (decr. n. 5.439); abre ao Ministerio da Industria o de 400:000\$ para as obras de elevação da Estrada de Ferro Central do Brasil entre S. Diogo e S. Christovão (decr. n. 5.440); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 3:930\$794 para pagamento de percentagem ao fiscal do imposto de transporte (decr. numero 5.442); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 31:889\$350 para pagamento de despesas com o serviço de exames de preparatorios (decr. n. 5.443); abre ao Ministerio da Fazenda o de 17:800\$, supplementar á verba 9^a do art. 25 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.450); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:000\$ para pagamento de despesas extraordinarias com o serviço de lançamento dos impostos de industrias e profissões e de revisão das penas d'agua (decr. n. 5.451); abre ao Ministerio das Relações Exteriores um extraordinario de 500:000\$, papel, para despesas com a execução do accôrdo provisório entre o Brasil e o Perú (decr. n. 5.454); abre ao Ministerio da Fazenda o de 49:400\$ para as despesas com o augmento do pessoal e material do Laboratorio Nacional de Analyses (decr. numero 5.457); abre ao Ministerio da Fazenda o de 36:825\$370, supplementar á verba — Recebedoria do Distrito Federal (decr. n. 5.462); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 213:445\$740 para despesas com a reforma da Justiça no Distrito Federal (decr. n. 5.467); abre ao Ministerio da Guerra o de 480:372\$875, supplementar á verba 15^a — Material — «Transporte de tropas» (decr. n. 5.472); abre ao Ministerio da Fazenda o de 558\$672 para pagamento ao Dr. Antonio de Olinda Almeida Cavalcanti, em virtude de sentença (decr. n. 5.473); abre ao Ministerio da Fazenda o de 747\$719 para pagamento ao Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro, em virtude de sentença (decr. n. 5.474); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:638\$045 para pagamento á Companhia de Aguas de Maceió (decr. n. 5.477); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 191:000\$ para des-

pesas com a garantia da ordem e segurança publicas (decr. n. 5.478); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 600:000\$ para as obras de reconstrução da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 5.480); abre ao Ministerio da Industria o de 5:814\$, supplementar á verba 8ª. para pagamento de juros á Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemerim (decr. n. 5.481); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 100:000\$ para as despesas com a creação de agencias do Correio (decr. numero 5.482); abre ao Ministerio da Fazenda o de 80:113\$978 para pagamento ao marechal Rufino Enéas Gustavo Galvão, visconde de Maracajú, em virtude de sentença (decr. n. 5.483); abre ao Ministerio da Fazenda o de 347:552\$324, supplementar á verba — Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 5.484); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 5.486); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 60:000\$ para aquisição da grande tela de Aurelio de Figueiredo, commemorativa do advento da Republica (decr. n. 5.487); abre ao Ministerio da Justiça o de 474:205\$225, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.489); abre ao Ministerio da Marinha o de 93:315\$916, supplementar á verba 26ª — Fretes, passagens, etc. (decr. n. 5.490); abre ao Ministerio da Fazenda o de 151:100\$819, ouro, supplementar á verba — Caixa de Amortização (decr. n. 5.491); abre ao Ministerio da Fazenda o de 267:375\$817, supplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 5.492); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 2.481:216\$261, supplementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 5.493); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:141\$218, supplementar á verba — Recbedoria da Capital Federal (decr. n. 5.497); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:000\$, supplementar á verba — Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 5.498); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 22:431\$939 para pagamento de despesas no territorio do Acre (decr. numero 5.500); abre ao Ministerio da Fazenda o de 36:706\$233 para pagamento ao bacharel Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, em virtude de sentença (decr. n. 5.501); abre ao Ministerio da Fazenda o de 141:356\$630, ouro, e 2:110\$021, papel, para pagamento a George C. Dickinson, em virtude de sentença (decr. n. 5.504); abre ao Ministerio das Relações Exteriores um extraordinario de 62:000\$, ouro, afim de dar execução ao disposto no art. 6º do decreto n. 1.321, de 1904 (decr. n. 5.508); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:174\$020 para pagamento de quotas ao inspector da Alfandega de Santos, Antonio Roberto de Vasconcellos (decr. numero 5.510); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$ para reconstrução do proprio nacional onde funciona a Sociedade Propagadora das Bellas Artes (decr. n. 5.511); abre ao Ministerio da Fazenda o de 14:827\$700 para pagamento a Ricardo Barradas Muniz, em virtude de sentença (decr. numero 5.512); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:000\$ para pagamento de despesas com a commissão do inquerito sobre a industria do assucar (decr. n. 5.513); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para despesas com o auxilio de casa ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 5.526); abre ao Mi-

nisterio da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para despesas com a transferencia e instalação dos tribunaes, juizes e serventuarios (decr. n. 5.533); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:971\$926 para pagamento a Arthur Americo Belém, em virtude de sentença (decr. n. 5.543); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 58:096\$836, complementar á verba 1ª do art. 5º da lei n. 1.316, de 1904, para pagamento de differença de vencimentos (decr. n. 5.552); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para a propaganda de productos agricolas, pastoris e mineraes (decr. n. 5.558); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$ para despesas de material dos postos fiscaes do territorio do Acre (decr. numero 5.559); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$, complementar á consignação «Revisão da rêde, novas canalizações, etc.» (decr. n. 5.567); abre ao Ministerio da Justiça o de 800:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.569); abre ao Ministerio da Fazenda o de 95:000\$ para aquisição da ilha do Marambaia (decr. numero 5.572); abre ao Ministerio da Fazenda o de 274:158\$059 para pagamento a Manoel José Bastos, em virtude de sentença (decr. n. 5.575); abre ao Ministerio da Industria o especial de 400:000\$ para as obras de elevação da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil entre S. Diogo e S. Christovão (decr. n. 5.584); abre ao Ministerio da Fazenda o de 23:335\$537 para pagamento a Paiva Valente & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 5.586); abre ao Ministerio da Fazenda o de 79:568\$150 para pagamento a Rubens Tavares, em virtude de sentença (decr. n. 5.587); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:010\$747 para pagamento a Luiz Sampaio Moreira, em virtude de sentença (decr. n. 5.594); abre ao Ministerio da Fazenda o de 200:000\$ para despesas com o serviço fiscal no departamento do Alto-Juruá (decr. n. 5.595); abre ao Ministerio da Fazenda o de 188\$700 para pagamento ao capitão de fragata Aristides Monteiro de Pinho, em virtude de sentença (decr. n. 5.596); abre ao Ministerio da Marinha o de 500\$ para pagamento a Jorge e Santos do aluguel do predio em que funciona a Escola de Aprendizes Marinheiros (decr. n. 5.602); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 16:419\$750 para pagamento a Robert Blosset & Hermanos (decr. n. 5.611); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 225:000\$ para pagamento a Schultz Vereinung (decr. n. 5.613); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8:000\$ para pagamento de congruas ao bispo de Goyaz, D. Eduardo Duarte Silva (decr. n. 5.615); abre ao Ministerio da Fazenda o de 72:767\$500 para as despesas de pessoal e material dos postos fiscaes mixtos do Breu e Catay, no Alto-Juruá e Alto-Purus (decr. n. 5.617); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para as obras do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 5.624); abre ao Ministerio da Fazenda o de 567\$692 para pagamento ao Dr. Venancio Neiva, em virtude de sentença (decr. n. 5.628); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:350\$060 para pagamento a M. Dias & Porto, em virtude de sentença (decr. n. 5.629); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:341\$170 para pagamento a Paiva Valente & Comp., Lemos Moreira & Monte (decr. numero 5.630); abre ao Ministerio da Marinha o especial de

31:301\$298 para cumprimento do disposto no art. 11 da lei n. 1.145, de 1903 (decr. n. 5.632); abre ao Ministerio da Fazenda o de 60:436\$388 para pagamento a Rosa & Carvalho, e Fernandes de Mesquita & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 5.634); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:972\$608 para pagamento de ordenado a Francisco Mauricio de Abreu (decr. n. 5.643); abre ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$ para conclusão do edificio da Associação Commercial do Rio de Janeiro (decr. n. 5.644); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para instalação do edificio que serviu de pavilhão brasileiro na Exposição de S. Luiz (decr. n. 5.647); abre ao Ministerio da Fazenda o de 25:104\$753 para pagamento a A. Avenier & Comp. e Corrêa Chaves & Pinto (decr. n. 5.649); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 56:000\$ para despesas com o serviço da uniformização dos tipos das apolices (decr. n. 5.651); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 150:000\$ para despesas na Prefeitura do Alto-Juruá (decr. n. 5.653); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:700\$ para pagamento de subsidios ao ex-deputado Antonio Amorim Garcia (decr. n. 5.666); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:000\$ para pagamento de vencimentos ao escrivão Anterio José Barbosa (decr. n. 5.667); abre ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$ para aquisição de predios e terrenos contiguos á Casa da Moeda (decr. numero 5.675); abre ao Ministerio da Fazenda o de 10:000\$ para despesas extraordinarias com o serviço de lançamento do imposto de industrias e profissões para o exercicio de 1906 (decr. n. 5.676); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 38:516\$662, sendo 13:050\$ á verba — Secretaria do Senado — e 25:446\$662 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.682); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.683); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 500:000\$ para custeio das quatro commissões de policia e exploração no Alto-Purús e Alto-Juruá (decr. n. 5.691); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 500:000\$ para soccorros ao Estado do Rio Grande do Norte (decr. n. 5.692); abre ao Ministerio da Fazenda o de 17:000\$ para pagamento do premio devido á Companhia Cantareira e Viação Fluminense (decr. n. 5.693); abre ao Ministerio da Fazenda o de 105:461\$977 para pagamento a Cunha Paranhos & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 5.694); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:400\$ para pagamento de vencimentos ao solicitador da Fazenda Nacional junto ao Supremo Tribunal (decr. n. 5.695); autoriza a abrir ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 19:343\$290 para indemnizar os herdeiros do subdito italiano Luiz Sassi (decr. n. 5.697); abre ao Ministerio da Justiça o de 4.000:000\$ para despesas com a organização da Força Policial do Districto Federal (decr. numero 5.699); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 1.032:581\$162 para ultimar pagamentos a Lage & Irmãos pelas obras em diversos navios da Armada (decr. n. 5.700); abre ao Ministerio da Fazenda o de 51:059\$300 para pagamento aos Drs. Pedro dos Reis Gordilho e Antonio Geraldo,

Teixeira, em virtude de sentença (decr. n. 5.706); abre ao Ministério da Indústria o especial de 110:000\$ para pagamento da gratificação de 20 % aos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, com 20 annos de effectivo serviço (decr. n. 5.718); abre ao Ministério da Indústria o extraordinario de 7:160\$ para pagamento de vencimentos ao porteiro archivista da extincta Repartição de Terras do Rio Grande do Sul, Manoel Henrique da Silva Fróes (decr. numero 5.722); abre ao Ministério da Fazenda o especial de 11:919\$900 para indemnizar a Santa Casa da Misericórdia das despesas de enterramentos de funcionarios do Ministério da Indústria contribuintes do montepio (decr. n. 5.723); abre ao Ministério da Justiça o supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.734); abre ao Ministério da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.735); abre ao Ministério da Justiça o extraordinario de 150:000\$ para despesas com o alistamento de eleitores (decr. n. 5.741); abre ao Ministério das Relações Exteriores o de 7:535\$, ouro, para despesas com o Consulado em Villa Bella (decr. n. 5.748); abre ao Ministério das Relações Exteriores o de 40:000\$, supplementar á verba 6ª do art. 5º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.749); abre ao Ministério da Justiça o de réis 51:129\$018, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.751); abre ao Ministério da Indústria o de 20:000\$ para os estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 5.755); abre ao Ministério da Justiça o extraordinario de 8:000\$, papel, para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Ernesto do Nascimento Silva, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 5.763); abre ao Ministério da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.764); abre ao Ministério da Justiça o supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 5.765); abre ao Ministério da Indústria o de 120:000\$ para despesas com a conclusão da obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Inhandubý e Cacequy (decr. n. 5.766); abre ao Ministério das Relações Exteriores o de 400:000\$ para as despesas com a comissão brasileira de demarcação da fronteira do Brasil com a Bolivia (decr. n. 5.767); abre ao Ministério da Marinha o de 100:000\$, supplementar á verba 23ª do art. 6º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.775); abre ao Ministério da Fazenda o de 330:000\$ afim de que seja dada baixa na responsabilidade do pagador do Thesouro Federal, Frederico Julio da Silva Tranqueira (decr. n. 5.777); abre ao Ministério da Justiça o extraordinario de 30:000\$ para despesas com a comissão brasileira no Congresso Internacional de Tuberculose, em Paris (decr. n. 5.778); abre ao Ministério da Indústria o de 74:490\$ para pagamento a Braconot & Irmãos pela installação provisoria para illuminação electrica em varios pontos da Capital Federal (decr. n. 5.781); abre ao Ministério da Indústria o extraordinario de 4:190\$534 para pagamento de vencimentos ao segundo official addido da Re-

partição Geral de Estatística. Dr. José Bonifacio Burlamaqui Moura (decr. n. 5.790); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 21:010\$ para pagamento de salarios aos empregados da Casa da Moeda (decr. n. 5.792); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 975\$ para pagamento de subsidios ao ex-deputado Augusto de Oliveira Pinto (decr. n. 5.793); abre ao Ministerio da Justiça o de 2.600:000\$ para a construção do edificio destinado á Bibliotheca Nacional (decr. n. 5.799); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 666\$666 para pagamento de gratificação de exercicio ao mestre da officina de alfaiate do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, addido, Luiz Cassiano Paes de Carvalho (decr. n. 5.800); abre ao Ministerio da Guerra o de 620:028\$150, supplementar ao art. 9º, § 9º, da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.801); abre ao Ministerio da Guerra o de 217:946\$600, supplementar ao art. 9º, § 15, da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.802); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 52:664\$073, ouro, e 712:572\$100, papel, para pagamento de divida de exercicios findos (decr. n. 5.803); abre ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$ para auxilio ao Estado da Parahyba (decr. n. 5.804); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 5.805); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 461:100\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 5.806); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para os trabalhos do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 5.807); abre ao Ministerio da Industria o de 40:000\$, supplementar á sub-consignação «Transporte de immigrants» (decr. n. 5.814); abre ao Ministerio da Industria o de 1:825\$ para pagamento de diarias ao conductor geral de encanamentos da Inspectoria Geral de Obras Publicas (decr. n. 5.815); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para a propaganda de productos agricolas, pastoris e mineraes (decr. n. 5.816); abre ao Ministerio da Industria o de 500:000\$ para as despesas com o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo (decr. numero 5.817); abre ao Ministerio da Fazenda o de 13:864\$516 para pagamento de vencimentos ao juiz de direito, em disponibilidade, Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa (decr. n. 5.824); abre ao Ministerio da Fazenda o de 34:708\$568 para pagamento ao Dr. Augusto Freire da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 5.825); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.756:167\$856, supplementar ao art. 9º, n. 10, da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.826); abre ao Ministerio da Marinha o de 306:315\$716, supplementar a diversas verbas do art. 6º da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.827); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:987\$500 para pagamento de vencimentos ao Dr. Eugenio Manoel de Toledo (decr. n. 5.829); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:612\$ para pagamento de ajuda de custo ao bacharel José Moreira Alves da Silva (decr. n. 5.830); abre ao Ministerio da Fazenda o de 248:524\$900 para liquidação do debito da União com o Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 5.840); abre ao Ministerio da Fazenda o de 59:100\$115, ouro, supplementar ao n. 31 do art. 19 da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.850); abre ao Ministerio da Fazenda o

de 130:000\$, complementar á rubrica 12ª do art. 19 da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.851); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:496\$994 para indemnizar o Cofre de Orphãos de igual quantia fraudulentamente retirada por precatório falso (decr. n. 5.852); abre ao Ministerio da Justiça o de 17:344\$894 para pagamento de vencimentos de empregados de que trata o decreto n. 1.466, de 1906 (decr. n. 5.863); abre ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$ para ser escripturada em despesa igual quantia que o Estado do Rio Grande do Norte foi relevado de restituir ao Thesouro Federal (decr. n. 5.873); abre ao Ministerio da Fazenda o de 84:755\$170 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença (decr. n. 5.878); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:930\$041 para pagamento de diferença de vencimentos de inactividade a João Estanislão Pereira de Andrade (decr. n. 5.879); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:164\$664 para pagamento ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, em virtude de sentença (decr. n. 5.880); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 236:000\$ para despesas com a aquisição de edificio para a instalação do Hospital Militar de Porto Alegre (decr. n. 5.885); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:482\$620 para pagamento a Procopio José Lorena da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 5.886); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:421\$472 para pagamento a D. Thereza Barbosa dos Santos, em virtude de sentença (decr. n. 5.887); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:875\$996 para pagamento a Pedro Lobão, em virtude de sentença (decr. n. 5.888); abre ao Ministerio da Fazenda o de 87:848\$050 para pagamento ao Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, barão de Loreto, em virtude de sentença (decr. n. 5.889); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio ao Dr. Garfield Augusto Perry de Almeida (decr. n. 5.893); abre ao Ministerio da Justiça o de 300:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.894); abre ao Ministerio da Industria o de 20:000\$ para despesas com a conservação de obras na lagôa Rodrigo de Freitas (decr. n. 5.895); abre ao Ministerio da Fazenda o de 56:529\$140 para pagamento aos herdeiros do Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, em virtude de sentença (decr. n. 5.898); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 300:000\$ para despesas com o serviço eleitoral (decr. n. 5.902); abre ao Ministerio da Fazenda o de 42:000\$, complementar á verba 9ª — Recbedoria do Districto Federal (decr. n. 5.907); abre ao Ministerio da Fazenda o de 68:544\$764 para pagamento a Francisco Ferreira da Rosa e D. Adelia Duarte de Oliveira, em virtude de sentença (decr. n. 5.908); abre ao Ministerio da Fazenda o de 14:000\$, complementar á verba 9ª — Recbedoria do Districto Federal (decr. n. 5.909); abre ao Ministerio da Justiça o de 400:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.910); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:000\$ para representação do Brasil no 15º Congresso Internacional de Medicina, em Lisboa (decr. n. 5.911); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 200:000\$, papel, para as despesas do tribunal arbitral entre o Brasil e o Perú (decr. n. 5.912); abre ao Ministerio da Industria o especial de 180:000\$ para proseguimento dos estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 5.914); abre ao Ministerio da Industria o de réis 250:000\$ para os estudos e trabalhos concernentes á explo-

ração de minas de carvão de pedra (decr. n. 5.916); abre ao Ministerio da Industria o especial de 585:000\$ para pagamento de vencimentos dos telegraphistas da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 5.917); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.559:961\$640, supplementar ao art. 9º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 5.918); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:000\$, supplementar á verba — Aposentados (decr. n. 5.920); abre ao Ministerio da Fazenda o de 60:000\$ para pagamento de despesas com o serviço de uniformização de apolices (decr. n. 5.921); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2.185:690\$460 para pagamento á Companhia Metropolitana, em virtude de sentença (decr. n. 5.922); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3.263:615\$579 para pagamento a M. Baumann Honold & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 5.923); abre ao Ministerio da Fazenda o de 609:024\$329, supplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 5.924); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$ para pagamento ao engenheiro da 1ª secção da Fazenda Nacional de Santa Cruz, Fernando Pereira da Silva Continentino (decr. n. 5.928); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 81:690\$ para as despesas com os postos fiscaes mixtos de Breu e Catay (decr. n. 5.929); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:171\$667 para restituição do capital pertencente ao orphão Oscar Silvino da Fonseca (decr. n. 5.930); abre ao Ministerio da Marinha o de 4:750\$ para pagamento de um oculista para o Hospital de Marinha (decr. n. 5.937); abre ao Ministerio da Guerra o de 774:444\$747, supplementar á verba 15ª — Material — « Transporte de tropas » (decr. n. 5.938); abre ao Ministerio da Fazenda o de 183\$844 para pagamento a Manoel Gomes, em virtude de sentença (decr. n. 5.939); abre ao Ministerio da Fazenda o de 802\$286 para pagamento ao Dr. Ramiro Pereira de Abreu, em virtude de sentença (decr. n. 5.940); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9:855\$346 para pagamento a Frederico Lopes Branco, em virtude de sentença (decr. n. 5.941); abre ao Ministerio da Fazenda o de 60:000\$, supplementar á verba 18ª — Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 5.942); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 24:244\$860 para pagamento a Carl Hoepeck & Comp. e Ernest Wahl & Sallentien, em virtude de sentença (decr. n. 5.943); abre ao Ministerio da Marinha o de 677:700\$ para aquisição do predio em que funciona o Club Naval (decr. n. 5.944); abre ao Ministerio da Justiça o de 75:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.947); abre ao Ministerio da Industria o de 25:000\$ para auxiliar a publicação em linguas estrangeiras do livro *O Brasil Actual* (decr. numero 5.948); abre ao Ministerio da Industria o de 38:607\$629, ouro, supplementar á verba 8ª do art. 13 da lei n. 1.316, de 1904 (decr. n. 5.950); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.890:000\$, supplementar á verba 28ª — Juros dos depositos das caixas economicas e montes do soccorro (decr. n. 5.952); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:000\$ para pagamento aos herdeiros do ex-thezoureiro da extincta Thesouraria de Fazenda em Minas Geraes, Agostinho José Cabral (decr. n. 5.963); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 150:000\$ para pagamento de despesas com o tribunal arbitral (decr. n. 5.966); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:000\$ para representação do Brasil no 4º Congresso Internacional de Assistencia Publica e Privada, em Milão (decr. n. 5.974); abre ao Ministerio da Industria o de

800:000\$ para as despesas com a conclusão das obras da elevação da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 5.982); abre ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 5.986); abre ao Ministerio da Fazenda o de 59:693\$021 para pagamento ao primeiro tenente da Armada, Nelson de Paula Barros, em virtude de sentença (decr. n. 5.987); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para premio de viagem ao Dr. Aloysio de Castro (decr. n. 5.991); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para despesas com as obras de alargamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 6.008); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para as obras do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.009); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 41:132\$762 para pagamento a Virgilio dos Reis Araujo Góes, em virtude de sentença (decr. n. 6.010); abre ao Ministerio da Fazenda o de 38:919\$315 para pagamento a Manoel de Assumpção e Silva, em virtude de sentença (decr. n. 6.011); abre ao Ministerio da Fazenda o de 28:153\$466 para pagamento a Francisco Rodrigues Pereira e sua mulher, em virtude de sentença (decr. n. 6.012); abre ao Ministerio da Fazenda o de 35:546\$580 para pagamento a João Lourenço de Azevedo, em virtude de sentença (decr. n. 6.022); abre ao Ministerio da Fazenda o de 45:747\$240 para pagamento a Joaquim Antonio Lopes, em virtude de sentença (decr. numero 6.023); abre ao Ministerio da Industria o de 24:000\$ para pagamento de gratificações aos engenheiros incumbidos do recebimento e entrega de estradas de ferro (decr. numero 6.029); abre ao Ministerio da Fazenda o de 35:201\$419 para pagamento a Antonio José da Costa e Souza, em virtude de sentença (decr. n. 6.047); abre ao Ministerio da Fazenda o de 42:797\$500 para pagamento a Franklin Barbosa de Andrade, em virtude de sentença (decr. n. 6.064); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8:158\$861 para pagamento, ao Dr. Evaristo Nunes Pires, de etapas não recebidas (decr. n. 6.066); abre ao Ministerio da Marinha o de 12:000\$ para pagamento de operarios contractados para os pharóes (decr. n. 6.070); abre ao Ministerio da Industria o de 90:000\$ para a propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos (decr. n. 6.074); abre ao Ministerio da Industria o de 500:000\$ para os trabalhos de alargamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 6.076); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:927\$509 para pagamento, a D. Leopoldina Carolina Camisão de Albuquerque Figueiredo, de differença de meio soldo (decr. n. 6.077); abre ao Ministerio da Justiça o de 133:740\$517, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 6.081); abre ao Ministerio da Industria o de 11:100\$178 para pagamento de gratificações a amanuenses e praticantes da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro (decr. n. 6.084); abre ao Ministerio da Guerra o de 82:305\$930 por conta do decreto legislativo n. 1.390, de 1905 (decr. n. 6.085); abre ao Ministerio da Marinha o de 22:300\$ para transferencia e installação de diversas repartições da Marinha (decr. n. 6.086); abre ao Ministerio da Fazenda o de 221:039\$460 para pagamento á Companhia Novo Lloyd Brasileiro (decr. n. 6.087); abre ao Ministerio da Marinha os de £1,685.280 e £19.590 para despesas com

a construção de tres couraçados (decr. n. 6.090 A); abre ao Ministerio da Industria o de 16:000\$ para pagamento de gratificações aos engenheiros incumbidos do recebimento e entrega de estradas de ferro (decr. n. 6.091); abre ao Ministerio da Justiça o de 153:000\$, supplementar ao n. 9 do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.095); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para auxiliar o trabalho de civilização dos indios (decr. n. 6.101); abre ao Ministerio da Guerra o de 250:090\$165 para pagamento ao capitão Annibal Eloy Cardoso e outros (decr. n. 6.104); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:500\$ para despesas com a impressão do *Manual do Senador* (decr. n. 6.105); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.013:120\$509, supplementar aos §§ 14 — Força naval — e 25 — Fretes (decr. numero 6.118); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:847\$220, supplementar á verba — Tribunal de Contas (decr. n. 6.120); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:555\$420 para pagamento ao conselheiro Ignacio José de Mendonça Uchôa (decr. n. 6.121); abre ao Ministerio da Fazenda o de 638\$ para pagamento ao general de brigada, reformado, Dr. Augusto José Ferrari (decr. n. 6.123); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de £ 60.000 para auxilio ás victimas do ultimo terremoto do Chile (decr. n. 6.125); abre ao Ministerio da Fazenda o de 783\$ para pagamento ao Dr. Plinio de Castro Casado e outros, em virtude de sentença (decr. n. 6.126); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:006\$666, ouro, supplementar á verba 15ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.127); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 3:566\$128 para pagamento de vencimentos ao lente de logica do externato do Gymnasio Nacional, Dr. Vicente de Souza (decr. n. 6.128); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Alberto de Paula Rodrigues (decr. n. 6.131); abre ao Ministerio da Guerra o de 6:294\$443 para pagamento de gratificação a Cyriaco Leite da Silva (decr. n. 6.133); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:400\$ para pagamento de vencimentos aos delegados de saude dos portos de S. Francisco e Itajahy (decr. n. 6.135); abre ao Ministerio da Industria o especial de 4.000:000\$ para despesas de reparação das linhas e material da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.140); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. José Pantoja Leite (decr. n. 6.141); abre ao Ministerio da Fazenda o de 8:400\$ para pagamento a Rubem Tavares, em virtude de sentença (decr. n. 6.142); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 6.144); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 6.145); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$, supplementar á consignação «Revisão da rede, etc.», da verba 11ª do art. 14 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.147); abre ao Ministerio da Industria o especial de 40:000\$ para despesas com a instalação de um laboratorio destinado a experiencias de electro-metallurgia (decr. n. 6.150); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 257:190\$477 para pagamento de dividas de exercicio findo (decr. n. 6.152); abre ao Minis-

terio da Fazenda o de 642\$638, complementar á verba 17ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.157); abre ao Ministerio da Justiça o de 249:983\$149, complementar á verba — Socorros publicos (decr. n. 6.159); abre ao Ministerio da Industria o de 12:000\$, complementar á verba 9ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — «Pessoal» (decr. n. 6.160); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:310\$ para pagamento a José Posada e outro (decr. n. 6.161); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 350:000\$ para conclusão das obras do palacio Monroe (decr. n. 6.163); abre ao Ministerio da Marinha o de £19.590 para despesas com a aquisição de material e com a commissão fiscalizadora da construcção de encouraçados (decr. n. 6.167); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 187:948\$521 para despesas com a construcção de uma muralha no Collegio Militar (decr. n. 6.168); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:293\$525 para execução do decreto n. 1.352, de 1905 (decr. n. 6.170); abre ao Ministerio da Justiça o de 92:267\$548 para pagamento ao tenente-coronel reformado da Brigada Policial, Joaquim José de Castro Sampaio Filho, em virtude de sentença (decr. n. 6.171); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, ouro, complementar á verba 10ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.172); abre ao Ministerio da Fazenda o de 33:020\$736 para pagamento ao alferes reformado Herculano Teixeira de Magalhães, em virtude de sentença (decr. n. 6.173); abre ao Ministerio da Justiça o de 24:465\$368, complementar á verba 15ª do art. 2º da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 6.175); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 6.176); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:463\$984 para pagamento a Cunha Paranhos & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 6.179); abre ao Ministerio da Fazenda o de 28:386\$592, complementar á verba 8ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.180); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 6.188); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 6.189); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:707\$250 para pagamento á Empresa de Navegação e Commercio, em virtude de sentença (decr. n. 6.190); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 66:000\$, ouro, para pagamento de juros á Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas (decr. n. 6.193); abre ao Ministerio da Guerra o de 1:927\$579 para pagamento, ao alferes Geroneio Netto de Souza Pimentel, de vantagens como alferes-alumno (decr. n. 6.198); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 250:000\$ para pagamento, á Companhia Brasileira Torrens, de indemnização (decr. n. 6.199); abre ao Ministerio da Industria o complementar de 22:700\$ para elevação de vencimentos de empregados postaes (decr. numero 6.200); abre ao Ministerio da Industria o de 4:474\$183 para pagamento de vencimentos a José Leopoldino de Vasconcellos Cabral, telegraphista de 1ª classe (decr. n. 6.203); abre ao Ministerio da Fazenda o de 68:058\$200 para paga-

mento da despesa com a aquisição do predio á praça da Republica n. 105 (decr. n. 6.205); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 12:499\$164 para pagamento de differença de vencimentos ao pessoal administrativo da Escola Nacional de Bellas Artes e do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 6.207); abre ao Ministerio da Marinha o especial de réis 2:799\$996 para pagamento de vantagens ao lente cathedratico da Escola Naval, Dr. Manoel de Albuquerque Lima (decr. n. 6.210); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11.407:708\$307 para formação do capital do Banco do Brasil (decr. n. 6.220); abre ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$, papel, suplementar á verba — Eventuaes (decr. n. 6.222); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel José Augusto Meira Dantas (decr. n. 6.225); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 7:037\$468, suplementar á verba 10^a do art. 2^o da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 6.226); abre ao Ministerio da Industria o de 345:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos e diarias na Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 6.228); abre ao Ministerio da Industria o de réis 35:000\$ para despesas com a propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos (decr. n. 6.229); abre ao Ministerio da Guerra o de 2:787\$500, suplementar ao artigo 9^o, § 1^o, da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.235); abre ao Ministerio da Marinha o de 500:000\$ para aquisição de material necessario ao serviço de soccorro maritimo (decr. n. 6.236); abre ao Ministerio da Marinha o de 2:712\$485, suplementar á verba 1^a — Secretaria de Estado (decr. numero 6.237); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 18:615\$ a diversas verbas (decr. n. 6.239); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo réis 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 6.240); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. numero 6.241); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 195:019\$591 a diversas verbas (decr. n. 6.242); abre ao Ministerio da Industria o de 5:859\$901, suplementar á verba 1^a do art. 14, da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.243); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 14:177\$ para pagamento a Augusto Guilherme Wayhl e outro (decr. numero 6.244); abre ao Ministerio da Justiça suplementares a diversas verbas (decr. n. 6.246); abre ao Ministerio da Marinha o de 55:000\$ para despesas autorizadas (decr. numero 6.248); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 9:810\$747 para pagamento de gratificação ao professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho (decr. n. 6.249); abre ao Ministerio da Fazenda o de 6:492\$940 para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 6.250); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:593\$689, ouro, e 166:474\$956, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 6.251); abre ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, suplementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 6.255); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:070\$, suplementar á verba 28^a do art. 2^o da lei n. 1.453, de 1905

(decr. n. 6.255 A); abre ao Ministerio da Industria o especial de 660\$ para pagamento de vencimentos ao chefe de secção, addido, Rubem Tavares (decr. n. 6.258); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:858\$400 para pagamento de differença de soldo ao soldado reformado do Exército, João de Magalhães Faria (decr. n. 6.259); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:935\$483 para pagamento de vencimentos ao bacharel Franklin Americo de Menezes Doria, barão de Loreto (decr. n. 6.260); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:000\$ para despesas com a representação do Brasil no 3º Congresso Latino-Americano (decr. n. 6.261); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 99:133\$299, ouro, complementar a diversas verbas (decr. n. 6.263); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 26:546\$ para pagamento de vencimentos a empregados da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 6.269); abre ao Ministerio da Guerra o de 941:420\$740, complementar á verba — Transporte de tropas (decr. n. 6.270); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:912\$451 para pagamento de vencimentos a Francisco Ferreira da Rosa, professor do Collegio Militar (decr. n. 6.271); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:666\$656, complementar á verba — Thesouro Federal (decr. n. 6.273); abre ao Ministerio da Justiça o de 115:453\$877, complementar á verba 28º do art. 2º da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.274); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 6.275); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 36:827\$500 para pagamento á Imprensa Nacional da despesa com a impressão d'A *Nova Luz sobre o Passado* (decr. n. 6.276); abre ao Ministerio da Industria o de 250:000\$ para os trabalhos do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.278); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para os trabalhos de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.279); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para os trabalhos de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central Brasil, entre Gagé e o kilometro 501 (decr. n. 6.280); abre ao Ministerio da Industria o especial de 11:916\$666 para pagamento, a Jayme Augusto Oliveira da Gama, de alugueis e reparos dos predios em que funcionou a Administração dos Correios do Pará (decr. n. 6.281); abre ao Ministerio da Industria o de 5:520\$511 para pagamento de vencimentos a funcionarios aposentados da Repartição Geral dos Telegraphos e da Administração dos Correios de Pernambuco (decr. n. 6.282); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 68:000\$, sendo 18:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 6.290); abre ao Ministerio da Justiça o de 283:664\$204, complementar á verba — Socorros publicos (decr. n. 6.291); abre ao Ministerio da Justiça o de 953\$338 para pagamento de vencimentos ao continuo da Secretaria do Senado, dispensado do serviço, Delphim de Azevedo Maia (decr. n. 6.292); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 65:000\$ para despesas com a installação do Archivo Publico no edificio da praça da Republica (decr. n. 6.293); abre ao Ministerio da Marinha o de 171:178\$669,

supplementar a diversas verbas (decr. n. 6.294); abre ao Ministerio da Industria o de 15:000\$ para auxiliar a impressao do *Manual W. A. Henry — Feed and Feedings* (decr. numero 6.298); abre ao Ministerio da Industria o de 17:663\$, supplemental á verba 3^a do art. 14 da lei n. 1.453, de 1906 (decr. n. 6.299); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 39:000\$623 para pagamento ao alferes reformado da Brigada Policial, Alfredo Marques de Oliveira Paes (decr. n. 6.300); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:600\$ para pagamento a Arthur Americo Belém (decr. n. 6.301); abre ao Ministerio da Fazenda o de 16:500\$ para pagamento ao bispo D. Carlos Luiz de Amour, em virtude de sentença (decr. n. 6.302); abre ao Ministerio da Fazenda o de 153:411\$075 para pagamento ao coronel Lauro Domingues Prates e outros, em virtude de sentença (decr. n. 6.303); abre ao Ministerio da Justica o de 90:480\$300 para despesas com a substituição de tapetarias, moveis e com obras nos edificios do Senado e da Camara (decr. n. 6.304); abre ao Ministerio da Justica o supplemental de 35:073\$552 a diversas verbas (decr. numero 6.305); abre ao Ministerio da Justica o especial de réis 528:248\$667 para a terminação de obras na Faculdade de Medicina (decr. n. 6.306); abre ao Ministerio da Justica o de 71:751\$333, supplemental á verba 37^a do art. 2^o da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 6.307); abre ao Ministerio da Justica o de 181:252\$714, supplemental á verba 15^a do artigo 2^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.308); abre ao Ministerio da Guerra o de 199:204\$, supplemental á verba 12^a do art. 2^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.308 A); abre ao Ministerio da Justica os para pagamento de despesas das prefeituras do Alto-Juruá e Alto-Acre (decr. n. 6.309); abre ao Ministerio da Guerra o de 496:500\$, supplemental á verba 15^a do art. 9^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.309 A); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 50:000\$, ouro, supplemental á verba 7^a do art. 5^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.312); abre ao Ministerio da Guerra o de réis 1.765:730\$205, supplemental á verba 10^a do art. 9^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.313); abre ao Ministerio da Guerra o de 30:000\$, supplemental á verba 15^a, n. 28, do art. 9^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.314); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 8:000\$ para pagamento de ordenado ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento Guimarães (decr. n. 6.315); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 1.850:000\$, papel, supplemental á verba 3^a do art. 5^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.316); abre ao Ministerio da Fazenda o de 530:926\$492, papel, e 800:000\$, ouro, para despesas da Caixa de Conversão (decr. n. 6.318); abre ao Ministerio da Fazenda o de 21:536\$141 para despesas da Caixa de Conversão (decr. n. 6.319); abre ao Ministerio da Justica o de 70:838\$704, supplemental á verba 13^a do artigo 20 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.320); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para despesas com a construcção de um edificio para os Correios e Telegraphos na Bahia (decr. n. 6.321); abre ao Ministerio da Guerra o de 237\$068, supplemental aos §§ 1^o e 4^o do art. 9^o da lei numero 1.453, de 1905 (decr. n. 6.327); abre ao Ministerio da Guerra o de 29:400\$, supplemental aos §§ 1^o a 4^o do art. 9^o

da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.328); abre ao Ministerio da Guerra o de 22:127\$885, supplementar ao art. 22, § 8º, da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.329); abre ao Ministerio da Industria o de 637:000\$ para pagamento da melhoria de vencimentos de empregados da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 6.331); abre ao Ministerio da Industria o de 5.000:000\$ para despesas com a revisão e melhoramento do serviço de abastecimento d'agua (decr. n. 6.334); abre ao Ministerio da Industria o de 347:000\$ para despesas com o custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. numero 6.335); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:780\$ para pagamento ao Dr. Antonio Fernandes Figueira (decr. numero 6.338); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.000:000\$ para conclusão do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 6.339); abre ao Ministerio da Justiça o de 353:169\$983, supplementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.340); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 12:000\$, ouro, para despesas com os vice-consulados em Rivera, Melo e Alvear (decr. n. 6.344); abre ao Ministerio da Fazenda o de 785:365\$, ouro, para a aquisição de prata para a cunhagem de moedas (decr. numero 6.346); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:924\$250 para pagamento de meio soldo a Jovelina Ribas de Albuquerque Bello e outras (decr. n. 6.347); abre ao Ministerio da Fazenda o de 59:400\$ para pagamento de despesas com o serviço de uniformização de apolices (decr. n. 6.348); abre ao Ministerio da Fazenda o de 9:845\$040 para restituição á Camara Municipal de Bom Jardim de direitos pela importação de material para abastecimento d'agua (decr. n. 6.349); abre ao Ministerio da Industria o de 80:000\$ para conclusão dos trabalhos do recenseamento de 1900 (decr. n. 6.352); abre ao Ministerio da Marinha o de 1.000:000\$ para concerto de navios e material fluctuante (decr. n. 6.353); abre ao Ministerio da Marinha o de 600:000\$ para aparelhamento dos diques na ilha das Cobras (decr. n. 6.354); abre ao Ministerio da Marinha o de 50:000\$ para construção de um quartel para a Escola de Aprendizizes Marinheiros, em Cabedello (decr. n. 6.355); abre ao Ministerio da Marinha o de 50:000\$ para a compra de um rebocador para o serviço de soccorros maritimos (decr. n. 6.356); abre ao Ministerio da Fazenda o de 706:810\$075, supplementar á verba — Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 6.365); abre ao Ministerio da Industria o de 800:000\$ para a construção da linha telegraphica de Cuyabá a Santo Antonio do Madeira (decr. numero 6.370); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para a construção da Estrada de Ferro de Cruz Alta á foz do Tulyhy (decr. n. 6.371); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para o alargamento da bitola do ramal de S. Paulo, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.372); abre ao Ministerio da Marinha o de 17.780:000\$ para pagamento de prestações do contracto para construção de navios (decr. n. 6.374); abre ao Ministerio da Fazenda o de 22:192\$261, supplementar á verba — Recobedoria da Capital Federal (decr. n. 6.376); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 75:954\$ para conclusão das obras encetadas no edificio occupado pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro e pela Directoria Geral de Estatistica (decr. n. 6.377); abre

ao Ministerio da Industria o de 40:000\$ para conclusão dos estudos da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias (decr. numero 6.379); abre ao Ministerio da Industria o de 600:000\$ para despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.380); abre ao Ministerio da Fazenda o de 100:000\$, complementar á verba 5^a — Pensionistas (decr. n. 6.383); abre ao Ministerio da Guerra o de 223:200\$, complementar ao art. 22, § 5^o, da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.385); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 700:000\$ para execução do disposto no art. 23, letra *f*, da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.386); abre ao Ministerio da Fazenda o de 28:359\$826, complementar á verba — Recebedoria da Capital Federal (decr. n. 6.390); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:083\$870, complementar á verba — Thesouro Federal (decr. n. 6.391); abre ao Ministerio da Fazenda o de 41:040\$818, complementar á verba — Caixa de Amortização (decr. n. 6.392); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para despesas com o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Gagé até ás minas de manganez, ramal de Ouro Preto (decr. n. 6.394); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para aquisição de um rebocador destinado aos serviços de melhoramento do porto da Bahia (decr. n. 6.397); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para auxiliar o trabalho de civilização dos indios (decr. n. 6.398); abre ao Ministerio da Industria o de 60:000\$ para lançamento de um trilho intercalar entre as estações da Parahyba do Sul e Entre Rios, na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.399); abre ao Ministerio da Industria o de 215:812\$560, complementar á verba 8^a do art. 14 da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.402); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 600:000\$ para despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre (decr. n. 6.405); abre ao Ministerio da Guerra o de 493:947\$597, complementar ao art. 9^o, verba 15^a — Transporte de tropas (decr. n. 6.409); abre ao Ministerio da Guerra o de 49:845\$161 para liquidação do debito com a Prefeitura Municipal de Netheroy (decr. n. 6.410); abre ao Ministerio da Marinha o de 170:490\$141, complementar ás verbas 25^a e 26^a do art. 6^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.411); abre ao Ministerio da Fazenda o de 242:501\$071, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.413); abre ao Ministerio da Industria o de 60:000\$ para propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos (decr. n. 6.424); abre ao Ministerio da Fazenda o de 728:590\$367, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.429); abre ao Ministerio da Marinha o de 26:100\$, complementar á verba — Eventuaes (decr. n. 6.430); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.148:860\$613, complementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 6.431); abre ao Ministerio da Guerra o de 32:300\$, complementar ao § 12 do art. 9^o da lei n. 1.453, de 1905 (decr. n. 6.435); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 140:000\$ para despesas com a desapropriação do predio n. 155 da rua do Cattete e sua adaptação á guarda da presidencia da Republica (decr. numero 6.443); abre ao Ministerio da Industria o de 10:000\$ para pagamento de premios a sericultores (decr. n. 6.450); abre ao Ministerio da Industria o de 47:500\$ para pagamento de

material para a linha telegraphica do Engenho Central, no Maranhão, a Boa Vista, em Goyaz (decr. n. 6.451); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 9:000\$ para pagamento de gratificação a dous auxiliares do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 6.457); abre ao Ministerio da Justiça o de 231:160\$119, supplementar á verba 38ª do art. 2º da lei numero 1.617, de 1906 (decr. n. 6.458); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.121:727\$763, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.459); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para construcção de uma ponte sobre o rio Paranahyba (decr. n. 6.461); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.200:000\$ para as despesas com a aquisição, adaptação e mobiliario para a Caixa de Conversão (decr. n. 6.467); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 52:080\$250 para pagamento de gratificações aos incumbidos da fiscalização do serviço de alienados (decr. numero 6.468); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 600:000\$ para despesas com a desapropriação da fazenda Manguinhos (decr. n. 6.473); abre aos ministerios da Guerra e da Marinha o de 27.000:000\$, ouro, destinado á reconstituição do material do Exército e da Armada (decr. n. 6.476); abre ao Ministerio da Justiça o de 252:000\$ para pagamento de diversas subvenções (decr. n. 6.477); abre ao Ministerio da Industria o de 489:000\$ para emprestimo aos funcionarios dos Correios de Ouro Preto, como auxilio para a construcção de casas em Bello Horizonte (decr. n. 6.481); abre ao Ministerio da Industria o de 2.414:000\$ para o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, no ramal de S. Paulo (decr. n. 6.482); abre ao Ministerio da Industria o de 1.000:000\$ para o povoamento do sólo (decr. n. 6.483); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para as despesas de fiscalização da construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré (decr. n. 6.484); abre ao Ministerio da Industria o de 60:000\$ para despesas de estudo e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.485); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 80:000\$ para despesas com a extinção da peste bubonica em Campos (decr. n. 6.487); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 10:051\$456 para pagamento de diversas despesas do Senado Federal (decr. n. 6.491); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 50:000\$ para auxiliar a manutenção do Lyceu de Artes e Officios (decr. n. 6.492); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para promover uma exposição nacional no anno de 1908 (decr. n. 6.494); abre ao Ministerio da Industria o de 60:000\$ para auxiliar o Museu Commercial fundado pela Academia de Commercio do Rio de Janeiro (decr. n. 6.495); abre o de 35:000\$ para verificar o valor do explosivo offerecido pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva (decr. n. 6.511); abre ao Ministerio da Fazenda o de 52:820\$ para instalação e custeio da Alfandega de Pelotas (decr. numero 6.512); abre ao Ministerio da Justiça o de 161:063\$661, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 6.514); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:500\$ para pagamento de ajudas de custo ao marechal Firmino Pires Ferreira (decr. n. 6.517); abre ao Ministerio da Industria o de 16:000\$ para despesas do serviço de fiscalização das vias maritimas e fluviaes (decr. n. 6.521); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 69:457\$311 para paga-

mento de despesas com aulas supplementares no Gymnasio Nacional (decr. n. 6.537); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 400:000\$ para despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre (decr. n. 6.540); abre ao Ministerio da Industria o de 2.386:000\$ para despesas com o alargamento da bitola na Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.543); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 1.000:000\$ para despesas com installação de escolas de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.548); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:400\$ para pagamento de gratificação ao profissional incumbido do serviço de assistência a alienados no Piahy (decr. n. 6.551); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 900\$ para pagamento de ajuda de custo ao marechal Firmino Pires Ferreira (decr. n. 6.552); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 3:000\$ para pagamento da desapropriação de duas casas no terreno fronteiro ao Jardim Botânico (decr. n. 6.556); abre ao Ministerio da Industria o especial de 1.000:000\$ para aquisição de material e execução de melhoramentos necessarios á Estrada de Ferro Oéste de Minas (decr. n. 6.557); abre ao Ministerio da Guerra o de 13:500\$, supplementar á verba 2^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.563); abre ao Ministerio da Fazenda o supplementar de 30:000\$ a diversas verbas (decr. n. 6.564); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:253\$331 para pagamento de ordenados aos escriptães da Policia, em disponibilidade (decr. n. 6.565); abre ao Ministerio da Industria o de 30:000\$ para pagamento á viuva e aos filhos do Dr. Manoel de Seixas Martins Torres, por serviços prestados em diversos arbitramentos (decr. n. 6.571); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:276\$398, supplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.573); abre ao Ministerio da Industria o especial de 18:000\$ para custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. n. 6.575); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:031\$451 para pagamento de ordenados ao guarda-mór da Alfandega da Parahyba (decr. n. 6.583); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:250\$ para pagamento de ajudas de custo ao senador Dr. João Pedro Belfort Vieira (decr. n. 6.584); abre ao Ministerio da Industria o especial de 1.000:000\$ para despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.589); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:500\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura (decr. n. 6.596); abre ao Ministerio da Marinha o de 10:000\$ para despesas com aquisição de uma lancha para a Capitania do Porto de Santos (decr. n. 6.599); abre ao Ministerio da Marinha o de 10:000\$ para a despesa com a aquisição de uma lancha para a Capitania do Porto da Parahyba (decr. n. 6.600); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 70:000\$ para as despesas com a representação do Brasil no 14^o Congresso Internacional de Hygiene e Demographia, em Berlim (decr. n. 6.601); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 80:000\$, ouro, supplementar á verba 7^a do art. 16 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.602); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 50:000\$ para as despesas com a inspecção e fiscalização das repartições arrecadadoras (decr. n. 6.603); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 199:080\$ para terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros

(decr. n. 6.605); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 876:335\$340, complementar á verba 21^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.609); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:250\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Amaro Cavalcanti (decr. n. 6.610); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 8:083\$690 para pagamento á «City Improvements» (decr. n. 6.613); abre ao Ministerio da Industria o de 30:000\$ para as despesas com a reorganização do serviço de melhoramentos de portos (decr. n. 6.614); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2.164:371\$548 para saldar as despesas com o edificio da Caixa de Amortização (decr. n. 6.616); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:000\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Antonio Francisco de Azevedo (decr. n. 6.619); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para a propaganda de productos agricolas e industriaes e extractivos (decr. n. 6.624); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 6:555\$376 para pagamento de vencimentos ao archivist da Secretaria das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu (decr. n. 6.625); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 68:570\$576 para pagamento a Norberto de Azevedo Coutinho, em virtude de sentença (decr. n. 6.626); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 45:665\$705 para pagamento a Carlos Pinto de Figueiredo, em virtude de sentença (decr. n. 6.627); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:000\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Antonio Pinheiro Guedes (decr. n. 6.629); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro (decr. n. 6.632); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:371\$280 para pagamento de ordenados a Augusto Moreno de Alagão, amanuense do extinto Tribunal Civil e Criminal (decr. numero 6.633); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 535:875\$147 para pagamento de diversos exercicios findos (decr. n. 6.635); abre ao Ministerio da Fazenda os de réis 152:080\$644, complementar á verba — Alfandegas, — e réis 11:230\$544, complementar á verba ao Ministerio da Justiça, o de 18:864\$504, complementar á verba 33^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.637); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do prêmio de viagem ao Dr. João Ribeiro de Souza Vianna (decr. numero 6.638); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para despesas com o reconhecimento e estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes (decr. numero 6.642); abre ao Ministerio da Industria o de 150:000\$ para despesas de estudos e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.643); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, complementar á verba — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte (decr. n. 6.645); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 176:123\$646, ouro, e 493:720\$305, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 6.646); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 57:399\$001 para pagamento ao capitão José Cicero Bianchi, em virtude de sentença (decr. n. 6.647); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Ca-

mara dos Deputados (decr. n. 6.649); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 6.650); abre ao Ministerio da Industria o extraordinario de 2:570\$530 para pagamento do ordenado ao segundo official dos Correios, Antonio de Souza Guedes (decr. n. 6.655); abre ao Ministerio da Guerra o de 280:000\$, suplementar á verba 14^a, sub-consignação «Construção da Fabrica de Polvora sem Fumaça» (decr. n. 6.656); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2.220:000\$ para diversos serviços (decr. n. 6.657); abre ao Ministerio da Fazenda o de 55:164\$134 para pagamento a Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude de sentença (decr. numero 6.659); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para despesas com o reconhecimento e estudos da ligação dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes pelo prolongamento da linha ferrea de Ribeirão Vermelho a Carrancas (decr. numero 6.661); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para empréstimos a diversas sociedades de credito agricola (decr. n. 6.663); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 32:648\$480 para pagamento ao Dr. Bento Borges da Fonseca, em virtude de sentença (decr. n. 6.666); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 800:000\$ para despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre (decr. numero 6.669); abre ao Ministerio da Industria o de 7.000:000\$ para as despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua á Capital Federal (decr. n. 6.672); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:683\$200 para pagamento de differença de vencimentos aos conferentes de capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro (decr. n. 6.675); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Abdon Felinto Milanez (decr. numero 6.676); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 23:583\$870 para pagamento a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos de vencimentos do seu finado marido, bacharel João Paulo Gomes de Mattos, juiz de direito (decr. n. 6.677); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:800\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Alvaro Lopes Machado (decr. n. 6.678); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$, ouro, para desenvolver nos paizes estrangeiros o consumo de diversos productos agricolas (decr. n. 6.687); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 35:388\$742 para pagamento de vencimentos a varios officiaes da Armada (decr. n. 6.691); abre ao Ministerio da Marinha o de 200:000\$ para remoção das dependencias e officinas do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (decr. numero 6.692); abre ao Ministerio da Fazenda o de 151:106\$324, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.693); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1.614:091\$420 para conclusão do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 6.694); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 42:500\$, sendo 24:500\$ á verba — Secretaria do Senado — o 18:000\$, á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 6.695); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:700\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 6.696); abre ao Ministerio da Industria o de 100:000\$ para despesas com o reconhecimento e estudos

do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte até entroncar com o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité (decr. n. 6.700); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para conclusão dos estudos da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá até encontrar com a Estrada de Ferro Central de Alagôas (decr. n. 6.701); abre ao Ministerio da Industria o de 296:538\$ para execução do decreto n. 1.626, de 1907 (decr. n. 6.702); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 30:000\$, complementar á verba 2ª — Empregados em disponibilidade (decr. n. 6.703); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:806\$451, complementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906, para pagamento de vencimentos ao escrivão do Juizo Federal de Minas Geraes, Leandro Castilho de Moura Costa (decr. n. 6.704); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 415:403\$753 para pagamento a Antonio Nunes Pires, em virtude de sentença (decr. n. 6.705); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 2:686\$668 para pagamento de vencimentos a Paulino Francisco Paes Barrelo (decr. n. 6.710); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:500\$ para pagamento de ajudas de custo ao desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos (decr. n. 6.712); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 9:675\$750, complementar á verba 30ª do art. 2º da lei numero 1.617, de 1906 (decr. n. 6.713); abre ao Ministerio da Fazenda o de 156:200\$, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.718); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 4:415\$770 para pagamento a Silva Mattos & Irmão, em virtude de sentença (decr. n. 6.719); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 95:921\$287 para pagamento da divida da Estrada de Ferro Central do Brasil ao Estado de Minas Geraes (decr. n. 6.720); abre ao Ministerio da Justiça o de 10:470\$869, sendo 759\$677 á verba 15ª e réis 9:711\$192 á verba 16ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.721); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 6.722); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 57:500\$, sendo 24:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 33:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 6.723); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:500\$ para pagamento de ajudas de custo a Antonio Justiniano Esteves Junior (decr. n. 6.724); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 750\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Manoel Ignacio Belfort Vieira (decr. n. 6.725); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Fausto Alves de Brito (decr. n. 6.726); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 6:642\$206 a diversas verbas (decr. n. 6.727); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:000\$, ouro, para pagamento de premios de viagem ás alumnas do Instituto Nacional de Musica, Suzana de Figueiredo, Helena de Figueiredo e Maria Isabel de Werney Campello (decr. n. 6.728); abre ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, ouro, para auxilio á estatua do marechal Floriano Peixoto (decr. n. 6.729); abre ao Ministerio da Industria o de 3.200:000\$ para pagamento dos trabalhos do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará a

Sant'Anna dos Ferros (decr. n. 6.737); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 38:729\$436 para pagamento de gratificação a professores e coadjuvantes que serviram na Escola de Guerra em 1906 (decr. n. 6.739); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 123:387\$728 para restituição de apolices arrecadadas pelo curador de bens de defuntos e ausentes, Dr. Genesio Telles Bandeira de Mello (decr. numero 6.740); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:923\$917, complementar á verba 17^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.742); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:400\$ para pagamento de ajudas de custo ao senador Ruy Barbosa (decr. n. 6.743); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 350:000\$ para auxiliar a construção do Hospital de Tuberculosos (decr. n. 6.748); abre ao Ministerio da Guerra o de 158:075\$750, complementar á verba 12^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.749); abre ao Ministerio da Fazenda o de 380:000\$, complementar á verba — Imprensa Nacional e *Diario Official* (decr. n. 6.750); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$, complementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 6.752); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 39:150\$121 para pagamento a diversos officiaes da Brigada Policial (decr. n. 6.754); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 2:276\$666 para pagamento ao capitão-tenente, honorario, Arlindo Pinto Duarte de differença de gratificação (decr. n. 6.756); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 10:300\$, ouro, para pagamento de despesas com vice-consulados no Estado Oriental do Uruguay (decr. n. 6.757); abre ao Ministerio da Fazenda o de 4:551\$900 para pagamento a Antonio Bezerra Cabral, em virtude de sentença (decr. n. 6.758); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 16:112\$240 para pagamento de vencimentos a diversos funcionarios da Escola Correccional Quinze de Novembro (decr. n. 6.759); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:303\$814 para pagamento de despesas por conta da verba — Eventuaes (decr. n. 6.760); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:600\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Joaquim Duarte Murtnho (decr. n. 6.761); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 200:000\$ para despesas com o laboratorio de ensino tecnico e industrial annexo á Escola Polytechnica (decr. n. 6.762); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 120:000\$, ouro, complementar á verba 16^a — Ajudas de custo (decr. n. 6.767); abre ao Ministerio da Justiça o de réis 271:033\$688, complementar á verba 15^a do art. 2^o da lei numero 1.617, de 1906 (decr. n. 6.769); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 1:038\$ para pagamento de gratificação adicional ao official da Secretaria do Senado, José Fernandes de Oliveira (decr. n. 6.770); abre ao Ministerio da Justiça o de 31:143\$, complementar á verba 38^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.771); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 21:000\$, ouro, para pagamento de premio de viagem aos engenheiros José Pires do Rio e José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso (decr. n. 6.772); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 67:500\$, sendo 24:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 43:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos

Deputados (decr. n. 6.773); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 6.774); abre ao Ministerio da Viação o de 2.828:000\$, suplementar á verba 9^a, n. 1, do art. 34 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.775); abre ao Ministerio da Industria o de 900:000\$ para promover na capital da Republica uma exposição nacional agricola, industrial, pastoril e de artes liberaes, em 1908 (decr. n. 6.781); abre ao Ministerio da Justiça o de 25:000\$, papel, suplementar á verba 43^a — Eventuaes (decr. n. 6.783); abre ao Ministerio da Industria o de 25:000\$ para indemnização á viuva do Dr. Antonio José de Sampaio pelos serviços prestados ao paiz por seu marido (decr. n. 6.784); abre ao Ministerio da Marinha o de 4:955\$ para pagamento de soldo e etapas ao capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros (decr. n. 6.789); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 98:096\$988 para pagamento de pensões aos operarios do extinto Arsenal de Marinha da Bahia (decr. n. 6.790); abre ao Ministerio da Industria o de 37:581\$137 para as despesas de instalação da Directoria Geral de Estatistica (decr. n. 6.793); abre ao Ministerio da Marinha o de 720:000\$, suplementar a diversas rubricas da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.794); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 13:476\$799 para pagamento ao capitão do Exercito Francisco Xavier de Alencastro Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 6.796); abre ao Ministerio da Industria o de 48:000\$, suplementar á verba — Telegraphos (decr. n. 6.797); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3.130:853\$880, ouro, para despesas com a cunhagem de moedas de prata (decr. n. 6.800); abre ao Ministerio da Justiça o de 129:896\$960, suplementar á verba 20^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.802); abre ao Ministerio da Marinha o de 1:127\$741 para pagamento do augmento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. n. 6.805); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 300:000\$ para as despesas com a reunião do 4^o Congresso Latino-Americano, em 1909 (decr. n. 6.806); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2.400:000\$ para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional, mobílias, tapeçarias e decorações (decr. n. 6.807); abre ao Ministerio da Justiça os especiaes de 552:016\$032 para conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia e de 50:000\$ para conclusão do edificio da Maternidade (decr. n. 6.808); abre ao Ministerio da Guerra o de 89:862\$021, suplementar á verba 15^a, n. 19, do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.809); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:758\$334 para pagamento de gratificações a Orozimbo da Silva Marques (decr. n. 6.810); abre ao Ministerio da Guerra o de 473:831\$493, suplementar á verba 15^a, consignação «Vantagens de forragens e ferragens» (decr. n. 6.811); abre ao Ministerio da Guerra o de 51:360\$, suplementar á verba 5^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.812); abre ao Ministerio da Fazenda o de 35:000\$, ouro, suplementar á verba — Reposições e restituições (decr. n. 6.813); abre ao Ministerio da Fazenda o de 67:761\$810, suplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.814); abre ao Ministerio da Fazenda o de 90:000\$, suplementar á

verba — Juros dos empréstimos do Cofre de Orphãos (decr. n. 6.815); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 1.000:000\$ para o pagamento de despesas a que se refere o decreto legislativo n. 1.756, de 1907 (decr. n. 6.821); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 11:066\$665 para pagamento á Companhia Cantareira e Viação Fluminense (decr. n. 6.822); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento da publicação do *Archivo Parlamentar* (decr. n. 6.825); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 86:275\$603 para pagamento de augmento de vencimentos a funcionarios da justiça do Districto Federal (decr. numero 6.826); abre ao Ministerio da Industria o de 30:000\$ para despesas com o prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral a Therezina (decr. n. 6.829); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 30:150\$700 para pagamento á Companhia Norte-Mineira, em virtude de sentença (decr. n. 6.830); abre ao Ministerio da Industria o de 8.000:000\$ para as despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua á Capital Federal (decr. n. 6.833); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:500\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Felisbello Freire (decr. n. 6.834); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:800\$ para pagamento de ajuda de custo a Luiz de Andrade (decr. n. 6.835); abre ao Ministerio da Guerra o de 370:405\$807, supplementar ao art. 22, verba 9ª da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.843); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 162:431\$697 para pagamento do augmento de vencimentos a diversos empregados da Casa de Detenção e da Policia do Districto Federal (decr. n. 6.847); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 600:000\$ para a instalação completa do Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos e construcção de edificios (decr. n. 6.849); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 60:057\$579 para pagamento ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro, em virtude de sentença (decr. n. 6.851); abre ao Ministerio da Fazenda o de 31:593\$480, supplementar á verba — Recebedoria do Districto Federal (decr. n. 6.852); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:800\$ para pagamento de ajudas de custo ao senador Antonio Francisco Azeredo (decr. n. 6.853); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:500\$ para pagamento de ajudas de custo ao general Manoel Presciliano de Oliveira Valladão (decr. numero 6.854); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:500\$ para pagamento de ajuda de custo ao bacharel Francisco de Paula Leite e Oiticica (decr. n. 6.855); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:800\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti (decr. n. 6.856); abre ao Ministerio da Industria o de réis 43:970\$037 para liquidacção de contas da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 6.857); abre ao Ministerio da Industria o de 796:500\$ para proseguir a construcção da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 6.858); abre ao Ministerio da Industria o de 180:000\$ para as despesas com a construcção de um predio para Correios e Telegraphos na capital da Bahia (decr. n. 6.859); abre ao Ministerio da Industria o de 1.500:000\$ para promover na capital da Republica uma exposicção nacional, pastoril e de

artes liberaes (decr. n. 6.860); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:500\$ para pagamento de ajuda de custo ao marechal Firmino Pires Ferreira (decr. n. 6.864); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:400\$ para pagamento de ajuda de custo a João Lopes Ferreira Filho (decr. numero 6.866); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Urbano Santos da Costa Araujo (decr. n. 6.867); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:550\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Antonio Coelho Rodrigues (decr. n. 6.868); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. João Vieira de Araujo (decr. n. 6.869); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:600\$ para pagamento de ajuda de custo ao general Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira (decr. n. 6.870); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador João Coelho Gonçalves Lisboa (decr. n. 6.871); abre ao Ministerio da Industria o de 290:000\$ para a construcção de uma ponte sobre o rio Paranahyba (decr. n. 6.872); abre ao Ministerio da Industria o de 347:000\$ para custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. n. 6.873); abre ao Ministerio da Industria o de 2.000:000\$ para despesas de construcção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil e do ramal de Sabará á cidade de Ferros (decr. numero 6.874); abre ao Ministerio da Industria o de 22:500\$ para animação á industria da seda (decr. n. 6.875); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:600\$ para pagamento de ajudas de custo ao senador Lauro Sodré (decr. n. 6.879); abre ao Ministerio da Fazenda o de 300:000\$ para auxiliar a construcção do predio destinado ao Club Militar (decr. n. 6.880); abre ao Ministerio da Industria o de 1.500:000\$ para terminar o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil até á cidade de S. Paulo (decr. n. 6.881); abre ao Ministerio da Fazenda o de 35:000\$, complementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 6.883); abre ao Ministerio da Industria o de 50:000\$ para despesas com a installação da Repartição Federal da Fiscalização das Estradas de Ferro (decr. n. 6.884); abre ao Ministerio da Marinha o de 258:688\$641, complementar á verba 25ª do art. 18 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.886); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:750\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Urbano Coelho de Gouvêa (decr. n. 6.888); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:000\$ para pagamento de ajudas de custo ao senador Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro (decr. n. 6.889); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:500\$ para pagamento de ajuda de custo ao general José Pedro de Oliveira Galvão (decr. n. 6.890); abre ao Ministerio da Industria o de 60:000\$ para auxiliar o Museu Commercial (decr. n. 6.893); abre ao Ministerio da Guerra o de 900:178\$825, complementar ao art. 22, verba 15ª, consignação n. 34 da lei n. 1.617 de 1906 (decr. n. 6.898); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.422:068\$433, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 6.900); abre ao Ministerio da Fazenda o de 800:000\$, complementar á verba — Mesas de rendas o collectorias (decr. n. 6.906); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 600:000\$ para

o aparelhamento de terreno para o estabelecimento das oficinas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. numero 6.907); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Edmundo de Carvalho (decr. n. 6.909); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 35:100\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Cleto Nunes Pereira (decr. numero 6.910); abre ao Ministerio da Industria o especial de 160:000\$ para despesas com a conclusão dos serviços de locação e início dos de construção da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.911); abre ao Ministerio da Industria o de 900:000\$ para satisfazer o estipulado no accôrdo celebrado em 29 de dezembro de 1905 para rescisão da concessão dada pelo decreto n. 904, de 1890 (decr. n. 6.913); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 148:485\$854 para pagamento de soldo aos comprehendidos no decreto legislativo n. 1.687, de 1907 (decr. n. 6.914); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador marechal José de Almeida Barreto (decr. n. 6.919); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 834:550\$ para despesas com a reorganização do territorio do Acre (decr. n. 6.920); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 24:000\$, ouro, para pagamento aos vice-consules na Republica Oriental do Uruguay e na Republica Argentina (decr. n. 6.921); abre ao Ministerio da Justiça o de 33:000\$ para pagamento de subvenções (decr. n. 6.924); abre ao Ministerio da Justiça o de 3:600\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco (decr. n. 6.925); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao general João Soares Neiva, senador pela Parahyba (decr. n. 6.926); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:875\$ para pagamento de subsidio ao senador Dr. Joaquim Saldanha Marinho (decr. n. 6.927); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 200:000\$ para despesas com o Laboratorio de Ensino Technico e Industrial, annexo á Escola Polytechnica (decr. n. 6.929); abre ao Ministerio da Industria o de 25:000\$ para propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos (decr. n. 6.938); abre ao Ministerio da Fazenda o de 24:600\$ para despesas com o serviço de uniformização dos typos de apolices (decr. n. 6.939); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de ajuda de custo a Bellarmino Carneiro (decr. n. 6.940); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Urbano Coelho de Gouvêa (decr. n. 6.941); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 259:115\$139 para despesas com o Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 6.942); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 18:500\$ para pagamento de despesas com a delegacia do 29º districto policial (decr. n. 6.943); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para proseguir a construção da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 6.945); abre ao Ministerio da Industria o de 1.500:000\$ para promover na capital da Republica uma exposição nacional (decr. n. 6.949); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:700\$ para pagamento de ajudas de custo ao general Henrique Valladares (decr. n. 6.955); abre ao Minis-

terio da Justiça o especial de 3:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Innocencio Serzedello Corrêa (decr. n. 6.956); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:500\$ para pagamento de ajuda de custo a José Bevilacqua (decr. n. 6.957); abre ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$ para as despesas com a compra de um equatorial e sua instalação na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro (decr. n. 6.958); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao almirante José da Costa Azevedo (decr. n. 6.968); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:600\$ para pagamento de ajuda de custo ao general Francisco Raphael de Mello Rego (decr. n. 6.969); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 500:000\$, destinado a concertos de navios da Armada (decr. n. 6.973); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para os estudos e a construção de uma linha ferrea que do ponto mais conveniente da Estrada de Ferro de Goyaz vá a Bello Horizonte (decr. n. 6.976); abre ao Ministerio da Justiça o de 500:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 6.979); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:900\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Alexandre José Barbosa Lima (decr. n. 6.983); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:300\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Frederico Augusto Borges (decr. n. 6.984); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:500\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Luiz Antonio Domingues da Silva (decr. n. 6.985); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Antonio Rodrigues Lima (decr. n. 6.986); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para despesas com o reconhecimento e estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes (decr. n. 6.988); abre ao Ministerio da Guerra o de 11:169\$892, suplementar á verba 4^a do art. 16 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 6.991); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 124:397\$200 para pagamento da despesa com a construção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 6.992); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:250\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio ao deputado Sebastião Fleury Curado (decr. n. 6.996); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:573\$331, suplementar á verba 26^a do art. 2^o da lei de orçamento para 1908 (decr. n. 6.997); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1:479\$500 para pagamento de despesas com a impressão do relatorio da Liga Brasileira contra a Tuberculose (decr. n. 6.998); abre ao Ministerio da Industria o de 8.000:000\$ para despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua á Capital Federal (decr. n. 7.002); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:250\$ para pagamento de ajuda de custo ao general Bellarmino Carneiro (decr. n. 7.011); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Eduardo Pires Ramos (decr. n. 7.012); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 43:360\$080 para pagamento de vencimentos a diversos officiaes da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 7.013); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior (decr. n. 7.014); abre ao Ministerio da Justiça o extra-

ordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Celestino Bourrquol (decr. n. 7.015); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para despesa com o premio de viagem ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães (decr. n. 7.016); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado José Augusto de Freitas (decr. n. 7.026); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:250\$ para pagamento de ajuda de custo a Fernando Machado de Simas (decr. n. 7.027); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 500\$ para pagamento de ajuda de custo ao coronel Carlos Augusto de Campos (decr. n. 7.028); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 24:550\$ para pagamento de ajudas de custo e subsídios ao senador José Gomes Pinheiro Machado (decr. n. 7.029); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 627:724\$ para despesas com a Colonia Correccional dos Dous Rios e com a Guarda Nacional (decr. n. 7.030); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 3:887\$ para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva (decr. n. 7.031); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 29:587\$477 para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira de vencimentos de inactividade (decr. n. 7.036); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:711\$580 para pagamento ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, em virtude de sentença (decr. n. 7.038); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 650\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Manoel Pereira Reis (decr. n. 7.040); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 500\$ para pagamento de ajuda de custo ao marechal Floriano Peixoto (decr. n. 7.041); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 190:830\$020, sendo 48:304\$020 á verba 6ª e 142:256\$ á verba 8ª da lei n. 1.844, de 1907 (decr. n. 7.042); abre ao Ministerio da Guerra o de 1.044:857\$, suplementar á verba 9ª — Soldo, etapas e gratificações de officiaes (decr. n. 7.044); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Lauro Severiano Müller (decr. n. 7.047); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado João de Siqueira Cavalcanti (decr. n. 7.048); abre ao Ministerio da Industria o de 220:000\$ para indemnização ao governo de Sergipe da despesa com os estudos da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá (decr. n. 7.049); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:958\$065 para pagamento do meio soldo e montepio a D. Rosa Penedo Ahrens (decr. n. 7.055); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 40:000\$ para despesas de viagem e representação do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e do general de divisão Luiz Mendes de Moraes (decr. n. 7.057); abre ao Ministerio da Guerra o de 56:787\$944 para pagamento a docentes militares (decr. n. 7.062); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 427:721\$136 para pagamento de soldo a voluntarios da patria (decr. n. 7.063); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 48:357\$387 para pagamento ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença (decr. n. 7.064); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 180:000\$ para pagamento aos Drs. Pedro Francelino Guimarães Filho, Cesario da Silva Pereira e Antonio Angra de Oliveira (decr. n. 7.065); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 2:076\$187

para pagamento ao Dr. Antonio José Pinto, em virtude de sentença (decr. n. 7.066); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 45:459\$ á verba 6ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 7.067); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:653\$320 para pagamento a Karl Hoepeck & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 7.070); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 249:700\$660 para pagamento a D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, em virtude de sentença (decr. n. 7.071); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 28:708\$156 para pagamento a José Bernardino Ribeiro Guimarães, em virtude de sentença (decr. n. 7.072); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 24:856\$486 e o suplementar de 2:400\$ para pagamento de differença de vencimentos e de soldo ao almirante Arthur de Jaceguay (decr. n. 7.078); abre ao Ministerio da Guerra o de 384:000\$, suplementar á verba 14ª do art. 16 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 7.079); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 100:000\$ para despesas com a instalação e expediente das juntas de alistamento e sorteio militar (decr. n. 7.080); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos ao capitão da Força Policial, José Cicero Bianchi (decr. n. 7.081); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 800\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Raymundo Arthur de Vasconcellos (decr. n. 7.082); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 55:812\$714 para pagamento á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina, em virtude de sentença (decr. n. 7.083); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 337:543\$946 para pagamento a Machado & Carvalho e Silva & Carvalho, em virtude de sentença (decr. n. 7.084); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 14:863\$826 para pagamento a D. Adelaide do Nascimento Torres, em virtude de sentença (decr. n. 7.087); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 89:558\$826 para pagamento a D. Francisca Borges Monteiro, viuva do Dr. Carlos Borges Monteiro (decr. n. 7.094); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto (decr. n. 7.095); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Justo Leite Chermont (decr. n. 7.096); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Joaquim Antonio da Cruz (decr. n. 7.097); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:425\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Ramiro Fortes de Barcellos (decr. n. 7.098); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.101); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.102); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 23:551\$484 para despesas no Alto-Acre (decr. n. 7.103); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 90:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao primeiro tenente João da Silva Retumba (decr. n. 7.104); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12.000:000\$ para pagamento da aquisição e encampação da Estrada de Ferro Muzambinho (decr. n. 7.110); abre ao

Ministerio da Fazenda o extraordinario de 18:873\$320 para pagamento a Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença (decr. n. 7.112); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:535\$326, ouro, e 429:998\$736, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 7.113); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:500\$368 para pagamento a D. Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, em virtude de sentença (decr. n. 7.114); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma (decr. n. 7.115); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:200\$ para pagamento de subsidios ao senador Severino dos Santos Vieira (decr. n. 7.116); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Ramiro Fortes de Barcellos (decr. n. 7.117); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:400\$ para pagamento ao deputado Pedro Gonçalves Moacyr (decr. n. 7.118); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:750\$ para pagamento ao primeiro tenente do Exercito Antonio Claudio de Souto de consignações não pagas (decr. n. 7.123); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 19:302\$628 para pagamento a D. Seraphina de Lima Pitaluga, em virtude de sentença (decr. n. 7.125); abre ao Ministerio da Justiça o de 17:100\$ para pagamento de subsidio ao senador Ruy Barbosa (decr. n. 7.127); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 37:675\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio ao senador marechal Julio Anacleto Falcão da Frota (decr. n. 7.128); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador José Gomes Pinheiro Machado (decr. n. 7.129); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:036\$300 para pagamento de subsidios ao senador José Joaquim de Souza (decr. n. 7.130); abre ao Ministerio da Industria o de 800:000\$ para despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil e ramal de Sabará á cidade de Ferros (decr. n. 7.131); abre ao Ministerio da Industria o de 500:000\$ para despesas com a execução de medidas contra os effeitos da secca nos Estados do Norte (decr. n. 7.132); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 4:874\$332 para pagamento de vencimentos ao major do Exercito Erico Augusto de Oliveira, professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul (decr. n. 7.134); abre ao Ministerio da Marinha o de 17:289\$410 para pagamento ao capitão de corveta Francisco de Mattos (decr. n. 7.135); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 174:257\$, ouro, e 826:394\$030, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 7.136); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:419\$656 para pagamento ao major José Raphael Alves de Azambuja, em virtude de sentença (decr. n. 7.137); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:405\$726 para pagamento ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, em virtude de sentença (decr. n. 7.138); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 23:625\$780 para pagamento a Boris Frères e José Antonio de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 7.139); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 28:950\$ para pagamento de subsidios ao general Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira (decr. n. 7.140); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 13:875\$ para pagamento de subsidios ao

senador Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro (decr. n. 7.141); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 8:110\$930, sendo 7:930\$ ao n. 13 e 180\$930 ao n. 15 do art. 2º da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 7.142); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:267\$609 para restituição ao capitão da Força Policial, José Cicero Bianchi (decr. n. 7.144); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento ao engenheiro civil Henrique de Novaes (decr. numero 7.147); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.150); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.151); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:200\$903 para restituição ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade (decr. n. 7.152); abre ao Ministerio da Justiça o de 30:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 7.155); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 25:413\$280 para pagamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brasil e João Nepomuceno da Costa (decr. n. 7.156); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.920:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 7.157); abre ao Ministerio da Industria o de 115:000\$ para os trabalhos de propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos (decr. n. 7.158); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 3:412:478\$ para pagamento das despesas a que se refere o decreto legislativo n. 1.756, de 1907 (decr. n. 7.160); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 1:816\$930 para pagamento a Antonio Russo Italiano, em virtude de sentença (decr. n. 7.161); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:500\$ para pagamento de ajudas de custo ao Dr. Geminiano Brasil de Oliveira Góes (decr. n. 7.162); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:450\$ para pagamento de subsidio ao Dr. Joaquim Felicio dos Santos (decr. n. 7.163); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios ao capitão de corveta Francisco de Mattos (decr. n. 7.167); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:475\$ para pagamento de subsidios ao senador Augusto Olympio Gomes de Castro (decr. n. 7.168); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:750\$ para pagamento de ajudas de custo ao senador Aquilino Leite do Amaral Coutinho (decr. n. 7.169); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 12:035\$946 para pagamento a Carlos Messiano, em virtude de sentença (decr. n. 7.174); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Aristides Novis (decr. n. 7.175); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.176); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 616:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.177); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Demetrio Nunes Ribeiro (decr. n. 7.178); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:500\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador João da Silva Rego Mello (decr. n. 7.179); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:200\$

para pagamento de ajuda de custo ao senador Segismundo Antonio Gonçalves (decr. n. 7.180); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Manoel Ignacio Belfort Vieira (decr. n. 7.181); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:925\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios a José Leopoldo de Bulhões Jardim (decr. n. 7.182); abre ao Ministerio da Industria o de 2.000:000\$ para despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua á Capital Federal (decr. n. 7.183); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.019:197\$992, complementar á verba 15^a do art. 2^o da lei n. 1.844, de 1907 (decr. n. 7.187); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 770\$ para pagamento de vencimentos ao ex-almoxarife do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, Sebastião José Bezerra Cavalcanti (decr. n. 7.189); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 17:867\$076 para pagamento a Mario Nazareth, em virtude de sentença (decr. n. 7.190); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:800\$ para pagamento de ajuda de custo a Luiz Adolpho Corrêa da Costa (decr. n. 7.194); abre ao Ministerio da Justiça o de 3:551\$612, complementar a diversas verbas (decr. n. 7.195); abre ao Ministerio da Justiça o de 2.542:255\$081, complementar a diversas verbas (decr. n. 7.202); abre ao Ministerio da Guerra o extraordinario de 600:488\$460 para execução do disposto no art. 23, letra f, da lei n. 1.617, de 1906, revigorado pelo art. 17, letra d, da de n. 1.844, de 1907 (decr. n. 7.205); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:520\$, complementar á verba — Alfandegas (decr. n. 7.206); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:865\$343 para pagamento de ajuda de custo e subsidios ao senador Manoel Ferraz de Campos Salles (decr. n. 7.209); abre ao Ministerio da Justiça o de 5:197\$993, complementar a diversas verbas (decr. n. 7.213); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:500\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Joaquim Antonio da Cruz (decr. n. 7.214); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 30:025\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios ao capitão de corveta Joaquim de Albuquerque Serejo (decr. n. 7.215); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Arthur Pinto da Rocha (decr. n. 7.216); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Pedro Gonçalves Moacyr (decr. n. 7.217); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 750\$ para pagamento de ajuda de custo ao deputado Joaquim Xavier Guimarães Natal (decr. n. 7.218); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 41:400\$ para pagamento de subsidio ao senador Antonio Pinó Nogueira Accioly (decr. n. 7.219); abre ao Ministerio da Industria o de 150:000\$ para as despesas de estudos e construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias (decr. n. 7.222); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 18:000\$ para pagamento de vencimentos e gratificação adicional ao ex-director da Secretaria da Camara dos Deputados, Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis (decr. n. 7.223); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 27:548\$386, sendo 11:290\$322 á verba — Secretaria do Senado — e 16:258\$064 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.225); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba —

Subsidio dos senadores — e 445:200\$ 4 verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.226); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 20:000\$ para attender ás despesas com o plantio e cultivo de forragens no rincão de S. Gabriel, em S. Borja, no Rio Grande do Sul (decr. n. 7.232); abre ao Ministerio da Fazenda os extraordinarios de 6:123\$109 para pagamento a D. Maria Honorina de Azevedo Santos e 25:534\$563 para pagamento ao major, reformado, do Exercito Leobaldo Augusto de Moraes, em virtude de sentença (decr. n. 7.235); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 72:412\$122 para pagamento a Francisco de Sá Britto, em virtude de sentença (decr. n. 7.236); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:814\$520 para pagamento de subsidio ao Dr. Theodoro Alves Pacheco (decr. n. 7.240); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:575\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios ao senador José Joaquim de Souza (decr. n. 7.241); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:950\$ para pagamento de subsidios ao senador Lauro Severiano Müller (decr. n. 7.242); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem a Nerval Gomes Veras (decr. n. 7.243); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1:489\$165 para pagamento de gratificação adicional a varios funcionarios da Camara dos Deputados (decr. n. 7.247); abre ao Ministerio da Justiça os extraordinarios de 7:887\$096 e 7:500\$ para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Cintra e ao Dr. Joaquim Moreira da Silva de differença de vencimentos (decr. n. 7.248); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 7:000\$ para pagamento de differença de vencimentos ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboin (decr. n. 7.249); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:200\$, complementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 7.250); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:625\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Benedicto Pereira Leite (decr. n. 7.251); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:650\$ para pagamento de subsidios ao deputado Dr. Diogo Fernandes Alves Fortuna (decr. n. 7.252); abre ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 7.253); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 700\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Helvecio da Silva Monte (decr. n. 7.254); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:800\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Raymundo Carneiro de Souza Bandeira (decr. n. 7.255); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:750\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios ao Dr. Nelson de Vasconcellos e Almeida (decr. n. 7.256); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:750\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios ao deputado Angelo Gomes Pinheiro Machado (decr. n. 7.257); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 17:950\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador Silverio José Nery (decr. n. 7.258); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:400\$ para pagamento de subsidios ao deputado Arthur Pinto da Rocha (decr. numero 7.259); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 750\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Luiz Delfino dos Santos (decr. n. 7.260); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:450\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Ma-

noel Messias de Gusmão Lyra (decr. n. 7.261); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:100\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Joaquim Ignacio Tosta (decr. numero 7.262); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 18:975\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios ao senador Francisco de Assis Rosa e Silva Junior (decr. numero 7.263); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 18:375\$ para pagamento de subsidios ao senador Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro (decr. n. 7.264); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:875\$ para pagamento de subsidios ao senador Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa (decr. n. 7.265); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:150\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio ao deputado Gabriel Salgado dos Santos (decr. n. 7.266); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 4:008\$202 para pagamento de ordenados ao escriptuario de almoxarifado do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira (decr. n. 7.267); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 136:418\$120 para pagamento á viuva do almirante Jeronymo Francisco Gonçalves, em virtude de sentença (decr. n. 7.268); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:766\$820 para pagamento ao desembargador Guilherme Coelho Cintra, em virtude de sentença (decr. numero 7.269); abre ao Ministerio da Fazenda o de 655:637\$370, ouro, para despesas com a cunhagem de moedas de prata (decr. n. 7.274); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 391:214\$562 para pagamento de soldo vitalicio a voluntários (decr. n. 7.276); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 83:443\$749, suplementar á verba 13^a do art. 29 da lei numero 1.841, de 1907 (decr. n. 7.280); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:000\$ para pagamento á Sociedade de Tiro Brasileiro do Rio Grande do Sul (decr. n. 7.281); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 234:301\$320 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. numero 7.282); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 4:929\$032 para o augmento de vencimentos do curador das massas fallidas na Capital Federal (decr. n. 7.283); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:825\$ para pagamento de subsidios a Ernesto Alves de Oliveira (decr. n. 7.284); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para despesas com estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes (decr. n. 7.285); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 17:308\$907 para pagamento aos herdeiros do tenente-coronel, reformado, da Brigada Policial, Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença (decr. n. 7.287); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 72:706\$822 para pagamento ao Dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão, em virtude de sentença (decr. n. 7.288); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 101:996\$600 para pagamento a Ignacio Alves Pereira, em virtude de sentença (decr. n. 7.289); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para despesas com a construção de um predio para a Repartição Central do Policia (decr. n. 7.296); abre ao Ministerio da Fazenda o de 317\$500 para restituição a Raymunda Amelia Pereira e Anna Amelia Pereira (decr. n. 7.297); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 7:987\$679 para pagamento a George Fran-

cisco Mee e outro, em virtude de sentença (decr. n. 7.299); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:850\$694 para pagamento á viuva e aos herdeiros do Dr. Amphiphio Botelho Freire de Carvalho (decr. n. 7.300); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 23:791\$875 para pagamento ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 7.301); abre ao Ministerio da Fazenda o de 150:000\$, complementar á verba—Exercicios findos (decr. n. 7.309); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:694\$300 para pagamento a Norberto de Azevedo Coutinho, em virtude de sentença (decr. n. 7.310); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 10:131\$249 para pagamento ao barão de Lucena, em virtude de sentença (decr. n. 7.311); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 9:405\$350 para pagamento ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, em virtude de sentença (decr. n. 7.312); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 140:727\$538 para pagamento do augmento de vencimentos dos funcionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 7.316); abre ao Ministerio da Industria o de 900:000\$ para proseguir a construcção da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 7.318); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 2:000\$ para pagamento a Octavio de Souza Lima, de emprestimo ao Cofre de Orphãos (decr. n. 7.320); abre ao Ministerio da Fazenda o de 26:541\$040 para pagamento de 21:838\$280 á Companhia Centro Commercial e de 4:702\$760 a João Martins Ferreira (decr. n. 7.321); abre ao Ministerio da Fazenda o de 6:095\$506 para pagamento de vencimentos ao amaruense do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Authino Alfredo de Carvalho (decr. n. 7.322); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:875\$ para pagamento de subsidio a Carlos Marcellino da Silva (decr. n. 7.323); abre ao Ministerio da Justiça o de 660:751\$811, complementar á verba—Soccorros publicos (decr. n. 7.325); abre ao Ministerio da Industria o de 800:000\$ para despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.326); abre ao Ministerio da Industria o de 1.000:000\$ para pagamento da medição provisoria dos materiaes recebidos pela «Madeira-Mamoré Railway Company» (decr. n. 7.327); abre ao Ministerio da Industria o de 347:000\$ para custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. n. 7.328); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para construcção de uma ponte sobre o rio Paranyhyba, a que se refere o decreto n. 6.715, de 1907 (decr. n. 7.335); abre ao Ministerio da Industria o de 200:000\$ para propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos (decr. n. 7.336); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 44:387\$722 para pagamento ao primeiro tenente da Armada Antonio Leopoldino da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 7.342); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 16:000\$ para tratamento em Poços de Caldas de officiaes e pracas da Armada (decr. n. 7.345); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:162\$034, complementar á verba—Recebedoria da Capital Federal (decr. n. 7.346); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 80:000\$ para acquisição de mobiliario, tapeçarias, etc., para o Supremo Tribunal Federal (decr.

n. 7.347); abre ao Ministerio da Industria o de 4.297:661\$074 para liquidação das despesas com a revisão e melhoria do abastecimento de agua (decr. n. 7.354); abre ao Ministerio da Industria o de 700:000\$ para as despesas da construcção do ramal de Sabará á Sant'Anna dos Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.355); abre ao Ministerio da Guerra o de 586:604\$298, supplementar á verba — Transporte de tropas (decr. n. 7.356); abre ao Ministerio da Guerra o de 872:492\$653, supplementar á verba 10^a do art. 16 da lei n. 1.841, de 1907 (decr. n. 7.357); abre ao Ministerio da Justiça o de 1:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Rodrigo Corrêa de Araujo (decr. n. 7.358); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 14:300\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Theotônio Raymundo de Brito (decr. n. 7.359); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:650\$ para pagamento de subsidio a Sebastião Fleury Curado (decr. n. 7.360); abre ao Ministerio da Fazenda o de 250:000\$, supplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 7.364); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 7.365); abre ao Ministerio da Fazenda o de 25:000\$, supplementar á verba — Aposentados (decr. n. 7.366); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para despesas com o estabelecimento de laboratorios de ensino technico-industrial na Escola Polytechnica (decr. n. 7.367); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para despesas com o estabelecimento de laboratorios de ensino technico-industrial na Escola Polytechnica (decr. n. 7.369 A); abre ao Ministerio da Fazenda o de 757:359\$359, supplementar á verba — Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 7.372); abre ao Ministerio da Fazenda o de 520:000\$, supplementar á verba — Alfandegas (decr. n. 7.373); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 900:784\$207, supplementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro (decr. n. 7.374); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:518\$ para pagamento de despesas com a segunda época de exames de preparatorios (decr. n. 7.375); abre ao Ministerio da Fazenda o de 80:000\$, supplementar á verba — Juros dos emprestimos do Cofre de Orphãos (decr. n. 7.380); abre ao Ministerio da Industria o de 250:000\$ para despesas com os trabalhos preparatorios do recenseamento em 1910 (decr. n. 7.381); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:000\$ para pagamento á sociedade Tiro Nacional de S. Paulo (decr. numero 7.382); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:000\$ para pagamento á sociedade Tiro Brasileiro Federal (decr. n. 7.393); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 100:000\$ para a concessão de premios pecuniarios aos melhores atiradores (decr. n. 7.398); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:500\$ para pagamento de subsidios ao Dr. Antonio Gonçalves Chaves (decr. n. 7.400); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 800\$ para pagamento de ajuda de custo ao general Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto (decr. n. 7.401); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:575\$ para pagamento de subsidios a Euclides Vieira Malta (decr. n. 7.402); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 13:350\$ para pagamento de subsi-

dios a Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim (decr. n. 7.403); abre ao Ministerio da Industria o de 500:000\$ para terminar o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil á cidade de S. Paulo (decr. n. 7.410); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 34:000\$ para prover o tratamento de officiaes e praças do Exercito no estabelecimento thermal de Pocos de Caldas (decr. n. 7.412); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:575\$ para pagamento de subsidios a Carlos Augusto Garcia Ferreira (decr. n. 7.418); abre ao Ministerio da Industria o de 300:000\$ para construção da Estrada de Ferro de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 7.420); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:750\$ para pagamento de subsidios a Francisco Cornelio da Fonseca Lima (decr. n. 7.422); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. José Hygino Duarte Pereira (decr. n. 7.429); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:000\$ para pagamento de subsidio á Sociedade União dos Atiradores do Brasil (decr. n. 7.443); abre ao Ministerio da Marinha o de réis 100:000\$ para publicação da *Liga Maritima* (decr. n. 7.445); abre ao Ministerio da Marinha o de 500:000\$ para concerto em navios da Armada (decr. n. 7.446); abre ao Ministerio da Justiça o de 5:860\$ para pagamento da publicação dos *Elementos de Chimica Inorganica*, do Dr. Tiburcio Valeriano Peceguciro do Amaral (decr. n. 7.458); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 50:000\$ para a aquisição de um rebocador para a Capitania do Porto do Ceará (decr. numero 7.461); abre ao Ministerio da Marinha o especial de 35:000\$ para a construção de uma turbina a vapor, de invenção do Dr. Pereira de Lyra (decr. n. 7.462); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 19:425\$ para pagamento de subsidios a Justo Leite Chermont (decr. n. 7.465); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:250\$ para pagamento de subsidios ao senador Severino dos Santos Vieira (decr. n. 7.466); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 1.100:000\$ para pagamento de despesas com a construção de um edificio para a Repartição Central da Policia (decr. n. 7.471); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:525\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios a Generoso Paes Leme de Souza Ponce (decr. n. 7.475); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:000\$ para pagamento de ajuda de custo ao major Fileto, Pires Ferreira (decr. n. 7.476); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 4:975\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios a Arthur Ferreira de Abreu (decr. n. 7.477); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:925\$ para pagamento de subsidios ao deputado Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda (decr. n. 7.478); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:825\$ para pagamento de subsidios ao senador Alfredo Ellis (decr. n. 7.485); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para despesas com a mudança da Bibliotheca Municipal (decr. n. 7.487); abre ao Ministerio da Viagem o de 800:000\$ para as despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.493); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:025\$ para pagamento de subsidios a João Alves de Castro

(decr. n. 7.496); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 200:000\$ para despesas com a sua installação (decr. n. 7.502); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 475:000\$ em vista da autorização conferida pelo art. 13. leira *d*, da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.504); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 11:445\$401 para pagamento ao capitão Manoel Joaquim Machado (decr. n. 7.505); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:500\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Elyseu de Souza Martins (decr. n. 7.506); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:525\$ para pagamento de ajuda de custo a Antonio Jacob da Paixão (decr. n. 7.507); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:600\$ para pagamento de subsidios a Aquilino Leite do Amaral Coutinho (decr. n. 7.513); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 23:400\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Joaquim José Paes da Silva Sarmiento (decr. n. 7.514); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao marechal José Simeão de Oliveira (decr. n. 7.515); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:325\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Raulino Julio Adolpho Horn (decr. n. 7.516); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:875\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Gervasio Marques dos Santos (decr. n. 7.517); abre ao Ministerio da Vição o de 150:000\$ para melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 7.518); abre ao Ministerio da Vição o de 250:000\$ para despesas com o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité (decr. n. 7.521); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 170:500\$. ouro, complementar á verba — Extraordinarias no exterior (decr. n. 7.524); abre ao Ministerio da Fazenda o de 47:251\$019, complementar á verba — Recchedoria da Capital Federal (decr. n. 7.526); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:959\$334, complementar á verba 20ª — Empregados de repartições e logares extinctos (decr. n. 7.527); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 297:564\$475, complementar á verba — Thesouro Federal (decr. n. 7.528); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 41:319\$904 á verba — Secretaria do Senado (decr. n. 7.529); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 289\$900 para pagamento de differença de vencimentos a Basilio Emygdio de Almeida (decr. n. 7.530); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:875\$ para pagamento de subsidio ao capitão Raymundo de Amorim Figueira (decr. n. 7.531); abre ao Ministerio da Vição o de 1.000:000\$ para pagamento de medição de materiaes á «Madeira-Mamoré Railway Company» (decr. n. 7.535); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 545:529\$923 para pagamento de soldo a voluntarios da patria (decr. n. 7.536); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 22:620\$, complementar á verba — Secretaria do Estado — para pagamento de differença de vencimentos (decr. n. 7.538); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 47:269\$982 para pagamento do augmento de vencimentos a funcionarios (decr. n. 7.541); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:075\$ para pagamento de subsidio ao marechal Firmino Pires Ferreira (decr. numero 7.542); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:925\$ para pagamento de subsidio ao almirante Eduardo

Wandenkolk (decr. n. 7.543); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidios dos deputados (decr. n. 7.544); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.545); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 8:868\$104 para pagamento aos herdeiros do Dr. Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro, em virtude de sentença (decr. n. 7.546); abre ao Ministerio da Viação o de 200:000\$ para construção da Estrada de Ferro de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 7.549); abre ao Ministerio da Viação o de 600:000\$ para prolongamento do ramal de Santa Cruz, da Estrada de Ferro Central do Brasil, a Itacurussá (decr. n. 7.551); abre ao Ministerio da Viação o de 23:383\$625, suplementar á verba — Secretaria de Estado (decr. n. 7.552); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 49:357\$998 para pagamento de differença de vencimentos dos funcionarios das directorias do Expediente e Contabilidade (decr. n. 7.554); abre ao Ministerio da Guerra o de 55:712\$191, suplementar ás verbas 1ª e 3ª do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.555); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 22:098\$018 para pagamento de vencimentos aos funcionarios da Secretaria (decr. n. 7.557); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 320\$500 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença (decr. n. 7.560); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:275\$ para pagamento de subsidio a Joaquim Gonçalves e outros (decr. n. 7.561); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para execução de medidas contra os effeitos da secca nos Estados do Norte (decr. n. 7.565); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 157:443\$193 para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 7.569); abre ao Ministerio da Fazenda o especial de 15:000\$, ouro, para subsidio á commissão incumbida de representar a mocidade brasileira em Montevideo (decr. n. 7.570); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:275\$ para pagamento de subsidio a João Severiano da Fonseca Hermes e outros (decr. n. 7.571); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 13:850\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Francisco Honorio Ferreira Brandão (decr. n. 7.572); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:075\$ para pagamento de ajuda de custo ao general Francisco Victor da Fonseca e Silva (decr. n. 7.573); abre ao Ministerio da Justiça o de 50:000\$, suplementar á verba — Eventuaes (decr. n. 7.574); abre ao Ministerio da Viação o de 600:000\$ para despesas de construção do ramal de Santa Barbara a Sant'Anna dos Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.577); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:549\$970 para pagamento ao capitão de corveta Carlos Eugenio Ferreira, em virtude de sentença (decr. n. 7.579); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:200\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. José Teixeira da Matta Bacellar (decr. n. 7.581); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:525\$ para pagamento de subsidio a Thomaz Rodrigues da Cruz (decr. n. 7.582); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:400\$ para pagamento de subsidio a Aureliano Pinto Barbosa (decr.

n. 7.583); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:825\$ para pagamento de subsidio a Quintino Bocayuva e outros (decr. n. 7.584); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 45:000\$ para despesas imprevistas de caracter eventual (decr. n. 7.587); abre ao Ministerio da Justiça o de 3.924:549\$370, complementar a diversas verbas (decr. n. 7.588); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 618:750\$, sendo 441:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.589); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.590); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro (decr. n. 7.591); abre ao Ministerio da Fazenda o de 34:700\$ para pagamento de premio á Companhia Cantareira e Viação Fluminense (decr. n. 7.592); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:400\$ para pagamento de subsidio a Pacifico Gonçalves da Silva Mascarenhas e outros (decr. n. 7.593); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:225\$ para pagamento de ajuda de custo ao Dr. Francisco Rangel Pestana (decr. n. 7.594); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 39:775\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Joaquim Francisco de Assis Brasil (decr. n. 7.595); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:550\$ para pagamento de subsidio e ajuda de custo a Hercilio Pedro da Luz e outros (decr. n. 7.596); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 14:250\$ para pagamento de subsidio a Gil Diniz Goulart e outros (decr. n. 7.597); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 60:000\$ para pagamento de premio aos sericicultores e ás duas primeiras fabricas que empregarem na tecelagem fios de casulos produzidos no paiz (decr. n. 7.602); abre ao Ministerio da Fazenda o de 71:700\$ para pagamento de premio á Companhia Nacional de Navegação Costeira (decr. n. 7.607); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 211:457\$975 para pagamento a João da Silva Tavares e outros, em virtude de sentença (decr. n. 7.608); abre ao Ministerio da Fazenda o de 23:439\$835, ouro, e 39:208\$202, papel, para restituição de direitos de linotypos (decr. n. 7.609); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:225\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Joaquim Pereira da Costa (decr. n. 7.610); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:875\$ para pagamento de subsidio a Eugenio Pires de Amorim (decr. n. 7.611); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:400\$ para pagamento de subsidio a Ubaldino do Amaral Fontoura (decr. n. 7.612); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:450\$ para pagamento de subsidio a Antonio José da Costa Junior (decr. n. 7.613); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:675\$ para pagamento de subsidio a Feliciano Augusto de Oliveira Penna e outros (decr. n. 7.614); abre ao Ministerio da Viação o de 2.400:000\$ para despesas da verba 11^a do art. 15 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.615); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 500:000\$, ouro, para despesas com a representação do Brasil na Exposição de Bruxellas, em 1910 (decr. n. 7.623); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:825\$ para pagamento de subsidio ao marechal José de Almeida Barreto e outros (decr. n. 7.626);

abre ao Ministerio da Justiça o especial de 45:575\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Fernando Abott (decr. n. 7.627); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:300\$ para pagamento de subsidio a José Luiz Coelho e outros (decr. n. 7.628); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:400\$ para pagamento de subsidio ao Dr. Candido Barata Ribeiro (decr. n. 7.629); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 641:269\$420 para terminação das obras da Faculdade de Direito do Recife (decr. n. 7.634); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:000\$ para pagamento de subsidio a João Pinheiro da Silva (decr. n. 7.639); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 17:100\$ para pagamento de subsidio a Bernardino de Campos e outros (decr. n. 7.640); abre ao Ministerio da Viação o de 1.569:468\$082 para despesas com a Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. n. 7.642); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 434:600\$ para despesas com a instalação de diversas repartições (decr. n. 7.648); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 850:000\$ para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 7.650); abre ao Ministerio da Industria o especial de 4:125\$ para pagamento de subsidio a Joaquim Pontes de Miranda (decr. n. 7.651); abre ao Ministerio da Fazenda o de 34:802\$826 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença (decr. n. 7.652); abre ao Ministerio da Fazenda o de 106:923\$, suplementar á verba 19ª para despesas com a reforma do aparelho fiscal do territorio do Acre (decr. n. 7.657); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 39:425\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidio a José Joaquim Monteiro da Silva (decr. n. 7.659); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.660); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.661); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:475\$ para pagamento de subsidio a Cincinato Cesar da Silva Braga (decr. n. 7.662); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 22:800\$ para pagamento de subsidio a João Severiano da Fonseca Hermes e outros (decr. n. 7.663); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 8:587\$331 para pagamento de ordenados ao escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Carlos Mendes (decr. n. 7.664); abre ao Ministerio da Justiça o de 196:000\$, suplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.674); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 50:000\$, ouro, para despesas com o estudo das industrias do ferro, da borracha e outras (decr. n. 7.677); abre ao Ministerio da Agricultura o de 2.800:000\$, suplementar á verba 6ª do art. 15 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.678); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:100\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a José Pereira dos Santos Andrade (decr. n. 7.679); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:800\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidio a José Vicente Meira de Vasconcellos (decr. n. 7.680); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:325\$ para pagamento de subsidio a Domingos Vicente Gonçalves de Souza (decr. n. 7.681); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:700\$ para pagamento de subsidio a José Nicolau

Tolentino de Carvalho e outros (decr. n. 7.682); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$, ouro, para pagamento de premio de viagem ao Dr. Violentino dos Santos (decr. n. 7.683); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 7:500\$ para pagamento de subsidio a Francisco de Paula Mayrink (decr. n. 7.684); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:350\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Alcides de Mendonça Lima (decr. n. 7.685); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 100:000\$ para a sua instalação (decr. n. 7.690); abre ao Ministerio da Guerra o de 7:116\$646, supplementar á verba 8.^a do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.691); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 9:301\$062 para pagamento de vencimentos ao escrevente de 1.^a classe do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento de Oliveira (decr. n. 7.692); abre ao Ministerio da Guerra o de 5:000\$ para pagamento de gratificação a Themistocles Nogueira Savio (decr. n. 7.694); abre ao Ministerio da Fazenda o de 616\$936, ouro, e 347\$054, papel, para restituição de direitos á Camara Municipal de Iguape (decr. n. 7.696); abre ao Ministerio da Justiça o de 49:646\$, supplementar ao n. 8 do art. 2.^o da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.700); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:500\$ para pagamento de vencimentos a um chefe de secção da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.701); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 72:506\$903, ouro, e 705:300\$249, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos (decr. n. 7.707); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:913\$759 para pagamento a Carlos Ferreira Campós e outro (decr. n. 7.709); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 49:560\$950 para pagamento a Philadelpho de Souza Castro, em virtude de sentença (decr. n. 7.710); abre ao Ministerio da Marinha o de 300:000\$, auxilio ao Club Naval, para construção de um predio na Avenida Central (decr. n. 7.712); abre ao Ministerio da Marinha o de 200:000\$ para aquisição de embarcações destinadas ao soccorro marítimo (decr. n. 7.713); abre ao Ministerio da Justiça o de 9:720\$163, supplementar á verba 6.^a do art. 2.^o da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.714); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:600\$969 para pagamento de subsidio a José Paes de Carvalho (decr. n. 7.715); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 6:525\$ para pagamento de ajuda de custo a Caetano Manoel de Faria Albuquerque (decr. n. 7.716); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:125\$ para pagamento de subsidio a Francisco de Paula Rodrigues Alves (decr. n. 7.717); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:539\$520 para pagamento de subsidio a Virgilio Climaco Damasio (decr. n. 7.718); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:325\$ para pagamento de subsidio a Alberto José Gonçalves (decr. n. 7.719); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 22:800\$ para pagamento de subsidio a Joaquim Duarte Murtinho e outros (decr. n. 7.720); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 200:000\$ para pagamento de premios de animação para a Exposição de Fructas Nacionais (decr. n. 7.728); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:060\$009, supplementar a diversas verbas (decr. n. 7.730 A); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$

á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 7.731); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:700\$ para pagamento de subsidio a João Baptista Laper (decr. n. 7.732); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:850\$ para pagamento de subsidio a José Ferreira Cantão e outro (decr. n. 7.733); abre ao Ministerio da Fazenda o de 400:000\$, complementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 7.734); abre ao Ministerio da Viação o de 250:000\$ para as despesas de construcção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará á cidade de Ferros (decr. n. 7.738); abre ao Ministerio da Viação o de 250:000\$ para as despesas do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.739); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 508:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 461:100\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 7.742); abre ao Ministerio da Justiça o de 2:060\$, complementar a diversas verbas (decr. n. 7.743); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:108\$080 para restituição de direitos á Camara Municipal de Palmyra (decr. n. 7.744); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 270:000\$ para pagamento de folhas do pessoal empregado nas obras da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 7.745); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 16:800\$, ouro, para pagamento de diversos premios de viagem (decr. n. 7.746); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 65:580\$250 para pagamento de salarios a operarios que trabalharam no Hospital Paula Candido (decr. n. 7.747); abre ao Ministerio da Viação o de 6:666\$666 para pagamento de subvencão pelo serviço de navegação entre os portos do Rio de Janeiro e Paraty (decr. n. 7.748); abre ao Ministerio da Viação o de 100:000\$ para limpeza e dragagem do rio Cuyabá (decr. n. 7.749); abre ao Ministerio da Viação o de 8:333\$333 para o serviço de navegação do rio Uruguay até Santo Isidro (decr. n. 7.750); abre ao Ministerio da Guerra o de 746:607\$920, complementar á verba 11^a do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.753); abre ao Ministerio da Justiça o de 4:360\$ para pagamento a um membro da Commissão Inspectorá dos Estabelecimentos de Alienados no Amazonas (decr. n. 7.754); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:000\$ para auxilio ao Congresso Brasileiro de Geographia (decr. n. 7.755); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:225\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a André Cavalcanti de Albuquerque (decr. n. 7.756); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:925\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Ivo do Prado Montes Pires da Franca (decr. n. 7.757); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:675\$ para pagamento de subsidio a Miguel Joaquim de Almeida Castro (decr. n. 7.758); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:550\$ para pagamento de subsidio a Ruy Barbosa e outros (decr. n. 7.759); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:550\$ para pagamento de subsidio a Joaquim Saldanha Marinho e outros (decr. n. 7.760); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 30:000\$ para subvencionar o Museu Commercial do Rio de Janeiro (decr. n. 7.762); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 95:396\$664 para despesas com o pessoal e material da Directoria de Meteorologia e Astronomia e Secção de Publicações e Bibliotheca (decr. n. 7.760),

abre ao Ministerio da Justiça o especial de 150:000\$ para aquisição da fazenda Engenho Novo, em Jacarépaguá, e outras despesas com a remoção das colonias de alienados da ilha do Governador (decr. n. 7.767); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:225\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidio ao almirante Custodio José de Mello (decr. n. 7.768); abre ao Ministerio da Guerra o de 154:334\$608, complementar á verba 15^a, n. 26, do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.769); abre ao Ministerio da Justiça o de 1.648:502\$671, complementar a diversas verbas (decr. n. 7.770); abre ao Ministerio da Viação o de 227:130\$450 para o serviço de navegação costeira da Bahia, em 1909 (decr. n. 7.775); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 2.000:000\$, papel, e 200:000\$, ouro, para liquidação de contas relativas á exposição de 1908 (decr. n. 7.777); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 70:000\$ para as obras de adaptação de que tratou o decreto n. 7.690, de 1908 (decr. n. 7.779); abre ao Ministerio da Fazenda o de 677:657\$037, ouro, para despesas com a cunhagem de moedas de prata (decr. n. 7.781); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 19:120\$500 para pagamento ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença (decr. n. 7.784); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 12:825\$ para pagamento de subsidio a Luiz Delfino dos Santos e outros (decr. n. 7.786); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 9:550\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Marçal Pereira Escobar e outro (decr. n. 7.787); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:275\$ para pagamento de subsidio a Amaro Cavalcanti e outros (decr. n. 7.788); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:275\$ para pagamento de subsidio a Cyrillo de Lemos Nunes Fagundes e outros (decr. n. 7.789); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:250\$ para pagamento de subsidio a Manoel Francisco Machado (decr. n. 7.790); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:250\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a José de Almeida Martins Costa Junior (decr. n. 7.791); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:450\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Luiz Pereira Barreto (decr. n. 7.792); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:275\$ para pagamento de subsidio a Americo Lobo Leite Pereira e outros, em virtude de sentença (decr. n. 7.793); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 11:475\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Francisco Manoel da Cunha Junior (decr. n. 7.794); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 16:100\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Antonio Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque (decr. n. 7.795); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:750\$ para pagamento de subsidio a José Rodrigues Fernandes (decr. n. 7.796); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 27:400\$ para pagamento de ajuda de custo a Domingos Corrêa de Moraes (decr. n. 7.797); abre ao Ministerio da Marinha o extraordinario de 100:000\$ para pagamento de vantagens a officiaes da Armada e classes annexas e inferiores e praças do Corpo de Marinheiros Nacionais (decr. n. 7.798); abre ao Ministerio da Justiça o de 360:000\$, complementar ao n. 21 do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.799); abre ao Ministerio da Justiça o de 130:042\$386, complementar ao

n. 20 do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.800): abre ao Ministerio da Justiça o especial de 384:000\$ para conclusão das obras do edificio da Bibliotheca Nacional (decr. n. 7.801); abre ao Ministerio da Justiça o de 300:000\$, supplementar ao n. 40 do art. 2º da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.802); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 193:799\$234 para pagamento a João Luiz Vogel e outros, em virtude de sentença (decr. n. 7.811); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 17:946\$010 para pagamento á Companhia Mogyana (decr. n. 7.812); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 9:074\$ para pagamento ao bacharel João Kopke, em virtude de sentença (decr. n. 7.813); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 47:000\$, ouro, para as despesas com a installação da legação na Noruega e Dinamarca (decr. n. 7.818); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 76:343\$776, destinado ao pagamento de alumnos da extincta Escola Militar do Brasil promovidos (decr. n. 7.822); abre ao Ministerio da Fazenda o de 30:000\$, supplementar á verba — Aposentados e novas aposentadorias (decr. n. 7.824); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 153:495\$187 para pagamento ao desembargador Agostinho de Carvalho Dias Lima e outros, em virtude de sentença (decr. n. 7.826); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para proseguimento dos trabalhos de melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 7.827); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 25:575\$ para pagamento de subsidio ao general Manoel Luiz da Rocha Osorio (decr. n. 7.830); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 45:475\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a Thomaz Thompson Flores (decr. n. 7.831); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:075\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio a José Bernardo de Medeiros (decr. n. 7.832); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 2:850\$ para pagamento de subsidio a Angelo Gomes Pinheiro Machado e outro (decr. n. 7.833); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:600\$ para pagamento de subsidio ao almirante Joaquim Francisco de Abreu (decr. n. 7.834); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 7.835); abre ao Ministerio da Agricultura o de 200:000\$ para despesas com a representação do Brasil na Exposição Internacional de Turim e installação de um mostruario na de Buenos Aires (decr. n. 7.838); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 60:000\$ para auxiliar a conclusão dos trabalhos de erecção do monumento ao marechal Floriano Peixoto (decr. n. 7.843); abre ao Ministerio da Fazenda o de 4:127\$600, papel, e 455\$860, ouro, para restituição de direitos á Camara Municipal de Pedra Branca (decr. n. 7.849); abre ao Ministerio da Fazenda o de 32:063\$136, papel, para pagamento a Francisco de Paula Dias Negrão, em virtude de sentença (decr. n. 7.850); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 12:445\$584 para pagamento a Sebastião Antonio de Carvalho e outro, em virtude de sentença (decr. n. 7.851); abre ao Ministerio da Guerra os de 430:092\$309, 1.454:270\$924 e 191:138\$087, supplementares a diversas verbas (decr. n. 7.854); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 31:800\$ para restituição a José Antonio de Araujo Vasconcellos (decr. n. 7.855); abre ao Ministerio da Fazenda

o extraordinario de 35:104\$219 para pagamento a Verissimo Ricardo Vieira, em virtude de sentença (decr. n. 7.856); abre ao Ministerio da Fazenda o de 426:050\$, papel, supplementar á verba 3ª — Juros dos empréstimos internos (decr. n. 7.858); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo (decr. n. 7.859); abre ao Ministerio da Viação o de 300:000\$ para o alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.860); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 5:719\$206 para pagamento a D. Marinha de Abreu Paiva e outros, em virtude de sentença (decr. n. 7.866); abre ao Ministerio da Viação o de 200:000\$ para a dragagem dos rios que desaguam na bahia de Guanabara (decr. n. 7.868); abre ao Ministerio da Viação o de 215:000\$ para pagamento de despesas com a Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. n. 7.869); abre ao Ministerio da Fazenda o de 50:000\$, supplementar á verba — Juros do empréstimo do Cofre de Orphãos (decr. n. 7.873); abre ao Ministerio da Fazenda o de 131:243\$129 para pagamento a Francisco de Souza Motta (decr. n. 7.881); abre ao Ministerio da Fazenda o de 64:531\$568 para pagamento ao desembargador Agostinho Dias Lima e outros (decr. n. 7.882); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 42:450\$ para execução do decreto n. 7.839, de 1910, que criou o serviço de consulta (decr. n. 7.883); abre ao Ministerio da Guerra o de 795:074\$987, supplementar á verba 15ª, n. 31, do art. 12 da lei n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.887); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para despesas com o ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.892); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para despesas com a construção do ramal de Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.893); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para construção da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 7.894); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 21:318\$ para pagamento de despesas com as homenagens prestadas á memoria do ex-presidente da Republica Dr. Affonso Augusto Moreira Penna (decr. n. 7.902); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 368:556\$917, destinado ao pagamento de soldo vitalicio a voluntarios (decr. n. 7.903); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 838:325\$ para dar execução ao decreto n. 7.848, de 1910 (decr. n. 7.910); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 401:324\$999 para execução do decreto n. 7.816, de 1910 (decr. n. 7.911); abre ao Ministerio da Guerra o de 1:852\$ para indemnizar a sociedade Tiro Petropolitano de metade das despesas com a construção das suas linhas de tiro (decr. n. 7.914); abre ao Ministerio da Fazenda o de 300:000\$ para terminação do edificio do Collegio Militar (decr. n. 7.915); abre ao Ministerio da Fazenda o de 2:240\$, supplementar á verba — Caixa de Amortização (decr. n. 7.916); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 969:554\$018 para execução do decreto n. 7.862, de 1910 (decr. n. 7.918); abre ao Ministerio da Viação o de 96:132\$483, ouro, supplementar á verba 8ª (decr. n. 7.919); abre ao Ministerio da Viação o de 99:216\$536, ouro, supplementar á verba 8ª (decr. n. 7.920); abre ao Ministerio da Viação o de 27:900\$ para pagamento de funcionarios não aproveitados no Ministerio da Agricul-

tura (decr. n. 7.925); abre ao Ministerio da Viação o de 80:000\$ para despesas de construcção da linha telegraphica de Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 7.926); abre ao Ministerio da Viação o de 100:000\$ para as despesas de construcção de uma ponte sobre o rio Uruguay, em Passo de Goyoén (decr. n. 7.930); abre ao Ministerio da Fazenda o de 40:000\$, supplementar á verba 19ª—Mesas de rendas e collectorias (decr. n. 7.933); abre ao Ministerio da Fazenda o de 610:452\$527, supplementar á verba 18ª—Alfandegas (decr. n. 7.934); abre ao Ministerio da Fazenda o de 13:470\$010 para pagamento a D. Luiza de Abreu Figueiredo (decr. n. 7.935); abre ao Ministerio da Fazenda o de 13:790\$584 para pagamento a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão (decr. n. 7.936); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:892\$130 para restituição de imposto sobre vencimentos ao desembargador Honório Teixeira Coimbra (decr. n. 7.937); abre ao Ministerio da Fazenda o de 61:645\$551 para pagamento ao capitão reformado da Brigada Policial de Districto Federal, Fernando Alves de Souza Alão, em virtude de sentença (decr. n. 7.938); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 500:000\$ para despesas com a propaganda do café no estrangeiro (decr. n. 7.944); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 15:240\$590 para restituição de direitos a Otero Gomes & Comp. (decr. n. 7.948); abre ao Ministerio da Guerra o de 696:386\$666, supplementar ao art. 11, verba 9ª, da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 7.952); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 427:724\$989 para execução do decreto n. 7.816, de 1909 (decr. n. 7.961); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:000\$ para pagamento de subsidio á sociedade n. 4 da Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 7.963); abre ao Ministerio da Viação o de 168:000\$ para custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. n. 7.971); abre ao Ministerio da Viação o de 251:299\$400 para construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 7.972); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 474:375\$ para pagamento de subsidios a senadores e deputados (decr. n. 7.973); abre ao Ministerio da Justiça o de 600:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 7.974); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 40:193\$440 para pagamento a Eduardo Horn & Comp. e outros, em virtude de sentença (decr. n. 7.977); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 71:624\$514 para restituição de imposto sobre vencimentos ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e outros (decr. n. 7.978); abre ao Ministerio da Fazenda o extraordinario de 84:523\$442 para pagamento á Camara Municipal de Itaguahy, em virtude de sentença (decr. n. 7.979); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 100:000\$ para execução do decreto n. 7.958, de 1910 (decr. n. 7.984); abre ao Ministerio da Viação o de 10:000\$ para as despesas do inquerito sobre a marinha mercante nacional (decr. n. 7.993); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o extraordinario de 100:000\$ para despesas com a recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil (decr. n. 8.002); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o de 137:112\$892, ouro, supplementar ás verbas—Legações e consulados—o —Ajudas de custo

(decr. n. 8.004); abre ao Ministerio da Viação o de 699:105\$ para proseguimento dos melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 8.005); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 23:317\$741 para despesas com impressões e publicações de debates (decr. n. 8.015); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 52:000\$ para as despesas de fiscalização, ensino e propaganda da cultura do trigo e outras (decr. n. 8.025); abre ao Ministerio da Viação o de 7:000\$ para pagamento de premio á Companhia Mogyana pela construção de uma locomotiva (decr. n. 8.033); abre ao Ministerio da Viação o de 364:559\$143 para pagamento de juros garantidos á Estrada de Ferro Sorocabana (decr. n. 8.034); abre ao Ministerio da Guerra o de 20:000\$ para pagamento do subsidio de 10:000\$ a cada uma das sociedades Tiro de Uruguayana e Tiro Paranaense (decr. n. 8.043); abre ao Ministerio da Guerra o da quantia de 2:957\$187 para pagamento á sociedade Tiro Friburguense (decr. n. 8.044); abre ao Ministerio da Viação o de 1.000:000\$ para pagamento da medição dos materiaes recebidos do estrangeiro pela «Madeira-Mamoré Railway Company» (decr. n. 8.048); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 40:000\$ para auxiliar as exposições-feiras de Bagé e Uruguayana e as que se organizarem nos outros municipios da Republica (decr. n. 8.064); abre ao Ministerio da Fazenda o de 28:228\$015 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Enéas Galvão e outros (decr. n. 8.067); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$ para despesas com o ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.068); abre ao Ministerio da Viação o de 120:000\$ para aquisição de um terreno para o Correio de Santos (decr. n. 8.070); abre ao Ministerio da Fazenda o de 51:600\$ para pagamento de despesas com a installação da Caixa de Conversão (decr. numero 8.080); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 90:000\$ para execução do decreto n. 7.917, de 1909, que criou o registro e archivo geral de marcas para animaes (decr. n. 8.082); abre ao Ministerio da Viação o de réis 500:000\$ para as despesas de construção do ramal de Sabará a Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.088); abre ao Ministerio da Viação o de 10:000\$ para despesas de desobstrução do rio Paracatú (decr. n. 8.090); determina a applicação que deve ser dada ao decreto numero 7.296, de 1909 (decr. n. 8.091); abre ao Ministerio da Fazenda o de 25:921\$097 para pagamento de despesas com a installação do Banco Central Agricola do Brasil (decr. numero 8.092); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:411\$744 para pagamento a Francisco de Paula Dias Negrão, em virtude de sentença (decr. n. 8.093); abre o de 100:000\$ para as obras contra os effeitos da secca no Rio Grande do Norte (decr. n. 8.094); abre ao Ministerio da Viação o de réis 10:933\$557 para liquidação das contas relativas á administração da Estrada de Ferro Minas e Rio (decr. n. 8.095); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para despesas com o prolongamento e obras novas da Estrada de Ferro Oeste de Minas (decr. n. 8.099); abre ao Ministerio da Viação o de 1.500:000\$ para o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.121); abre ao Ministerio da Viação o de 335:360\$580 para os trabalhos de melhoramentos da Quinta da Boa Vista (decr. n. 8.127);

abre ao Ministerio da Fazenda o de 181\$560 para pagamento a Joaquim Martins da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 8.130); abre ao Ministerio da Fazenda o de 28:372\$771 para restituição ao Estado de Santa Catharina (decr. numero 8.146); abre ao Ministerio da Fazenda o de 1.000:000\$. papel, e 150:000\$, ouro, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 8.147); abre ao Ministerio da Fazenda o de 47:911\$ para pagamento ao Estado do Espirito Santo de despesas feitas no nucleo Affonso Penna (decr. n. 8.149); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:000\$ para pagamento de subsidio á sociedade n. 5, da Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 8.152); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 77:364\$453 para despesas com a differença de vencimentos do pessoal da Escola de Minas (decr. n. 8.158); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 1.200:000\$ para execução do decreto n. 8.072, de 1910 (decr. n. 8.159); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:800\$ para pagamento da quantia de 200\$ a cada um dos guardas das mesas de rendas alfandegadas (decr. n. 8.170); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 50:000\$ para pagamento de vencimentos a veterinarios (decr. n. 8.172); abre ao Ministerio da Viação o de 383:259\$720 para as despesas de construção da linha telegraphica do Matto Grosso ao Amazonas (decr. n. 8.182); abre ao Ministerio da Fazenda o de 5:623\$357 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. João Galvão da Costa França (decr. numero 8.190); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:403\$137 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Manoel José Espinola (decr. n. 8.191); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:236\$485 para pagamento ao capitão Henrique José Vieira, em virtude de sentença (decr. n. 8.192); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 500:000\$ para execução do decreto n. 7.778 (decr. n. 8.194); abre ao Ministerio da Fazenda o de 13:624\$510 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro (decr. n. 8.208 A); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 4:668\$879 para pagamento de metade das despesas feitas pela sociedade de tiro n. 8 com a instalação de sua linha de tiro (decr. n. 8.213); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 1:257\$160 para indemnizar á sociedade n. 27 da metade das despesas feitas com a construção da sua linha de tiro (decr. n. 8.214); abre ao Ministerio da Fazenda o de 743\$720 para pagamento a Otto Simon, em virtude de sentença (decr. n. 8.221); abre ao Ministerio da Fazenda o de 166\$800 para pagamento a Antonio Maria Teixeira Coelho, em virtude de sentença (decr. n. 8.222); abre ao Ministerio da Fazenda o de 198\$860 para pagamento a Manoel Esteves de Gouvêa (decr. n. 8.223); abre ao Ministerio da Fazenda o de 696\$100 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença (decr. n. 8.224); abre ao Ministerio da Fazenda o de 460\$800 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença (decr. n. 8.225); abre ao Ministerio da Fazenda o de 416\$300 para pagamento a Otto Simon, em virtude de sentença (decr. n. 8.226); abre ao Ministerio da Fazenda o de 558\$700 para pagamento a Manoel Tavares de Almeida Flores, em virtude de sentença (decr. n. 8.227); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para as despesas com a co-

dificação das leis do processo civil, commercial e criminal do Districto Federal (decr. n. 8.232); abre ao Ministerio da Fazenda o de 601\$ para pagamento a José Pereira da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 8.235); abre ao Ministerio da Fazenda o de 262\$620 para pagamento a João Manoel do Valle, em virtude de sentença (decr. n. 8.236); abre ao Ministerio da Fazenda o de 193\$589 para pagamento a Carlos Gaudie-Ley, em virtude de sentença (decr. n. 8.237); abre ao Ministerio da Fazenda o de 573\$500 para pagamento ao Dr. David Moreira Rego Junior, em virtude de sentença (decr. n. 8.238); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 491\$400 para pagamento ao Dr. Antonio Gonçalves Pereira da Silva, em virtude de sentença (decr. n. 8.239); abre ao Ministerio da Fazenda o de 203\$200 para pagamento a Dona Augusta Emilia, em virtude de sentença (decr. n. 8.240); abre ao Ministerio da Fazenda o de 145\$500 para pagamento ao Dr. David Moreira Rego Junior (decr. n. 8.241); abre ao Ministerio da Viação o de 500:000\$ para as despesas com o ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.255); abre ao Ministerio da Viação o de réis 1.000:000\$ para despesas com os prolongamentos e obras novas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.256); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Pasteur de Recife e ao de Juiz de Fóra (decr. n. 8.260); abre ao Ministerio da Justiça, o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados (decr. n. 8.261); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 8.262); abre ao Ministerio da Fazenda o de 13:873\$207 para a restituição de imposto sobre vencimentos a desembargadores da Corte de Appellação (decr. n. 8.264); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:069\$660 para o pagamento de custas a Antonio José Leite, em virtude de sentença (decr. n. 8.265); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 123:000\$ para pagamento de diversas instituições e do auxilio para o levantamento da estatua ao padre Diogo Antonio Feijó (decr. n. 8.268); abre o de 527:660\$ ao Ministerio da Viação para melhoramento da Quinta da Boa Vista (decr. n. 8.275); abre ao Ministerio da Viação o de 200:000\$ para a construcção de edificios para os Correios e Telegraphos, em Porto Alegre e Nitheroy (decr. n. 8.277); abre ao Ministerio da Viação o de 13:950\$ para pagamento de funcionarios não aproveitados (decr. n. 8.278); abre ao Ministerio da Justiça o especial de réis 73:372\$364 para despesas feitas pelo ex-prefeito no Alto-Juruá, general Gregorio Thaumaturgo de Azevedo (decr. numero 8.279); abre ao Ministerio da Fazenda o de 15:835\$530 para pagamento de vencimentos a João Baptista Rombo, em virtude de sentença (decr. n. 8.280); abre ao Ministerio da Fazenda o de 722\$580 para pagamento de custas á Companhia Luz Auer Brasileira, em virtude de sentença (decr. n. 8.281); abre ao Ministerio da Fazenda o de 20:228\$826 para pagamento ao alferes do Exército Leopoldo Disnar, em virtude de sentença (decr. n. 8.282); abre ao Ministerio da Fazenda o de 7:472\$514 para pagamento ao Dr. João Braz de Oliveira Arruda, em virtude de sentença (decr. n. 8.283); abre ao

Ministerio da Fazenda o de 391\$710 para pagamento de custas ao Dr. Christovão Pereira Nunes, em virtude de sentença (decr. n. 8.284); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 1:854:740 para pagamento a Gonçalves Zenha & Comp., em virtude de sentença (decr. n. 8.285); abre ao Ministerio da Marinha o de 42:621\$327 para pagamento de differença de soldo aos patrões-móres (decr. n. 8.289); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 2:425\$500 para pagamento de gratificação addicional a um continuo da Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 8.291); abre ao Ministerio da Justiça o de 194:623\$400, supplementar á verba 8ª do artigo 2º da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.292); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 8.294); abre ao Ministerio da Justiça o supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 8.295); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 8:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (decr. n. 8.302); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 4:200\$ para pagamento de premio de viagem a Olyntha Braga, alumna laureada do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 8.303); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao hospital de Lavras (decr. n. 8.304); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 3:564\$ para despesa com a publicação do edital de concorrência para o projecto de mausoléu para o ex-presidente da Republica Dr. Affonso Augusto Moreira Penna (decr. n. 8.305); abre ao Ministerio da Viação o de 110:000\$ para as despesas de construcção das linhas telegraphicas entre Porto Murtinho e a fronteira do Paraguay e entre Goyaz e Boa Vista (decr. n. 8.309); abre ao Ministerio da Viação o de 235:000\$ para a construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 8.310); abre ao Ministerio da Fazenda o de 286\$760 para pagamento a Leopoldo Cirne, de custas, em virtude de sentença (decr. n. 8.316); abre ao Ministerio da Fazenda o de 6:764\$133 para restituição de imposto ao Dr. Jorge de Azevedo Segurado (decr. n. 8.317); abre ao Ministerio da Viação o de 1.800:000\$ para os estudos e construcção das ligações autorizadas pelo decreto n. 8.077, de 1910 (decr. n. 8.320); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 38:144\$618 para dar execução aos decretos ns. 8.247 e 8.248, de 1910 (decr. n. 8.329); abre ao Ministerio da Guerra o especial de 10:833\$326 para pagamento a Cyriaco Leite da Silva, mestre do Arsenal de Guerra de Matto Grosso (decr. n. 8.336); abre ao Ministerio da Marinha o de 129:071\$317, supplementar á verba — Arsenaes (decr. n. 8.339); rectifica a ementa do decreto numero 8.265, de 1910 (decr. n. 8.345); abre ao Ministerio da Viação o de 60:000\$, supplementar á verba — Eventuaes (decr. n. 8.346); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 15:000\$ para pagamento de subvenção á Escola Benjamin Constant, em Porto Alegre (decr. n. 8.361); abre ao Ministerio da Fazenda o de 643\$998 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Antonio Angra de Oliveira e outro (decr. n. 8.377); abre ao Ministerio da Fazenda o de réis 5:680\$559 para pagamento á «S. João d'El-Rey Mining Com-

pany», em virtude de sentença (decr. n. 8.378); abre ao Ministerio da Fazenda o de 4:388\$250 para pagamento á «London & Lancashire Fire Insurance Company», em virtude de sentença (decr. n. 8.379); abre ao Ministerio da Fazenda o de 176\$995 para pagamento de custas ao capitão do corveta Pedro Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença (decr. n. 8.381); abre ao Ministerio da Viação o de 400:000\$ para despesas de construcção da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.386); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar na importancia de 5.136:917\$019 a diversas verbas (decr. n. 8.394); abre ao Ministerio da Fazenda o de 277\$760 para pagamento a João Silveira Avila de Mello, em virtude de sentença (decr. n. 8.395); abre ao Ministerio da Fazenda o de 16:340\$878 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim (decr. n. 8.396); abre ao Ministerio da Fazenda o de 11:592\$ para pagamento de premio a D. Francisca Gomes Leite, viuva de João Nunes Leite, proprietario do hiate *Nunes Leite* (decr. n. 8.397); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 8.398); abre ao Ministerio da Justiça o suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 8.399); abre ao Ministerio da Marinha o suplementar de 94:248\$ para pagamento do augmento de vencimentos dos pharoleiros, de accôrdo com o decreto n. 2.265, de 1910 (decr. n. 8.401); abre ao Ministerio da Guerra o de 336:001\$174 para pagamento de soldo vitalicio a voluntarios da patria (decr. n. 8.402); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 1:800\$ para pagamento de um quadro com o retrato do ex-presidente da Republica Dr. Affonso Augusto Moreira Penna (decr. n. 8.409); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 20:000\$ para pagamento da subvenção concedida ao Instituto Pasteur de São Paulo (decr. n. 8.410); abre ao Ministerio da Justiça o extraordinario de 237:275\$ para pagamento de despesa com a apuração da eleição do presidente e vice-presidente da Republica (decr. n. 8.411); abre ao Ministerio da Justiça o de 95:408\$064, suplementar á verba — Secretaria do Senado (decr. n. 8.412); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 5:000\$ para pagamento de subvenção á Escola de Commercio do Ceará (decr. n. 8.413); abre ao Ministerio da Viação o de 25:000\$ para despesas com os estudos preliminares e a organização de melhoramentos do porto de Aracajú (decr. n. 8.417); abre ao Ministerio da Fazenda o de 500:000\$, suplementar á verba — Exercícios findos (decr. n. 8.421); abre ao Ministerio da Fazenda o de 16:862\$882 para pagamento de vencimentos ao ajudante de guarda-mór da Alfandega do Rio de Janeiro, Francisco de Souza Motta, em virtude de sentença (decr. n. 8.427); abre ao Ministerio da Fazenda o de 65:298\$909, ouro, e 117:415\$596, papel, para restituição de direitos pagos pela Camara Municipal de S. Paulo (decr. n. 8.428); abre ao Ministerio da Fazenda o de 282\$244 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Bento Luiz de Oliveira Lisboa (decr. n. 8.429); abre ao Ministerio da Fazenda o de 85:094\$766 para pagamento a Beer Sonherirer & Comp., de principal, juros e custas, em virtude de sen-

tença (decr. n. 8.431); abre ao Ministério da Fazenda o de 9:274\$177, suplementar á verba 2ª do art. 37 da lei numero 2.221, de 1909 (decr. n. 8.432); abre ao Ministério da Viação o de 1.100:000\$ para as despesas de construcção do ramal de Sabará, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.433); abre ao Ministério da Justiça o especial de 19:000\$ para pagamento de subvenção ao Hospital de Tuberculosos de Ilajubá e á Escola Mauá (decr. n. 8.436); abre ao Ministério da Justiça, o suplementar de 30:500\$, sendo réis 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados (decr. n. 8.437); abre ao Ministério da Justiça o suplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsídio dos deputados (decr. n. 8.439); abre ao Ministério da Fazenda o de 579\$420 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença (decr. numero 8.440); abre ao Ministério da Fazenda o de 29:470\$085 para pagamento a Serafim Clare & Comp. e outros, em virtude de sentença (decr. n. 8.441); abre ao Ministério da Fazenda o de 131:315\$427 para pagamento ao contra-almirante Dr. José Pereira Guimarães, em virtude de sentença (decr. n. 8.442); abre ao Ministério da Fazenda o de 4:228\$458 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Bellarmino da Gama e Souza (decr. n. 8.443); abre ao Ministério da Fazenda o de 40:669\$245 para pagamento a Antonio José Gomes Pereira Bastos, em virtude de sentença (decr. numero 8.444); abre ao Ministério da Justiça o de 13:908\$709, suplementar á verba 23ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.445); abre ao Ministério da Justiça o extraordinario de 7:100\$ para pagamento de vencimentos ao procurador criminal na secção do Districto Federal (decr. n. 8.446); abre ao Ministério da Justiça o suplementar de 7:000\$ á verba 13ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.447); abre ao Ministério da Viação o de 470:000\$, suplementar á verba 2ª do art. 17 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.449); abre ao Ministério da Viação o de 1.200:000\$ para as despesas do ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.450); abre ao Ministério da Agricultura o especial de 794:920\$ para despesas com o inicio dos trabalhos de installação do ensino agronomico (decr. n. 8.452); abre ao Ministério da Guerra o de 900:000\$, suplementar á verba 8ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.453); abre ao Ministério da Guerra o de 481\$800, suplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.454); abre ao Ministério da Guerra o extraordinario de 175:220\$ para pagamento de despesas com a execução de concertos na cabrea *Marechal de Ferro* (decr. n. 8.455); abre ao Ministério da Guerra o de 105:512\$, suplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.456); abre ao Ministério da Guerra o de 276:655\$800, suplementar a diversas verbas do art. 11 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. numero 8.457); abre ao Ministério da Guerra o suplementar de 1:464\$516 para pagamento de vencimentos ao contra-mestre do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Dario José Moreira (decr. n. 8.458); abre ao Ministério da Agricultura o especial de 251:245\$279 para pagamento de despesas com a installação da Directoria Geral de Estatística (decr. n. 8.460); abre ao Ministério da Agricultura o extraordinario de réis

191:161\$953 e o de 712:300\$, complementar a diversas verbas (decr. n. 8.461); abre ao Ministerio da Agricultura o extraordinario de 1.200:000\$ para despesas do Observatorio Nacional (decr. n. 8.462); abre ao Ministerio da Fazenda o de 3:107\$398 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Manoel Barreto Dantas (decr. n. 8.463); abre ao Ministerio da Fazenda o de 447:259\$419, ouro, e 53:194\$415, papel, para pagamento de despesas feitas com a introdução de animaes reprodutores (decr. n. 8.464); abre ao Ministerio da Fazenda o de 25:621\$400 para pagamento a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença (decr. n. 8.465); abre ao Ministerio da Fazenda o de 72:545\$920 para pagamento a Jeronymo de Queiroz, em virtude de sentença (decr. n. 8.466); abre ao Ministerio da Vição o de 3.419:634\$741, complementar á verba 6ª do art. 17 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. numero 8.467); abre ao Ministerio da Vição o especial de 200:000\$ para proseguimento dos trabalhos do circuito telegraphico de Goyaz a Boa Vista do Tocantins (decr. n. 8.468); abre ao Ministerio da Vição o de 570:417\$479, metade ouro e metade papel, complementar á verba 11ª do art. 18 da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.469); abre ao Ministerio da Vição o de 14:000\$ para pagamento do projecto do novo edificio destinado á Repartição Geral dos Correios (decr. n. 8.470); abre ao Ministerio da Guerra o especial de réis 300:000\$ para a aquisição de mobiliario e outras despesas com o estabelecimento de companhias de aprendizes militares (decr. n. 8.471); abre ao Ministerio da Marinha o complementar de 720:529\$798 ás verbas 12ª e 27ª do art. 8º da lei n. 2.221, de 1909, e o extraordinario de £ 5.000 para pagamento de soccorros ao «scout» *Bahia* (decr. n. 8.473); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 156:950\$ para despesas com a fundação de um apprendizado agricola em S. Luiz das Missões, e com o pagamento de vencimentos a empregados do Posto Zootechnico Federal (decr. n. 8.475); abre ao Ministerio da Agricultura o especial de 51:797\$986 para o acrescimo de despesas com a instalação do Serviço Geologico e Mineralogico (decr. n. 8.476); abre ao Ministerio da Agricultura o complementar de 1.500:000\$, ouro, para representação do Brasil na Exposição Internacional de Turim-Roma, em 1911 (decr. n. 8.477); abre ao Ministerio das Relações Exteriores o especial de 100:000\$, papel, para despesas com a recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil (decr. n. 8.478); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 6:153\$500 para pagamento de salários de operarios das officinas do Archivo Publico e Bibliotheca Nacional (decr. n. 8.479); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 5:355\$600 para pagamento de publicações de editaes e outras despesas do Supremo Tribunal Federal (decr. n. 8.480); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 1:853\$280 para pagamento de vencimentos e vantagens ao continuo da Secretaria da Camara, João Leite Monteiro de Lacerda (decr. n. 8.481); abre ao Ministerio da Justiça o de 200:000\$, complementar á verba 15ª do art. 2º da lei numero 2.221, de 1909 (decr. n. 8.482); abre ao Ministerio da Justiça o complementar de 3:015\$714 para pagamento de despesas de salários dos auxiliares da Bibliotheca Nacional e dos operarios da Casa de Correção (decr. n. 8.483); abre ao

Ministerio da Justiça o extraordinario de 272:575\$088 para conclusão das obras do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 8.484); abre ao Ministerio da Justiça o de 30:000\$, complementar á verba 34^a do art. 2º da lei n. 2.221, de 1909 (decr. n. 8.485); abre ao Ministerio da Viação o de 1:590\$466 para liquidação de despesas com os estudos de desobstrucção do rio Paracatú (decr. n. 8.486); abre ao Ministerio da Viação o de 1.400:000\$ para prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 8.487); abre ao Ministerio da Fazenda o de 12:663\$ para pagamento ao Dr. João Vieira de Araujo (decr. n. 8.488); abre ao Ministerio da Fazenda o complementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba 7^a e 50:000\$ á verba 32^a (decr. numero 8.489); abre ao Ministerio da Fazenda o de 14:700\$270 para pagamento ao contra-almirante Aristides Monteiro de Pinho, em virtude de sentença (decr. n. 8.490); abre ao Ministerio da Justiça o de 120:000\$, complementar á verba — Obras, — para reparação e segurança do edificio em que funciona o Instituto Nacional de Musica (decr. n. 8.491); abre ao Ministerio da Justiça o de 500:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos (decr. n. 8.492); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 100:000\$ para auxiliar a installação do sanatorio D. Amelia, da Liga Brasileira contra a Tuberculose (decr. n. 8.493); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao hospital para tuberculosos de Além Parahyba (decr. n. 8.494); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção á Academia do Commercio do Rio de Janeiro (decr. n. 8.497); abre ao Ministerio da Justiça o especial de 10:000\$ para pagamento de subvenção ao hospital para tuberculosos da cidade de Leopoldina (decr. n. 8.499).

CRUZEIRO DO SUL — Ver COMPANHIAS.

CULTURA — Dá regulamento para a concessão dos favores destinados á do trigo e outras (decr. n. 7.909) — Ver CREDITOS.

CURADOR — Ver CUSTAS.

CURRAES — Veda expressamente a construcção dos do peixes (decr. n. 4.817).

CURSOS — Crea um de torpedos no Commando Geral do Torpedeiros (decr. n. 3.894); autoriza o director da Escola de Pharmacia, Odontologia e Obstetricia, de S. Paulo, a incluir o estudo da physica e da chimica no do odontologia (decr. n. 6.277) — Ver EXAMES.

CUSTAS — Marca as a que tem direito o curador das massas fallidas (decr. n. 5.274) — Ver REGIMENTO.

D

DATA — Ver CONTRACTOS — DECRETOS — EXPOSIÇÃO.

DECLARAÇÕES — Publica a adhesão da Hespanha ás quatro clausulas da sobre o direito marítimo (decr. n. 7.330); designa o dia 30 de junho de 1911 para serem feitas nas listas domiciliarias do recenseamento geral da Republica (decr. numero 8.382).

DECRETOS — Restabelece o de n. 2.831, de 1898 (decr. n. 4.458); revoga o de n. 3.495, de 1899 (decr. n. 4.478); altera o de n. 2.029, de 1895 (decr. n. 4.479); explica em que data começa a ser effectiva a disposição da ultima parte do paragrapho unico do art. 1º do de n. 4.352, de 1902 (decr. n. 4.647); modifica o de n. 3.810, de 1900 (decr. n. 4.696); revoga o de n. 4.175, de 25 de setembro de 1901 (decr. numero 4.757); revoga o de n. 4.010 (decr. n. 4.963); substitue as disposições da clausula VI das que baixaram com o de n. 3.830, de 1900 (decr. n. 4.978); declara sem effeito o de n. 4.443, de 1902 (decr. n. 5.209); declara sem effeito o de n. 4.319, de 1902 (decr. n. 5.232); declara sem effeito o de n. 4.630, de 1902 (decr. n. 5.244); revoga o de numero 3.984, de 1901 (decr. n. 5.275); declara sem effeito o de n. 4.408, de 1902 (decr. n. 5.285); modifica a tabella annexa ao legislativo de n. 4.151, de 1904 (decr. n. 5.318); revoga o de n. 5.278 (decr. n. 5.338); declara sem effeito o de n. 4.516, de 1902 (decr. n. 5.356); altera a clausula II das que acompanharam o de n. 5.243, de 1904 (decr. numero 5.399); fixa a intelligencia dos de ns. 3.529, de 1899, e 3.263, de 1905 (decr. n. 5.456); revoga o de n. 3.392, de 1899 (decr. n. 5.525); declara sem effeito os de ns. 2.395, de 1896, 2.724, de 1897, e 3.639, de 1900 (decr. n. 5.636); declara sem effeito os de ns. 6.547, de 1877, 7.292, de 1879, 9.512, de 1885, 986, de 1892, e 1.879, de 1895 (decr. numero 5.637); declara sem effeito os de ns. 8.163, de 1881, e 9.678, de 1886 (decr. n. 5.650); declara sem effeito os de ns. 9.461, de 1885, 10.437, de 1889, e 308, de 1890 (decr. numero 5.932); declara sem effeito os de ns. 3.154, de 1863, e 1.091, de 1892 (decr. n. 5.960); declara sem effeito os de ns. 3.830, e 4.978, de 1900 e 1903 (decr. n. 6.099); declara sem effeito o de n. 2.916, de 1898 (decr. n. 6.196); modifica a clausula XIV do de n. 5.978 (decr. n. 6.230); altera o disposto na letra b, n. 2, do art. 2º do de n. 3.258, de 1899 (decr. n. 6.232); declara sem effeito o de n. 1.935, de 1895 (decr. n. 6.252); declara sem effeito o de n. 6.204, de 1906 (decr. n. 6.297); manda observar o de n. 6.079, de 1906 (decr. n. 6.317); manda observar as instrucções expedidas para a execução do de n. 1.641, de 1906 (decr. n. 6.486); approva o regulamento para execução do legislativo de n. 979, de 1903 (decr. n. 6.532); declara sem effeito o de n. 6.648, de 1907 (decr. n. 6.706); declara sem effeito a clausula X do de n. 9.979, de 1888, referente á concessão ás Docas de Santos (decr. n. 6.798); manda observar, dentro do exercicio de 1908; o de n. 609, de 1906 (decr. n. 6.820); declara sem effeito o de n. 6.444, de 1907 (decr. n. 6.894); declara sem effeito os que concederam autorização á «Alliance Assurance Company» e «Alliance Marine and General Assurance Company» para funcionar (decr. n. 7.025); modifica as disposições do art. 10 e seu § 1º do de n. 6.971, de 1908 (decr. n. 7.069); declara sem effeito os que autorizaram a companhia de seguros «Norddeutscher Feuer Versicherungs Gesellschaft» a funcionar (decr. n. 7.085); manda observar, no exercicio de 1909, o de n. 6.079, de 1906 (decr. n. 7.283 A); rectifica o de n. 7.043, de 1908 (decr. n. 7.370); manda observar, no exercicio de 1910, o de n. 6.079 (decr. numero 7.817); substitue diversas clausulas do de n. 7.073, de 1908 (decr. n. 7.837); altera o art. 5º do de n. 7.783,

de 1909 (decr. n. 8.061); rectifica o de n. 7.896 de 1910 (decr. 8.131); revoga o de n. 7.879 (decr. n. 8.133); altera os arts. 5º a 7º do de n. 7.666, de 1909 (decr. n. 8.202); rectifica o de n. 8.265, de 1910 (decr. n. 8.345); prorroga o prazo fixado pelo de n. 6.899, de 1908, e dá outras providências (decr. n. 8.355); declara sem effeito o de n. 7.929, de 1910 (decr. n. 8.373) — Ver ARSENAES — COMPANHIAS.

DEFESA — Ver DIRECÇÃO.

DELEGACIAS — Reorganiza as fiscaes do Thesouro Federal (decr. n. 5.390); crea dous logares de escripturarios na do Thesouro em Londres (decr. n. 5.872); approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da fiscal do Thesouro Federal, em Matto Grosso (decr. n. 6.322) — Ver ALFANDEGAS.

DEMARCAÇÃO — Ver TERRAS.

DENOMINAÇÕES — Elimina a particula «The» que precedeu á denominação da anonyma «Machine Cottons, Limited» (decr. n. 4.108); reconhece sob a de Companhia Estrada de Ferro de Goyaz a antiga Companhia Estrada de Ferro do Alto-Tocantins (decr. n. 5.949); restabelece as de Secretaria de Estado da Guerra e Directoria de Contabilidade da Guerra, que tiveram as de Divisão de Expediente e Divisão de Fundos (decr. n. 7.537); modifica a da Directoria do Serviço de Propaganda e Exposição Economica do Brasil no Estrangeiro (decr. n. 7.637); substitue a de praticantes-machinistas dos alumnos do 4º anno do curso de machinas da Escola Naval pela de sub-machinistas (decr. n. 7.699); dá nova á Secção de Publicações e Bibliotheca do Ministerio da Agricultura (decr. n. 7.942); dá a de Posto Zootechnico Federal á Directoria de Industria Animal (decr. n. 8.037); modifica a do cargo de chimico-ajudante da 3ª secção do Museu Nacional (decr. n. 8.952); dá nova ao Serviço de Publicações e Bibliotheca do Ministerio da Agricultura (decr. n. 8.243) — Ver COMPANHIAS — PORTOS — SERVIÇOS.

DENTISTAS — Ver QUADROS.

DEPOSITOS — Dá regulamento aos navaes (decr. numero 6.525); transfere a 3ª secção do Naval para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (decr. n. 6.952) — Ver MATERIAL — «WARRANTS».

DESAPROPRIAÇÕES — Approva o regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as por necessidade publica (decr. n. 4.956); declara de utilidade publica as do terreno da rua General Caldwell n. 190 e do predio e terreno a rua Frei Caneca n. 122 (decr. n. 5.783); declara de utilidade publica a do predio e terreno da rua Frei Caneca n. 116 (decr. n. 5.906); declara de utilidade publica as de predios e terrenos para quartéis da Força Policial (decr. n. 5.925); declara de utilidade publica as do predio e terrenos ao norte do quartel da Força Policial (decr. n. 6.044); declara de utilidade publica a do predio n. 155 da rua do Catete (decr. n. 6.407); approva a planla para a de terrenos necessarios á Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. numero 6.435); declara de utilidade publica a da fazenda Manginhos (decr. n. 6.460); declara de utilidade publica a dos

terrenos e bemfeitorias comprehendidos na planta da linha de transmissão de energia electrica da uzina de Guinle & Comp. (decr. n. 6.732); declara de utilidade publica a de terrenos na rua Camerino (decr. n. 6.801); declara de utilidade publica a de um terreno e predio a cavalleiro do agude do Morro do Inglez (decr. n. 6.803); declara de utilidade publica a do predio n. 242 da rua Senador Pompeu e terreno correspondente (decr. n. 7.006); declara de utilidade publica a do predio n. 41 e do terreno n. 43 da rua Visconde de Sapucahy (decr. n. 7.043); declara de utilidade publica a dos terrenos e bemfeitorias comprehendidos na planta da linha de transmissão de energia electrica do rio Itapanhaú, em Santos (decr. n. 7.100); declara de utilidade publica a de terrenos na rua Marechal Floriano para a construcção de uma nova ala no edificio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. n. 7.229); rectifica o decreto n. 7.043, de 1908 (decr. n. 7.370); declara de utilidade publica a de um terreno na frente do predio n. 154 da rua da America (decr. n. 7.377); declara sem effeito a parte referente ao rio São Gonçalo, no Districto Federal, para o fim da por utilidade publica de que trata o decreto n. 6.475, de 1907 (decr. numero 7.486); declara de utilidade publica a dos terrenos para as officinas e outras installações da «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» (decr. n. 7.490); declara a de varios terrenos e predios da rua da Igrejinha, em Copacabana (decr. n. 7.879); revoga o decreto n. 7.879, de 1910 (decr. n. 8.133); declara de utilidade publica a do predio n. 3 do becco da Lapa dos Mercadores (decr. n. 8.219) — VER ABASTECIMENTO — CREDITOS — JARDIM BOTANICO.

DESPACHANTES — Revoga o art. 6º do decreto n. 9.712, de 1887, que autoriza a nomeação para a Recebedoria do Rio de Janeiro (decr. n. 7.413).

DESPESAS — VER COMPANHIAS — CREDITOS — OFFICINA.

DESVIOS — VER ESTRADAS DE FERRO — RÊDE.

DIA — VER DECLARAÇÕES.

DIRECÇÃO — Crea a Geral de Contabilidade da Guerra (decr. n. 3.893); extingue a Geral da Guerra, a Geral de Saude, a Geral de Artilharia e a Geral de Contabilidade da Guerra (decr. n. 7.397); reune sob a mesma os serviços de inspecção, estatistica e defesa agricola (decr. n. 7.816) — VER SERVICOS.

DIRECTORIAS — Crea a Geral do Serviço de Povoamento (decr. n. 6.479); dá regulamento á Geral de Contabilidade da Marinha (decr. n. 6.508); approva o regulamento da Geral de Estatistica (decr. n. 6.628); supprime a de Meteorologia da Superintendencia de Navegação (decr. n. 7.390); crea a de Industria Animal (decr. n. 7.622); crea no Ministerio da Agricultura a de Meteorologia e Astronomia (decr. n. 7.672); crea uma de Contabilidade no Ministerio da Agricultura (decr. n. 7.958); approva o regulamento interno da de Meteorologia e Astronomia (decr. n. 8.038); approva e manda executar o regulamento para a de Armamento da Marinha (decr. n. 8.253); reorganiza a Geral de Estatistica (decr. n. 8.330) — VER COMMISSÕES — CREDITOS — DENOMINAÇÕES — OFFICINA — POSTOS.

DIREITO MARITIMO — Ver DECLARAÇÕES.

DIREITOS — Isenta os concessionarios das obras do porto de Manáos dos aduaneiros para todo o material destinado ás referidas obras, de conformidade com a lei n. 813, de 1901 (decr. n. 4.452); concede redução nos de importação de alguns artigos de procedencia norte-americana (decr. numero 5.192); concede redução nos de importação de alguns artigos de procedencia norte-americana (decr. n. 6.079); manda observar, dentro do exercicio de 1907, o decreto numero 6.079, de 1906 (decr. n. 6.317); manda observar, dentro do exercicio de 1908, o decreto n. 6.079, de 1906 (decr. numero 6.820); manda observar, no exercicio de 1910, o decreto n. 6.079, de 1906, accrescentando alguns artigos (decr. numero 6.877) — Ver CREDITOS — ESTRADAS DE FERRO.

DISPENSA — Da condição de dous annos de embarque para promoção, os cirurgiões que serviram como directores do Hospital de Marinha (decr. n. 6.330) — Ver COMPANHIA — ESTRADAS DE FERRO.

DISPOSIÇÕES — Manda observar as provisórias para execução da lei n. 1.338, de 1905 (decr. n. 5.433) — Ver DECRETOS.

DISTINCTIVOS — Ver CORPOS — UNIFORMES.

DISTRICTO FEDERAL — Determina que o prefeito administre-o e governe-o independente da collaboração do Conselho Municipal (decr. n. 7.689) — Ver CONSOLIDAÇÃO — ELEIÇÕES — JUSTIÇA.

DISTRICTOS — Fixa os limites dos hypothecarios do Districto Federal (decr. n. 5.071).

DIVIDAS — Approva o regulamento para as provenientes de salarios de trabalhadores agricolas (decr. n. 6.437) — Ver CONVERSÃO — EXERCICIOS FINDOS.

DIVISÕES — Approva o regulamento para a de Fundos da Secretaria da Guerra (decr. n. 7.460); approva o regulamento para a de Expediente da Secretaria da Guerra (decr. n. 7.482) — Ver CORPOS — DENOMINAÇÕES — QUADROS — TERRAS — TERRITORIO.

DOCAS DE SANTOS — Ver CAES — INSTRUÇÕES.

DOCAS DO RIO DE JANEIRO — Ver COMPANHIAS.

DOCENTES — Ver CREDITOS.

DOCUMENTOS — Ver REGISTRO.

DOUS POR CENTO — Ver TAXAS.

DUPLICAÇÃO — Ver ESTRADAS DE FERRO.

E

ECONOMICA (A) — Ver SOCIEDADES.

ECONOMIZADORA PAULISTA — Ver CAIXAS.

ED. JOHNSTON & COMP. — Ver SOCIEDADES.

EDIFÍCIOS — Approva o plano e orçamento para os da Alfândega e Guarda-Moria em Manaus (decr. n. 5.696).

ELECTRICIDADE — Ver EMPRESAS — TRACÇÃO.

ELEIÇÕES — Dá instrucções para a de presidente e vice-presidente da Republica (decr. n. 4.177); dá instrucções para a de intendentes municipaes do Districto Federal (decr. numero 4.204); dá instrucções para as federaes em 28 de outubro de 1902 (decr. n. 4.616); designa o dia 18 de fevereiro de 1902 para a de vice-presidente da Republica no periodo de 1902 a 1906 (decr. n. 4.686); dá instrucções para a de vice-presidente da Republica no periodo presidencial de 1902 a 1906 e para as federaes em 18 de fevereiro de 1902 (decr. n. 4.695); altera, na parte relativa ao Districto Federal, as instrucções annexas ao decreto n. 4.695, de 1902 (decr. n. 4.710); addita diversas providencias á para o cargo de vice-presidente da Republica e ás federaes (decr. n. 4.756); adia a nova, a que se teria de proceder no dia 16 de agosto de 1903, para preenchimento do cargo de deputado pelo 2º districto da capital (decr. n. 4.918); dá instrucções para a de intendentes municipaes (decr. n. 5.311); dá instrucções para as federaes (decr. n. 5.453); dá instrucções para as municipaes (decr. n. 6.364) — Ver ALISTAMENTO — INSTRUCÇÕES.

«ELEMENTOS DE SEMIOLOGIA INFANTIL» — Ver CREDITOS.

ELEVACÃO — Ver EMOLUMENTOS — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — MESAS DE RENDAS — OBRAS — PERCENTAGEM — TAXAS.

ELIMINAÇÃO — Ver CLAUSULAS — COMPANHIAS — DENOMINAÇÕES.

EMBARGAÇÕES — Ver INSTRUCÇÕES — REGRAS.

EMISSÃO — Autoriza a de 17.300:000\$ em apolices especiaes (decr. n. 4.865); autoriza a contractar com N. M. Rothschild and Sons a de tres milhões esterlinos (decr. n. 5.551); autoriza a dos titulos necesarios ao pagamento dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá (decr. n. 6.944); autoriza a de titulos destinada ao pagamento das obras de melhoramentos do porto do Recife (decr. n. 7.207); autoriza a de apolices, até á quantia de 20.000:000\$ (decr. n. 7.314); autoriza a de apolices, até á quantia de 1.805:371\$212, do juro de 3 %, papel (decr. n. 7.736); autoriza a de apolices, até o maximo de 6.000:000\$, do juro de 5 % (decr. n. 7.872); autoriza a de titulos do juro de 4 % para pagamento dos trabalhos de construcção contractados com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz (decr. n. 7.877); autoriza a de 2.039:000\$, em apolices, para pagamento de prestações do contracto para a construcção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (decr. n. 8.027); approva a de *debentures*, até o valor nominal de 3.000:000\$, pela Companhia Puglisi (decr. n. 8.053); autoriza a de apolices, até á quantia de 2.000:000\$ (decr. n. 8.098); autoriza a de apolices, até á quantia de 20.000:000\$ (decr. n. 8.154); autoriza a de apolices, até á quantia de 1.164:000\$ (decr. numero 8.286) — Ver BANCOS — SOCIEDADES — «WARRANTS».

EMOLUMENTOS — Eleva os que percebe o secretario da Junta Commercial do Districto Federal (decr. n. 4.035); substitue os arts. 26, 27 e 28 do regulamento para a cobrança e escripturação dos consulares por meio de estampilhas (decr. n. 7.329); estabelece uma nova tabella de consulares (decr. n. 8.492 A) — **Ver JUROS.**

EMPREGADOS — **Ver CAIXAS.**

EMPRESA DE MELHORAMENTOS NO BRASIL — **Ver ESTRADAS DE FERRO.**

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DO RIO DE JANEIRO — **Ver VAPORES.**

EMPRESAS — Transfere á Industrial Brasileira a concessão a que se referem os decretos ns. 4.386, de 1869, 4.457, de 1870, e 9.328, de 1884 (decr. n. 4.399); concede as vantagens e regalias de paquetes ao vapor *Maraim* da de Navegação Salina (decr. n. 4.857); transfere á Viagem do S. Francisco a concessão para navegação a vapor dos rios das Velhas e São Francisco (decr. n. 5.212); transfere á de Sal e Navegação a concessão a que se referem os decretos ns. 10.413, de 1889, e 588, de 1890 (decr. n. 5.243); concede autorização á anonyma Frigorifica Paulista para funcionar (decr. n. 5.258); modifica a clausula II das que acompanham o decreto n. 5.243, de 1904 (decr. n. 5.399); regula a concessão de favores ás de electricidade, gerada por força hydraulica (decr. n. 5.646); concede á Brasileira de Navegação Freitas os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 5.896); transfere ao Estado da Bahia a concessão de que é cessionaria a de Viagem do S. Francisco (decr. n. 5.915); concede á de Navegação do Rio de Janeiro os favores de que tem gosado o Novo Lloyd Brasileiro, excepto a subvenção (decr. n. 5.936); concede á Esperança Maritima os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 6.165); approva a reforma dos estatutos da Frigorifica Paulista (decr. n. 6.531); concede á Esperança Maritima os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 6.576); revalida a concessão feita por decreto n. 5.936, de 1906, á de Navegação do Rio de Janeiro dos favores de que gosa o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 7.466); concede á de Navegação Bahiana os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço regular entre os portos da Republica (decr. n. 7.220); declara a rescisão do contracto feito com a Esperança Maritima para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica (decr. n. 7.290); concede á de Navegação Espirito Santo-Caravellas os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 7.396); declara sem effeito o decreto n. 5.896, de 1906, que concedeu á de Navegação Freitas os favores de que gosa o Lloyd Brasileiro (decr. n. 7.435); concede á Esperança Maritima os favores de que gosa o Lloyd Brasileiro (decr. n. 7.904); concede á de Navegação Hoepcke os favores de que gosa o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica (decr. n. 7.954) **Ver SOCIEDADES** — **VAPORES.**

EMPRESTIMOS — Autoriza a contractar um de £ 8.500.000 (decr. n. 4.839); autoriza a contractar com os banqueiros

N. M. Rothschild and Sons um de £ 3.000.000 (decr. numero 6.661); autoriza a contractar com N. M. Rothschild and Sons um de £ 4.000.000 (decr. n. 7.037); autoriza o ministro da Fazenda a afiançar o de £ 2.000.000 que a Prefeitura do Districto Federal contrahir no exterior (decr. n. 7.315); providencia para que as amortizações dos externos, suspensas, sejam restabelecidas (decr. n. 7.782); autoriza a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons um de libras 10.000.000 (decr. n. 7.853) — Ver CONTRACTOS — EMISSÃO — FUNDO.

ENCAMPAÇÃO — Providencia sobre a de diversas concessões (decr. n. 4.860).

ENCOMMENDAS POSTAES — Ver ACCÓRDOS — CONVENÇÕES.

ENERGIA — Approva os planos e plantas apresentados pela «Rio de Janeiro Tramway Light and Power para a construcção das linhas de transmissão de electrica (decr. n. 6.262); approva a planta e o plano da linha de transmissão de electrica aproveitada do rio Itapanhaú, em Santos (decr. n. 7.100); concede a Guinle & Comp. autorização para estabelecerem uma linha dupla de cabos, entre Nietheroy e Rio de Janeiro, destinada á transmissão de electrica (decr. n. 7.437); approva o plano e a planta da linha de transmissão de electrica da uzina de Guinle & Comp., em Alberto Torres (decr. n. 6.732); approva a planta de uma variante, na linha de transmissão electrica, entre Alberto Torres e o Districto Federal, da Companhia Brasileira de Energia Electrica (decr. n. 7.927) — Ver FORÇAS.

ENGENHARIA — Ver INPECTÓRIAS.

ENGENHEIROS NAVAES — Ver CORPO.

ENGENHOS — Declara caduca a concessão de centraes a Joaquim Ignacio Pereira, no Rio Grande do Norte (decr. numero 3.997).

ENSINO — Crea o agronomico (decr. n. 8.319) — Ver CODIGOS — CREDITOS — ESCOLAS.

ENTREPOSTOS — Crea um em Santo Antonio do Rio Madeira (decr. n. 5.776); estabelece bases para a installação de frigorificos (decr. n. 7.945); eleva de 60 para 90 dias o prazo para a concorrência relativa a frigorificos (decr. n. 8.063);

EQUIPAMENTO — Approva o plano do das praças de pret de infantaria do Exercito (decr. n. 7.231).

EQUIPARAÇÃO — Ver ESCOLAS — GYMNASIOS — INSTITUTOS.

EQUITATIVA — Ver SOCIEDADES.

ESCOLAS — Ver CLAUSULAS.

ESCOLAS — Approva o regulamento da Polytechnica (decr. n. 3.926); approva o regulamento para a Nacional de Bellas Artes (decr. n. 3.987); mahda matricular nas do Exercito, de accordo com a lei n. 1.687, de 14 de setembro de 1900, 800 alumnos (decr. n. 3.992); cede á D. Bosco, em Cachoeira do Campo, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 3.994); approva o regulamento da de Minas (decr. n. 4.017); rectifica o art. 3º do regulamento da de Minas, approvedo pelo decreto n. 4.017 (decr. n. 4.158);

manda substituir as disposições dos arts. 133, 134, 136, 144 e 146 do regulamento da Naval, anexo ao decreto n. 3.652, de 1900, pelas dos arts. 31 a 34 do código de ensino (decr. n. 4.271); modifica as disposições dos arts. 38 e 39 do regulamento da Naval, de accôrdo com o art. 151, § 4º do código de ensino (decr. n. 4.313); modifica as disposições dos artigos 30, 44, 68, 69, 80, 81 e 100 do regulamento anexo aos decretos ns. 3.652, de 1900, e 4.313, de 1902 (decr. n. 4.352); approva o regulamento para a Prática de Artilharia (decr. n. 4.587); explica em que data começa a ser effectiva a disposição da ultima parte do paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 4.352, de 1902 (decr. n. 4.647); modifica as disposições dos arts. 4º, 126, § 1º, letra c, e 237 do regulamento da Naval (decr. n. 4.648); approva o regulamento para a Correccional Quinze de Novembro (decr. n. 4.780); manda adoptar novo plano de uniformes para os alumnos do curso de machinas da Naval (decr. n. 4.810); transfere da cidade do Rio Pardo para a de Porto Alegre a Preparatoria e de Tactica (decr. n. 4.919); revoga o decreto n. 3.984, de 1901, concedendo á D. Boseo, em Cachoeira do Campo, Minas, as prerogativas da equiparação ao Gymnasio Nacional (decr. n. 5.275); concede á de Pharmacia, do Pará, os privilegios e garantias de que gosam as federaes congeneres (decr. numero 5.294); dá execução ao § 1º do art. 1º do decreto n. 1.186, de 1904, na parte em que restabelece a de Aprendizizes Marinheiros de Sergipe (decr. n. 5.532); declara subsistir para a Livre de Engenharia de Pernambuco a equiparação concedida pelo decreto n. 3.022, de 1898 (decr. numero 5.709); crea as profissionaes de artilharia, de foguistas e limoneiros, sondadores e signaleiros (decr. n. 5.975); reorganiza a de torpedos (decr. n. 5.976); classifica em tres classes as de aprendizes marinheiros e separa os respectivos commandos das capitancias de portos (decr. n. 6.003); dá regulamento ás de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.234); dá regulamento á Naval (decr. n. 6.345); dá regulamento á de Marinha Mercante do Pará (decr. n. 6.388); autoriza a dar novo regulamento á Livre de Pilotagem (decr. numero 6.389); dá regulamento ás profissionaes (decr. n. 6.441); crea mais oito de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.572); dá regulamento ás de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.582); modifica o plano de ensino adoptado na Naval (decr. numero 6.845); transfere para Porto Alegre, annexa á de Guerra, a de Applicação de Infantaria e Cavallaria (decr. n. 6.876); providencia sobre o fechamento da de Guerra e da de Applicação de Infantaria e Cavallaria (decr. n. 7.228); altera o regulamento para as do Exercito (decr. n. 7.339); crea a de aprendizes artifices nas capitães dos Estados, para o ensino profissional primario e gratuito (decr. n. 7.566); crea nas de aprendizes artifices, a que se refere o decreto n. 7.566, os logares de professores dos cursos primarios nocturnos e de desenho (decr. n. 7.649); dá regulamento ás profissionaes (decr. n. 7.752); altera os decretos ns. 7.566 e 7.649, de 1909, referentes ás de aprendizes artifices (decr. n. 7.763); altera o regulamento da Naval (decr. n. 7.886); altera o regulamento para as do Exercito (decr. n. 7.992); approva o regulamento da de Minas (decr. n. 8.039); transfere para o Realengo a de Applicação de Artilharia e Engenharia (decr. n. 8.042); dá novo regulamento á Premunitoria Quinze de Novembro (decr. n. 8.203); estabelece no Posto Zootechnico,

em Pinheiro, uma de Agricultura (decr. n. 8.367) — Ver CREDITOS — CURSOS — EXAMES — FACULDADES — FUNDAMENTO — GRATIFICAÇÃO — UNIFORMES.

ESCRITURARIOS — Ver LOGARES.

ESTABELECIMENTOS — Concede redução de fretes, nas estradas de ferro federaes, isenção de direitos de consumo e outros favores aos que montarem siderurgicos (decr. n. 8.019) — Ver BANCOS.

ESTAÇÃO — Crea no municipio de Campos, uma experimental para a canna de assucar (decr. n. 8.356). — Ver ESTRADAS DE FERRO.

ESTADO DE SITIO — Proroga-o. até 16 de fevereiro de 1905 (decr. n. 5.432); proroga-o até 18 de março de 1905 (decr. n. 5.461); suspende-o por dous dias, em relação á comarca de Nietheroy (decr. n. 5.476); suspende-o definitivamente no Districto Federal e em Nietheroy (decr. n. 5.479).

ESTADO-MAIOR — Reorganiza o da Armada (decr. n. 6.503); extingue o Corpo de do Exercito (decr. n. 7.024); approva o regulamento do do Exercito (decr. n. 7.389); altera o regulamento approved pelo decreto n. 7.389, de 1909 (decr. n. 7.511); approva o regulamento para o do Exercito (decr. n. 7.636); approva a tabella de vencimentos e diarias dos empregados e dos auxiliares militares a que se refere o decreto n. 7.389 (decr. n. 7.663).

ESTATISTICA — Ver CREDITOS — DIRECÇÃO — DIRECTORIAS — SERVIÇOS.

ESTATUTOS — Ver BANCOS — CAIXAS — COMPANHIAS — EMPRESAS — MATERNIDADE — MONTEPIO GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO — SOCIEDADES.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — Abre ao Ministerio da Industria o credito de 5:000\$ para pagamento de um terreno na estação do Rocha (decr. n. 4.642); crea uma divisão provisoria para os estudos e construção do prolongamento até á margem de S. Francisco e ramaes (decr. n. 4.871); abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.800:000\$ para ser applicado na construção da linha do centro (decr. n. 4.828); approva a planta dos terrenos necessarios á construção da 4ª linha, e outros melhoramentos (decr. n. 5.016); approva os estudos e orçamento da 1ª secção do prolongamento (decr. n. 5.084); abre ao Ministerio da Industria o credito de 1.200:000\$ para as obras do prolongamento da linha do centro (decr. n. 5.199); approva a modificação dos estudos e orçamento da 1ª secção do prolongamento, a partir de Curvello (decr. n. 5.297); providencia sobre o serviço de transporte de suburbios (decr. n. 5.366); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis 600:000\$ para os trabalhos do prolongamento da linha do centro (decr. n. 5.437); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para as obras de alargamento da bitola de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 5.438); abre ao Ministerio da Industria o credito de 400:000\$ para as obras de elevação da linha, entre S. Diogo e S. Christovão (decr. n. 5.440); approva a planta de terrenos e predios necessarios á construção da 4ª linha (decr. n. 5.447); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 400:000\$, para as obras de

elevação da linha, entre S. Diogo e S. Christovão (decr. n. 5.584); approva os estudos e organamentos da 2ª secção do prolongamento, de Curvello a Pirapora (decr. n. 5.618); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 600:000\$ para as obras do alargamento da bitola de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 5.624); abre ao Ministerio da Industria o credito de 200:000\$ para os trabalhos do prolongamento da linha do centro (decr. n. 5.807); abre ao Ministerio da Industria o credito de 500:000\$ para as obras do alargamento da bitola de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 5.817); approva as plantas de terrenos a desapropriar, necessarios á 1ª secção do prolongamento, além de Curvello (decr. n. 5.838); abre pesas com o alargamento da bitola de Taubaté a S. Paulo ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para as despesas (decr. n. 6.008); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para as obras do prolongamento da linha do centro (decr. n. 6.009); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para despesas com o alargamento da bitola de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 6.076); abre ao Ministerio da Industria o credito de 250:000\$ para os trabalhos do prolongamento da linha do centro (decr. n. 6.278); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para os trabalhos de alargamento da bitola de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 6.279); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis 300:000\$ para o alargamento da bitola entre Gagé e o Kilometro 501 (decr. n. 6.280); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para o alargamento da bitola do ramal de S. Paulo (decr. n. 6.372); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para o prolongamento da linha do centro (decr. n. 6.380); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para despesas com o alargamento da bitola de Gagé ás minas de manganez, ramal de Ouro Preto (decr. n. 6.394); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis 60:000\$ para lançamento de um trilho intercalar da bitola de um metro entre as estações da Parahyba do Sul e Entre Rios (decr. n. 6.399); approva as plantas dos terrenos a desapropriar (decr. n. 6.425); muda de local a estação maritima (decr. n. 6.471); abre ao Ministerio da Industria o credito de 2.414:000\$ para o alargamento da bitola no ramal de S. Paulo (decr. n. 6.482); substitue o art. 6º do regulamento a que se refere o decreto n. 4.871, de 1903 (decr. n. 6.591); approva as novas tarifas e condições regulamentares (decr. n. 6.747); approva os estudos e organamento das do prolongamento entre as estações de Lassance e Pirapora (decr. n. 6.837); abre ao Ministerio da Industria o credito de 800:000\$ para as despesas com o prolongamento da linha do centro e do ramal de Sabará á cidade de Ferros (decr. n. 7.131); approva os estudos e organamento das obras do ramal de Sabará a Santa Barbara (decr. n. 7.221); abre ao Ministerio da Industria o credito de 800:000\$ para pagamento das despesas com o prolongamento da linha do centro (decr. n. 7.326); approva a planta da parte da pedreira a desapropriar no Kilometro 233 + 20 do ramal de S. Paulo (decr. n. 7.348); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis 700:000\$ para despesas da construcção do ramal de Sabará a Sant'Anna dos Ferros (decr. n. 7.355); abre ao Ministerio da Industria o credito de 500:000\$ para terminar o alargamento da bitola até S. Paulo (decr. n. 7.410); abre ao Ministerio da Viação o credito de 800:000\$ para as despesas

com o prolongamento da linha do centro (decr. n. 7.493); abre ao Ministerio da Vição o credito de 600:000\$ para prolongamento do ramal de Santa Cruz a Itacurussá (decr. n. 7.551); abre ao Ministerio da Vição o credito de 600:000\$ para despesas de construcção do ramal de Santa Barbara a Sant'Anna dos Ferros (decr. n. 7.577); abre ao Ministerio da Vição o credito de 250:000\$ para as despesas de construcção do ramal de Sabará á cidade de Ferros (decr. numero 7.738); abre ao Ministerio da Vição o credito de réis 250:000\$ para as despesas do prolongamento (decr. n. 7.739); abre ao Ministerio da Vição o credito de 300:000\$ para o prolongamento da linha do centro (decr. n. 7.860); abre ao Ministerio da Vição o credito de 400:000\$ para despesas com o ramal de Itacurussá (decr. n. 7.892); abre ao Ministerio da Vição o credito de 400:000\$ para despesas com a construcção do ramal de Sabará á cidade de Ferros (decr. numero 7.893); abre ao Ministerio da Vição o credito de réis 400:000\$ para despesas com a construcção da linha do centro (decr. n. 7.894); abre ao Ministerio da Vição o credito de 500:000\$ para despesas com o ramal de Itacurussá (decr. n. 8.068); estabelece novas bases das tarifas e altera a pauta o as condições regulamentares a que se refere o decreto numero 6.747, de 1907 (decr. n. 8.078); abre ao Ministerio da Vição o credito de 500:000\$ para as despesas de construcção do ramal de Sabará a Ferros (decr. n. 8.088); abre ao Ministerio da Vição o credito de 1.500:000\$ para prolongamento da linha do centro (dec. n. 8.121); abre ao Ministerio da Vição o credito de 500:000\$ para as despesas com o ramal de Itacurussá (decr. n. 8.255); abre ao Ministerio da Vição o credito de 400:000\$ para a construcção do ramal de Itacurussá (decr. n. 8.386); approva os estudos definitivos da ligação da linha auxiliar com a Estrada de Ferro de Sapucahy (decr. n. 8.388); approva os estudos definitivos do alargamento da bitola, a partir de Lafayette (decr. numero 8.389); approva os estudos e o orçamento do primeiro trecho do prolongamento de Montes Claros (decr. n. 8.394); abre ao Ministerio da Vição o credito de 1.100:000\$ para as despesas de construcção do ramal de Sabará a Ferros (decr. n. 8.433); abre ao Ministerio da Vição o credito de 1.200:000\$ para as despesas com o ramal de Itacurussá (decr. n. 8.450); abre ao Ministerio da Vição o credito de 1.400:000\$ para prolongamento da linha do centro (decr. n. 8.487).

ESTRADAS DE FERRO—Altera o prego de unidades da verba 9ª do orçamento approved pelo decreto n. 3.755, de 1900, para construcção do desvio pelo corte grande da D. Thereza Christina (decr. n. 3.906); approva a planta e orçamento para as obras de cobertura e prolongamento da plataforma da estação marítima da do Rio Grande a Bagé (decr. n. 3.931); prorroga o prazo para conclusão dos 100 primeiros kilometros da de Uberaba ao Coxim (decr. n. 3.940); concede á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil autorização para prolongar a de S. Francisco Xavier ao Commercio, da estação de Mangueira ao litoral (dec. n. 3.946); altera algumas e consolida todas as clausulas da concessão da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 3.947); approva o projecto e orçamento de modificação da ponte sobre o Aracoyaba e do traçado da variante do ramal de Canôa, da de Baturité (decr. n. 3.948);

aprova a transferencia do contracto de arrendamento da Central de Pernambuco a A. de S. Pires Ferreira & Comp. (decr. n. 3.962); rectifica o algarismo do orçamento a que allude o art. 1º do decreto n. 3.856, de 1900 (decr. numero 3.984); approva os planos e orçamentos para augmento das estações de Vicosá, Gamelleira e Cachoeira, da Central de Alagoas (decr. n. 3.986); considera extensivas aos desvios na Central de Alagoas as disposições constantes do decreto n. 3.711, de 1900 (decr. n. 3.999); approva as condições regulamentares e bases das tarifas da de Sobral (decr. numero 4.000); faz cessar a redução dos fretes dos generos de primeira necessidade feita na de Baturité, pelo decreto n. 3.684, de 1900 (decr. n. 4.006); torna extensiva ás de Carangola e de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim as tarifas e instruções regulamentares approvadas pelo decreto n. 3.785, de 1900 (decr. n. 4.007); prorroga por mais tres mezes o prazo concedido para interrupção dos trabalhos de construcção da S. Paulo-Rio Grande pelo decreto n. 3.868, de 1900 (decr. n. 4.008); autoriza a «S. Paulo Railway Company, Limited», a incorporar ao respectivo capital a quantia de £ 952.520-3-0, excesso de despesa com a duplicação da linha de Santos a Jundiaby (decr. n. 4.034); approva a situação da estação terminal do trecho da de Mulungú a Alagôa Grande (decr. n. 4.041); fixa o capital e dá outras providencias em relação á do Rio Claro (decr. n. 4.057); approva o contracto para o arrendamento da da Bahia ao S. Francisco e ramal do Timbó (decr. n. 4.058); altera o art. 106 do regulamento e tarifas da do Rio Grande a Bagé, approvados pelo decreto n. 3.087, de 1898 (decr. n. 4.086); altera o art. 67 das condições regulamentares e as tarifas da de Caxias a Cajazeiras, approvadas pelos decretos ns. 1.881, de 1894, e 2.645, de 1897 (decr. n. 4.087); approva o augmento de despesa de 2:184\$450 sobre a orçada para a casa do agente da estação de Christino Cruz, da de Caxias a Cajazeiras (decr. n. 4.089); fixa em 2.990:000\$ o capital relativo á construcção do trecho em trafego da de S. Sebastião a S. Gabriel (decr. n. 4.109); approva o contracto para o resgate da garantia de juros á do Recife ao Limoeiro e arrendamento das do Recife ao S. Francisco, Sul de Pernambuco, Conde d'Eu, Natal a Nova Cruz, Central de Alagoas e Paulo Affonso (decr. n. 4.111); torna applicaveis ao ramal de Mulungú a Alagôa Grande as tarifas em vigor na Conde d'Eu (decr. n. 4.123); abre um credito especial para construcção do trecho de Cacequy a Inhanduhy, na de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.124); approva a substituição da firma Argollo, Aragão & Comp. arrendataria da S. Francisco pela firma Argolo, Cardoso & Comp. (decr. n. 4.130); approva a rectificação do traçado entre a estação de Rebouças, da S. Paulo-Rio Grande, e a villa da União da Victoria (decr. n. 4.167); approva a nova tabella de preços para a construcção da de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. n. 4.186); dispensa «The Leopoldina Railway Company» da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade da Central de Macabé (decr. n. 4.189); approva a variante que modifica o traçado da de S. Francisco Xavier ao Commercio da estação de Mangueira ao litoral (decr. n. 4.198); altera a segunda parte do art. 1º do decreto n. 2.856, de 1900, já modificado pelo decreto n. 3.984, de 1901 (decr. n. 4.236); fixa em 757:987\$200 o capital des-

pendido em trabalhos preliminares da de Alcobaça à Praia da Rainha, e dá outras providencias (decr. n. 4.258); approva novo projecto e orçamento para construção do desvio pelo córte grande da D. Thereza Christina (decr. n. 4.262); reduz a taxa de garantia de juros de 7 para 6 % ao anno sobre o capital de 6.000:000\$ empregado na construção da do Carangola (decr. n. 4.269); approva o contracto para arrendamento provisorio da Central da Bahia (decr. n. 4.299); marca a época de que deve ser contado o praso para conclusão do primeiro trecho da de Catalão a Palmas (decr. n. 4.312); approva a planta e orçamento para construção de um galpão e aquisição de uma machina de entalhar para a de Santa Maria ao Uruguay (decr. n. 4.322); confirma á Companhia da de Victoria a Minas a concessão da a que se refere o decreto n. 1.082, de 1890 (decr. n. 4.337); concede autorização para construção, uso e gozo de uma a partir do ponto onde acaba a franca navegação do Rio Branco, ao ponto mais conveniente da fronteira com a Guyana Ingleza (decr. n. 4.340); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 553:618\$151 para despesas com a conclusão da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.361); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 570:000\$ para conclusão de infraestrutura do trecho de Inhanduby-Uruguayana, da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.361); proroga por dois annos o praso marcado para terminação das obras de construção da da praça da Republica á barra de Guaratiba (decr. n. 4.393); transfere ao Banco da Republica do Brasil a concessão da da Tijuca (decr. n. 4.414); supprime da Companhia da de S. Paulo-Rio Grande o ramal de Prudentopolis a Outiveiros e transfere a garantia de juros para o ramal de S. Francisco (decr. n. 4.418); approva a planta e orçamento para a construção de um muro de arrimo no kilometro 32 + 100, do prolongamento da Barão de Araryama (decr. n. 4.474); approva as clausulas para o arrendamento provisorio da Minas e Rio (decr. n. 4.521); approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, em 1901, por conta do capital da do Rio Claro (decr. n. 4.634); approva os estudos da Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim, correspondente ao trecho entre a estação de S. João do Muquy e o ponto terminal da estrada (decr. n. 4.635); accoita, com modificações, para construção da de Victoria a Minas, os estudos definitivos da linha entre Victoria e Peganha (decr. n. 4.759); proroga por dois annos o praso para apresentação dos estudos da de Alcobaça à Praia da Rainha (decr. n. 4.816); proroga até 31 de dezembro de 1904 o praso para a conclusão dos 100 primeiros kilometros da de Uberaba ao Coxim (decr. n. 4.866); crea uma divisão provisoria para os estudos e construção do prolongamento da Central do Brasil até á margem do rio S. Francisco e ramaes (decr. n. 4.871); torna extensivo ao segundo semestre de 1903 o credito extraordinario de 2.635:000\$ para despesas com as do Paraná e prolongamentos, D. Thereza Christina e Santa Maria ao Uruguay (decr. n. 4.880); approva uma modificação do traçado da S. Paulo-Rio Grande, na secção a que se refere o decreto n. 4.167, de 1901 (decr. n. 4.881); approva os estudos, na extensão de 35 kilometros, do novo traçado em revisão do approved pelo decreto numero 1.963, de 1895, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 4.909);

abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 160:000\$ para despesas com melhoramentos da D. Thereza Christina (decr. n. 4.910); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 570:000\$ para proseguimento das obras de conclusão dos trechos de Uruguayana a Inhandubý e Jaraguá a Cacequy, do prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 4.924); transfere á Companhia S. Christovão a concessão da da Tijuca (decr. n. 4.979); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 514:043\$200 para despesas com o custeio da de S. Francisco Xavier ao Commercio (decr. n. 4.989); modifica a clausula XXXVIII do decreto n. 3.812, de 1900, relativa á de Alcobaca á Praia da Rainha (decr. n. 4.990); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 1.200:000\$ para pagamento de despesas de custeio da Oeste de Minas (decr. n. 4.993); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 73:844\$202, papel e £ 100-0-0, para despesas com o resgate das Central de Alagôas, Bahia ao S. Francisco e Paulo Affonso (decr. n. 4.994); concede ao engenheiro civil Eugenio de Andrade, ou á empresa que organizar, privilegio para a construcção, uso e gozo de uma, de tracção electrica, entre a Capital Federal e a cidade de Petropolis (decr. n. 5.063); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 500:000\$ para despesas com o prolongamento da de Baturité (decr. numero 5.427); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 2.421:000\$ para custeio das do Paraná, D. Thereza Christina, Santa Maria ao Uruguay e Oeste de Minas (decr. numero 5.128); prorroga até 31 de dezembro de 1905 o prazo para conclusão dos 100 primeiros kilometros da de Uberaba ao Coxim (decr. n. 5.150); approva a revisão de estudos do trecho de Pirahy a Jaguarihyva, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 5.159); approva as clausulas para a construcção, uso e gozo de uma de tracção electrica entre a Capital Federal e Petropolis (decr. n. 5.187); approva os estudos definitivos e o orçamento da variante Pau Gigante, da de Victoria a Diamantina (decr. n. 5.205); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 350:000\$ para as despesas com a construcção das obras do prolongamento da de Baturité (decr. n. 5.210); approva o regulamento e tarifas para a de Victoria a Diamantina (decr. n. 5.214); approva diversas alterações para a revisão do contracto de resgate e arrendamento com a «Great Western of Brazil Railway» (decr. n. 5.257); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 2.068:000\$ para custeio das do Paraná e prolongamentos, D. Thereza Christina, Santa Maria ao Uruguay e Oeste de Minas (decr. n. 5.264); contracta com o engenheiro civil José Augusto de Araujo Junior o arrendamento da do Paraná (decr. n. 5.278); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 300:000\$ para as despesas com a continuação das obras do prolongamento da de Baturité (decr. n. 5.281); autoriza o engenheiro Alfredo Novis a associar-se a terceiros para a execução do contracto de arrendamento da de Baturité (decr. n. 5.313); abre o credito especial de 65.325:000\$ para aquisição da Sorocabana e Ituana (decr. n. 5.327); revoga o decreto n. 5.278, que contractou com o engenheiro civil José Augusto de Araujo Junior o arrendamento da do Paraná (decr. n. 5.338); autoriza a revisão das concessões das de Uberaba a Coxim e de

Catalão a Palmas (decr. n. 5.349); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario de 567:400\$ para despesas com o custeio da do Paraná (decr. n. 5.363); contracta com o engenheiro Carlos João Frójd Westerman o arrendamento da do Paraná (decr. n. 5.378); approva os estudos de revisão dos primeiros 20 kilometros da de Aleobaga á Praia da Rainha, fixa o praso de reversão, e dá outras providencias (decr. n. 5.406); estabelece praso para a apresentação dos estudos definitivos da do Rio Branco á Guyana Ingloza (decr. n. 5.408); transfere á Companhia Noroeste do Brasil a concessão da de Uberaba ao Coxim (decr. n. 5.266); approva os estudos de uma variante da de Victoria a Diamantina (decr. n. 5.506); approva as plantas e o orçamento da variante de Bruderthal, da linha de S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 5.520); approva os estudos definitivos para a mudança de bitola da de Recife ao S. Francisco (decr. n. 5.521); approva os documentos referentes á construcção do prolongamento da Central de Pernambuco entre Antonio Olyntho e Pesqueira, na rede das arrendadas á «Great Western of Brazil Railway» (decr. n. 5.522); approva a planta e mais documentos referentes á construcção do ramal de Itabayana a Campina Grande, na rede das arrendadas á «Great Western of Brazil Railway» (decr. n. 5.523); incorpora a de Ribeirão a Bonito á rede das arrendadas á «Great Western of Brazil Railway» (decr. n. 5.535; contracta com a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil» o arrendamento e a construcção de diversas no Rio Grande do Sul (decr. n. 5.548); approva a redução da tarifa de transporte de passageiros nas linhas da rede fluminense da do Norte, da «Leopoldina Railway Company» (decr. n. 5.585); approva a planta e o orçamento para a construcção do edificio para abrigar locomotivas e carros da de Quarahim a Itaqui (decr. n. 5.626); altera a classificação de varios artigos nas tarifas da do Paraná (decr. n. 5.627); approva a planta do terreno necessario para a construcção de uma casa de turma na do Rio Claro (decr. n. 5.702); approva o projecto geral da Central do Rio Grande do Norte e os estudos definitivos entre as cidades de Ceará-Mirim e do Caicó (decr. n. 5.703); approva os estudos definitivos dos primeiros 100 kilometros da de Baturú a Cuyabá (decr. n. 5.719); approva os estudos definitivos do trecho entre Jaguariahya e S. Pedro do Itararé, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 5.720); autoriza a «Leopoldina Railway Company» a estabelecer a ligação das do Carangola e Macahé a Campos (decr. n. 5.731); abre ao Ministerio da Industria o credito de 20:000\$ para os estudos da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 5.755); abre ao Ministerio da Industria o credito de 120:000\$ para as despesas com a conclusão das obras do prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana, entre Inhandubá e Cacequy (decr. n. 5.766); approva as plantas e perfis modificando o local da estação de Pesqueira, da Central de Pernambuco (decr. n. 5.856); transfere o contracto de arrendamento da de Baturité a Novis & Porto (decr. n. 5.913); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 180:000\$ para proseguimento dos estudos da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 5.914); approva as plantas para a construcção de novas estações e outras obras na do Norte (decr. n. 5.935); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho complementar

da linha destinada a ligar as de Porto Alegre a Nova Hamburgo e Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 5.956); approva as clausulas para o contracto de arrendamento da D. Thereza Christina (decr. n. 5.977); marca novo praso para a apresentação de estudos da electrica da Capital Federal a Petropolis (decr. n. 5.981); approva as plantas e o orçamento relativos á construção de um desvio e estabelecimento de um girador na estação de Tupacretan, da de Santa Maria a Passo Fundo (decr. n. 5.988); approva os estudos definitivos e orçamentos da 3ª secção da de Baurú a Cuyabá (decr. n. 6.006); approva os estudos definitivos e mais planos para ligação da de Carangola e Macahé a Campos (decr. n. 6.039); autoriza a transferencia das concessões referentes á do Corcovado á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company» (decr. n. 6.040); transfere ao Estado da Bahia o direito de resgatar o trecho de concessão federal da «Tramroad de Nazareth», de Santo Antonio de Jesus a Amargosa (decr. n. 6.053); declara sem effeito o art. 154 das instruções regulamentares em vigor na «Leopoldina Railway» (decr. n. 6.908); approva as alterações nas tarifas da de Quarahim a Itaquí (decr. n. 6.102); autoriza o contracto da construção da Madeira e Mamoré (decr. n. 6.103); approva os estudos e orçamento das obras de ligação das Central de Pernambuco e Recife ao S. Francisco (decr. n. 6.123); autoriza a ratificação e rectificação dos termos da escriptura de transferencia da Central de Pernambuco á «Great Western of Brazil Railway Company» (decr. n. 6.124); approva as despesas feitas pela Companhia de Vias Ferreas e Fluvias por conta da do Rio Claro (decr. n. 6.130); approva os estudos definitivos e orçamentos de 73 kilometros da de Bahurú a Cuyabá (decr. n. 6.137); fixa em 4.188:930\$ e 1.755:930\$ os capitales correspondentes aos trechos de Rebouças á margem do rio Iguaçu e de Pirahy a Jaguarihyva, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.174); approva provisoriamente o regulamento, tarifas de transporte e serviço telegraphico para o trafego até 200 kilometros, da de Bahurú a Cuyabá (decr. n. 6.230 A); approva os estudos e orçamentos para ligação das Central de Pernambuco e Recife ao Limoeiro (decr. n. 6.325); abre ao Ministerio da Industria o credito de 347:000\$ para o custeio da D. Thereza Christina (decr. n. 6.335); abre ao Ministerio da Industria o credito de 250:000\$ para despesas relativas a estudos geologicos, pesquisas e exploração de minas (decr. n. 6.336); approva a planta e orçamento relativos ao augmento do edificio da estação de Uruguayana, da de Quarahim a Itaquí (decr. n. 6.369); abre ao Ministerio da Industria o credito de 300:000\$ para construção da de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 6.371); approva a planta e orçamento para ampliação da estação de Jaboatão, da Central de Pernambuco (decr. n. 6.373); transfere para M. Lopes da Silva a concessão da de Rezende a Areias (decr. n. 6.378); abre ao Ministerio da Industria o credito de 40:000\$ para a conclusão dos estudos da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.379); approva os estudos definitivos do trecho da linha de Itararé, entre Jaguarihyva e a Colonia Mineira, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.395); approva novos estudos definitivos do trecho de Acarassú a Itararé, do prolongamento de Itapetininga a Itararé, da Sorocabana (decr. n. 6.401); approva a planta e orçamento para

a construcção do augmento do desvio da estação de Agua Vermelha, da Sul de Pernambuco (decr. n. 6.403); approva a planta e o orçamento para execução das alterações necessarias ao aproveitamento da antiga sala de espera da estação do Parahyba, da Conde d'Eu (decr. n. 6.404); approva typos complementares de boeiros, drenos e de estação para a de Baurú a Cuyabá (decr. n. 6.427); approva as clausulas para a revisão do contracto da de Goyaz (decr. n. 6.438); abre ao Ministerio da Industria o credito de 60:000\$ para as despesas de estudos e construcção da de S. Luiz a Caxias (decr. numero 6.485); substitue varios artigos das instrucções regulamentares e tarifas da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.523); prorroga o praso para a apresentação dos estudos definitivos do primeiro trecho da Madeira e Mamoré (decr. n. 6.530); fixa prazos para a conclusão da construcção das linhas de concessão da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.533); concede isenção de direitos para os materiaes importados para a de Quarahim a Itaquí (decr. n. 6.544); declara isentos de direitos de importação os materiaes para a construcção da Madeira e Mamoré (decr. n. 6.597); prorroga por quatro annos o praso fixado pelo decreto n. 977, de 1892, para conclusão do prolongamento de Resaca a Santos, da Mogyana (decr. n. 6.641); abre ao Ministerio da Industria o credito de 150:000\$ para despesas de estudos e construcção da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.643); approva os estudos e orçamento da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.670); approva os estudos e o orçamento da de Timbó a Propriá (decr. 6.671); abre ao Ministerio da Industria o credito de 100:000\$ para despesas com o reconhecimento e estudos do prolongamento da Central do Rio Grande do Norte até entroncar com o prolongamento da de Baturité (decr. n. 6.700); abre ao Ministerio da Industria o credito de 200:000\$ para conclusão dos estudos da de Timbó a Propriá até entroncar com a Central de Alagôas (decr. n. 6.701); approva o projecto, o orçamento e o local para a estação em S. Pedro de Itararé, ponto terminal da linha-norte, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.716); autoriza o contracto para a construcção do prolongamento da de Sobral, a partir da cidade de Ipú, até á villa de Cratheús (decr. n. 6.734); approva o projecto e orçamento para a construcção de um edificio para almoxarifado da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.735); prorroga por 60 dias o praso de que trata o decreto n. 5.731, de 1905, para a conclusão das obras de ligação das de Carangola e Macahé a Campos (decr. n. 6.746); approva a planta e orçamento para a construcção de armazens de cargas em diversas estações da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.776); approva o regulamento para o serviço de fiscalização das federaes (decr. n. 6.787); approva o projecto e orçamento da ponte sobre o rio Taquary, da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 6.788); approva os estudos definitivos do trecho de Cerqueira Cesar á Tiba Grande, da linha de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 6.819); approva os estudos definitivos e orçamento do trecho de 30 kilometros da linha ferrea de ligação das Sul do Espirito Santo e Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. n. 6.827); abre ao Ministerio da Industria o credito de 30:000\$ para despesas com o prolongamento da de Sobral a Therezina (decr. n. 6.829); abre ao Ministerio da Industria o credito de 347:000\$ para

eusteiio da D. Thereza Christina (decr. n. 6.873); prorroga por seis mezes o prazo para conclusão das obras do trecho de Jaguarihyva a Mararé, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.903); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 160:000\$ para conclusão dos serviços de locação e inicio da construção da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 6.911); approva os estudos de 62 kilometros, a partir de Porto Esperança em direcção a Miranda, da de Itapura a Corumbá (decr. n. 6.930); approva os estudos definitivos e orçamentos de 32 kilometros da linha para ligação das Sul de Pernambuco e Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim (decr. n. 6.931); approva os estudos definitivos e orçamentos do prolongamento da 3ª secção, até o rio Tiefé, e da 4ª secção, entre o mesmo rio e Itapura, da de Bahurú a Itapura (decr. n. 6.935); autoriza a emissão dos títulos necessários ao pagamento dos trabalhos de construção da de Itapura a Corumbá (dec. n. 6.944); approva os definitivos e o orçamento do trecho de 44 kilometros, a contar da estação de Arcos, da de Goyaz (decr. n. 6.976); approva os estudos definitivos e o orçamento da electrica da Capital Federal a Petropolis (decr. n. 6.999); approva os estudos definitivos de 58 kilometros a partir de Aquidauana em direcção a Campo Grande, da de Itaperuna a Corumbá (decr. n. 7.020); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho entre Cruz Alta e a Colonia Ijuhy, da Cruz Alta a Ijuhy (dec. n. 7.032); rescinde o contracto com José de Oliveira Castro para o arrendamento provisorio da Minas e Rio (decr. n. 7.050); approva os estudos definitivos e orçamento do trecho a contar do Kilometro 44, da de Goyaz (decr. n. 7.058); approva os estudos definitivos da de S. Francisco ao Paraná, a contar do Kilometro 132 + 363 (decr. numero 7.059); approva os estudos definitivos do trecho de 14km,600, a contar de Ipú, do prolongamento da de Sobral (decr. n. 7.060); autoriza o contracto da construção da de S. Luiz a Caxias e do ramal de Itaquí (decr. n. 7.073); autoriza o contracto de construção do trecho entre Taipú e Caicó, da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 7.074); autoriza a incorporação da Muzambinho á Minas e Rio (decr. n. 7.091); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 12.000:000\$ para pagamento da aquisição e encampação da Muzambinho (decr. n. 7.110); autoriza a contractar com a companhia «Brazil Great Southern Railway» a construção e o arrendamento da de Itaquí a S. Borja (decr. n. 7.122); prorroga por mais cinco annos o prazo para conclusão do prolongamento de Resaca a Santos, da Mogyana (decr. n. 7.148); approva os novos estudos do trecho da Ilha Grande ao Salto Grande do Paranapanema, da linha de Tibagy, da Sorocabana (decr. n. 7.149); transfere para Proença & Gouvêa o contracto de construção da Central do Rio Grande do Norte, entre Taipú e Caicó (decr. n. 7.164); autoriza o contracto de construção da de Timbó a Propriá (decr. n. 7.171); approva os estudos do prolongamento da de Sobral entre Gatheús e Thezina (decr. n. 7.185); contracta com Proença & Gouvêa o arrendamento da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 7.186); approva os estudos definitivos do trecho de 46km,200, a contar do Kilometro 14 + 600, do prolongamento da de Sobral (decr. n. 7.197); prorroga por mais dous annos o prazo fixado para conclusão da de Alcobaca á Praia da Rainha (decr. n. 7.211); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis

150:000\$ para despesas de estudos e construção da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 7.222); concede privilegio por 90 annos á Companhia da de Araraquara para a construção uso e gozo de uma, entre S. José do Rio Preto, em S. Paulo, e Jafahy, em Goyaz, passando por S. Francisco de Salles, em Minas Geraes (decr. n. 7.245); approva as clausulas para novação do contracto de arrendamento definitivo de São Francisco, na Bahia, e para o contracto de arrendamento provisorio da Bahia ao S. Francisco e da Central da Bahia (decr. n. 7.308); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis 347:000\$ para o custeio da D. Thereza Christina (decr. n. 7.328); approva o arrendamento á companhia «Madeira e Mamoré Railway» da Madeira e Mamoré (decr. n. 7.344); autoriza o contracto para a construção da secção da Oeste de Minas entre S. Vicente e Bom Jardim (decr. n. 7.371); approva os estudos definitivos e orçamento do trecho de 98 km,20, ligando a estação do Alegre, da de Caravellas, no Espirito Santo, ao Kilometro 39, da linha de Santa Luzia ao Manhuassú, em Minas Geraes (decr. n. 7.396); abre ao Ministerio da Industria o credito de 300:000\$ para a construção da de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 7.420); modifica a directriz da projectada entre a de Goyaz e a cidade de Bello Horizonte, a que se refere o decreto n. 7.033, de 1908 (decr. n. 7.423); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de 137 kilometros, a partir da estaca 3.970, da de Victoria a Diamantina (decr. n. 7.424); transfere para Ibirocahy & Comp. o contracto de construção da de S. Luiz a Caxias e ramal de Itaquí (decr. n. 7.425); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de 53 km,90, do prolongamento da de Sobral (decr. n. 7.427); transfere para Austrieliano de Carvalho & Comp. o contracto para a construção da de Timbó a Propriá (decr. n. 7.440); approva as plantas e orçamento, na importancia de 39:516\$734, para a construção das officinas da de Goyaz, na cidade de Formiga (decr. n. 7.442); proroga por 12 mezes o praso a que se refere o decreto n. 6.438, de 1907, para apresentação dos estudos do reconhecimento do ramal da de Goyaz (decr. n. 7.444); approva as plantas e o orçamento da ponte a construir sobre o correjo das Perdizes, ligando a estação de Porto Real, da de Goyaz, ao arraial do mesmo nome (decr. n. 7.449); approva os estudos definitivos e respectivos orçamento dos dous primeiros trechos do prolongamento da de Itaquí a S. Borja (decr. n. 7.450); substitue o trecho de Sant'Anna dos Ferros a Serro, da de Victoria a Diamantina, pelo trecho de Curalinho, da Central do Brasil, á cidade de Diamantina, em Minas Geraes (decr. n. 7.455); approva os planos e orçamentos para construção de pontes e postes telegraphicos de madeira, na de Baturú a Itapura (decr. n. 7.467); autoriza a revisão do contracto da do Coreovado (decr. n. 7.480); approva os estudos definitivos e orçamento do trecho comprehendido entre a travessia do Rio Negro e o Porto da União, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 7.491); transfere para a Companhia Vição Geral da Bahia o contracto de arrendamento das de que trata o decreto n. 7.308, de 1909 (decr. n. 7.509); substitue a clausula V do contracto celebrado com a «Brazil Great Southern Railway Company» para a construção do prolongamento da de Itaquí a S. Borja (decr. n. 7.519); abre ao Ministerio da Vição o credito de 250:000\$ para despesas do prolongamento da de Baturité

(decr. n. 7.521); abre ao Ministerio da Viação o credito de 200:000\$ para construcção da de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 7.549); approva as clausulas para revisão do contracto celebrado com a de Goyaz (decr. n. 7.562); approva os estudos definitivos do prolongamento da Oêste de Minas, entre Bom Jardim e Falcão, autoriza a conclusão da construcção do prolongamento entre Rio Claro e Angra dos Reis e dá outras providencias (decr. n. 7.563); prorroga por dois annos o praso para apresentação dos estudos definitivos do ramal de Jaguarihyva ao valle do Paranapanema, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 7.575); approva os estudos definitivos do primeiro trecho da linha de Curralinho a Diamantina, da de Victoria a Minas (decr. n. 7.599); approva as plantas para a construcção de uma, da pedreira de Comporlas ao porto do Recife (decr. n. 7.600); abre ao Ministerio da Viação o credito de 1.569:468\$082 para despesas com a Minas e Rio (decr. n. 7.642); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho final da de Passo Fundo ao rio Uruguay (decr. n. 7.643); autoriza o contracto de construcção das que constituem a rede de viação cearense (decr. n. 7.669); approva o projecto de melhoramentos para a electrificação da do Corcovado (decr. n. 7.671); approva os estudos definitivos de trechos da Noroêste do Brasil, na linha de Bahurú a Itapura (decr. n. 7.729); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho de 30 kilometros, da do Rio Grande do Norte (decr. n. 7.740); transfere á Prefeitura do Districto Federal, para ficar sujeita ao regimen das concessões por esta contractadas, a da Tijuca (decr. n. 7.842); approva os estudos definitivos do trecho da de Cruz Alta a Ijuhy (decr. n. 7.846); approva os estudos e orçamento do prolongamento da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 7.861); approva os estudos definitivos e orçamentos das secções da Oêste de Minas, entre Bello Horizonte e o Kilometro 45, da de Goyaz, e de S. Vicente Ferrer a Bom Jardim (decr. n. 7.867); approva os estudos definitivos do segundo trecho da linha de Curralinho a Diamantina, da de Victoria a Minas (decr. n. 7.889); approva os estudos definitivos do ramal de Capivary a Cabo Frio, da «Leopoldina Railway» (decr. n. 7.891); autoriza o emprego da tracção electrica na linha do norte da «Leopoldina Railway» (decr. n. 7.895); approva os estudos definitivos para prolongamento da linha do norte da «Leopoldina Railway» (decr. n. 7.905); autoriza a revisão do contracto de construcção da S. Paulo-Rio Grande e do de construcção das do Paraná e D. Thereza Christina (decr. n. 7.928); approva o projecto e o orçamento da estação inicial da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 7.953); approva as clausulas do contracto com o Estado de S. Paulo para a concessão da subvenção para o prolongamento da Funilense (decr. n. 7.959); approva os projectos apresentados pela «Leopoldina Railway» para a construcção de armazens na ilha da Conceição, junto á estação de Sant'Anna do Maruhy, e da ponte de ligação (decr. n. 7.965); approva os estudos definitivos e o orçamento dos primeiros kilometros do ramal de Araguay a Catalão, da de Goyaz (decr. n. 7.966); abre ao Ministerio da Viação o credito de 168:000\$ para custeio da D. Thereza Christina (decr. n. 7.971); transfere para o porto de Tibiriçá, no rio Paraná, o ponto terminal de uma das linhas ferreas da Sorocabana, e dá outras providencias (decr. n. 7.995); approva os estudos definitivos e o orça-

mento dos primeiros kilometros da Conde d'Eu, de Independencia a Picuihy (decr. n. 8.018); approva a planta do primeiro trecho da linha de Bello Horizonte a Henrique Galvão, da Oêste de Minas (decr. n. 8.069); approva os estudos definitivos da de Itapura a Corumbá (decr. n. 8.071); abre ao Ministerio da Viação o credito de 1.500:000\$ para as despesas com os prolongamentos e obras novas da Oêste de Minas (decr. n. 8.099); approva os estudos definitivos do prolongamento da Funilense, da estação Arthur Nogueira á margem do rio Mogy-Guassú (decr. n. 8.103); approva os estudos definitivos e o orçamento do primeiro trecho, comprehendido entre Pesqueira e Olho d'Agua dos Bredos, do prolongamento da Central de Pernambuco (decr. n. 8.122); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da linha do S. Francisco, da S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 8.128); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da de Porto Alegre a Uruguayana (decr. n. 8.129); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 1.587:020\$476, da variante do Riacho das Varas, do ramal de Curralinho, da de Victoria a Diamantina (decr. n. 8.153); approva o projecto e o orçamento para a construcção de um trecho da linha de Tibagy, prolongamento de Salto Grande á cabeceira do rio Cervo, da Sorocabana (decr. n. 8.185); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho da linha de S. Francisco, da São Paulo-Rio Grande (decr. n. 8.186); approva o projecto e o orçamento para a electrificação da linha de Victoria e Itabira a Matto Dentro, da de Victoria a Diamantina (decr. n. 8.188); abre ao Ministerio da Viação o credito de réis 1.000:000\$ para despesas com os prolongamentos e obras novas da Oêste de Minas (decr. n. 8.256); autoriza o contracto de construcção da Oêste de Minas, entre Henrique Galvão e o Kilometro 48, da de Goyaz (decr. n. 8.271); approva os estudos definitivos do ramal de Uberaba, da de Goyaz (decr. n. 8.272); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 6.745:851\$857, para a construcção de um trecho da linha de Formiga a Goyaz, da de Goyaz (decr. n. 8.274); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 5.381:276\$253, de um trecho da linha de S. Francisco, da de S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 8.297); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho do prolongamento da de Baturité (decr. n. 8.307); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 20.963:069\$295, da linha de Itabira a Matto Dentro e da variante para Sant'Anna dos Ferros, da de Victoria a Diamantina (decr. n. 8.308); abre ao Ministerio da Viação o credito de 235:000\$ para a construcção da de Cruz Alta a Tjuhy (decr. n. 8.310); altera a clausula do decreto numero 8.123, de 1910, no sentido de fixar em 90 annos o praso para a reversão da de Alcobaça á Praia da Rainha e do prolongamento e ramal (decr. n. 8.312); autoriza a construcção da ligação da estação Manoel de Moraes, do prolongamento da linha Barão de Araruama, com a estação de Macuco, da linha de Cantagallo, comprehendida na rede de viação fluminense da «Leopoldina Railway» (decr. n. 8.325); autoriza a substituição do ramal primitivamente traçado entre Villa Martinho e Villa Bella, da Madeira e Mamoré (decr. n. 8.347); approva os estudos definitivos e o orçamento do prolongamento da de Maricá, de Nilo Peçanha a Iguaça

Grande (decr. n. 8.348); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho da linha de Catalão a Ipamery, da de Goyaz (decr. n. 8.350); approva os estudos e o orçamento, na importancia de 633:634\$100, de uma variante da do Norte (decr. n. 8.351); approva os estudos e o orçamento de diversos trechos de ligação da Sobral e Baturité (decr. n. 8.352); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 11.443:995\$344, de trechos da de S. Luiz a Caxias (decr. n. 8.353); approva os estudos e o orçamento, na importancia de 2.200:375\$400, de um trecho do prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, da Central de Alagoas (decr. n. 8.354); prorroga o prazo fixado pelo decreto n. 6.899, de 1908 (decr. n. 8.355); concede á « Great Western of Brazil Railway Company » a construção, uso e gozo do prolongamento de Garanhuns a Bom Conselho, da Sul de Pernambuco (decr. n. 8.362); approva os projectos e orçamentos para a construção de estações de 1ª e 2ª classes, na importancia de 47:829\$475, e o projecto de uma officina de reparação na de Curralinho a Diamantina (decr. numero 8.363); prorroga por oito mezes o prazo estabelecido pelo decreto n. 7.122, de 1908, para a conclusão da construção da de Itaquí a S. Borja (decr. n. 8.370); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 6.530:989\$745, de um trecho da de Goyaz (decr. n. 8.371); approva o projecto e orçamento para a construção da ponte sobre o rio Potengy, ligando a cidade de Natal ao ponto inicial da Central do Rio Grande do Norte (decr. n. 8.372); approva os estudos definitivos e o orçamento da linha de Mogy-Mirim, da Mogyana (decr. n. 8.385); approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia de 11.242:370\$289, de um trecho da de Goyaz, de Ipamery a Antas (decr. n. 8.387); approva os estudos de ligação das União Valenciana e Rio das Flores (decr. n. 8.390); approva os estudos definitivos e os orçamentos, na importancia de 8.687:068\$504, da linha de Araguay a Catalão e de Catalão a Formiga, da de Goyaz (decr. n. 8.406); declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 1.083, de 1890, para a construção da de Petrolina, no litoral do Piahy (decr. n. 8.408); concede autorização á Companhia Mogyana para construção, uso e gozo da linha ferrea de Iguarapava a Uberaba, que será incorporada á de Jaguará a Araguay (decr. n. 8.415) — Ver BILHETES — COMPANHIAS — CONSIGNAÇÕES — CONTRACTOS — CREDITOS — EMISSÃO — FISCALIZAÇÃO — LINHAS — REDE — TARIFAS — VIAÇÃO.

ESTRADAS DE RODAGEM — Ver REGULAMENTOS.

ESTRANGEIROS — Ver EXPULSÃO — NATURALIZAÇÃO.

ESTUDOS — Ver CREDITOS — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — ESTRADAS DE FERRO.

« ÉTABLISSEMENT DUCHEN » — Ver SOCIEDADES.

ETAPA — Ver OFFICIAES.

EXAMES — Approva as instrucções para os geraes de preparatorios (decr. n. 4.247); altera os prazos para entrega dos requerimentos sobre exames nas faculdades de medicina e de direito e na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro (decr. n. 4.988); approva as novas instrucções para os dos

candidatos aos logares de segundo secretario de legação (decr. n. 5.039); providencia sobre os de habilitação para matricula e sobre os de admissão nos cursos de machinas das escolas Naval e de Marinha Mercante (decr. n. 6.549); dá providencia sobre os para a promoção de marinheiros, foguistas e foguistas contractados (decr. n. 7.553) — Ver CREDITOS — MATRICULAS.

EXECUÇÃO — Ver CONVENIOS — LEIS.

ENEQUIAS — Ver CREDITOS.

EXERCICIOS — Ver PREMIOS.

EXERCICIOS FINDOS — Ver CREDITOS.

EXERCITO — Ver ARREIAMENTO — MATERIAL — MEDALHAS — TABELLAS — UNIFORMES.

EXGOTTOS — Approva a planta dos terrenos necessarios á installação dos no bairro de Copacabana (decr. n. 6.148) — Ver TAXAS.

EXPANSÃO ECONOMICA — Ver COMMISSÕES — INSTRUCCÕES.

EXPLORAÇÃO — Ver CREDITOS — LINHAS.

EXPORTAÇÃO — Ver PREMIOS.

EXPOSIÇÃO — Abre ao Ministerio da Industria o credito de 100:000\$ para promover uma nacional no anno de 1908 (decr. n. 6.494); approva as bases para organização de uma nacional em 1908 (decr. n. 6.545); altera o disposto no art. 1º do decreto n. 6.545, de 1907, e fixa em 14 de julho e 12 de outubro de 1908 as datas da abertura e encerramento da nacional (decr. n. 6.963).

EXPULSÃO — Manda observar as instrucções expedidas para execução do decreto n. 1.641, de 1906, relativamente á de estrangeiros (decr. n. 6.486).

EXTERNATOS — Concede ao Aquino os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 5.412); concede ao do Gymnasio Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.831).

EXTRACÇÃO DE MINERAES — Ver EMPRESAS.

F

FABRICAS — Approva o regulamento da de Polvora sem Fumaça (decr. n. 7.230); altera o regulamento da de Polvora sem Fumaça (decr. n. 8.215).

FACTURA CONSULAR — Manda observar pelo Consulado do Salto o modelo da annexa ao decreto n. 3.732, de 1900 (decr. n. 3.937).

FACULDADES — Approva o regulamento das de medicina (decr. n. 3.902); approva o regulamento das de direito (decr. n. 3.903); dá instrucções para o serviço de clinica psiquiatrica e de molestias nervosas da de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 3.965); concede á Livre de Direito de Porto Alegre os privilegios e garantias de que gosam as federaes conge-

neres (decr. n. 4.875); concede á Livre de Direito do Pará os privilegios e garantias de que gosam as federaes congeneres (decr. n. 4.904); concede á Livre de Direito do Ceará os privilegios e garantias de que gosam as federaes congeneres (decr. n. 5.049) — Ver CONCURSOS — CREDITOS — EXAMENS — OBRAS.

FALLENCIAS — Manda observar o regulamento para a execução da lei n. 859, de 1902 (decr. n. 4.855).

FARDAMENTO — Approva a tabella de distribuição ás praças do Asylo de Invalidos da Patria (decr. n. 5.927); manda vigorar nova tabella para os alumnos das escolas de Guerra e de Applicação de Infantaria e Cavallaria (decr. n. 6.224); altera as tabellas de distribuição ás praças da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 7.000); altera o do director e sub-director da Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 7.655); approva a tabella para a distribuição aos inferiores e praças do Batalhão Naval (decr. n. 8.216); determina que os do Exercito, Marinha, Força Policial e Corpo de Bombeiros serão feitos de tecidos manufacturados no paiz (decr. n. 8.269) — Ver APRENDIZES MARINHEIROS — CREDITOS — TABELLAS.

«FARIA GOLD MINING» — Ver COMPANHIAS.

FAVORES — Concede á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company» os do decreto n. 5.646, de 1905 (decr. n. 5.690); concede á «S. Paulo Tramway, Light and Power Company» os do decreto n. 5.646, de 1905 (decr. n. 6.192); concede á «Bahia Gas and Electric Company» os constantes do decreto n. 5.646, de 1905 (decr. n. 6.366); concede os constantes do decreto n. 5.646, de 1905, a Guinle & Comp. (decr. n. 6.367); concede á Guinle & Comp. os constantes do decreto n. 5.646, de 1905, para aproveitamento da força hydraulica do rio Itapanhaú, em S. Paulo (decr. n. 7.052); concede á Companhia Brasileira de Energia Electrica os constantes do decreto n. 5.646, de 1905 (decr. n. 7.890); concede a Mello & Comp. os de que gosa o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção (decr. n. 8.079); concede os de que gosa o Lloyd Brasileiro a Mello Frotas & Comp. (decr. n. 8.183); concede a Braga Sobrinho os de que gosa o Lloyd Brasileiro (decr. n. 8.311); concede a Carlos G. da Costa Wigg e outro ou á companhia que organizarem os dos decretos ns 8.019, de 1910, 5.646, de 1905, e 947 A, de 1890 (decr. n. 8.414)

— Ver COMPANHIAS — CULTURA — EMPRESAS — ESTABELECIMENTOS.

FAZENDA — Ver CREDITOS — DESAPROPRIAÇÕES — REGULAMENTOS.

FEBRE AMARELLA — Ver SERVIÇOS.

FESTA — Declara de nacional o dia 25 de maio de 1910 (decr. n. 8.026); manda que o dia 18 de setembro de 1910 seja tido como de nacional (decr. n. 8.197).

FIANÇA — Ver EMPRESTIMOS.

FILIAL — Ver BANCOS.

FIRMA — Ver SUBSTITUIÇÃO.

FISCALIS — Declara pertencentes ao quadro do pessoal das repartições de Fazenda os das companhias estrangeiras de seguros (decr. n. 8.208); crea do imposto de transporte na capital da Bahia (decr. n. 8.314).

FISCALIZAÇÃO — Reduz a 3:600\$ a quota de da Estrada de Ferro da Tijuca, de que trata o art. 2º do decreto n. 4.414, de 1902 (decr. n. 4.664); approva o regulamento para a das vias maritimas e fluviaes (decr. n. 6.453); approva o regulamento para a das estradas federaes (decr. n. 6.787) — Ver CREDITOS — IMPOSTO DE CONSUMO — IMPOSTOS — SOCIEDADES.

FOGUISTAS — Ver EXAMES.

FORÇAS — Regula o aproveitamento da hydraulica para transformação em energia electrica (decr. n. 5.407); dá nova organização á Policial do Districto Federal (decr. n. 5.568); regula a concessão de favores ás empresas de electricidade gerada por hydraulica (decr. n. 5.646); approva as instruções para a execução dos arts. 3º e 4º da lei n. 1.767, de 1907, que fixa as de terra para o exercicio de 1908 (decr. n. 6.850) — Ver CAIXAS — FARDAMENTO — FAVORES — MEDALHAS — OBRAS — QUARTEL.

FORNECIMENTO — Ver FARDAMENTO — RAÇÕES.

FORNO ELECTRICO — Ver OBRAS.

FORRAÇENS — Ver TARIFAS.

FRETES — Faz cessar a redução dos de generos de primeira necessidade, na Estrada de Ferro de Baturité feita pelo decreto n. 3.684, de 1900 (decr. n. 4.006).

FRUCTAS — Ver PREMIOS.

FUNCCIONAMENTO — Ver BANCOS — COMPANHIAS — JUROS — SOCIEDADES.

« FUNDIN LOAN » — Ver EMPRESTIMOS.

FUNDO — Crea o de amortização dos emprestimos internos, papel (decr., n. 4.382).

G

GABINETE — Ver REGULAMENTOS.

GABINETE DE ANALYSES — Ver LABORATORIO.

GARANTIA DA AMAZONIA — Ver SOCIEDADES.

GARANTIA DE JUROS — Ver CREDITOS — ESTRADAS DE FERRO.

GARANTIA MUTUA BRASIL — Ver SOCIEDADES.

GARANTIAS — Ver COLLEGIO — FACULDADES.

GENERO — Ver FRETES.

GRATIFICAÇÃO — Marca a que compete aos officiaes inferiores quando no exercicio de sub-instructores (decr. numero 6.337) — Ver CREDITOS — TABELLAS.

« GREAT WESTERN OF BRAZIL RAILWAY » — Ver COMPANHIAS — RÊDE.

GUARDA CIVIL — Dá regulamento á do Districto Federal (decr. n. 4.762); altera o novo regulamento (decr. n. 6.042); approva o regulamento que a reorganiza (decr. n. 6.993).

GUARDA-MÓRIA — Ver EDIFÍCIOS.

GUARDA NACIONAL — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Quixadá (decr. n. 3.915); crea uma brigada de infantaria na comarca de Piracuruca (decr. n. 3.916); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barras (decr. n. 3.917); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Marianna (decr. n. 3.918); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 3.927); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cambucy (decr. n. 3.932); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaocara (decr. n. 3.933); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pirajú (decr. n. 3.934); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faxina (decr. n. 3.935); crea uma brigada de infantaria no municipio de Hambé (decr. n. 3.944); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bambuí (decr. n. 3.952); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Xiririca (decr. n. 3.967); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Barretos (decr. n. 3.968); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaboticabal (decr. n. 3.969); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pirajú (decr. n. 3.983); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Itaporanga (decr. n. 3.988); crea uma brigada de infantaria na comarca de Coary (decr. n. 3.989); crea uma brigada de infantaria na comarca de Rio Negro (decr. n. 3.990); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na capital de S. Paulo (decr. n. 3.995); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bananal (decr. n. 3.996); crea uma brigada de infantaria na comarca de Belém do Descalvado (decr. n. 4.011); crea uma brigada de infantaria na comarca de Villa Bella (decr. n. 4.014); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 4.015); crea uma brigada de infantaria na capital do Amazonas (decr. n. 4.016); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alagôa do Monteiro (decr. n. 4.020); crea uma brigada de infantaria na comarca de Quixeramobim (decr. n. 4.023); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Quixeramobim (decr. n. 4.024); crea uma brigada de artilharia na comarca de Maragogipe (decr. n. 4.025); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Carlos do Pinhal (decr. n. 4.029); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faxina (decr. n. 4.031); crea uma brigada de infantaria na comarca de Capella (decr. n. 4.032); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Cruz das Palmeiras (decr. n. 4.033); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Preto (decr. n. 4.036); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaboticabal (decr. n. 4.037); crea uma brigada de infantaria na comarca de Borba (decr. n. 4.038); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Faxina (decr. n. 4.043); crea uma brigada de cavallaria nas comarcas de Palmeira e Triumpho (decr. n. 4.044); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Atibaia (decr. n. 4.045); crea duas brigadas de

cavallaria na comarca de Pelotas (decr. n. 4.046); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Pelotas (decr. n. 4.047); crea uma brigada de infantaria nas comarcas de Miranda e Nioac (decr. n. 4.048); crea uma brigada de infantaria na comarca de Corumbá (decr. numero 4.049); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo (decr. n. 4.050); crea uma brigada de artilharia nas comarcas de Palmeira e Triumpho (decr. n. 4.052); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Crato (decr. n. 4.064); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Bernardo (decr. n. 4.065); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapipoca (decr. n. 4.066); crea uma brigada de infantaria na comarca de Morada Nova (decr. n. 4.067); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Quixadá (decr. n. 4.068); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria em Fortaleza (decr. n. 4.069); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Faxina (decr. n. 4.070); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bocaina (decr. n. 4.071); crea duas brigadas de infantaria em Curityba (decr. n. 4.074); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 4.075); crea uma brigada de infantaria em S. Paulo (decr. n. 4.076); crea uma brigada de infantaria em Bananal (decr. n. 4.077); crea uma brigada de cavallaria na comarca da Lapa (decr. n. 4.082); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.083); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Jacobina (decr. n. 4.084); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Jacobina (decr. n. 4.085); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Monte Carmello (decr. n. 4.095); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Salinas (decr. n. 4.096); crea uma brigada de infantaria em Manãos (decr. n. 4.097); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maracás (decr. n. 4.100); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Jeronymo (decr. n. 4.101); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Pitangui (decr. n. 4.102); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Curvello (decr. n. 4.103); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Olinda (decr. n. 4.112); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio do Cabo (decr. n. 4.113); crea uma brigada de infantaria no municipio de Petrolina (decr. n. 4.114); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Bragança (decr. n. 4.115); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santa Cruz das Palmeiras (decr. n. 4.116); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Cataguazes (decr. n. 4.122); crea uma brigada nas comarcas de Antonina e Morretes (decr. numero 4.126); crea uma brigada de infantaria na comarca de Campo Largo (decr. n. 4.127); crea uma brigada de infantaria na comarca de Guarapuava (decr. n. 4.128); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Villa Bella (decr. numero 4.129); crea duas brigadas de infantaria e tres de cavallaria na comarca de Uruguayana (decr. n. 4.132); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Cruz Alta (decr. n. 4.133); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Angelo (decr. n. 4.134); crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria na comarca de Boa Vista do Tremedal (decr. n. 4.135); crea uma brigada de cavallaria

e duas de infantaria na comarca de Baturité (decr. n. 4.136); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.137); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santarém (decr. n. 4.141); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Petrolina (decr. n. 4.142); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jardim (decr. n. 4.143); crea uma brigada de infantaria na comarca de Iguatú (decr. n. 4.144); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ilacoatiara (decr. n. 4.145); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Varginha (decr. n. 4.149); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca do Rio Pardo (decr. n. 4.150); crea duas brigadas de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Vaccaria (decr. n. 4.151); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Cruz Alta (decr. n. 4.152); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. José do Paraíso (decr. numero 4.153); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Passo Fundo (decr. n. 4.154); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santo Antonio da Patrulha (decr. n. 4.155); crea duas brigadas de infantaria na comarca do Rio Paranahyba (decr. n. 4.156); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Pindamonhangaba (decr. n. 4.157); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José da Boa Vista (decr. n. 4.160); crea uma brigada de infantaria na comarca de Corumbá (decr. n. 4.161); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Maranguape (decr. n. 4.162); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sant'Anna do Paranahyba (decr. n. 4.163); crea uma brigada de infantaria na capital do Amazonas (decr. n. 4.164); crea duas brigadas de infantaria na comarca da Ribeira (decr. n. 4.165); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Leopoldina (decr. n. 4.170); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ipú (decr. n. 4.171); crea tres brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santo Amaro (decr. n. 4.172); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.173); crea duas brigadas de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Ipú (decr. n. 4.174); crea uma brigada de infantaria na comarca de Amarante (decr. n. 4.178); crea uma brigada de infantaria na comarca de Campos Novos (decr. n. 4.179); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Lages (decr. n. 4.180); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Leopoldina (decr. numero 4.181); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itaqui (decr. n. 4.182); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Porto Alegre (decr. n. 4.183); crea uma brigada de infantaria na comarca de Labrea (decr. n. 4.196); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Aracaty (decr. n. 4.199); crea uma brigada de infantaria na comarca do Crato (decr. n. 4.200); crea uma brigada de infantaria nas comarcas de Paranaguá, Guaratuba e Guaragues-saba (decr. n. 4.201); crea uma brigada de cavallaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.202); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca de S. Gonçalo do Sapucahy (decr. n. 4.203); crea uma brigada de artilharia na comarca de Curvello (decr. n. 4.204); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Grande (decr. n. 4.211); crea uma brigada de infantaria e um de cavallaria na co-

marca de Taquary (decr. n. 4.212); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Cruz Alta (decr. n. 4.213); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na capital do Pará (decr. n. 4.214); crea uma brigada de infantaria na comarca de Paulo Affonso (decr. n. 4.215); crea uma brigada de infantaria na comarca de Manacapurú (decr. numero 4.220); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Alegrete (decr. n. 4.221); crea uma brigada de infantaria em Porto Alegre (decr. n. 4.222); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Antonio da Patrulha (decr. n. 4.223); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Grande (decr. n. 4.224); crea uma brigada de infantaria na comarca do S. Gonzalo de Sapucahy (decr. n. 4.225); crea uma brigada de artilharia na comarca de Campanha (decr. n. 4.229); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Seto Lagoas (decr. n. 4.230); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Luiz de Caceres (decr. n. 4.231); crea uma brigada de infantaria em Fortaleza (decr. n. 4.232); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano (decr. n. 4.233); crea uma brigada de infantaria na comarca de Limeira (decr. n. 4.248); crea uma brigada de infantaria nas comarcas de Curityba e S. José dos Pinhaes (decr. numero 4.249); crea uma brigada de infantaria na comarca de Palmas (decr. n. 4.250); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Borja (decr. n. 4.251); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Negro (decr. n. 4.252); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itacoatiara (decr. n. 4.253); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 4.254); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca de Manicoré (decr. n. 4.255); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santo Antonio da Patrulha (decr. n. 4.256); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Macahe' (decr. n. 4.257); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tamboril (decr. n. 4.260); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Faxina (decr. n. 4.261); crea duas brigadas de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Sant'Anna do Livramento (decr. n. 4.265); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Caxias (decr. n. 4.266); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alvinopolis (decr. numero 4.267); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santos (decr. n. 4.268); crea uma brigada de infantaria na comarca de Brotas (decr. n. 4.273); crea uma brigada de infantaria na comarca de Iguatú (decr. n. 4.274); crea uma brigada de infantaria na comarca de Assaré (decr. n. 4.275); crea uma brigada de infantaria na comarca de Senador Pompeu (decr. n. 4.276); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Sebastião do Cahy (decr. n. 4.277); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de D. Pedrito (decr. n. 4.278); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.279); crea uma brigada de infantaria na comarca de Condeuba (decr. n. 4.282); crea uma brigada de infantaria na comarca de Baturité (decr. n. 4.283); crea uma brigada de infantaria na comarca de Canutama (decr. n. 4.284); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de

Bagé (decr. n. 4.286); crea uma brigada de artilharia, uma de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Taquary (decr. n. 4.293); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.294); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pacatuba (decr. n. 4.295); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João do Piahy (decr. n. 4.296); crea uma brigada de cavallaria na comarca de União (decr. n. 4.297); crea uma brigada de infantaria na comarca de Iguape (decr. n. 4.305); crea uma brigada de infantaria na comarca de Borba (decr. n. 4.318); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Felipe (decr. numero 4.319); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.320); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Lagoa Vermelha (decr. n. 4.327); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Picos (decr. n. 4.332); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. João do Montenegro (decr. n. 4.333); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mococa (decr. n. 4.342); crea uma brigada de artilharia, uma de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santo Antonio do Machado (decr. n. 4.343); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.348); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Araraquara (decr. numero 4.349); crea uma brigada de infantaria na comarca de Botucatu (decr. n. 4.350); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Bagé (decr. n. 4.356); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cruz Alta (decr. n. 4.357); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapipoca (decr. n. 4.358); crea uma brigada de infantaria na comarca de Annapolis (decr. n. 4.359); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Oeiras (decr. n. 4.360); crea uma brigada de cavallaria na comarca da Capital (decr. n. 4.368); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Cruz Alta (decr. n. 4.369); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santa Maria da Boa Vista (decr. n. 4.370); crea uma brigada de infantaria na comarca de Parintins (decr. n. 4.374); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tres Pontas (decr. n. 4.375); crea uma brigada de infantaria na comarca de Teffé (decr. n. 4.376); crea uma brigada de infantaria na comarca de São João do Rio Claro (decr. n. 4.377); crea uma brigada de infantaria na comarca de Coary (decr. n. 4.378); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Itacoatiara (decr. n. 4.379); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Amarante (decr. n. 4.384); crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia na comarca de Correntina (decr. numero 4.388); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alcobaça (decr. n. 4.389); crea uma brigada de infantaria na comarca de Irua (decr. n. 4.390); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Nazareth (decr. n. 4.391); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Avaré (decr. n. 4.392); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Campanha (decr. n. 4.404); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Preto (decr. n. 4.405); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Pedro de Piracicaba (decr. n. 4.410); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santa Cruz das Palmeiras (decr. n. 4.411); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José da

Boa Vista (decr. n. 4.412); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Maria Magdalena (decr. n. 4.416); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Palmas (decr. numero 4.420); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Ribeirão Preto (decr. n. 4.421); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Jeronymo (decr. n. 4.422); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vaccaria (decr. n. 4.423); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Vicente (decr. n. 4.424); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tres Pontas (decr. n. 4.425); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Piumhy (decr. n. 4.430); crea uma brigada de artilharia na comarca de Pacatuba (decr. n. 4.431); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cratheús (decr. n. 4.432); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bocayuva (decr. n. 4.433); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sant'Anna do Parahyba (decr. numero 4.434); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alegrete (decr. n. 4.435); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tatuhy (decr. n. 4.437); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Taquary (decr. n. 4.438); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. n. 4.439); crea uma brigada de infantaria na comarca de Canindé (decr. n. 4.440); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Rio Grande (decr. n. 4.447); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Magé (decr. n. 4.448); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Além Parahyba (decr. n. 4.449); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Paulo de Olivença (decr. n. 4.453); crea uma brigada de artilharia e uma de infantaria na comarca de Humaytã (decr. n. 4.454); crea uma brigada de infantaria na comarca de Teffé (decr. n. 4.455); crea uma brigada de infantaria na comarca de Dolores da Boa Esperança (decr. numero 4.456); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tamboril (decr. n. 4.459); crea uma brigada de infantaria na comarca de Dous Corregos (decr. n. 4.460); crea tres brigadas de infantaria na comarca de Itapetininga (decr. n. 4.461); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Leopoldo (decr. n. 4.462); crea uma brigada de infantaria na comarca de Paranaguá (decr. numero 4.467); crea uma brigada de infantaria na comarca de Baependy (decr. n. 4.468); crea uma brigada de infantaria na comarca de Piracicaba (decr. n. 4.469); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Januaria (decr. n. 4.470); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 4.471); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaicós (decr. n. 4.472); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Jaguarão (decr. n. 4.473); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Gamelleira (decr. n. 4.480); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Iguassú (decr. n. 4.481); crea uma brigada de infantaria no municipio de Amaragy (decr. n. 4.482); crea uma brigada de infantaria no municipio de Timbauba (decr. n. 4.483); crea uma brigada de infantaria no municipio da Victoria (decr. n. 4.484); crea uma brigada de infantaria na capital de Pernambuco (decr. n. 4.485); crea uma brigada de infantaria no municipio de Limoeiro (decr. n. 4.486); crea

uma brigada de infantaria na comarca de S. José do Barreiro (decr. n. 4.489); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nitheroy (decr. n. 4.490); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sobral (decr. n. 4.491); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ipú (decr. n. 4.492); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Luiz (decr. n. 4.495); crea uma brigada de infantaria na comarca de Porto Calvo (decr. n. 4.496); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Paulo dos Agudos (decr. n. 4.497); crea uma brigada de infantaria na comarca de Araraquara (decr. n. 4.498); crea uma brigada de infantaria no municipio de Rio Formoso (decr. n. 4.499); crea tres brigadas de infantaria na capital do Pará (decr. n. 4.500); crea uma brigada de infantaria na comarca de Gurupá (decr. n. 4.501); crea uma brigada de infantaria na comarca de Campos Salles (decr. n. 4.502); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Jeromenha (decr. n. 4.503); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Luiz Gonzaga (decr. n. 4.504); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cascavel (decr. n. 4.510); crea uma de cavallaria na comarca de Pirajú (decr. n. 4.511); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Gloria (decr. n. 4.512); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Canhotinho (decr. n. 4.513); crea uma brigada de infantaria no municipio de Altinho (decr. n. 4.514); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 4.515); crea duas brigadas de infantaria no municipio de S. Lourenço da Matta (decr. n. 4.522); crea uma brigada de infantaria no municipio de Garanhuns (decr. n. 4.523); crea uma brigada de infantaria no municipio de Aguas Bellas (decr. n. 4.524); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bezerros (decr. n. 4.525); crea uma brigada de infantaria na capital de Pernambuco (decr. numero 4.526); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Palma (decr. n. 4.527); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Pindamonhangaba (decr. n. 4.534); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ilaporanga (decr. n. 4.534 A); crea uma brigada de infantaria na comarca de Araras (decr. n. 4.535); crea uma brigada de artilharia na comarca de Petropolis (decr. n. 4.536); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Valença (decr. n. 4.537); crea uma brigada de infantaria na comarca do Carmo (decr. n. 4.538); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Sobral (decr. n. 4.539); crea uma brigada de infantaria na comarca de Araguay (decr. numero 4.548); crea tres brigadas de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Nazareth (decr. n. 4.549); crea uma brigada de infantaria no municipio de Cabrobó (decr. n. 4.550); crea uma brigada de cavallaria na capital de Sergipe (decr. n. 4.551); crea uma brigada de infantaria na comarca do Ceará-Mirim (decr. n. 4.552); crea uma brigada de infantaria na capital do Rio Grande do Norte (decr. numero 4.553); crea uma brigada de infantaria na comarca de Seridó (decr. n. 4.554); crea uma brigada de infantaria na comarca de Canguarefama (decr. n. 4.555); crea uma brigada de infantaria no municipio de Boa Vista (decr. numero 4.560); crea uma brigada de infantaria no municipio de Olinda (decr. n. 4.561); crea uma brigada de infantaria e

uma de cavallaria na comarca de S. Paulo do Muriaé (decr. n. 4.565); crea uma brigada de infantaria na comarca de Dolores de Indayá (decr. n. 4.566); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nova Friburgo (decr. n. 4.567); crea uma brigada de infantaria no municipio de Gravatá (decr. n. 4.568); crea uma brigada de infantaria no municipio de Alagôa de Baixo (decr. n. 4.569); crea uma brigada de infantaria no municipio de Itambé (decr. n. 4.570); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia no municipio de Serinhaem (decr. n. 4.571); crea uma brigada de infantaria no municipio de Taquaretinga (decr. n. 4.572); crea uma brigada de infantaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 4.573); crea uma brigada de infantaria no municipio da Madre de Deus (decr. n. 4.574); crea uma brigada de infantaria no municipio de Pão d'Alho (decr. numero 4.575); crea uma brigada de cavallaria e tres de infantaria no municipio de Goyana (decr. n. 4.576); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Quipapá (decr. numero 4.577); crea uma brigada de cavallaria no municipio do Recife (decr. n. 4.581); crea uma brigada de artilharia no municipio de S. Lourenço da Matta (decr. n. 4.582); crea uma brigada de infantaria no municipio de Ouricury (decr. n. 4.583); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bom Conselho (decr. n. 4.584); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Iguarassú (decr. n. 4.585); crea uma brigada de infantaria no municipio de Limoeiro (decr. numero 4.595); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Gamelleira (decr. n. 4.596); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. n. 4.597); crea uma brigada de infantaria na comarca de Benevente (decr. n. 4.598); crea uma brigada de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 4.599); crea uma brigada de cavallaria na capital de São Paulo (decr. n. 4.600); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Ouricury (decr. n. 4.605); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tres Pontas (decr. n. 4.606); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria no municipio de Cimbres (decr. n. 4.607); crea duas brigadas de cavallaria no municipio de S. Lourenço da Matta (decr. numero 4.608); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio do Cabo (decr. n. 4.609); crea uma brigada de infantaria no municipio da Escada (decr. n. 4.610); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bonito (decr. n. 4.611); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Quarahy (decr. n. 4.617); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Leopoldo (decr. numero 4.618); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Garanhuns (decr. n. 4.619); crea uma brigada de infantaria no municipio da Pedra de Buique (decr. n. 4.620); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Aguas Bellas (decr. n. 4.621); crea uma brigada de infantaria no municipio de Brejo da Madre de Deus (decr. n. 4.622); crea uma brigada de infantaria na comarca de Castro (decr. n. 4.623); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. n. 4.624); crea uma brigada de infantaria na comarca do Caço (decr. n. 4.625); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 4.626); crea uma brigada de infantaria e tres de cavallaria na comarca de Pelotas

(decr. n. 4.627); crea duas brigadas de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 4.628); crea uma brigada de infantaria no municipio de Agua Preta (decr. n. 4.636); crea uma brigada de infantaria no municipio de Caruarú (decr. n. 4.637); crea uma brigada de infantaria no municipio do Cabo (decr. n. 4.652); crea uma brigada de infantaria no municipio de S. Bento (decr. n. 4.653); crea um abrigada de infantaria no municipio de Palmares (decr. n. 4.655); crea uma brigada de infantaria no municipio de Recife (decr. n. 4.656); crea uma brigada de infantaria no municipio de Goyana (decr. n. 4.657); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Granja (decr. n. 4.658); crea quatro brigadas de infantaria, tres de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Piranga (decr. n. 4.659); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Taquaretinga (decr. n. 4.665); crea uma brigada de infantaria no municipio de Correntes (decr. n. 4.666); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Agua Preta (decr. n. 4.667); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Barreiros (decr. n. 4.668); crea uma brigada de infantaria na comarca de Macahé (decr. n. 4.669); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Queluz (decr. n. 4.670); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte (decr. n. 4.688); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Jaguarão (decr. n. 4.689); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Santa Victoria do Palmar (decr. n. 4.690); crea uma brigada de artilharia; uma de infantaria e duas de cavallaria na comarca do Rio Grande (decr. n. 4.691); crea uma brigada de infantaria na comarca de São José da Boa Vista (decr. n. 4.698); crea uma brigada de infantaria na comarca de Aparecida (decr. n. 4.703); crea uma brigada de infantaria na comarca de Assaré (decr. n. 4.704); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Cacapava (decr. n. 4.712); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cajurú (decr. n. 4.734); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jaicós (decr. n. 4.735); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José dos Pinhaes (decr. n. 4.746); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.750); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tres Pontas (decr. n. 4.765); crea uma brigada de cavallaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.767); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cratheus (decr. n. 4.776); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vigosa (decr. n. 4.781); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bragança (decr. n. 4.789); crea uma brigada de cavallaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.790); crea uma brigada de infantaria na comarca de Uberaba (decr. n. 4.796); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Bernardo das Russas (decr. n. 4.801); crea uma brigada de artilharia na capital de S. Paulo (decr. n. 4.802); crea uma brigada de infantaria no Districto Federal (decr. n. 4.813); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Bonito (decr. n. 4.814); crea uma brigada de artilharia na comarca de Cametá (decr. n. 4.815); crea uma brigada de infantaria na capital de São Paulo (decr. n. 4.820); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sorocaba (decr. n. 4.821); crea uma brigada de infantaria na comarca de Gurupá (decr. n. 4.823); crea uma

brigada de infantaria na comarca de Sobral (decr. n. 4.824); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeirão Bonito (decr. n. 4.825); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faxina (decr. n. 4.826); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jaguarão (decr. n. 4.830); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. Pedro de Itabapoana (decr. n. 4.833); crea uma brigada de infantaria na comarca de Viçosa (decr. n. 4.834); crea uma brigada de infantaria na comarca de Oeiras (decr. n. 4.835); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de São Paulo de Muriaé (decr. n. 4.841); crea uma brigada de infantaria na comarca de Canguaretama (decr. n. 4.853); crea uma brigada de infantaria na comarca de Fructal (decr. n. 4.854); crea uma brigada de infantaria na comarca do Jardim (decr. n. 4.877); crea uma brigada de artilharia e duas de cavallaria na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 4.878); crea uma brigada de artilharia e uma de infantaria na comarca de Barra Mansa (decr. n. 4.882); crea uma brigada de artilharia na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 4.883); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 4.884); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Itaberaba (decr. n. 4.885); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. João do Camaquã (decr. n. 4.886); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mogy-Mirim (decr. n. 4.894); crea uma brigada de infantaria na comarca de Soure (decr. n. 4.895); crea uma brigada de infantaria na comarca de Parahyba do Sul (decr. n. 4.896); crea uma brigada de infantaria no municipio de Pão d'Alho (decr. numero 4.905); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Caçapava (decr. n. 4.906); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 4.907); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ribeirão Bonito (decr. n. 4.913); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faxina (decr. n. 4.914); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Barbaena (decr. n. 4.915); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Baependy (decr. n. 4.916); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Itapicuru (decr. n. 4.917); altera o plano de uniformes estabelecido pelo decreto n. 2.468, de 1897 (decr. n. 4.922); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 4.927); crea uma brigada de infantaria no municipio do Recife (decr. n. 4.933); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Campinas (decr. n. 4.934); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Ribeirão Preto (decr. numero 4.935); crea uma brigada de artilharia na comarca de Paraguassú (decr. n. 4.936); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Pão d'Alho (decr. n. 4.937); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Francisco (decr. numero 4.942); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pomba (decr. n. 4.943); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alvinópolis (decr. n. 4.944); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alfenas (decr. n. 4.945); crea uma brigada de artilharia na comarca de Fructal (decr. n. 4.959); crea uma brigada de cavallaria na comarca de São Joaquim da Costa da Serra (decr. n. 4.960); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Jundiáhy

(decr. n. 4.961); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Lages (decr. n. 4.970); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Fidelis (decr. n. 4.971); crea uma brigada de infantaria na comarca de Montes Claros (decr. n. 4.986); crea uma brigada de infantaria no municipio de Quipapá (decr. n. 4.987); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 5.001); crea uma brigada de infantaria no municipio de Pedra (decr. n. 5.010); crea uma brigada de infantaria no municipio de Muaná (decr. n. 5.011); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Tijuças (decr. numero 5.026 A); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Itaquí (decr. n. 5.027); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Mogy-Mirim (decr. n. 5.029); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Ipojuca (decr. n. 5.030); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Alto-Mearim (decr. n. 5.035); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Sobral (decr. n. 5.036); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santo Antonio do Monte (decr. n. 5.037); crea uma brigada de artilharia na comarca de Manacapuru (decr. n. 5.046); crea duas brigadas de infantaria no municipio de Nazareth (decr. n. 5.047); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio Parahyba (decr. n. 5.057); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Lagoa Formosa (decr. n. 5.058); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaraguá (decr. n. 5.059); crea duas brigadas de cavallaria na comarca do Rio Grande (decr. n. 5.069); crea uma brigada de infantaria na comarca de Batataes (decr. n. 5.074); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santa Maria Magdalena (decr. n. 5.078); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. n. 5.092); crea uma brigada de infantaria na capital de S. Paulo (decr. n. 5.103); crea uma brigada de infantaria na comarca de Assú (decr. n. 5.113); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Alagôa de Baixo (decr. n. 5.118); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Canindé (decr. n. 5.119); crea uma brigada de artilharia na comarca de Itaquí (decr. n. 5.123); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monte Alegre (decr. n. 5.130); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jatahy (decr. n. 5.131); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Barra Mansa (decr. n. 5.137); crea uma brigada de artilharia na capital de S. Paulo (decr. n. 5.138); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Philomena (decr. n. 5.139); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Tocantins (decr. n. 5.145); crea uma brigada de infantaria no municipio de Salgueiros (decr. n. 5.146); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Dous Corregos (decr. n. 5.147); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Caravellas (decr. n. 5.163); crea uma brigada de artilharia na comarca de Monte Alegre (decr. n. 5.164); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ponta Grossa (decr. numero 5.170); crea uma brigada de cavallaria e duas de infantaria na comarca de Sorocaba (decr. n. 5.171); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nitheroy (decr. numero 5.180); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Barra do Pirahy (decr. n. 5.181); crea uma brigada de cavallaria no municipio do Brejo da Madre de Deus (decr. n. 5.189); crea uma brigada de infantaria na comarca

da Princesa (decr. n. 5.194); crea uma brigada de infantaria na comarca de Codajás (decr. n. 5.195); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Canutama (decr. numero 5.196); crea quatro brigadas de infantaria no territorio do Acre (decr. n. 5.207); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tuharão (decr. n. 5.219); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sacramento (decr. n. 5.220); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapetininga (decr. n. 5.221); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Manoel do Paraíso (decr. n. 5.222); crea uma brigada de infantaria no municipio de Timbauba (decr. n. 5.225); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Jahuí (decr. n. 5.234); crea uma brigada de artilharia na capital de S. Paulo (decr. n. 5.235); crea uma brigada de artilharia na comarca de Ilaberaba (decr. n. 5.237); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Camarú (decr. n. 5.238); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. João da Boa Vista (decr. n. 5.239); crea uma brigada de cavallaria na comarca da Campanha (decr. n. 5.244); crea uma brigada de infantaria na comarca do Aricary (decr. n. 5.245); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barretos (decr. n. 5.246); crea tres brigadas de infantaria na comarca de Franca (decr. n. 5.250); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Caçapava (decr. n. 5.251); crea uma brigada de infantaria no municipio do Triumpho (decr. n. 5.255); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jatahy (decr. n. 5.268); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pyrenopolis (decr. n. 5.269); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mar de Hespanha (decr. n. 5.270); crea uma brigada de infantaria na comarca de Uberabinha (decr. n. 5.271); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca do Espirito Santo do Pinhal (decr. n. 5.276); crea uma brigada de cavallaria no municipio da Pedra de Buíque (decr. n. 5.287); crea uma brigada de infantaria no municipio de Cabrobó (decr. n. 5.288); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Santo Antonio de Padua (decr. n. 5.289); crea uma brigada de infantaria na comarca de Iguassú (decr. n. 5.295); crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia na comarca de Netheroy (decr. n. 5.296); crea uma brigada de infantaria na comarca do Amparo (decr. n. 5.302); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Breves (decr. n. 5.303); crea uma brigada de cavallaria na capital do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.312); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monte Santo (decr. n. 5.321); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bom Jardim (decr. n. 5.322); crea uma brigada de infantaria na comarca de Affuá (decr. n. 5.328); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Ouro Preto (decr. n. 5.334); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 5.335); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mazagão (decr. n. 5.336); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Lorena (decr. numero 5.337); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Passos (decr. n. 5.341); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Socorro (decr. n. 5.347); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bariry (decr. n. 5.348); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de ar-

tilharia na comarca de Urubú (decr. n. 5.357); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Manoel (decr. numero 5.358); crea uma brigada de infantaria na capital do Piahy (decr. n. 5.361); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Goyana (decr. n. 5.362); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Montes Claros (decr. n. 5.385); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pelotas (decr. n. 5.386); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Jahú (decr. n. 5.397); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Pindamonhangaba (decr. n. 5.398); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Aguas Bellas (decr. n. 5.403); crea uma brigada de infantaria no municipio de Granito (decr. n. 5.404); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Vaccaria (decr. numero 5.422); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Camisão (decr. n. 5.444); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nicheroy (decr. n. 5.445); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mogy das Cruzes (decr. numero 5.446); crea uma brigada de infantaria no municipio do Brejo da Madre de Deus (decr. n. 5.452); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santos (decr. n. 5.460); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Felipe (decr. n. 5.463); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jeromenha (decr. n. 5.469); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria no municipio de Correntes (decr. n. 5.470); crea uma brigada de infantaria no municipio de Flores (decr. n. 5.488); crea uma brigada de infantaria na comarca de Parnahyba (decr. n. 5.494); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Macahubas (decr. n. 5.495); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cabo Frio (decr. n. 5.502); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeira (decr. n. 5.503); crea uma brigada de infantaria na comarca de Raso (decr. n. 5.505); crea uma brigada de artilharia, uma de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 5.517); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Campestre (decr. n. 5.518); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 5.527); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Avaré (decr. n. 5.528); crea uma brigada de artilharia e duas de infantaria no departamento do Alto-Juruá (decr. n. 5.529); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José do Rio Preto (decr. n. 5.530); crea uma brigada de infantaria na comarca de Faxina (decr. n. 5.537); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carangola (decr. n. 5.538); crea uma brigada de infantaria no departamento do Alto-Acre (decr. n. 5.545); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Cruz (decr. numero 5.546); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vigosa (decr. n. 5.555); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Roque (decr. n. 5.556); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia em Santo Antonio de Jesus (decr. n. 5.557); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alagoinhas (decr. n. 5.564); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. numero 5.570); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cananéa (decr. n. 5.571); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca de Belmonte (decr. n. 5.576);

crea uma brigada de cavallaria na capital da Bahia (decr. n. 5.577); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alcobaga (decr. n. 5.578); crea uma brigada de infantaria no municipio de Bom Jardim (decr. n. 5.579); crea uma brigada de artilharia no departamento do Alto-Juruá (decr. n. 5.580); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Paraguassú (decr. n. 5.581); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Villa Nova da Rainha (decr. n. 5.588); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca de Labrea (decr. n. 5.598); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José dos Campos (decr. n. 5.602); crea uma brigada de infantaria na comarca de Paracatú (decr. n. 5.603); crea uma brigada de infantaria no municipio de Panellas (decr. n. 5.604); crea uma brigada de artilharia na capital da Bahia (decr. n. 5.605); crea uma brigada de infantaria na comarca de Umburana (decr. n. 5.606); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jacobina (decr. n. 5.607); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alagoinhas (decr. numero 5.608); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santa Rita de Passa Quatro (decr. n. 5.618); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 5.619); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Serro Azul (decr. n. 5.620); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Panellas (decr. n. 5.621); crea uma brigada de infantaria no municipio de Tacaratú (decr. n. 5.631); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Paulo de Olivença (decr. n. 5.638); crea duas brigadas de infantaria na comarca de S. Felipe (decr. n. 5.639); crea uma brigada de infantaria na comarca de Amaragy (decr. n. 5.640); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monte Santo (decr. n. 5.641); crea uma brigada de artilharia na comarca do Rio S. Francisco (decr. n. 5.642); crea uma brigada de infantaria na comarca de Geremoabo (decr. n. 5.642 A); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Negro (decr. n. 5.655); crea uma brigada de infantaria na comarca de Paraguassú (decr. numero 5.656); crea uma brigada de artilharia na capital da Bahia (decr. n. 5.657); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia em S. Miguel (decr. n. 5.658); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Camamú (decr. numero 5.659); crea uma brigada de infantaria na comarca do Mundo Novo (decr. n. 5.660); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alagoinhas (decr. n. 5.661); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Piratiny (decr. n. 5.662); crea uma brigada de infantaria na comarca de Monte Santo (decr. n. 5.663); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio Branco (decr. n. 5.664); crea uma brigada de infantaria no municipio de Cimbres (decr. n. 5.665); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio S. Francisco (decr. n. 5.669); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio S. Francisco (decr. n. 5.670); crea uma brigada de infantaria na comarca de Macalubas (decr. n. 5.674); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaparica (decr. n. 5.672); crea uma brigada de infantaria na comarca de Inhambupe (decr. n. 5.677); crea uma brigada de infantaria na comarca de Areia (decr. n. 5.678); crea uma brigada de infantaria na comarca de Macapá (decr. n. 5.679); crea uma brigada de infantaria na comarca do Prata (decr. n. 5.680);

crea uma brigada de artilharia na comarca de Villa Nova da Rainha (decr. n. 5.684); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jacobina (decr. n. 5.685); crea uma brigada de artilharia na comarca de Conquista (decr. n. 5.686); crea uma brigada de artilharia na comarca de Porto Seguro (decr. n. 5.687); crea uma brigada de infantaria em Patrocinio do Coité (decr. n. 5.688); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca do Conde (decr. n. 5.689); crea uma brigada de artilharia e uma de cavallaria na comarca de Remanso (decr. n. 5.710); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Porto Seguro (decr. n. 5.711); crea uma brigada de artilharia na comarca de Monte Alto (decr. n. 5.712); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Amaragy (decr. n. 5.713); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo (decr. n. 5.714); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itú (decr. n. 5.715); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Francisco (decr. n. 5.721); crea uma brigada de artilharia, uma de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Caetetê (decr. n. 5.724); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Areia (decr. n. 5.726); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ribeira (decr. n. 5.727); crea uma brigada de artilharia na comarca de Itaparica (decr. numero 5.728); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ribeira (decr. n. 5.729); crea uma brigada de infantaria na comarca de Igarapé-Miry (decr. n. 5.732); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Bom Jardim (decr. n. 5.733); crea uma brigada de infantaria na comarca do Prata (decr. n. 5.738); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carinhanha (decr. n. 5.739); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca do Turvo (decr. numero 5.740); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Cimbres (decr. 5.751); crea uma brigada de infantaria na comarca de Muana (decr. n. 5.752); crea uma brigada de infantaria na comarca de Inhambupe (decr. n. 5.753); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Macahubas (decr. n. 5.754); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaberaba (decr. n. 5.758); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Mundo Novo (decr. numero 5.759); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 5.760); crea uma brigada de infantaria na comarca de Inhambupe (decr. n. 5.761); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vassouras (decr. n. 5.762); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carinhanha (decr. n. 5.768); crea uma brigada de infantaria na comarca de Valença (decr. n. 5.769); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na capital do Maranhão (decr. n. 5.770); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camamú (decr. n. 5.779); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Corrente (decr. n. 5.784); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Pirassinunga (decr. numero 5.786); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itú (decr. n. 5.787); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Cannavieiras (decr. n. 5.788); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curalinho (decr. n. 5.794); crea uma brigada de artilharia na capital de Pernambuco (decr. n. 5.795); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 5.796); crea uma brigada de infantaria no municipio de Cimbres (decr.

n. 5.797); crea uma brigada de infantaria na comarca do Campo Maior (decr. n. 5.808); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ilhéos (decr. numero 5.809); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alagoinhas (decr. n. 5.810); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Serro Azul (decr. n. 5.811); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Palmeiras (decr. n. 5.812); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ubá (decr. n. 5.813); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Lavras Diamantinas (decr. n. 5.823); crea uma brigada de infantaria no municipio de Limoeiro (decr. n. 5.825 A); crea uma brigada de cavallaria, uma de artilharia e uma de infantaria na comarca de Joazeiro (decr. n. 5.833); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 5.834); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Mar de Hespanha (decr. n. 5.835); crea uma brigada de infantaria na comarca de Macahubas (decr. n. 5.836); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Curitybanos (decr. n. 5.841); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José (decr. n. 5.842); crea uma brigada de infantaria na comarca de Coritibanos (decr. n. 5.843); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itabapoana (decr. n. 5.844); crea uma brigada de infantaria na capital do Maranhão (decr. n. 5.845); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santos (decr. n. 5.846); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 5.847); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Limoeiro (decr. n. 5.848); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Areia (decr. n. 5.857); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 5.858); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Caeteté (decr. n. 5.859); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Monte Alto (decr. n. 5.860); crea uma brigada de infantaria na comarca do Remanso (decr. n. 5.861); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nioac (decr. n. 5.862); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jacobina (decr. n. 5.866); crea uma brigada de artilharia na comarca de Jacobina (decr. n. 5.867); crea uma brigada de infantaria na comarca de Valença (decr. n. 5.868); crea uma brigada de infantaria na comarca de Irajá (decr. n. 5.869); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Parnahyba (decr. n. 5.870); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Nioac (decr. n. 5.874); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Passos (decr. n. 5.883); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Campo Maior (decr. numero 5.884); crea uma brigada de infantaria na comarca de Soudre (decr. n. 5.891); crea uma brigada de infantaria na comarca de Conquista (decr. n. 5.899); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bomfim (decr. n. 5.900); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Miguel de Guandu (decr. n. 5.901); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curralinho (decr. n. 5.905); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Camisão (decr. n. 5.926); crea uma brigada de artilharia na comarca de Ilaparica (decr. n. 5.945); crea uma brigada de infantaria na comarca de Caeteté (decr. n. 5.946); crea uma brigada de infantaria no municipio de Gloria de Goytá (decr. n. 5.953); crea uma

Brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Monte Alegre (decr. n. 5.954); crea uma brigada de infantaria na comarca de Paraguassú (decr. n. 5.955); crea uma brigada de infantaria no municipio da Victoria (decr. numero 5.961); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 5.962); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Posse no Estado de Goyaz (decr. n. 5.967); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 5.968); crea uma brigada de cavallaria no departamento do Alto-Juruá (decr. n. 5.969); crea duas brigadas de infantaria no departamento do Alto-Juruá (decr. n. 5.970); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaboticabal (decr. n. 5.971); crea uma brigada de infantaria na comarca de Pacatuba (decr. n. 5.972); transfere a séde da 2ª brigada de artilharia da capital de S. Paulo para Santos (decr. n. 5.973); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 5.983); crea uma brigada de artilharia e uma de infantaria na comarca de Itaussú (decr. n. 5.992); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. numero 5.993); crea uma brigada de artilharia na comarca de Remanso (decr. n. 5.994); crea uma brigada de infantaria na comarca de Condeuba (decr. n. 5.995); crea uma brigada de artilharia na comarca de Santo Amaro (decr. n. 5.996); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cacteté (decr. n. 5.997); crea uma brigada de artilharia na comarca de Caravellas (decr. n. 5.998); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Maragogipe (decr. numero 5.999); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Cachoeira (decr. n. 6.000); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 6.001); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carinhonha (decr. n. 6.002); crea uma brigada de infantaria na comarca de Limoeiro (decr. n. 6.014); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria no municipio de Timbauba (decr. n. 6.015); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Quipapá (decr. n. 6.016); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 6.017); crea uma brigada de artilharia na comarca de Campestre (decr. n. 6.018); crea duas brigadas de cavallaria na comarca do Rio de Contas (decr. n. 6.019); crea uma brigada de infantaria na comarca de Lavras Diamantinas (decr. numero 6.020); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bom Conselho (decr. n. 6.021); crea duas brigadas de cavallaria e duas de artilharia no departamento do Alto-Acre (decr. n. 6.024); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Santa Maria Magdalena (decr. numero 6.025); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nova Friburgo (decr. n. 6.026); crea uma brigada de artilharia no departamento do Alto-Acre (decr. n. 6.027); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria no departamento do Alto-Acre (decr. n. 6.028); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alto-Longá (decr. n. 6.031); crea uma brigada de artilharia na comarca de Jacobina (decr. n. 6.032); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alagoinbas (decr. n. 6.033); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Villa Nova da Rainha (decr. n. 6.034); crea uma brigada de infantaria na comarca de Urubú (decr. numero 6.037); crea uma brigada de cavallaria na capital do Paraná (decr. n. 6.041); crea uma brigada de infantaria na

comarca de S. João do Piauí (decr. n. 6.048); crea uma brigada de infantaria na comarca de Belém (decr. n. 6.049); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jacobina (decr. n. 6.050); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Araguay (decr. n. 6.051); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano (decr. numero 6.057); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Ingazeiro (decr. n. 6.058); crea uma brigada de infantaria no municipio de Rio Formoso (decr. n. 6.059); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itabapoana (decr. numero 6.060); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bebedouro (decr. n. 6.061); crea uma brigada de infantaria na comarca de Palmas (decr. n. 6.072); crea uma brigada de artilharia, tres de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Juiz de Fóra (decr. n. 6.078); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Belmonte (decr. n. 6.082); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Matheus (decr. n. 6.093); crea uma brigada de infantaria na comarca de Lavras Diamantinas (decr. n. 6.094); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Mossoró (decr. n. 6.096); crea uma brigada de artilharia na comarca de Rio Negro (decr. n. 6.107); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Parintins (decr. n. 6.108); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Hambé (decr. n. 6.109); crea uma brigada de infantaria na comarca de Melgaço (decr. n. 6.110); crea uma brigada de infantaria na comarca de Portel (decr. numero 6.111); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bagre (decr. n. 6.112); crea uma brigada de infantaria na comarca de Oeiras (decr. n. 6.113); crea uma brigada de infantaria no departamento do Alto-Purus (decr. numero 6.115); crea uma brigada de infantaria no municipio de Nazareth (decr. n. 6.124 A); crea uma brigada de infantaria na capital de Goyaz (decr. n. 6.132); crea uma brigada de infantaria na comarca de Benevente (decr. numero 6.134); crea uma brigada de infantaria na comarca de Picos (decr. n. 6.143); crea uma brigada de infantaria na comarca de Baturité (decr. n. 6.153); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jacarehy (decr. n. 6.156); crea uma brigada de infantaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 6.158); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Senador Pompeu (decr. n. 6.162); crea uma brigada de infantaria na comarca de Bocaina (decr. n. 6.174); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Itajahy (decr. n. 6.182 A); crea uma brigada de infantaria na comarca de Chaves (decr. n. 6.183); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 6.184); crea uma brigada de infantaria na comarca de Rio Preto (decr. n. 6.185); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nova Friburgo (decr. n. 6.186); crea uma brigada de infantaria no municipio da Escada (decr. n. 6.197); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santa Leopoldina (decr. n. 6.211); crea duas brigadas de cavallaria e duas de infantaria na comarca de Santa Rita de Cassia (decr. n. 6.212); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maracás (decr. n. 6.213); crea uma brigada de artilharia na comarca de União (decr. n. 6.214); crea uma brigada de infantaria na capital de Alagoas (decr. n. 6.215); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio Pardo (decr. n. 6.216); crea uma brigada de infantaria na comarca de Carangola (decr. n. 6.217); crea

uma brigada de cavallaria na comarca de Casa Branca (decr. n. 6.218); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jaguarão (decr. n. 6.219); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaperuna (decr. n. 6.268); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José da Boa Vista (decr. n. 6.286); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 6.287); crea uma brigada de infantaria na comarca de Batataes (decr. n. 6.288); crea uma brigada de infantaria na comarca de Belém do Descalvado (decr. n. 6.289); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cururupú (decr. n. 6.357); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 6.393); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Miguel de Guamá (decr. n. 6.417); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itapemirim (decr. n. 6.418); crea uma brigada de infantaria na comarca de Vianna (decr. n. 6.419); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaguaribe-Mirim (decr. n. 6.420); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Guimarães (decr. n. 6.421); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Tubarão (decr. n. 6.423); crea uma brigada de infantaria na comarca de Taquary (decr. n. 6.433); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Mundo Novo (decr. n. 6.434); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Macahubas (decr. n. 6.448); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. n. 6.449); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Palmeira (decr. n. 6.452); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Coxim (decr. n. 6.469); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Aquidauana (decr. n. 6.470); crea uma brigada de infantaria na comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. n. 6.478); crea duas brigadas de cavallaria na comarca do Piratiny (decr. n. 6.497); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Piratiny (decr. n. 6.498); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Caxias (decr. n. 6.499); crea uma brigada de cavallaria na capital do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.500); crea uma brigada de infantaria na comarca de Leopoldina (decr. n. 6.515); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José da Lage (decr. n. 6.516); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Uberabinha (decr. n. 6.535); crea uma brigada de infantaria na comarca de Januaria (decr. n. 6.536); crea uma brigada de artilharia e uma de infantaria na comarca de Parahyba do Sul (decr. n. 6.538); crea uma brigada de infantaria na comarca de Quixadá (decr. n. 6.539); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santo Antonio da Patrulha (decr. n. 6.553); crea uma brigada de cavallaria na comarca da Eneuzilhada (decr. n. 6.554); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de Piratiny (decr. n. 6.555); crea uma brigada de infantaria na comarca de Penedo (decr. n. 6.566); crea uma brigada de cavallaria e duas de infantaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 6.567; transfere da capital de S. Paulo para a comarca de Itatiba a séde da 89ª brigada de infantaria (decr. numero 6.568); transfere da capital de S. Paulo para a comarca de Capivary a séde da 6ª brigada de infantaria (decr. n. 6.577); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 6.578); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Felippo

(decr. n. 6.579); crea uma brigada de infantaria na comarca de Teffé (decr. n. 6.580); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Itapicuru (decr. n. 6.585); crea uma brigada de infantaria na comarca da Imperatriz (decr. n. 6.586); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José da Boa Vista (decr. n. 6.594); crea uma brigada de cavallaria na capital do Pará (decr. n. 6.595); crea uma brigada de infantaria na comarca da capital do Pará (decr. n. 6.604); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Monte Santo (decr. n. 6.611); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Caxias (decr. n. 6.612); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Bernardo das Russas (decr. n. 6.620); crea uma brigada de infantaria no municipio de Garanhuns (decr. n. 6.631); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 6.639); crea uma brigada de infantaria na comarca de Lages (decr. n. 6.652); crea uma brigada de infantaria no municipio de Euclides Malta (decr. n. 6.653); crea uma brigada de infantaria na comarca de Maroim (decr. n. 6.654); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camamu (decr. n. 6.683); transfere da comarca da capital de S. Paulo para a de Bebedouro a sede da 93ª brigada de infantaria (decr. n. 6.684); crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. Vicente (decr. n. 6.685); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mazagão (decr. n. 6.692 A); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 6.697); crea quatro brigadas de cavallaria na comarca do Rio Pardo (decr. n. 6.698); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 6.730); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Sebastião de Cahy (decr. n. 6.731); transfere da comarca da capital para a de S. Simão a sede da 32ª brigada de cavallaria (decr. n. 6.744); crea duas brigadas de cavallaria na comarca de S. Gabriel (decr. n. 6.745); crea uma brigada de infantaria na comarca do Rio S. Francisco (decr. n. 6.753); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Alegrete (decr. n. 6.763); transfere da capital de S. Paulo para a comarca de Piracicaba a sede da 55ª brigada de infantaria e a da 16ª de cavallaria (decr. n. 6.764); crea uma brigada de artilharia e tres de infantaria na comarca de Alagoinhas (decr. n. 6.791); transfere da capital de S. Paulo para a comarca de Brotas a sede da 124ª brigada de infantaria e a da 36ª de cavallaria (decr. n. 6.792); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camamu (decr. n. 7.304); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Cannavieiras (decr. n. 7.305); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Cannavieiras (decr. n. 7.306); crea tres brigadas de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 7.307); crea uma brigada de infantaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 7.310); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Joazeiro (decr. n. 7.341); crea duas brigadas de artilharia na capital da Bahia (decr. n. 7.361); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 7.386); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Cannavieiras (decr. n. 7.391); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itaparica (decr. n. 7.395); crea uma brigada de cavallaria na capital da Bahia (decr. n. 7.404); crea uma brigada de in-

fantaria na comarca de Bom Conselho (decr. n. 7.405); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Minas do Rio de Contas (decr. n. 7.406); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Conquista (decr. n. 7.407); crea uma brigada de infantaria no municipio de Iguarassú (decr. n. 7.408); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Correntina (decr. n. 7.409); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Caravellas (decr. n. 7.414); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Curralinho (decr. n. 7.415); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ilhéos (decr. n. 7.416); crea uma brigada de artilharia na comarca de Valença (decr. n. 7.417); crea uma brigada de infantaria na comarca de Camisão (decr. n. 7.421); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Tijucas (decr. n. 7.428); crea uma brigada de infantaria na capital da Parahyba (decr. n. 7.463); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 7.464); crea uma brigada de infantaria na comarca de Igarapé-Assú (decr. n. 7.484); crea uma brigada de infantaria na comarca de Turyassú (decr. n. 7.512); crea uma brigada de artilharia no municipio de Bom Jardim (decr. n. 7.532); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Tijucas (decr. n. 7.580); crea uma brigada de infantaria na comarca de Santo Antonio de Balsas (decr. n. 7.603); crea uma brigada de infantaria no municipio de Jaboatão (decr. n. 7.604); crea uma brigada de infantaria na comarca de Alagôa Grande (decr. n. 7.617); crea uma brigada de infantaria na comarca da Cruz das Almas (decr. n. 7.641); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Fidelis (decr. n. 7.646); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 7.656); crea uma brigada de infantaria no municipio de Gravata (decr. n. 7.675); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 7.676); crea uma brigada de infantaria na capital do Rio Grande do Sul (decr. n. 7.702); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Acary (decr. n. 7.703); crea uma brigada de cavallaria na comarca de S. Raymundo Nonato (decr. n. 7.705); crea uma brigada de infantaria na comarca de Petropolis (decr. n. 7.706); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Itaborahy (decr. n. 7.708); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de S. João do Piahy (decr. n. 7.721); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Guimarães (decr. n. 7.722); crea duas brigadas de infantaria na comarca do Brejo (decr. n. 7.723); crea uma brigada de infantaria na comarca de Amargosa (decr. n. 7.724); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Lavras Diamantinas (decr. n. 7.725); crea uma brigada de cavallaria na capital da Bahia (decr. n. 7.726); crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Barra Mansa (decr. n. 7.730); crea uma brigada de cavallaria no municipio de Victoria (decr. n. 7.741); crea uma brigada de infantaria na comarca de Passos (decr. n. 7.761); crea uma brigada de infantaria na comarca do Codó (decr. n. 7.819); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Bento dos Peryses (decr. n. 7.820); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Raymundo Nonato (decr. n. 7.829); crea uma brigada de infantaria na comarca da Matla de S. João (decr.

n. 7.913); crea duas brigadas de infantaria na comarca de Baturité (decr. n. 7.924); crea uma brigada de infantaria na comarca de Theresopolis (decr. n. 7.949); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Passo Fundo (decr. n. 7.950); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Gabriel (decr. n. 7.951); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santo Antonio de Padua (decr. n. 7.976); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Piracicaba (decr. n. 7.980); crea uma brigada de infantaria na comarca do Carmo de Paranahyba (decr. n. 7.981); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Sant'Anna do Livramento (decr. n. 7.986); crea uma brigada de infantaria na comarca de Sant'Anna do Livramento (decr. n. 7.987); crea uma brigada de infantaria na capital do Rio de Janeiro (decr. n. 7.988); crea uma brigada de cavallaria na capital do Rio de Janeiro (decr. n. 7.989); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. João do Uruburetama (decr. n. 7.990); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cabo Frio (decr. n. 7.991); crea uma brigada de infantaria e tres de cavallaria na comarca de S. Gabriel (decr. n. 8.003); crea uma brigada de infantaria na comarca de Amarante (decr. n. 8.006); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Raymundo Nonato (decr. n. 8.007); crea uma brigada de infantaria na comarca de Parnahyba (decr. n. 8.008); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano Peixoto (decr. n. 8.009); crea uma brigada de infantaria na comarca de Floriano (decr. n. 8.010); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Raymundo Nonato (decr. n. 8.011); crea uma brigada de infantaria na comarca de Magé (decr. n. 8.012); crea uma brigada de cavallaria no Districto Federal (decr. n. 8.013); crea uma brigada de infantaria na capital do Maranhão (decr. n. 8.014); crea uma brigada de cavallaria na capital da Bahia (decr. n. 8.024); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Itapicuru (decr. n. 8.028); crea uma brigada de infantaria na comarca de Curralinho (decr. n. 8.029); crea uma brigada de infantaria na comarca do Alto-Mearim (decr. n. 8.030); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jaguarahyba (decr. n. 8.031); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Cachoeira (decr. n. 8.032); crea uma brigada de infantaria na capital de Pernambuco (decr. n. 8.054); crea uma brigada de infantaria na comarca de Caxias (decr. n. 8.055); crea uma brigada de infantaria na comarca de Barra do Corda (decr. n. 8.056); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Bento (decr. n. 8.057); crea uma brigada de infantaria na capital do Ceará (decr. n. 8.058); crea uma brigada de infantaria no municipio de Leopoldina (decr. n. 8.059); crea uma brigada de infantaria na comarca de Cataguazes (decr. n. 8.060); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Belmonte (decr. n. 8.066); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Santa Rita de Cassia (decr. n. 8.073); crea uma brigada de infantaria na comarca de Abaeté (decr. n. 8.074); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Tres Corações do Rio Verde (decr. n. 8.075); crea uma brigada de infantaria na comarca de Itabayana (decr. n. 8.105); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Luiz Gonzaga (decr. n. 8.106); crea uma brigada de caval-

laria na comarca de Santo Antonio da Patrulha (decr. n. 8.107); crea uma brigada de cavallaria na comarca do Rio Grande (decr. n. 8.108); crea uma brigada de cavallaria e uma de infantaria na comarca de Palma (decr. n. 8.109); crea uma brigada de infantaria na comarca de Mar de Hespanha (decr. n. 8.110); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Taquary (decr. n. 8.111); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Lavras (decr. n. 8.112); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 8.113); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ponta Grossa (decr. n. 8.114); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Jacarésinho (decr. n. 8.115); crea uma brigada de infantaria na comarca de Jacarésinho (decr. n. 8.116); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Itaocara (decr. n. 8.117); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Oeiras (decr. n. 8.118); crea uma brigada de artilharia no departamento do Alto-Purus (decr. n. 8.142); crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e duas de artilharia na comarca de Cannavieiras (decr. n. 8.143); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Bagé (decr. n. 8.144); crea uma brigada de infantaria no comarca de Itabapoana (decr. n. 8.150); crea uma brigada de infantaria na comarca de Guarapary (decr. n. 8.151); transfere da capital de S. Paulo para a comarca de Ibitinga a séde da 118ª brigada de infantaria (decr. n. 8.161); transfere da comarca de Faxina para a de Ibitinga a séde da 37ª brigada de cavallaria (decr. n. 8.162); transfere da capital de S. Paulo para a comarca do Amparo a séde da 88ª brigada de infantaria e a da 44ª de cavallaria (decr. n. 8.163); crea uma brigada de cavallaria na comarca de Acary (decr. n. 8.164); crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria na comarca de S. Benedicto (decr. n. 8.165); crea uma brigada de infantaria na comarca de Amaranthe (decr. n. 8.166); crea uma brigada de infantaria na comarca de Ayuruoca (decr. n. 8.177); crea uma brigada de infantaria na comarca de Baependy (decr. n. 8.178); crea uma brigada de infantaria na capital da Bahia (decr. n. 8.179); crea uma brigada de artilharia na comarca de S. Gabriel (decr. n. 8.180); crea duas brigadas de artilharia na comarca do Rio Grande (decr. n. 8.198); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. José da Boa Vista (decr. n. 8.199); crea uma brigada de infantaria no municipio de Belmonte (decr. n. 8.200); crea uma brigada de infantaria no municipio de S. Bento (decr. n. 8.201); crea uma brigada de cavallaria na comarca da Matta de S. João (decr. n. 8.209); crea uma brigada de artilharia na comarca da Matta de S. João (decr. n. 8.210); crea uma brigada de infantaria na comarca de Nazareth (decr. n. 8.211); crea uma brigada de infantaria e uma de artilharia na comarca de Ilhéos (decr. n. 8.212); crea uma brigada de infantaria na comarca de S. Gabriel (decr. n. 8.368); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Estrella do Sul (decr. n. 8.369); crea uma brigada de infantaria na capital de Goyaz (decr. n. 8.375); crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Palma (decr. n. 8.383); crea duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ouro Fino (decr. n. 8.384) — Ver MEDALHAS.

«GUARDIAN ASSURANCE» — Ver COMPANHIAS.

GUERRA — Ver CONTABILIDADE — DIRECÇÃO.

GUINLE — Ver FAVORES.

GYMNASIO — Approva o regulamento do Nacional (decr. n. 3.914); concede ao de Campinas as vantagens de que gosa o Nacional (decr. n. 3.928); cessa o privilegio de equiparação ao Nacional, concedendo ao Fluminense pelo decr. n. 3.758, de 1900 (decr. n. 4.908); concede ao Gonzaga, em Pelotas, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 5.340); concede ao d'O' Grambery, em Juiz de Fôra, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 5.562); concede ao de S. Bento, em S. Paulo, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 5.668); concede ao de Nossa Senhora do Carmo, na capital de S. Paulo, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 5.708); concede ao Paranaense, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 5.742); concede ao Pelotense os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 5.832); concede ao de S. Bento, do Rio de Janeiro, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 6.097); concede ao de Santa Catharina os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 6.187); concede ao de Santa Maria, em Santa Maria, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 6.817); concede ao Macedo Soares, de S. Paulo, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 6.918); concede ao Hydecoft, em S. Paulo, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 6.995); concede ao Carneiro Ribeiro, na Bahia, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.046); concede ao de Lavras, em Minas Geraes, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.056); concede ao de Itajubá, em Minas Geraes, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.106); concede ao Espirito-Santense os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.146); concede ao Leopoldinense os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.193); concede ao de Nossa Senhora Auxiliadora, em Bagé, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.239); muda a denominação do Nacional (decr. n. 7.472); declara cassado o privilegio concedido ao de S. José, em Quixadá, pelo decreto n. 6.816, de 1908 (decr. n. 7.888); concede ao Municipal Lemos Junior, na cidade do Rio Grande, os privilegios e garantias de que gosa o Nacional (decr. n. 7.943) — Ver CREDITOS.

H

HABILITAÇÃO — Ver SOLDOS.

«HISTORIA DA LITTERATURA BRASILEIRA» — Ver CREDITOS.

HONRAS FUNEBRES — Ver TABELLAS.

HOSPICIO NACIONAL DE ALIENADOS — Crea o conselho administrativo do patrimonio (decr. n. 3.913) — Ver ASSISTENCIA — PATRIMONIO.

HOSPITAL CENTRAL DO EXERCITO — Ver CREDITOS.

HOSPITAES — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 236:000\$ para aquisição de edificio apropriado ao Militar de Porto Alegre (decr. n. 5.885) — Ver **CREDITOS** — **REGULAMENTOS** — **SERVIÇOS**.

HYGIENE — Avoca para a administração federal o serviço de defensiva na capital da Republica, e dá outras providencias (decr. n. 4.463); estabelece as bases para a regulamentação dos serviços da de defesa da Capital Federal (decr. n. 4.464).

I

IMPORTAÇÃO — Estabelece a tolerancia do anhydrido sulfuroso até gr. 0.350 por litro na de vinhos (decr. n. 6.861) — Ver **ANIMAES** — **DIREITOS** — **TAXAS**.

IMPOSTO DE CONSUMO — Altera a disposição dos arts. 2º, paragrapho unico, e 11 do regulamento annexo ao decreto n. 3.622, de 1900 (decr. n. 4.345); providencia sobre a execução do art. 55 do regulamento annexo ao decreto numero 3.622, de 1900 (decr. n. 4.697); proroga até 30 de junho de 1913 o praso de que trata a segunda parte do art. 2º do decreto n. 4.697, de 1902 (decr. n. 4.758); altera o quadro da divisão dos Estados e do pessoal de fiscalização do regulamento annexo ao decreto n. 3.659, de 1900 (decr. n. 5.542); dá regulamento para a arrecadação e fiscalização (decr. numero 5.890) — Ver **PERCENTAGEM**.

IMPOSTOS — Dá regulamento para a arrecadação do de industrias e profissões (decr. n. 5.142); dá regulamento para a arrecadação do de annuncios em cartazes (decr. numero 5.465); dá regulamento para a fiscalização e cobrança do de transporte (dec. n. 5.874); approva o regulamento para a fiscalização do de transporte (decr. n. 7.897) — Ver **AGENTES** — **CREDITOS** — **MERCADORIAS** — **REGULAMENTOS**.

IMPrensa NACIONAL — Dá-lhe novo regulamento (decr. n. 4.680) — Ver **CREDITOS**.

INCORPORAÇÃO — Ver **ESTRADAS DE FERRO** — **RÊDE**.

INCUMBENCIA — Ver **NAVIOS**.

INDUSTRIA ANIMAL — Ver **DIRECTORIAS**.

INDUSTRIA NACIONAL — Ver **IMPOSTO DE CONSUMO**.

INFERIORES — Ver **ASYLO** — **CORPOS** — **CREDITOS**.

INFORMAÇÕES — Ver **PUBLICAÇÃO**.

INFRACÇÕES — Regula o processo e julgamento das de leis e posturas municipaes (decr. n. 4.769).

INICIO — Ver **OBRAS**.

INNOVAÇÃO — Ver **CONTRACTOS**.

INSPECÇÕES — Approva o regulamento das permanentes (decr. n. 7.053); crea o serviço de agricola (decr. numero 7.556); approva o regulamento para a Geral de Navegação (decr. n. 7.836); approva o regulamento que reforma a Geral de Obras Publicas (decr. n. 7.924); altera o regu-

lamento das permanentes (decr. n. 8.016) — Ver CASAS — CREDITOS — DIRECÇÃO — SERVIÇOS — THEATROS.

INSPECTORES FISCAES — Ver PERCENTAGEM.

INSPECTORIAS — Approva o regulamento da de Saude — val (decr. n. 4.326); approva e manda executar o regulamento da Geral de Engenharia Naval (decr. n. 4.633); altera a tabella de retribuição do pessoal da de Seguros (decr. n. 5.466); reorganiza a de Saude Naval (decr. n. 6.507); dá regulamento á de Portos e Costas (decr. n. 6.509); dá regulamento para a de Machinas (decr. n. 6.526); amplia e altera algumas disposições do regulamento da de Engenharia Naval, approved pelo decreto n. 6.506, de 1907 (decr. numero 6.877); approva o regulamento para a de Illuminação (decr. n. 7.871) — Ver REPARTIÇÕES.

INSTALAÇÃO — Ver MINISTERIOS.

INSTITUTOS — Modifica o art. 18 do regulamento para os militares de ensino (decr. n. 3.895); approva o regulamento do Benjamin Constant (decr. n. 3.901); approva o regulamento para o Nacional de Surdos-Mudos (decr. n. 3.964); reproduz no regulamento do Benjamin Constant o dispositivo do art. 210 do decreto n. 408, de 1890 (decr. n. 4.687); cassa o privilegio de equiparação ao Gymnasio Nacional, concedido ao Nacional de Humanidades pelo decreto n. 3.687, de 1900 (decr. n. 4.768); providencia sobre a execução do artigo 7º da lei n. 957, de 1902, relativo ao Benjamin Constant (decr. n. 4.770); dá regulamento ao Nacional de Musica (decr. n. 4.779); dá novo regulamento ao Nacional de Musica (decr. n. 5.062); concede ao de Humanidades de S. Francisco de Assis, em S. João d'El-Rey, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 5.247); approva os regulamentos para os militares de ensino (decr. n. 5.698); concede ao de Sciencias e Letras, na capital de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.092); crea varios logares no Benjamin Constant (decr. n. 6.295); approva o regulamento do Nacional de Musica (decr. n. 6.621); approva o regulamento para o Oswaldo Cruz (decr. n. 6.891); approva o regulamento para o Nacional de Surdos-Mudos (decr. n. 6.892); concede ao Sylvio de Almeida, em S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.932); altera o paragrapho unico do art. 117 do regulamento para os militares de ensino (decr. n. 8.430) — Ver CODIGOS — CREDITOS — PATRIMONIO.

INSTRUÇÕES — Dá para o serviço de clinica psychiatrica e de molestias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (decr. n. 3.965); dá para a eleição de presidente e vice-presidente da Republica (decr. n. 4.177); para a concessão de uma medalha militar (decr. n. 4.238); approva as para os exames geraes de preparatorios (decr. n. 4.247); dá para a eleição de intendentes municipaes do Districto Federal (decr. n. 4.264); dá para as eleições federaes (decr. n. 4.616); dá para a eleição de vice-presidente da Republica no periodo de 1902 a 1906 e para as federaes no dia 18 de fevereiro de 1902 (decr. n. 4.695); altera, na parte relativa ao Districto Federal, as annexas ao decreto n. 4.695, de

1902 (decr. n. 4.710); dá para o alistamento dos eleitores municipaes do Districto Federal e para a eleição de intendentes municipaes (decr. n. 4.739); approva as para o sorteio dos matriculados nas capitánias de portos para preenchimento dos claros nos corpos da Marinha (decr. n. 4.901); fixa o contingente dos matriculados nas capitánias de portos, para execução do disposto no art. 1º das approvadas pelo decreto n. 4.901, de 1903 (decr. n. 4.983); approva as para o exame dos candidatos aos logares de segundo secretario de legação (decr. n. 5.039); dá para a eleição de intendentes municipaes (decr. n. 5.311); dá para o alistamento de eleitores (decr. n. 5.391); dá para as eleições federaes (decr. n. 5.453); expede concernentes ás luzes e signaes das embarcações de praticagem e das de pesca (decr. n. 5.919); dá para a concessão da medalha de merito aos officiaes e praças do Corpo de Bombeiros (decr. n. 6.043); dá para a concessão de medalhas recompensando serviços prestados pelos officiaes, inferiores e praças da Guarda Nacional (decr. numero 6.045); declara sem effeito o art. 254 das regulaméntares em vigor na «Leopoldina Railway Company» (decr. numero 6.098); dá para a expedição e entrega de novos titulos a eleitores (decr. n. 6.321); dá para o Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil (decr. n. 6.323); dá para as eleições municipaes (decr. n. 6.364); dá para o Serviço de Povoamento (decr. n. 6.479); manda observar as expedidas para a execução do decreto n. 1.641, de 1907 (decr. n. 6.486); approva as para execução do disposto nos §§ 4º, 5º e 9º da lei n. 1.746, de 1869 (decr. n. 6.501); approva as para execução do n. 1, letras *a* e *b*, do art. 35 da lei n. 1.617, de 1906 (decr. n. 6.519); substitue varios artigos das regulaméntares da Estrada de Ferro S. Paulo — Rio Grande (decr. n. 6.523); approva as para o Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brasil no Estrangeiro (decr. n. 6.668); estabelece as reguladoras da concessão do soldo vitalicio (decr. n. 6.768); approva as para a execução dos arts. 3º e 4º da lei n. 1.767, de 1907, que fixa as forças de terra para 1908 (decr. n. 6.850); manda observar as para organização das companhias regionaes a que se refere a lei n. 1.617, de 1907 (decr. n. 6.885); modifica a denominação da Directoria do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brasil no Estrangeiro para Commissão de Expansão Economica do Brasil, alterando as approvadas pelo decreto numero 6.668, de 1907 (decr. n. 7.637); approva as para os trabalhos preparatorios da representação do Brasil na Exposição Internacional de Roma-Turim e para a propaganda do café no estrangeiro (decr. n. 7.847); altera as disposições dos arts. 1º e 2º das annexas ao decreto n. 5.904, de 1906, que creou uma medallha como recompensa de serviços de officiaes e praças da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 7.901); manda observar para as companhias regionaes (decr. n. 8.041) — Ver COLLECTORIAS — ESCOLAS — MEDALHAS — TARIFAS.

INTENDENCIA — Modifica os arts. 6º, § 5º, e 120, paragrapho único, do regulamento da de Guerra (decr. n. 6.408); extingue a Geral da Guerra (decr. n. 7.397).

INTENDENTES MUNICIPAES — Ver INSTRUÇÕES.

INVALIDOS — Ver ASYLO.

INVENÇÃO — Ver PATENTES.

ISENÇÃO — Ver TARIFAS.

T

JARDIM BOTANICO — Declara approvedo o plano das obras necessarias á sua conservação e arborização e desapropriadas as pequenas cascas fronteiras (decr. n. 5.256); reorganiza-o (decr. n. 7.848).

JUIZ — Ver LOGARES — REGIMENTO.

JULGAMENTO — Ver INFRACÇÕES.

JUNTA — Ver SORTEIO.

JUNTA COMMERCIAL — Eleva os emolumentos do secretario da do Districto Federal (decr. n. 4.035); approva o regulamento consolidando as disposições vigentes relativas ao serviço da do Districto Federal (decr. n. 5.422); reorganiza a do Districto Federal (decr. n. 8.247) — Ver CREDITOS.

JURISDIÇÃO — Ver ALFANDEGAS — CONSULADOS — MESAS DE RENDAS.

JUROS — Dispõe sobre a cobrança dos que tratam os arts. 30 e 31 do decreto n. 2.847, de 1898 (decr. n. 5.509) — Ver COMPANHIAS — CREDITOS — ESTRADAS DE FERRO.

JUSTIÇA — Approva o regulamento da sanitaria (decr. n. 5.224); manda observar as disposições provisórias para execução da lei que reorganiza a local (decr. n. 5.433); approva o regulamento para execução da lei n. 4.338, de 1905, que reorganiza a do Districto Federal (decr. n. 5.561); annexa á local do Districto Federal o Juizo dos Feitos da Saude Publica (decr. n. 7.803) — Ver CREDITOS.

K

KOSMOS — Ver SOCIEDADES.

L

«LA ACCUMULATIVA» — Ver SOCIEDADES.

«LA BRÉSILIENNE» — Ver SOCIEDADES.

LABORATORIO — Extingue o Pyrotechnico de Matto Grosso (decr. n. 4.314); crea o Pharmaceutico e Gabinete de Analyses (decr. n. 6.233); approva o regulamento para o Chiminico Pharmaceutico Militar (decr. n. 7.454) — Ver CREDITOS.

«LATHOM GOLD MINING» — Ver COMPANHIAS.

LEILOEIROS — Ver COMMISSÕES.

LEIS — Regula o processo das municipaes (decr. numero 4.769); providencia sobre a execução da de n. 957,

de 1902, relativa ao Instituto Benjamin Constant (decr. numero 4.770); approva a consolidação das federaes sobre a organização municipal do Districto Federal (decr. n. 5.160); dá regulamento para execução da de n. 1.185, de 1904 (decr. n. 5.402); approva o regulamento para execução da de n. 1.236, de 1904 (decr. n. 5.424); corrige as alterações e omissões com que foi publicada a de n. 1.453, de 1905 (decr. n. 5.875); dá providencias para a execução da de n. 1.473, de 1906 (decr. n. 5.882); approva o regulamento para execução das de ns. 1.150, de 1904, e 1.607, de 1906 (decr. numero 6.437); corrige a alteração com que foi publicada a de n. 1.841, de 1907 (decr. n. 6.862); corrige as alterações com que foi publicada a de n. 2.050, de 1908 (decr. n. 7.452); providencia sobre a execução do art. 19 da de n. 2.035, de 1908 (decr. n. 7.625).

«LEOPOLDINA RAILWAY» — Ver COMPANHIAS — ESTRADAS DE FERRO — INSTRUÇÕES — TARIFAS — VIAÇÃO.

LIGAÇÃO — Ver ESTRADAS DE FERRO — VIAÇÃO.

«LIGHT AND POWER» — Ver COMPANHIAS — FAVORES.

«LIGURE BRASILIANA» («LA») — Ver COMPANHIAS.

LIMITES — Fixa os dos districtos hypothecarios do Districto Federal (decr. n. 5.071).

LINHAS — Transfere a João Pedro Caminha a concessão para exploração de telephonicas, de que é cessionario Felisberto Ignacio da Cunha (decr. n. 4.309); concede ao engenheiro civil Thomaz de Aquino e Castro permissão para construir e explorar telephonicas, ligando a Capital Federal a Santos (decr. n. 4.646); proroga por 25 annos o praso da concessão para exploração das telephonicas na Bahia, de que é cessionario o coronel João Pedro Caminha (decr. n. 4.674); altera diversas clausulas das que acompanharam o decreto n. 4.646, de 1902 (decr. n. 5.379); estabelece as bases de um accôrdo com o Rio Grande do Sul para a incorporação de ferreas, de concessão estadual, ás ferreas federaes (decr. n. 5.549); faz reverter para a Camara Municipal do Recife as telephonicas da concessão a José Leopoldo Bourgard (decr. n. 6.445); abre ao Ministerio da Industria o credito de réis 300:000\$ para estudos e construcção de uma ferrea, do ponto mais conveniente da Estrada de Ferro de Goyaz a Bello Horizonte (decr. n. 6.976); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de 50 kilometros, a contar de Passo Fundo, da de Passo Fundo ao Rio Uruguay (decr. n. 6.977); autoriza os estudos definitivos e a construcção de uma ferrea, entre Goyaz e Bello Horizonte, e de outra, ligando pela Estrada de Ferro Oeste de Minas os Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro (decr. n. 7.033); transfere a Guinle & Comp. a concessão para a exploração de telephonicas no Estado da Bahia, de que é cessionario o coronel João Pedro Caminha (decr. n. 7.034); approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho de 45 kilometros, a contar do Kilometro 50 da de Passo Fundo ao rio Uruguay (decr. n. 7.090); approva os estudos definitivos do trecho de 102km.600 da de Passo Fundo ao Rio Uruguay, a contar do Kilometro 75 (decr. n. 7.244); abre ao Ministerio da Industria o credito de

200:000\$ para as despesas com os estudos da ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas (decr. n. 7.285); autoriza o contracto de construcção da secção de Alberto Isaacson a Bello Horizonte, da de Goyaz a Bello Horizonte (decr. numero 7.362); altera o traçado da ferrea de Monte Bonito á Barra, da «Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul», a que se refere o decreto n. 7.459, de 1908 (decr. numero 7.411); transfere á Companhia Brasileira de Energia Electrica a concessão para a exploração de telephonicas na Bahia (decr. n. 7.499); substitue a clausula VI do decreto n. 977, de 1892, referente á ferrea de Resaca a Santos (decr. n. 7.534); approva os estudos e orçamento da de rectificação no trecho de Rio Claro a Morro Pellado, a que se refere o decreto n. 7.470, de 1908 (decr. n. 7.774); approva a planta de uma variante da de energia electrica entre Alberto Torres e o Districto Federal, da Companhia Brasileira de Energia Electrica (decr. n. 7.927); autoriza a contractar com a Companhia Lavoura e Colonização, em S. Paulo, o prolongamento de sua ferrea até á margem da lagôa de Araruama (decr. n. 7.942); approva as clausulas do contracto com o coronel José Guilherme de Souza e outro, para concessão de subvenção para a construcção de uma ferrea entre Porto de Souza e Manhuassú (decr. n. 7.960); prorroga o praso de 40 mezes, fixado no decreto n. 7.562, de 1909, para apresentação dos estudos definitivos da de Araguay a Goyaz (decr. numero 8.257) — Ver CAES — COMPANHIAS — CONTRACTOS — CREDITOS — ENERGIA — ESTRADAS DE FERRO — LLOYD BRASILEIRO.

LINHAS TELEGRAPHICAS — Ver CREDITOS.

LISTAS — Ver DECLARAÇÕES.

LLOYD AMERICANO — Ver COMPANHIAS.

LLOYD BRASILEIRO — Reorganiza os serviços que estiveram a cargo da extincta companhia (decr. n. 4.311); substitue as clausulas 9ª e 33ª, annexas ao decreto n. 4.311 (decr. n. 4.442); concede autorização para iniciar a navegação da linha americana (decr. n. 6.116); altera a clausula I das que acompanharam o decreto n. 5.903, de 1906 (decr. n. 7.061); transfere-lhe os contractos celebrados em virtude dos decretos ns. 5.903 e 6.416, de 1906, e 7.061, de 1908, entre o Ministerio da Viação e M. Buarque & Comp. (decr. numero 7.771); concede-lhe prorrogação de praso por mais seis annos, em virtude dos decretos ns. 5.903 e 6.416, de 1906 (decr. n. 7.772).

LOGARES — Crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Espírito Santo (decr. n. 4.051); crea os de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Maranhão (decr. n. 4.063); altera o decreto n. 2.029, de 1895, que creou os de supplentes do juiz substituto do juiz federal nas circumscripções federaes de Pernambuco (decr. n. 4.479); altera o decreto n. 4.479, de 1902, que creou os de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscripções de Pernambuco (decr. n. 4.579); altera o decreto n. 2.220, de 1896, que creou os de supplentes do juiz seccional nas circumscripções federaes do Rio Grande do Sul (decr. n. 4.614); approva as novas instrucções para o exame dos candidatos aos de segundo secretario de legação (decr. n. 5.039); crea dous de

escripturarios na Delegacia do Thesouro em Londres (decr. n. 5.872); supprime varios no quadro do pessoal da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 6.209); supprime o de presidente da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 6.266); crea varios no Instituto Benjamin Constant (decr. n. 6.295); declara que para os de escripturarios nos quartéis-generaes podem ser nomeados aspirantes a official (decr. n. 6.581); crea o de agente fiscal do imposto de transporte no Estado de S. Paulo (decr. n. 7.083); supprime o de secretario e de um escripturario da Directoria Geral do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brasil no Estrangeiro (decr. n. 7.286)—Ver ESCOLAS.

«LONDON AND BRAZILIAN BANK» — Ver AGENCIAS — BANCOS.

«LONDON AND LANCASHIRE FIRE INSURANCE» — Ver COMPANHIAS.

LOTERIAS — Manda executar o novo regulamento (decr. n. 5.107); altera o § 3º do art. 22 do decreto n. 5.107 (decr. n. 5.681).

«LUSITANIA» — Ver COMPANHIAS.

LUZES — Ver INSTRUÇÕES — REGRAS.

LYCEU — Concede ao de Humanidades, de Campos, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 4.081); concede ao Salesiano de Artes e Offícios S. Gonçalo, em Cuyabá, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 4.650); concede ao Cuyabano os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 5.654); concede ao Goyano os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 6.630); concede ao Affonso Penna, em Cruzeiro do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.272); concede ao Municipal, de Muzambinho, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional (decr. n. 7.352) — Ver ACADEMIAS — CREDITOS.

M

«MACHINE COTTON» — Ver AUTORIZAÇÃO.

MACHINISTAS — Ver CORPOS — EXAMES.

«MADEIRA-MAMOURÉ RAILWAY» — Ver COMPANHIAS.

«MANÁOS HARBOUR» — Ver COMPANHIAS.

«MANÁOS MARKETS» — Ver COMPANHIAS.

MARCAS — Altera o art. 3º do regulamento que baixou com o decreto n. 2.747, de 1897, para as de fabrica (decr. n. 5.114); approva o regulamento para execução da lei commercio (decr. de 1904, relativamente ás de fabrica e de commercio (decr. n. 5.424); crea o registro e archivo geral de para animaes (decr. n. 7.917)—Ver ACCÓRDOS — CONVENÇOS.

MARINHA — Ver ASYLO — BIBLIOTHECAS — CONTADORIA — MUSEU — SERVIÇOS — UNIFORMES.

MARINHEIROS FOGUISTAS — Ver EXAMES.

MASSAS — Ver CUSTAS.

MATADOUROS — Estabelece bases para a installação de modelos (decr. n. 7.945); eleva de 60 para 90 dias o praso para a concorrência de modelos (decr. n. 8.063).

MATERIAL — Crea o Deposito do Sanitario do Exercito (decr. n. 3.943) — Ver ESTRADAS DE FERRO.

MATERNIDADE — Organiza a do Rio de Janeiro (decr. numero 5.117); approva os estatutos da do Rio de Janeiro (decr. n. 5.154); approva o regulamento para a da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 7.474); substitue os arts. 34 e 66 do regulamento baixado com o decreto n. 7.474, de 1910 (decr. n. 8.189).

MÁTRICULA — Altera os prazos para a entrega dos requerimentos sobre a nas faculdades de medicina e de direito e na Escola Polytechnica (decr. n. 4.988) — Ver ESCOLAS.

MATRICULADOS — Fixa o contingente dos nas capitánias de portos para execução do disposto no art. 1º das instrucções approvadas pelo decreto n. 4.901, de 1903 (decr. n. 4.983) — Ver EXAMES — SORTEIO.

«MATTO GROSSO GOLD DREDGING» — Ver COMPANHIAS.

«MAUMHEIMER VERSICHERUNGS GESELLSCHAFT» — Ver COMPANHIAS.

MEDALHAS — Crea uma militar com o reconhecimento de bons servios prestados pelos officiaes e praças do Exercito e Armada (decr. n. 4.238); altera os arts. 4º e 9º do decreto n. 4.238, de 1901, que creou uma militar (decr. n. 4.409); crea uma como recompensa de bons servios, prestados á ordem, segurança e tranquillidade publicas pelos officiaes e praças da Força Policial (decr. n. 5.904); crea uma de merito para os officiaes e praças do Corpo de Bombeiros (decr. n. 6.043); crea uma para recompensar os servios prestados pelos officiaes, inferiores e praças da Guarda Nacional (decr. n. 6.045); altera as disposições dos arts. 1º e 2º das instrucções annexas ao decreto n. 5.904, de 1906 (decr. n. 7.901).

MEDICOS — Ver QUADROS.

MELHORAMENTOS — Ver OBRAS — OFFICIAES — PORTOS — REGIMEN.

MERCADORIAS — Será livre de quaesquer impostos a circulação ou intercurso de estrangeiras ou nacionaes, objecto de commercio (decr. n. 5.402) — Ver ALFANDEGAS — FACTURA CONSULAR — «WARRANTS».

MESAS DE RENDAS — Eleva á categoria de 1ª ordem a de Camocim (decr. n. 4.507); crea em Porto Acré uma de 1ª ordem (decr. n. 4.786); sujeita á jurisdicção da Alfandega do Rio Grande do Sul a de Pelotas (decr. n. 4.872); transfere para a cidade de Obidos e eleva á categoria de 1ª ordem a de Cametá (decr. n. 5.140); abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12.333\$333 para installação e custeio da de Bella Vista (decr. n. 5.262); fixa o numero, classe e vencimentos

dos empregados da de Bella Vista (decr. n. 5.277); crea uma de 1ª ordem na villa de Salinas, bahia de Tutoya (decr. numero 5.282); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da de 1ª ordem da Foz do Iguassú (decr. n. 5.283); abre ao Ministerio da Fazenda o crédito de 7:300\$ para despesas de installação, de pessoal e material da da Foz do Iguassú (decr. n. 5.292); passa á jurisdicção da Alfandega de Corumbá a de Boa Vista (decr. n. 6.245) — Ver CREDITOS — OBRIGAÇÃO.

METALLURGIA — Ver FAVORES.

MINAS — Abre ao Ministerio da Industria o credito de 250:000\$ para despesas com os estudos para exploração das de carvão de pedra (decr. n. 5.439); abre ao Ministerio da Industria o credito de 250:000\$ para os estudos e trabalhos concernentes á exploração das de carvão de pedra (decr. numero 5.916); concede permissão a Frederico Lopes Branco para explorar de cobre e outros mineraes no municipio de Guarapuava (decr. n. 7.687) — Ver CREDITOS.

MINERAES — Ver EMPRESAS.

MINERIO — Classifica na 5ª classe da tarifa 3 da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé o de cobre em bruto (decr. n. 4.867).

«MINES D'OR DU CERRITO» — Ver SOCIEDADES.

«MINIÈRE-BELGE BRÉSILIANNE DE TRES CRAUZES ET EXTENSIONS» — Ver SOCIEDADES.

MINISTERIOS — Dispõe sobre medidas provisórias para installação do da Agricultura (decr. n. 7.501); crea no da Agricultura a Directoria de Meteorologia e Astronomia (decr. n. 7.672); crea no da Agricultura a Secção de Publicações e

BIBLIOTHECA (decr. n. 7.673) — Ver REGULAMENTOS.

MODIFICAÇÃO — Ver ARTIGOS — DESAPROPRIAÇÕES — ESTABULOS — OBRAS — REGIMEN — REGULAMENTOS — TARIFAS — TERRITORIO.

MOINHO FLUMINENSE — Ver SOCIEDADES.

MOINHO SANTA CRUZ — Ver SOCIEDADES.

MOINHO SANTISTA — Ver SOCIEDADES.

MONTEPIO — Approva o regulamento para o dos operarios e serventes dos arsenaes de marinha (decr. n. 6.990) — Ver CORPOS.

MONTEPIO DA FAMILIA — Ver SOCIEDADES.

MONTEPIO GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO — Approva os novos estatutos (decr. n. 4.774); approva a alteração feita no art. 24 dos estatutos (decr. n. 6.065); approva os novos estatutos (decr. n. 7.698).

MONTEPIO MILITAR — Ver ASYLO — SOCIEDADE.

MURALHA — Ver CAES.

MUSEU — Abre ao Ministerio da Industria o credito de 60:000\$ para auxiliar o Commercial, fundado pela Academia de Commercio do Rio de Janeiro (decr. n. 6.495); reorganiza

o da Marinha (decr. n. 6.510); reorganiza o Nacional (decr. n. 7.862).

MUTUA COLOMBIA — Ver COMPANHIAS.

MUTUA PAULISTA — Ver ASSOCIAÇÕES.

MUTUALIDADE GERAL — Ver CAIXAS.

N

NACIONAL (A) — Ver SOCIEDADES.

NATURALIZAÇÃO — Regula a de estrangeiros (decr. n. 6.948).

NAVEGAÇÃO — Concede ao Dr. Pedro Souto Mayor privilegio por 25 annos para o plano de a vapor entre Santo Antonio, no rio Madeira, e o lugar que fica perto da foz do rio Beni (decr. n. 4.407) — Ver CONCESSÃO — CONTRACTOS — EMPRESAS — LLOYD BRASILEIRO — PEDAGIO — SERVIÇOS.

NAVIOS — Define a reserva dos da Armada (decr. n. 3.922); dispensa os de pequena cabotagem do sello das vistorias, as quaes serão feitas em secco (decr. n. 7.188); estabelece os cargos e incumbencias nos do typo *Minas Geraes* (decr. n. 8.100) — Ver CAES — PROPHYLAXIA.

NEGOCIAÇÕES — Dispõe sobre a validade das realizadas fóra da Bolsa e directamente entre o comprador e o vendedor (decr. n. 4.985).

«NEW-YORK LIFE INSURANCE» — Ver COMPANHIAS.

«NOÇÕES DE QUIMICA ORGANICA» — Ver CREDITOS.

NOMEAÇÕES — Declara que as dos officiaes encarregados de artilharia e torpedos e dos machinistas, chefes de machinas, incumbidos deapparelhos electricos serão feitas pela Secretaria de Estado (decr. n. 5.449).

«NORD BAHIA» — Ver SOCIEDADES.

«NORDDEUSCHE FEUERVERNCHERUNGS GESELLSCHAFT» — Ver COMPANHIAS.

«NORTON MEGAW» — Ver COMPANHIAS.

NOTAS — Ver BANCOS.

NOTICIAS — Declara sem effeito a concessão constante do decreto n. 1.292, de 1891, para transmissão de commerciaes, revalidada, ampliada e transferida a John Jones pelo decreto n. 3.442, de 1899 (decr. n. 4.298).

NOVAÇÃO — Ver CONTRACTOS.

NOVO LLOYD BRASILEIRO — Ver COMPANHIAS.

O

OBRAS — Approva a planta e orçamento para as de cobertura e prolongamento da plataforma da estação maritima da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé (decr. n. 3.931); prorroga por um anno o praso fixado na clausula 2ª do decreto

n. 3.569, de 1900, para início das de melhoramentos do porto da Bahia (decr. n. 3.941); eleva a 5:590\$960 o orçamento das de construção da casa para morada do agente da estação de Caxias, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras (decr. n. 3.942); autoriza a inclusão da quantia despendida com diversas complementares do caes de Santos no capital da Companhia Docas do Santos (decrs. ns. 3.950 e 3.951); prorroga por um anno o prazo concedido á Companhia Brasileira Torrens para início das do porto da Victoria (decr. n. 3.985); dá nova redacção a clausulas do decreto n. 3.725, de 1900, que concede autorização a B. Rymkiewicz & Comp. para executarem as de melhoramentos do porto de Manãos (decr. n. 4.110); autoriza os concessionarios das do porto de Manãos a construírem um armazem e um dique flutuante e approva as plantas e orçamentos (decr. n. 4.148); approva os planos e orçamentos das de melhoramento do porto de Manãos (decr. n. 4.197); prorroga por oito mezes o para início das de melhoramentos do porto de S. Salvador (decr. n. 4.308); prorroga por seis mezes o prazo fixado na clausula III do decreto n. 3.725, de 1900, para início das de melhoramentos do porto de Manãos (decr. n. 4.335); concede autorização para execução das de melhoramentos do porto de Belém (decr. n. 4.344); prorroga por um anno o prazo concedido á Companhia Brasileira Torrens para início das do porto da Victoria (decr. n. 4.363); prorroga por dous annos o prazo para terminação das de construção da estrada de ferro da praça da Republica á Barra de Guaratiba (decr. n. 4.393); altera a clausula III do decreto n. 4.344, de 1902, que autorizou as de melhoramento do porto de Belém (decr. n. 4.406); isenta os concessionarios das do porto de Manãos dos direitos aduaneiros para todo o material (decr. n. 4.452); declara sem effeito a concessão a que se referem os decretos ns. 434 e 4.406, de 1902, para as de melhoramento do porto de Belém (decr. n. 4.557); prorroga o prazo para início das de melhoramentos do porto da Bahia (decr. n. 4.590); prorroga o prazo marcado para início das do porto de Manãos (decr. n. 4.591); approva os orçamentos de novas de reconstrucção e consolidação cuja importancia deverá ser incluída no capital da Companhia Docas do Santos (decr. n. 4.603); approva os planos e orçamentos das provisórias executadas no porto de Manãos pela companhia «Manãos Harbour» (decr. n. 4.848); prorroga por seis mezes o prazo para início das de melhoramentos no porto da Bahia (decr. n. 4.908); declara sem effeito as approvações dos planos e orçamentos para as de melhoramento do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 4.939); approva os planos, plantas e orçamentos para execução das de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, declara desapropriados os predios e terrenos comprehendidos e crea uma caixa especial para o servico (decr. n. 4.969); approva o regulamento da Commissão Fiscal e Administrativa das do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 5.031); abre ao Ministerio da Industria o credito especial de 500:000\$ para despesas com as de prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité (decr. n. 5.127); altera os planos e orçamentos das de melhoramentos do porto de Manãos (decr. n. 5.201); altera as clausulas do contracto para as do porto da Victoria (decr. n. 5.213); declara sem effeito o decreto n. 1.034, de 1890, que concedeu privilegio á Companhia Industrial e de Construcções Hydraul-

licas para construção das de melhoramentos da barra o porto da Laguna (decr. n. 5.228); approva o orçamento, na importância de 76:378\$500, para a instalação do novo motor e gerador de electricidade na casa de machinas da «Manãos Harbour Company, Limited» (decr. n. 5.352); approva o projecto e planta das de reconstrução do edificio da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 5.544); innova o contracto para a construção das de melhoramentos do porto da capital da Bahia (decr. n. 5.550); autoriza a contractar a emissão de tres milhões esterlinos para as de melhoramento do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 5.551); approva os planos e orçamentos de uma torre metallica para servir de supporte á bomba de alimentação do tanque destinado á extincção de incendio nas do porto de Manãos (decr. n. 5.743); approva os planos e orçamentos das dos alpendres construidos em frente aos armazens ns. 1 a 10, no porto de Manãos (decr. n. 5.744); approva os planos e orçamentos de varias executadas no porto de Manãos (decr. n. 5.745); approva as plantas e orçamentos das do segundo trecho de caes de alvenaria, do prolongamento da plataforma de madeira e do armazem n. 0, no porto de Manãos (decr. n. 5.791); approva as plantas e orçamento da despesa com a construção do caes e ponte fluecuantes no porto de Manãos (decr. n. 5.845); approva as clausulas para o contracto da construção das de melhoramento do porto de Massiambiú (decr. n. 5.977); concede ao engenheiro Percival Farquhar autorização para executar as de melhoramento do porto de Belém (decr. n. 5.978); approva as clausulas para o contracto das de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul e das do porto da cidade do Rio Grande (decr. n. 5.979); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para as do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo (decr. n. 6.008); abre ao Ministerio da Industria o credito de 600:000\$ para as de prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.009); approva o plano das para construção dos quartéis da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 6.013); approva o plano das para a construção do quartel da Força Policial na estação do Meyer (decr. n. 6.052); approva os estudos e planos para as de construção da linha de S. João de Montenegro a Caxias, na rede de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.073); proroga por cinco annos o praso para conclusão das de que é cessionaria a Companhia Docas de Santos (decr. n. 6.080); approva o plano das para o acrescimo do quartel central da Força Policial (decr. n. 6.106); approva os estudos definitivos das do porto da Bahia (decr. n. 6.147); approva os estudos e orçamento das de ligação da Central de Pernambuco e Recife ao S. Francisco (decr. n. 6.123); approva os planos e orçamento, na importância de 166:468\$500, para as de aterro atraz do muro do caes do porto de Manãos (decr. n. 6.138); approva a modificação dos planos e plantas para a execução das de melhoramento do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 6.154); abre ao Ministerio da Industria o credito extraordinario para conclusão das do palacio Monroe (decr. n. 6.163); modifica a clausula XVI do decreto n. 3.725, de 1900, relativo á concessão para as do porto de Manãos (decr. n. 6.191); modifica a clausula XIV do decreto n. 5.978, de 1906, relativo ás do porto do Belém (decr. n. 6.230); approva os desenhos de detalhes e o

orçamento para as do porto da Bahia (decr. n. 6.350); approva os desenhos explicativos e o orçamento do aterro junto ao caes de alvenaria, na ponte fluctuante, no porto de Manãos (decr. n. 6.358); modifica as do perfil da muralha do caes em construcção no porto de Santos (decr. n. 6.359); approva as plantas e o orçamento das para o prolongamento dos esgotos no porto de Manãos (decr. n. 6.360); approva as plantas e orçamento para as do prolongamento das galerias de esgotos no porto de Manãos (decr. n. 6.361); approva os estudos definitivos, orçamentos e relação de material para os dous trechos da 1.^a secção das do porto de Belém (decr. n. 6.363); modifica o regimen especial para execução das de melhoramentos de portos estabelecidos pelo decreto n. 4.859, de 1903 (decr. n. 6.368); subroga a companhia «Port of Pará» nos direitos, obrigações e vantagens constantes do decreto n. 5.978, de 1906, da concessão das de melhoramento do porto de Belém (decr. n. 6.396); altera o projecto para as de melhoramento do porto do Rio de Janeiro (decr. n. 6.471); approva os planos e plantas das de captação e adducção de diversos rios (decr. n. 6.475); proroga o praso fixado no decreto n. 5.977, de 1906, para a apresentação do plano definitivo e orçamento das a executar no porto de Massiambú (decr. n. 6.488); approva os planos e orçamentos, na importancia de 154:114\$673, para as de construcção de um armazem-celleiro e de 251:577\$178 para a de um escriptorio, no porto de Manãos (decr. n. 6.490); approva os estudos definitivos e mais documentos apresentados para as do porto da Victoria (decr. n. 6.559); approva os typos definitivos das do porto de Belém (decr. n. 6.560); modifica o traçado da planta approveda para os conductores de energia electrica para o porto de Santos (decr. n. 6.570); approva os desenhos e orçamento, na importancia de 135:091\$979, para a de dous armazens no porto de Manãos (decr. n. 6.588); approva os projectos e orçamentos das de diversos armazens a construir no porto de Santos, na importancia de 3.431:246\$008 (decr. n. 6.608); marea novo praso para conclusão das da 1.^a secção do caes do Rio Grande (decr. n. 6.615); approva os planos e orçamento para as de um armazem no porto de Manãos (decr. n. 6.622); approva os planos e plantas das de captação e adducção do riacho da Cachoeira Pequena, municipio de Magé, para o abastecimento de Paquetá (decr. n. 6.681); approva os planos e orçamentos, na importancia de réis 327:481\$173, para as da construcção de um plano inclinado, de um fluctuante e de melhoramentos dos armazens no porto de Manãos (decr. n. 6.714); declara comprehendidas no plano geral das do porto de Belém as installações construidas em Val de Cães (decr. n. 6.733); approva os estudos definitivos para as de melhoramentos do porto do Recife (decr. n. 6.738); proroga por 60 dias o praso de que trata o decreto n. 5.731, de 1905, para a conclusão das de ligação das estradas de ferro de Carangola e Macahé e Campos (decr. n. 6.746); approva o prolongamento das do porto do Rio de Janeiro, entre o canal do Mangue e a ponta do Cajú (decr. n. 6.786); declara sem effeito a clausula X do decreto n. 9.979, de 1888, referente á concessão das de melhoramento do porto de Santos (decr. n. 6.798); approva os estudos definitivos e o orçamento das do porto de Massiambú e do ramal ferreo ligando o mesmo porto á Estrada de Ferro D. Thereza Christina (decr. n. 6.804);

aprova os novos perfis-tipo para execução das dos muros do caes do porto da Bahia (decr. n. 6.832); approva os planos e orçamentos definitivos das para o porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.848); approva os planos e orçamento, na importância de 643:943\$910, para construção de uma uzina electrica, guindastes e cabrestantes necessários ás do porto de Belém (decr. n. 6.895); prorroga por seis mezes o praso para conclusão das do trecho de Jaguarialhyva a Itararé, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.903); abre ao Ministerio da Industria o credito de 900:000\$ para rescisão do contracto para construção das do porto de Jaraguá (decr. n. 6.913); approva o projecto substitutivo para o primeiro trecho da 1ª secção das do porto de Belém (decr. n. 6.950); approva a planta dos terrenos necessários á construção das do dique e suas dependencias a serem executadas pela Companhia Docas do Santos (decr. n. 6.951); approva os projectos de diversas, no porto de Santos (decr. n. 6.961); approva as clausulas para o contracto que tem de ser celebrado com Elmer Lawrence Corthell para execução das de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul e do porto do Rio Grande, modificando o decreto n. 5.979, de 1906 (decr. n. 6.981); approva as clausulas para o contracto com Edmond Bartissol e Demetrio Nunes Ribeiro para a execução das de melhoramento do porto do Recife (decr. n. 7.003); approva as plantas e orçamento para de dous diques fluctuantes, duas carreiras de encalhe e officinas de reparação, no porto de Belém (decr. n. 7.019); approva as plantas para as de melhoramentos do porto da Parahyba (decr. n. 7.022); approva a modificação do projecto das para o melhoramento do porto da Bahia (decr. n. 7.119); approva o novo projecto para as do porto do Rio Grande do Sul, situado a léste da ilha do Ladino, em substituição ao decreto n. 6.848, de 1908 (decr. n. 7.121); approva os planos e orçamentos para as de melhoramento do porto de Corumbá (decr. n. 7.293); approva os projectos e orçamento, na importância de 4.285:721\$592, em substituição aos approvados pelo decreto n. 6.608, de 1907, para a construção de diversas no porto de Santos (decr. n. 7.385); transfere á «Société de Construction du Port de Pernambuco» o contracto celebrado com Edmond Bartissol e Demetrio Nunes Ribeiro para a execução das de melhoramentos do porto do Recife (decr. n. 7.447); approva a planta e orçamento, na importância de 6.079:488\$019, para o trecho de caes das do porto de Santos, approvados pelos decretos ns. 4.426, de 1902, e 6.359, de 1907 (decr. n. 7.492); approva o projecto e orçamento das dos armazens que a companhia «Port of Pará» tem que construir em substituição dos approvados pelo decreto n. 6.363, de 1907 (decr. n. 7.576); approva a planta e o orçamento, na importância de 70:133\$478, da «Manãos Harbour» para as de uma ponte ligando armazens (decr. n. 7.654); approva os planos e orçamento, na importância de 6:027\$536, da «Manãos Harbour» para execução das de acrescimo, aterro e calçamento (decr. n. 7.670); approva os planos e orçamento, na importância de 113:412\$361, para as de construção de uma ponte no porto de Manãos (decr. n. 7.804); abre ao Ministerio da Viagem o credito de 120:000\$, metade ouro, metade papel, supplementar á verba — Illuminação publica da Capital Federal (decr. n. 7.805); approva os planos e orçamento, na importância de 111:577\$549, apresen-

tados pela companhia «Manãos Harbour», para as de construção de um novo armazem e tres guindastes (decr. n. 7.844); approva os planos e orçamento, na importancia de 85:141\$247, para as de 10 pontes construidas pela Companhia Docas de Santos (decr. n. 7.845); approva o orçamento das construidas para a linha ferrea de Outeirinhos ao Forte Augusto, pela Companhia Docas de Santos (decr. n. 7.880); approva os estudos apresentados para as do porto da Victoria (decr. n. 7.994); declara comprehendida no plano das de melhora-mento do porto da Bahia a faixa de terreno existente em Je-quitiá (decr. n. 8.020); passa á «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» a responsabilidade das da barra e do porto (decr. n. 8.047); approva os orçamentos, na im-portancia de 451:596\$052, das de reforma dos armazens ns. I a IV, no porto de Santos (decr. n. 8.049); autoriza, na im-portancia de 42:183\$715, pela «Manãos Harbour» (decr. n. 8.050); approva o projecto das linhas ferreas destinadas ao transporte de pedra para as da barra e do porto do Rio Grande do Sul (decr. n. 8.089); approva os orçamentos, na importancia de 5.611:224\$994, das complementares do pro-longamento do caes de Santos (decr. n. 8.101); approva o or-çamento, na importancia de 1.824:825\$314, despendida com as da construção do edificio destinado ao escriptorio da Compa-nhia Docas de Santos (decr. n. 8.181); approva algumas modi-ficações nos planos das do porto da Bahia (decr. n. 8.184); ap-prova o projecto e orçamento para as do porto de Fortaleza (decr. n. 8.204); approva as para a construção de um alto forno electrico para a preparação de minerio que transportar a Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina (decr. n. 8.217); approva os desenhos e o orçamento, na importancia de réis 87:105\$078, para a construção de mais dous lances para a ponte fluevante da «Manãos Harbour» (decr. n. 8.218); ap-prova a planta e orçamento, na importancia de 18:076\$042, das do alongamento da coberta do armazem n. 9 e do appa-relho destinado ao serviço do transporte de trigo, no caes do porto de Santos (decr. n. 8.258); approva a planta para execução das de saneamento e dragagem dos rios que des-aguam na bahia do Rio de Janeiro (decr. n. 8.313); modifica o projecto approvedo para o primeiro trecho da 1ª secção das do porto de Belém (decr. n. 8.349); autoriza a construção de um alpendre no fundo do armazem n. 9 do caes do porto de Manãos (decr. n. 8.416) — Ver CAES — COMMISSÕES — COM-PANHIAS — CREDITOS — EMISSÃO — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — ESTRADAS DE FERRO — JARDIM BOTANICO — PORTOS — QUARTEL — REGIMEN.

OBRAS D'ARTE — Ver CREDITOS — INSTRUCCÕES — RÊDE.

OBRIGAÇÃO — Releva a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia e Hospital dos Lazaros, do Sabará, da do pa-gamento de 1:736\$250 (decr. n. 4.457).

OBSERVATORIO DO RIO DE JANEIRO — Ver CREDITOS.

OFFICIAES — Marca a gratificação que compete aos in-feriores quando servem como sub-instructores nas escolas (decr. n. 6.337); melhora, em relação á etapa, as condições materiaes dos do 1º e 7º districtos militares (decr. n. 6.375); melhora, em relação á etapa, as condições materiaes dos in-feriores da Armada em commissão nos Estados do Pará, Ama-

zonas o Matto Grosso (decr. n. 6.823); organiza as grandes unidades e os quadros dos do Exército (decr. n. 6.971); modifica disposições do decreto n. 6.974, de 1908 (decr. n. 7.069); fixa definitivamente em 1\$400 as etapas dos da Armada e classes annexas (decr. n. 7.275); fixa as etapas dos do Exército (decr. n. 7.278) — Ver ARREIAMENTO — ASYLO — CREDITOS — MEDALHAS — NOMEAÇÕES — PRAÇAS — TRANSFERENCIA — UNIFORMES.

OFFICINA — Applica á despesa com o pessoal da typographia da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 5:000\$, que na verba 2ª — Estatistica — não teve destino determinado (decr. n. 7.200).

OFFICIOS — Manda observar o regulamento para execução do decreto n. 973, de 1903, que creou o privativo do registro facultativo de documentos (decr. n. 4.775).

OMISSÕES — Ver LEIS.

«OMNIBUS MINIER LOPES-TALHOUARNE» — Ver SOCIEDADES.

OPERARIOS — Ver CREDITOS.

ORÇAMENTO — Ver CAES — EDIFICIOS — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS — RÊDE.

ORDENADO — Declara o que compete ao engenheiro Aristides Galvão de Queiroz, aposentado no lugar de director da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Publicas (decr. n. 5.230) — Ver CREDITOS.

ORDENANÇA — Approva e manda executar a geral para o serviço da Armada (decr. n. 4.664); approva a para o serviço da Armada (decr. n. 8.290).

ORGANIZAÇÃO — Ver COMPANHIAS — CONSOLIDAÇÃO — FORÇAS — MATERNIDADE — SOCIEDADES — TERRITORIO.

OURO — Ver TAXAS.

P

PAGAMENTO — Ver CAIXAS — CONTRACTOS — CREDITOS — OBRIGAÇÃO.

PANORAMA — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$ para entregar a Victor Meirelles de Lima como auxilio ás despesas com o da descoberta do Brasil (decr. n. 4.564).

PAQUETES — Ver VAPORES.

PARTICULA — Ver DENOMINAÇÕES.

PASSAGENS — Ver BILHETES.

PATENTES — Declara caduca a de privilegio de invenção n. 942, de 1890 (decr. n. 4.166); declara caduca a de privilegio de invenção n. 2.425, de 1896 (decr. n. 4.216); declara caduca a de privilegio de invenção n. 2.642, de 1898 (decr. n. 4.217); declara caducas varias de privilegio de invenção (decr. n. 4.965); declara nulla a de privilegio de invenção n. 3.931, de 1903, concedida a Palhares, Grünh &

Comp. (decr. n. 5.094); revalida a de privilegio de invenção n. 2.918, de 1899 (decr. n. 5.547); revalida a de privilegio de invenção n. 2.649, de 1898 (decr. n. 5.582); revalida a de privilegio de invenção n. 2.841, de 1899 (decr. n. 5.583); revalida a de privilegio de invenção n. 1.550, de 1893 (decr. n. 6.472); declara caduca a de n. 3.619, de 1902, concedendo privilegio de invenção a Arthur Oscar Ferreira Rangel (decr. n. 6.836); declara caduca a de n. 4.954, de 1907, concedendo privilegio de invenção a Luiz Antunes & Comp. (decr. n. 6.904); declara caduca a de n. 5.247, de 1908, concedendo privilegio de invenção a José Moreira Barbosa (decr. n. 6.989); declara caduca a de n. 4.466, de 1905, concedida a Joseph Florentin Lebre para aperfeiçoamento em caixas de descargas para lavagem (decr. n. 7.391); declara caduca a de privilegio de invenção n. 4.499, de 1906, concedida a Maximo Pinto Mendes (decr. n. 7.419); revalida a de privilegio de invenção n. 4.499, de 1909, que fôra declarada caduca pelo decreto n. 7.419, de 1909 (decr. n. 7.523); declara caducas varias de privilegio de invenção (decr. n. 8.288); revalida a de privilegio de invenção n. 5.333, de 1908 (decr. n. 8.418); revalida a de privilegio de invenção n. 5.388, de 1908 (decr. n. 8.474).

PATHOLOGIA EXPERIMENTAL DE MANGUINHOS — Ver INSTITUTOS.

PATRIMONIO — Dá regulamento para a administração do pertencente ao Gymnasio Nacional, Hospicio de Alienados e institutos de Surdos-Mudos e Benjamin Constant (decr. n. 7.271) — Ver CONSELHOS.

PATHÕES-MÓRES — Estabelece os uniformes para os da Marinha (decr. n. 3.919).

PATRONATO — Approva o regulamento do Official dos Liberados ou Egressos da Prisão (decr. n. 8.233).

PAVILHÃO — Manda adoptar o para uso da presidencia da Republica (decr. n. 6.310).

PEDAGIO — Permite que a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya cobre um para navegação dos rios Tocantins e Araguaya (decr. n. 3.912).

PENSÕES — Ver CORPOS.

PERCENTAGEM — Eleva a dos inspectores fiscaes e agentes fiscaes do imposto de consumo (decr. n. 4.208); eleva a para pagamento das quotas dos empregados da Alfandega de Santos (decr. n. 5.931); determina a maxima de impurezas toxicas nos *cognacs* e *armagnacs* admittidos a despacho nas alfandegas (decr. n. 7.351) — Ver CREDITOS.

PERFIS — Ver OBRAS — TYPO.

PERMISSÃO — Ver COMPANHIAS — MINAS — NEGOCIAÇÕES.

PERMUTA DE TERRITORIOS — Ver TRATADOS.

PESTE — Ver CREDITOS.

PHARMACEUTICOS ADJUNTOS — Ver CREDITOS.

PILOTO — Ver EXAMES.

PLANO — Approva o de equipamento das praças de pret do Exército (decr. n. 7.231) — Ver ABASTECIMENTO — ARREIAMENTO — EDIFÍCIOS — ENERGIA — ESCOLAS — ESTRADAS DE FERRO — JARDIM BOTANICO — OBRAS — PORTOS — QUARTEL — UNIFORMES.

PLANTAS — Ver CAES — ENERGIA — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — OBRAS — RÊDE.

PLATAFORMA — Ver ESTRADAS DE FERRO.

POLICIA. — Dá regulamento á Secretaria da do Districto Federal (decr. n. 4.764); dá regulamento á Secretaria da do Districto Federal (decr. n. 6.439) — Ver CREDITOS — SERVIÇOS.

PONTES — Approva o local e o projecto geral para a construcção de uma sobre o rio Paranahyba, destinada a facilitar as construcções entre o triangulo mineiro e o sul de Goyaz (decr. n. 6.715); approva o projecto e orçamento da sobre o rio Paraná, no Jupia (decr. n. 7.585); approva o projecto e orçamento para a construcção da sobre o rio Potengy, no Rio Grande do Norte (decr. n. 8.372) — Ver CREDITOS — OBRAS — RÊDE.

«PORT OF RIO GRANDE DO SUL» — Ver COMPANHIAS.

PORTOS — Ver CAES — COMPANHIAS — CREDITOS — EMISSÃO — INSTRUÇÕES — REGIMEN — TAXAS.

POSTOS — Crea dous fiscaes no territorio do Amapá (decr. n. 5.849); crea um na cidade de Bagé (decr. n. 5.853); dá providencias para execução da lei n. 1.473, de 1906, sobre as denominações dos do Corpo da Armada e classes annexas (decr. n. 5.882); crea um fiscal no rio Içá (decr. n. 6.090); crea um fiscal em Alegrete (decr. n. 6.181); crea um fiscal no rio Japurá (decr. n. 6.965); crea fiscaes em S. Borja, Itaquí, Uruguayana, Quaraíhy. Livramento e Jaguarão (decr. n. 7.964); dá regulamento ao Zootechnico Federal, creado pelo decreto n. 7.622, de 1909, com a denominação de Directoria de Industria Animal (decr. n. 8.366) — Ver CREDITOS — ESCOLAS — TABELLAS.

POSTURAS — Regula o processo das municipaes (decr. n. 4.769).

POVOAMENTO — Ver CREDITOS — DIRECTORIAS — SERVIÇOS.

PRAÇAS — Melhora, em relação á etapa, as condições materiaes das dos 1º e 7º districtos militares (decr. n. 6.375); melhora, em relação á etapa, as condições materiaes das da Armada em commissão nos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso (decr. n. 6.823); approva o plano de equipamento das de infantaria do Exército (decr. n. 7.231) — Ver ASYLO — BAIXA — BRIGADAS — CREDITOS — FARDAMENTO — MEDALHAS — TABELLAS.

PRASO — Reduz a 10 dias o quarentenario para a peste (decr. n. 4.185); proroga até 30 de junho de 1903 o de que trata o decreto n. 4.697, de 1902 (decr. n. 4.758); proroga por 60 dias o de que trata o decreto n. 5.731, de 1905 (decr. n. 6.746); eleva de 60 para 90 dias o para a concorrência dos matadouros modelos e entrepostos frigorificos (decr. n. 8.063); proroga por mais tres mezes o fixado pelo decreto

n. 7.644, de 1909 (decr. n. 8.081) — Ver BANCOS — CODIGOS — ESTRADAS DE FERRO — EXAMES — OBRAS — ROTULOS — SOCIEDADES — TAXAS.

PRATICAGEM — Ver SERVIÇOS.

PRATICANTES — Ver DENOMINAÇÕES.

PREÇOS — Ver ESTRADAS DE FERRO.

PREENCHIMENTO — Ver SORTEIO.

PREFEITO — Ver DISTRICTO FEDERAL.

PREFEITURA — Ver EMPRESTIMOS.

PREMIOS — Approva as instrucções para os de animação aos sericicultores e ás duas primeiras fabricas que empregarem casulos de producção nacional (decr. n. 6.549); estabelece pecuniarios para os melhores atiradores em artilharia e torpedos (decr. n. 7.008); estabelece para as unidades de artilharia, guarnições de peça e praças nos exercicios de tiro de guerra (decr. n. 7.525); institue para a exportação de fructas nacionaes (decr. n. 7.644); institue de animação ao fabrico de presunto (decr. n. 8.036); approva e manda executar o regulamento instituindo o «Marcelio Dias» (decr. n. 8.076) — Ver CREDITOS.

PRESIDENCIA — Ver CAIXAS — PAVILHÃO.

PRESIDENTE — Ver COMMISSÕES.

PRESTAÇÃO DE CONTAS — Ver CAES.

PRESUNTO — Ver PREMIOS.

PRETORIAS — Ver JUSTIÇA.

PRIVILEGIO — Ver COLLEGIO — FACULDADES — GYMNASIOS — INSTITUTOS — NAVEGAÇÃO.

PROCESSO — Ver INFRACÇÕES — REGULAMENTOS.

PROCESSO CRIMINAL BRASILEIRO — Ver CODIGOS — CREDITOS — DESAPROPRIAÇÕES.

PRODUCTOS — Ver MATADOUROS.

PRODUCTOS AGRICOLAS — Ver CREDITOS — TARIFAS.

PRODUCTOS MINERAES — Ver CREDITOS.

PROFESSORES — Ver ESCOLAS.

PROJECTOS — Ver CAES — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS.

PROLONGAMENTO — Ver CAES — CREDITOS — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS.

PROMOÇÃO — Ver ARSENAES — CORPOS — DISPENSA — EXAMES.

PROPAGANDA — Ver INSTRUÇÕES.

PROPHYLAXIA — Manda observar providencias de maritima, modificativas do regulamento sanitario federal (decr. n. 4.184); approva o regulamento do serviço de da febre amarella (decr. n. 5.157).

PROPRIEDADE — Manda observar e cumprir os dous actos addicionaes sobre protecção da industrial, firmados em Bru-

xellas em 14 de dezembro de 1900 (decr. n. 4.858) — Ver ACTOS — CONVENÇÕES.

PROPRIOS NACIONAES — Providencia sobre a execução do art. 19 da lei n. 2.035, de 1908 (decr. n. 7.625).

PROROGAÇÃO — Ver BANCOS — ESTRADAS DE FERRO — LLOYD BRASILEIRO — OBRAS — ROTULOS — SOCIEDADES.

PROTOCOLLOS — Ver TRATADOS.

PROVIDENCIAS — Ver PROPHYLAXIA.

PUBLICAÇÃO — Dá providencias sobre a das informações dos agentes diplomaticos e consulares brasileiros (decr. n. 4.402).

Q

QUADROS — Altera o da divisão dos Estados em relação ao imposto de consumo (decr. n. 5.542); organiza os dos officiaes do Exercito (decr. n. 6.971); modifica disposições do decreto n. 6.971, de 1908 (decr. n. 7.069); approva o regulamento para organização do dos sargentos amanuenses das repartições militares (decr. n. 7.666); providencia sobre a inclusão dos medicos e pharmaceuticos adjuntos e dos dentistas e veterinarios a serviço do Exercito no do Corpo de Saude (decr. n. 7.667); altera os arts. 5º a 8º do decreto n. 7.666, de 1909 (decr. n. 8.202); declara pertencentes ao do pessoal das repartições de Fazenda os fiscaes das companhias estrangeiras de seguros (decr. n. 8.208); altera o dos funcionarios civis do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e os respectivos vencimentos (decr. n. 8.231).

QUARENTENA — Ver PRASO.

QUARTEL — Approva o plano das obras para a construção do novo do regimento de cavallaria da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 5.831) — Ver CREDITOS — OBRAS.

QUINTA DA BOA VISTA — Ver CREDITOS.

QUOTAS — Reduz a 3:600\$ a de fiscalização da Estrada do Ferro da Tijuca, de que trata o art. 2º do decreto n. 4.414, de 1902 (decr. n. 4.664) — Ver CREDITOS — PERCENTAGEM.

R

RAÇÕES — Regula o fornecimento no porto, em viagem e nas escolas de aprendizes marinhos (decr. n. 4.984); regula o fornecimento no porto e em viagem (decr. n. 6.547); regula o fornecimento no porto e em viagem (decr. n. 8.167). n. 8.157).

REAL COMPANHIA INGLEZA DE SEGUROS — Ver COMPANHIAS.

RECENSEAMENTO — Approva o regulamento para o serviço do geral da população da Republica (decr. n. 7.931); approva o regulamento para a organização do serviço do pessoal em comissão encarregado do geral da população da Republica (decr. n. 8.301); designa o dia 30 de junho de 1911

para serem feitas as alterações nas listas domiciliarias do da população da Republica (decr. n. 8.382).

RECTIFICAÇÃO — Ver CODIGOS — CREDITOS — ESCOLAS — ESTRADAS DE FERRO.

RÊDE — Approva os estudos e orçamento para a construção dos primeiros 25 kilometros de linha, a partir de Neustadt, na de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.819); approva as plantas e orçamento dos typos de obras d'arte na de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.820); approva a planta e orçamento para a construção de desvios entre as estações de Cacequy e Rio Grande, na de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.824); approva a planta e orçamento para a construção de uma estação na Penha, na linha de Natal a Independencia, da de viação ferrea arrendada á «Great Western of Brazil Railway Company» (decr. n. 5.837); approva a planta e orçamento de uma installação para embarque de gado na estação de Val da Serra, na linha de Santa Maria a Passo Fundo, da de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.933); approva os estudos e orçamento para a construção das obras da linha de S. João de Montenegro a Caxias, na de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.073); approva as bases para a constituição e arrendamento da viação ferrea sul-oeste de Minas (decr. n. 6.201); approva os estudos e orçamento para construção da ponte sobre o rio Santa Maria, na linha de Cacequy a Uruguayana, da de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.520); approva os estudos definitivos e orçamento para construção do ramal de Sant'Anna do Livramento, da de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.522); autoriza o contracto de arrendamento da de viação cearense (decr. n. 7.669); substitue clausulas do decreto n. 7.669, de 1909 (decr. n. 7.842 A); reconhece, sob a denominação de Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras, Sul-Mineira, a antiga Companhia de Viação Ferrea Sapucaly (decr. n. 7.941); constitue a de Viação Fluminense (decr. n. 8.077); approva os estudos definitivos das duas primeiras secções de Monte Bello a Guaxupé, da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Sul-Mineira (decr. n. 8.487); incorpora á da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a estrada de ferro que, de Assumpção, no Paraguay, se dirige á foz do Iguassú (decr. n. 8.270); approva os estudos relativos ao trecho da Guaxupé a Monte Santo, na Sul-Mineira (decr. n. 8.273); approva os estudos definitivos e o orçamento de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, da de Viação Cearense (decr. n. 8.307).

REDUCÇÃO — Ver DIREITOS — FRETES — QUOTAS — PRASO.

REFORMA — Ver COMPANHIAS — EMPRESAS — ESTATUTOS — SOCIEDADES.

REGALIAS — Ver VAPORES.

REGIMEN — Estabelece especial para execução de obras de melhoramentos de portos (decr. n. 4.859); modifica o especial para execução de obras de melhoramento de portos (decr. n. 6.368).

REGIMENTO — Manda adoptar, provisoriamente, no Districto Federal, o de custas de 2 de setembro de 1874, na parte relativa aos juizes de primeira instancia (decr. n. 5.730).

REGISTRO — Dá regulamento ao Genealogico de Animas (decr. n. 7.778); crea o para animas (decr. n. 7.917) — Ver CREDITOS — OFFICIOS.

REGRAS — Manda observar as concernentes ás luzes e signaes das embarcações (decr. n. 4.018); altera a 4ª das que baixaram com o decreto n. 3.238, de 1899 (decr. n. 4.175).

REGULAMENTAÇÃO — Ver HYGIENE.

REGULAMENTOS — Expede o da Direcção Geral de Contabilidade da Guerra (decr. n. 3.893); modifica o art. 18 do approvedo pelo decreto n. 2.881, de 1898 (decr. n. 3.895); approva o do Instituto Benjamin Constant (decr. n. 3.901); approva o das faculdades de medicina (decr. n. 3.902); approva o das faculdades de direito (decr. n. 3.903); altera o art. 33 do annexo ao decreto n. 3.843, de 1900 (decr. numero 3.910); approva o para o Gymnasio Nacional (decr. numero 3.914); approva o da Escola Polytechnica (decr. numero 3.926); approva o para as capitancias de portos (decr. n. 3.929); dá ao Deposito de Material Sanitario do Exercito (decr. n. 3.943); dá ao art. 29, ns. 23 e 24, da lei numero 746, de 1900, de accordo com o § 6º do art. 3º, n. IX, da lei n. 560, de 1898, e art. 1º, §§ 3º a 5º, do decreto numero 2.502, de 1897 (decr. n. 3.945); approva o para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (decr. n. 3.964); approva o para a Escola Nacional de Bellas Artes (decr. n. 3.987); approva o do ceremonial diplomatico no Brasil (decr. numero 4.010); approva o da Escola de Minas (decr. n. 4.017); manda observar as regras propostas para evitar abalroamentos no mar (decr. n. 4.018); approva o da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 4.053); declara o verdadeiro teor do baixado com o decreto n. 720, de 1890 (decr. n. 4.098); rectifica o art. 3º do da Escola de Minas, approvedo pelo decreto n. 4.017, de 11 de maio de 1901 (decr. n. 4.158); manda observar providencias de prophylaxia maritima modificativas do sanitario federal (decr. n. 4.184); baixa para o funcionamento das companhias de seguros de vida, maritimos e terrestres (decr. n. 4.270); dá á Brigada Policial da Capital Federal (decr. n. 4.272); dá para os telegrammas preteridos (decr. n. 4.310); modifica as disposições dos arts. 38 e 39 do da Escola Naval (decr. n. 4.313); approva o para o Corpo de Saude da Armada (decr. n. 4.323); approva o da Inspectoria de Saude Naval (decr. n. 4.326); modifica as disposições de diversos artigos do da Escola Naval (decr. n. 4.352); approva o para a Contadoria da Marinha, em substituição ao de que trata o decreto n. 277 G, de 1890 (decr. n. 4.401); approva o para o Corpo de Machinistas Navaes (decr. n. 4.417); approva o para a Escola Pratica de Artilharia (decr. n. 4.587); approva e manda executar o para a Inspectoria Geral de Engenharia Naval (decr. n. 4.633); dá para o serviço hospitalar da Marinha de guerra (decr. n. 4.644); modifica disposições do da Escola Naval, baixado com o decreto n. 3.652, de 1900 (decr. n. 4.648); dá novo ao Corpo de Infantaria de Marinha (decr. n. 4.660); approva o para as colonias militares (decr. n. 4.662); approva o para o Sanatorio Militar em Cam-

pos de Jordão (decr. n. 4.663); dá novo á Imprensa Nacional (decr. n. 4.680); reproduz no do Instituto Benjamin Constant o dispositivo do art. 210 do decreto n. 408, de 1890 (decr. numero 4.687); altera o da Secretaria de Estado da Justiça, annexo ao decreto n. 3.191, de 1899 (decr. n. 4.728); approva o da Colonia Correccional dos Dous Rios (decr. numero 4.753); dá á Guarda Civil do Districto Federal (decr. n. 4.762); dá para o serviço policial do Districto Federal (decr. n. 4.763); dá á Secretaria da Policia do Districto Federal (decr. n. 4.764); dá novo á Casa de Detenção (decr. n. 4.766); approva o para o processo e julgamento das infracções de leis e posturas municipaes (decr. n. 4.769); manda observar o para execução da lei n. 973, de 1903, que creou o officio privativo do registro facultativo de documentos (decr. n. 4.775); dá ao Instituto Nacional de Musica (decr. n. 4.779); approva o para a Escola Correccional Quinze de Novembro (decr. n. 4.780); altera as disposições dos arts. 369 e 372 do em vigor na Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 4.783); deroga os arts. 89, *in fine*, e 323 dos annexos aos decretos ns. 673 e 745, de 1890 (decr. numero 4.838); approva o para execução da lei n. 859, de 1902 (decr. n. 4.855); manda observar o para o Serviço Medico-Legal do Districto Federal (decr. n. 4.864); modifica o do Corpo de Bombeiros (decr. n. 4.887); approva o de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica (decr. n. 4.956); supprime o art. 35 e modifica o art. 46 do approved pelo decreto numero 4.662, de 1902 (decr. n. 5.018); approva o da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro (decr. n. 5.031); baixa o para transferencia dos officiaes da Armada e classes annexas para a reserva (decr. numero 5.051); approva o para o funcionamento das companhias de seguros (decr. n. 5.072); dá á Caixa Beneficente da Brigada Policial (decr. n. 5.101); manda executar o das loterias (decr. n. 5.107); altera o que baixou com o decreto n. 2.747, de 1897 (decr. n. 5.114); publica o da Maternidade do Rio de Janeiro (decr. n. 5.117); approva o consolidando as disposições vigentes relativas ao serviço da Junta Commercial (decr. n. 5.122); dá á Assistencia de Alienados (decr. n. 5.125); dá para a arrecadação das taxas de consumo d'agua no Districto Federal (decr. n. 5.141); dá para a arrecadação do imposto de industrias e profissões (decr. numero 5.142); manda executar o para a escripturação do empréstimo do Cofre de Orphãos (decr. n. 5.143); dá aos serviços sanitarios a cargo da União (decr. n. 5.156); approva o do Serviço de Prophylaxia da Febre Amarella (decr. numero 5.157); dá ao Instituto Nacional de Musica (decr. numero 5.162); dá á Casa da Moeda (decr. n. 5.169); approva o processual da justiça sanitaria (decr. n. 5.224); approva o para o serviço de emissão de conhecimentos de depositos e *warrants* pela Companhia Docas de Santos (decr. n. 5.355); dá ás delegacias fiscaes do Thesouro Federal (decr. n. 5.390); dá para execução da lei n. 1.185, de 1904 (decr. n. 5.404); approva o para execução da lei n. 1.236, de 1904, sobre marcas de fabricas (decr. n. 5.424); modifica os arts. 2º e 6º do annexo ao decreto n. 5.141, de 1904 (decr. n. 5.429); approva o para o Corpo de Commissarios da Armada (decr. numero 5.464); dá para a arrecadação do imposto sobre an-

nuncios em cartazes impressos e manuscritos (decr. numero 5.465); approva o para execução da lei n. 1.338, que reorganizou a justiça do Districto Federal (decr. n. 5.561); dá á Força Policial do Districto Federal (decr. n. 5.568); approva o para a concessão de favores ás empresas de electricidade gerada por força hydraulica (decr. n. 5.646); altera o § 3º do art. 22 do das loterias, approved pelo decreto numero 5.407, de 1904 (decr. n. 5.681); approva os para os institutos militares de ensino (decr. n. 5.698); dá para a fiscalização do imposto de transporte (decr. n. 5.874); dá para arrecadação e fiscalização dos impostos de consumo (decr. n. 5.890); manda executar os das escolas de artilharia, de foguistas e de timoneiros (decr. n. 5.975); manda executar o da Escola de Torpedos (decr. n. 5.976); manda observar, nas capitancias de portos, disposições do da Escola Naval (decr. n. 6.005); altera o da Guarda Civil (decr. n. 6.042); dá á Secretaria de Estado das Relações Exteriores (decr. numero 6.046); altera a disposição do § 1º do art. 423 do vigente da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 6.069); approva provisoriamente o para o trafego até 200 kilometros da Estrada de Ferro de Bahurú a Cuyabá (decr. n. 6.230 A); manda executar o para o laboratorio pharmaceutico e gabinete de analyses no Ministerio da Marinha (decr. n. 6.233); dá novo ás escolas de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.234); dá para execução da lei n. 1.575, de 1906 (decr. n. 6.267); declara comprehendidos na excepção dos arts. 14 e 60 do decreto n. 4.323 os cirurgiões que serviram de directores do Hospital de Marinha (decr. n. 6.330); dá á Escola Naval (decr. n. 6.345); modifica o art. 4º, letra e, do da Secretaria da Guerra (decr. n. 6.387); dá á Escola de Marinha Mercante do Pará (decr. n. 6.388); autoriza a dar novo á Escola Livre de Pilotagem, mantida pelo Instituto Technico Naval do Rio de Janeiro (decr. n. 6.389); modifica os arts. 6º, § 5º, e 120, paragrapho unico, do approved pelo decreto n. 3.193, de 1899 (decr. n. 6.408); dá novo ao Corpo de Bombeiros (decr. n. 6.432); approva o para execução das leis ns. 1.150, de 1904, e 1.607, de 1906 (decr. n. 6.437); dá á Secretaria da Policia do Districto Federal (decr. n. 6.439); dá ao serviço policial do Districto Federal (decr. n. 6.440); dá ás escolas profissionais (decr. n. 6.441); approva o para a importação de animaes reproductores (decr. n. 6.451); approva o para o serviço de fiscalização das vias maritimas e fluvias (decr. n. 6.453); approva o para o Serviço de Povoamento (decr. n. 6.455); publica o para os vice-consulados remunerados (decr. n. 6.462); approva provisoriamente o para a Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 6.464); approva provisoriamente o para o Collegio Militar (decr. numero 6.465); publica o do Conselho do Almirantado (decr. n. 6.496); approva o da Secretaria de Estado da Marinha (decr. n. 6.502); approva o do Estado-Maior da Armada (decr. n. 6.503); approva o da 1ª secção da Repartição do Estado-Maior da Armada (decr. n. 6.504); approva o da Contadoria da Marinha (decr. n. 6.508); approva o da Inspectoria de Portos e Costas (decr. n. 6.509); approva o do Commissariado Geral da Armada (decr. n. 6.525); dá para a Inspectoria de Machinas (decr. n. 6.526); approva o para a execução do decreto legislativo n. 979, de 1903 (decr. numero 6.532); approva o para a inspecção dos theatros e casas

de diversões (decr. n. 6.562); dá ás escolas de aprendizes marinheiros (decr. n. 6.582); substitue o art. 6º do a que se refere o decreto n. 4.871, de 1903 (decr. n. 6.591); dá novo ás capitánias de portos (decr. n. 6.617); approva o do Instituto Nacional de Musica (decr. n. 6.621); approva o da Directoria Geral de Estatística (decr. n. 6.628); approva o interno dos armazens geraes da Companhia Docas de Santos (decr. n. 6.644); approva o para as casas de emprestimos sobre penhores no Districto Federal (decr. n. 6.651); dá aos conselhos de compras da Marinha (decr. n. 6.665); dá á Caixa de Amortização (decr. n. 6.711); approva o dos arsenaes de marinha (decr. n. 6.782); approva o para o serviço de fiscalização das estradas de ferro federaes (decr. numero 6.787); altera alguns artigos do para o Collegio Militar (decr. n. 6.844); altera disposições do para a Escola Naval (decr. n. 6.845); dá novo ao serviço de praticagem dos portos, costas e rios navegaveis (decr. n. 6.846); dá á Casa de Detenção do Districto Federal (decr. n. 6.863); amplia e altera algumas disposições do da Inspectoria de Engenharia Naval, approvedo pelo decreto n. 6.506, de 1907 (decr. n. 6.877); approva o para o Instituto Oswaldo Cruz (decr. n. 6.891); approva o para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (decr. n. 6.892); expede para administração do territorio do Acre (decr. n. 6.901); approva o para execução do alistamento e sorteio militar, estabelecido pela lei n. 1.860, de 1908 (decr. n. 6.947); expede para a naturalização de estrangeiros (decr. n. 6.948); approva e manda executar o da Superintendencia de Navegação (decr. n. 6.964); approva o das disposições da lei n. 1.860, de 1908 (decr. n. 6.972); altera algumas disposições do do Conselho do Almirantado, approvedo pelo decreto n. 6.496, de 1907 (decr. n. 6.980); approva o para o montepio dos operarios e serventes dos arsenaes de marinha (decr. n. 6.990); approva o de reorganização da Guarda Civil (decr. n. 6.993); approva o que reorganiza a Colonia Correccional de Dous Rios (decr. numero 6.994); dá para execução do decreto legislativo n. 1.782, de 1907 (decr. n. 7.040); approva o do art. 115 da lei numero 1.860, de 1908 (decr. n. 7.024); approva e manda executar o do Batalhão Naval (decr. n. 7.035); approva o das inspecções permanentes creadas pela lei n. 1.860, de 1908 (decr. n. 7.053); manda observar o dos commandos das brigadas estrategicas (decr. n. 7.054); dá ao Corpo de Marinheiros Nacionais (decr. n. 7.124); modifica o art. 236 do da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 7.199); approva o para o serviço hospitalar da Marinha de guerra (decr. n. 7.203); approva o para o Corpo de Saude da Armada (decr. n. 7.204); approva o da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 7.230); dá para a administração dos patrimonios do Gymnasio Nacional, Hospicio de Alienados, institutos de Surdos-Mudos e Benjamin Constant (decr. n. 7.271); modifica o art. 249 do da Repartição Geral dos Telegraphos (decr. n. 7.273); modifica o art. 410 do da Repartição Geral dos Telegraphos, approvedo pelo decreto n. 4.053, de 1901 (decr. n. 7.319); altera o para as escolas do Exercito, a que se refere o decreto n. 5.698, de 1905 (decr. n. 7.339); approva as modificações feitas pela Conferencia de Lisboa no do serviço telegraphico internacional (decr. n. 7.349); approva o para a Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 7.350);

approva o da Secretaria da Guerra (decr. n. 7.388); approva o do Estado-Maior do Exército (decr. n. 7.389); revoga o art. 6º do que baixou com o decreto n. 9.712, de 1887 (decr. n. 7.413); approva o para o Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar (decr. n. 7.454); approva o para instrução e serviço interno dos corpos do Exército (decr. numero 7.459); approva o para a Divisão de Fundos da Secretaria da Guerra (decr. n. 7.460); altera diversos artigos do da Secretaria da Guerra, approved pelo decreto n. 7.388, de 1909 (decr. n. 7.469); expede para o serviço de estatística da exportação para o exterior e do commercio interestadual (decr. n. 7.473); approva o para a Maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 7.474); approva o para a Divisão de Expediente da Secretaria da Guerra (decr. numero 7.482); concede autorização á «Deutsch Sudamerikanische Telegraphengesellschaft A. G.» para funcioonar (decr. n. 7.489); altera o para o Estado-Maior do Exército, approved pelo decreto n. 7.389, de 1909 (decr. n. 7.511); approva o do Gabinete do Ministro da Guerra (decr. n. 7.558); dá ao Corpo de Commissarios da Armada (decr. n. 7.616); approva o para a organização dos serviços contra os effeitos das seccas (decr. n. 7.619); approva o para os serviços geraes do Ministerio da Guerra (decr. n. 7.635); approva o art. 9º do para o Estado-Maior do Exército (decr. n. 7.636); approva o dos Correios (decr. n. 7.653); approva o para a organização do quadro dos sargentos amanuenses das repartições militares (decr. n. 7.666); approva para o serviço de remonta do Exército (decr. n. 7.693); dá para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada (decr. n. 7.711); approva o da Secretaria da Agricultura (decr. n. 7.727); altera o para animaes reproductores, baixado com o decreto n. 6.454, de 1907 (decr. n. 7.737); approva o expedido em virtude do art. 32 da lei n. 2.083, de 1909, para execução dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional (decr. n. 7.751); dá ás escolas profissionaes (decr. n. 7.752); dá ao Serviço de Registro Genealogico de Animaes (decr. n. 7.778); altera o para o Collegio Militar (decr. n. 7.808); dá para o Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agricola (decr. n. 7.816); dá para as companhias de aprendizes militares (decr. n. 7.824); approva o para a Inspeção Geral de Navegação (decr. numero 7.836); expede para o Jardim Botânico (decr. numero 7.848); dá ao Museu Nacional (decr. n. 7.862); dá para o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul (decr. n. 7.865); approva o para a Inspectoria de Illuminação (decr. n. 7.871); modifica alguns artigos do approved pelo decreto n. 7.751, de 1909 (decr. n. 7.876); altera o da Escola Naval (decr. n. 7.886); approva o para a fiscalização e cobrança do imposto de transporte (decr. numero 7.897); dá para a concessão dos favores destinados á cultura do trigo e outras (decr. n. 7.909); crea o para registro e marcas de animaes (decr. n. 7.917); altera o das escolas do Exército, a que se refere o decreto n. 5.698, de 1905 (decr. n. 7.922); approva o que reforma a Inspeção Geral das Obras Publicas (decr. n. 7.924); approva o para o serviço do recenseamento geral da população da Republica (decr. n. 7.931); altera o dos commandos de brigada (decr. n. 7.939); dá para as bases da concurrença relativa a matadouros modelos e entrepostos frigorificos (decr. nu-

mero 7.945); approva o para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, com applicação aos demais (decr. n. 7.946); altera o das inspecções permanentes (decr. n. 8.016); approva o interno da Directoria de Meteorologia e Astronomia (decr. numero 8.038); approva o da Escola de Minas, em Ouro Preto (decr. n. 8.039); revoga varias disposições do approvedo pelo decreto n. 7.024, de 1918 (decr. n. 8.065); approva o do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais (decr. n. 8.072); approva e manda executar o instituindo o premio «Marcelio Dias» (decr. n. 8.076); approva o para a Confederação do Tiro Brasileiro (decr. numero 8.083); substitue o art. 57 do approvedo pelo decreto n. 8.820, de 1882 (decr. n. 8.136); approva o dos concursos para empregos de Fazenda (decr. n. 8.155); dá para o fornecimento de rações (decr. n. 8.167); approva o para o Serviço de Veterinaria (decr. n. 8.168); substitue os arts. 34 e 66 do da Maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia (decr. n. 8.189); altera os arts. 5º a 8º do approvedo pelo decreto n. 7.666, de 1909 (decr. n. 8.202); dá novo á Escola Premunitoria Quinze de Novembro (decr. n. 8.203); approva o da Secretaria da Viação (decr. n. 8.205); altera o da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decr. n. 8.215); approva o do Patronato Official dos Liberados ou Egressos Definitivos da Prisão (decr. n. 8.233); baixa para o Serviço de Informações e Bibliotheca do Ministerio da Agricultura, creado pelo decreto n. 7.673, de 1910 (decr. n. 8.213); baixa para a Junta Commercial do Districto Federal (decr. n. 8.247); approva o dos corretores de mercadorias e de navios (decr. n. 8.248); approva e manda executar o para a Directoria de Armamento da Marinha (decr. n. 8.253); baixa para o Serviço de Distribuição de Plantas e Sementes (decr. n. 8.267); approva o para a Casa de Correção (decr. n. 8.296); approva o para a organização do serviço de recenseamento geral da população da Republica (decr. n. 8.301); approva o para o ensino agromico (decr. n. 8.319); approva o para o serviço subvencionado de transportes por automoveis (decr. n. 8.324); baixa reorganizando a Directoria Geral de Estatistica (decr. numero 8.330); approva o para o Serviço de Veterinaria (decr. n. 8.331); baixa o para o Serviço Geologico e Mineralogico (decr. n. 8.359); dá ao Posto Zootechnico Federal (decr. n. 8.366); dá á Escola de Agricultura, em Pinheiro (decr. n. 8.367); altera o paragrapho unico do art. 117 do para os institutos militares de ensino (decr. n. 8.430); altera disposições dos arts. 427 a 429 do dos Correios (decr. n. 8.434) — Ver ESCOLAS — ESTRADAS DE FERRO — FORÇAS.

RELEVAÇÃO — Ver OBRIGAÇÃO — RESPONSABILIDADE.

REMONTA — Ver REGULAMENTOS.

RENOVAÇÃO — Ver CONTRACTOS.

REORGANIZAÇÃO — Ver ARSENARES — BIBLIOTHECAS — CAPITANIAS — COMMISSARIADO — COMPANHIAS — CORPOS — DELEGACIAS — ESCOLAS — ESTADO-MAIOR — JUSTIÇA — MUSEU — SECRETARIAS.

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS — Approva o regulamento (decr. n. 4.053); altera as disposições dos arts. 369

e 372 do regulamento (decr. n. 4.783); altera a disposição do § 1º do art. 423 do regulamento (decr. n. 6.069); modifica o art. 440 do regulamento approved pelo decreto n. 4.053, de 1901 (decr. n. 7.319) — Ver CREDITOS.

REPARTIÇÕES — Reorganiza a 1ª secção da do Estado-Maior da Armada (decr. n. 6.504); reorganiza a 3ª secção da do Estado-Maior da Armada (decr. n. 6.526); reorganiza a da Carta Maritima (decr. n. 6.964); modifica o art. 236 do regulamento da Geral dos Telegraphos (decr. n. 7.199); modifica o art. 249 do regulamento da Geral dos Telegraphos (decr. n. 7.273) — Ver CREDITOS.

REPRESSÃO — Ver CONTRABANDO — CONVENIOS — REGULAMENTOS.

REPRODUÇÃO — Ver REGULAMENTOS.

RESCISÃO — Ver CONTRACTOS.

RESERVA — Define a dos navios da Armada (decr. numero 3.922).

RESGATE — Ver CREDITOS — ESTRADAS DE FERRO.

RESPONSABILIDADE — Releva o thesoureiro do papel-moeda da Caixa de Amortização, Antonio Barbosa dos Santos, da do desfalque dado pelo fiel Arnaldo Vieira da Cunha (decr. numero 4.528); releva o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Miguel de Oliveira Salazar, da relativa á quantia de 36:148\$477 (decr. n. 6.707).

RESTABELECIMENTO — Ver COLLECTORIAS.

RESTITUIÇÕES — Ver CREDITOS.

RETIRANTES — Ver CREDITOS.

REVALIDAÇÃO — Ver PATENTES.

REVERSÃO — Ver LINHAS.

REVISÃO — Ver CREDITOS.

« RIO DE JANEIRO FLOURS MIL GRANARIES » — Ver AUTORIZAÇÃO.

« RIO DE JANEIRO HARBOUR AND DOCKS » — Ver COMPANHIAS.

« RIO DE JANEIRO LIGHTERAGE » — Ver COMPANHIAS.

« RIO DE JANEIRO SYNDICATE » — Ver SOCIEDADES.

« RIO DE JANEIRO TRAMWAY, LIGHT AND POWER » — Ver COMPANHIAS — ENERGIA.

RIOS — Ver OBRAS.

ROTULOS — Todos os fabricantes marcarão os seus productos com um, collado ou impresso (decr. n. 4.697); prorroga até 30 de junho o praso de que trata o decreto n. 4.697, de 1902 (decr. n. 4.758); prorroga até 31 de agosto de 1903 o praso para execução do decreto n. 4.697, de 1902 (decr. numero 4.873); prorroga até 31 de dezembro de 1903 o praso marcado para execução do decreto n. 4.697, de 1902 (decr. numero 4.928).

« ROYAL INSURANCE » — Ver COMPANHIAS.

S

«S. PAULO RAILWAY» — Ver ESTRADAS DE FERRO.

SACCOS VASIOS — Ver TARIFAS.

SALARIOS — Ver DIVIDAS.

SALDOS — Ver JUROS.

SANATORIO MILITAR — Approva o regulamento para o de Campos de Jordão (decr. n. 4.663).

SANTA CASA — Ver OBRIGAÇÃO.

SARGENTOS — Ver QUADROS.

SAUDE — Ver COMPOS — INSPECTORIAS.

«SCIENCIA DE FINANÇAS» — Ver CREDITOS.

SECÇÕES — Crea uma de Meteorologia, na Directoria da Hydrographia e Oceanographia da Superintendencia de Navegação (decr. n. 7.390); crea uma de Publicações e Bibliotheca, no Ministerio de Agricultura (decr. n. 7.673) — Ver SERVIÇOS.

SECRETARIAS — Altera o regulamento da de Estado da Justiça (decr. n. 4.728); dá regulamento á da Policia do Districto Federal (decr. n. 4.764); fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da das Relações Exteriores (decr. numero 5.526); dá regulamento á das Relações Exteriores (decr. n. 6.046); modifica o art. 4º, letra d, do regulamento da de Estado da Guerra (decr. n. 6.387); dá regulamento á da Policia do Districto Federal (decr. n. 6.439); reorganiza a de Estado da Marinha (decr. n. 6.502); approva o regulamento da de Estado da Guerra (decr. n. 7.388); extingue a da Guerra (decr. n. 7.397); altera diversos artigos do regulamento da de Estado da Guerra (decr. n. 7.469); torna extensivos aos funcionarios da de Estado da Agricultura os vencimentos estabelecidos pelo decreto n. 2.092, de 1909 (decr. numero 7.540); approva o regulamento da de Estado da Agricultura (decr. n. 7.727); approva o regulamento da da Viação (decr. n. 8.205) — Ver DIVISÕES — JUNTA COMMERCIAL.

SÉDE — Ver TERRITORIO.

SEGUROS — Ver COMPANHIAS.

SERICULTORES — Ver PREMIOS.

«SERTUM PALMARUM» — Ver CREDITOS.

SERVIÇOS — Dá nova organização ao hospitalar da Marinha de guerra (decr. n. 4.644); dá regulamento ao policial do Districto Federal (decr. n. 4.763); manda observar o regulamento para o Medico-Legal do Districto Federal (decr. numero 4.864); dá novo regulamento aos sanitarios a cargo da União (decr. n. 5.156); approva o regulamento do de Prophylaxia da Febre Amarella (decr. n. 5.157); concede a Gaffrée & Guinle e Theodor Wille & Comp. autorização para organizarem um de navegação costeira pelos portos da Republica (decr. n. 5.198); dá providencias sobre o eleitoral (decr. nu-

mero 5.622); crea o Geologico e Mineralogico do Brasil (decr. n. 6.323); dá regulamento ao policial do Districto Federal (decr. n. 6.440); approva as bases regulamentares para o de Povoamento do Sôlo (decr. n. 6.455); dá regulamento ao de praticagem dos portos, costas e rios navegaveis do Brasil (decr. n. 6.846); regula o de estatistica da exportação para o exterior e do commercio interestadual (decr. numero 7.473); crea o de Inspeção Agricola (decr. n. 7.556); approva o regulamento para a organização dos contra os effeitos das seccas (decr. n. 7.619); approva o regulamento para os geraes do Ministerio da Guerra (decr. n. 7.635); crea um de consulta no Ministerio da Agricultura (decr. n. 7.839); crea o de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais e approva o seu regulamento (decr. n. 8.072); approva o regulamento para o de Veterinaria (decr. n. 8.468); reorganiza o de Publicações e Bibliotheca do Ministerio da Agricultura (decr. n. 8.243); crea no Ministerio da Agricultura, o de Distribuição de Plantas e Sementes (decr. numero 8.267); approva o regulamento para o subvencionado de transportes por automoveis (decr. n. 8.324); crea o de Veterinaria e approva o seu regulamento (decr. n. 8.331); reorganiza o Geologico e Mineralogico (decr. n. 8.359); reúne sob uma só direcção os de inspecção, estatistica, defesa agricola e distribuição de plantas e sementes (decr. n. 8.360) — Ver COMPANHIAS — CONTRACTOS — CREDITOS — DENOMINAÇÕES — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — HYGIENE — INSTRUÇÕES — LOTERIAS — ORDENANÇA — REGENSEAMENTO — REGISTRO — REGULAMENTOS.

SERVIDORES — Ver ASYLO.

SIDERURGIA — Ver ESTABELECIMENTOS.

SIGNAES — Ver CALADOS — REGRAS

SITIO — Ver ESTADO DE SITIO.

SOCORROS PUBLICOS — Ver CREDITOS.

SOCIEDADE COOPERATIVA DE S. PAULO — Ver CREDITOS.

SOCIEDADES — Autoriza a organização da mutua de seguros sobre a vida A Nacional e approva os seus estatutos (decr. numero 4.005); concede á anonyma «Belge-Brésilienne» autorização para funcionar (decr. n. 4.013); autoriza a de seguros sobre a vida Garantia Mutua do Brasil a emitir apolices ou titulos de accumulacão (decr. n. 4.030); concede autorização á anonyma «Nord Bahia» para funcionar (decr. numero 4.054); concede autorização á anonyma «La Brésilienne», com séde em Bruxellas, para funcionar (decr. n. 4.078); concede autorização á anonyma denominada «Suererie de Porto Feliz» para funcionar (decr. n. 4.090); concede autorização á anonyma denominada «D'Exploitation Agricole d'Itapeva» para funcionar (decr. n. 4.094); concede autorização á anonyma denominada «Suererie de Lorena» para funcionar (decr. numero 4.092); concede á anonyma denominada «Minière Belge-Brésilienne de Tres Cruzes et Extensions» autorização para funcionar (decr. n. 4.094); concede autorização á anonyma «Mines d'Or du Cerrito» para funcionar (decr. n. 4.105); concede autorização á anonyma «Omnibus Minier Lopes-Talhounorne» para funcionar (decr. n. 4.107); elimina a par-

ticula «The» que precedeu a denominação da anonyma «Machine Cottons» (decr. n. 4.108); concede autorização a Alfredo Luiz Del Porto para organizar a anonyma A Economizadora (decr. n. 4.118); concede autorização á anonyma «Compagnie d'Eclairage de Bahia» para funcionar (decr. n. 4.188); approva a reforma dos estatutos da anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. n. 4.234); concede autorização a Manoel de Miranda Rosa para organizar uma cooperativa mutua e de previdencia, sob a denominação de Montepio Popular (decr. numero 4.286); concede autorização á anonyma denominada Cooperativa Operaria Carioca para funcionar (decr. n. 4.287); concede autorização a Bernardino Ferreira Pacheco Soutello para incorporar, em Nietheroy, uma anonyma, sob a denominação de Companhia Brasileira de Alimentação (decr. numero 4.336); approva a reforma dos estatutos da de seguros de vida Caixa Rural das Familias (decr. n. 4.346); approva a reforma dos estatutos da anonyma Moinho Fluminense (decr. n. 4.380); concede autorização á denominada Cooperativa Cruzeiro para funcionar (decr. n. 4.394); autoriza a organização da de economias e seguros A Economica e approva os seus estatutos (decr. n. 4.408); cassa a autorização concedida á de seguro mutuo sobre a vida A Equitativa pelo decreto n. 3.304, de 1899 (decr. n. 4.419); approva os estatutos da anonyma A Economizadora (decr. n. 4.436); autoriza a organização da anonyma A Accumuladora e approva os seus estatutos (decr. n. 4.445); concede autorização ao Dr. Eugenio de Barros Falcão de Lacerda e outros para organizarem uma anonyma sob a denominação de Cooperativa Civil dos Funcionarios Publicos Federaes (decr. n. 4.465); concede autorização ao Dr. Francisco Portella para organizar uma anonyma sob a denominação de Brasileira Exportadora de Café (decr. numero 4.487); concede autorização ao Dr. José Joaquim da Costa Pereira Braga e outros para organizarem uma anonyma de previdencia, sob a denominação de Montepio Popular (decr. n. 4.544); approva a reforma dos estatutos da de seguros mutuos sobre a vida Garantia da Amazonia (decr. numero 4.629); proroga o praso da concessão feita á anonyma «Banque Belge de Prêts Fonciers» pelo decreto n. 3.776, de 1900 (decr. n. 4.631); suspende a autorização concedida á Hanscatlica, de seguros contra fogo, estabelecida em Hamburgo, para funcionar (decr. n. 4.632); approva a reforma dos estatutos da anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. n. 4.639); approva os estatutos da anonyma A Auxiliadora e a autoriza a funcionar (decr. n. 4.682); concede autorização a Henrique de Villeneuve para organizar uma anonyma sob a denominação de Cooperativa Fluminense (decr. n. 4.685); concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar uma anonyma sob a denominação de Caixa Cooperativa das Classes Laboriosas (decr. n. 4.723); concede autorização á Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro para continuar a funcionar (decr. n. 4.749); concede autorização a anonyma «Amsterdamsch Trusteés Kanto» para funcionar (decr. n. 4.836); concede autorização á anonyma «Suererie de Lorena» para continuar a funcionar (decr. n. 4.843); concede autorização á anonyma «Suererie de Cupim» para continuar a funcionar (decr. n. 4.844); concede autorização á anonyma «Suererie de Porto Feliz» para continuar a funcionar (decr. n. 4.845);

concede autorização á anonyma «Sucrerie de Piracicaba» para continuar a funcionar (decr. n. 4.847); proroga o prazo concedido ao bacharel Jovino Barral da Fonseca e outro para organizarem uma sob a denominação de Cooperativa Civil dos Funcionarios Publicos Federaes (decr. numero 4.899); ficam substituidas as disposições da clausula VI das que baixaram com o decreto n. 4.830, de 1900, relativamente á anonyma mutua de economia «La Accumulativa» (decr. n. 4.978); concede autorização a Julio Braga para organizar a anonyma Companhia Industrial Santa Rita (decr. n. 5.076); approva a reforma dos estatutos da em commandita por acções Cervejaria Brahma — George Maseke & Comp. (decr. n. 5.083); concede autorização á «Rio de Janeiro Syndicate» para funcionar (decr. n. 5.229); declara sem effeito o decreto n. 4.319, de 1902, que cassa a autorização conferida á Equitativa dos Estados Unidos do Brasil (decr. n. 5.232); approva a reforma dos estatutos da anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. n. 5.265); concede autorização á anonyma Empresa Frigorifica Paulista para funcionar (decr. n. 5.280); declara sem effeito o decreto n. 4.408, de 1902, que autorizou a organização da anonyma A Economica (decr. n. 5.285); concede autorização a «Deutsche Rohproducten Import Uztiengesellschaft» para funcionar (decr. n. 5.323); approva a reforma dos estatutos da anonyma Empresa de Sal e Navegação (decr. n. 5.332); concede autorização á «Minière et Industrielle Franco-Brésilienne» para funcionar (decr. n. 5.524); concede autorização á «Italiana di Esportazione Enrico Dell'Acqua» para funcionar (decr. n. 5.600); concede autorização á «Brazilianische Siemens Schueckertwerke Elektricitäts-Gesellschaft» para funcionar (decr. n. 5.609); cassa a autorização concedida á anonyma A Economizadora para funcionar (decr. n. 5.612); concede autorização á anonyma Moinho Santista para se organizar (decr. n. 5.746); concede autorização á «Sucrerie de Rio Branco» para funcionar (decr. n. 5.772); proroga o prazo da concessão feita á anonyma «Banque Belge de Prêts Fonciers» para funcionar (decr. n. 5.950); concede autorização á «Industrielle et Agricole au Brésil» para funcionar (decr. numero 5.983); concede autorização á anonyma Moinho Santista para reformar seus estatutos (decr. n. 6.038); declara sem effeito os decretos ns. 3.830, de 1900, e 4.978, de 1903, em relação á anonyma «La Accumulativa» (decr. n. 6.099); concede autorização á anonyma «E. Johnston and Company» para funcionar (decr. n. 6.149); concede autorização á anonyma «de Travaux e d'Entreprise ao Brésil» para funcionar (decr. n. 6.333); concede autorização á em commandita por acções Ch. Lorilleux & Comp. para funcionar (decr. numero 6.342); concede autorização á «Financière e Commerciale Franco-Brésilienne» para funcionar (decr. n. 6.351); declara sem effeito o decreto n. 1.395 A, de 1895, que concedeu autorização á anonyma «Royal Insurance Company» para estabelecer uma agencia em Santa Catharina (decr. n. 6.442); concede autorização á «Colónnière Belge-Brésilienne» para funcionar (decr. n. 6.518); concede autorização á anonyma «Norton Megaw» para funcionar (decr. n. 6.561); concede á anonyma «Banque du Credit Foncier du Brésil» autorização para funcionar (decr. n. 6.593); concede autorização a Herm Stoltz & Comp. e outros para organizarem a anonyma En-

genho Nacional (decr. n. 6.598); concede autorização á anonyma «Anciens Etablissements Duches» para funcionar (decr. n. 6.634); concede autorização á anonyma «Industrial y Pastoril» para funcionar (decr. n. 6.662); concede autorização á «de Sucreries Brésiliennes» para funcionar (decr. n. 6.699); concede autorização á «per l'Exportazione e per l'Industria Italo-Americana» para continuar a funcionar (decr. n. 6.708); concede autorização á «Internacional des Voies Ferrées et de Travaux Publics» para funcionar (decr. n. 6.736); cassa as autorizações concedidas á de seguros sobre a vida Garantia Mutua do Brasil (decr. n. 6.946); concede autorização á «Sucrerie de Santo Eduardo» para funcionar (decr. n. 6.936); concede autorização á «de Construction du Port de Bahia» para funcionar (decr. n. 7.068); concede autorização á «per l'Exportazione e per l'Industria Italo-Americana» para funcionar (decr. n. 7.076); concede autorização á anonyma «E. Johnston and Company» para continuar a funcionar (decr. n. 7.088); approva a reforma dos estatutos da anonyma Moinho Santista (decr. n. 7.099); concede á anonyma Kosmos autorização para funcionar (decr. n. 7.114); approva a reforma dos estatutos da anonyma Moinho Santista (decr. n. 7.153); concede autorização á «Générale de Construction» para funcionar (decr. n. 7.210); concede autorização á anonyma «Machine Cottons» para funcionar (decr. n. 7.227); concede autorização á de «Construction du Port de Pernambuco» para funcionar (decr. numero 7.291); concede autorização á anonyma «Fomento Argentino Sud Americano» para funcionar (decr. n. 7.294); approva os estatutos para as incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 7.350); cassa a autorização concedida á anonyma Kosmos para funcionar (decr. n. 7.383); concede autorização á «Minière e Industrielle Franco-Brésilienne» para continuar a funcionar (decr. n. 7.448); concede autorização á «Sucrerie d'Angra» para funcionar (decr. n. 7.539); concede autorização á Tranquillidade para funcionar (decr. n. 7.548); concede autorização á Joaquim Pinto de Magalhães para organizar uma anonyma, sob a denominação de Empresa de Aguas Gazosas (decr. n. 7.621); concede autorização á Vitalicia Pernambucana para funcionar (decr. numero 7.638); concede autorização á Internacional para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 7.658); approva a revisão do contracto com a «Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro» para illuminação da cidade (decr. n. 7.768); concede autorização á anonyma «Trust del Alto-Paraguay» para funcionar (decr. n. 7.780); concede autorização á firma Machado, Mello & Comp. para organizar uma em commandita, sob a denominação de Moinho Santa Cruz (decr. numero 7.806); concede autorização á anonyma de seguros Sul-Brasil para funcionar e approva os seus estatutos (decr. numero 7.825); concede autorização á de auxilios mutuos Montepio da Familia para funcionar (decr. n. 7.852); concede autorização á de auxilios mutuos A Familia para funcionar (decr. n. 7.884); approva as alterações dos estatutos da mutua de peculio e garantia do capital Tranquillidade (decr. numero 7.898); concede autorização á «des Abattoir de Pará» para funcionar (decr. n. 7.956); concede autorização á Editora do Brasil para funcionar (decr. n. 7.957); concede autorização á «Elsanische Aktien Gesellschaft für Plantagen

in Brazilien» para funcionar (decr. n. 8.051); approva os estatutos das incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 8.083); concede autorização á «Franco-Brésilienne» para funcionar (decr. n. 8.125); concede autorização á «Française d'Entreprises au Brésil» para funcionar (decr. numero 8.157); concede á anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud» autorização para funcionar (decr. n. 8.169); concede á Cooperativa Beneficente Mutua Brasileira autorização para funcionar (decr. n. 8.171); autoriza a Cooperativa Popular de Consumo Italo-Brasileira a funcionar (decr. n. 8.173); approva os estatutos da de auxilios mutuos Montepio da Familia (decr. n. 8.228); concede á anonyma Brasil Seguradora e Edificadora autorização para funcionar e approva os seus estatutos (decr. n. 8.229); concede autorização á Empresa Commercio de Sal para funcionar (decr. n. 8.230); concede autorização á «Franco-Brésilienne de Travaux Publics» para funcionar (decr. numero 8.244); approva as alterações nos estatutos da «de Construction du Port de Pernambuco» (decr. n. 8.298); concede autorização á «du Port de Rio de Janeiro» para funcionar (decr. n. 8.299); concede autorização á «d'Entreprises Electriques de Pará» para funcionar (decr. n. 8.300); eleva a 12:000\$ annuaes a importancia com que deve entrar para os cofres publicos a anonyma «Banque du Credit Foncier du Brésil» para pagamento do fiscal (decr. n. 8.344); cassa a autorização concedida á ingleza de seguros contra fogo «Norvich Union Fire Insurance» para funcionar (decr. n. 8.405); concede á Auxilio das Familias, de Piracicaba, autorização para funcionar (decr. n. 8.423); concede autorização á beneficente Igualdade para funcionar (decr. n. 8.424); concede autorização á de peculios e pensões A Minas Geraes, de Juiz de Fora, para funcionar (decr. n. 8.426) — Ver AUTORIZAÇÃO — CREDITOS — ESTATUTOS — LLOYD BRASILEIRO.

«SOCIETÀ PER L'EXPORTAZIONE E PER L'INDUSTRIA» — Ver SOCIEDADES.

«SOCIÉTÉ DE CONSTRUCTION DU PORT DE BAHIA» — Ver SOCIEDADES.

«SOCIÉTÉ FINANCIÈRE E COMMERCIALE FRANCO-BRÉSILIENNE» — Ver SOCIEDADES.

«SOCIÉTÉ INDUSTRIELLE AU BRÉSIL» — Ver SOCIEDADES.

«SOCIÉTÉ INTERNACIONAL DE VOIES FERRÉES E DE TRAVAUX PUBLICS» — Ver SOCIEDADES.

SOLDO — Estabelece regras para a concessão do vitalicio (decr. n. 6.768)¹.

SORTEIO — Approva as instrucções regulamentares para o dos matriculados nas capitancias de portos, necessarios ao preenchimento de claros nos corpos da Marinha (decr. numero 4.904); approva o regulamento para execução do militar da lei n. 1.860, de 1908 (decr. n. 6.947).

SUB-INSTRUCTORES — Ver GRATIFICAÇÃO.

SUB-MACHINISTAS — Ver DENOMINAÇÕES.

SUBSTITUIÇÃO — Approva a da firma social Argollo, Aragão & Comp., arrendataria da Estrada de Ferro S. Francisco, pela firma Argollo, Cardoso & Comp. (decr. n. 4.130).

SUBSTITUTO — Ver CONCURSOS.

SUBVENÇÕES — Ver CREDITOS.

«SUCRERIE CUPIM» — Ver SOCIEDADES.

«SUCRERIE DE LORENA» — Ver SOCIEDADES.

«SUCRERIE DE PORTO FELIZ» — Ver SOCIEDADES.

«SUCRERIE RIO BRANCO» — Ver SOCIEDADES.

SUL-BRASIL — Ver SOCIEDADES.

SUPERINTENDENCIAS — Crea a Geral de Seguros (decr. numero 4.270); supprime a Directoria de Meteorologia e crea uma secção de meteorologia na de Navegação (decr. n. 7.390) — Ver REPARTIÇÕES.

SUPPLENTES — Ver LOGARES.

SUPPRESSÃO — Ver ESTRADAS DE FERRO — LOGARES.

SUSPENSÃO — Ver COMPANHIAS.

SYNDICATOS — Dá regulamento aos agricolas (decr. numero 6.532).

T

TABELLAS — Approva e manda executar a nova para distribuição de fardamento aos aprendizes marinhaes (decr. n. 4.476); approva a do numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal (decr. n. 4.529); approva e manda executar as para distribuição de fardamento aos sentenciados da Marinha (decr. n. 4.649); modifica a annexa ao decreto legislativo n. 1.151, de 1904 (decr. n. 5.318); altera a de retribuição do pessoal da Inspectoria de Seguros (decr. n. 5.466); publica a do numero, classe e vencimentos dos empregados da Secretaria das Relações Exteriores (decr. n. 5.536); publica a do numero, classe e vencimentos do pessoal dos postos fiscaes de Breu e Catay, nos territorios do Alto-Juruá e Alto-Purús (decr. n. 5.635); approva a nova dos preços dos bilhetes de passagens para os trens de excursão entre Rio Grande e Piratiny, da rede de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.773); approva a de continencias e honras funebres que se deverão observar no Exército (decr. n. 6.055); approva a nova de fardamento para os alumnos das escolas de Guerra e de Applicação de Infantaria e Cavallaria (decr. n. 6.224); publica a do numero, classe e vencimentos dos funcionarios da Caixa de Conversão (decr. n. 6.267); approva a do numero, classe e vencimentos dos empregados da Delegacia Fiscal em Matto Grosso (decr. n. 6.322); publica a de vencimentos do pessoal que este decreto determina para o serviço da Escola Naval (decr. n. 6.345); publica a de vencimentos do pessoal da commissão de obras federaes no territorio do Acre (decr. n. 6.406); manda adoptar nova de gratificações para as praças do Corpo de Marinheiros Nacionais (decr. n. 7.399); approva a dos vencimentos e diarias dos empregados e dos auxiliares militares do Grande Estado-Maior (decr. n. 7.665); estabelece uma

nova de emolumentos consulares (decr. n. 8.492 A) — Ver COMMISSÕES — ESTRADAS DE FERRO — FARDAMENTO — MESAS DE RENDAS — PORTOS — TARIFAS.

TARIFAS — Altera o art. 1º do decreto n. 3.841, de 1900, e modifica a para os saccos vazio destinados a productos agricolas transportados pela Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro (decr. n. 3.930); approva as condições regulamentares e bases das da Estrada de Ferro de Sobral (decr. n. 4.000); torna extensivas ás estradas de ferro do Carangola e de Santo Eduardo ad Cachoeiro do Itapemerim as approvadas pelo decreto n. 3.785, de 1900 (decr. n. 4.007); altera as da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, approvadas pelo decreto numero 3.087, de 1898 (decr. n. 4.086); approva as da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, approvadas pelos decretos ns. 1.881, de 1894, e 2.645, de 1897 (decr. n. 4.087); torna applicaveis ao ramal de Mulungú a Alagôa Grande as em vigor na Estrada de Ferro Conde d'Eu (decr. n. 4.123); isenta da cambial na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé a alfafa e demais forragens cultivadas no Rio Grande do Sul (decr. n. 4.923); classifica na 4ª classe da de n. 3, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, o algodão em pluma (decr. n. 4.925); approva as para a Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina (decr. n. 5.214); approva a redução na de transporte de passageiros nas linhas da rêde fluminense e Estrada de Ferro do Norte, da «Leopoldina Railway Company» (decr. n. 5.585); altera a classificação de varios artigos nas da Estrada de Ferro do Paraná (decr. n. 5.627); altera varias na linha da Costa dô Mar, ramal do Rio Grande a Bagé, na rêde de viação ferrea do Rio Grande do Sul (decr. n. 5.774); approva as alterações feilas nas da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí (decr. n. 6.102); approva provisoriamente as de transporte para o trafego até 200 kilometros da Estrada de Ferro de Baururú a Guyabá (decr. numero 6.230); substitue varios artigos da da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande (decr. n. 6.525); approva as novas da Estrada de Ferro Central do Brasil (decr. n. 6.747) — Ver BILHETES — CONVENÇÕES — MINERIO — «WARRANTS».

TAXAÇÃO — Ver TELEGRAMMAS.

TAXAS — Estabelece a de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pelo porto do Rio de Janeiro (decr. numero 4.879); dá regulamento para a arrecadação das de consumo d'agua (decr. n. 5.141); modifica os arts. 2º e 6º do decreto n. 5.141, de 1904 (decr. n. 5.429); eleva a 2 %, ouro, a sobre o valor official da importação realizada pelo porto do Rio de Janeiro (decr. n. 5.553); reduz a \$200 a sobre o assucar, quando originario de paizes que não premiarem a sua produção ou exportação (decr. n. 5.881); estabelece a de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pelas alfandegas do Rio Grande do Sul (decr. n. 6.326); estabelece a de 2 %, ouro, sobre o valor da importação pelas alfandegas do Pará, Pernambuco e Bahia (decr. n. 6.412); determina que na Bahia seja cobrada a de 2 %, ouro, a que se refere o decreto n. 6.412 (decr. n. 6.428); exclue do praso para a contagem da isenção das armazenagens, no porto de Santos, os dias em que não funcionar a Alfandega (decr.

n. 6.446); eleva a \$400 por kilo a de \$200 estabelecida no decreto n. 5.881, de 1906 (decr. n. 6.905); estabelece a de 2 %, ouro, sobre o valor da importação pelas alfândegas do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Espírito Santo, Paraná, Santa Catharina e Matto Grosso (decr. numero 7.270); estabelece a de 2 % ouro, sobre o valor da importação pela Alfandega de Maceió (decr. n. 7.810); suspende a cobrança da de 2 %, para melhoramentos dos portos, na Alfandega do Pará (decr. n. 8.045) — Ver REGULAMENTOS.

TAXAS DE ESGOTOS — Ver COMPANHIAS — CREDITOS.

TECIDOS — Ver FARDAMENTO.

TELEGRAMMAS — Altera o systema de taxação dos trocados entre S. Paulo e Santos e entre S. Paulo, Judiahy e Campinas (decr. n. 4.641) — Ver REGULAMENTOS.

TELEGRAPHIOS — Ver CREDITOS.

TELEPHONES — Ver CONTRACTOS — LINHAS.

TRÔR — Ver REGULAMENTOS — TERRAS.

TERMOS JUDICIARIOS — Ver TERRITORIO.

TERRAS — Declara o verdadeiro teor do regulamento baixado com o decreto n. 720, de 1890, sobre divisão e demarcação de particulares (decr. n. 4.098).

TERRITORIO — Organiza o do Acre (decr. n. 5.188); organiza a administração fiscal do do Acre (decr. n. 5.206); reorganiza o do Acre (decr. n. 6.901); designa a villa de Senna Madureira para sede da secção da justiça federal e do Tribunal de Appellação do do Acre (decr. n. 6.902); approva o acto estabelecendo a divisão, denominação e sede de cada um dos termos judiciaes da comarca de Alto-Acre, no do Acre (decr. n. 7.001); approva o acto do prefeito de Alto-Juruá, no do Acre, estabelecendo a divisão, denominação e sede de cada um dos termos judiciaes da comarca de Alto-Juruá (decr. n. 7.126); approva o acto do prefeito de Alto-Purús, no do Acre, estabelecendo a divisão, denominação e sede de cada um dos termos judiciaes da comarca de Alto-Purús (decr. n. 7.208); approva o acto do prefeito de Alto-Juruá, no do Acre, estabelecendo a divisão, denominação e sede de cada um dos termos judiciaes da comarca de Alto-Purús (decr. n. 7.313); modifica a organização dada á administração fiscal no do Acre pelo decreto n. 5.206, de 1904 (decr. n. 7.495); crea a Administração dos Correios no do Acre (decr. n. 7.564) — Ver CREDITOS.

THMATROS — Apprôva o regulamento para a inspecção dos situados no Districto Federal (decr. n. 6.562).

THESOIRO — Ver RESPONSABILIDADE.

TIRO — Ver CREDITOS — SOCIEDADES.

TITULOS — Ver COMPANHIAS — INSTRUCCOES.

TITULOS DE ACCUMULAÇÃO — Ver SOCIEDADES.

TOLERANCIA — Ver IMPORTAÇÃO.

TOMADA DE CONTAS — Ver INSTRUÇÕES.

TORPEDOS — Ver CURSOS.

TRABALHADORES — Ver DIVIDAS.

TRAÇADO — Ver COOPERATIVAS — ESTRADAS DE FERRO — OBRAS.

TRACÇÃO — Autoriza o emprego da electrica na linha do Norte da «Leopoldina Railway Company» (decr. n. 7.895).

TRAFICO DE MULHERES — Ver ACCÔRDOS.

TRANQUILLIDADE — Ver SOCIEDADES.

TRANSFERENCIA — Regula a dos officiaes da Armada e classes annexas para a reserva (decr. n. 5.051) — Ver COMPANHILAS — CONCESSÃO — CONSIGNAÇÃO — CONTRACTOS — EMPRESAS — ESCOLAS — ESTRADAS DE FERRO — LINHAS.

TRANSMISSÃO — Ver ENERGIA.

TRANSPORTE — Ver ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL — IMPOSTOS.

«TRATADO DE CIRURGIA CONTEMPORANEA» — Ver CREDITOS.

TRATADOS — Manda executar o concluido entre o Brasil e a Gran-Bretanha em 6 de novembro de 1901 (decr. n. 4.329); manda executar o de extradição, concluido com os Estados Unidos da America em 14 de maio de 1897, e os protocollos annexos, assignados em 28 de maio de 1898 e 29 de maio de 1901 (decr. n. 4.822); manda executar o de permuta de territorios e outras compensações, celebrado em 17 de novembro de 1903 entre a Bolivia e o Brasil (decr. n. 5.161); manda executar o de limites, concluido em 6 de maio d 1904, entre o Brasil e o Ecuador (decr. n. 5.531); declara insubsistente o de commercio entre o Brasil e Perú, concluido em 10 de outubro de 1891 (decr. n. 5.531 A); manda executar o de arbitramento, concluido entre o Brasil e o Chile em 1899 (decr. n. 5.965); manda executar o de limites e navegação entre o Brasil e a Colombia (decr. n. 6.934); manda executar o estabelecendo a fronteira entre o Brasil e a Colonia de Surinam (decr. n. 7.133); manda executar o de arbitramento geral entre o Brasil e a Republica Argentina (decr. numero 7.277); promulga o entre o Brasil e o Perú, completando a determinação das fronteiras e estabelecendo principios geraes sobre o commercio e navegação na bacia do Amazonas (decr. n. 7.975); promulga o entre o Brasil e a Republica do Uruguay, modificando as fronteiras na Lagôa Mirim e no rio Jaguarão e estabelecendo principios geraes para o commercio e navegação (decr. n. 7.992); publica o sobre o commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Colombia (decr. n. 8.252) — Ver CREDITOS.

TRATAMENTO — Ver CREDITOS.

TRIGO — Ver CULTURA.

TROCO DE CARTAS — Ver ACCÔRDOS.

TYPO — Ver APOLICES.

U

UNIDADE — Ver OFFICIAES.

UNIFORMES — Estabelece os para os patrões-móres da Marinha (decr. n. 3.919); altera o plano mandado observar pelo decreto n. 2.036, de 1895, na parte referente aos aspirantes a guardas-marinha (decr. n. 3.920); approva e manda executar o plano dos para os officiaes da Armada e classes annexas (decr. n. 4.341); manda adoptar para os alumnos do curso de machinas da Escola Naval (decr. n. 4.387); manda adoptar novo plano para os alumnos do curso de machinas da Escola Naval (decr. n. 4.810); torna extensivo a todos o uso do capacete estabelecido pelo decreto n. 2.468, de 1897 (decr. n. 4.870); altera o plano do estabelecido pelo decreto n. 2.468, de 1897, para a Guarda Nacional (decr. n. 4.922); estabelece alterações no plano dos para o Exercito (decr. numero 4.966); altera em alguns pontos o plano dos da Brigada Policial (decr. n. 5.317); declara como deve ser usado o de brim branco (decr. n. 5.448); approva novo plano para a Guarda Nacional (decr. n. 5.892); modifica o plano dos da Força Policial (decr. n. 6.071); approva o plano do facultativo para os officiaes do Exercito (decr. n. 6.155); altera o primeiro, do plano approvado pelo decreto n. 4.341, de 1902 (decr. n. 6.195); altera o plano mandado observar pelo decreto n. 6.195 (decr. n. 6.247); altera o plano dos das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e aprendizes marinheiros (decr. n. 6.658); permite aos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas o uso do branco durante a estação calmosa (decr. n. 6.841); altera o plano dos para os officiaes da Armada e classes annexas, approvado pelo decreto n. 4.341, de 1902 (decr. n. 6.953); altera o plano dos para os inferiores e praças do Corpo de Infantaria de Marinha, mandado observar pelo decreto n. 2.051, de 1895 (decr. n. 6.951); estabelece alterações no plano dos do Exercito (decr. n. 7.201); approva o plano do facultativo para os socios das sociedades de tiro incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro (decr. n. 7.468); estabelece alterações no do Exercito (decr. n. 7.494); estabelece distinctivos para o terceiro e quarto dos officiaes generaes da Armada, ministros do Supremo Tribunal Militar (decr. n. 7.686); approva o plano dos para os da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 7.864); approva o plano dos para os empregados da Secretaria de Estado da Guerra e da Directoria de Contabilidade da Guerra (decr. n. 7.875); altera o plano dos para o Exercito (decr. n. 7.947); approva o plano dos do Exercito, na parte relativa a polainas de couro (decr. n. 8.234); altera a tunica, calça e gorro do segundo, para os officiaes graduados da Secretaria de Estado da Guerra e da Directoria de Contabilidade da Guerra (decr. n. 8.254); altera o plano do da Força Policial do Districto Federal, approvado pelo decreto n. 7.864, de 1910 (decr. n. 8.293); altera o plano dos do Exercito, na parte relativa á collocação do emblema dos picadores (decr. n. 8.326); altera o plano dos do Exercito, na parte relativa ao distinctivo dos officiaes do quadro de dentistas (decr. n. 8.337); altera o plano dos do Exercito, na

parte relativa ao fardamento dos officiaes reformados (decr. n. 8.338); approva o plano dos do Exercito, na parte relativa a distinctivos (decr. n. 8.393); substitue o panno do da Força Policial do Districto Federal (decr. n. 8.459).

UNIFORMIZAÇÃO — Ver APOLICES — CREDITOS.

USO — Ver UNIFORMES.

UTILIDADE PUBLICA — Ver DESAPROPRIAÇÕES — OBRAS.

V

VALES POSTAES — Ver ACCÔRDOS — CONVENÇÕES.

VALIDADE — Ver NEGOCIAÇÕES.

VANTAGENS — Ver ACADEMIAS — CREDITOS — ESCOLAS — GYMNASIOS — LYCEU — VAPORES.

VAPORES — Concede á Empresa de Navegação Rio de Janeiro as vantagens e regalias de paquete para os de sua propriedade (decr. n. 4.040); concede á Empresa do Sal e Navegação as vantagens e regalias de paquete para os de sua propriedade (decr. n. 4.488); concede á Empresa de Navegação Gran-Pará as vantagens e regalias de paquete para os de sua propriedade (decr. n. 4.558); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Guasca* (decr. n. 4.856); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Maroim* (decr. n. 4.857); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Garcia*, de propriedade de Joaquim Garcia (decr. n. 5.003); concede as vantagens e regalias de paquete aos denominados *Recife*, *Fortaleza* e *Belém*, da Companhia Paraense de Navegação a Vapor (decr. n. 5.120); concede as vantagens e regalias de paquete aos da Empresa de Navegação Salina *Canoe* e *Aracaty* (decr. n. 5.190); concede as vantagens e regalias de paquete ao *S. Luiz*, da Empresa Maritima Brasileira (decr. n. 5.197); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Rudi*, de propriedade de João Bauer (decr. n. 5.204); concede as vantagens e regalias de paquete aos da Companhia de Navegação *S. João da Barra* e *Campos* (decr. n. 5.211); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Temple*, da Empresa de Navegação Norte e Sul (decr. n. 5.242); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Carioca*, da Empresa de Navegação Norte e Sul (decr. n. 5.673); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Gloria*, de propriedade de Joaquim Garcia (decr. n. 5.717); concede as vantagens e regalias de paquete aos denominados *Idalina* e *Isabel*, da Empresa de Vapores Idalina (decr. n. 5.756); concede as vantagens e regalias de paquete aos da Empresa Brasileira de Navegação Freitas (decr. numero 5.828); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Santa Cruz*, de propriedade de Adelino da Cruz Moreira (decr. n. 6.208); concede as vantagens e regalias de paquete aos de propriedade da Companhia Commercio e Navegação *S. Luiz* e *Canoe* (decr. n. 6.285); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Campos*, de propriedade de M. Cavassa Filho & Comp. (decr. n. 6.689); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Paraná*, de propriedade de Junqueira Moreira & Comp. (decr. n. 6.765); concede as vantagens e regalias de

paquete ao *Tijuca*, da Companhia Commercio e Navegação (decr. n. 6.882); concede a Garcia & Cirio, proprietarios dos denominados *Garcia e Gloria*, os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, excepto a subvenção (decr. n. 6.922); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Guahyba*, de propriedade da Companhia Commercio e Navegação (decr. numero 6.937); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Gaucho*, de propriedade de Ernesto Durisch (decr. n. 7.184); concede as vantagens e regalias de paquete aos denominados *Campeiro e Tropeiro*, da Empresa de Navegação Sul-Rio Grandense (decr. n. 7.368); concede as vantagens e regalias de paquete aos *Ipú, Rio e Sobral*, da Empresa de Navegação L. Lorentzen (decr. n. 7.392); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Anna*, de propriedade de Carlos Hoepecke Junior (decr. n. 7.601); transfere a Joaquim Garcia & Comp. os favores a que se refere o decreto n. 6.922, de 1908 (decr. n. 7.618); concede as vantagens e regalias de paquete ao *Posteiro*, da Empresa de Navegação Sul-Rio Grandense (decr. n. 7.996) — Ver COMPANHIAS.

VENCIMENTOS — Ver CAIXAS — CORPOS — CREDITOS — SECRETARIAS — TABELLAS.

VETERINARIA — Ver SERVIÇOS.

VETERINARIOS — Autoriza o ministro da Agricultura a os contractar (decr. n. 8.084) — Ver CREDITOS — QUADROS.

VIAGÃO — Approva o plano da ferrea, realizando a ligação dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espirito Santo (decr. n. 6.456).

VIADUCTO — Ver RÊDE.

VIAGENS — Eleva a oito o numero de redondas, mensaes, que a Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnahyba é obrigada a fazer (decr. n. 7.451).

VIAS MARITIMAS E FLUVIAES — Ver FISCALIZAÇÃO.

VICE-CONSULADOS — Regula a situação dos remunerados pelo Thesouro Federal (decr. n. 6.462); crea um em Corbija, na Bolivia (decr. n. 7.379).

VINHOS — Ver ALFANDEGAS — IMPORTAÇÃO.

VISITA SANITARIA — Ver PROPHYLAXIA.

VISTORIAS — Ver NAVIOS.

W

«WARRANTS» — Dá regulamento para a emissão sobre mercadorias (decr. n. 3.945); approva o regulamento para o serviço pela Companhia Docas de Santos (decr. n. 5.355); approva a tarifa para o serviço pela Companhia Docas de Santos (decr. n. 6.644).

«WESTERN TELEGRAPH COMPANY» — Ver COMPANHIAS.

SEGUNDA PARTE

II

INDICE CHRONOLOGICO DOS ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1901 a 1910

1901

N. 3.890 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de janeiro de 1901 — Approva o Codigo dos institutos de ensino superior e secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

N. 3.891 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:417\$338 para pagamento ao escrivão do juiz seccional no Estado do Piauhy, Jesuino José Rodrigues de Carvalho, e ao juiz de direito, em disponibilidade, bacharel Francisco José da Silva Porto.

N. 3.892 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.699:730\$376. papel, e 28:547\$434, ouro, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 3.893 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1901 — Extingue a Contadoria Geral da Guerra e crea a Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.

N. 3.894 — MARINHA — Decreto de 9 de janeiro de 1901 — Crea um curso de torpedos no Commando Geral das Torpedeiras.

N. 3.895 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1901 — Modifica o art. 18 do regulamento approved pelo decreto n. 2.881, de 18 de abril de 1898, para os institutos militares de ensino.

N. 3.896 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 220.555 e 11.792 francos para pagamento do saldo de contas atrasadas e indemnizações devidos á administração do Telegrapho Oriental.

N. 3.897 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 100:000\$ para occorrer ás despesas de agasalho e soccorros com os retirantes cearenses nos Estados da União.

N. 3.898 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de 2.912:675\$525 á verba 17ª do art. 21 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1890, para occorrer ao pagamento das taxas de esgoto da Capital Federal no exercício de 1900, e dá outras providencias.

N. 3.899 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Approva a transferencia do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro S. Francisco á sociedade constituída sob a razão social — Argollo, Aragão & Comp.

N. 3.900 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Concede á «The Machine Cottons, Limited», sociedade anonyma com séde em Glasgow, na Escossia, autorização para funcçãoar na Republica.

N. 3.901 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Approva o regulamento do Instituto Benjamin Constant.

N. 3.902 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Approva o regulamento das faculdades de medicina.

N. 3.903 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1901 — Approva o regulamento das faculdades de direito.

N. 3.904 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1901 — Approva os estatutos da Companhia de Seguros Mutuos sobre a Vida Universal.

N. 3.905 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 603:618\$798 para liquidção do direito creditorio reconhecido a Karl Valais & Comp., Augusto Leuba & Comp. e Aretz & Comp., por accórdão do Supremo Tribunal Federal de 20 de outubro de 1900.

N. 3.906 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 19 de janeiro de 1901 — Altera o preço de unidades da verba n. 9 do orçamento approvado pelo decreto n. 3.755, de 27 de agosto de 1900, para construçção do desvio pelo corte grande da Estrada de Ferro D. Thereza Christina.

N. 3.907 — **INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS** — Decreto de 19 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 287:894\$920, suplementar ao autorizado pelo decreto legislativo n. 622, de 1899.

N. 3.908 — **FAZENDA** — Decreto de 21 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 181\$427 para liquidção da indemnização devida ao Dr. João de Carvalho

Soares Brandão Sobrinho, em virtude do accórdão do Supremo Tribunal Federal de 18 de dezembro de 1899.

N. 3.909 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 53:950\$, complementar á verba — Recebedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1900.

N. 3.910 — MARINHA — Decreto de 23 de janeiro de 1901 — Altera o art. 23 do regulamento annexo ao decreto n. 3.843, de 5 de dezembro de 1900.

N. 3.911 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 9:138\$ para occorrer ao pagamento de restituções devidas a Severino Possas Nunez, proveniente do pedagio sobre a ponte Vacca-Caby, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 3.912 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Permite que a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya cobre um pedagio para navegação do Alto-Tocantins, do Araguaya e de seus afluentes, e dá outras providencias.

N. 3.913 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Crea o conselho administrativo do patrimonio do Hospicio Nacional de Alienados, e dá outras providencias.

N. 3.914 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional.

N. 3.915 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Quixadá, no Estado do Ceará.

N. 3.916 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piracuruca, no Estado do Piahy.

N. 3.917 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barras, no Estado do Piahy.

N. 3.918 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de fevereiro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Marianna, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.919 — MARINHA — Decreto de 6 de fevereiro de 1901 — Estabelece os uniformes para os patrões-móres da Marinha.

N. 3.920 — MARINHA — Decreto de 6 de fevereiro de 1901 — Altera o plano de uniformes mandado observar pelo decreto n. 2.036, de 4 de julho de 1895, na parte referente aos aspirantes e guardas-marinha.

N. 3.921 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:300\$ para pagamento do premio devido a Silva Moreira & Comp.

N. 3.922 — MARINHA — Decreto de 13 de fevereiro de 1901 — Define a reserva dos navios da Armada.

N. 3.923 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de fevereiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá.

N. 3.924 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de fevereiro de 1901 — Modifica o art. 110 dos estatutos da «The Western Telegraph Company, Limited».

N. 3.925 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de fevereiro de 1901 — Approva os orçamentos e projectos de obras complementares do caes de Santos, e dá outras providencias.

N. 3.926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de fevereiro de 1901 — Approva o regulamento da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

N. 3.927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Décreto de 16 de fevereiro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas.

N. 3.928 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de fevereiro de 1901 — Concede ao Gymnasio de Campinas as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 3.929 — MARINHA — Decreto de 20 de fevereiro de 1901 — Approva o regulamento para as capitancias de portos.

N. 3.930 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1901 — Altera o art. 1º do decreto n. 3.841, de 3 de dezembro de 1900, e modifica a tarifa para os saccos vasioes destinados a productos agricolas, transportados pela Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro.

N. 3.931 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1901 — Approva a planta e orçamento para as obras de cobertura e prolongamento da plataforma da estação maritima da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé.

N. 3.932 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cambucy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 3.933 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaocára, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 3.934 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pirajú, no Estado de São Paulo.

N. 3.935 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de fevereiro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 3.936 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 125:299\$391, ouro, supplementar á verba — Caixa de Amortização, — do exercicio de 1900.

N. 3.937 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1901 — Manda observar pelo Consulado brasileiro do Salto, na Republica Oriental do Uruguay, o modelo de factura consular annexo ao regulamento aprovado pelo decreto n. 3.732, de 7 de agosto de 1900, com as modificações neste indicadas.

N. 3.938 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:500\$ para pagamento de ordenados devidos ao ex-conferente da Alfandega do Ceará, Francisco de Paula Albuquerque Maranhão.

N. 3.939 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 246:085\$299, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1900.

N. 3.940 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1901 — Proroga até 31 de dezembro de 1902 o praso para conclusão dos 100 primeiros kilometros da Estrada de Ferro de Uberaba ao Coxim.

N. 3.941 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1901 — Proroga por um anno o praso fixado na clausula 2ª do decreto n. 3.569, de 23 de janeiro de 1900, para o inicio das obras de melhoramento do porto da capital do Estado da Bahia.

N. 3.942 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1901 — Eleva a 5:590\$960 o orçamento das obras de construção da casa para morada do agente da estação de Caxias, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.

N. 3.943 — GUERRA — Decreto de 4 de março de 1901 — Crea o Deposito do Material Sanitario do Exercito, ao qual se dá regulamento.

N. 3.944 — JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Itambé, no Estado de Pernambuco.

N. 3.945 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1901 — Dá regulamento ao art. 29, ns. 23 e 24, da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, de accordo com o § 6º do art. 3º, n. IX, da lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e art. 1º, §§ 3º, 4º e 5º, do decreto n. 2.502, de 24 de abril de 1897.

N. 3.946 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1901 — Concede á Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil autorização para prolongar a Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, da estação da Mangueira ao litoral, mediante condições.

N. 3.947 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1901 — Altera algumas e consolida todas as clausulas dos decretos relativos á concessão da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 3.948 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1901 — Approva o projecto e orçamento de modificação da ponte sobre o rio Aracoyaba e do traçado da variante entre as estacas 0 e 61 + 18 do ramal de Canôa, da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 3.949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 46:800\$ para pagar a Estevão Cunha a importancia das terras, de sua propriedade, em que foram localizados immigrants na ex-colônia Brusque, no Estado de Santa Catharina.

N. 3.950 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1901 — Autoriza a inclusão da quantia despendida com diversas obras complementares do caes de Santos no capital da Companhia Docas de Santos.

N. 3.951 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1901 — Autoriza a inclusão da quantia despendida com diversas obras complementares do caes de Santos no capital da Companhia Docas de Santos.

N. 3.952 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de março de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bambulhy, no Estado de Minas Geraes.

N. 3.953 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de março de 1901 — Crea um consulado em Cannes, França.

N. 3.954 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 30:660\$ para occorrer ao pagamento das diarias de transporte dos engenheiros e conductores technicos da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, relativas aos mezes de janeiro a dezembro do exercicio findo de 1898.

N. 3.955 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1:643\$740, em ouro, para occorrer ao pagamento da gratificação devida ao escripturario da Delegacia do Thesouro em Londres, Dario Caetano da Silva.

N. 3.956 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas de transporte dos retirantes cearenses e a outras relativas.

N. 3.957 — MARINHA — Decreto de 13 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de réis 92:511\$ para pagamento de differença de salarios, no exercicio de 1898, a operarios extraordinarios dispensados do Arsenal de Marinha desta capital.

N. 3.958 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ para

ocorrer ao pagamento devido á viuva e ao filho do Dr. Aníbal Falcão.

N. 3.959 — GUERRA — Decreto de 15 de março de 1901 — Abre ao Ministério da Guerra o credito especial da quantia de 4:800\$ para ocorrer ao pagamento de gratificações que deixou de receber em 1898 e 1899 a mestrança da officina de alfaiates do Arsenal de Guerra desta capital.

N. 3.960 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1901 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 9:000\$ para ocorrer ao pagamento de aluguel de armazens ao serviço da Alfandega de Maceió, no Estado de Alagoas.

N. 3.961 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1901 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 33:155\$773 para a liquidação da indemnização devida a Eduardo Martins & Comp., em virtude do accórdão do Supremo Tribunal Federal de 23 de agosto de 1899.

N. 3.962 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1901 — Approva a transferencia do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco á firma social A. de S. Pires Ferreira & Comp.

N. 3.963 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 3.964 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1901 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

N. 3.965 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1901 — Dá instrucções para o serviço da clinica psiquiatrica e de molestias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 3.966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1901 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores novo credito supplementar de 216:361\$315 á verba — Soccorros publicos. — do exercicio de 1900.

N. 3.967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Xiririca, no Estado de S. Paulo.

N. 3.968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.

N. 3.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de março de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

N. 3.970 — GUERRA — Decreto de 26 de março de 1901 — Abre ao Ministério da Guerra o credito da quantia de 151:030\$8119, supplementar á verba 16ª — Material. — designação n. 34 «Transporte de tropas etc.», do art. 17 da lei n. 1.652, de 23 de novembro de 1899.

N. 3.971 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Approva, com acrescimo de tres clausulas, os estatutos da Companhia de Seguros Terrestre, Maritimo, sobre Vida e Commercial America.

N. 3.972 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 280:000\$, supplemmentar á verba — Mesas de rendas, — do exercicio de 1900.

N. 3.973 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 401:206\$890 para liquidação do direito creditorio reconhecido a Pires Coelho & Irmão por accórdão do Supremo Tribunal Federal de 30 de janeiro do corrente anno.

N. 3.974 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 179:717\$480 para occorrer ao pagamento devido a João de Aquino e Fonseca e Fonseca Irmãos & Comp., em virtude de sentença do juiz federal em Pernambuco, cõfirmada por accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 3.975 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 485:179\$824 para liquidação do direito creditorio reconhecido a Pires Coelho & Irmão e outros por accórdão do Supremo Tribunal Federal de 21 de novembro do anno passado.

N. 3.976 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 429:919\$460 para liquidação do direito creditorio reconhecido a Silva Guimarães & Comp. e outros por accórdão do Supremo Tribunal Federal de 10 de outubro do anno passado.

N. 3.977 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.797:502\$320 para liquidação do direito creditorio reconhecido a Souza Filho & Comp. e outros por sentença do juiz federal nesta seção, confirmada por accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 3.978 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1901 — Autoriza a «Amazon Steam Navigation Company, Limited», a substituir a escala do porto de Macapá, da linha de Araguay, pela do porto de Chaves.

N. 3.979 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1901 — Autoriza a novação do contracto celebrado em virtude dos decretos ns. 1.835, de 10 de outubro de 1894, e 2.015, de 25 de abril de 1895, com a Companhia de Navegação a Vápor do Maranhão.

N. 3.980 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.923:553\$314 para liquidação do direito creditorio reconhecido a Theodoro Wille & Comp.

N. 3.981 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:842\$380 para liquidação do direito creditorio reconhecido a D. Maria Constança de Gouvêa Soares e outros, em virtude de sentenças do Poder Judiciario passadas em julgado.

N. 3.982 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1901 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 3:723\$200 para liquidação da indemnização devida ao Dr. Henrique Augusto de Albuquerque Milet e sua mulher, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 3.983 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pirajú, no Estado de São Paulo.

N. 3.984 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 2 de abril de 1901 — Rectifica o algarismo do orçamento a que allude o art. 1º do decreto n. 3.856, de 15 de dezembro de 1900, e altera a disposição do art. 2º do mesmo decreto.

N. 3.985 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1901 — Prorroga por mais um anno o praso concedido á Companhia Brasileira Torrens para inicio das obras do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.

N. 3.986 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1901 — Approva os planos e orçamentos para o augmento das estações de Viçosa, Gamelleira e Cachoeira, da Estrada de Ferro Central de Alagôas.

N. 3.986 A — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1901 — Approva a modificação feita no art. 6º e nas tres primeiras alíneas do art. 8º dos estatutos da sociedade anónima «Sucrerie de Cupim».

N. 3.987 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1901 — Approva o regulamento para a Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 3.988 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaporanga, no Estado de S. Paulo.

N. 3.989 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Coary, no Estado do Aramazonas.

N. 3.990 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

N. 3.991 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1901 — Publica a adhesão da colonia britannica da Rhodesia do Sul e do protectorado britannico de Bechuanaland á convenção principal de Washington de 15 de junho de 1897.

N. 3.992 — GUERRA — Decreto de 18 de abril de 1901 — Manda matricular nas escolas do Exercito, de accórdo com a lei n. 687, de 14 de setembro de 1900, 800 alumnos.

N. 3.993 — GUERRA — Decreto de 19 de abril de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 23:408\$322 para occorrer ao pagamento a docentes, em disponibilidade, dos institutos militares de ensino, e gratificações vencidas e a vencer de 19 de abril de 1898 a 31 de dezembro de 1901.

N. 3.994 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1901 — Concede ás escolas Dom Bosco, em Cachoeira do Campo, Estado de Minas Geraes, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 3.995 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 3.996 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de São Paulo.

N. 3.997 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Declara caduca a concessão de engenhos contraes feita ao cidadão Joaquim Ignacio Pereira, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 3.998 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Approva os novos estatutos da companhia «The S. Bento Gold Estates, Limited».

N. 3.999 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Considera extensivas aos desvios, em geral, na Estrada de Ferro Central de Alagoas, as disposições constantes do decreto n. 3.714, de 23 de junho de 1900.

N. 4.000 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Approva as condições regulamentares e bases das tarifas da Estrada de Ferro de Sobral.

N. 4.001 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Approva a alteração do art. 4º dos estatutos da Companhia Antartica Paulista.

N. 4.002 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 100:000\$, em supplemento ao de que trata o decreto n. 3.956, de 12 de março de 1901, afim de occorrer ás despesas de transporte dos retirantes cearenses, sua internação e outras.

N. 4.003 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para ser applicado á indemnização devida á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão pela rescisão do respectivo contracto para o estabelecimento de immigrants e nucleos coloniaes naquelle Estado.

N. 4.004 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 1.630:884\$400 para pagamento das despesas de representação do presidente da Republica com sua viagem á Republica Argentina.

N. 4.005 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1901 — Autoriza a organização da Sociedade Mutua de Seguros sobre a Vida A Nacional e approva os respectivos estatutos.

N. 4.006 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1901 — Faz cessar a redução dos

fretes dos generos de primeira necessidade, feita na Estrada de Ferro de Baturité pelo decreto n. 3.684, de 19 de junho de 1900.

N. 4.007.—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 29 de abril de 1901—Torna extensivas ás estradas de ferro do Carangola e de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim as tarifas e instrucções regulamentares approvadas pelo decreto n. 3.785, de 1 de outubro de 1900.

N. 4.008.—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 29 de abril de 1901—Proroga por mais tres mezes o praso concedido á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande pelo decreto n. 3.868, de 22 de dezembro de 1900, para interrupção dos respectivos trabalhos de construcção.

N. 4.009.—FAZENDA—Decreto de 30 de abril de 1901—Concede ao «London and Brazilian Bank, Limited» autorização para estabelecer uma agencia na cidade de Manáos, no Estado do Amazonas.

N. 4.010.—RELAÇÕES EXTERIORES—Decreto de 2 de maio de 1901—Regula o Cerimonial Diplomatico no Brasil.

N. 4.011.—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 6 de maio de 1901—Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Belém do Descalvado, no Estado de S. Paulo.

N. 4.012.—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 6 de maio de 1901—Concede ao cidadão Francisco José Gonçalves Agra Filho autorização para organizar uma companhia de seguros mutuos contra fogo, denominada Luizitania, e approva os respectivos estatutos.

N. 4.013.—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS—Decreto de 6 de maio de 1901—Concede á sociedade anonyma «Belge-Brésilienne» autorização para funcçãoar na Republica.

N. 4.014.—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 11 de maio de 1901—Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Bella, no Estado de S. Paulo.

N. 4.015.—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 11 de maio de 1901—Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas.

N. 4.016.—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 11 de maio de 1901—Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Amazonas.

N. 4.017.—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES—Decreto de 11 de maio de 1901—Approva o regulamento da Escola de Minas.

N. 4.018.—MARINHA—Decreto de 15 de maio de 1901—Manda observar as regras propostas pelo Governo de Sua Magestade Britannica, afim de preencher lacunas existentes no regulamento para evitar abalroamentos no mar, a que se refere o decreto n. 1.988, de 14 de março de 1895.

N. 4.019 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 16 de maio de 1901 — Publica a adesão do Governo de Malta ao accôrdo de Washington de 15 de junho de 1897, relativo á troca de cartas e de encommendas (*boites*) com valor declarado.

N. 4.020 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 18 de maio de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campinas, no Estado da Parahyba.

N. 4.021 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de maio de 1901 — Rectifica os decretos abaixo mencionados no sentido de serem considerados especiaes os creditos por elles abertos ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas para soccorrer a população do Norte flagellada pela secça.

N. 4.022 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:650\$ para pagamento de gratificação devida ao preparador da cadeira de chimica industrial da Escola Polytechnica, Jayme Carlos da Silva Telles.

N. 4.023 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

N. 4.024 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

N. 4.025 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1901 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia.

N. 4.026 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 14:237\$216 para pagamento de vencimentos ao Dr. Arlindo de Aguiar e Souza.

N. 4.027 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de maio de 1901 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para occorrer ao pagamento devido á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina pela rescisão dos respectivos contractos para fundação de burgos agricolas nesse Estado.

N. 4.028 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 27 de maio de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 250:000\$, em supplemento do de que trata o decreto n. 3.818, de 24 de outubro de 1900, afim de ser applicado ás obras complementares do açude de Quixadá, no Estado do Ceará.

N. 4.029 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de maio de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Carlos do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

N. 4.030 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1901 — Autoriza a Sociedade de Seguros sobre a Vida Garantia Mutua do Brasil a emitir apolices ou titulos de accumulção.

N. 4.031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Taxina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.

N. 4.033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo.

N. 4.034 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1901 — Autoriza a «S. Paulo Railway Company, Limited», a incorporar ao respectivo capital a quantia de £ 952.520-3-0, excesso de despesa com a duplicação da linha de Santos a Jundiaby.

N. 4.035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1901 — Eleva os emolumentos que percebe o secretario da Junta Commercial do Districto Federal.

N. 4.036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 4.037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

N. 4.038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Borba, no Estado do Amazonas.

N. 4.039 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de junho de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:100\$ para pagamento do premio devido ao Dr. Tibureio Valeriano Pecegheiro do Amaral, pela obra que publicou e da respectiva impressão.

N. 4.040 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1901 — Concede á Empresa de Navegação Rio de Janeiro as vantagens e regalias de paquetes para os vapores de sua propriedade, em viagem para qualquer porto da Republica.

N. 4.041 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1901 — Approva a situação da estação terminal do trecho da Estrada de Ferro de Mulungú a Alagôa Grande, no Estado da Parahyba.

N. 4.042 — FAZENDA — Decreto de 12 de junho de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:000\$ para pagamento da ajuda de custo devida ao inspector, em commissão, da Alfandega de Santa Catharina, Augusto Rangel Alvim.

N. 4.043 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.044 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes nas comarcas de Palmeira e Triunpho, no Estado do Paraná.

N. 4.045 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Atibaia, no Estado de S. Paulo.

N. 4.046 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 4.047 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.048 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de Miranda e Nioac, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.049 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Corumbá, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.050 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.051 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Espirito Santo.

N. 4.052 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1901 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes nas comarcas de Palmeira e Triunpho, no Estado do Paraná.

N. 4.053 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1901 — Approva o regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 4.054 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma «Nord Bahia» para funcionar na Republica.

N. 4.055 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1901 — Concede autorização a «The Lathom Gold Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 4.056 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1901 — Approva a planta para con-

strução das obras do prolongamento da linha ferrea de serviço do caes de Santos, de Outeirinho ao Forte Augusto.

N. 4.057 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 24 de junho de 1901 — Fixa o capital e dá outras providencias em relação á Estrada de Ferro do Rio Claro.

N. 4.058 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de junho de 1901 — Approva o contracto para o arrendamento provisório da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco e ramal do Timbó.

N. 4.059 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de junho de 1901 — Restabelece as collectorias federaes.

N. 4.060 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de junho de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:400\$ para pagamento do premio devido a José Rodrigues Bastos Coelho.

N. 4.061 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de junho de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:751\$947, complementar á verba n. 10 do art. 43 da lei n. 652, de 23 de novembro de 1899.

N. 4.062 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 304\$166 para pagamento dos vencimentos do finado escrivão do Juizo Seccional no Estado do Paraná, capitão Damaso Corrêa do Bittencourt.

N. 4.063 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea os logares de supplente ou substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes do Estado do Maranhão.

N. 4.064 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

N. 4.065 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará.

N. 4.066 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.

N. 4.067 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Morada Nova, no Estado do Ceará.

N. 4.068 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Quixadá, no Estado do Ceará.

N. 4.069 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Ceará.

N. 4.070 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bocaina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1901 — Rectifica os arts. 84, § 1º, e 312 doCodigo dos institutos officiaes de ensino superior e secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, approvado pelo decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901.

N. 4.073 — MARINHA — Decreto de 3 de julho de 1901 — Declara sem effeito a primeira parte do art. 65 do decreto n. 3.234, de 17 de março de 1899, afim de continuarem em pleno vigor as disposições do § 8º do art. 5º da lei n. 40, de 2 de fevereiro de 1892, e do artigo unico da lei n. 477, de 9 de dezembro de 1897, relativamente á contribuição das classes que compõem o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada para o Asylo de Invalidos da Patria.

N. 4.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 4.075 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 4.076 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de São Paulo.

N. 4.077 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Bananal, no Estado de São Paulo.

N. 4.078 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de julho de 1901 — Concede autorização á «La Brésilienne», sociedade anonyma, com séde em Bruxellas, para funcionar no Brasil.

N. 4.079 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$, ouro, suplementar á verba — Caixa de Amortização, — do corrente exercicio.

N. 4.080 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 45:997\$038, ouro, suplementar á verba — Casa da Moeda, — do corrente exercicio.

N. 4.081 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1901 — Concede ao Lyceu de Humanidades de Campos as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 4.082 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.

N. 4.083 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de São Paulo.

N. 4.084 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 4.085 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 4.086 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1901 — Altera o art. 106 do regulamento e tarifas da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, aprovados pelo decreto n. 3.087, de 7 de novembro de 1898.

N. 4.087 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Altera o art. 67 das condições regulamentares e as tarifas da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, aprovados pelos decretos n. 1.881, de 7 de novembro de 1894, e n. 2.645, de 18 de outubro de 1897.

N. 4.088 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Autoriza a construcção de obras complementares no caes de Santos, e dá outras providencias.

N. 4.089 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Approva o augmento de despesa de 2:184\$450 sobre a orçada para a casa do agente da estação Christino Cruz, da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras.

N. 4.090 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Sucrerie de Porto Feliz» para funcionar na Republica.

N. 4.091 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Société d'Exploitation Agricole d'Itapeva» para funcionar na Republica.

N. 4.092 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Secrerie de Lorena» para funcionar na Republica.

N. 4.093 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.094 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de julho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Société Anonyme Minière Belge-Brésilienne de Tres Cruzes et Extensions» para funcionar na Republica.

N. 4.095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Crea uma brigada de guardas nacionaes na comarca de Monte Carmello, ex-Carmo da Bagagem, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Salinas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no comarca da capital do Estado do Amazonas.

N. 4.098 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1901 — Declara o verdadeiro teor do regulamento que baixou com o decreto n. 720, de 5 de setembro de 1890.

N. 4.099 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1901 — Autoriza a organização da Companhia de Seguros de Previdencia Cruzeiro do Sul e approva os respectivos estatutos.

N. 4.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracás, no Estado da Bahia.

N. 4.101 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Jeronymo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.102 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pitangui, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.103 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Curvello, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 95:000\$ para despesas com a desapropriação do terreno e predio á rua Humaytá n. 44 e do terreno annexo n. 46.

N. 4.105 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Société des Mines d'Or du Cerito» para funcionar na Republica.

N. 4.106 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Concede autorização á companhia denominada «Nord-Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.107 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Omnibus Miner Lopez-Talhouarne» para funcionar na Republica.

N. 4.108 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 29 de julho de 1901 — Elimina a particula «The» que precedeu a denominação da sociedade anonyma «Machine Cottons, Limited».

N. 4.109 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 29 de julho de 1901 — Fixa em 2.990:000\$ o capital relativo á construção do trecho de estrada de ferro em tráfego de S. Sebastião a S. Gabriel.

N. 4.110 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de julho de 1901 — Dá nova redacção ás clausulas VII, VIII e X do decreto n. 3.725, de 1 de agosto de 1900, que concede autorização a B. Rynkiewicz & Comp. para executarem as obras de melhoramento do porto de Manãos.

N. 4.111 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de julho de 1901 — Approva o contracto para o resgate da garantia de juros da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro e arrendamento das estradas do Recife ao São Francisco, Sul de Pernambuco e tambem das estradas Conde d'Eu, Natal a Nova Cruz, Central das Alagôas e Paulo Affonso.

N. 4.112 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Olinda, no Estado de Pernambuco.

N. 4.113 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Cabo, no Estado de Pernambuco.

N. 4.114 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Petrolina, no Estado de Pernambuco.

N. 4.115 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado de S. Paulo.

N. 4.116 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo.

N. 4.117 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de agosto de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:884\$355 para occorrer ao pagamento devido a Gustavo Saboya & Comp., em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 4.118 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de agosto de 1901 — Concede autorização a Alfredo Luiz del Porto para organizar uma sociedade anonyma com a denominação de A Economizadora.

N. 4.119 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de agosto de 1901 — Concede a «The British Bank of South America, Limited», autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Manãos, no Estado do Amazonas.

N. 4.120 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 8 de agosto de 1901 — Crea um consulado em Braga, Portugal.

N. 4.121 — GUERRA — Decreto de 9 de agosto de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 41:296\$898 para occorrer ao pagamento a docentes em disponibilidade dos institutos militares de ensino, de gratificações vencidas e a vencer de 19 de abril de 1898 a 31 de dezembro de 1901.

N. 4.122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.123 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1901 — Torna applicaveis ao ramal de Mulungú a Alagôa Grande as tarifas actualmente em vigor na Estrada de Ferro Conde d'Eu.

N. 4.124 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1901 — Abre um credito especial para construcção do trecho de Cacequy a Inhanduhy, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 4.125 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de agosto de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 250:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1901.

N. 4.126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1901 — Crea mais uma brigada de guardas nacionaes nas comarcas de Antonina e Morretes, no Estado do Paraná.

N. 4.127 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Largo, no Estado do Paraná.

N. 4.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guarapuava, no Estado do Paraná.

N. 4.129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Bella, no Estado de S. Paulo.

N. 4.130 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de agosto de 1901 — Approva a substituição da firma social Argollo, Aragão & Comp., arrendataria da Estrada de Ferro S. Francisco, pela firma Argollo, Cardoso & Comp.

N. 4.131 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:455\$ para pagar a Carlos Galdino Leal e outros, auxiliares e serventes nos trabalhos de exames preparatorios do Externato do Gymnasio Nacional.

N. 4.132 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria e tres de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.133 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria,

uma de artilharia e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Angelo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.136 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria e mais duas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

N. 4.137 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.138 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 20:750\$ para indemnizar o Estado do Ceará da somma que recolheu aos cofres da União para a conservação das linhas telegraphicas.

N. 4.139 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1901 — Concede autorização a João Benigno da Silva para fundar em Manáos, capital do Estado do Amazonas, um estabelecimento de credito real denominado Banco Hypothecario Pres-tamista da Amazonia.

N. 4.140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 6:727\$754 á verba — Pessoal da Secretaria da Camara dos Deputados, — do actual exercicio.

N. 4.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.

N. 4.142 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Petrolina, no Estado de Pernambuco.

N. 4.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

N. 4.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguaçu, no Estado do Ceará.

N. 4.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria

de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

N. 4.146 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.147 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 5 de setembro de 1901 — Crea um consulado em Antofagasta, Chile.

N. 4.148 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de setembro de 1901 — Autoriza os concessionarios das obras do porto de Manáos a construirem um armazem e um dique fluctuante necessarios ao mesmo porto e approva as respectivas plantas e orçamentos.

N. 4.149 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Varginha, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.150 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.151 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.152 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.153 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Paraíso, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.154 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.155 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.156 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Paranahyba, no Estado de Goyaz.

N. 4.157 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.

N. 4.158 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 12 de setembro de 1901 — Rectifica o art. 3º do regulamento da Escola de Minas, approvado pelo decreto n. 4.017, de 11 de maio ultimo.

N. 4.159 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de setembro de 1901 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores

o credito da quantia de 151:000\$, em ouro, para occorrer ás despesas com a representação brasileira na Segunda Conferencia Internacional Americana, que se reunirá no Mexico.

N. 4.160 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Boa Vista, no Estado do Paraná.

N. 4.161 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Corumbá, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.

N. 4.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Paranáhyba, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.164 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Amazonas.

N. 4.165 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Ribeira, no Estado da Bahia.

N. 4.166 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1901 — Declara caduca a patente de invenção n. 942, de 17 de setembro de 1899.

N. 4.167 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1901 — Approva a rectificação do traçado entre a estação de Rebouças, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e a villa da União da Victoria.

N. 4.168 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1901, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 4.169 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1901, o credito supplementar de 78:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 46:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.170 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo.

N. 4.171 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ipu, no Estado do Ceará.

N. 4.172 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Crea tres brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Amaro, no Estado da Bahia.

N. 4.173 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.174 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Crea duas brigadas de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itú, no Estado de S. Paulo.

N. 4.175 — MARINHA — Decreto de 21 de setembro de 1901 — Altera a 4ª regra das que baixaram com o decreto n. 3.238, de 28 de março de 1899.

N. 4.176 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.177 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1901 — Dá instrucções para a eleição de presidente e de vice-presidente da Republica.

N. 4.178 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piahy.

N. 4.179 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos, no Estado de Santa Catharina.

N. 4.180 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina.

N. 4.181 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.182 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.183 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.184 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Manda observar providencias de prophylaxia maritima modificativa do regulamento sanitario federal.

N. 4.185 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Reduz a 10 dias o praso quarentenario para a peste.

N. 4.186 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Approva a nova tabella de preços para a construção da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemerim, em substituição da que se acha em vigor.

N. 4.187 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Concede autorização a «The Faria Gold Mining Company of Brazil, Limited» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.188 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma «Compagnie d'Eclairage de Bahia» para funcionar na Republica.

N. 4.189 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Dispensa a «The Leopoldina Railway Company» da obrigação de construir o trecho entre Glycerio e Serra do Frade, na Estrada de Ferro Central de Macahé.

N. 4.190 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 200:000\$, em supplemento ao de que trata o decreto n. 4.002, de 22 de abril ultimo, afim de occorrer ás despesas de transporte dos retirantes cearenses, sua internação e outras.

N. 4.191 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1901 — Publica a adhesão da Republica Dominicana á convenção de Washington de 15 de junho de 1897, relativa á troca de encomendas postaes e ao accôrdo da mesma data sobre o serviço de vales postaes.

N. 4.192 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1901 — Publica a adhesão dos protectorados britannicos do Leste Africano e de Uganda á convenção telegraphica Internacional.

N. 4.193 — GUERRA — Decreto de 4 de outubro de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario da quantia de 837\$472 para pagamento do ordenado do fiel aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, João Leopoldino do Rego.

N. 4.194 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$, em papel, e 12.000 dollars (ouro) para occorrer á despesa com o reforço do material da illuminação electrica da Brigada Policial.

N. 4.195 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1901 — Augmenta o número de praças do regimento de cavallaria da Brigada Policial.

N. 4.196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.

N. 4.197 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1901 — Approva os planos e orçamentos das obras de melhoramentos do porto de Manaus.

N. 4.198 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1901 — Approva a variante que modifica o traçado da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, da estação da Mangueira ao litoral.

N. 4.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1901 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.

N. 4.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

N. 4.201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de Paranaguá, Guaratuba e Guarakessaba, no Estado do Paraná.

N. 4.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Gonçalo de Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.204 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1901 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Curvello, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.205 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1901, o credito supplementar de 98:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 66:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1901, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 4.207 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 700:000\$ para organização do serviço de propaganda do café nos consulados.

N. 4.208 — FAZENDA — Decreto de 23 de outubro de 1901 — Eleva a percentagem dos inspectores fiscaes e agentes fiscaes dos impostos de consumo da circumscripção da Capital Federal e municipios de Nietheroy e S. Gonçalo.

N. 4.209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 55:641\$ á verba

n. 14, do exercício de 1901, para pagamento das despesas decorrentes do augmento de praças no regimento de cavallaria da Brigada Policial.

N. 4.210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Norte.

N. 4.211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

N. 4.212 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.213 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.214 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 4.215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paulo Affonso, no Estado das Alagoas.

N. 4.216 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1901 — Declara caduca a patente de privilegio de invenção n. 2.125, de 25 de setembro de 1896.

N. 4.217 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1901 — Declara caduca a patente de privilegio de invenção n. 2.642, de 27 de setembro de 1898.

N. 4.218 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1901 — Transfere da consignação «Material — 4ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil», do orçamento para 1900, a somma de 71:728\$232, ouro, para a parte correspondente em papel.

N. 4.219 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1901 — Crea um consulado em Cherburgo.

N. 4.220 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Manacapurú, no Estado do Amazonas.

N. 4.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

N. 4.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Gonçalo de Sapucahy, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 250:000\$ para auxiliar a Prefeitura do Districto Federal nas despesas relativas á epidemia da peste bubonica.

N. 4.227 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1901 — Annulla o concurso realizado na Faculdade de Direito de S. Paulo para o provimento do logar de substituto da 7ª secção da mesma Faculdade.

N. 4.228 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1901 — Autoriza a organização da Companhia Docas do Rio de Janeiro para executar as obras das concessões feitas para melhoramento do porto do Rio de Janeiro, arrazamento do morro do Senado e aterro de pantanos e das praias Formosa e dos Lazaros.

N. 4.229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.231 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz de Cáceres, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Ceará.

N. 4.233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano, ex-Colonia, no Estado do Piahy.

N. 4.234 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1901 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação.

N. 4.235 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1901 — Altera o art. 2º do de-

creto n. 4.088, de 22 de julho do corrente anno, para a transformação da força hydraulica de rios em luz e força electrica motora nas officinas e serviços da Companhia Docas de Santos.

N. 4.236 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1901 — Altera a segunda parte do art. 1º do decreto n. 2.856, de 15 de dezembro de 1900, já modificado pelo decreto n. 3.984, de 2 de abril de 1901.

N. 4.237 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, complementar á verba — Exercícios findos.

N. 4.238 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 15 de novembro de 1901 — Crea uma medalha militar como reconhecimento de bons serviços prestados pelos officiaes e praças do Exercito e Armada.

N. 4.239 — GUERRA — Decreto de 15 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 630\$ para occorrer ao pagamento de diarias a Candido da Cunha Villela, por haver servido na commissão encarregada da construcção da linha telegraphica de Cuyabá a Corumbá.

N. 4.240 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$, com o fim de ser entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont como premio pelo resultado de sua experiencia de um balão dirigivel.

N. 4.241 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$ para occorrer ao pagamento devido á Companhia Norte-Mineira pela rescisão dos respectivos contractos para fundação de burgos agricolas no Estado da Bahia.

N. 4.242 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para occorrer ao pagamento devido á Companhia Terras e Viação pela rescisão dos respectivos contractos para fundação de burgos agricolas no Estado de Minas Geraes.

N. 4.243 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 311:907\$771 para occorrer á despesa com as quotas que competem aos empregados das alfandegas, em virtude do disposto no art. 41 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896.

N. 4.244 — GUERRA — Decreto de 22 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:806\$630 para cumprimento da sentença do Supremo Tribunal Federal que mandou pagar ao major Demócrito Ferreira da Silva vencimentos que deixou de receber.

N. 4.245 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1901, o credito complementar de 143:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 111:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.246 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1901, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 111:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 4.247 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Approva as instruções para os exames geraes de preparatorios.

N. 4.248 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Limeira, no Estado de S. Paulo.

N. 4.249 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes nas comarcas de Curitiba e S. José dos Pinhães, no Estado do Paraná.

N. 4.250 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado do Paraná.

N. 4.251 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.252 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Paraná.

N. 4.253 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

N. 4.254 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.255 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Manicoré, no Estado do Amazonas.

N. 4.256 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.257 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Macabé, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.258 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1901 — Fixa definitivamente em

757:987\$200 o capital despendido em trabalhos preliminares da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, e dá outras providencias.

N. 4.259 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funcionou a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, e o de 20:000\$, supplementar á verba 9ª do art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro ultimo — Assignatura de notas.

N. 4.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tamboril, no Estado do Ceará.

N. 4.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.262 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1901 — Approva novo projecto e orçamento para a construcção do desvio pelo córte grande da Estrada de Ferro D. Thereza Christina.

N. 4.263 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1901 — Concede autorização a «The Gongo Secco Gold Mining Company» para funcionar na Republica.

N. 4.264 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1901 — Dá instrucções para a eleição de intendentes municipaes do Distrito Federal.

N. 4.265 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.266 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.267 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alvinopolis, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santos, no Estado de S. Paulo.

N. 4.269 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1901 — Reduz a taxa da garantia de juros de 7 % para 6 % ao anno sobre o capital de 6.000:000\$ empregado na construcção da Estrada de Ferro do Carangola.

N. 4.270 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1901 — Regula o funcionamento das companhias de seguros de vida, maritimos e terrestres, nacionaes e estrangeiras.

N. 4.271 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1901 — Manda substituir as disposições dos arts. 133, 134, 136, 144 e 146 do regulamento da Escola Naval, anexo ao decreto n. 3.652, de 2 de maio de 1900, pelas dos arts. 31, 32, 33 e 34 do código de ensino, aprovado pelo decreto n. 3.800, de 1 de janeiro de 1901.

N. 4.272 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1901 — Dá novo regulamento á Brigada Policial da Capital Federal.

N. 4.273 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Brotas, no Estado de São Paulo.

N. 4.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.

N. 4.275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

N. 4.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Senador Pompeu, no Estado do Ceará.

N. 4.277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Sebastião do Cahy, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de D. Pedro, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.279 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.280 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1921 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1901, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 4.281 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1901, o credito suplementar de 113:700\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 81:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.282 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.

N. 4.283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

N. 4.284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Canutama, no Estado do Amazonas.

N. 4.285 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.286 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1901 — Concede autorização a Manoel de Miranda Rosa para organizar uma sociedade cooperativa mutua e de previdencia sob a denominação de Montepio Popular.

N. 4.287 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1901 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada Cooperativa Operaria Carioca para funcionar.

N. 4.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 100:000\$, complementar ao n. 14 do art. 2º da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, — Diligencias policiaes.

N. 4.289 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:225\$800 para occorrer ao pagamento do ordenado que compete ao almoxarife do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes.

N. 4.290 — GUERRA — Decreto de 27 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 736:424\$, complementar á verba 10ª — Etapas, — do art. 15 da lei numero 746, de 29 de dezembro de 1900.

N. 4.291 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 477:121\$620, ouro, complementar á verba 35ª do art. 28 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

N. 4.292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:300\$ para pagamento do premio e impressão de mil exemplares da obra *Theoria do Processo Civil e Commercial*, composta pelo Dr. João Pereira Monteiro.

N. 4.293 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de artilharia, mais uma de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.294 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.

N. 4.296 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João do Piauhý, no Estado do Piauhý.

N. 4.297 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1901 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da União, no Estado do Piauhý.

N. 4.298 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1901 — Declara sem effeito a concessão constante do decreto n. 1.292, de 17 de janeiro de 1901, para transmissão de noticias commerciaes nesta capital, revalidada, ampliada e transferida para John Jones, pelo decreto n. 3.442, de 16 de outubro de 1899.

N. 4.299 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1901 — Approva o contracto para o arrendamento provisorio da Estrada de Ferro Central da Bahia.

N. 4.300 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a missão especial que deve tratar da questão de limites com a Guyana Ingleza.

N. 4.301 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 2.954:500\$332, papel, e 2:676\$445, ouro, para attender ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 4.302 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1901 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 132:101\$461 para pagamento de quotas a empregados de alfandegas.

N. 4.303 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 13:939\$336 para pagamento ao marechal José de Almeida Barreto, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 4.304 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ para occorrer ao pagamento a Camillo José Monteiro dos Santos e Joaquim Gonçalves da Costa, contra-mestre e mandador da extincta officina de correceiros do Arsenal de Guerra desta capital, de gratificação de exercicio a que têm direito.

N. 4.305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguape, no Estado de S. Paulo.

N. 4.306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Abre, por conta do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 53:580\$940 para

pagamento de diversas obras e melhoramentos no edificio do Lyceu de Artes e Officios.

N. 4.307 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 16:060\$ para pagar ao bacharel Umbelino de Souza Marinho os seus ordenados como juiz de direito em disponibilidade.

N. 4.308 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1902 — Prorroga por mais oito mezes o praso para inicio das obras de melhoramentos do porto da capital do Estado da Bahia.

N. 4.309 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1902 — Transfere ao coronel João Pedro Caminha a concessão para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia, de que é concessionario Felisberto Ignacio da Cunha.

N. 4.310 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1902 — Dá regulamento para os telegrammas «preferidos», conforme a lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901.

N. 4.311 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1902 — Autoriza a reorganização dos serviços de navegação que estiveram a cargo da extincta companhia Lloyd Brasileiro.

N. 4.312 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1902 — Marca a época de que deve ser contado o praso para a conclusão do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Catalão a Palmas.

N. 4.313 — MARINHA — Decreto de 8 de janeiro de 1902 — Modifica as disposições dos arts. 36 e 39 do regulamento da Escola Naval, de accôrdo com o art. 151, § 4º, do código de ensino.

N. 4.314 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Extingue o Laboratorio Pyrotechnico de Matto Grosso.

N. 4.315 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 10:772\$200 para occorrer ao pagamento, a docentes em disponibilidade dos institutos militares de ensino, de gratificações vencidas de 1898 a 1901.

N. 4.316 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 68:195\$189 para execução da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao tenente-coronel Procopio José dos Reis por prejuizos causados durante a revolta de 6 de setembro de 1893.

N. 4.317 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 120:234\$721 para pagamento dos vencimentos aos docentes postos em disponibilidade por effeito da reorganização dos institutos militares de ensino.

N. 4.318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1902 — Crea mais uma brigada de infan-

taria de guardas nacionaes na comarca de Borba, no Estado do Amazonas.

N. 4.319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felipe, no Estado do Amazonas.

N. 4.320 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.321 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para occorrer ás despesas com a revisão da rêde de encanamentos do abastecimento de agua da Capital Federal, aquisição de novos mananciaes e outros melhoramentos.

N. 4.322 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1902 — Approva a planta e orçamento para construcção de um galpão e a aquisição de uma machina de entalhar para a Estrada de Ferro de Santa Maria ao Uruguay.

N. 4.323 — MARINHA — Decreto de 15 de janeiro de 1902 — Approva o regulamento para o Corpo de Saude da Armada.

N. 4.324 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1902 — Convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para o dia 25 de fevereiro proximo.

N. 4.325 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 10:000\$ para occorrer ás despesas de representação dos productos brasileiros na Exposição Pan-Americana, em Buffalo.

N. 4.326 — MARINHA — Decreto de 22 de janeiro de 1902 — Approva o regulamento da Inspectoria de Saude Naval.

N. 4.327 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lagôa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.328 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de janeiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:100\$ para pagamento ao Dr. Clovis Bevilacqua do premio e indemnização da despesa de impressão de sua obra *Direito das Successões*.

N. 4.329 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1902 — Manda executar o tratado concluido entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 6 de novembro de 1901.

N. 4.330 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1902 — Uniformiza o typo das apolices da divida publica interna, papel, do juro de 5 %.

N. 4.331 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Concede ao curso annexo á Academia do Commercio da Juiz de Fôra as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 4.332 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Picos, no Estado do Piauhx.

N. 4.333 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São João Baptista do Monte Negro, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.334 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia Antartica Paulista.

N. 4.335 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Proroga por seis mezes o praso fixado na clausula III do decreto n. 3.725, de 1-de agosto de 1900, para inicio dos melhoramentos do porto de Manãos.

N. 4.336 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Concede autorização a Bernardino Ferreira Pacheco Soutello para incorporar na cidade de Nietheroy, Estado do Rio de Janeiro, uma sociedade anonyma, sob a denominação de Companhia Brasileira de Alimentação.

N. 4.337 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1902 — Confirma á Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas a concessão da estrada de ferro a que se refere o decreto n. 1.082, de 28 de novembro de 1890, e dá outras providencias.

N. 4.338 — MARINHA — Decreto de 5 de fevereiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o crédito de 5:763\$004 para occorrer ao pagamento dos vencimentos que competem durante o presente anno ao auxiliar do auditor de marinha.

N. 4.339 — GUERRA — Decreto de 7 de fevereiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de 14:188\$170 para pagamento da equiparação dos vencimentos dos auditores de guerra do 4º e 6º districtos militares aos do auditor de guerra da Capital Federal, no periodo decorrido de 27 de dezembro de 1901 e 31 do dezembro do corrente anno.

N. 4.340 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de fevereiro de 1902 — Concede autorização, sem onus algum para o Thesouro Federal, para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro a partir do ponto onde acaba a franca navegação do Rio Branco ao porto mais conveniente da fronteira com a Guyana Ingleza, no Estado do Amazonas.

N. 4.341 — MARINHA — Decreto de 12 de fevereiro de 1902 — Approva e manda executar o plano de uniformes para os officiaes da Armada e das classes annexas.

N. 4.342 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mococa, no Estado do S. Paulo.

N. 4.343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1902 — Crea uma brigada de artilha-

ria e mais uma de infantaria e uma de cavallaria na comarca de Santo Antonio do Machado, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.344 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de fevereiro de 1902 — Concede autorização para execução das obras e melhoramento do porto de Belém, no Estado do Pará.

N. 4.345 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1902 — Altera a disposição dos arts. 2º, paragrapho unico, e 14 do regulamento annexo ao decreto n. 3.622, de 26 de março de 1900.

N. 4.346 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1902 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade de seguros de vida Caixa Geral das Familias.

N. 4.347 — GUERRA — Decreto de 21 de fevereiro de 1902 — Approva o novo plano de arreiamento para a montada dos officiaes e praças do Exercito.

N. 4.348 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.349 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo.

N. 4.350 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Botucatu, no Estado de S. Paulo.

N. 4.351 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 100:000\$ para a construcção das linhas telegraphicas de Cuyabá a Corumbá.

N. 4.352 — MARINHA — Decreto de 26 de fevereiro de 1902 — Modifica as disposições dos arts. 30, 44, 68, 69, 80, 81 e 100 do regulamento da Escola Naval, annexo ao decreto n. 3.652, de 2 de maio de 1900, e do decreto n. 4.313, de 8 de janeiro de 1902.

N. 4.353 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 40:000\$ afim de ser applicado á liquidação das despesas do exercicio de 1900, realizadas com as obras complementares do agude de Quixadá, no Estado do Ceará.

N. 6.354 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de 40:000\$, 813:116\$568 e 53:896\$520, supplementares ás verbas — Alfandegas, — Mesas de Rendas — e — Comissão de 2 % na venda de estampilhas — do exercicio de 1901.

N. 4.355 — MARINHA — Decreto de 5 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 6:000\$

para pagamento de vencimentos ao ex-secretario do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, João Sabino Pereira Giraldes.

N. 4.356 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1902 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapipoca, no Estado do Ceará.

N. 4.359 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Annapolis, no Estado de S. Paulo.

N. 4.360 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Oeiras, no Estado do Piauí.

N. 4.361 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1902 — Abre ao Ministerio de Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 553:618\$151 para occorrer ás despesas com trabalhos necessarios á conclusão da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.362 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1902 — Autoriza a renovação do contracto celebrado em virtude do decreto n. 3.979, de 28 de março do anno passado, com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão.

N. 4.363 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1902 — Proroga por mais um anno o prazo concedido á Companhia Brasileira Torrens para o inicio das obras do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.

N. 4.364 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para o serviço de propaganda de productos agricolas em varios centros commerciaes.

N. 4.365 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 400:000\$ para pagamento dos juizes de direito nomeados pelo Governo Federal antes da organização judiciaria dos Estados.

N. 4.366 — GUERRA — Decreto de 18 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 127:099\$329, supplemental ao § 41 — Classes inactivas. — do art. 15 da lei n. 716, de 29 de dezembro de 1900.

N. 4.367 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1902 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores novo credito de 155:438\$725, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1901.

N. 4.368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.371 — MARINHA — Decreto de 26 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 12:000\$ para satisfazer á despesa com a impressão de 3.000 exemplares da obra *Licções de Balística*, do lente substituto da Escola Naval, capitão-tenente Narciso do Prado Carvalho.

N. 4.372 — GUERRA — Decreto de 29 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 480\$ para pagamento ao tenente-coronel do quadro especial do Exercito, José Faustino da Silva, da gratificação que deixou de receber de 1 de janeiro a 18 de abril de 1898, como professor da extincta Escola Militar do Estado do Ceará.

N. 4.373 — FAZENDA — Decreto de 1 de abril de 1902 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.

N. 4.374 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.

N. 4.375 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Pontas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.376 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Toffé, no Estado do Amazonas.

N. 4.377 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João do Rio Claro, no Estado de S. Paulo.

N. 4.378 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Coary, no Estado do Amazonas.

N. 4.379 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de abril de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria

de guardas nacionaes na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

N. 4.380 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1902 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Fluminense.

N. 4.381 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 570:000\$ para a conclusão da infraestrutura do trecho de Inhanduhy-Urugayana, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Urugayana.

N. 4.382 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1902 — Crea o fundo de amortização dos emprestimos internos, papel.

N. 4.383 — GUERRA — Decreto de 11 de abril de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:414\$476 para occorrer ao pagamento de differenças de ordenado que deixou de receber o major do quadro especial do Exercicio, Jonathas de Mello Barreto, professor do Collegio Militar.

N. 4.384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de abril de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piahy.

N. 4.385 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de abril de 1902 — Revoga o decreto n. 3.478, de 7 de novembro de 1899, sobre a commissão dos agentes de leilão.

N. 4.386 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 200:000\$ para ser applicado á construcção de linhas telegraphicas nos Estados de Minas Geraes, Ceará, Piahy, Espirito Santo e Santa Catharina.

N. 4.387 — MARINHA — Decreto de 16 de abril de 1902 — Manda adoptar uniformes para os alumnos do curso de machinas da Escola Naval.

N. 4.388 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Correntina, no Estado da Bahia.

N. 4.389 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alcobaca, no Estado da Bahia.

N. 4.390 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Irara, no Estado da Bahia.

N. 4.391 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.

N. 4.392 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de abril de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.

N. 4.393 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1902 — Proroga por mais dous annos o praso marcado para terminação das obras de construcção da estrada de ferro da praça da Republica á barra de Guaratiba,

N. 4.394 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1902 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada Cruzeiro para funcionar.

N. 4.395 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1902 — Declara sem effeito o decreto n. 4.334, de 1 de fevereiro de 1902.

N. 4.396 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1902 — Concede ao Banco dos Funcionarios Publicos autorização para transferir ao bacharel João Alvares Pereira de Lyra, ou á companhia que organizar em Pernambuco, os direitos e obrigações constantes do decreto n. 774, de 20 de setembro de 1890.

N. 4.397 — MARINHA — Decreto de 30 de abril de 1902 — Approva e manda executar o Codigo Internacional de Signaes.

N. 4.398 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de maio de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para despesas com a acquisição de sementes e plantas e transporte de animaes de raça.

N. 4.399 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de maio de 1902 — Transfere á Empresa Industrial Brasileira a concessão a que se referem os decretos ns. 4.386, de 30 de junho de 1869, 4.457, de 21 de janeiro de 1870, e 9.328, de 25 de novembro de 1884.

N. 4.400 — FAZENDA — Decreto de 6 de maio de 1902 — Approva o convenio celebrado entre o ministro da Fazenda e o presidente do Estado de Matto Grosso.

N. 4.401 — MARINHA — Decreto de 7 de maio de 1902 — Approva o regulamento para a Contadoria da Marinha em substituição ao de que trata o decreto n. 277 C, de 22 de março de 1890.

N. 4.402 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de maio de 1902 — Dá providencias sobre a publicação das informações dos agentes diplomaticos e consulares brasileiros.

N. 4.403 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 200:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1902.

N. 4.404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 4.406 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de maio de 1902 — Altera a clausula XII do decreto n. 4.344, de 15 de fevereiro do corrente anno, que au-

torizou as obras de melhoramentos do porto de Belém, Estado do Pará.

N. 4.407 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 12 de maio de 1902 — Concede ao Dr. Pedro Souto Mayor privilegio por 25 annos para a navegação a vapor e melhoramentos entre Santo Antonio, no rio Madeira, e o logar que fica perto da foz do rio Beni.

N. 4.408 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de maio de 1902 — Autoriza a organização da Sociedade Anonyma de Economia e Seguros A Economica e approva os respectivos estatutos.

N. 4.409 — **MARINHA** — Decreto de 16 de maio de 1902 — Altera os arts. 4º e 9º do decreto n. 4.238, de 15 de novembro de 1901, que creou uma medalha militar para o Exercito e Armada.

N. 4.410 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de maio de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.

N. 4.411 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de maio de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz das Palmeiras, no Estado de S. Paulo.

N. 4.412 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de maio de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Boa Vista, no Estado do Paraná.

N. 4.413 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de maio de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:350\$, supplementar á verba 9ª do art. 20 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, para pagamento de ajudas de custo a deputados e senadores.

N. 4.414 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de maio de 1902 — Transfere ao Banco da Republica do Brasil a concessão da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.415 — **FAZENDA** — Decreto de 27 de maio de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 225:939\$796 para pagamento de percentagens dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 4.416 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 29 de maio de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.417 — **MARINHA** — Decreto de 29 de maio de 1902 — Approva o regulamento para o Corpo de Machinistas Navaes.

N. 4.418 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de junho de 1902 — Supprime da concessão da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande o ramal de Prudentopolis a Outiveiros e transfere a respectiva garantia de juros para o ramal da cidade de S. Francisco.

N. 4.419 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de junho de 1902 — Cassa a autorização concedida á sociedade de seguro mutuo

sobre a vida A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil pelo decreto n. 3.304, de 30 de maio de 1899.

N. 4.420 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado do Paraná.

N. 4.421 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 4.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Jeronymo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Vaccaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Vicente, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Pontas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.426 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1902 — Approva a planta do novo perfil projectado pela Companhia Docas de Santos para a muralha do caes de Paquetá a Outeirinhos.

N. 4.427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1902 — Elimina a clausula 4ª do contracto celebrado em 30 de julho de 1893 com a « Western Telegraph Company ».

N. 4.428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 200:000\$ para pagamento da despesa com a impressão da obra *Sertum Palmarum*.

N. 4.429 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1902 — Substitue as clausulas II e XVII das que baixaram com o decreto n. 4.362, de 17 de março de 1902.

N. 4.430 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pumbly, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.431 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1902 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.

N. 4.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria

de guardas nacionaes na comarca de Cratheús, no Estado do Ceará.

N. 4.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Parahyba, no Estado de Matto Grosso.

N. 4.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.436 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1902 — Approva os estatutos da Sociedade Anonyma A Economizadora.

N. 4.437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tatuhy, no Estado de S. Paulo.

N. 4.438 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.439 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribe-Mirim, no Estado do Ceará.

N. 4.440 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de junho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Canindé, no Estado do Ceará.

N. 4.441 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 80:000\$ para ser applicado á construcção de linhas telegraphicas nos Estados de Sergipe, Ceará e Parahyba.

N. 4.442 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1902 — Substitue as clausulas 9ª e 33ª annexas ao decreto n. 4.311, de 6 de janeiro do corrente anno, que autorizou a reorganização dos serviços de navegação a cargo do Lloyd Brasileiro.

N. 4.443 — FAZENDA — Decreto de 24 de junho de 1902 — Suspende a autorização concedida pelo decreto n. 3.224, de 23 de fevereiro de 1864, á Real Companhia Inglesa, de seguros contra os riscos de fogo e de vida, estabelecida em Liverpool.

N. 4.444 — GUERRA — Decreto de 27 de junho de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:190\$215 para occorrer ao pagamento ao major Victor Guillobel e ao capitão Alfredo Vidal, de gratificações que deixaram de receber, relativas ao tempo em que estiveram em disponibilidade, como professores dos institutos militares de ensino.

N. 4.445 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1902 — Autoriza a organização da Sociedade Anonyma A Accumuladora e approva os respectivos estatutos.

N. 4.446 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para occorrer ás despesas de propaganda de productos mineraes.

N. 4.447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.448 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.449 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alémparaíba, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.450 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito suplementar de 1.381:875\$, sendo 316:575\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 1.065:300\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 4.451 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito suplementar de 119:533\$333, sendo 56:800\$ á verba — Secretaria do Senado — e 62:733\$333 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.452 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1902 — Isenta os concessionarios das obras do porto de Manãos dos direitos aduaneiros para todo o material destinado ás referidas obras, de conformidade com a lei n. 813, de 23 de dezembro de 1901.

N. 4.453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas.

N. 4.454 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1902 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Humaitá, no Estado do Amazonas.

N. 4.455 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Teffé, no Estado do Amazonas.

N. 4.456 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Dorcas da Boa Esperança, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.457 — FAZENDA — Decreto de 8 de julho de 1902 — Releva a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia e Hospital de Lazares de Sahará, no Estado de Minas Geraes, da obrigação do pagamento de 1:736\$250.

N. 4.458 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Restabelece o decreto n. 2.831, de 11 de março de 1898.

N. 4.459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tamboril, no Estado do Ceará.

N. 4.460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo.

N. 4.461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Crea tres brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapetininga, no Estado de S. Paulo.

N. 4.462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Avoca para a administração federal o serviço de hygiene defensiva na capital da Republica, e dá outras providencias.

N. 4.464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1902 — Estabelece as bases para a regulamentação dos serviços de hygiene de defesa da Capital Federal.

N. 4.465 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de julho de 1902 — Concede autorização ao Dr. Eugenio de Barros Falcão de Lacerda e outros para organizarem uma sociedade anonyma — Cooperativa Civil dos Funcionarios Publicos Federaes.

N. 4.466 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 6:530\$407 para pagamento de vencimentos ao inspector da Alfandega do Estado do Espirito Santo, Apuleiro Motta.

N. 4.467 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Piahy.

N. 4.468 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.469 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.

N. 4.470 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.471 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 4.472 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaicós, no Estado do Piahy.

N. 4.473 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.474 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1902 — Approva a planta e orçamento para a construcção de um muro de arrimo no Kilometro 32 + 100, do prolongamento da Estrada de Ferro Barão de Araruama.

N. 4.475 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 31:379\$347 para indemnização das despesas feitas com o Congresso Nacional de Agricultura.

N. 4.476 — MARINHA — Decreto de 23 de julho de 1902 — Approva e manda executar nova tabella para distribuição de fardamento aos aprendizes marinheiros e revoga a que se acha annexa ao decreto n. 1.714, de 16 de março de 1894, e as respectivas observações.

N. 4.477 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1902 — Publica a adhesão de Creta á convenção postal universal de Washington, de 15 de julho de 1897, o dos accórdos da mesma data, como se declara.

N. 4.478 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1902 — Revoga o decreto n. 2.495, de 13 de novembro de 1899.

N. 4.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Altera o decreto n. 2.029, de 29 de maio de 1895, que creou os logares de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscripções federaes do Estado de Pernambuco.

N. 4.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Gamelloira, no Estado de Pernambuco.

N. 4.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Iguassú, no Estado de Pernambuco.

N. 4.482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de

guardas nacionaes no municipio de Amaragy, no Estado de Pernambuco.

N. 4.483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Timbauba, no Estado de Pernambuco.

N. 4.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da Victoria, no Estado de Pernambuco.

N. 4.485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado de Pernambuco.

N. 4.486 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

N. 4.487 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1902 — Concede autorização ao Dr. Francisco Portella para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Sociedade Brasileira Exportadora de Café.

N. 4.488 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1902 — Concede á Empresa Sal e Navegação as vantagens e regalias de paquetes para seus vapores *Assú*, *Amazonas*, *Nietheroy*, *Tupy* e *União*, que fazem viagens regulares entre os portos da Republica.

N. 4.489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José de Barreiro, no Estado de S. Paulo.

N. 4.490 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.

N. 4.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Ipú, no Estado do Ceará.

N. 4.493 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 300:000\$ para o emprestimo de que trata o art. 31, § 18, da lei numero 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.494 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 79:419\$356 para pagamento de quotas devidas á empregados das alfandegas do Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Norte.

N. 4.495 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Luiz, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.496 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Calvo, no Estado de Alagoas.

N. 4.497 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Paulo dos Agudos, no Estado de S. Paulo.

N. 4.498 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araraquara, no Estado de S. Paulo.

N. 4.499 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Rio Formoso, no Estado de Pernambuco.

N. 4.500 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Crea mais tres brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 4.501 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curupá, no Estado do Pará.

N. 4.502 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Salles, no Estado do Piahy.

N. 4.503 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jeremimha, no Estado do Piahy.

N. 4.504 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz Gonzaga, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.505 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1902 — Publica a adhesão da ilha de Creta á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 4.506 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 86:328\$, ouro, destinado á aquisição de 600.000 exemplares de apolices para execução do decreto n. 4.430, de 28 de janeiro ultimo.

N. 4.507 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1902 — Eleva á categoria de 4ª ordem a Mesa de Rendias de Camocim, no Estado do Ceará.

N. 4.508 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito de 142:736\$ para as despesas com a installação da illuminação electrica na Casa de Detenção e na de Correção.

N. 4.509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:163\$978 para pagamento ao Dr. João José Pinto Junior.

N. 4.510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cascavel, no Estado do Ceará.

N. 4.511 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pirajú, no Estado de São Paulo.

N. 4.512 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio da Gloria, no Estado de Pernambuco.

N. 4.513 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Canhotinho, no Estado de Pernambuco.

N. 4.514 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Altinho, no Estado de Pernambuco.

N. 4.515 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 4.516 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1902 — Suspende a autorização concedida pelo decreto n. 3.869, de 22 de dezembro de 1900, á companhia de seguros «Nord. Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» com séde em Hamburgo.

N. 4.517 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:132\$ para pagamento a diversos operarios da Casa da Moeda por serviços prestados em janeiro e março de 1902.

N. 4.518 — MARINHA — Decreto de 27 de agosto de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de £ 370-15-5 para pagamento de concertos realizados no cruzador *Benjamin Constant* nas docas Devonport (Plymouth).

N. 4.519 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1902 — Concede autorização á companhia de mineração «Rotulo, Limited», para funcionar na Republica.

N. 4.520 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1902 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 5:000\$ para occorrer a despesas com a propaganda de productos agricolas em Osaka, Japão.

N. 4.521 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1902 — Approva as clausulas para o arrendamento provisório da Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 4.522 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes no municipio de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.

N. 4.523 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

N. 4.524 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco.

N. 4.525 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bezerros, no Estado de Pernambuco.

N. 4.526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da capital do Estado de Pernambuco.

N. 4.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Goyaz.

N. 4.528 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Releva o thesoureiro do papel-moeda da Caixa de Amortização, Antonio Barbosa dos Santos, da responsabilidade e pagamento do desfalque dado pelo ex-fiel Arnaldo Vieira da Camara.

N. 4.529 — FAZENDA — Decreto de 30 de agosto de 1902 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica e Monte de Soccorro da Capital Federal.

N. 4.530 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 237:215\$545 para occorrer ás despesas resultantes de obras a praticar no canal do Mangue.

N. 4.531 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ao cambio de 27 d., suplementar á verba 6ª do art. 8º, da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.532 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de setembro de 1902 — Concede autorização á «Brazilian Diamond and Exploration Company, Limited» para funcionar na Republica.

N. 4.533 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de setembro de 1902 — Concede autorização á companhia «Manãos Harbour, Limited» para funcionar na Republica.

N. 4.534 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.

N. 4.534 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaporanga, no Estado de S. Paulo.

N. 4.535 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araras, no Estado de São Paulo.

N. 4.536 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.537 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

N. 4.538 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.539 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.

N. 4.540 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$ para ser applicado á construcção da linha telegraphica de Salinas a Marapinim, no Estado do Pará.

N. 4.541 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 204:495\$ para pagamento do pessoal da Repartição Geral dos Correios, creado por deliberação do Congresso Nacional em 1901, correspondente a esse exercicio.

N. 4.542 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito suplementar de 408:450\$ á verba 2ª — Correios, — da lei de orçamento em vigor, para o pagamento do pessoal de que trata o decreto n. 845, de 8 de janeiro do corrente anno.

N. 4.543 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1902 — Publica a adhesão do Japão ao accôrdo relativo á permutação de cartas e encommendas (*boites*) com valor declarado e á convenção sobre a permuta de encommendas postaes.

N. 4.544 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1902 — Concede autorização ao

Dr. José Joaquim da Costa Pereira Braga e outros para organizarem uma sociedade anonyma de previdencia, sob a denominação de Montepio Popular.

N. 4.545 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 15:000\$ afim de ser applicado á construção da linha telegraphica para a villa de S. Benedicto, no Estado do Ceará.

N. 4.546 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:600\$ para pagar a impressão de 1.000 exemplares do *Methodo Pratico para o Ensino da Língua Franceza*.

N. 4.547 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Altera o decreto n. 4.479, de 26 de julho de 1902, que creou os logares de supplentes do substituto do juiz federal nas circumscripções federaes do Estado de Pernambuco.

N. 4.548 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.549 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea mais tres brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

N. 4.550 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cabrobó, no Estado de Pernambuco.

N. 4.551 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Sergipe.

N. 4.552 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 4.553 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Rio Grande do Norte.

N. 4.554 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 4.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Canguaretama, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 4.556 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da In-

industria. Vição e Obras Publicas o credito extraordinario de 24:685\$800 para pagar á «Wilson, Sons & Comp. Limited», o fornecimento de carvão de pedra feito á Estrada de Ferro Sul de Pernambuco no exercicio de 1900.

N. 4.557 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1902 — Declara sem effeito a concessão a que se referem os decretos ns. 4.344 e 4.406, de 15 de fevereiro e 12 de maio do corrente anno, para obras de melhoramento do porto de Belém, no Estado do Pará.

N. 4.558 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1902 — Concede á Empresa de Navegação Gram-Pará as vantagens e regalias de paquete para os seus vapores *Gram-Pará*, *Salinas*, *Murajó*, *Amazonas*, *Guajará* e *Bragança*, que fazem viagens regulares entre os portos da Republica.

N. 4.559 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para occorrer ás despesas com a propaganda de productos agricolas nos Estados Unidos da America do Norte.

N. 4.560 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Boa Vista, no Estado de Pernambuco.

N. 4.561 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Olinda, no Estado de Pernambuco.

N. 4.562 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 4.563 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito suplementar de 82:000\$, sendo 32:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.564 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$ para cumprimento do disposto no decreto legislativo n. 864, de 26 de agosto ultimo.

N. 4.565 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Paulo de Muriahé, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.566 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Dóres de Indayá, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.567 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Gravatá, no Estado de Pernambuco.

N. 4.569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Alagoa de Baixo, no Estado de Pernambuco.

N. 4.570 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Itambé, no Estado de Pernambuco.

N. 4.571 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes no municipio de Serinhaem, no Estado de Pernambuco.

N. 4.572 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Taquaretinga, no Estado de Pernambuco.

N. 4.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 4.574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.

N. 4.575 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Pão d'Alho, no Estado de Pernambuco.

N. 4.576 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria e mais tres de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco.

N. 4.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.

N. 4.578 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial da quantia de 4:863\$317 para occorrer ao pagamento ao tenente-coronel Alcebiades Martins Rangel e ao major Marcos Franco Rabello de gratificações por elles vencidas como docentes em disponibilidade dos institutos militares de ensino.

N. 4.579. — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da In-

industria, Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$ para occorrer ás despesas da representação dos productos brasileiros na Exposição Pan-Americana em Buffalo.

N. 4.580 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1902 — Approva as clausulas para o contracto de navegação a vapor do rio Parnahyba.

N. 4.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 4.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no municipio de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.

N. 4.583 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Ouricury, no Estado de Pernambuco.

N. 4.584 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco.

N. 4.585 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Iguassú, no Estado de Pernambuco.

N. 4.586 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 64:703\$414 para ser applicado á liquidação e regularização de despesas que se deram em diversas sub-consignações do orçamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 4.587 — MARINHA — Decreto de 8 de outubro de 1902 — Approva o regulamento para a Escola Pratica de Artilharia.

N. 4.588 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$ para occorrer a despesas com a propaganda de productos agricolas nos Estados Unidos da America do Norte.

N. 4.589 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1902 — Publica a adhesão da Republica Oriental do Uruguay á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 4.590 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1902 — Proroga por mais seis mezes o praso para o inicio das obras de melhoramentos do porto da Bahia.

N. 4.591 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1902 — Proroga por quatro mezes o praso marcado para o inicio das obras do porto de Manáos, no Estado do Amazonas.

N. 4.592 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1902 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 30:000\$ para ser applicado como auxilio á Sociedade Brasileira Exportadora de Café.

N. 4.593 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1902 — Autoriza a innovação do contracto com a «Amazon Steam Navigation Company, Limited», para a navegação a vapor nos rios Amazonas e outros, nos Estados do Amazonas e Pará.

N. 4.594 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1902 — Autoriza a renovação do contracto celebrado em virtude dos decretos ns. 10.208, de 16 de março de 1889, e 1.790, de 3 de dezembro de 1894, com a Companhia Pernambucana de Navegação.

N. 4.595 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

N. 4.596 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Gamelleira, no Estado de Pernambuco.

N. 4.597 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.598 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Benevente, no Estado do Espirito Santo.

N. 4.599 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 4.600 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.601 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 441:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 4.602 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1902 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito supplementar de 83:700\$, sendo 33:700\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.603 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1902 — Approva os orçamentos de

obras novas e de reconstrução e consolidação, cuja importância deverá ser incluída no capital da Companhia Docas de Santos.

N. 4.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$ para ajuda de custo ao lente da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Carlos de Freitas.

N. 4.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Ouricury, no Estado de Pernambuco.

N. 4.606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Pontas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.

N. 4.608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea duas brigadas de cavallaria no municipio de S. Lourenço da Matta, no Estado de Pernambuco.

N. 4.609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio do Cabo, no Estado de Pernambuco.

N. 4.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da Escada, no Estado de Pernambuco.

N. 4.611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bonito, no Estado de Pernambuco.

N. 4.612 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 15:000\$ para occorrer ás despesas com a propaganda do gaz natural existente no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 4.613 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 139:644\$269 para a construção de um edificio destinado á Alfandega de Paranaguá, no Porto d'Agua, no Estado do Paraná.

N. 4.614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1902 — Altera o decreto n. 2.220, de 23 de janeiro de 1896, que creou os logares de supplentes do substituto do juiz seccional nas circumscripções federaes no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.615 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1902 — Concede autorização á «Rio

de Janeiro Lighterage Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 4.616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Dá instrucções para as eleições federaes a que se terá de proceder em 28 de dezembro proximo vindouro.

N. 4.617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Quarahy, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

N. 4.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da Pedra de Buíque, no Estado de Pernambuco.

N. 4.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco.

N. 4.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.

N. 4.623 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Castro, no Estado do Paraná.

N. 4.624 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribe-Mirim, no Estado do Ceará.

N. 4.625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

N. 4.626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado do Ceará.

N. 4.627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e tres de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Crea mais duas brigadas de infan-

taria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 4.629 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Approva a reforma dos estatutos da Sociedade de Seguros Mutuos sobre a Vida Garantida da Amazonia.

N. 4.630 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Suspende a autorização concedida á companhia «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para funcconar no Brasil.

N. 4.631 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Proroga por 20 annos o praso da concessão feita á sociedade anonyma «Banque Belge de Prêts Foncier» pelo decreto n. 3.776, de 25 de setembro de 1900.

N. 4.632 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1902 — Suspende a autorização concedida á Sociedade Hanseatica, de seguros contra fogo, estabelecida em Hamburgo, para funcconar no Brasil.

N. 4.633 — MARINHA — Decreto de 29 de outubro de 1902 — Approva e manda executar o regulamento para a Inspectoria Geral de Engenharia Naval.

N. 4.634 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1902 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, durante o anno de 1901, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro, que fica elevado a £ 1.516.236.

N. 4.635 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1902 — Approva a revisão dos estudos da Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro de Itapemirim, correspondente ao trecho comprehendido entre as estações de S. João do Muquy e o ponto terminal da mesma Estrada.

N. 4.636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.

N. 4.637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Caruarú, no Estado de Pernambuco.

N. 4.638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 377:300\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1902.

N. 4.639 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação.

N. 4.640 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 15:000\$ para occorrer a despesas com a aquisição de sementes e plantas.

N. 4.641 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Altera o systema de taxação dos telegrammas trocados entre S. Paulo e Santos e entre S. Paulo, Santos, Jundiahy e Campinas.

N. 4.642 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Indústria, Viagão e Obras Públicas o credito extraordinario de 5:000\$ para pagamento de um terreno adquirido para uso da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.643 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 78:521\$899 para pagamento de vencimentos ao pessoal do Corpo de Patrões-Móres, a um capitão de mar e guerra e um capitão de fragata promovidos e tres medicos de 5ª classe.

N. 4.644 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1902 — Dá nova organização ao serviço hospitalar da Marinha de guerra.

N. 4.645 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:000\$ para pagar ao Dr. Vicente Candido Figueira de Saboia o premio e a impressão da obra que publicou sob o título de *Tratado de Cirurgia Contemporanea*.

N. 4.646 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1902 — Concede ao engenheiro civil Thomaz de Aquino e Castro permissão para construir e explorar linhas telegraphicas ligando a Capital Federal á cidade de Santos.

N. 4.647 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1902 — Explica em que data começa a ser effectiva a disposição da ultima parte do paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 4.352, de 26 de fevereiro de 1902.

N. 4.648 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1902 — Modifica as disposições dos arts. 4º, 26, § 1º, letra c, e 237 do regulamento da Escola Naval.

N. 4.649 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1902 — Approva e manda executar as tabellas para distribuição de fardamento aos sentenciados da Marinha excluidos ou não excluidos dos respectivos corpos.

N. 4.650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Concede ao Lyceu Salesiano de Artes e Officios S. Gonzalo, em Cuyabá, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 4.651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$ para ajuda de custo ao lente da Escola Polytechnica, Eugenio de Barros Raja Gabaglia.

N. 4.652 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Cabo, no Estado de Pernambuco.

N. 4.653 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de S. Bento, no Estado de Pernambuco.

N. 4.654 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

N. 4.655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Palmares, no Estado de Pernambuco.

N. 4.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 4.657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco.

N. 4.658 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Granja, no Estado do Ceará.

N. 4.659 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1902 — Crea quatro brigadas de infantaria, tres de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Piranga, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.660 — MARINHA — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Dá novo regulamento ao Corpo de Infantaria de Marinha.

N. 4.661 — MARINHA — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Approva e manda executar a ordenança geral para o serviço da Armada.

N. 4.662 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Approva o regulamento para as colonias militares.

N. 4.663 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Approva o regulamento para o sanatorio militar em Campos do Jordão.

N. 4.664 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1902 — Reduz a 3:600\$ a quota de fiscalização da Estrada de Ferro da Tijuca, de que trata o art. 2º do decreto n. 4.414, de 21 de maio do corrente anno.

N. 4.665 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Taquaritinga, no Estado de Pernambuco.

N. 4.666 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.

N. 4.667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Agua Preta, no Estado de Pernambuco.

N. 4.668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Barreiros, no Estado de Pernambuco.

N. 4.669 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.670 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Queluz, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.671 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito supplementar de 83:200\$, sendo 33:200\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito supplementar de 618:750\$, á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 4.673 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Crea um consulado na Republica de Costa Rica.

N. 4.674 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Proroga por 25 annos o praso da concessão para exploração das linhas telephonicas no Estado da Bahia, de que é cessionario o coronel João Pedro Caminha.

N. 4.675 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ para ser applicado como auxilio á Sociedade Cooperativa União dos Lavradores de S. Paulo.

N. 4.676 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Concede permissão á «New York Life Insurance Company» para funcionar no Brasil.

N. 4.677 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Torna extensivas a todas as alfandegas as disposições do art. 254, § 2º, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

N. 4.678 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda, o credito de 31:989\$583, supplementar á verba — Exercicios findos.

N. 4.679 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de

28:000\$ para a impressão de 3.000 exemplares da *Carta Descritiva*, organizada por Julio Cesar Pinto Coelho e Albino Alves Filho.

N. 4.680 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1902 — Dá novo regulamento á Imprensa Nacional.

N. 4.681. — MARINHA — Decreto de 21 de novembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 100:000\$ para pagamento das despesas accrescidas ás previstas no art. 8º, n. 24, rubrica — Obras, — da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

N. 4.682 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1902 — Approva, com accrescimo de duas clausulas, os estatutos da sociedade anonyma A Auxiliadora e autoriza a mesma a funcionar.

N. 4.683 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1902 — Crea um consulado em Munich.

N. 4.684 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1902 — Concede autorização á «Carsevene and Developments Anglo French Gold Mining Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 4.685 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de novembro de 1902 — Concede autorização a Henrique de Villeneuve para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Fluminense.

N. 4.686 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1902 — Designa o dia 18 de fevereiro proximo vindouro para a eleição de vice-presidente da Republica no periodo presidencial de 1902 a 1906.

N. 4.687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1902 — Reprodiz no vigente regulamento do Instituto Benjamin Constant o dispositivo do artigo 210 do decreto n. 408, de 17 de maio de 1890.

N. 4.688 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria da Bocca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1902 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Victoria do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.691 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.692 — MARINHA — Decreto de 5 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 65:000\$, suplementar á verba — Obras, — n. 24, do art. 9º da lei

n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para occorrer ás despesas necessarias e urgentes na Secretaria de Estado, no quartel do Corpo de Infantaria de Marinha e na ponte do Arsenal desta capital.

N. 4.693 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1902 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Companhia Nacional de Seguros Mutuos contra Fogo.

N. 4.694 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:000\$ para o premio e publicação do trabalho *Sciencia das Finanças*, do lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, Dr. João Pedro da Veiga Filho.

N. 4.695 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1902 — Dá instrucções para a eleição de vice-presidente da Republica no periodo presidencial de 1902 a 1906 e para as eleições federaes que se realizarão no dia 18 de fevereiro proximo vindouro.

N. 4.696 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1902 — Modifica o decreto n. 3.810, de 16 de outubro de 1900.

N. 4.697 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1902 — Providencia sobre a execução do art. 55 do regulamento annexo ao decreto n. 3.622, de 26 de março de 1900.

N. 4.698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Boa Vista, no Estado do Paraná.

N. 4.699 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 4.700 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1902, o credito suplementar de 89:200\$, sendo 33:200\$ á verba — Secretaria do Senado — e 56:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.701 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1902 — Publica a adhesão da Republica de Cuba á convenção postal universal de 15 de junho de 1897.

N. 4.702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$ para pagamento do premio de viagem conferido ao alumno da Escola de Minas, Pedro Domingos Rache.

N. 4.703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aparecida, no Estado do Piahy.

N. 4.704 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

N. 4.705 — MARINHA — Decreto de 22 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de réis 1.463:823\$816, supplementar á verba 21^a do art. 9^o da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.706 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:860\$207 para occorrer ao pagamento do ordenario que compete ao escrivão do almoxarifado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Francisco Mauricio de Abreu.

N. 4.707 — MARINHA — Decreto de 26 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 50:000\$ para satisfazer ás despesas de representação e cortezia naval para com as marinhas estrangeiras que se fizeram representar por occasião de ser commemorado o 13^o anniversario da Republica e empossado o novo presidente.

N. 4.708 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:000\$ para restituição de deposito de igual quantia feito por Adolpho Gomes Netto.

N. 4.709 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 705\$600 para pagamento da indemnização devida a Joaquim Gomes de Souza Braga, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 4.710 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Altera, na parte relativa ao Districto Federal, as instrucções annexas ao decreto n. 4.695, de 11 de dezembro de 1902, para a eleição de vice-presidente da Republica no periodo presidencial de 1902 a 1906 e para as eleições federaes que se realizarão no dia 18 de fevereiro proximo vindouro.

N. 4.711 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 990:000\$ para despesas com o serviço de hygiene de defesa na capital da Republica, avocado para a administração federal.

N. 4.712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado de S. Paulo.

N. 4.713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 11:866\$599, supplementar ás seguintes verbas do art. 2^o da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901: 11^a — Justiça federal; 26^a — Escola de Minas; 27^a — Gymnasio Nacional, externato, e 31^a — Instituto dos Surdos-Mudos.

N. 4.714 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito 30:300\$, complementar á verba 9ª do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, para pagamentos de ajudas de custo aos deputados e senadores.

N. 4.715 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:992\$603 para pagamento de vencimentos e custas de processo devidos ao lente substituto da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Augusto de Souza Brandão.

N. 4.716 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 260:000\$ para indemnizar o Banco da Republica do Brasil de igual somma despendida com a recepção da esquadra do Chile, com as exequias em homenagem aos diplomatas chilenos aqui fallecidos e com os preparativos para o transporte de seus corpos.

N. 4.717 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 152:536\$482, complementar ás verbas: 8ª — Corpo da Armada; 9ª — Corpo de Marinheiros Nacionais; 14ª — Força Naval; 18ª — Reformados, e 19ª — Companhia de invalidos, — do orçamento em vigor.

N. 4.718 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 130:000\$ para realizar melhoramentos na Escola Naval.

N. 4.719 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 11:465\$ para pagamento a Felismino Soares & Comp. da segunda metade do valor total das obras de reparação das caldeiras do torpedeiro *Silvado*, de accôrdo com o contracto para esse fim celebrado.

N. 4.720 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 7:500\$ para pagar ao cidadão Antonio Gandra a feitura do trapiche da Capitania do Porto de Santa Catharina, de accôrdo com o contracto lavrado com a mesma repartição em 24 de novembro de 1892.

N. 4.721 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 120:939\$207, complementar á verba 32ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.722 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 426:618\$352, complementar á verba 14ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.723 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1902 — Concede autorização a Eduardo Augusto Pereira Nunes para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Caixa Cooperativa das Classes Laboriosas.

N. 4.724 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:098\$921 para occorrer ao pagamento ao professor do Collegio Militar, Hemeterio José dos Santos, dos ordenados que deixou de receber.

N. 4.725 — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 27:963\$133 para pagamento á «Société Anonyme des Anciens Établissements Cail», de Paris, pelo fornecimento de munições para um canhão Krupp e das despesas feitas com a remessa de um canhão para o concurso effectuado em 1893.

N. 4.726 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 128:868\$, supplementar á verba 16ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.727 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1902 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40\$538, ouro, e 2.255:694\$241, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

1903

N. 4.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Altera o regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Negocios Interiores, annexo ao decreto n. 3.191, de 7 de janeiro de 1899.

N. 4.729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 25:000\$, supplementar á verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 320:774\$ para obras nas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e Bahia, adaptação e installação da Maternidade e Escola Profissional de Enfermeiras e outras despesas.

N. 4.731 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 190:602\$658, supplementar á verba 39ª do art. 2º da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.732 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 59:335\$ para pagamento de moveis e accessorios decorativos no edificio destinado ao serviço da justiça federal.

N. 4.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario para pagamento de ajudas de custo aos deputados Anísio Auto de Abreu,

Raymundo Arthur de Vasconcellos, Frederico Augusto Borges e senador João Cordeiro.

N. 4.733 A—RELAÇÕES EXTERIORES—Decreto de 3 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, ouro, para occorrer, no corrente anno, ás despesas com a missão especial encarregada de tratar da questão de limites com a Guyana Inglesa.

N. 4.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cajurú, no Estado de São Paulo.

N. 4.735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de janeiro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaicós, no Estado do Piahy.

N. 4.736 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:244\$ para pagamento a dous empregados da extincta Commissão de Melhoramentos do Rio Parnahyba.

N. 4.737 — FAZENDA — Decreto de 6 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 60:000\$, suplementar á verba — Reposições e restituções, — do artigo 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.738 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de £ 13.708-7-9 para occorrer ao pagamento devido, em Londres, aos liquidantes da Companhia Estrada de Ferro Central de Alagoas.

N. 4.739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1903 — Dá instrucções para o alistamento dos eleitores municipaes do Districto Federal e para a eleição dos intendentos cujo mandato terminará no dia 15 de novembro de 1904.

N. 4.740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 774:040\$ para despesas com o serviço de hygiene defensiva na capital da União.

N. 4.741 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de janeiro de 1903 — Providencia sobre o alistamento de eleitores federaes no Districto Federal, no corrente anno de 1903.

N. 4.742 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 215:425\$059 para pagamento de garantia de juros á Estrada de Ferro Central de Macahé nos exercicios de 1900, 1901 e 1902.

N. 4.743 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario

de 4:286\$300 para cumprimento da sentença que condemnou a Fazenda Nacional a pagar á Companhia União Cearense o aluguel da casa occupada pelo Correio no Ceará, multa do contracto e custas de processo.

N. 4.744 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 400:000\$ para occorrer ás despesas com a installação de colonias correccionaes.

N. 4.745 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 216\$ para pagamento a D. Anna Coelho de Figueiredo da differença entre o meio soldo integral que lhe caberia e o que recebeu no periodo de 19 de janeiro de 1869 a 18 de janeiro de 1881.

N. 4.746 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de janeiro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José dos Pinhaes, no Estado do Paraná.

N. 4.747 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:000\$ para auxiliar a construcção do aerostato «Santa Cruz».

N. 4.748 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 258:417\$194 para fazer face aos *deficits* correspondentes aos primeiro e segundo semestres do anno de 1902, da Estrada de Ferro Santa Maria ao Uruguay, ao segundo da D. Theresa Christina, a cargo do Governo, por força dos contractos de resgate.

N. 4.749 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de janeiro de 1903 — Concede autorização á Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro para continuar a funcionar na Republica com as alterações feitas nos seus estatutos.

N. 4.750 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.751 — GUERRA — Decreto de 28 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 101:662\$720, suplementar á verba 10ª — Elapas, — do art. 13 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.752 — GUERRA — Decreto de 28 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 28:924\$452 para occorrer ao pagamento de vantagens não recebidas por varios officiaes quando responderam a conselho de guerra por factos occorridos na extincta Escola Militar do Estado do Ceará, em 1897 e 1898, e ás quaes têm direito.

N. 4.753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1903 — Approva o regulamento da Colonia Correccional de Dous Rios.

N. 4.754 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.635:000\$ para prover ás despesas relativas ao primeiro semestre deste anno com o custeio das estradas de ferro do Paraná e prolongamentos, D. Theresa Christina e Santa Maria ao Uruguay, resgatadas pelo Governo.

N. 4.755 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de janeiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 25:000\$ para subvencionar a impressão dos trabalhos do Dr. Joaquim Carlos Travassos sobre a industria agricola em geral.

N. 4.756 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de janeiro de 1903 — Addita novas providencias relativas á eleição para o cargo de vice-presidente da Republica no período presidencial de 1902 a 1906 e ás eleições federaes que se realizarão no dia 18 de fevereiro proximo vindouro.

N. 4.757 — **MARINHA** — Decreto de 29 de janeiro de 1903 — Revoga o decreto n. 4.175, de 25 de setembro de 1901, e dá outras providencias.

N. 4.758 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de janeiro de 1903 — Proroga até 30 de junho do corrente anno o praso de que trata a segunda parte do art. 2º do decreto n. 4.697, de 12 de dezembro ultimo.

N. 4.759 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de fevereiro de 1903 — Aceita, com modificações, para a construcção da Estrada de Ferro de Victoria a Minas, os estudos definitivos da linha comprehendida entre Victoria e Pechanha, anteriormente approvados.

N. 4.760 — **FAZENDA** — Decreto de 4 de fevereiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 79.285,10 dollars para a liquidacão das contas com a casa Flint & Comp., de Nova-York.

N. 4.761 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de fevereiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:500\$, suplementar á verba — Secretaria do Senado, — do exercicio de 1902, para despesas com o serviço de stenographia dos debates.

N. 4.762 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de fevereiro de 1903 — Dá regulamento á Guarda Civil do Districto Federal.

N. 4.763 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de fevereiro de 1903 — Dá regulamento ao serviço policial do Districto Federal.

N. 4.764 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de fevereiro de 1903 — Dá novo regulamento á Secretaria da Policia do Districto Federal.

N. 4.765 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de fevereiro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Pontas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.766 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de fevereiro de 1903 — Dá novo regulamento á Casa de Detenção desta capital,

N. 4.767 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.768 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1903 — Cassa o privilegio de equiparação ao Gymnasio Nacional, concedido ao Instituto Nacional de Humanidades pelo decreto n. 3.687, de 23 de junho de 1900.

N. 4.769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1903 — Regula o processo e julgamento das infracções de leis, regulamentos e posturas municipaes do Districto Federal.

N. 4.770 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de fevereiro de 1903 — Providencia sobre a execução do art. 7º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, relativo ao Instituto Benjamin Constant.

N. 4.771 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 114:840\$ para ser applicado ao alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil entre as estações de Lafayette e Gagé.

N. 4.772 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1903 — Declara a data do contracto celebrado entre o Governo Federal e a «Western Telegraph Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.773 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de fevereiro de 1903 — Concede autorização á «S. Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.774 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1903 — Approva, com alterações, os novos estatutos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

N. 4.775 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de fevereiro de 1903 — Manda observar o regulamento para a execução da lei n. 973, de 2 de janeiro de 1903, que creou o officio privativo do registro facultativo dos documentos e outros papeis.

N. 4.776 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de fevereiro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cratheus, no Estado do Ceará.

N. 4.777 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de fevereiro de 1903 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 500:000\$, em papel, para occorrer a despesas de caracter reservado não previstas no orçamento em vigor.

N. 4.778 — FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.000:000\$, supplementar á verba — Mesas de rendas, — do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.779 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1903 — Dá novo regulamento ao Instituto Nacional de Musica.

N. 4.780 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1903 — Approva o regulamento para a Escola Correccional Quinze de Novembro.

N. 4.781 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

N. 4.782 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$ para auxiliar a construcção do aerostato «Pax».

N. 4.783 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de março de 1903 — Altera as disposições dos arts. 369 e 372 do regulamento em vigor na Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 4.784 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario na importancia de 61:470\$200 para ser applicado nas obras de consolidação e reconstrucção do edificio em que funciona o Observatorio do Rio de Janeiro.

N. 4.786 — FAZENDA — Decreto de 7 de março de 1903 — Crea em Porto Alegre uma mesa de rendas de primeira ordem.

N. 4.787 — FAZENDA — Decreto de 7 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 6:000\$, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1902.

N. 4.788 — GUERRA — Decreto de 9 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas motivadas pela mobilização das forças do Exercito.

N. 4.789 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de março de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.

N. 4.790 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de março de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.791 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de março de 1903 — Publica a adhesão da Australia á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 4.792 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 500:000\$, de accordo com o disposto no art. 10, letra f, da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.793 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1902 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 25:000\$ para conclusão da muralha do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro contigua ao Mosteiro de S. Bento.

N. 4.794 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 60:000\$ para as despesas de installação e custeio, no corrente exercicio, da mesa de rendas creada em Porto Alegre.

N. 4.795 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 27:529\$972, supplementar á verba 20ª do art. 23 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.796 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de março de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.797 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 150:000\$ para ser applicado na construcção da linha telegraphica da bocca de Acre até Caquetá.

N. 4.798 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1903 — Crea uma/caixa civil destinada a effectuar os pagamentos ás forças brasileiras estacionadas no territorio do Acre.

N. 4.799 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 852\$, supplementar á verba — Caixa de Amortização, — do exercicio de 1902.

N. 4.800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 44:483\$318, supplementar á verba 29ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1903.

N. 4.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará.

N. 4.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1903 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes, na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.803 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 150:000\$ para ser despendido com os estudos e mais trabalhos concernentes á exploração de minas de carvão de pedra no Estado do Pará e em outros Estados da Republica.

N. 4.804 — GUERRA — Decreto de 24 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 140:173\$212, supplementar ao § 15 — Material, — consignação n. 32 «Transporte de tropas, etc.», do art. 13 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901.

N. 4.805 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 50:000\$ para as despesas de installação e custeio, no corrente exercicio, da caixa civil junto ás forças brasileiras no territorio do Acre.

N. 4.806 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:500\$, complementar á verba — Ajudas de custo, — do exercicio de 1902.

N. 4.807 — MARINHA — Decreto de 27 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 200:000\$ para a compra de munições de guerra.

N. 4.808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 282:546\$831, complementar á verba 14ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1903.

N. 4.809 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1903 — Cassa o privilegio de equiparação ao Gymnasio Nacional, concedido ao Gymnasio Fluminense pelo decreto n. 3.578, de 27 de janeiro de 1900.

N. 4.810 — MARINHA — Decreto de 1 de abril de 1903 — Manda adoptar novo plano de uniforme para os alumnos do curso de machinas da Escola Naval.

N. 4.811 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de abril de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 100:000\$ para ser despendido com a aquisição de sementes e plantas, com o pagamento de passagens e seguros de animais de raça cavallar, bovina, suina e lanigera, reproductores destinados a estabelecimentos agricolas ou pastoris.

N. 4.812 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de abril de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$ para auxiliar ou promover, por intermedio da Sociedade Nacional de Agricultura, um concurso ou exposição deapparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool com o fim de vulgarizal-os no paiz.

N. 4.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de abril de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no Districto Federal.

N. 4.814 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de abril de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.

N. 4.815 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de abril de 1903 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

N. 4.816 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de abril de 1903 — Proroga por dous annos o praso marcado para a apresentação dos estudos da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha, de que é cessionaria a Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya.

N. 4.817 — MARINHA — Decreto de 8 de abril de 1903 — Veda expressamente a construcção de curraes de peixe, devendo os actuaes ser demolidos no praso estatuido no presente decreto.

N. 4.818 — MARINHA — Decreto de 8 de abril de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 20:000\$

para occorrer ás despesas com as experiencias do torpedo dirigível *Torquato Lamarão*.

N. 4.819 — MARINHA — Decreto de 8 de abril de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 900:000\$ para occorrer ás despesas com as viagens de navios da Armada ao estrangeiro.

N. 4.820 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

N. 4.822 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1903 — Manda executar o tratado de extradição concluido entre o Brasil e os Estados Unidos da America, em 14 de maio de 1897 e os protocollos a elle annexos, assignados em 28 de maio de 1898 e 29 de maio de 1901.

N. 4.823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Gurupá, no Estado do Pará.

N. 4.824 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.

N. 4.825 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 4.826 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.827 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1903 — Elimina a clausula 22 do decreto n. 4.593, de 13 de outubro do anno passado.

N. 4.828 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.800:000\$ para ser applicado na construcção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.829 — FAZENDA — Decreto de 25 de abril de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 190:001\$140 para occorrer á restituição de direitos aduaneiros devida ao Estado de Minas Geraes.

N. 4.830 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.831 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1903 — Concede autorização á companhia de navegação «La Ligure Brasileira» para funcçãoar na Republica.

N. 4.832 — FAZENDA — Decreto de 2 de maio de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 2.366:270\$200 para pagamento das despesas relativas á renuncia do «Bolivian Syndicate», de Nova-York, á concessão que lhe fez o governo da Bolivia para administrar o territorio do Acre.

N. 4.833 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Itabapoana, no Estado do Espirito Santo.

N. 4.834 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

N. 4.835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ociras, no Estado do Piahy.

N. 4.836 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de maio de 1903 — Concede autorização á sociedade anonyma «Amsterdamsch Trustees Kantoor» para funcionar na Republica.

N. 4.837 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1903 — Publica a adhesão da colonia franceza de Madagascar á convenção telegraphica internacional de São Petersburgo.

N. 4.838 — MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1903 — Derroga o art. 89, *in fine*, do regulamento que baixou com o decreto n. 745, de 12 de setembro de 1890.

N. 4.839 — FAZENDA — Decreto de 18 de maio de 1903 — Autoriza o Ministério da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, um emprestimo de £ 8.500.000.

N. 4.840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:300\$ para pagamento de ajuda de custo ao senador João Cordeiro e ao deputado Frederico Augusto Borges.

N. 4.841 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Paulo de Muriaé, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.842 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Concede autorização á «Brazilian Cold Storage and Development Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 4.843 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Sucrerie de Lorena» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.844 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Concede autorização á socie-

dade anonyma denominada «Suererie de Cupim» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.845 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Concede autorização á sociedade anonyma «Suererie de Porto Felix» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.846 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Villa Raffard» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.847 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Concede autorização á sociedade anonyma denominada «Suererie de Piracicaba» para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.848 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1903 — Approva os planos e orçamentos das obras provisórias executadas no porto de Manãos pela companhia «Manãos Harbour, Limited».

N. 4.849 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1903 — Approva os planos e orçamentos da casa de machinas e do armazem n. 7, apresentados pela companhia «Manãos Harbour, Limited», juntamente com o orçamento da parte do caes já construida.

N. 4.850 — FAZENDA — Decreto de 30 de maio de 1903 — Proroga o prazo estipulado para o funcionamento de uma caixa filial ao «Brazilianische Bank für Deutschland», em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.851 — FAZENDA — Decreto de 30 de maio de 1903 — Concede ao «Brazilianische Bank für Deutschland» autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade do Rio Grande do Sul.

N. 4.852 — FAZENDA — Decreto de 30 de maio de 1903 — Proroga por mais 10 annos o prazo concedido ao «British Bank of South America, Limited», para funcionar no Brasil.

N. 4.853 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Canguaretama, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 4.854 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Fructal, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.855 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1903 — Manda observar o regulamento para a execução da lei n. 859, de 16 de agosto de 1902, sobre falencias.

N. 4.856 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1903 — Concede as vantagens e reduções de frete ao vapor *Guasca*, de propriedade de Joaquim Pedro Salgado e Carlos Buarque de Macedo.

N. 4.857 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1903 — Concede as vantagens e re-

galias de paquete ao vapor *Maroim*, de propriedade da Empresa de Navegação Salina.

N. 4.858 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1903 — Manda observar e cumprir os dous actos addicionaes sobre a protecção da propriedade industrial, firmados em Bruxellas em 14 de dezembro de 1900.

N. 4.859 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 8 de junho de 1903 — Estabelece regimen especial para execução de obras de melhoramentos de portos.

N. 4.860 — FAZENDA E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de junho de 1903 — Providencia sobre a encampação de diversas concessões.

N. 4.861 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1903 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, durante o anno de 1902, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro, que fica elevado a £ 1.536.871.

N. 4.862 — MARINHA — Decreto de 10 de junho de 1903 — Estabelece signaes para indicação de calados menores de dous metros nos portos e barras da Republica, adoptando uma nova bandeira.

N. 4.863 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 33:234\$572 para occorrer ao pagamento devido a Conrado Alves de Mcdeiros, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 4.864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1903 — Manda observar o regulamento para o Serviço Medico-Legal de Districto Federal.

N. 4.865 — FAZENDA — Decreto de 16 de junho de 1903 — Autoriza a emissão de 17.300:000\$ em apolices especiaes.

N. 4.866 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1903 — Proroga até 31 de dezembro de 1904 o praso para a conclusão dos 100 primeiros kilometros da Estrada de Ferro de Uberaba ao Coxim.

N. 4.867 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1903 — Classifica na 5ª classe da tarifa n. 3, da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, o minerio de cobre em bruto procedente de qualquer mina do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.868 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de junho de 1903 — Revoga o decreto n. 2.887, de 29 de abril de 1898, que creou um consulado em Bruxellas.

N. 4.869 — FAZENDA — Decreto de 20 de junho de 1903 — Approva a reforma de estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.

N. 4.870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de junho de 1903 — Torna extensivo a todos os uniformes o uso do capacete estabelecido pelo decreto n. 2.468, de 27 de fevereiro de 1897, para o quarto uniforme dos officiaes da Guarda Nacional da União, e dá outras providencias.

N. 4.871 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de junho de 1903 — Crea uma divisão provisória para os estudos e construção do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil até a margem do rio S. Francisco e ramaes da mesma Estrada.

N. 4.872 — **FAZENDA** — Decreto de 27 de junho de 1903 — Sujeita a jurisdição da Alfandega do Rio Grande do Sul a Mesa de Rendas de Pelotas, no mesmo Estado, e marca-lhes as respectivas attribuições.

N. 4.873 — **FAZENDA** — Decreto de 29 de junho de 1903 — Prorroga o prazo marcado para a rotulagem dos productos nacionaes.

N. 4.874 — **GUERRA** — Decreto de 1 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 13:325\$130 para occorrer ao pagamento de vantagens não recebidas por varios officiaes do Exercito quando responderam a conselhos de investigação e de guerra e ás quaes têm direito.

N. 4.875 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de julho de 1903 — Concede á Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes congeneres.

N. 4.876 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de julho de 1903 — Concede ao Collegio Salesiano de Santa Rosa os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional.

N. 4.877 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de julho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

N. 4.878 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de julho de 1903 — Crea uma brigada de artilharia e mais duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.879 — **FAZENDA** — Decreto de 7 de julho de 1903 — Estabelece a taxa de 1.5 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pelo porto do Rio de Janeiro.

N. 4.880 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de julho de 1903 — Torna extensivo ao segundo semestre do corrente anno o credito extraordinario de réis 2.635:000\$ para prover ás despesas relativas ao custeio das estradas de ferro do Paraná e prolongamento, D. Theresa Christina e Santa Maria ao Uruguay, resgatada pelo Governo.

N. 4.881 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 11 de julho de 1903 — Approva uma modificação do traçado da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, na secção a que se refere o decreto n. 4.167, de 16 de setembro de 1901.

N. 4.882 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de julho de 1903 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.883 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de julho de 1903 — Crea uma brigada de artilharia de

guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 4.884 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.885 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaberaba, no Estado da Bahia.

N. 4.886 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João de Camaquã, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.887 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Modifica o art. 91 do regulamento do Corpo de Bombeiros desta capital.

N. 4.888 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Publica a adhesão das colonias britannicas da ilha Mauricia, Seychellas, Serra Leôa, Costa do Ouro, Granada, Santa Lucia e S. Vicente ao accôrdo de Washington de 15 de julho de 1897, concernente á troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 4.889 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Publica a adhesão do protectorado britannico de Nigeria do Sul á convenção postal universal de Washington e ao accôrdo internacional relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado, concluidos em 15 de julho de 1897.

N. 4.890 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1903 — Publica a adhesão do protectorado britannico de Somalilandia á convenção postal universal.

N. 4.891 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 48:000\$ para occorrer ás despesas com a recepção de diversas estradas de ferro resgatadas em virtude de autorização legislativa.

N. 4.892 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 120:000\$, ouro, supplementar á verba 6ª — Ajudas de custo, — do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.893 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15.662:500\$ para pagamento do prego da arrematação do acervo da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas e da percentagem devida ao leiloeiro Joaquim Dias dos Santos.

N. 4.894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mogy-Mirim, no Estado de S. Paulo.

N. 4.895 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.

N. 4.896 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.897 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 1.100:000\$, ouro, para occorrer ás despesas a realizar com a representação do Brasil na Exposição Universal de S. Luiz, nos Estados Unidos da America do Norte.

N. 4.898 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1903 — Concede autorização á «Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 4.899 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1903 — Próroga por seis mezes o praso concedido ao bacharel Jovino Barral da Fonseca e outro para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Cooperativa Civil dos Funcionarios Publicos Federaes.

N. 4.900 — GUERRA — Decreto de 21 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas resultantes da occupação do Acre.

N. 4.901 — MARINHA — Decreto de 22 de julho de 1903 — Approva as instrucções regulamentares para o sorteio dos matriculados nas capitancias dos portos da Republica, necessario ao preenchimento dos claros existentes nos corpos de Marinha.

N. 4.902 — MARINHA — Decreto de 22 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de réis 291:329\$498 para o pagamento da differença de vencimentos a que têm direito os inferiores da Armada, de que trata o decreto n. 920, de 19 de dezembro de 1902.

N. 4.903 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 17:919\$354 para pagamento dos vencimentos do consultor geral da Republica e das despesas do respectivo gabinete.

N. 4.904 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1903 — Concede á Faculdade Livre de Direito do Pará os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes congêneres.

N. 4.905 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no município de Pau d'Alho, no Estado de Pernambuco.

N. 4.906 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1903 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.907 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca da Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.908 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1903 — Proroga por mais seis mezes o praso para o inicio das obras do porto da Bahia.

N. 4.909 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1903 — Approva os estudos, na extensão de 35 kilometros, do novo traçado em revisão do approvado pelo decreto n. 1.963, de 13 de fevereiro de 1895, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 4.910 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 160:000\$ para occorrer ás despesas com melhoramentos da Estrada de Ferro D. Theresa Christina.

N. 4.911 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 300:000\$ para occorrer ás despesas com o custeio das propriedades necessarias ás obras do porto do Rio de Janeiro e serviços preliminares das mesmas obras.

N. 4.912 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1903 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 500:000\$ para a construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité até Boa União.

N. 4.913 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Bonito, no Estado de S. Paulo.

N. 4.914 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 4.915 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1903 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.916 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.917 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Itapicuru, no Estado do Maranhão.

N. 4.918 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1903 — Adia a nova eleição, a que se teria de proceder no dia 16 de agosto de 1903, para o preenchimento dos cargos de deputados pelo 2º districto da capital da União.

N. 4.919 — GUERRA — Decreto de 7 de agosto de 1903 — Transfere da cidade do Rio Pardo para a de Porto Alegre a Escola Preparatoria e de Tactica.

N. 4.920 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 4.921 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 9:000\$ para pagamento do premio arbitrado ao Dr. João Mendes de Almeida Junior pela sua obra *Processo Criminal Brasileiro* e da despesa com a impressão do mesmo trabalho.

N. 4.922 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1903 — Altera o plano de uniformes estabelecido pelo decreto n. 2.468, de 27 de fevereiro de 1897, para a Guarda Nacional.

N. 4.923 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de agosto de 1903 — Isenta da tarifa cambial na Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé a alfafa e demais forragens cultivadas no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 4.924 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 570:000\$ para o proseguimento das obras de conclusão dos trechos de Uruguayana a Inhanduhy e Jaraguá a Cacequy, do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 4.925 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1903 — Classifica na 4ª classe da tarifa n. 3 da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras o algodão em pluma transportado pela mesma Estrada.

N. 4.926 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 54:546\$784 para occorrer ás despesas com a reconstrução do pavilhão Deodoro, do Hospital Central do Exercito.

N. 4.927 — MARINHA — Decreto de 21 de agosto de 1903 — Estabelece regras affinentes á admissão dos servidores da Marinha no Asylo de Invalidos, á sua permanencia nesse estabelecimento, aos vencimentos que deverão perceber e ás clapas concedidas ás esposas dos asylados.

N. 4.928 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1903 — Proroga o praso marcado para a rotulagem dos productos nacionaes.

N. 4.929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ao cambio par, para premio de viagem ao alumno da Faculdade de Medicina da Bahia, Antonio do Prado Valladares, formado em 1902.

N. 4.930 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:180\$676 para

pagamento de gratificações aos lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Drs! Augusto de Souza Brandão e Pedro de Oliveira Magalhães.

N. 4.931 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, em ouro, para attender á despesa com a manutenção no estrangeiro do alumno da Escola Polytechnica, Asdrubal Teixeira de Souza.

N. 4.932 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:900\$ para attender á despesa com as publicações da *Memoria Historica* e da *Revista* dos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 4.933 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria da Guarda Nacional no municipio do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 4.934 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo.

N. 4.935 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ribeirão Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 4.936 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 4.937 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Pau d'Alho, no Estado de Pernambuco.

N. 4.938 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 4:538\$640 para attender ao pagamento dos vencimentos que competem a diversos funcionarios da Secretaria do mesmo Ministerio no periodo de 12 de agosto a 16 de outubro de 1902.

N. 4.939 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS. — Decreto de 28 de agosto de 1903 — Declara sem effeito as approvações dos planos e orçamentos para obras de melhoramento no porto do Rio de Janeiro.

N. 4.940 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 27:592\$972 para occorrer ao pagamento da commissão de 2 % aos vendedores particulares de estampilhas no exercicio de 1902.

N. 4.941 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de

3:000\$ para pagamento das despesas feitas com o material para o Thesouro Federal no exercicio de 1902.

N. 4.942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pomba, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.944 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alvinopolis, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alfenas, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.946 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores os creditos de 100:000\$, papel, e de 45:000\$, ouro, aquelle supplemenlar á rubrica 3ª e este á rubrica 7ª do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.947 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5:053\$763 para pagamento do ordenado ao mestre de officina aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Thomaz Antonio Francisco Barreto.

N. 4.948 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 984\$380 para pagamento do ordenado a que tem direito o escrevente aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, José Luiz Mendes Diniz.

N. 4.949 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 992\$ para pagamento do ordenado que compete ao pedagogo aposentado da Companhia de Aprendizizes Artifices do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, tenente honorario Joaquim Antonio de Oliveira Baduen.

N. 4.950 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 28:000\$ para pagamento á Imprensa Nacional da publicação de 2.000 exemplares do *Codigo Internacional de Signaes*.

N. 4.951 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 3:600\$ para pagar a Antonio Rodrigues de Oliveira, amanuense do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, o ordenado que lhe compete como funcionario vitalicio, de 1 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1902.

N. 4.952 — MARINHA — Decreto de 2 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 166\$ para pagamento de differença de vencimentos a que tem

direito o ex-operario das officinas de torpedos e electricidade, José Pinto de Castro.

N. 4.953 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:361\$289 para pagamento do meio soldo devido a D. Amalia Brum Gonçalves desde 22 de dezembro de 1893 a 5 de dezembro de 1899.

N. 4.954 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:883\$200 para pagamento devido a D. Eugenia Torreão Corrêa de Araujo, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 4.955 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Concede autorização á Companhia S. Paulo Fornecedor de Gado para funcionar na Republica.

N. 4.956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Approva o regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica.

N. 4.957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça o credito de 200:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1903.

N. 4.958 — FAZENDA — Decreto de 11 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:352\$500 para pagamento do meio soldo devido á Dona Amanda Dolores Pitham.

N. 4.959 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Fructal, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.960 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.

N. 4.961 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1902 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jundiaby, no Estado de S. Paulo.

N. 4.962 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 17:250\$ para indemnizar o Dr. João Vieira de Araujo, professor da Faculdade de Direito do Recife, da despesa com a impressão de duas obras e pagar ao mesmo os premios que lhe foram arbitrados.

N. 4.963 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — Revoga o decreto n. 4.010, de 2 de maio de 1901.

N. 4.964 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de setembro de 1903 — Publica a adhesão da «Eastern Extension

(Australasia and China) Telegraph Company» á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 4.965 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1903 — Declara caducas varias patentes de invenção.

N. 4.966 — GUERRA — Decreto de 16 de setembro de 1903 — Estabelece alterações no plano de uniformes para o Exercito.

N. 4.967 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.849:806\$571 para acudir ao pagamento de concertos realizados e que se realizarem em navios da Armada nacional.

N. 4.968 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de réis 1.481:357\$512, suplementar á rubrica 21^a — Munições de bocca, — do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.969 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1903 — Approva os planos, plantas e orçamentos para execução das obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro, declara desapropriados os predios e terrenos nellas comprehendidos e crea uma caixa especial para esses serviços.

N. 4.970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina.

N. 4.971 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 4.972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:660\$ para premio e impressão da obra que pretendem publicar os Drs. Miguel de Oliveira Couto e Antonio Augusto de Oliveira Sodré e para indemnização ao Dr. Vicente de Souza pela publicação do seu trabalho *Restituição da Pronuncia Latina*.

N. 4.973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito suplementar de 65:249\$954, sendo 15:249\$954 á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 4.974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 4.975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:690\$322 para

pagamento da gratificação devida ao curador das massas faldadas, bacharel Luiz Teixeira de Barros Junior.

N. 4.976 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:692\$912, sendo 3:492\$912 para occorrer, no exercicio de 1901, ao pagamento da gratificação adicional a carteiros e da diaria adicional a serventes e 200\$ para complemento, no mesmo excrecio, de vencimentos de amanuenses dos Correios do Espirito Santo.

N. 4.977 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 150:000\$ para auxiliar a Exposição Industrial de Apparelhos a Alcool, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura, nesta capital.

N. 4.978 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1903 — Substitue as disposições da clausula VI das que baixaram com o decreto n. 3.830, de 19 de novembro de 1900.

N. 4.979 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de setembro de 1903 — Transfere á Companhia S. Chrisovão a concessão da Estrada de Ferro da Tijuca.

N. 4.980 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 25:000\$, supplemental á sub-consignação denominada «Consignação do art. 36 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos».

N. 4.981 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplemental de 32:000\$ para pagamento de ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional.

N. 4.982 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:604\$930, supplemental á rubrica 27ª do art. 2º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.983 — MARINHA — Decreto de 30 de setembro de 1903 — Fixa o contingente de matriculados nas capitancias de portos da Republica para execução do disposto no art. 1º das instruções approvadas pelo decreto n. 4.901, de 22 de julho de 1903.

N. 4.984 — MARINHA — Decreto de 30 de setembro de 1903 — Regula o fornecimento de rações no porto, em viagem, e nas escolas de aprendizes marinheiros.

N. 4.985 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1903 — Dispõe sobre a validade de negociações realizadas fóra da Bolsa e directamente entre o comprador e o vendedor.

N. 4.986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.

N. 4.987 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.

N. 4.988 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1903 — Altera os prazos para entrega dos requerimentos sobre matricula e exames nas faculdades de medicina e de direito e na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

N. 4.989 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de \$14:043\$200 para occorrer ás despesas com o custeio da Estrada de Ferro de S. Francisco Xavier ao Commercio, incorporada á Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 4.990 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1903 — Modifica a clausula XXXVIII do decreto n. 3.812, de 17 de outubro de 1900, relativa á Estrada de Ferro de Alcobaga á Praia da Rainha.

N. 4.991 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 166:141\$755 para attender ao pagamento da garantia de juros de 6 % á Companhia Engenho Central de Quissaman.

N. 4.992 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, ouro, para o mesmo fim do que foi autorizado pelo decreto n. 977, de 3 de janeiro de 1903.

N. 4.993 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.200:000\$ para occorrer ao pagamento das despesas de custeio da Estrada de Ferro Oeste de Minas, durante o segundo semestre do corrente exercicio.

N. 4.994 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 73:844\$202, papel e £ 100-0-0, para attender a despesas provenientes dos contractos de resgate das estradas de ferro Central de Alagoas, Bahia ao S. Francisco e Paulo Affonso.

N. 4.995 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.641:037\$572, supplementar á verba 25ª, n. 32, da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.996 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1903 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.

N. 4.997 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para auxiliar a comissão incumbida de organizar o Terceiro Congresso Scientifico Latino-Americano.

N. 4.998 — GUERRA — Decreto de 14 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 323:000\$, complementar á verba 16ª da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 4.999 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de rês 2:700\$ para pagamento de subsidio ao ex-deputado pelo Estado de Pernambuco, João de Siqueira Cavalcanti.

N. 5.000 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 3:151\$500 para pagamento da pensão concedida ao ex-empregado da Estrada de Ferro Central do Brasil, Luiz Affonso Ferreira.

N. 5.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 5.002 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Providencia sobre a fórma de pagamentos das taxas de esgoto devidas pelos diversos ministerios á companhia «Rio de Janeiro City Improvements».

N. 5.003 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Garcia*, de propriedade de Joaquim Garcia.

N. 5.004 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Concede autorização á «Compagnie Générale des Chemins de Fer et de Travaux Publics» para funcionar na Republica.

N. 5.005 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Publicas o credito de 49:912\$530, supplementear á rubrica «Gratificação adicional a carteiros», da verba 3ª — Correios, — do art. 1º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.006 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:263\$874 para realizar o pagamento a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, de vencimentos que lhe são devidos.

N. 5.007 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 481\$447 para pagamento das gratificações ao amanuense da Directoria Geral de Estatística, Manoel de Albuquerque Portocarrero, de 1 de janeiro a 13 de julho de 1898.

N. 5.008 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 5.009 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1903, o credito suplementar de 68:000\$, sendo 48:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.010 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da Pedra, no Estado de Pernambuco.

N. 5.011 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mauaná, no Estado do Pará.

N. 5.012 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito de 100:000\$, suplementar á rubrica 14^a — Diligencias policiaes, — do art. 2^o da lei numero 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.013 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 100:000\$ para attender ao pagamento de despesas eleitoraes realizadas nos annos de 1902 e anteriores.

N. 5.014 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 22:983\$840 para pagar ao engenheiro Emilio Odebrecht os vencimentos da sua aposentadoria como chefe de districto da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 5.015 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 179:400\$ para pagamento, no presente exercício, da garantia de juros concedida á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil».

N. 5.016 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1903 — Approva a planta dos terrenos necessarios á construcção da quarta linha e outros melhoramentos na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.017 — GUERRA — Decreto de 28 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 2:184:637\$, suplementar á verba 10^a — Etapas, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.018 — GUERRA — Decreto de 28 de outubro de 1903 — Supprime o art. 35 e modifica o art. 46 e respectivo paragrapho do regulamento approvado pelo decreto n. 4.662, de 12 de novembro de 1902.

N. 5.019 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1903 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 4:482\$500 para abono de sextas e serões a operarios da Casa da Moeda.

N. 5.020 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Abre ao Ministério da In-

industria, Vição e Obras Publicas o credito extraordinario de 600\$ para pagamento das gratificações devidas aos primeiros escripturarios do Thesouro Federal, Bernardo Hilarião Alves da Silva e Alfredo Regulo Valdetaro.

N. 5.021 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas o credito especial de réis 380:000\$ para supprir as deficiencias que se verificarem na consignação da verba 11^a, destinada á revisão da rede e novas canalizações, para o fim de attender ao supprimento de agua aos suburbios da Capital Federal.

N. 5.022 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Concede autorização á «Transpacific (Brazil) Mining and Exploration Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.023 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Publica a adhesão da Republica da Bolivia ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo ao serviço de vales postaes.

N. 5.024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios e Interiores o credito extraordinario de 10:300\$ para indemnização ao lente do Gymnasio Nacional, bacharel José Ribeiro, da despesa feita com a publicação das suas obras *Historia do Oriente e Grecia e Historia do Brasil*.

N. 5.025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:000\$ para pagamento aos professores das cadeiras de logica e de litteratura, recentemente creadas no Gymnasio Nacional.

N. 5.026 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 250:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1903.

N. 5.026 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.027 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaquy, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.028 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 859\$677 para occorrer ao pagamento ao segundo tenente do 6º regimento de artilharia, Ricardo de Berredo, de vantagens a que tem direito e que deixou de receber.

N. 5.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mogy-Mirim, no Estado de S. Paulo.

N. 5.030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de

guardas nacionaes no municipio de Ipojuca, no Estado de Pernambuco.

N. 5.031 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de novembro de 1903 — Approva o regulamento da Commissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro.

N. 5.032 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de novembro de 1903 — Concede autorização á «Agua Suja Mining Company, Limited», para funcceionar na Republica.

N. 5.033 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 14:000\$ para despesas com exames de preparatórios.

N. 5.034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 8:741\$934 para pagar ao Dr. Alvaro Moreira de Barros Oliveira Lima os seus ordenados de magistrado em disponibilidade, a contar de 3 de dezembro de 1891 a 24 de julho de 1895.

N. 5.035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 5.036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.

N. 5.037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio do Monte, ex-comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.038 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Publica a adhesão do Principado de Monaco ao accôrdo internacional de Washington, relativo á troca de cartas e caixas com valor declarado.

N. 5.039 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1903 — Approva as novas instrucções para o exame dos candidatos aos logares de segundos secretarios de legação.

N. 5.040 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de novembro de 1903 — Concede autorização á «Dr. William Medicine Company» para funcceionar na Republica.

N. 5.041 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 6:391\$715 para pagamento de vantagens não recebidas em 1897 e 1898 pelos alferes José Menescal de Vasconcellos e outros.

N. 5.042 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 30:000\$, supplementar á verba 4ª —

Commissões de limites, — Do art. 8º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.043 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 4:884\$285 para pagamento do meio soldo devido a D. Maria Francisca de Mello Carvalho.

N. 5.044 — FAZENDA — Decreto de 21 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:450\$ para pagamento dos subsidios devidos ao ex-deputado pelo Districto Federal, José Augusto Vinhaes.

N. 5.045 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.046 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Manacapuru, no Estado do Amazonas.

N. 5.047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1903 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

N. 5.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos Deputados.

N. 5.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de novembro de 1903 — Concede á Faculdade Livre de Direito do Ceará os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes congeneres.

N. 5.050 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1903 — Approva o orçamento, na importancia de 45:323\$537, da despesa com a installação da luz electrica nos armazens e mais dependencias da companhia «Manáos Harbour, Limited».

N. 5.051 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1903 — Regula a transferencia dos officiaes da Armada e das classes annexas para a reserva.

N. 5.052 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 850:000\$ para pagamento de concertos em navios da Armada nacional.

N. 5.053 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 120:000\$ para admissão do pessoal extraordinario no Arsenal de Marinha desta capital.

N. 5.054 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 70:929\$110 para restituição de igual quantia recolhida ao

Cofre de Orphãos em 23 de setembro de 1886 e pertencente aos menores Benjamin, Luiza e Joaquim.

N. 5.055 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 4:462\$500 para occorrer do pagamento do meio soldo que compete a D. Balbina Maria Netto da Costa, de 26 de setembro de 1894 a 31 de dezembro de 1902.

N. 5.056 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 25:956\$362 para attender ao pagamento de vencimentos e custa do processo do official da Brigada Policial, Americo Augusto de Azevedo Bello.

N. 5.057 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Parahyba, no Estado de Goyaz.

N. 5.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lagôa Formosa, no Estado de Goyaz.

N. 5.059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1903 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaraguá, no Estado de Goyaz.

N. 5.060 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1903 — Autoriza a celebração do contracto com a Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parahyba para o serviço de navegação a vapor entre a cidade de Parahyba e o porto de Tutoya.

N. 5.061 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de dezembro de 1903 — Altera a clausula 1ª das que acompanham o decreto n. 4.593, de 13 de outubro de 1902, supprimindo as escalas nos portos de Urucará e Silves, na primeira linha de navegação de Belém a Manaus.

N. 5.062 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.063 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1903 — Concede ao engenheiro civil Eugenio de Andrade, ou á empresa por elle organizada, privilegio para a construção de uma estrada de ferro de tracção electrica entre a Capital Federal e a cidade de Petropolis.

N. 5.064 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:098\$120 para pagamento de ordenados que deixou de receber o professor do Collegio Militar, Luiz Bello Lisboa.

N. 5.065 — MARINHA — Decreto de 2 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos de 88:918\$706.446:193\$270 e 166:840\$885, supplementares ás verbas 9ª, 10ª e 16ª do art. 9º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.066 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1903 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica do Estado de Minas Geraes.

N. 5.067 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:915\$892 para pagamento ao ex-chefe de secção da Alfandega do Pará, Augusto Joaquim de Carvalho.

N. 5.068 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1903 — Publica a adhesão das colonias britannicas de Honduras e de Chipre ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1907, relativo á permuta de caixas e cartas com valor declarado.

N. 5.069 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1903 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.070 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 722:908\$875, supplementar á verba 9^a — Soldos e gratificações, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1903 — Fixa os limites dos districtos hypothecarios do Districto Federal.

N. 5.072 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1903 — Regula o funcionamento das companhias de seguros de vida maritimos e terrestres, nacionaes e estrangeiras.

N. 5.073 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 602:704\$660 para occorrer ao pagamento devido a Gurjão & Tavora, em virtude de sentença do Supremo Tribunal Federal.

N. 5.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1903 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo.

N. 5.075 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 8:719\$139 para pagar ao segundo official dos Correios de Alagoas, Francisco Aurelino Baraúna, o seu ordenado.

N. 5.076 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de dezembro de 1903 — Concede autorização a Julio Braga para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Industrial Santa Rita.

N. 5.077 — GUERRA — Decreto de 16 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:160\$ para pagamento de vantagens a que têm direito e deixaram de receber os alferes José de Figueiredo Mascarenhas e Trajano Mascarenhas de Figueiredo.

N. 5.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1903 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.079 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 5.080 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1903, o credito supplementar de 79:417\$, sendo 29:417\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.081 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Modifica o contracto celebrado em virtude do decreto n. 380, de 6 de junho de 1891, com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão.

N. 5.082 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 117:000\$, ao cambio de 27 d., para pagamento da garantia de juros á Companhia Victoria a Minas.

N. 5.083 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade em commandita por acções Cervejaria Brahma, George Maschke & Comp.

N. 5.084 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Approva os estatutos e orçamento da primeira secção de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.085 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Autoriza a renovação do contracto para o serviço da navegação a vapor no baixo S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.

N. 5.086 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 729:130\$, supplementar á verba — Obras, — para installações, reparos e outras despesas com o hospicio e colonia de alienados.

N. 5.087 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 4:550\$ para pagamento a João Joaquim de Oliveira de seus vencimentos de primeiro pratico das barras de Sergipe.

N. 5.088 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de réis 552:838\$785, supplementar á rubrica 4º — Força naval, — do art. 9º da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.089 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 40:000\$ para indemnizar D. Josina Peixotó do igual importancia despendida na construção do sepulchro do marechal Floriano Peixotó.

N. 5.090 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para despesas de representação no Congresso Medico Latino e exposição annexa.

N. 5.091 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:575\$129 para pagamento ao preparador interino da Escola Polytechnica, engenheiro Estanislau Luiz Brusque.

N. 5.092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribê-Mirim, no Estado do Ceará.

N. 5.093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1903 — Convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para o dia 30 do corrente mez.

N. 5.094 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1903 — Declara nulla a patente de privilegio de invenção n. 3.931, de 14 de setembro do corrente anno, concedida a Palhares Orulin & Comp.

N. 5.095 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1903 — Crea um consulado na Ilha de São Vicente.

N. 5.096 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 264:697\$838 para occorrer ao abono de percentagens devidas aos empregados de diversas alfandegas dos Estados pelo excesso da renda de 1902 sobre a de 1901.

N. 5.097 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 196:621\$396 para occorrer ao abono de percentagens devidas aos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro pelo excesso da renda do exercicio de 1902 sobre a de 1901.

N. 5.097 A — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 7:459\$469 para occorrer ao abono de percentagens devidas aos empregados da Alfandega de Sergipe pelo excesso da renda do exercicio de 1902 sobre a de 1901.

1904

N. 5.098 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 32:862\$300 para occorrer ao pagamento devido a João da Cruz Secco, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 5.099 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 13:897\$ para indemnizar ao Dr. Sylvio Romero da despesa com a impressão de sua obra *Historia da Literatura Brasileira* e para pagamento do premio que lhe foi arbitrado.

N. 5.100 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 20:000\$ para subvencionar o Dr. Vital Brasil Mineiro da Campanha.

N. 5.101 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Dá regulamento á Caixa Beneficente da Brigada Policial desta capital.

N. 5.102 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Concede ao Collegio Diocesano de S. José, de Pouso Alegre, no Estado de Minas Geraes, as vantagens de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.103 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 5.104 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 1:815\$469 para occorrer ao pagamento de ordenado que compete ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães.

N. 5.105 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 1:363\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do guarda do Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, Maximo Francisco da Silva.

N. 5.106 — GUERRA — Decreto de 8 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 479\$624 para attender ao pagamento de ordenado que compete ao ex-mestre de gymnastica da extinta Companhia de Aprendiziz Artificios do Arsenal de Guerra de Mallo Grosso, Antonio João Nepomuceno.

N. 5.107 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Manda executar o novo regulamento das loterias.

N. 5.108 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 1:974\$600, em ouro, e 462:032\$529, em papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 5.109 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 40:244\$543 para pagamento de gratificações pelo serviço de estatística e revisão de despachos nos annos de 1897 e 1898.

N. 5.110 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 399:142\$889, supplementar á rubrica 12ª — Imprensa Nacional e *Diario Official*.

N. 5.111 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito de 338:025\$ para pagamento da construcção da ponte da praia do Flamengo.

N. 5.112 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministério da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito extraordinario de 20:000\$ para occorrer ás despesas com as exequias do vice-presidente eleito, Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.

N. 5.113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de janeiro de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Assu, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 5.114 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de janeiro de 1904 — Altera o art. 3º do regulamento que baixou com o decreto n. 2.747, de 17 de dezembro de 1897.

N. 5.115 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 84:590\$685, suplementar á rubrica 11ª — Classes inactivas, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.116 — GUERRA — Decreto de 13 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 3:027\$095 para occorrer ao pagamento ao capitão Alfredo Ribeiro da Costa de gratificações de exercicio e quantitativo para criado, que deixou de receber e a que tem direito.

N. 5.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1904 — Organiza a Maternidade do Rio de Janeiro.

N. 5.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Alagôa de Baixo, no Estado de Pernambuco.

N. 5.119 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Canindé, no Estado do Ceará.

N. 5.120 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de janeiro de 1904 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Recife*, *Portaleza* e *Belém*, de propriedade da Companhia Paraense de Navegação a Vapor.

N. 5.121 — MARINHA — Decreto de 20 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 220:000\$ para despesas de viagens ao estrangeiro.

N. 5.122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1904 — Approva o regulamento consolidando as disposições vigentes relativas ao serviço da Junta Commercial do Districto Federal.

N. 5.123 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1904 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaqui, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.124 — FAZENDA — Decreto de 30 de janeiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:900\$ para pagamento de vencimentos ao primeiro escripturario da Alfandega do Maranhão, Felinto Elysio do Nascimento.

N. 5.125 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de fevereiro de 1904 — Dá novo regulamento á Assistencia do Alienados.

N. 5.126 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 20:000\$, adstricto ao exercicio de 1904, para custear a conservação das obras executadas na lagôa Rodrigo de Freitas.

N. 5.127 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 500:000\$ para ser applicado ás despesas com a continuação das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 5.128 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 2.421:000\$ para ser applicado discrecionariamente no custeio das estradas de ferro do Paraná, D. Theresa Christina, Santa Maria ao Uruguay e Oeste de Minas, durante o primeiro semestre de 1904.

N. 5.129 — FAZENDA — Decreto de 6 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 29:434\$451 para occorrer ao pagamento devido a Verano Gomes Alonso de Almeida e Manoel Alves da Silva, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 5.130 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.

N. 5.131 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jatahy, no Estado de Goyaz.

N. 5.132 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1904 — Approva as modificações adoptadas pela Conferencia de Londres, em 1903, no regulamento telegraphico executorio da convenção telegraphica de S. Petersburgo.

N. 5.133 — FAZENDA — Decreto de 13 de fevereiro de 1904 — Abre o credito extraordinario de 68:761\$051 para a restituição de impostos sobre vencimentos devida a varios ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal.

N. 5.134 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de fevereiro de 1904 — Concede autorização á Companhia Calçado Clark, Limited, para funcconar na Republica.

N. 5.135 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 111:890\$600, supplementar á sub-consignação «Taxas de esgotos dos predios e cortiços», para pagamento desse serviço durante o segundo semestre.

N. 5.136 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 239:223\$637, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1903.

N. 5.137 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1904 — Crea mais uma brigada de caval-

laria de guardas nacionaes na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.138 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1904 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 5.139 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Philomena, no Estado do Piahy.

N. 5.140 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1904 — Transfere para a cidade de Obidos e eleva á categoria de primeira ordem a Mesa de Rendas de Cametá, no Estado do Pará.

N. 5.141 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1904 — Dá regulamento para a arrecadação das taxas de consumo de agua, no Districto Federal.

N. 5.142 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1904 — Dá regulamento para o arrecadação do imposto de industrias e profissões.

N. 5.143 — FAZENDA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1904 — Manda executar o novo regulamento para a escripturação do empréstimo do Cofre de Orphãos.

N. 5.144 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 453:509\$ para occorrer no vigente exercicio ao augmento de despesa proveniente das alterações feitas nos quadros do pessoal de diversas repartições de Fazenda.

N. 5.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Tocantins, no Estado de Goyaz.

N. 5.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Salgueiros, no Estado de Pernambuco.

N. 5.147 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Dous Corregos, no Estado de S. Paulo.

N. 5.148 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.173:150\$ para pagamento dos subsidios dos senadores e deputados durante a sessão extraordinaria do Congresso Nacional convocada pelo decreto n. 5.093, de 28 de dezembro de 1903.

N. 5.149 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de fevereiro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 151:811\$923 para despesas de ordem material com a sessão extraordinaria do Congresso Nacional, convocada pelo decreto n. 5.093, de 28 de dezembro de 1903.

N. 5.150 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de março de 1904 — Proroga até 31 de dezembro de 1905 o prazo para a conclusão dos 100 primeiros kilometros da Estrada de Ferro de Uberaba ao Coxim.

N. 5.151 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de março de 1904 — Approva os planos e orçamento dos armazens ns. 9 e 10, a construir no porto de Manãos.

N. 5.152 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de março de 1904 — Approva a planta e orçamento da torre metalleica para a caixa d'agua destinada ao serviço de incendio no porto de Manãos.

N. 5.153 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de março de 1904 — Approva a planta e orçamento das linhas ferreas destinadas ao serviço dos armazens no porto de Manãos.

N. 5.154 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de março de 1904 — Approva os estatutos da Maternidade do Rio de Janeiro.

N. 5.155 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 100:000\$ para despesas com aquisição de novo material e transferencia para outro predio da Delegacia Fiscal no Estado de Pernambuco.

N. 5.156 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de março de 1904 — Dá novo regulamento aos serviços sanitarios a cargo da União.

N. 5.157 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de março de 1904 — Approva o regulamento do serviço de prophylaxia da febre amarella.

N. 5.158 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para ser despendido com a aquisição de sementes e plantas do paiz e do estrangeiro, com o pagamento de passagens e das despesas de transporte de animais de raça cavallar, bovina, suina, lanigera e caprina, reproductores destinados a estabelecimentos agricolas e pastoris.

N. 5.159 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de março de 1904 — Approva a revisão dos estudos de que trata o decreto n. 1.963, de 13 de fevereiro de 1895.

N. 5.160 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de março de 1904 — Approva a consolidação das leis federaes sobre a organização municipal do Districto Federal.

N. 5.161 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de março de 1904 — Manda executar o tratado de permuta de territorios e outras compensações, celebrado, em 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolivia.

N. 5.162 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de março de 1904 — Dá novo regulamento ao Instituto Nacional de Musica.

N. 5.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.

N. 5.164 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1904 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado do Pará.

N. 5.165 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3.685:441\$ para custeio dos serviços reorganizados pelo decreto n. 1.151, de 5 de janeiro de 1904.

N. 5.166 — MARINHA — Decreto de 17 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 340:000\$ para proseguimento da construcção do monitor *Pernambuco*.

N. 5.167 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1904 — Concede autorização a «Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 5.168 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 763\$452 para pagar a D. Luiza Duarte Sayão Lobato os vencimentos do seu finado marido, Pedro Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, segundo official aposentado da Directoria Geral dos Correios, de 14 de novembro de 1894 a 5 de julho de 1895.

N. 5.169 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1904 — dá regulamento á Casa da Moeda.

N. 5.169 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 800:000\$, papel, para prover a despesas de caracter reservado, oriundas de negociações entabuladas para solução de questões internacionaes.

N. 5.170 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 5.171 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria e mais duas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sorocaba, no Estado de S. Paulo.

N. 5.172 — GUERRA — Decreto de 21 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 323:572\$500, complementar ao art. 16, § 10, da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.173 — GUERRA — Decreto de 21 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 446:464\$562, complementar ao § 15 — Material. — consignação n. 32 «Transporte de tropas, etc.», da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902, art. 16.

N. 5.174 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 22 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 72:325\$104, ouro, supplementar á verba 8ª do art. 21 da lei orçamentaria do exercicio de 1903, para occorrer ao pagamento dos juros garantidos á Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, durante o segundo semestre do anno passado.

N. 5.175 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 700:700\$, supplementar á verba — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1903.

N. 5.176 — **FAZENDA** — Decreto de 22 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 117:182\$469 para pagamento de percentagens devidas a empregados de diversas alfandegas.

N. 5.177 — **GUERRA** — Decreto de 24 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 204:800\$, supplementar ao § 8º — Soldos e gratificações, — do art. 16 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902.

N. 5.178 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 25 de março de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 20:000\$, ouro, supplementar á verba 7ª — Extraordinarias no exterior, — do orçamento do exercicio de 1903.

N. 5.179 — **FAZENDA** — Decreto de 26 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.500:000\$, supplementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, — do exercicio de 1903.

N. 5.180 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de março de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.181 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 28 de março de 1904 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Barra do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.182 — **FAZENDA** — Decreto de 31 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:442\$519, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1903.

N. 5.183 — **GUERRA** — Decreto de 31 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:721\$230 para occorrer ao pagamento a D. Maria Candida Gonçalves, viuva do major da arma de infantaria Servilio José Gonçalves, de vantagens que este deixou de receber.

N. 5.184 — **MARINHA** — Decreto de 31 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 170:847\$192, supplementar ás verbas 26ª — Fretes, etc. — e 27ª — Eventuaes, — do orçamento de 1903, quota destinada a passagens e tratamento de officiaes e praças fóra das enfermarias.

N. 5.185 — **MARINHA** — Decreto de 31 de março de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 219:406\$ para a execução de obras no quartel do Corpo de Infantaria de

Marinha, na fortaleza de Willegaignon e na mortona do Arsenal de Marinha do Ladarío.

N. 5.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de abril de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 27:084\$160 para despesas creadas pelo decreto n. 1.152, de 7 de janeiro de 1904.

N. 5.187 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de abril de 1904 — Approva as clausulas para o contracto referente á construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de tracção electrica entre a Capital Federal e a cidade de Petropolis.

N. 5.188 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1904 — Organiza o territorio do Acre.

N. 5.189 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.

N. 5.190 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de abril de 1904 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Canoe* e *Aracaty*, de propriedade da Empresa de Navegação Salinas.

N. 5.191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de abril de 1904 — Approva a planta e orçamento das obras do açude de Acarahú-Mirim, no Estado do Ceará.

N. 5.192 — FAZENDA — Decreto de 16 de abril de 1904 — Concede redução nos direitos de importação de alguns artigos de procedencia norte-americana.

N. 5.193 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 300:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1904.

N. 5.194 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Princeza, no Estado da Parahyba.

N. 5.195 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Codajás, no Estado do Amazonas.

N. 5.196 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Canutama, no Estado do Amazonas.

N. 5.197 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1904 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *S. Luiz*, de propriedade da Empresa Maritima Brasileira.

N. 5.198 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1904 — Concede a Gaffrée & Guinle e Theodor Wille & Comp. autorização para organizarem, por si ou companhia que constituírem, um serviço de navegação costeira pelos portos da Republica, com sede na cidade de Santos.

N. 5.199 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.200:000\$ para ser applicado ás obras do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.200 — MARINHA — Decreto de 22 de abril de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 650:000\$ para despesas de viagens no estrangeiro.

N. 5.201 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1904 — Altera os planos e orçamentos das obras de melhoramento do porto de Manãos.

N. 5.202 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:410\$160 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Vicente Ferreira de Barros Wanderley e Araujo, em virtude de sentença judiciana.

N. 5.203 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:165\$504 para pagamento dos vencimentos do solicitador da Fazenda Nacional perante o Supremo Tribunal Federal, de 6 de fevereiro a 31 de dezembro do corrente anno.

N. 5.204 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1904 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor brasileiro *Rudi*, de propriedade de João Baner.

N. 5.205 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de abril de 1904 — Approva os estudos definitivos e o orçamento da variante Pau Grande, da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina.

N. 5.206 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1904 — Organiza a administração fiscal do territorio do Acre.

N. 5.207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1904 — Crea quatro brigadas de infantaria de guardas nacionaes no territorio do Acre.

N. 5.208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 7:600\$ para a installação da secção da Justiça federal creada pelo decreto n. 1.452, de 7 de janeiro de 1904.

N. 5.209 — FAZENDA — Decreto de 7 de maio de 1904 — Declara sem effeito o decreto n. 4.443, de 24 de junho de 1902.

N. 5.210 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 350:000\$ para ser applicado ás despesas com a construcção das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 5.211 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de maio de 1904 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Campos*, *S. João da Barra*, *Carrangola*, *Pinto*, *Teixeirinha* e *Fidense*, de propriedade da Companhia de Navegação S. João da Barra e Campos.

N. 5.212 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de maio de 1904 — Transfere á Empresa Viação de S. Francisco a concessão a que se referem os decretos ns. 9.964, de 6 de junho de 1888, e 3.015, de 26 de setembro de 1898, e decreto legislativo n. 118, de 5 de novembro de 1892.

N. 5.213 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de maio de 1904 — Altera as clausulas do contracto sobre as obras do porto da Victoria.

N. 5.214 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de maio de 1904 — Approva o regulamento e tarifas para a Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina.

N. 5.215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 692:100\$ para occorrer ás despesas com a organização do territorio do Acre, no periodo de 1 de junho a 31 de dezembro de 1904.

N. 5.216 — MARINHA — Decreto de 11 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 82:000\$ afim de completar o pagamento de uma porta-caixão para o Dique Guanabara.

N. 5.217 — FAZENDA — Decreto de 11 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:000\$ para as despesas de ajudas de custo aos empregados da Mesa de Rendas e postos fiscaes creados no territorio do Acre.

N. 5.218 — FAZENDA — Decreto de 16 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 290:873\$330 para attender ás despesas com o pessoal e material da Mesa de Rendas e postos fiscaes creados no territorio do Acre.

N. 5.219. — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.220 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapetininga, no Estado de S. Paulo.

N. 5.222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Manoel do Paraíso, no Estado de S. Paulo.

N. 5.223 — FAZENDA — Decreto de 28 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$ para aquisição de uma lancha destinada aos serviços da Prefeitura do Alto-Juruá.

N. 5.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1904 — Approva o regulamento processual da justiça sanitaria.

N. 5.225 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Timbaúba, no Estado de Pernambuco.

N. 5.226 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de maio de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 200:000\$, em papel, para pagamento das despesas relativas ao tribunal arbitral estabelecido pelo art. II do tratado firmado em Petropolis em 17 de novembro de 1903 e mandado executar pelo decreto n. 5.161, de 10 de março de 1904.

N. 5.227 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.228 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1904 — Declara sem effeito o decreto n. 1.034, de 14 de novembro de 1890, que concedeu privilegio á Companhia Industrial e de Construções Hydraulicas para construcção de obras de melhoramento da barra e porto da Laguna, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.229 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1904 — Concede autorização a «The Rio Syndicate, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.230 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1904 — Declara o ordenado que compete ao engenheiro Aristides Galvão de Queiroz, aposentado no logar de director da Secretaria do Ministerio da Agricultura, Viação e Obras Publicas.

N. 5.231 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1904 — Concede autorização á «South American Asphalt Paving Company», para funcionar na Republica.

N. 5.232 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1904 — Declara sem effeito o decreto n. 4.319, de 3 de junho de 1902.

N. 5.233 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1904 — Crea o logar de fiscal do imposto de transporte, nesta capital.

N. 5.234 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jahú, no Estado de S. Paulq.

N. 5.235 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1904 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de S. Paulo.

N. 5.236 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 600:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1904.

N. 5.237 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1904 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Itaberaba, no Estado da Bahia.

N. 5.238 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de

guardas nacionaes no municipio de Caruarú, no Estado de Pernambuco.

N. 5.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1904 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo.

N. 5.240 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 63:977\$067, ouro, e 868:183\$220, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 5.241 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1904 — Crea mais uma brigada de guardas nacionaes na comarca da Campanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.242 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1904 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor nacional *Temple*, de propriedade da Empresa de Navegação Norte e Sul.

N. 5.243 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de junho de 1904 — Transfere, com alterações, à Empresa de Sal e Navegação a concessão a que se referem os decretos ns. 10.443, de 26 de outubro de 1889, e 588, de 19 de julho de 1890.

N. 5.244 — FAZENDA — Decreto de 2 de julho de 1904 — Declara sem effeito o decreto n. 4.630, de 28 de outubro de 1902.

N. 5.245 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aricary, no Estado do Pará.

N. 5.246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barretos, no Estado de S. Paulo.

N. 5.247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1904 — Concede ao Instituto de Humanidades de S. Francisco de Assis, em S. João d'El-Rey, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.248 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:399\$999 para pagamento de ordenados devidos ao almoxarife aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Climaco dos Santos Bernardes, relativos ao periodo de 17 de outubro a 16 de março de 1902.

N. 5.249 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:916\$690 para pagamento de vencimentos ao mestre da extincta officina de correioes do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Orozimbo da Silva Marques.

N. 5.250 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1904 — Crea mais tres brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Franca, no Estado de S. Paulo.

N. 5.251 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1904 — Crea mais duas brigadas de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Caçapava, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.252 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1904 — Publica a adhesão das colonias de Transwaal e do Rio Orange á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 5.253 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1904 — Crea um consulado na Republica do Panamá.

N. 5.254 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:940\$012 para occorrer ao pagamento devido a Francisco de Paula Bandeira Nogueira da Gama, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal.

N. 5.255 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Triumpho, no Estado de Pernambuco.

N. 5.256 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1904 — Declara approvedo o plano das obras necessarias á conservação e arborização do Jardim Botânico e desapropriadas por utilidade publica as pequenas casas fronteiras ao mesmo estabelecimento e construidas em terreno do dominio da União.

N. 5.257 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1904 — Approva diversas alterações para revisão do contracto de resgate e arrendamento de estradas de ferro celebrado com a companhia «Great Western of Brazil Railway Company, Limited».

N. 5.258 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1904 — Concede autorização á sociedade anonyma Empresa Frigorifica Paulista para funcionar.

N. 5.259 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de julho de 1904 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia Antartica Paulista, votadas em assembléa geral extraordinaria de accionistas de 20 de julho corrente.

N. 5.260 — MARINHA — Decreto de 27 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:340\$799 para pagamento de differenças de soldos e etapas a officiaes do quadro extraordinario.

N. 5.261 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1904 — São abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. creditos supplementares a diversas verbas do orçamento do exercicio de 1904, sendo 342:841\$, papel, e 4:747\$533, ouro, e dá outras providencias.

N. 5.262 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:333\$333 para installação e custeio, durante o corrente exercicio, da Mesa de Rendas de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 5.263 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:521\$727 para

ocorrer ao pagamento devido, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal, ao amanuense da Repartição Geral de Estatística, Manoel de Albuquerque Portocarrero.

N. 5.264 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2.068:000\$ para ser applicado discrecionariamente no custeio das estradas de ferro do Paraná e prolongamentos, D. Theresa Christina, Santa Maria ao Uruguay e Oeste de Minas durante o segundo semestre do corrente anno.

N. 5.265 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1904 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação.

N. 5.266 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1904 — Transfere á Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil a concessão da Estrada de Ferro de Uberaba a Coxim, com algumas modificações nas respectivas clausulas.

N. 5.266 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1904 — Publica a adhesão da Suécia á convenção internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.

N. 5.267 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:257\$ para pagamento do augmento de vencimentos ao bibliothecario e a 12 continuos da Secretaria do Senado Federal.

N. 5.268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jatahy, no Estado de Goyaz.

N. 5.269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pirenopolis, no Estado de Goyaz.

N. 5.270 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.271 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.272 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 800:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1904.

N. 5.273 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1904 — Marca as custas a que tem direito o curador das massas fallidas do Districto Federal.

N. 5.275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1904 — Revoga o decreto n. 3.984, de 20 de

abril de 1901, pelo qual foram concedidas ás escolas D. Bosco, em Cachoeiro do Campo, no Estado de Minas Geraes, as prerrogativas da equiparação ao Gymnasio Nacional.

N. 5.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Espirito Santo do Pinhal, no Estado de S. Paulo.

N. 5.277 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da Mesa de Rendas de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 5.278 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Contracta com o engenheiro civil José Augusto de Araujo Junior o arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 5.279 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 500:000\$ para auxiliar a Sociedade Nacional de Agricultura na propagação das applicações industriaes do alcool.

N. 5.280 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Concede autorização á sociedade anonyma Empresa Frigorifica Paulista para funcionar.

N. 5.281 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 300:000\$ para ser applicado ás despesas com a continuação das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 5.282 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Crea uma mesa de rendas de primeira ordem na villa de Salinas, bahia de Tutoya, Estado do Maranhão.

N. 5.283 — FAZENDA — Decreto de 9 de agosto de 1904 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da mesa de rendas de primeira ordem da Foz do Iguassú.

N. 5.284 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 5.000:000\$ para occorrer ás despesas resultantes do movimento de forças, sua permanencia e operações no Alto-Purús, Alto-Acre e Alto-Juruá.

N. 5.285 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1904 — Declara sem effeito o decreto n. 4.408, de 13 de maio de 1902.

N. 5.286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:491\$754 para pagamento de ordenado ao Dr. André Dias de Aguiar.

N. 5.287 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio da Pedra de Buique, no Estado de Pernambuco.

N. 5.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria

de guardas nacionaes no municipio de Cabrobó, no Estado de Pernambuco.

N. 5.289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1904 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.290 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1904 — Publica a adhesão das colonias italianas de Erythræa e do Benadir á convenção postal universal concluida em Washington em 15 de junho de 1897.

N. 5.291 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1904 — Proroga por 10 annos o praso concedido ao «Brasilianische Bank für Deutschland» para funcionar no Brasil.

N. 5.292 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:300\$ para as despesas de installação e as de pessoal e material, durante o corrente exercicio, da Mesa de Rendas da Foz do Iguassú, no Estado do Paraná.

N. 5.293 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1904 — Approva as alterações feitas nos estatutos da «Commercial Union Assurance Company, Limited».

N. 5.294 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1904 — Concede á Escola de Pharmacia do Pará os privilegios e garantias de que gozam as escolas federaes congeneres.

N. 5.295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.296 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Niteroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.297 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1904 — Approva a modificação dos estudos e orçamento da 1ª secção do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, a partir da cidade de Curvello.

N. 5.298 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1904 — Autoriza Georg Mascke & Comp., sociedade em commandita por acções denominada Companhia Cervejaria Brahma, Preis Haenssler & Comp., a organizarem a sociedade anonyma Companhia Cervejaria Brahma.

N. 5.299 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.300 — GUERRA — Decreto de 31 de agosto de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 5:181\$ para occorrer ao pagamento aos inspectores da Repartição Geral dos Telegraphos, Antonio José da Silva Rosa e Casemiro José da Silva Rosa, de diarias que deixaram de receber pelo mesmo Ministerio.

N. 5.301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:000\$ para a despesa com o auxilio destinado a aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 5.302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Amparo, no Estado de S. Paulo.

N. 5.303 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Breves, no Estado do Pará.

N. 5.304 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1904 — Approva a planta do terreno para a construcção, nesta capital, do edificio destinado a escriptorio e séde da Companhia Docas de Santos, na Avenida Central.

N. 5.305 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1904 — Crea um consulado geral em Quito, na Republica do Ecuador.

N. 5.306 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1904 — Publica a adhesão do Imperio da Alemanha á convenção internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.

N. 5.307 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1904 — Crea um consulado em Cuenca, na Republica do Ecuador.

N. 5.308 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1904 — Crea um consulado em Soja, na Republica do Ecuador.

N. 5.309 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1904, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 111:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 5.310 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1904, o credito supplementar de 38:616\$666, sendo 14:216\$666 á verba — Secretaria do Senado — e 24:400\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.311 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1904 — Dá instrucções para a eleição de intendentes municipaes no Districto Federal.

N. 5.312 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1904 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.313 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de setembro de 1904 — Autoriza o engenheiro Alfredo Novis a associar-se a terceiros para execução do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 5.314 — GUERRA — Decreto de 14 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 6:434\$980 para occorrer ao pagamento a Francisco Affonso Palha, cessionario de diversas ex-praças do Exercito.

N. 5.315 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1904 — Publica a adhesão da colonia britannica de Barbados ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado.

N. 5.316 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 10:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a conclusão dos trabalhos da missão especial encarregada da questão de limites com a Guyana Ingleza.

N. 5.317 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Altera em alguns pontos o plano de uniformes da Brigada Policial desta capital.

N. 5.318 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Modifica a tabella annexa ao decreto n. 1.151, de 5 de janeiro do corrente anno.

N. 5.319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 29:300\$, suplementar á rubrica 9ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.320 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:230\$670 para execução da sentença que annullou o decreto reformando o alferes da Brigada Policial desta capital, Napoleão Gonçalves Guttenberg.

N. 5.321 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, Estado de Minas Geraes.

N. 5.322 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

N. 5.323 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1904 — Concede autorização á «Deutsch Reproducten Import Aktiengesellschaft» para funcionar na Republica.

N. 5.324 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1904 — Concede autorização á «Rio das Mortes Gold Dredging Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.325 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1904 — Concede autorização á

«New Zealand and Brazilian Prospecting Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.326 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 107\$850 para occorrer ao pagamento aos soldados do 1º batalhão de artilharia, Martinho Xavier dos Santos e Manoel Pinto do Nascimento, de vencimentos relativos ao mez de novembro de 1901.

N. 5.327 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1904 — Abre o credito de 65:325:000\$ para a aquisição dos bens da Companhia Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana, em liquidação forçada.

N. 5.328 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Affuá, no Estado do Pará.

N. 5.329 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 58:886\$639 para execução de sentença passada em julgado em favor do major da Brigada Policial, Luiz da Costa Azevedo.

N. 5.330 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento da gratificação que compete ao juiz que substituir na camara civil da Córte de Appellação o desembargador licenciado Antonio Joaquim Rodrigues.

N. 5.331 — MARINHA — Decreto de 1 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$, supplementar á verba 41ª do art. 7º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903, para pagamento dos operarios extraordinarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

N. 5.332 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Empresa de Sal e Navegação.

N. 5.333 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 32:923\$, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.334 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.335 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas.

N. 5.336 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mazagão, no Estado do Pará.

N. 5.337 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1904 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo

N. 5.338 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1904 — Revoga o decreto n. 5.278, que contractou com o engenheiro civil José Augusto de Araujo Junior o arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 5.339 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1904 — Publica a adhesão da Republica do Panamá á convenção internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.

N. 5.340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1904 — Concede ao Gymnasio Gonzaga os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.342 — MARINHA — Decreto de 11 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 40:771\$500 para pagamento de apparelhos necessarios ao serviço provisorio de esgotamento dos diques Guanabara e Santa Cruz.

N. 5.343 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.168:800\$ para occorrer ás despesas com a Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituauna, no periodo de 20 de setembro a 31 de dezembro do corrente anno.

N. 5.344 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:455\$440 para o pagamento de meio soldo e montepio de D. Damasia Malveiro da Motta, mãe do fallecido capitão-tenente da Armada Lindolpho Malveiro da Motta.

N. 5.345 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1904, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 5.346 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercício de 1904, o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.347 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1904 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Socorro, no Estado de São Paulo.

N. 5.348 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1904 — Crea mais uma brigada de infan-

faria de guardas nacionaes na comarca de Bariry, no Estado de S. Paulo.

N. 5.349 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1904 — Autoriza a revisão das concessões das estradas de ferro de Uberaba a Coxim e de Catalão, a Palmas.

N. 5.350 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 550:000\$, supplemental á consignação «Revisão da rede de distribuição, 4ª divisão», da verba 41ª, art. 46 da vigente lei de orçamento.

N. 5.351 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:795\$695 para pagamento ao engenheiro Nuno Alves Duarte Silva de gratificação que lhe compete como director interino do Observatorio do Rio de Janeiro.

N. 5.352 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de outubro de 1904 — Approva o orçamento, na importancia de 76:378\$500, com a installação do novo motor e respectivo gerador de electricidade para as obras de melhoramentos do porto de Manáos.

N. 5.353 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 292:802\$282, supplemental á rubrica do n. 42 do art. 23 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 3.354 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 27:915\$150, ouro, importancia com que o Brasil deve contribuir para a construcção do edificio destinado á Secretaria Internacional das Republicas Americanas e para a bibliotheca commemorativa de Colombo, em Washington.

N. 5.355 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1904 — Approva, com modificações, o regulamento para o serviço de emissão de conhecimentos de deposito e warrants pela Companhia Docas de Santos.

N. 5.356 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1904 — Declara sem effeito o decreto n. 4.516, de 26 de agosto de 1902.

N. 5.357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.

N. 5.358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Manoel, no Estado de S. Paulo.

N. 5.359 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 290:968\$494 para pagamento a Barnabé Moreira Lopes e Braconnot & Irmãos.

N. 5.360 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de outubro de 1904 — Concede autorização á «Gouwrack Ropework Export Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.361 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Piahy.

N. 5.362 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1904 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Goyana, no Estado de Pernambuco.

N. 5.363 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 567:100\$ afim de ser applicado ás despesas com o custeio da Estrada de Ferro do Paraná até o fim do segundo semestre do corrente anno.

N. 5.364 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1904 — Crea um consulado em Santiago do Chile.

N. 5.365 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:644\$827 para pagamento dos vencimentos que competem ao substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. José Julio Calazans.

N. 5.366 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1904 — Providencia sobre o serviço de transporte de suburbios pela Estrada de Ferro Central do Brasil, no Distrito Federal.

N. 5.367 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1904 — Concede á «Aachener und Munchener Feuer Versicherungs Gesellschaft», com séde em Aix-la-Chapelle, Allemanha, autorização para funcionar na Brasil e approva os respectivos estatutos.

N. 5.368 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario das quantias de 51:849\$, ouro, e 699:394\$945, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 5.369 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:379\$587 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Hilario Soares de Gouvêa, em virtude de sentença judicial.

N. 5.370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1904, o credito suplementar de 80:000\$ sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.371 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 29:683\$167 para execução da sentença passada em julgado em favor do

alferes da Brigada Policial desta capital, Alfredo Nunes Andrade.

N. 5.372 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1904, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 5.373 — MARINHA — Decreto de 23 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de réis 1.304:134\$094, supplementar ás rubricas 14^a, 15^a a 19^a, 25^a, 26^a e 27^a do actual orçamento.

N. 5.374 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 500:000\$, em papel, para occorrer ás despesas com a execução do accôrdo provisório concluido em 12 de julho do corrente anno entre os governos do Brasil e do Perú.

N. 5.375 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1904 — Publica a adhesão da Republica do Panamá á convenção postal universal e aos demais actos concluidos em Washington em 15 de junho de 1897.

N. 5.376 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 6:020\$ para occorrer ao pagamento devido a Eduardo Martins & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.377 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1904 — Concede á Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos Brasil, com séde nesta capital, autorização para funcionar e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 5.378 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Contracta com o engenheiro Carlos João Frod Westerman o arrendamento da Estrada de Ferro do Paraná.

N. 5.379 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Altera diversas clausulas das que acompanharam o decreto n. 4.646, de 7 de novembro de 1902, que permite estabelecer e explorar linhas telephonicas entre esta capital e a cidade de Santos.

N. 5.380 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:553\$770 para pagamento aos herdeiros de Gentil Homem de Oliveira.

N. 5.381 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 12:801\$870 para pagamento aos engenheiros Lucas Proença e José Antonio da Costa Junior, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.382 — GUERRA — Decreto de 30 de novembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito especial de réis

189\$500 para occorrer ao pagamento ao general de brigada Marciano de Magalhães, importancia de custas a que foi condemnada a União na causa por este intentada.

N. 5.383 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:313\$065 para occorrer ao pagamento devido a Lobo & Irmão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.384 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$ para occorrer ás despesas com a aquisição e adaptação de um predio para a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Espirito Santo.

N. 5.385 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1904 — Créa uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Montes Claros, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.386 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1904 — Créa mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.387 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 72:853\$600 para pagar á « Amazon Steam Navigation Company » a subvenção relativa aos mezes de novembro e dezembro de 1903.

N. 5.388 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas os creditos especciaes, em papel, na importancia de 124:947\$838 e, em ouro, na importancia de frs. 97.424,42, para liquidação de taxas de telegrammas officiaes transmittidos, em exercicios já encerrados, sob o regimen de trafego mutuo.

N. 5.389 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.000:000\$ para despesas com as providencias em prol da garantia da ordem e da segurança publica.

N. 5.390 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1904 — Reorganiza as delegacias do Thesouro Federal nos Estados da Republica.

N. 5.391 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1904 — Dá instruções para o alistamento de eleitores, na conformidade da lei n. 1.269, de 15 de novembro de 1904.

N. 5.392 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1904, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 5.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1904, o crédito suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.394 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1904 — Dispensa, até o praso de 10 annos, a Companhia Engenho Central de Quissamã da restituição dos juros que lhe têm sido pagos.

N. 5.395 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 737\$633, para occorrer ao pagamento de ordenado devido ao ajudante de porteiro, aposentado, do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, José Alfredo de Carvalho.

N. 5.396 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 9:445\$160 para occorrer ao pagamento de ordenados que competem ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra do Estado de Pernambuco, bacharel José Francisco Ribeiro Machado.

N. 5.397 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo.

N. 5.398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1904 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.

N. 5.399 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1904 — Altera a clausula II das que acompanharam o decreto n. 5.243, de 28 de junho de 1904.

N. 5.400 — GUERRA — Decreto de 21 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:178\$567 para pagamento do ordenado devido ao mestre de musica, aposentado, da extinta Companhia de Aprendizizes Artifices do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, Lourenço Francisco da Cunha.

N. 5.401 — MARINHA — Decreto de 21 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1:397\$066 para pagamento de differença de vencimentos que deixou de receber o operario Ernesto Luciano Martins.

N. 5.402 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1904 — Dá regulamento para execução da lei n. 1.185, de 11 de junho de 1904.

N. 5.403 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1904 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco.

N. 5.404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1904 — Crea uma brigada de infantaria de

guardas nacionaes no municipio de Granito, no Estado de Pernambuco.

N. 5.405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 34:153\$206 para pagamento do augmento de vencimentos a professores e repetidores dos institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos-Mudos.

N. 5.406 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1904 — Approva, com modificações, os estudos da revisão dos primeiros 20 kilometros da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha, fixa o praso da reversão. e dá outras providencias.

N. 5.407 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1904 — Regula o aproveitamento da força hydraulica para transformação em energia electrica applicada a serviços federaes.

N. 5.408 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1904 — Estabelece praso para a apresentação dos estudos definitivos da Estrada de Ferro do Rio Branco á Guyana Ingleza.

N. 5.409 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1:761\$280 para pagamento da gratificação devida ao ex-secretario do Jardim Botânico, bacharel Joaquim Campos Porto.

N. 5.410 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:263\$874 para pagamento a Arthur Bello, funcionario da Repartição Geral dos Telegraphos, de vencimentos dos exercicios de 1898 a 1899.

N. 5.411 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 100:000\$, ouro, destinado ás despesas com uma missão especial á Colombia.

N. 5.412 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1904 — Concede ao Externato Aquino os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.413 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$, suplementar á verba 22ª do art. 25 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.414 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Concede á « London & Lancashire Fire Insurance Company » autorização para estabelecer uma agencia na capital do Estado de S. Paulo.

N. 5.415 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1904 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 45:000\$, ouro, suplementar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

1905

N. 5.416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o alistamento de eleitores da Republica.

N. 5.417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 34:164\$193 para pagamento devido ao alferes da Brigada Policial desta capital, Ernesto Pinto Machado.

N. 5.418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 500:000\$ para occorrer ás despesas com a realização do Congresso Scientifico Latino-Americano em 6 de agosto de 1905.

N. 5.419 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:368\$776, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1904.

N. 5.420 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 24:686\$034, ouro, e 913:316\$796, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 5.421 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 554\$351 para pagamento devido, em virtude de sentença, ao Dr. Raul de Souza Martins, juiz federal no Estado do Espirito Santo.

N. 5.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Vaccaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$ para occorrer ao pagamento das despesas com o pessoal e material do Lazareto de Tamandaré.

N. 5.424 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1905 — Approva o regulamento para execução da lei n. 1.236, de 24 de setembro de 1904, sobre marcas de fabrica e de commercio.

N. 5.425 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 59:412\$500, supplementar á verba 15^a, consignação « Vantagens de forragens e ferragens », do art. 12 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.426 — GUERRA — Decreto de 11 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:600\$ para pagamento de vencimentos que competem a Manoel Canuto do Nascimento, como continuo addido á Secretaria de Estado da Guerra.

N. 5.427 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1905 — Publica a adesão das Índias Neerlandezas ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado.

N. 5.428 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 12 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores um credito de 15:000\$, papel, suplementar ás 1ª e 2ª consignações do material da verba 1ª do art. 5º da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.429 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1905 — Modifica os arts. 2º e 6º do regulamento annexo ao decreto n. 5.441, de 27 de fevereiro de 1904.

N. 5.430 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 52:652\$400 para as despesas com as obras de reparação de que necessita o predio em que está installada a Alfandega do Recife.

N. 5.431 — **FAZENDA** — Decreto de 14 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 103:862\$180 para pagamento das despesas com a aquisição de novo material e transferencia para outro edificio da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Pernambuco.

N. 5.432 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de janeiro de 1905 — Proroga o estado de sitio no territorio do Districto Federal e na comarca de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro, até o dia 16 de fevereiro proximo vindouro.

N. 5.433 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 16 de janeiro de 1905 — Manda observar as disposições provisórias para execução da lei n. 1.338, de 9 de janeiro do corrente anno.

N. 5.434 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 17 de janeiro de 1905 — Crea um consulado em Nice.

N. 5.435 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.436 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$ para occorrer ás despesas com a conservação das obras da lagôa Rodrigo de Freitas.

N. 5.437 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 24 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para ser applicado aos trabalhos de prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.438 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 24 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para ser applicado ás obras de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo.

N. 5.439 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 24 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para

ser applicado ás despesas com os estudos e mais trabalhos concernentes á exploração de minas de carvão de pedra nos Estados da Republica.

N. 5.440 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para as obras de elevação da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil entre S. Diogo e S. Christovão.

N. 5.441 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1905 — Publica a notificação da Republica do Panamá sobre as condições de sua adhesão á convenção postal universal de Washington.

N. 5.442 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:930\$704 para pagamento de percentagens ao fiscal do imposto de transporte relativas ao exercicio de 1904.

N. 5.443 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 31:889\$350 para pagamento de despesas com o serviço de exames de preparatorios que se effectuaram extraordinariamente.

N. 5.444 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.

N. 5.445 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mogy das Cruzes, no Estado de S. Paulo.

N. 5.447 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1905 — Approva a planta de terrenos e predios necessarios á construcção da quarta linha da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.448 — MARINHA — Decreto de 1 de fevereiro de 1905 — Declara que em visitas officiaes a autoridades navaes e navios de guerra, assim nacionaes como estrangeiros, deve ser usado, nos climas quentes, o uniforme de brim de linho branco.

N. 5.449 — MARINHA — Decreto de 1 de fevereiro de 1905 — Declara que as nomeações dos officiaes encarregados de artilharia e torpedos e dos machinistas, assim chefes de machinas como incumbidos dos appparelhos electricos dos navios de guerra, serão feitas pela Secretaria de Estado.

N. 5.450 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 17:800\$, complementar á verba 9ª do art. 25 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.451 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$ para

pagamento das despesas extraordinarias feitas com o serviço de lançamento dos impostos de industrias, e profissões e revisão das penas d'agua..

N. 5.452 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1905 — Créa mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Brejo da Madre de Deus, no Estado de Pernambuco.

N. 5.453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1905 — Dá instrucções para as eleições federaes, na conformidade da lei n. 1.269, de 15 de novembro de 1904.

N. 5.454 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 500:000\$, papel, para occorrer ás despesas com a execução do accôrdo provisorio concluido em 12 de julho ultimo, entre os governos do Brasil e do Perú, no corrente exercicio de 1905.

N. 5.455 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1905 — Manda executar a convenção de arbitramento entre o Brasil e o Perú para a solução das reclamações de seus nacionaes, concluida no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1904.

N. 5.456 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de fevereiro de 1905 — Fixa a intelligencia dos decretos ns. 3.259, de 11 de abril de 1899, e 3.263, de 20 do mesmo mez e anno, que approvaram a consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular brasileiro e a das referentes ao Corpo Diplomático.

N. 5.457 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.458 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 49:400\$ para ser applicado ás despesas com o augmento de pessoal e material do Laboratorio Nacional de Analyses.

N. 5.459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de fevereiro de 1905 — Providencia sobre a convocação e presidencia da comissão de alistamento de eleitores no Districto Federal.

N. 5.460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de fevereiro de 1905 — Créa mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santos, no Estado de S. Paulo.

N. 5.461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1905 — Proroga até 18 de março proximo vindouro o estado de sitio declarado pelos decretos ns. 1.270 e 1.297, de 16 de novembro e 16 de dezembro do anno passado, e 5.432, de 14 do mez findo.

N. 5.462 — FAZENDA — Decreto de 18 de fevereiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 36:825\$370, supplementar á verba — Recebedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1904.

N. 5.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1905 — Créa mais uma brigada de infan-

taria de guardas nacionaes na comarca de S. Felippe, no Estado do Amazonas.

N. 5.464 — MARINHA — Decreto de 22 de fevereiro de 1905 — Approva o regulamento para o Corpo de Commissarios da Armada.

N. 5.465 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1905 — Dá regulamento para a arrecadação do imposto sobre annuncios em cartazes impressos e manuscritos.

N. 5.466 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1905 — Altera a tabella de retribuição do pessoal da Inspectoria de Seguros.

N. 5.467 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 213:445\$740 para despesas com a reforma do Districto Federal.

N. 5.468 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo.

N. 5.469 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Geromenha, no Estado do Piauihy.

N. 5.470 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Correntes, no Estado de Pernambuco.

N. 5.471 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1905 — Fixa o praso do contracto celebrado com a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para o serviço de conservação do porto do Maranhão e prolongamento do respectivo caes.

N. 5.472 — GUERRA — Decreto de 2 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de..... 480:372\$875, supplementar á verba 15^a — Material, — n. 32, «Transporte de tropas, etc.», do art. 12 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903.

N. 5.473 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 558\$672 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Antonio de Olinda Almeida Cavalcanti, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.474 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 747\$719 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Manoel Dias de Aquino e Castro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.475 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de março de 1905 — Publica a adhesão da colonia britannica das Ilhas Bermudas ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado.

N. 5.476 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1905 — Suspende por dous dias, em relação

á comarca de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro, o estado de sítio declarado pelo decreto n. 5.461.

N. 5.477 — FAZENDA — Decreto de 11 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 2:638\$045 para pagamento á Companhia de Aguas de Maceió e outros.

N. 5.478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 191:000\$ para despesas com as providencias necessarias para garantia da ordem e segurança publicas.

N. 5.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1905 — Suspende definitivamente o estado de sítio no Distrito Federal e na comarca de Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 600:000\$ para as obras de reconstrução da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 5.481 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 5:814\$, complementar á verba 8ª, art. 16, da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903, para pagamento dos juros de 6 % ao anno garantidos á Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, relativo ao segundo semestre do exercicio de 1904.

N. 5.482 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 100:000\$ para ser applicado ás despesas com a criação de agencias do Correio nas sédes dos municípios que ainda não as têm e custeio do respectivo serviço de condução de malas.

N. 5.483 — FAZENDA — Decreto de 16 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 80:413\$948 para occorrer ao pagamento devido ao marechal Rufino Enéas Gustavo Galvão, visconde de Maracajú, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.484 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 347:552\$324, complementar á verba — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1904.

N. 5.485 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 22:092\$ para as despesas de installação e custeio e as de pessoal e material da Mesa de Rendas da Villa de Salinas, bahia de Tutoya, no periodo de março a dezembro do corrente anno.

N. 5.486 — FAZENDA — Decreto de 18 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 20:000\$, complementar á verba — Ajudas de custo, — do exercicio de 1904.

N. 5.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1905 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 60:000\$ para

acquisição da grande tela de Aurelio de Figueiredo, commemorativa do advento da Republica.

N. 5.488 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de março de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Flores, no Estado de Pernambuco.

N. 5.489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 474:205\$225, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1904.

N. 5.490 — MARINHA — Decreto de 23 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 93:315\$916, supplementar á verba 26ª — Fretes, passagens, etc., — quota « Pessoal », do orçamento de 1904.

N. 5.491 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 551:100\$819, ouro, supplementar á verba — Caixa de Amortização, — do exercicio de 1904.

N. 5.492 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 267:375\$817, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1904.

N. 5.493 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.481:216\$161, supplementar á verba — Juros de depositos das caixas economicas e montes de soccorro, — do exercicio de 1904.

N. 5.494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Parnahyba, no Estado do Piahy.

N. 5.495 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1905 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

N. 5.496 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1905 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, durante o anno de 1903 e 1904, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro, que fica elevado a £ 1.602.376-2-11.

N. 5.497 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:144\$218, supplementar á verba — Recbedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1904.

N. 5.498 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:000\$, supplementar á verba — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1904.

N. 5.499 — MARINHA — Decreto de 30 de março de 1905 — Estabelece algumas alterações nas divisas e distinctivos dos inferiores e outras praças dos corpos de Marinha.

N. 5.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito extraordinario de 22:431\$939 para occorrer ao pagamento de despesas no territorio do Acre, no exercicio de 1904.

N. 5.501 — FAZENDA — Decreto de 1 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 36:706\$233 para occorrer ao pagamento devido ao bacharel Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.502 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de abril de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de abril de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Ribeira, no Estado da Bahia.

N. 5.504 — FAZENDA — Decreto de 8 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 141:356\$630, ouro, e 2:110\$021, papel, para occorrer ao pagamento devido a George C. Dickinson, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.505 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de abril de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Raso, no Estado da Bahia.

N. 5.506 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1905 — Approva os estudos de uma variante da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina.

N. 5.507 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1905 — Publica a adhesão da Republica Cubana aos accòrdos assignados em Madrid em 14 de abril de 1891 relativos á repressão das falsas indicações de procedencia e registro internacional das marcas de fabricas e de commercio.

N. 5.508 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito extraordinario de 62:000\$, ouro, afim de dar execução ao disposto no art. 6º do decreto n. 1.321, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.509 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1905 — Dispõe sobre a cobrança dos juros de que tratam os arts. 30 e 31 do decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898.

N. 5.510 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:174\$020 para occorrer ao abono de quotas ao actual inspector da Alfandega de Santos, Antonio Roberto de Vasconcellos.

N. 5.511 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, destinado á reconstrucção do proprio nacional onde funciona a Sociedade Propagadora das Bellas Artes, nesta capital.

N. 5.512 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:827\$700 para occorrer ao pagamento devido a Ricardo Barradas Muniz, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.513 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$ para pagamento das despesas feitas pela commissão incumbida do inquerito sobre a industria do assucar.

N. 4.514 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Concede á Real Companhia Ingleza de Seguros, contra os riscos de fogo e de vida, autorização para estabelecer uma agencia na capital do Estado da Bahia.

N. 5.515 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Concede á Real Companhia Ingleza de Seguros, contra os riscos de fogo e de vida, autorização para estabelecer uma agencia na capital do Estado do Pará.

N. 5.516 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1905 — Concede á Real Companhia Ingleza de Seguros, contra os riscos de fogo e de vida, autorização para estabelecer uma agencia na capital do Estado do Amazonas.

N. 5.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de abril de 1905 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 5.518 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de abril de 1905 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campestre, no Estado da Bahia.

N. 5.519 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1905 — Concede autorização á «São Paulo (Brazilian) Railway Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 5.520 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1905 — Approva as plantas e o orgamento da variante de Bruderthal, da linha de S. Francisco, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande

N. 5.551 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1905 — Approva os estudos definitivos para a mudança da bitola da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco

N. 5.522 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1905 — Approva a planta e mais documentos referentes á construcção do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco entre Antonio Olintho e Pesqueira, comprehendido na rede das estradas arrendadas á «Great Western of Brazil Railway».

N. 5.523 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1905 — Approva a planta e mais documentos referentes á construcção do ramal de Itabayana a Campina Grande, comprehendido na rede das estradas de ferro arrendadas á «Great Western of Brazil Railway».

N. 5.524 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1905 — Concede autorização á «Société Minière e Industriale Franco-Brésilienne», para funcionar na Republica.

N. 5.525 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 28 de abril de 1905 — Revoga o decreto n. 3.392, de 6 de setembro de 1899, que creou um consulado em New-Castle, Grã-Bretanha.

N. 5.526 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de maio de 1905 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 6:000\$ para despesas com o auxílio da casa em que funciona o Instituto de Proteção e Assistência á Infância do Rio de Janeiro.

N. 5.527 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de maio de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas.

N. 5.528 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 8 de maio de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Avaré, no Estado de S. Paulo.

N. 5.529 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de maio de 1905 — Crea uma brigada de artilharia e mais duas de infantaria de guardas nacionaes no departamento do Alto-Juruá, no territorio do Acre.

N. 5.530 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 15 de maio de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José do Rio Preto, no Estado de S. Paulo.

N. 5.531 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de maio de 1905 — Manda executar o tratado de limites concluido no Rio de Janeiro entre o Brasil e o Ecuador em 6 de maio de 1904.

N. 5.531 A — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de maio de 1905 — Declara insubsistente o tratado de commercio entre o Brasil e o Perú, assignado em 10 de outubro de 1891.

N. 5.532 — **MARINHA** — Decreto de 20 de maio de 1905 — Dá execução ao § 1º do art. 1º do decreto n. 1.486, de 15 de junho de 1904, na parte em que restabeleceu a Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado de Sergipe.

N. 5.533 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de maio de 1905 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 30:000\$ para despesas com a transferencia e installação dos tribunaes, juizes e serventuarios da justiça.

N. 5.534 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de maio de 1905 — Concede autorização á «Tarri Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.535 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de maio de 1905 — Incorpora a Estrada de Ferro de Ribeirão a Bonito, no Estado de Pernambuco, á rede das estradas arrendadas á «Great Western of Brazil Railway».

N. 5.536 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1905 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados da Secretaria das Relações Exteriores.

N. 5.536 A — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 25 de maio de 1905 — Publica a adhesão da colonia da Nova Ze-

landia ao acto addicional de Bruxellas, de 14 de novembro de 1900, e a accessão da colonia de Ceylão á convenção para a protecção da propriedade industrial, de 20 de março de 1883.

N. 5.537 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Faxina, no Estado de S. Paulo.

N. 5.538 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.539 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1905 — Concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.540 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1905 — Approva os novos estatutos da «Alliance Assurance Company, Limited».

N. 5.541 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1905 — Approva as alterações feitas nos estatutos da «London and Lancashire Fire Insurance Company».

N. 5.542 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1905 — Altera o quadro da divisão dos Estados e do respectivo pessoal de fiscalização do imposto de consumo, annexo ao decreto n. 3.659, de 22 de maio de 1900.

N. 5.543 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:971\$926 para occorrer ao pagamento devido a Arthur Americo Belém, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.544 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de junho de 1905 — Approva o projecto e planta das obras de reconstrução do edificio da Faculdade de Medicina da Bahia na parte destruida por incendio e declara de utilidade publica a desapropriação não só dos 13 predios indicados na referida planta como dos de ns. 2 a 26, situados á rua das Portas do Carmo, mas tambem de uma nesga de terreno por detraz dos predios ns. 20 a 26.

N. 5.545 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de junho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no departamento do Alto-Acre, no territorio do Acre.

N. 5.546 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de junho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz, no Estado do Espirito Santo.

N. 5.547 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1905 — Revalida a patente de privilegio de invenção n. 2.918, de 27 de setembro de 1899.

N. 5.548 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1905 — Contracta com a «Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil», o arrendamento e a construcção de diversas estradas de ferro no Estado do Rio

Grande do Sul e altera, em consequencia, os contractos existentes entre o Governo e a mesma companhia.

N. 5.549 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1905 — Estabelece as bases de um accôrdo a celebrar com o governo do Estado do Rio Grande do Sul para a incorporação de linhas ferreas de concessão estadual ás linhas federaes.

N. 5.550 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1905 — Innova o contracto para a construção das obras de melhoramento do porto da capital do Estado da Bahia.

N. 5.551 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1905 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, a emissão de £ 3.000.000 em titulos de 5 % ao anno e ao preço de noventa e sete libras esterlinas por cem.

N. 5.552 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 58:096\$836, suplementar á verba 1ª do art. 5º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904, na parte do pessoal, para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos dos funcionarios da respectiva Secretaria de Estado, entre os consignados na verba e os que foram fixados pelo decreto n. 1.343 A, de 26 de maio de 1905, no periodo de 27 de maio a 31 de dezembro de 1905.

N. 5.553 — FAZENDA — Decreto de 10 de junho de 1905 — Eleva a 2 %, ouro, a taxa sobre o valor official da importação realizada pelo porto do Rio de Janeiro.

N. 5.554 — FAZENDA — Decreto de 11 de junho de 1905 — Concede á « Preussische Gesellschaft » autorização para estabelecer uma agencia na cidade do Rio de Janeiro.

N. 5.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vigosa, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.556 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Roque, no Estado de S. Paulo.

N. 5.557 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de junho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes em Santo Antonio de Jesus, no Estado da Bahia.

N. 5.558 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 100:000\$ para ser applicado á propaganda dos productos agricolas, pastoris e mineraes que interessam ao Brasil.

N. 5.559 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$ para as despesas de material dos postos fiscaes no territorio do Acre.

N. 5.560 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1905 — Prorroga o prazo estipulado para o funcionamento de uma caixa filial do «London and Brazilian Bank, Limited», em Manaus, Amazonas.

N. 5.561 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1905 — Approva o regulamento para execução da lei n. 1.338, de 9 de janeiro do corrente anno, que reorganiza a justiça do Districto Federal.

N. 5.562 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1905 — Concede ao Gymnasio d'O' Grambery, em Juiz de Fôra, Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.563 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.564 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

N. 5.565 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.566 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1905 — Concede autorização á «Araquara States Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.567 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$, complementar á consignação «Revisão da rede, novas canalizações, etc. — 3ª divisão», da verba 11ª, art. 13, da vigente lei orçamentaria.

N. 5.568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1905 — Dá nova organização á Força Policial do Districto Federal.

N. 5.569 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 800:000\$, complementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1905.

N. 5.570 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.571 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de junho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cananêa, no Estado de S. Paulo.

N. 5.572 — FAZENDA — Decreto de 26 de junho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 95:000\$ para aquisição da ilha de Marambaia.

N. 5.573 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.574 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1905. — Extende ao consulado não remunerado a jurisdição dos consulados geraes de carreira.

N. 5.575 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 274:158\$059 para occorrer ao pagamento devido a Manoel José Bastos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.576 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1905 — Crea uma brigada de Infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Belmonte, no Estado da Bahia.

N. 5.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alcobaça, no Estado da Bahia.

N. 5.579 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

N. 5.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no departamento do Alto-Juruá, no territorio do Acre.

N. 5.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 5.582 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1905 — Revalida a patente de privilegio de invenção n. 2.439, de 28 de setembro de 1898.

N. 5.583 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1905 — Revalida a patente de privilegio de invenção n. 3.841, de 5 de julho de 1899.

N. 5.584 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 400:000\$ para ser applicado ás obras de elevação da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil entre S. Diogo e S. Christovão.

N. 5.585 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1905 — Approva a redução na tarifa de transporte de passageiros nas linhas da Rede Fluminense e Estrada de Ferro do Norte, da «The Leopoldina Railway Company».

N. 5.586 — FAZENDA — Decreto de 8 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 23:335\$537 para occorrer ao pagamento devido a Paiva Valente & Comp. e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.587 — FAZENDA — Decreto de 8 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 79:586\$150 para occorrer ao pagamento devido a Ruben Tavares, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.588 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova da Rainha, no Estado da Bahia.

N. 5.589 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1905 — Concede autorização á « Compagnie Générale des Caoutchoucs » para funcionar na Republica.

N. 5.590 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1905 — Concede autorização á « Matto Grosso Gold Dredging Company » para funcionar na Republica.

N. 5.591 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1905 — Promulga a adhesão do Brasil ao accôrdo concluido em Paris entre varias potencias, em 18 de maio de 1904, para a repressão do trafego de mulheres brancas.

N. 5.592 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1905 — Crea um consulado em Düsseldorf.

N. 5.593 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1905 — Crea um consulado em Francfort sobre o Meno.

N. 5.594 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:010\$747 para occorrer ao pagamento devido a Luiz Sampaio Moreira, em virtude de sentença judicialia.

N. 5.595 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 200:000\$ para pagamento de despesas com o serviço fiscal no departamento do Alto-Juruá.

N. 5.596 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 188\$700 para occorrer ao pagamento devido ao capitão de fragata Aristides Monteiro de Pinho, em virtude de sentença judicialia.

N. 5.597 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1905 — Cassa a autorização concedida á Companhia de Seguros Mutuos Terrestre, Maritimo, sobre Vida o Commercial America para funcionar.

N. 5.598 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.

N. 5.599 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1905 — Concede autorização á « Roszbach Brazil Company » para funcionar na Republica.

N. 5.600 — INDUSTRIA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1905 — Concede autorização á « Società Italiana di Esportazione Enrico Dell'Aequa » para continuar a funcionar na Republica.

N. 5.601 — MARINHA — Decretô de 19 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 500\$ para pagamento a Jorge & Santos do aluguel do predio em que funciona a Escola de Aprendizes Marinheiros do Maranhão.

N. 5.602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo.

N. 5.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paracatú, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Panellas, no Estado de Pernambuco.

N. 5.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Umburana, no Estado da Bahia.

N. 5.607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 5.608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

N. 5.609 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1905 — Concede autorização á «Brazilianische Siemens-Schuckertwerke Elektrizitäts-Gesellschaft» para funcionar na Republica.

N. 5.610 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1905 — Approva os estudos e orçamento da segunda secção do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Curvello a Pirapora.

N. 5.611 — GUERRA — Decreto de 26 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 16:419\$750 para occorrer ao pagamento devido a Robert. Blossert & Hermanos.

N. 5.612 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Cassa a autorização concedida á Sociedade Anonyma A Economizadora para funcionar.

N. 5.613 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 265:000\$ para pagamento á «Schustz Vereinigung» de *debentures* do emprestimo contratado na Alemanha pela Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 5.614 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Hypothecario do Brasil.

N. 5.615 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:000\$ para pagamento das congruas a que tinha direito o bispo de Goyaz D. Eduardo Duarte Silva, como conego da ex-Capella Imperial.

N. 5.616 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Concede a «The Commercial Union Assurance Company, Limited» autorização para estabelecer uma agencia na capital do Estado do Paraná.

N. 5.617 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:767\$500 para as despesas de pessoal e material, de abril a dezembro do corrente anno, dos postos fiscaes mixtos do Breu e Catay, no Alto-Juruá e Alto-Purús.

N. 5.618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1905 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de S. Paulo.

N. 5.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 5.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Serro Azul, no Estado do Paraná.

N. 5.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Panellas, no Estado de Pernambuco.

N. 5.622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1905 — Dá providencias sobre o serviço eleitoral na Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

N. 5.623 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1905 — Concede autorização a «The S. Bento Gold Estates, Limited» para continuar a funcção na Republica.

N. 5.624 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para ser applicado ás obras do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo:

N. 5.625 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1905 — Concede autorização a «The Diamond King Mining Company» para funcção na Republica.

N. 5.626 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1905 — Approva a planta e o orçamento para a construcção do novo edificio destinado a abrigar locomotivas e carros da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.

N. 5.627 — **INDUSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 4 de agosto de 1905 — Altera a classificação de varios artigos nas tarifas em vigor na Estrada de Ferro do Paraná.

N. 5.628 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 567\$692 para pagamento ao Dr. Venancio Neiva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.629 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:350\$060 para pagamento a M. Dias & Porto e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.630 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:341\$170 para pagamento a Paiva Valente & Comp. e Lemos Moreira & Monte, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.631 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 7 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipiô de Tacaratú, no Estado de Pernambuco.

N. 5.632 — **MARINHA** — Decreto de 9 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de réis 31:301\$298 para cumprimento do disposto no art. 11 da lei n. 1.145, de 21 de dezembro de 1903.

N. 5.633 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de agosto de 1905 — Publica a adhesão da colonia de Erythrée ao accôrdo de Washington de 15 de junho de 1897 concernente ao serviço de vales postaes.

N. 5.634 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 60:463\$388 para pagamento a Rosa & Carvalho e Fernandes de Mesquita & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.635 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de agosto de 1905 — Fixa o numero, classes e vencimentos do pessoal dos postos fiscaes mixtos de Breu e Catay, nos territorios do Alto-Juruá e Alto-Purús.

N. 5.636 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de agosto de 1905 — Declara sem effeito os decretos ns. 2.395, de 4 de dezembro de 1896; 2.724, de 6 de dezembro de 1897, e 3.639, de 10 de abril de 1900.

N. 5.637 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de agosto de 1905 — Declara sem effeito os decretos ns. 6.547, de 13 de abril de 1877; 7.292, de 17 de maio de 1879; 9.512, de 24 de outubro de 1885; 986, de 12 de agosto de 1892, e 1.979, de 28 de fevereiro de 1895.

N. 5.638 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas.

N. 5.639 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felipe, no Estado do Amazonas.

N. 5.640 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no município de Amaragy, no Estado de Pernambuco.

N. 5.641 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, no Estado da Bahia.

N. 5.642 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia.

N. 5.642 A — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Geremoabo, no Estado da Bahia.

N. 5.643 — GUERRA — Decreto de 16 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:972\$608 para occorrer ao pagamento de ordenados a um escrivão aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco.

N. 5.644 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$ para a conclusão do edificio que a Associação Commercial do Rio de Janeiro está construindo na rua Primeiro de Março.

N. 5.645 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.646 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1905 — Regula a concessão de favores ás empresas de electricidade gerada por força hydraulica que se constituirem para fins de utilidade ou conveniencia publica.

N. 5.647 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para ser despendido na installação, nesta capital, do edificio que serviu de Pavilhão Brasileiro na Exposição de S. Luiz.

N. 5.648 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1905 — Concede autorização á «Singer Sewing Machine Company» para funcionar na Republica.

N. 5.649 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:104\$753 para pagamento a Avenier & Comp. e Corrêa Chaves & Pinto.

N. 5.650 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1905 — Declara sem effeito os decretos ns. 8.463, de 1 de julho de 1881, e 9.678, de 20 de novembro de 1886.

N. 5.651 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 56:000\$ para occorrer, no vigente exercicio, ás despesas com o serviço da uniformização dos typos das apolices.

N. 5.652 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1905 — Concede autorização para funcionar ao Banco de Credito da Lavoura da Bahia e approva os respectivos estatutos.

N. 5.653 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o credito extraordinario de 150:000\$ para occorrer a despesas na Prefeitura do Alto-Juruá.

N. 5.654 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Concede ao Lyceu Cuyabano os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.655 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

N. 5.656 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 5.657 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.658 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes em S. Miguel, no Estado da Bahia.

N. 5.659 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Camamú, no Estado da Bahia.

N. 5.660 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 5.661 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

N. 5.662 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.663 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.664 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Branco, no Estado do Amazonas.

N. 5.665 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.

N. 5.666 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:700\$ para pagamento de subsidios ao ex-deputado Antonio de Amorim Garcia.

N. 5.667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:000\$ para pagamento dos vencimentos do escrivão Antero José Barbosa.

N. 5.668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Concede ao Gymnasio de S. Bento, na capital do Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.669 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia.

N. 5.670 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia.

N. 5.671 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

N. 5.672 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilaparica, no Estado da Bahia.

N. 5.673 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1905 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Carioca*, de propriedade da Empresa de Navegação Norte e Sul.

N. 5.674 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1905 — Concede autorização á «Diamantino-Matto (Grosso Dredging Company)» para funcionar na Republica.

N. 5.675 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$ para aquisição dos predios e terrenos contiguos á Casa da Moeda.

N. 5.676 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:000\$ para occorrer ás despesas extraordinarias com o serviço de lançamento do imposto de industrias e profissões para o exercicio de 1906.

N. 5.677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

N. 5.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Aréia, no Estado da Bahia.

N. 5.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macapá, no Estado do Pará.

N. 5.680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.681 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Altera o § 3º do art. 22 do novo regulamento das loterias, approved pelo decreto n. 5.107, de 9 de janeiro de 1904.

N. 5.682 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito supplementar de 38:516\$662, sendo 13:050\$ á verba — Secretaria do Senado — e 25:466\$662 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 5.684 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova da Rainha, no Estado da Bahia.

N. 5.685 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 5.686 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da Conquista, no Estado da Bahia.

N. 5.687 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia.

N. 5.688 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes em Patrocinio do Coité, no Estado da Bahia.

N. 5.689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Conde, no Estado da Bahia.

N. 5.690 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de setembro de 1905 — Concede a «The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», os favores constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto do corrente anno.

N. 5.691 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exte-

riores o credito extraordinario de 500:000\$, papel, destinado ao custeio das quatro commissões de policia e exploração no Alto-Purus e Alto-Juruá.

N. 5.692 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 500:000\$ para soccorros ao Estado do Rio Grande do Norte.

N. 5.693 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 17:000\$ para pagamento do premio devido á Companhia Cantareira e Vição Fluminense.

N. 5.694 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 105:461\$977 para pagamento a Cunha Paranhos & Comp., em liquidação, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.695 — FAZENDA — Decreto de 25 de setembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:400\$ para pagamento dos vencimentos do sollicitador da Fazenda Nacional perante o Supremo Tribunal Federal.

N. 5.696 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1905 — Approva o plano e organamento para os edificios da Alfandega e Guarda-Moria no porto de Manãos.

N. 5.697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1905 — Autoriza o presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 19:343\$290 para indemnizar os herdeiros do subdito italiano Luiz Sassi.

N. 5.698 — GUERRA — Decreto de 2 de outubro de 1905 — Approva os regulamentos para os institutos militares de ensino.

N. 5.699 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4.000:000\$ para despesas com a organização da Força Policial do Districto Federal.

N. 5.700 — MARINHA — Decreto de 4 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de réis 1.032:581\$162 para ultimar os pagamentos devidos á firma Lage Irmãos pelas obras feitas em diversos navios da Armada.

N. 5.701 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.702 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1905 — Approva a planta do terreno necessario para a construção de uma casa de turma na Estrada de Ferro do Rio Claro.

N. 5.703 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1905 — Approva o projecto geral da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e os estudos definitivos do trecho comprehendido entre as cidades de Ceará-Mirim e do Caicó.

N. 5.704 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.705 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 5 de outubro de 1905 — Manda executar a convenção sanitaria internacional, concluida em 12 de junho de 1904 entre o Brasil e as Republicas Argentina, do Paraguay e Oriental do Uruguay.

N. 5.706 — **FAZENDA** — Decreto de 6 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 51:059\$300 para pagamento aos Drs. Pedro dos Reis Gordilho e Antonio Geraldo Teixeira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.707 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Publica a adhesão da «The German Nitherland's Telegraph Company» á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 5.708 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Concede ao Gymnasio Nossa Senhora do Carmo, na capital do Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.709 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Declara subsistir para a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco a equiparação concedida á Escola de Engenharia do mesmo Estado pelo decreto n. 3.022, de 3 de outubro de 1898.

N. 5.710 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Remanso, no Estado da Bahia.

N. 5.711 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia.

N. 5.712 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.

N. 5.713 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Amaragy, no Estado de Pernambuco.

N. 5.714 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.

N. 5.715 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de outubro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itú, no Estado de São Paulo.

N. 5.716 — Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.717 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Gloria*, de propriedade de Joaquim Garcia.

N. 5.718 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 110:000\$ para pagamento das gratificações de 20 % aos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, com 20 annos de effectivo serviço na Repartição, referentes ao exercicio de 1904.

N. 5.719 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Approva, com alterações, os estudos definitivos dos primeiros 100 kilometros da Estrada de Ferro de Bahurú a Cuyabá.

N. 5.720 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Approva os estudos definitivos do trecho entre Jaguarihyva e S. Pedro de Itararé, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 5.721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio S. Francisco, no Estado da Bahia.

N. 5.722 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 7:160\$ para pagamento de vencimentos devidos ao porteiro-archivista da extincta Repartição de Terras do Rio Grande do Sul, Manoel Henrique da Silva Fróes.

N. 5.723 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 11:919\$900 para indemnizar a Santa Casa de Misericordia desta capital das despesas feitas com o enterramento de funcionarios do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, contribuintes do montepio.

N. 5.724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

N. 5.725 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 5.726 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Azeia, no Estado da Bahia.

N. 5.727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Ribeira, no Estado da Bahia.

N. 5.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.

N. 5.729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Ribeira, no Estado da Bahia.

N. 5.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1905 — Manda adoptar provisoriamente no

Distrito Federal o regimento de custas de 2 de setembro de 1874, na parte relativa aos juizes de primeira instancia.

N. 5.731 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de outubro de 1905 — Autoriza a «The Leopoldina Railway Company, Limited», a estabelecer a ligação das estradas de ferro do Carangola e Macahé e Campos.

N. 5.732 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Igarapé-Miry, no Estado do Pará.

N. 5.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no município de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

N. 5.734 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.735 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 5.736 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1905 — Concede autorização a «The Neuchatel Asphate Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.737 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de outubro de 1905 — Publica a adhesão da «East European Telegraph Company of Cologne» á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 5.738 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 5.740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1905 — Crea duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Turvo, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.741 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 150:000\$ para occorrer ás despesas com o alistamento de eleitores na Republica.

N. 5.742 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1905 — Concede ao Gymnasio Paranaense os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.743 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1905 — Approva os planos e organamentos de uma nova torre metallica para servir de suporte á bomba de alimentação do tanque destinado á extingção de incendio no porto de Manãos.

N. 5.744 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1905 — Approva os planos e organamentos dos alpendres construidos em frente aos armazens numeros 1 a 10, no porto de Manãos.

N. 5.745 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1905 — Approva os planos e organamentos de varias obras executadas no porto de Manãos, na importancia de 277:528\$648.

N. 5.746 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1905 — Concede autorização á sociedade anonyma Moimho Santista para se organizar.

N. 5.747 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1905 — Concede autorização á Companhia Commercio e Navegação para se organizar.

N. 5.748 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 7:535\$, ouro, para occorrer ás despesas necessarias ao Consulado em Villa Bella, creado pelo decreto legislativo n. 1.404, desta data.

N. 5.749 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 40:000\$, supplementar á verba 6ª do art. 5º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.750 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 51:129\$018, supplementar á rubrica 28ª do art. 2º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.751 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.

N. 5.752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Muaná, no Estado do Pará.

N. 5.753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

N. 5.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

N. 5.755 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$ para os estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 5.756 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 7 de novembro de 1905 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Idalina* e *Isabel*, de propriedade da Empresa de Vapores *Idalina*.

N. 5.757 — **FAZENDA** — Decreto de 11 de novembro de 1905 — Approva a modificação feita no art. 36 dos estatutos da Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos Brasil.

N. 5.758 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaberaba, no Estado da Bahia.

N. 5.759 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 5.760 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.761 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhambupe, no Estado da Bahia.

N. 5.762 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.763 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 8:000\$, papel, para pagamento da ajuda de custo a que tem direito o Dr. Ernesto do Nascimento Silva, lente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

N. 5.764 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 5.765 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.766 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 14 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 120:000\$ para ser applicado ás despesas com a conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, entre Inhanduhy e Cacequy.

N. 5.767 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 17 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores

o credito de 400:000\$, papel, para occorrer ás despesas da commissão brasileira de demarcação da fronteira do Brasil com a Bolivia, de que trata o art. IV do tratado firmado em Petropolis em 17 de novembro de 1903 e mandado executar pelo decreto n. 5.161, de 10 de março de 1904.

N. 5.768 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 5.769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

N. 5.770 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.

N. 5.771 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de novembro de 1905 — Concede ao Atheneu Norte Rio Grandense os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.772 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1905 — Concede autorização á «Société Suerière de Rio Branco» para funcionar na Republica.

N. 5.773 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1905 — Approva a nova tarifa para bilhetes de passagens em trens de excursão entre Rio Grande e Piratiny, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 5.774 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de novembro de 1905 — Altera varias tarifas em vigor na linha da Costa do Mar, ramal do Rio Grande a Bagé, e estabelece bilhetes de ida e volta durante a estação balnearia nas linhas de Porto Alegre a Uruguayana e Santa Maria a Passo Fundo, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 5.775 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 100:000\$, supplementar á verba 23ª do art. 6º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.776 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1905 — Crea um entreposto publico em Santo Antonio do Rio Madeira.

N. 5.777 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 330:000\$ afim de que seja dada baixa na responsabilidade do pagador do Thesouro Federal, Frederico Julio da Silva Tranqueira.

N. 5.778 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 30:000\$ para as despesas com a commissão brasileira no Congresso Internacional de Tuberculose, em Paris.

N. 5.779 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camamu, no Estado da Bahia.

N. 5.780 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1905 — Concede autorização a «The Pará Electric Railways and Lighting Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 5.781 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 74:490\$ para pagamento a Braconnot & Irmãos pela installação provisoria para illuminação electrica em varios pontos desta capital.

N. 5.782 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1905 — Approva as plantas e orçamentos para o estabelecimento de balanças em diversas estações da linha de viação ferrea arrendada á «Great Western of Brazil Railway Company».

N. 5.783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — Declara de utilidade publica as desapropriações do terreno da rua General Caldwell n. 190 e do predio e respectivo terreno da rua Frei Caneca n. 122.

N. 5.784 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Corrente, no Estado do Piahy.

N. 5.785 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.786 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Pirassununga, no Estado de S. Paulo.

N. 5.787 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itú, no Estado de S. Paulo.

N. 5.788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1905 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

N. 5.789 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1905 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cervejaria Braham.

N. 5.790 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 4:190\$554 para occorrer ao pagamento dos vencimentos do segundo official addido da Repartição Geral de Estatistica. Dr. José Bonifácio Burlamaqui Moura.

N. 5.791 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1905 — Approva as plantas e orça-

mentos do segundo trecho de caes de alvenaria, do prolongamento da plataforma de madeira e do armazem n. 0, no porto de Manáos.

N. 5.792 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 21:010\$ para occorrer ao pagamento dos salarios que competem aos operarios da Casa da Moeda.

N. 5.793 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 975\$ para pagamento dos subsidios devidos ao ex-deputado Augusto de Oliveira Pinto.

N. 5.794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curralinho, no Estado da Bahia.

N. 5.795 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na capital do Estado de Pernambuco.

N. 5.796 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 5.797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Cimbres, no Estado de Pernambuco.

N. 5.798 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Altera a tabella das commissões devidas aos corretores de mercadorias e de navios da praça commercial do Rio de Janeiro.

N. 5.799 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2.600:000\$ para a construcção do edificio destinado á Bibliotheca Nacional.

N. 5.800 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 666\$666 para occorrer ao pagamento de gratificação de exercicio que compete ao mestre da extincta officina de alfaiates do Arsenal de Guerra do Estado de Matto-Grosso, addido ao mesmo Arsenal, Luiz Cassiano Paes de Carvalho.

N. 5.801 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 620:028\$150, supplementar ao art. 9º, § 9º, da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.802 — GUERRA — Decreto de 13 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 217:946\$600, supplementar ao art. 9º, § 15, da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.803 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 52:664\$073, ouro, e 712:572\$100, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 5.804 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$ para occorrer ao pagamento do auxilio ao Estado da Parahyba.

N. 5.805 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 5.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1905, o credito supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 461:100\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 5.807 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para ser applicado aos trabalhos do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Maior, no Estado do Piauly.

N. 5.809 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 5.810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

N. 5.811 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Serro Azul, no Estado do Paraná.

N. 5.812 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palmeiras, no Estado do Paraná.

N. 5.813 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.814 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 40:000\$, supplementar á sub-consignação «Transporte de imigrantes estrangeiros ou nacionaes, por mar e por terra», da verba 6ª do art. 13 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.815 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1:825\$ para pa-

gamento da diaria que é devida ao conductor geral de encanamentos da Inspeção Geral de Obras Publicas, no exercicio de 1904.

N. 5.816 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para ser applicado á propaganda dos productos agricolas, pastoris e mineraes que interessam ao Brasil.

N. 5.817 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer ás despesas com as obras do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, no trecho de Taubaté a S. Paulo.

N. 5.818 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Transfere á Companhia Commercio e Navegação as vantagens e regalias de paquete de que gosam os vapores *Nictheroy*, *Amazonas*, *Tupy*, *Assu*, *União*, *Canoé*, *Aracaty*, *Maroim*, *Idalina*, *Isabel* e *S. Luiz*, que pertenciam á Empresa de Sal e Navegação, Empresa de Navegação Salina, Empresa de Vapores Idalina e Empresa Maritima Brasileira e que passam a ter outra denominação.

N. 5.819 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Approva os estudos e orçamento para a construcção dos primeiros 25 kilometros de linha a partir de Neustadt, á margem do Taquary, na Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 5.820 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Approva as plantas e orçamentos dos typos de obras de arte correntes que terão de ser construidas na Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 5.821 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1905 — Approva a planta e orçamento para construcção de quatro desvios entre as estações de Cacequy e Rio Grande, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 5.822 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1905 — Concede ao Collegio Diocesano de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gynnasio Nacional.

N. 5.823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

N. 5.824 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 13:864\$516 para pagamento de vencimentos que competem ao juiz de direito, em disponibilidade, bacharel Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa.

N. 5.825 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1905 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 34:708\$568 para pagamento devido ao Dr. Augusto Freire da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.825 A — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1905 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

N. 5.826 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.756:167\$656, supplemmentar ao art. 9º, n. 10, da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.827 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 305:345\$716, supplemmentar ás verbas 15ª, 26ª e 27ª do art. 6º da lei numero 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.828 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1906 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Gonçalves Dias*, *Castro Alves* e *Fagundes Varella*, de propriedade da Empresa Brasileira de Navegação Freitas.

N. 5.829 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:987\$500 para pagamento de vencimentos devidos ao Dr. Eugenio Manoel de Toledo.

N. 5.830 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:612\$ para pagamento de ajuda de custo ao bacharel José Moreira Alves da Silva.

N. 5.831 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Approva o plano das obras para a construeção do novo quartel do regimento de cavallaria da Força Policial do Districto Federal.

N. 5.832 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Concede ao Gymnasio Pelotense, no Estado do Rio Grande do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 5.833 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria, uma de artilharia e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jeazeiro, no Estado da Bahia.

N. 5.834 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas.

N. 5.835 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.836 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

N. 5.837 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Approva a planta e orça-

mento para a construcção de uma estação na Penha, linha de Natal a Independencia, da rede de viação ferrea arrendada pela « Great Western of Brazil Railway Company ».

N. 5.838 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Approva as plantas e terrenos a desapropriar necessarios á primeira secção do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, além da cidade de Curvello.

N. 5.839 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1906 — Concede autorização á « Cabacal Gold Dredging and Exploration Company » para funcionar na Republica.

N. 5.840 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 248:524\$900 para occorrer á liquidacão do debito da União para com o Estado do Rio de Janeiro.

N. 5.841 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Curitybanos, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.842 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curitybanos, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.844 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabapoana, no Estado do Espirito Santo.

N. 5.845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.

N. 5.846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santos, no Estado de São Paulo.

N. 5.847 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.

N. 5.848 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Limoeiro, no Estado de Pernambuco.

N. 5.849 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea dous postos fiscaes no territorio do Amapá.

N. 5.850 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:100\$415,

ouro, complementar ao n. 31 do art. 19 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.851 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 130:000\$, complementar á rubrica 12^a do art. 19 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.852 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:496\$994 para indemnizar o Cofre de Ophãos de igual quantia fraudulentamente retirada dos cofres da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado da Bahia.

N. 5.853 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1906 — Crea um posto fiscal na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 5.854 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1906 — Approva as plantas e orçamentos da despesa com a construcção de dous trechos do caes fluctuante e da ponte tambem fluctuante, no porto de Manãos, no valor de 899:112\$239 para o caes e de 656:827\$651 para a ponte.

N. 5.855 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1906 — Concede autorização á «Brumado Gold Dredging and Exploration» para funcionar na Republica.

N. 5.856 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1906 — Approva as plantas e perfis que modificam o local destinado a uma estação na cidade de Pesqueira, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 5.857 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Arêa, no Estado da Bahia.

N. 5.858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 5.859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

N. 5.860 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.

N. 5.861 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Remanso, no Estado da Bahia.

N. 5.862 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nioac, no Estado de Matto Grosso.

N. 5.863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 17:344\$894 para occorrer ao pagamento de vencimentos dos empregados de que trata o decreto legislativo n. 1.466, de 8 de janeiro, corrente.

N. 5.864 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1906 — Concede autorização á Companhia Privilegiada Este Matto Grosso para funcionar na Republica.

N. 5.865 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1906 — Concede autorização á « Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil » para continuar a funcionar na Republica.

N. 5.866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 5.867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 5.868 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

N. 5.869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Irajá, no Estado da Bahia.

N. 5.870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da Parnahyba, no Estado do Piahy.

N. 5.871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Nioac, no Estado de Matto Grosso.

N. 5.872 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1906 — Crea dous logares de escripturarios da Delegacia do Thesouro em Londres.

N. 5.873 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$. afim de ser escripturada, em despesa, igual quantia que o Estado do Rio Grande do Norte foi relevado de restituir ao Thesouro Federal.

N. 5.874 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1906 — Dá regulamento para a fiscalização e cobrança do imposto de transporte.

N. 5.875 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1906 — Corrige as alterações e omissões com que foi publicada a lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 5.876 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de janeiro de 1906 — Concede autorização á « Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens » para continuar a funcionar na Republica.

N. 5.877 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 3 de fevereiro de 1906 — Manda executar o convenio para a protecção da propriedade de marcas de fabrica e de commercio, celebrado entre o Brasil e a Republica Argentina em 30 de outubro de 1901.

N. 5.878 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 84:755\$170 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.879 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:980\$341 para occorrer ao pagamento de differença de vencimentos de inactividade devida a João Estanislau Pereira de Andrade.

N. 5.880 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:464\$664 para pagamento ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.881 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de fevereiro de 1906 — Reduz a \$200 a taxa sobre o assucar de qualquer qualidade, quando originario de paizes que não premiarem a sua producção ou exportação.

N. 5.882 — **MARINHA** — Decreto de 6 de fevereiro de 1906 — Dá providencias para execução da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906.

N. 5.883 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de fevereiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.884 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de fevereiro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Campo Maior, no Estado do Piahy.

N. 5.885 — **GUERRA** — Decreto de 6 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 236:000\$, destinado a despesas com a acquisição do edificio apropriado á installação do Hospital Militar de Porto Alegre.

N. 5.886 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:421\$472 para pagamento a Procopio José Lorena da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.887 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:421\$472 para pagamento á D. Theresa Barbosa dos Santos em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.888 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:875\$996 para pagamento a Pedro Lobão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.889 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 87:848\$050 para pagamento ao barão de Loreto, Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.890 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1906 — Dá novo regulamento para a arrecadação e fiscalização dos impostos de consumo.

N. 5.891 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de fevereiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.

N. 5.892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de fevereiro de 1906 — Approva o novo plano de uniformes para a Guarda Nacional da União.

N. 5.893 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para manutenção do Dr. Garfield Augusto Perry de Almeida.

N. 5.894 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 300:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1906.

N. 5.895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 20:000\$ para occorrer ás despesas com a conservação das obras executadas na lagôa Rodrigo de Freitas.

N. 5.896 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1906 — Concede á Empresa Brasileira de Navegação Freitas, com séde nesta capital, os favores de que tem gosado a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação entre os portos da Republica.

N. 5.897 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de fevereiro de 1906 — Concede á Companhia Commercio e Navegação, com séde nesta capital, os favores de que tem gosado a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 5.898 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 56:529\$140 para pagamento aos herdeiros do Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.899 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Conquista, no Estado da Bahia.

N. 5.900 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bomfim, no Estado de Goyaz.

N. 5.901 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guanhães, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.902 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 300:000\$ para occorrer ás despesas com o serviço eleitoral a cargo da União.

N. 5.903 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1906 — Concede a M. Buarque & Comp. autorização para reorganizarem os serviços de navegação que estavam a cargo da Companhia Novo Lloyd Brasileiro.

N. 5.904 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de fevereiro de 1906 — Crea uma medalha como recompensa de bons serviços prestados á ordem, segurança e tranquillidade publicas pelos officiaes e praças da Força Policial do Districto Federal.

N. 5.905 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de fevereiro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curralinho, no Estado da Bahia.

N. 5.906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de fevereiro de 1906 — Declara de utilidade publica a desapropriação do predio e respectivo terreno da rua Frei Caneca n. 116.

N. 5.907 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 42:000\$, complementar á verba 9ª — Recebedoria do Districto Federal, — do exercicio de 1905.

N. 5.908 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 68:544\$764 para pagamento a Francisco Ferreira da Rosa e D. Adelia Duarte de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.909 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:000\$, complementar á verba 9ª — Recebedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1905.

N. 5.910 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 400:000\$, complementar á verba — Socorros publicos, — do exercicio de 1906.

N. 5.911 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:000\$ para representação do Brasil no 15º Congresso Internacional de Medicina de Lisboa.

N. 5.912 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de março de 1906 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 200:000\$, papel, para occorrer ás despesas relativas ao tribunal arbitral estabelecido pela convenção de arbitramento concluida em 12 de julho de 1904 entre os governos do Brasil e do Perú.

N. 5.913 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1906 — Transfere o contracto de arrendamento da Estrada de Ferro de Baturité para a razão social Novis & Porto.

N. 5.914 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 180:000\$ para o proseguimento dos estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 5.915 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1906 — Transfere ao Estado da Bahia a concessão a que se referem os decretos ns. 9.964, de 6 de junho de 1888; 3.015, de 26 de setembro de 1898, e 5.212, de 10 de maio de 1904, e decreto legislativo n. 118, de 5 de novembro de 1892.

N. 5.916 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para os estudos e mais trabalhos concernentes á exploração de minas de carvão de pedra nos Estados e suas applicações aos serviços federaes.

N. 5.917 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 585:000\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos dos telegraphistas da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 5.918 — GUERRA — Decreto de 7 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.559:961\$640, supplementar ao art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, e providencia sobre a sua applicação.

N. 5.919 — MARINHA — Decreto de 7 de março de 1905 — Expede novas instrucções concernentes ás luzes e signaes das embarcações de praticagem e das de pesca, de conformidade com o que foi proposto pelo governo de S. M. Britannica.

N. 5.920 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:000\$, supplementar á verba — Aposentados, — do exercicio de 1905.

N. 5.921 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 60:000\$ para occorrer, no vigente exercicio, ao pagamento das despesas com o serviço de uniformização dos tipos das apolices.

N. 5.922 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda um credito de 2.185:690\$460 para liquidação do debito da fazenda federal para com a Companhia Metropolitana, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.923 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3.263:615\$579 para liquidação do debito da fazenda federal para com M. Baumann, Honold & Comp. e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.924 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 609:024\$329, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1905.

N. 5.925 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1906 — Declara de utilidade publica as desapropriações dos predios e respectivos terrenos das ruas Areal ns. 42, 44, 46, 48, 50, 52, 58 e 62, Frei Caneca ns. 102, 104, 106 e 120 e S. Clemente n. 211.

N. 5.926 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.

N. 5.927 — GUERRA — Decreto de 14 de março de 1906 — Approva a tabella de distribuição de fardamento ás praças do Asylo de Invalidos da Patria.

N. 5.928 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$ para pagamento ao engenheiro da 1ª secção da Fazenda Nacional de Santa Cruz, Fernando Pereira da Silva Continentino.

N. 5.929 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 81:690\$ para as despesas de pessoal e material, no corrente exercicio, dos postos fiscaes mixtos do Breu e Catay, no Alto-Juruá e Alto-Purús.

N. 5.930 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:171\$667 para occorrer á restituição do capital pertencente ao orphão Oscar Silvino da Fonseca.

N. 5.931 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1906 — Eleva a percentagem para pagamento das quotas dos empregados da Alfandega de Santos, Estado de S. Paulo.

N. 5.932 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1906 — Declara sem effeito os decretos ns. 9.461, de 11 de julho de 1885; 10.437, de 9 de novembro de 1889, e 308, de 9 de abril de 1890.

N. 5.933 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1906 — Approva a planta e orçamento de uma instalação destinada ao embarque de gado em pé na estação de Val da Serra, na linha de Santa Maria a Passo Fundo, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 5.934 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1906 — Altera a clausula IV do decreto n. 5.081, de 22 de dezembro de 1903, para elevar ao dobro o serviço de construção do caes e de dragagem no porto do Maranhão.

N. 5.935 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1906 — Approva as plantas para a construção de novas estações e outras obras na Estrada de Ferro do Norte.

N. 5.936 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de março de 1906 — Concede á Empresa de Navegação do Rio de Janeiro, com séde nesta capital, os favores de que tem gosado a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 5.937 — MARINHA — Decreto de 21 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 4:750\$ para pagamento de um oculista para o Hospital de Marinha.

N. 5.938 — GUERRA — Decreto de 21 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de réis 774:444\$747, supplementar á verba 15ª — Material, — n. 32, «Transporte de tropa, etc.», do art. 9º da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.939 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 183\$844 para occorrer ao pagamento devido a Manoel Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.940 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 802\$286 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Ramiro Pereira de Abreu, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.941 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:855\$346 para pagamento a Frederico Lopes Branco, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.942 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1903 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 60:000\$, supplementar á verba 18ª — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1905.

N. 5.943 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:244\$860 para pagamento a Carl Hoepeck & Comp. e Ernest Vahl & Sallentren, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.944 — MARINHA — Decreto de 24 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 677:700\$ para aquisição do predio em que funcção o Club Naval.

N. 5.945 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de março de 1906 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.

N. 5.946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de março de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

N. 5.947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 75:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1906.

N. 5.948 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 25:000\$ para auxiliar a publicação, em lingua estrangeira, do livro *O Brasil Actual*.

N. 5.949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1906 — Reconhece, sob a denominação de Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, a antiga Compa-

nhia Estrada de Ferro Alto-Tocantins, para os fins do respectivo contracto.

N. 5.950 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 38:607\$629, supplemmentar á verba 8ª do art. 13 da lei n. 1.316, de 31 de dezembro de 1904.

N. 5.951 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1906 — Transfere á Companhia do Porto da Victoria, mediante condições, o contracto celebrado para a construcção das obras de melhoramento do referido porto.

N. 5.952 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.890:000\$, supplemmentar á verba 26ª — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro.

N. 5.953 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Gloria de Goitá, no Estado de Pernambuco.

N. 5.954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alegre, no Estado de Minas Geraes.

N. 5.955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 5.956 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1906 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento de um trecho complementar da linha destinada a ligar as estradas de ferro de Porto Alegre a Nova Cruz e Porto Alegre a Uruguayana.

N. 5.957 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1906 — Concede autorização á «Bahia Gas and Electric Company» para funcionar na Republica.

N. 5.958 — FAZENDA — Decreto de 6 de abril de 1906 — Concede autorização ao Banco Alliança, da cidade do Porto. Reino de Portugal, para abrir uma agencia na cidade do Rio de Janeiro.

N. 5.959 — FAZENDA — Decreto de 6 de abril de 1906 — Proroga o praso da concessão feita á sociedade anonyma «Banque Belge de Prêts Fonciers» e approva a modificação feita nos seus estatutos.

N. 5.960 — FAZENDA — Decreto de 6 de abril de 1906 — Declara sem effeito os decretos ns. 3.154, de 18 de setembro 1863, e 1.901, de 21 de outubro de 1892.

N. 5.961 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da Victoria, no Estado de Pernambuco.

N. 5.962 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 5.963 — FAZENDA — Decreto de 14 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:000\$ para o pagamento devido aos herdeiros do ex-thesoureiro da extincta Thesouraria em Minas Geraes, Agostinho José Cabral.

N. 5.964 — FAZENDA — Decreto de 14 de abril de 1906 — Approva a modificação feita nos estatutos da Companhia Geral de Seguros e altera o art. 6º dos mesmos estatutos.

N. 5.965 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1906 — Manda executar o tratado de arbitramento concluido entre o Brasil e o Chile em 18 de maio de 1898.

N. 5.966 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 150:000\$, papel, para pagamento das despesas relativas ao tribunal arbitral estabelecido pelo art. II do tratado firmado em Petropolis em 17 de novembro de 1903 e mandado executar pelo decreto n. 5.461, de 10 de março de 1904.

N. 5.967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Posse, no Estado de Goyaz.

N. 5.968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado da Bahia.

N. 5.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de de guardas nacionaes no departamento do Alto-Juruá, no territorio do Acre.

N. 5.970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes no departamento do Alto-Juruá, no territorio do Acre.

N. 5.971 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

N. 5.972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Pacatuba, no Estado do Ceará.

N. 5.973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Transfere a sede da 2ª brigada de artilharia da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo para a comarca de Santos, no mesmo Estado.

N. 5.974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:000\$ para representação do Brasil no 4º Congresso Internacional de Assistencia Publica e Privada, em Milão.

N. 5.975 — MARINHA — Decreto de 18 de abril de 1906 — Crea as escolas profissionais de artilharia, de foguistas e de timoneiros, sondadores e signaleiros, e manda executar os respectivos regulamentos.

N. 5.976 — MARINHA — Decreto de 18 de abril de 1906 — Reorganiza a Escola de Torpedos.

N. 5.977 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Approva as clausulas para o contracto referente ao arrendamento da Estrada de Ferro Dona Theresa Christina e a construcção das obras de melhoramentos do porto de Massiambú, no Estado de Santa Catharina.

N. 5.978 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Concede ao engenheiro Percival Farquhar autorização para executar as obras de melhoramento do porto de Belém, no Estado do Pará.

N. 5.979 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Approva as clausulas para o contracto das obras de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul e das do porto da cidade do Rio Grande.

N. 5.980 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Declara, sem effeito a concorrência publica para as obras de melhoramento do porto do Recife, no Estado de Pernambuco.

N. 5.981 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Marca novo prazo para a apresentação de estudos da estrada de ferro electrica da Capital Federal á cidade de Petropolis e altera as clausulas I, IV, XIX, XI e XLI do respectivo contracto.

N. 5.982 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para occorrer ás despesas com a conclusão das obras de elevação da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre S. Diogo e S. Christovão.

N. 5.983 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1906 — Concede autorização á «Société Agricole au Brésil» para funcionar na Republica.

N. 5.984 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1906 — Supprime o consulado de La Plata.

N. 5.985 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 5.986 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1906.

N. 5.987 — FAZENDA — Decreto de 23 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:693\$021 para pagamento ao primeiro tenente da Armada Horacio Nelson de Paula Barros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 5.988 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1906 — Approva a planta e o orçamento relativos á construcção de um desvio e estabelecimento de um girador na estação de Tupaceretani, da linha ferrea de Santa Maria a Passo Fundo.

N. 5.989 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1906 — Concede autorização á «Brazilianische Deutsche Handelsgellschaft, Actiengesellschaft» para funcionar na Republica.

N. 5.990 — FAZENDA — Decreto de 28 de abril de 1906 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Mercurio.

N. 5.991 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para premio de viagem ao Dr. Aloysio de Castro.

N. 5.992 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ituassú, no Estado da Bahia.

N. 5.993 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 5.994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Remanso, no Estado da Bahia.

N. 5.995 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Condeúba, no Estado da Bahia.

N. 5.996 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Santo Amaro, no Estado da Bahia.

N. 5.997 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia.

N. 5.998 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.

N. 5.999 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Maragöipe, no Estado da Bahia.

N. 6.000 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado da Bahia.

N. 6.001 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeiro, no Estado da Bahia.

N. 6.002 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carinhanha, no Estado da Bahia.

N. 6.003 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1906 — Classifica em tres classes as escolas de aprendizes marinheiros; e separa os respectivos commandos das capitancias de portos.

N. 6.004 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1906 — Classifica as capitancias dos portos da Republica em tres ordens.

N. 6.005 — MARINHA — Decreto de 2 de maio de 1906 — Manda observar nas capitancias de portos, menos na do Pará, as disposições do regulamento da Escola Naval quanto aos exames de quarto machinista da marinha mercante e revoga os arts. 432 a 439 do decreto n. 3.929, de 20 de fevereiro de 1901.

N. 6.006 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1906 — Approva, mediante condições, os estudos definitivos e orçamento da segunda secção da Estrada de Ferro de Baururú a Cuyabá.

N. 6.007 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1906 — Concede autorização á companhia «Palmeiras. Limited», para funcíonar na Republica.

N. 6.008 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para ser applicado ás obras de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo.

N. 6.009 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para ser applicado ás obras de prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.010 — FAZENDA — Decreto de 5 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 41:432\$762 para pagamento a Virgilio dos Reis Araujo Góes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.011 — FAZENDA — Decreto de 5 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 38:919\$315 para occorrer ao pagamento devido a Manoel de Assumpção e Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.012 — FAZENDA — Decreto de 5 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 28:453\$466 para occorrer ao pagamento devido a Francisco Rodrigues Pereira e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.013 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Approva o plano das obras para

construção dos edificios destinados a quarteis da Força Policial do Districto Federal nos bairros de Andarahy e Botafogo.

N. 6.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Limoeiro, no Estado das Alagoas.

N. 6.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Timbauba, no Estado de Pernambuco.

N. 6.016 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Quipapá, no Estado de Pernambuco.

N. 6.017 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 6.018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Campestre, no Estado da Bahia.

N. 6.019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 6.020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

N. 6.021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Conselho, no Estado da Bahia.

N. 6.022 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:546\$58 para occorrer ao pagamento devido a João Lourenço de Azevedo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.023 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 45:742\$24 para occorrer ao pagamento devido a Joaquim Antonio Lopes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1906 — Crea mais duas brigadas de cavallaria e duas de artilharia de guardas nacionaes no departamento do Alto-Acre, no territorio do Acre.

N. 6.025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.026 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.027 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no departamento do Alto-Acre, no territorio do Acre.

N. 6.028 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes no departamento do Alto Acre, no territorio do Acre.

N. 6.029 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas o credito de 24:000\$ para ser applicado ao pagamento das gratificações arbitradas aos engenheiros que foram incumbidos do recebimento e entrega das estradas de ferro encampadas e depois arrendadas.

N. 6.030 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1906 — Concede autorização á «Manãos Improvements, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.031 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alto-Longá, no Estado do Piahy.

N. 6.032 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 6.033 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

N. 6.034 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova da Rainha, no Estado da Bahia.

N. 6.035 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1906 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Públicos.

N. 6.036 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1906 — Publica a adhesão da Colonia de Erythrée ao accôrdo de Washington, de 15 de junho de 1897, relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado.

N. 6.037 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Urubú, no Estado da Bahia.

N. 6.038 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 22 de maio de 1906 — Concede autorização á sociedade anonyma Moinho Santista para reformar os seus estatutos.

N. 6.039 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de maio de 1906 — Approva os estudos definitivos e mais planos para a ligação das estradas de ferro de Carangola e Macahé e Campos.

N. 6.040 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de maio de 1906 — Autoriza a transferencia das concessões referentes á Estrada de Ferro de Corcovado á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited».

N. 6.041 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Paraná.

N. 6.042 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1906 — Altera o art. 4.^o do regulamento da Guarda Civil, approved pelo decreto n. 4.762, de 6 de fevereiro de 1903.

N. 6.043 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1906 — Crea uma medalha de merito para os officiaes e praças do Corpo de Bombeiros da Capital Federal.

N. 6.044 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1906 — Declara de utilidade publica as desapropriações do predio e respectivo terreno da rua Evaristo da Veiga n. 50 e as faixas dos terrenos aos fundos dos predios ns. 31, 33, 35 e 37 da rua Senador Dantas e do morro de Santo Antonio, ao norte do quartel da Força Policial do Districto Federal.

N. 6.045 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1906 — Crea uma medalha para recompensar os serviços prestados pelos officiaes, inferiores e praças da Guarda Nacional da União.

N. 6.046 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de maio de 1906 — Dá novo regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

N. 6.047 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:201\$419 para occorrer ao pagamento devido a Antonio José da Costa e Souza, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João do Piauí, no Estado do Piauí.

N. 6.049 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Belém, no Estado do Piauí.

N. 6.050 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacobina, no Estado da Bahia.

N. 6.051 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Araguary, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.052 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1906 — Approva o plano das obras para a construção do edificio destinado ao quartel da Força Policial do Districto Federal, na estação do Meyer.

N. 6.053 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1906 — Transfere ao governo do Estado da Bahia o direito de resgatar o trecho de concessão federal da «Tram-road de Nazareth», de Santo Antonio de Jesus á cidade de Amargosa.

N. 6.054 — FAZENDA — Decreto de 30 de maio de 1906 — Concede á Companhia Paulista de Seguros Maritimos e Terrestres autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos.

N. 6.055 — GUERRA — Decreto de 30 de maio de 1906 — Approva a tabella de continencias e honras funebres que se deverão observar no Exército.

N. 6.056 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1906 — Approva a modificação feita no art. 45 dos estatutos da Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos Brasil.

N. 6.057 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano, no Estado do Piahy.

N. 6.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Ingazeira, no Estado de Pernambuco.

N. 6.059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio do Rio Formoso, no Estado de Pernambuco.

N. 6.060 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabapoana, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.061 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bebedouro, no Estado de S. Paulo.

N. 6.062 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1906 — Concede ao Collegio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, em Uberaba, Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.063 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de junho de 1906 — Concede autorização á «Diamond King Mining Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.064 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 42.507\$500 para occorrer ao pagamento devido a Franklin Barbosa de Andrade, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.065 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1906 — Approva a alteração feita no art. 21 dos estatutos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

N. 6.066 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:158\$861 para pagamento ao Dr. Evaristo Nunes Pires, de etapas que lhe competem, referentes aos exercicios de 1898 a 1901.

N. 6.067 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1906 — Concede autorização á «Pittsburgh Brazilianische Dredging Company» para funcionar na Republica.

N. 6.068 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.069 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1906 — Altera a disposição do § 1º do art. 432 do regulamento vigente da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 6.070 — MARINHA — Decreto de 13 de junho de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 12:000\$ para attender ao pagamento de operarios contractados para lidar com pharóes.

N. 6.071 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1906 — Modifica o plano de uniformes da Força Policial do Districto Federal, adoptado pelo decreto n. 3.835, de 24 de novembro de 1900.

N. 6.072 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de junho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palmas, no Estado de Goyaz.

N. 6.073 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1906 — Approva os estudos e organamento para a construcção das obras da linha de S. João de Montenegro a Caxias, da Rêde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 6.074 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 90:000\$ para ser applicado na propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 6.075 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.076 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para ser applicado aos trabalhos de alargamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo.

N. 6.077 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 3:927\$509 para occorrer ao pagamento devido a D. Leopoldina Carolina Camisão de Albuquerque Figueiredo da differença de meio soldo a que tem direito.

N. 6.078 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1906 — Crea uma brigada de artilharia e mais

tres de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Juiz de Fóra, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.079 — FAZENDA — Decreto de 30 de junho de 1906 — Concede redução nos direitos de importação de alguns artigos de procedencia norte-americana.

N. 6.080 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de julho de 1906 — Proroga por mais cinco annos o praso para a conclusão das obras de que é concessionaria a Companhia Docas de Santos.

N. 6.081 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 133:740\$517, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1906.

N. 6.082 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Belmonte, no Estado da Bahia.

N. 6.083 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.084 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 11:100\$178, destinado ao pagamento das gratificações que deixaram de receber os amanuenses e praticantes da Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro que exercem o lugar de fiel nas succursaes.

N. 6.085 — GUERRA — Decreto de 11 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 82:305\$930, por conta do decreto legislativo n. 1.390, de 4 de outubro de 1905.

N. 6.086 — FAZENDA — Decreto de 11 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 22:300\$ para transferencia e installação de diversas repartições da Marinha no edificio que pertenceu ao Club Naval.

N. 6.087 — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 221:039\$460 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Lloyd Brasileiro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.088 — FAZENDA — Decreto de 13 de julho de 1906 — Concede autorização ao Banco Alliança, da cidade do Porto, Reino de Portugal, para estabelecer uma filial na cidade do Rio de Janeiro.

N. 6.089 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de julho de 1906 — Crea um consulado em Carthagena, na Colombia.

N. 6.090 — FAZENDA — Decreto de 21 de julho de 1906 — Crea um posto fiscal no rio Uçá, nas proximidades de Colubé.

N. 6.090 A — MARINHA — Decreto de 23 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos de £ 1.685.280 e £ 19.590 para as despesas, no corrente exercicio, com a con-

instrução de tres couraçados, passagens, aquisição de material, remuneração da comissão fiscalizadora e outros serviços.

N. 6.091 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 16:000\$ para occorrer ao pagamento das gratificações arbitradas aos engenheiros incumbidos do recebimento e entrega das estradas de ferro encampadas e depois arrendadas.

N. 6.092 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1906 — Concede ao Instituto de Sciencias e Letras, na capital do Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.093 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Matheus, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.094 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

N. 6.095 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 153:000\$, supplementar ao n. 9 do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.096 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 6.097 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1906 — Concede ao Gymnasio de S. Bento do Rio de Janeiro os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.098 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1906 — Declara sem effeito o art. 254 das instruções regulamentares em vigor na «Leopoldina Railway Company, Limited».

N. 6.099 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1906 — Declara de nenhum effeito os decretos ns. 3.830 e 4.978, de 19 de novembro de 1900 e 22 de setembro de 1903.

N. 6.100 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1906 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Manufactora de Conservas Alimenticias.

N. 6.101 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para auxiliar o trabalho de civilização dos indios por meio de subvengões e fornecimento de material.

N. 6.102 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1906 — Approva as alterações feitas nas tarifas da Estrada de Ferro de Quararim a Itaquí.

N. 6.103 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1906 — Autoriza o contracto da construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 6.104 — GUERRA — Decreto de 8 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de réis 25:090\$165, destinado a pagamentos que deixaram de receber o capitão Annibal Eloy Cardoso e outro.

N. 6.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:500\$ para occorrer á despesa com a reimpressão do *Manual do Senador*.

N. 6.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Approva o plano das obras para o acrescimo do quartel central da Força Policial do Districto Federal.

N. 6.107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

N. 6.108 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.

N. 6.109 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Itambé, no Estado de Pernambuco.

N. 6.110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Melgaço, no Estado do Pará.

N. 6.111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Portel, no Estado do Pará.

N. 6.112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bagre, no Estado do Pará.

N. 6.113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ociras, no Estado do Pará.

N. 6.114 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no departamento do Alto-Purús, no territorio do Acre.

N. 6.116 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1906 — Concede ao Lloyd Brasileiro, sob a firma de M. Buarque & Comp., autorização para iniciar a navegação na linha americana.

N. 6.117 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1906 — Approva os estudos definiti-

vos das obras do porto da Bahia, excepto a modificação relativa á doca do mercado, e approva a relação completa do material para o início das mesmas obras.

N. 6.118 — MARINHA — Decreto de 22 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito na importancia de 1.013:120\$509, supplementar aos §§ 14. «Força naval», e 25, «Fretes, etc.», do art. 6º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.119 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1906 — Concede ao «Brazilianische Bank für Deutschland» autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Salvador, Estado da Bahia.

N. 6.120 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:847\$220, supplementar á verba — Tribunal de Contas, — do vigente exercicio.

N. 6.121 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:555\$420 para occorrer ao pagamento devido ao conselheiro Ignacio José de Mendonça Uchoa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.122 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 638\$ para pagamento ao cirurgião-mór, general de brigada, graduado, reformado do Exercito, Dr. Augusto José Ferrari, de vencimentos a que tinha direito, e não recebeu, de abril a julho de 1864.

N. 6.123 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1906 — Approva os estudos e respectivo orçamento das obras de ligação das estradas de ferro Central de Pernambuco e Recife ao S. Francisco.

N. 6.124 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1906 — Autoriza a ratificação e rectificação dos termos da escriptura de transferencia da Estrada de Ferro Central de Pernambuco á «Great Western of Brazil Railway Company».

N. 6.124 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Nazareth, no Estado de Pernambuco.

N. 6.125 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1906 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de £ 60.000, em nome do povo brasileiro, para o fim de auxiliar os soccorros prestados ás victimas do ultimo terremoto do Chile.

N. 6.126 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 783\$ para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Plinio de Castro Casado, Albino Pereira Pinto e Valencio Pereira Gomes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.127 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:006\$666, ouro, supplementar á verba 15ª do art. 25 da lei n. 1.453,

de 30 de dezembro de 1905, para pagamento, no corrente exercício, dos vencimentos de dous escripturarios da Delegacia do Thesouro em Londres.

N. 6.428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 3:566\$128 para pagar os vencimentos devidos ao lente de logica do Externato do Gymnasio Nacional, Dr. Vicente de Souza.

N. 6.429 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.430 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Approva as despesas feitas pela Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluvias, durante o anno de 1905, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro, que fica elevado a £ 1.606.528-2-14.

N. 6.431 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Alberto de Paula Rodrigues.

N. 6.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Goyaz.

N. 6.433 — GUERRA — Decreto de 4 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 6:294\$443 para pagamento de gratificação a Cyriaco Leite da Silva.

N. 6.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Benevente, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:400\$ para pagamento dos vencimentos dos delegados de saude dos portos de S. Francisco e Hajahy.

N. 6.436 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1906 — Concede á Companhia de Seguros Previdencia do Sul, com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorização para funcionar e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 6.437 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1906 — Approva, mediante condições, os estudos definitivos e orgamentos da terceira secção de 73 kilometros da Estrada de Ferro de Baurú a Cuyabá.

N. 6.438 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1906 — Approva os planos e orgamento, na importancia de 166:468\$500, do aterro feito atraz do muro do caes do porto de Manáos pela companhia «Manáos Harbour, Limited».

N. 6.439 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1906 — Approva os estudos apre-

sentados pela Companhia Docas de Santos para a installação hydro-electrica que tem de levar a effeito no logar denominado Itatinga.

N. 6.140 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas o credito especial de 4.000:000\$ para fazer face ás despesas de reparação das linhas e material da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. José Pantoja Leite.

N. 6.142 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 8:400\$ para occorrer ao pagamento devido a Rubem Tavares, em virtude de sentença judicial.

N. 6.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Picos, no Estado do Piahy.

N. 6.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 441:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 177:000\$ á verba — Subsídios dos deputados.

N. 6.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.146 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1906 — Crea um consulado em Sydney.

N. 6.147 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas o credito de 600:000\$, supplementar á consignação «Revisão da rede, novas canalizações, etc. — 3ª divisão», da verba 11ª. art. 44ª, da vigente lei de orçamento.

N. 6.148 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1906 — Approva a planta dos terrenos necessarios á installação dos esgotos no bairro de Copacabana.

N. 6.149 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1906 — Concede autorização á sociedade anonyma «Ed. Johnston & Company, Limited», para funcíonar na Republica.

N. 6.150 — INDÚSTRIA, VIAGÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viagão e Obras Publicas o credito especial de 40:000\$, applicavel ás despesas da installação de um laboratorio destinado ás experiencias de electro-metallurgia.

N. 6.151 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de setembro de 1906 — Concede á «Diana Mining Company» autorização para funcionar na Republica.

N. 6.152 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 257:191\$477 para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 6.153 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

N. 6.154 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1906 — Approva a modificação dos planos e plantas para a execução das obras de melhoramentos do porto do Rio de Janeiro e declara desapropriados os predios e terrenos nelle comprehendidos.

N. 6.155 — GUERRA — Decreto de 26 de setembro de 1906 — Approva o plano de uniforme facultativo para os officiaes do Exercito.

N. 6.156 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacarehy, no Estado de S. Paulo.

N. 6.157 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 642\$638. supplementar á verba 17^a do art. 25 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.158 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 6.159 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 249:983\$149, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1906.

N. 6.160 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$, supplementar á verba 9^a do orçamento vigente, para pagamento do pessoal de que trata o decreto n. 1.451, de 29 de dezembro de 1905.

N. 6.161 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:310\$ para occorrer ao pagamento devido a José Posada e José Mora da quantia correspondente aos objectos de sua propriedade apprehendidos por supposto contrabando em 1899.

N. 6.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1906 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Senador Pompeu, no Estado do Ceará.

N. 6.163 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Indus-

tria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 350:000\$ para conclusão das obras do Palacio Monroe.

N. 6.164 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1906 — Concede á Companhia de Navegação S. João da Barra e Campos, com séde na cidade de S. João da Barra, os favores de que tem gosado a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação entre os portos da Republica.

N. 6.165 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1906 — Concede á Empresa Esperança Maritima, com séde nesta capital, os favores de que tem gosado a Companhia Novo Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para seu serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 6.166 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1906 — Concede autorização á «De Mello Brazilian Rubber Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.167 — MARINHA — Decreto de 10 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de £ 19.590 para despesas de passagem, aquisição de material, remuneração da comissão fiscalizadora da construcção dos encouraçados e outros serviços.

N. 6.168 — GUERRA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 187:948\$521, destinado a despesas com a construcção de uma muralha no edificio do Collegio Militar.

N. 6.169 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Concede autorização ao Banco do Brasil para emittir notas conversíveis á vista.

N. 6.170 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:293\$525 para execução do decreto n. 1.352, de 22 de julho de 1905.

N. 6.171 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 92:267\$518 para pagamento ao tenente-coronel reformado da Brigada Policial, Joaquim José de Castro Sampaio Filho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.172 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, ouro, supplementar á verba 10ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, para pagamento de encomendas de notas.

N. 6.173 — FAZENDA — Decreto de 13 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 33:020\$736 para pagamento ao alferes reformado da Brigada Policial Herculano Teixeira de Magalhães, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.174 — JUSTIÇA E NEGOCIÔS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bocaina, no Estado de S. Paulo.

N. 6.175 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 24:465\$368, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei do orçamento do exercicio de 1906, para despesas da rubrica — Guarda Civil.

N. 6.176 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$ para occorrer, no exercicio vigente, ao pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 6.177 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1906 — Crea um consulado em Christiania.

N. 6.178 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1906 — Concede autorização á Companhia Herdeiros Bowman, Limited, para funcçãoar na Republica.

N. 6.179 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:463\$984 para pagamento a Cunha Paranhos & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.180 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 28:386\$592, supplementar á verba 8ª do art. 25 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.181 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Crea um posto fiscal em Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.182 — FAZENDA — Decreto de 20 de outubro de 1906 — Approva com alterações a reforma dos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Lloyd Americano e os actos praticados *bona fide* até a presente data.

N. 6.182 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Crea uma brigada de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Itajahy, no Estado de Santa Catharina.

N. 6.183 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chaves, no Estado do Pará.

N. 6.184 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 6.185 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.186 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.187 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Concede ao Gymnasio de Santa Catharina, na capital do Estado de Santa Catharina, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.188 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 6.189 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.190 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:707\$250 para pagamento á Empresa Navegação e Commercio, em vista de sentença judiciaria.

N. 6.191 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Modifica a clausula XVI do decreto n. 3.725, de 1 de agosto de 1900, relativo á concessão para as obras do porto de Manaus.

N. 6.192 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Concede á «S. Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited», os favores constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e dá outras providencias.

N. 6.193 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 66:000\$, ouro, para pagamento dos juros de 6% ao anno devidos á Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, de 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 1902.

N. 6.194 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1906 — Fixa provisoriamente em 4.188:930\$ e 1.755:930\$ os capitães correspondentes em trechos de Rebouças á margem direita do rio Iguassú e de Pirahy e Jaguarihyva, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 6.195 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1906 — Altera o primeiro uniforme do plano approved pelo decreto n. 4.341, de 12 de fevereiro de 1902.

N. 6.196 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1906 — Declara sem effeito o decreto n. 2.916, de 20 de janeiro de 1898.

N. 6.197 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da Escada, no Estado de Pernambuco.

N. 6.198 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1:027\$579 para

pagamento ao alferes do Exército Geroneio Netto de Souza Pimentel de vantagens que lhe competem como alferes-alumno.

N. 6.199 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 250:000\$ para pagar a Companhia Brasileira Torrens a indemnização fixada no termo de 18 de dezembro de 1901, rescisorio do contracto de 18 de junho de 1890.

N. 6.200 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de 22:700\$ para elevação dos vencimentos aos empregados das administrações dos Correios do Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Bahia e Minas Geraes.

N. 6.201 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1906 — Approva as bases para constituição e arrendamento da Rede de Viação Ferrea Sul-Oeste de Minas.

N. 6.202 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1906 — Concede autorização á sociedade anonyma Companhia Pastoril e Industrial para funcionar e approva os seus estatutos.

N. 6.203 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 4:474\$183 para pagamento de vencimentos que cabem ao telegraphista de 1ª classe José Leopoldino de Vasconcellos Cabral.

N. 6.204 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de outubro de 1906 — Approva o plano geral para melhorar o abastecimento de agua á Capital Federal, e dá outras providencias.

N. 6.205 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 68:058\$200 para occorrer ao pagamento da despesa com a aquisição do predio sito á praça da Republica n. 105, de propriedade de Manoel José de Magalhães Machado.

N. 6.206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1906 — Concede ao collegio-modelo inglez «The Anglo-Brazilian School», da capital do Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 12:449\$164 para occorrer ao pagamento das differenças de vencimentos do pessoal administrativo da Escola Nacional de Bellas Artes e do Instituto Nacional de Musica.

N. 6.208 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1906 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Santa Cruz*, de propriedade de Adelino da Cruz Moreira.

N. 6.209 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1906 — Supprime varios logares no

quadro do pessoal da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro e dá execução ao disposto no § 2º do art. 17 da lei n. 1.145, de 31 de dezembro de 1903, revigorado no art. 17 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.210 — MARINHA — Decreto de 7 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 2:799\$996 para pagamento de vantagens a que tem direito o lente cathedratico da Escola Naval, capitão de fragata Dr. Manoel de Albuquerque Lima.

N. 6.211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.212 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea duas brigadas de cavallaria e mais duas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.213 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maracás, no Estado da Bahia.

N. 6.214 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de União, no Estado de Alagoas.

N. 6.215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Alagoas.

N. 6.216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Pardo, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.217 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Carangola, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.218 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Casa Branca, no Estado de S. Paulo.

N. 6.219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.220 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11.407:708\$307 para formação de parte do capital do Banco do Brasil.

N. 6.221 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Torna extensivo á caixa filial do «Brazilianische Bank

für Deutschland», na cidade de S. Salvador, no Estado da Bahia, o prazo a que se refere o decreto n. 5.291, de 27 de agosto de 1904.

N. 6.222 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 50:000\$, papel, suplementar, para pagamento de despesas eventuaes.

N. 6.223 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Concede á Companhia de Seguros Terrestres e Marítimos Iris autorização para funcionar e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 6.224 — GUERRA — Decreto de 12 de novembro de 1906 — Manda vigorar nova tabella de fardamento para os alumnos das escolas de guerra e de applicação de infantaria e cavallaria, em substituição á que, com outras, acompanha o regulamento para as escolas do Exército.

N. 6.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel José Augusto Meira Dantas.

N. 6.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 7:037\$468, suplementar á verba 10ª do art. 2º da lei de orgamento do exercicio de 1906.

N. 6.227 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Autoriza a renovação do contracto para o serviço da navegação a vapor no baixo S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.

N. 6.228 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 345:000\$ para pagamento do augmento de vencimentos e diarias dos estafetas da Repartição Geral dos Telegraphos e da gratificação de 20 % aos funcionarios que a ella tiverem direito.

N. 6.229 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 35:000\$ para ser applicado a despesas com a propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 6.230 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Modifica a clausula XIV do decreto n. 5.978, de 18 de abril do corrente anno, relativo ás obras do porto de Belém do Pará.

N. 6.230 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1906 — Approva provisoriamente o regulamento, tarifas de transporte e serviço telegraphico, para o trafego até a extensão de 200 kilometros, da Estrada de Ferro de Baurú a Cuyabá.

N. 6.231 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.232 — MARINHA — Decreto de 14 de novembro de 1906 — Altera o disposto na letra *b*, n. 2, do art. 2º do regulamento anexo ao decreto n. 3.258, de 11 de abril de 1899, sobre composição dos conselhos de compras da Marinha.

N. 6.233 — MARINHA — Decreto de 14 de novembro de 1906 — Crea o Laboratorio Pharmaceutico e Gabinete de Analyses e manda executar o respectivo regulamento.

N. 6.234 — MARINHA — Decreto de 14 de novembro de 1906 — Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes mar-inheiros.

N. 6.235 — GUERRA — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 2:787\$500, supplementar ao art. 9º, § 1º, da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.236 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 500:000\$ para aquisição do material necessario ao serviço de soccorro marítimo.

N. 6.237 — MARINHA — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de réis 2:712\$485, supplementar á verba 1ª — Secretaria de Estado, — do art. 6º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.238 — (Com este numero não houve actô algum.)

N. 6.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credits supplementares na importancia total de 18:615\$, a diversas verbas do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1906.

N. 6.240 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 478:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 6.241 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.242 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credits supplementares, na importancia total de 195:019\$591, a diversas verbas do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1906.

N. 6.243 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas credito supplementar á verba 1ª do art. 14 da lei de orçamento do exercicio de 1906.

N. 6.244 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da

Industria, Viação e Obras Publicas e credito extraordinario de 14:177\$070 para pagamento de vencimentos devidos a Augusto Guilherme Weghl e José Theotonio Dias.

N. 6.245 — FAZENDA — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Passa á jurisdicção da Alfandega de Corumbá a Mesa de Rendas de Bella Vista, no Estado de Matto Grosso.

N. 6.246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credits supplementares ás verbas 16ª, 20ª e 38ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.247 — MARINHA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Altera o plano de uniformes mandado observar pelo decreto n. 6.195, de 24 de outubro ultimo.

N. 6.248 — MARINHA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 55:000\$ para attender ás despesas autorizadas pelo § 6º do art. 7º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.249 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 9:810\$747 para pagamento da gratificação a que tem direito o professor do Instituto dos Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho.

N. 6.250 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 6:492\$940 para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.252 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito o credito extraordinario de 2:953\$689, ouro, e 166:474\$956, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 6.252 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Declara sem effeito o decreto n. 1.935, de 14 de janeiro de 1895, que concedeu autorização á companhia ingleza «The Royal Insurance Company» para estabelecer uma agencia no Estado do Paraná.

N. 6.253 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Concede autorização á Companhia «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para estabelecer uma agencia em Manaus, no Estado do Amazonas.

N. 6.254 — FAZENDA — Decreto de 29 de novembro de 1906 — Concede autorização á Companhia «Maunheimer Versicherungs Gesellschaft» para estabelecer uma agencia na cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.255 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 40:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, — do orçamento para o exercicio de 1906.

N. 6.255 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:070\$, supplementar á verba 28ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1906.

N. 6.256 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Approva os planos e orçamentos, na importância de 568:001\$365, do trecho da muralha do caes em construcção no porto de Manãos, a partir da rampa do mercado em direcção á parte já construída.

N. 6.257 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Publica a adhesão da Republica do Ecuador aos accôrdos relativos ao serviço de vales postaes e á troca de encomendas postaes, concluidos em Washington em 15 de junho de 1897.

N. 6.258 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 660\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos do chefe de secção, addido áquella Secretaria de Estado. Rubem Tavares, correspondentes ao periodo de 28 de novembro a 31 de dezembro de 1905.

N. 6.259 — **FAZENDA** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:858\$400 para pagamento da differença de soldo ao soldado reformado do Exército João de Magalhães Faria.

N. 6.260 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:935\$483 para pagamento ao bacharel Franklin Americo de Menezes Doria (barão de Loreto) de vencimentos correspondentes ao periodo de 1 de maio de 1905 a 27 de outubro de 1906.

N. 6.261 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:000\$ para despesas com a representação do Brasil no 3º Congresso Medico Latino Americano.

N. 6.262 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Approva os planos e as plantas apresentados pela «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para a construcção das linhas de transmissão de energia electrica derivada da uzina do rio das Lages e declara desapropriados os predios e terrenos comprehendidos nos referidos planos.

N. 6.263 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 99:133\$299, ouro, supplementar ás verbas 5ª, na parte do pessoal, e 6ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, afim de dar execução ao disposto no decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906.

N. 6.264 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Approva as plantas para o prolongamento da Avenida Beira Mar até a nova rua parallela á Avenida Central e declara desapropriados os predios nellas comprehendidos.

N. 6.265 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Autoriza a «Compagnie

Française des Cables Telegraphiques» a mudar o ponto do aterramento de seu cabo de Pinheiro para a Ponta da Atalaia, proximo a Salinas.

N. 6.266 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Supprime o lugar de presidente da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.

N. 6.267 — FAZENDA — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Dá regulamento para execução da lei n. 1.575, de 6 de dezembro de 1906, creando a Caixa de Conversão.

N. 6.268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1906 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 26:546\$ para pagamento de gratificações addicionaes, vencimentos e percentagens a empregados da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.270 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 941:420\$740, supplementar á verba do art. 9º, § 15, «Transporte de tropas», da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.271 — GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 4:912\$451 para pagamento de vencimentos a Francisco Ferreira da Rosa, professor do Collegio Militar.

N. 6.272 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Crea um consulado em Dover.

N. 6.273 — FAZENDA — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:666\$656, supplementar á verba — Thesouro Federal, — do orçamento vigente.

N. 6.274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 115:453\$877, supplementar á verba 28ª do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1906, o credito supplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 6.276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 36:827\$500 para pagamento á Imprensa Nacional da despesa com a impressão da obra de A. Sergipe — *A Nova Luz sobre o Passado*.

N. 6.277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Autoriza o director da Escola de Pharmacia, Odontologia e Obstetricia de S. Paulo a incluir o estudo da physica e da chimica no curso de odontologia da mesma Escola.

N. 6.278 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para ser applicado aos trabalhos do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.279 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para ser applicado aos trabalhos de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Taubaté a S. Paulo.

N. 6.280 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para ser applicado aos trabalhos de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre Gagé e o Kilometro 501.

N. 6.281 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 11:916\$666 para pagar a Jayme Augusto Oliveira da Gama, de alugueis e reparos dos predios em que funcionou a Administração dos Correios do Estado do Pará.

N. 6.282 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 5:520\$511 para pagamento de vencimentos devidos a diversos funcionarios aposentados da Repartição Geral dos Telegraphos e da Administração dos Correios de Pernambuco.

N. 6.283 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Concede autorização á companhia «Port of Pará» para funcionar na Republica.

N. 6.284 — (Com este numero não houve acto algum).

N. 6.285 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de dezembro de 1906 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *S. Luiz* e *Canoé*, de propriedade da Companhia Commercio e Navegação.

N. 6.286 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Boa Vista, no Estado do Paraná.

N. 6.287 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1906 — Crea mais uma brigada de cavalaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 6.288 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Batataes, no Estado de S. Paulo.

N. 6.289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1906 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Belém do Descalvado, no Estado de S. Paulo.

N. 6.290 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1906, o crédito suplementar de 68:000\$, sendo 18:000\$ á verba — Secretaria do Senado — e 50:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.291 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 283:664\$204, suplementar á verba — Soccorros publicos — do exercício de 1906.

N. 6.292 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 953\$338 para pagamento de vencimentos do continuo da Secretaria do Senado, dispensado do serviço, Delphim de Azevedo Maia.

N. 6.293 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinario de 65:000\$ para occorrer ás despesas com a instalação do Archivo Publico Nacional no edificio da praça da Republica.

N. 6.294 — MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Marinha o crédito de réis 171:478\$669, suplementar ás verbas 15ª e 26ª do art. 6º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.295 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Crea varios logares no Instituto Benjamin Constant.

N. 6.296 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Publica a accessão da Islandia á convenção telegraphica internacional celebrada em S. Petersburgo a 22 de julho de 1875.

N. 6.297 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Approva o plano geral para melhorar o abastecimento de agua á Capital Federal e declara sem effeito o decreto n. 6.204, de 30 de outubro do corrente anno.

N. 6.298 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o crédito de 15:000\$ para auxiliar a impressão do *Manual W. A. Henry Feed and Feedings*.

N. 6.299 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o crédito de 17:663\$, suplementar á verba 3ª do art. 14 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.300 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 39:000\$623 para pagamento ao alferes reformado da Brigada Policial, Alfredo Marques de Oliveira Paes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.301 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 3:600\$

para pagamento a Arthur Americo Belém, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.302 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 16:500\$ para pagamento ao bispo D. Carlos Luiz de Amour, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.303 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 153:411\$075 para pagamento ao coronel Lauro Domingues Prates e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 90:480\$300 para occorrer ás despesas com a substituição de tapeçarias, moveis e com diversas obras nos edificios do Senado Federal e da Camara dos Deputados.

N. 6.305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importância de 35:073\$552, ás verbas 14^a, 15^a e 21^a do art. 2º da lei numero 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 528:248\$667 para a terminação das obras da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 6.307 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 71:751\$333, complementar á verba 37^a do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.308 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 181:252\$714, complementar á verba 15^a do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.308 A — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 199:204\$, complementar á verba 12^a do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.309 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos para pagamento de despesas das prefeituraz do Alto-Juruá e Alto-Acre.

N. 6.309 A — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1906 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 496:500\$, complementar á verba 15^a do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.310 — MARINHA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Manda adoptar o pavilhão para uso da Presidencia da Republica.

N. 6.311 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Concede autorização á «Dats Diamond and Gold Company» para funcionar na Republica.

N. 6.312 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 50:000\$, ouro, suplementar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.313 — **GUERRA** — Decreto de 5 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 1.765:730\$205, suplementar á verba 10ª do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.314 — **GUERRA** — Decreto de 5 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Guerra o credito de 30:000\$, suplementar á verba 15ª, n. 28, do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.315 — **GUERRA** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$, destinado ao pagamento do ordenado que compete, de 1903 a 1906, ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia, Antonio Bento Guimarães.

N. 6.316 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 1.850:000\$, papel, suplementar á verba 3ª do art. 5º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.317 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Manda observar o decreto n. 6.879, de 30 de junho de 1906.

N. 6.318 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 530:924\$492, papel, e 800:000\$, ouro, para occorrer ás despesas do pessoal e material da Caixa de Conversão no exercicio de 1907.

N. 6.319 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 21:536\$141 para as despesas de pessoal e material da Caixa de Conversão no exercicio de 1906.

N. 6.320 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 70:838\$704, suplementar á verba 13ª do art. 20 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.321 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Dá instrucções para a expedição e entrega de novos titulos aos eleitores no Districto Federal, na conformidade do decreto legislativo n. 1.619 A, de 31 de dezembro de 1906.

N. 6.322 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Matto Grosso.

N. 6.323 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Crea o Serviço Geologico do Brasil.

N. 6.324 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para

ser applicado, no exercicio de 1907, a despesas com a construcção de um edificio para Correios e Telegraphos na capital do Estado da Bahia.

N. 6.325 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Approva os estudos e orçamento para ligação das estradas de ferro Central de Pernambuco e Recife ao Limoeiro.

N. 6.326 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1907 — Estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pelas alfandegas do Rio Grande do Sul.

N. 6.327 — GUERRA — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 237\$068, supplementar aos §§ 1º e 4º do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.328 — GUERRA — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 29:400\$, supplementar aos §§ 1º e 4º do art. 9º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.329 — GUERRA — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 22:127\$885, supplementar ao art. 22, § 8º — Serviço de saude, — da lei numero 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.330 — MARINHA — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Declara comprehendidos na excepção dos arts. 14 e 60 do decreto n. 4.323, de 15 de janeiro de 1902, os cirurgiões que serviram como directores do Hospital de Marinha.

N. 6.331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 637:000\$ para pagamento da melhoria de vencimentos dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos não contemplados nos decretos legislativos ns. 1.468 e 1.472, de 9 de janeiro de 1906.

N. 6.332 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Concede autorização a «The Matto Grosso Gold Dredging Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.333 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1907 — Concede autorização á «Société Anonyme de Travaux et d'Entreprises au Brésil» para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.334 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 5.000:000\$ para ser applicado ás despesas, no exercicio de 1907, com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel á Capital Federal.

N. 6.335 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 347:000\$ para ser applicado ás despesas, no exercicio de 1907, com o custeio da Estrada de Ferro D. Theresa Christina.

N. 6.336 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da In-

dustria, Vição e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para occorrer, no exercicio de 1907, ás despesas relativas a estudos geologicos, pesquisas e exploração de minas no territorio da Republica.

N. 6.337 — MARINHA — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Marca a gratificação que compete aos officiaes inferiores quando servem como sub-instructores nas escolas de artilharia, foguistas, timoneiros, etc. e de torpedos.

N. 6.338 — FAZENDA — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:780\$ para pagamento ao Dr. Antonio Fernandes Figueira.

N. 6.339 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.000:000\$ para a conclusão do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 6.340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 853:169\$983, suplementar á verba 12ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.341 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Crea a 6ª companhia do Corpo de Bombeiros.

N. 6.342 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Concede autorização á sociedade em commandita por acções Ch. Lorilleux & Comp. para funcionar na Republica.

N. 6.343 — INDUSTRIA, VIÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de janeiro de 1907 — Declara sem effeito o decreto n. 5.198, de 19 de abril de 1904, autorizando a Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul a constituir um serviço de navegação costeira entre os portos da Republica.

N. 6.344 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 12:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com os vice-consulados em Rivera e Melo, na Republica do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina.

N. 6.345 — MARINHA — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Dá novo regulamento á Escola Naval.

N. 6.346 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 785:365\$, ouro, para occorrer á despesa feita em Londres com a aquisição de prata.

N. 6.347 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:924\$250 para occorrer ao pagamento do meio soldo devido a Jovelina Ribas de Albuquerque Bello, Deolinda de Lara Ribas e Maria Augusta Ribas Flores.

N. 6.348 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 59:400\$ para occorrer, no corrente exercicio, ás despesas com o serviço de uniformização dos typos das apolices.

N. 6.349 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:845\$040 para restituir á Camara Municipal de Bom Jardim a importancia dos direitos pagos pela importação de material para abastecimento de agua.

N. 6.350 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Approva os desenhos de detalhes e o orçamento para as obras do porto da Bahia.

N. 6.351 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Concede autorização á «Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne» para funcionar na Republica.

N. 6.352 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 80:000\$ para ser applicado á conclusão dos trabalhos do recenseamento de 1900, a cargo da Directoria Geral de Estatistica.

N. 6.353 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1.000:000\$ para concertos de navios e outro material fluctuante.

N. 6.354 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 600:000\$ para aparelhamento dos diques existentes na ilha das Cobras.

N. 6.355 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 50:000\$ para a construção de um quartel para a Escola de Aprendizizes Marinheiros em Cabedello, no Estado da Parahyba.

N. 6.356 — MARINHA — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 50:000\$ para a compra de um rebocador para o serviço de soccorros maritimos.

N. 6.357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cururupú, no Estado do Maranhão.

N. 6.358 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1905 — Approva os desenhos explicativos e o orçamento do aterro junto ao caes, de alvenaria, na parte em que está estabelecida a ponte fluctuante, no porto de Manáos.

N. 6.359 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Modifica o perfil da muralha do caes em construção no porto de Santos, approved pelo decreto n. 4.426, de 9 de junho de 1902.

N. 6.360 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Approva as plantas e o orçamento das obras para o prolongamento dos esgotos atraz do trecho do caes contiguo ao mercado publico e do muro de arrimo, no porto de Manáos.

N. 6.361 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Approva as plantas e o orçamento para o prolongamento das galerias de esgoto da rua

Marechal Deodoro e avenida Eduardo Ribeiro, a enfrentar com o novo edificio da Alfandega, no porto de Manaus.

N. 6.362 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cervejaria Brahma.

N. 6.363 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1907 — Approva os estudos definitivos, orçamentos e relação de material para os dous trechos da primeira secção das obras do porto de Belém, no Estado do Pará.

N. 6.364 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Dá instrucções para as eleições municipaes de que trata o decreto legislativo n. 1.619 A, de 31 de dezembro de 1906.

N. 6.365 — FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 706:810\$075, supplementar á verba 18^a — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1906.

N. 6.366 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Concede á «Bahia Gas and Electric Company» os favores constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e dá outras providencias.

N. 6.367 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Concede a Guinle & Comp. os favores do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, e dá outras providencias.

N. 6.368 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Modifica o regimen especial para execução de obras de melhoramentos de portos estabelecido pelo decreto n. 4.859, de 8 de junho de 1903.

N. 6.369 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Approva a planta e orçamento relativo ao augmento do edificio da estação de Uruguayana e suas dependencias, da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.

N. 6.370 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para a construção da linha telegraphica de Cuyabá a Santo Antonio do Madeira, com ramificações para pontos da fronteira.

N. 6.371 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para ser applicado á construção da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Ijuhy.

N. 6.372 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para occorrer aos trabalhos de alargamento da bitola do ramal de S. Paulo, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.373 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1907 — Approva a planta e orçamento para ampliação da estação de Jaboatão, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

N. 6.374 — MARINHA — Decreto de 19 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de dous milhões de libras esterlinas, ou 47.780:000\$, afim de attender ao pagamento das prestações attinentes ao contracto feito para a construção de navios.

N. 6.375 — GUERRA — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Melhora, em relação á etapa, as condições materiaes dos officiaes e praças dos 1º e 7º districtos militares.

N. 6.376 — FAZENDA — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 22:192\$261, supplementar á verba 9ª — Recebedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1906.

N. 6.377 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 75:954\$ para conclusão das obras encetadas no edificio occupado pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro e pela Directoria Geral de Estatística.

N. 6.378 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Transfere para o nome de M. Lopes da Silva a concessão da Estrada de Ferro de Rezende a Areias.

N. 6.379 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 40:000\$ para a conclusão dos estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 6.380 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.381 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Concede autorização á «Brazilian Diamond Placer Company» para funcionar na Republica.

N. 6.382 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1907 — Autoriza o contracto com Manoel Henriques de Sá Filho para estender um segundo fio nos postes da linha telephonica existente entre a capital da Parahyba e o porto de Cabedello.

N. 6.383 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 100:000\$, supplementar á verba 5ª — Pensionistas, — do exercicio de 1906.

N. 6.384 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de fevereiro de 1907 — Crea um consulado em Leipzig.

N. 6.385 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 223:200\$,

supplementar ao art. 22, § 5º, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.386 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 700:000\$ para execução do disposto no art. 23, letra f, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.387 — GUERRA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Modifica o art. 4º, letra d, do regulamento da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra.

N. 6.388 — MARINHA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Dá regulamento á Escola de Marinha Mercante do Estado do Pará.

N. 6.389 — MARINHA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Autoriza o ministro de Estado dos Negocios da Marinha a dar novo regulamento á Escola Livre de Pilotagem, mantida pelo Instituto Technico Naval do Rio de Janeiro.

N. 6.390 — FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 28:359\$826, complementar á verba 9ª — Recebedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1906.

N. 6.391 — FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:083\$870, complementar á verba 7ª — Thesouro Federal, — do corrente exercicio.

N. 6.392 — FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 41:040\$818, complementar á verba — Caixa de Amortização, — do corrente exercicio.

N. 6.393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.394 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para ser applicado ás despesas de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Gagé até ás minas de manganez do Kilometro 501, ramal de Ouro Preto.

N. 6.395 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho da linha de Itararé, comprehendido entre Jaguarihyva e Colonia Mineira, na extensão de 105.800 metros, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 6.396 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de fevereiro de 1907 — Subroga a companhia «Port of Pará» nos direitos, obrigações e vantagens constantes do decreto n. 5.978, de 18 de abril de 1906, de concessão das obras de melhoramento do porto de Belém, no Estado do Pará.

N. 6.397 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para ser

applicado á aquisição de um rebocador destinado aos serviços de melhoramento do porto da Bahia.

N. 6.398 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para auxiliar o trabalho da civilização dos indios por meio de subvenções e fornecimento de material.

N. 6.399 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$ para o lançamento de um trilho intercalar, na bitola de um metro, entre as estações da Parahyba do Sul e Entre-Rios, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.400 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1907 — Concede autorização á sociedade anonyma Cooperativa Mineira de Lacticínios para funcionar na Republica.

N. 6.401 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1907 — Approva novos estudos definitivos do trecho de Acarassú a Itararé, do prolongamento de Itapetininga a Itararé, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 6.402 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 215:812\$560, supplementar á verba 8ª, art. 14, da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905, para o pagamento de juros do segundo semestre de 1906, devidos á Companhia Estrada de Ferro de Viçtoria a Minas.

N. 6.403 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1907 — Approva a planta e o respectivo orçamento para a construcção do augmento do desvio existente na estação de Agua Vermelha, da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

N. 6.404 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1907 — Approva a planta e o respectivo orçamento para a execução das alterações necessarias ao aproveitamento da antiga sala de espera da estação de Parahyba, da Estrada de Ferro Conde d'Eu.

N. 6.405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 600:000\$ para occorrer ás despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre.

N. 6.406 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1907 — Crea uma commissão de obras federaes no territorio do Acre, e dá outras providencias.

N. 6.407 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1907 — Declara de utilidade publica a desapropriação do predio n. 155 da rua do Cattete e respectivo terreno.

N. 6.408 — GUERRA — Decreto de 14 de março de 1907 — Modifica os arts. 6º, § 5º, e 120, paragrapho unico, do regulamento approved pelo decreto n. 3.193, de 12 de janeiro de 1899.

N. 6.409 — GUERRA — Decreto de 14 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 493:947\$597, supplementar ao art. 9º, verba 15ª, consignação n. 32, da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.410 — GUERRA — Decreto de 14 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 49:845\$161 para liquidação do debito com a Prefeitura Municipal de Nictheroy.

N. 6.411 — MARINHA — Decreto de 14 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 170:490\$141, supplementar ás verbas 25ª e 26ª do art. 6º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.412 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1907 — Estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pelas alfandegas do Pará, Pernambuco e Bahia.

N. 6.413 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 242:501\$071, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1907.

N. 6.414 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1907 — Approva, com acrescimo de uma clausula, as alterações feitas nos estatutos da Companhia Paulista de Seguros Maritimos e Terrestres.

N. 6.415 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1907 — Approva os novos estatutos da «Transatlantische Feuer Versicherungs Actien Gesellschaft».

N. 6.416 — FAZENDA — Decreto de 14 de março de 1907 — Approva os novos estatutos da «London and Lancashire Fire Insurance Company».

N. 6.417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Miguel de Guamã, no Estado do Pará.

N. 6.418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itapemirim, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.419 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Vianna, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.420 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguaribe-Mirim, no Estado do Ceará.

N. 6.421 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Guimarães, no Estado do Maranhão.

N. 6.422 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de março de 1907 — Approva a nova denominação «Bahia Tramway, Light and Power Company», com que continúa a funcção a «Bahia Gaz and Electric Company».

N. 6.423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1907 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Tubarão, no Estado de Santa Catharina.

N. 6.424 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$ para ser applicado, no exercicio de 1907, nos trabalhos de propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 6.425 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1907 — Approva as plantas dos terrenos a desapropriar, com destino á Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.426 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1907 — Concede autorização á «Compagnie de L'Urucum», com séde em Ougrée, na Belgica, para funcção na Republica.

N. 6.427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1907 — Approva typos complementares de bociros, drenos e de estação para a Estrada de Ferro de Baturú a Cuyabá.

N. 6.428 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1907 — Determina que na Alfandega da Bahia seja cobrada do dia 22 do corrente em diante a taxa de 2 %, ouro, a que se refere o decreto n. 6.412, de 14 do mesmo mez.

N. 6.429 — FAZENDA — Decreto de 25 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 728:590\$367, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1906.

N. 6.430 — MARINHA — Decreto de 27 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 26:100\$, supplementar á verba — Eventuaes, — do orçamento de 1906.

N. 6.431 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.148:860\$613, supplementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, — do exercicio de 1906.

N. 6.432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1907 — Dá novo regulamento ao Corpo de Bombeiros.

N. 6.433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Mundo Novo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.435 — GUERRA — Decreto de 27 de março de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 32:300\$, supple-

mentar ao § 12 do art. 9º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.436 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1907 — Concede autorização á Companhia Calçado Clark, Limited, para continuar a funcionar na Republica com as alterações feitas nos seus estatutos.

N. 6.437 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1907 — Approva o regulamento para execução das leis ns. 1.150, de 5 de janeiro de 1904, e 1.607, de 29 de dezembro de 1906.

N. 6.438 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1907 — Approva as clausulas para a revisão do contracto da Companhia Estrada de Ferro de Goyaz e modificação do respectivo traçado.

N. 6.439 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1907 — Dá novo regulamento ao serviço da Secretaria de Policia do Districto Federal.

N. 6.440 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.441 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 6.442 — FAZENDA — Decreto de 4 de abril de 1907 — Declara sem effeito o decreto n. 1.935 A, de 14 de janeiro de 1895, que concedeu autorização á sociedade anonyma «The Royal Insurance Company», para estabelecer uma agencia no Estado de Santa Catharina.

N. 6.443 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de abril de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 140:000\$ para despesas com a desapropriação do predio da rua do Cattle n. 155 e adaptação do mesmo á guarda da Presidencia da Republica.

N. 6.444 — (O decreto deste numero ficou sem effeito.)

N. 6.445 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de abril de 1907 — Faz reverter para a Camara Municipal do Recife as linhas telephonicas a que se refere a concessão feita pelo decreto n. 8.459, de 18 de março de 1882, a José Leopoldo Bourgard.

N. 6.446 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de abril de 1907 — Exclue do praso para a contagem da isenção de taxas de armazenagens, no porto de Santos, os dias em que não funcionar a respectiva Alfandega.

N. 6.447 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de abril de 1907 — Concede autorização a «The Empire Fire Company» para funcionar na Republica.

N. 6.448 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Macahubas, no Estado da Bahia.

N. 6.449 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de abril de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde no Estado de Minas Geraes.

N. 6.450 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 10:000\$ para pagamento de prémios aos sericultores que apresentarem casulos de produção nacional.

N. 6.451 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 11 de abril de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 17:500\$ para pagamento do material adquirido para a linha telegraphica, em construção, do Engenho Central, no Estado do Maranhão, a Boa Vista, no de Goyaz.

N. 6.452 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de abril de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná.

N. 6.453 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1907 — Approva o regulamento para o serviço de fiscalização das vias marítimas e fluviaes a cargo do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

N. 6.454 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 18 de abril de 1907 — Approva o regulamento para a importação de animaes reproductores, de accôrdo com a disposição da verba 5ª, art. 34, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.455 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de abril de 1907 — Approva as bases regulamentares para o serviço de povoamento do sólo nacional.

N. 6.456 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1907 — Approva o plano de viação ferrea, realizando a ligação geral dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espirito Santo.

N. 6.457 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito extraordinario de 9:000\$ para pagamento de gratificação a dous auxiliares do Supremo Tribunal Federal.

N. 6.458 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito de 231:160\$119, complementar á verba 38ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1907.

N. 6.459 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito de 1.121:727\$763, complementar á verba 15ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1907.

N. 6.460 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de abril de 1907 — Desapropriã, por utilidade publica, a denominada Fazenda de Manguinhos.

N. 6.461 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 25 de abril de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 200:000\$ para a construção de uma ponte sobre o rio Parnahyba, que facilite as communicações entre os municipios do Triangulo Mineiro e os do Sul do Estado de Goyaz.

N. 6.462 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 25 de abril de 1907 — Regula a situação dos vice-consulados remunerados pelo Thesouro Federal.

N. 6.463 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de abril de 1907 — Approva as clausulas para a revisão do contracto da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e modificação do traçado Bahurú-Cuyabá.

N. 6.464 — **GUERRA** — Decreto de 29 de abril de 1907 — Approva, provisoriamente, o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 6.465 — **GUERRA** — Decreto de 29 de abril de 1907 — Approva, provisoriamente, o regulamento para o Collegio Militar.

N. 6.466 — **GUERRA** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Estabelece alterações no plano de arreiamento para montada de officiaes e praças do Exercito.

N. 6.467 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.200:000\$ para as despesas com a aquisição, adaptação e mobiliario de um edificio para a Caixa de Conversão.

N. 6.468 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial da quantia de 52:080\$250 para pagamento de gratificações aos profissionaes incumbidos do serviço de assistencia a alienados, nos estabelecimentos publicos nos Estados.

N. 6.469 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Coxim, no Estado de Matto Grosso.

N. 6.470 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Aquidauana, no Estado de Matto Grosso.

N. 6.471 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Altera o projecto para as obras de melhoramento do porto do Rio de Janeiro e muda de local a estação maritima da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.472 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de maio de 1907 — Revalida a carta-patente de privilegio de invenção n. 1.550, de 17 de janeiro de 1893.

N. 6.473 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 600:000\$ para despesas com a desapropriação da Fazenda de Manguinhos.

N. 6.474 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de maio de 1907 — Approva os planos e orçamentos, na importancia de 44:517\$348, para a construção de mais uma secção de 12^m.80 da ponte fluctuante da companhia «Manáos Harbour, Limited».

N. 6.475 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de maio de 1907 — Approva os planos e plantas das

obras de captação e adducção dos rios Registro, João Pinto, Mantiqueira, Camorim, Grande e S. Gonçalo, e dá outras providencias.

N. 6.476 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 16 de maio de 1907 — Abre aos ministerios da Guerra e Marinha o credito de 27.000:000\$, ouro, ao cambio de 27 d. esterlinos, destinado á reconstituição do material do Exercito e da Armada, e distribue o referido credito.

N. 6.477 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos especiaes, na importancia total de 252:000\$, para pagamento de diversas subvenções.

N. 6.478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.479 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1907 — Crea a Directoria Geral do Serviço de Povoamento.

N. 6.480 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1907 — Concede autorização a Nicola Puglisi Carbone e João Antonio Pereira dos Santos para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Refinadora Paulista.

N. 6.481 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 389:000\$ para adiantamento, por emprestimo, pelo praso de 10 annos, aos actuaes funcionarios da Administração dos Correios de Ouro Preto, como auxilio para construcção de casas em Bello Horizonte.

N. 6.482 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.414:000\$ para ser applicado ao serviço de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, no ramal de S. Paulo.

N. 6.483 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para o povoamento do sólo nacional.

N. 6.484 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para occorrer ás despesas de fiscalização da construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 6.484 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de maio de 1907 — Crea um consulado em Magdeburgo.

N. 6.485 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$ para occorrer ás despesas de estudos e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 6.486 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1907 — Manda observar as instruções expedidas para a execução do decreto n. 1.641, de 7 de janeiro do corrente anno.

N. 6.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 80:000\$ para occorrer ás despesas com as medidas necessarias para extinguir a peste bubonica na cidade de Campos.

N. 6.488 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1907 — Proroga o prazo de oito mezes, fixado na clausula XXXI do decreto n. 5.977, de 18 de abril de 1906, e respectivo contracto de 24 de setembro do mesmo anno, para apresentação do plano definitivo e orçamento das obras a executar no porto de Massyambú.

N. 6.489 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1907 — Concede autorização a «The Conquista-Xicão Gold Mines, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.490 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de maio de 1907 — Approva os planos e orçamentos, na importância de 154:114\$673, para a construção de um armazem-celleiro e de 251:577\$178 para a de um escriptorio geral sobre o edificio do mesmo armazem-celleiro no porto de Manãos.

N. 6.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:051\$456 para pagamento de diversas despesas do Senado Federal.

N. 6.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para auxiliar a manutenção do Lyceu de Artes e Officios desta capital.

N. 6.493 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1907 — Concede autorização á «Brazil Railway Company» para funcionar na Republica.

N. 6.494 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para promover na capital da Republica uma exposição nacional agricola: industrial, pastoril e de artes liberaes no anno de 1908.

N. 6.495 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de maio de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$ destinado a auxiliar o muscu commercial fundado pela Academia do Commercio do Rio de Janeiro.

N. 6.496 — MARINHA — Decreto de 5 de junho de 1907 — Reorganiza o Conselho Naval, transformando-o em Conselho do Almirantado.

N. 6.497 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1907 — Crea mais duas brigadas de cavallaria

de guardas nacionaes na comarca de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1907 — Crea duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.499 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1907 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de junho de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.501 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de junho de 1907 — Approva as instrucções para execução do disposto nos §§ 4º, 5º e 9º da lei n. 1.746, de 13 de outubro de 1869.

N. 6.502 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha.

N. 6.503 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza o Estado-Maior da Armada.

N. 6.504 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a 1ª Secção da Repartição do Estado-Maior da Armada.

N. 6.505 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a 4ª Secção da Repartição do Estado-Maior da Armada.

N. 6.506 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a Inspectoria de Engenharia Naval.

N. 6.507 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a Inspectoria de Saude Naval.

N. 6.508 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Dá novo regulamento á Contadoria da Marinha.

N. 6.509 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a Capitania do Porto do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.510 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1907 — Reorganiza a Bibliotheca e Museu da Marinha.

N. 6.511 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Abre o credito de 35:000\$ para verificar, por experiencias adequadas, o valor do explosivo offerecido pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva.

N. 6.512 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 52:820\$ para a installação e custeio, durante o segundo semestre do corrente anno, da Alfandega de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.513 — FAZENDA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Approva a alteração dos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.

N. 6.514 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 161:063\$661, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1907.

N. 6.515 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Alagoas.

N. 6.516 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Lage, no Estado de Alagoas.

N. 6.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o marechal Firmino Pires Ferreira.

N. 6.518 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1907 — Concede autorização á «Société Colonière Belge-Brésilienne» para funcconar na Republica.

N. 6.519 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1907 — Approva as instrucções para a execução do disposto no n. 1, alienas *a* e *b*, do art. 35 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.520 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1907 — Approva os estudos e orçamentos para a construcção da ponte e viaductos definitivos sobre o rio Santa Maria, na linha de Cacequy a Uruguayana, da Réde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 6.521 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 16:000\$ para occorrer ás despesas do serviço de fiscalização das vias maritimas e fluvias a cargo do mesmo Ministerio.

N. 6.522 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1907 — Approva os estudos definitivos e orçamento para a construcção do ramal de Sant'Anna do Livramento, a partir de Saycan, na linha de Cacequy a Uruguayana, da Réde de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

N. 6.523 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de junho de 1907 — Substitue varios artigos das instrucções regulamentares e tarifas da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

N. 6.524 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1907 — Concede autorização á «Sorocabana Railway Company» para funcconar na Republica.

N. 6.525 — MARINHA — Decreto de 15 de junho de 1907 — Reorganiza o Commisariado Geral da Armada.

N. 6.526 — MARINHA — Decreto de 15 de junho de 1907 — Reorganiza a 3ª Secção da Repartição do Estado-Maior da Armada.

N. 6.527 — FAZENDA — Decreto de 17 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, supplemẽtar á verba — Ajudas de custo. — do orçamento vigente, para o exercicio de 1907.

N. 6.528 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para despesas com um monumento ao almirante Barroso, commemorativo da batalha do Riachuelo.

N. 6.529 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1907 — Concede autorização á «Compagnie Agricole et Commerciale du Bas Amazone» para funcionar na Republica.

N. 6.530 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1907 — Proroga o praso marcado no contracto das obras da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré para apresentação dos estudos definitivos do primeiro trecho da mesma Estrada.

N. 6.531 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1907 — Approva a reforma dos estatutos da Empresa Frigorifica Paulista.

N. 6.532 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1907 — Approva o regulamento para a execução do decreto legislativo n. 979, de 6 de janeiro de 1903.

N. 6.533 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de junho de 1907 — Fixa prazos para a conclusão dos trabalhos de construcção das linhas de concessão da Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, e dá outras providencias.

N. 6.534 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Indemnizadora.

N. 6.535 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1907 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Uberabinha, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.536 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Januaria, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.537 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 69:157\$314 para pagamento de despesas com aulas supplementares nos 2º e 3º annos do Gymnasio Nacional.

N. 6.538 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de julho de 1907 — Crea uma brigada de artilharia e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Parahyba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.539 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de

guardas nacionaes na comarea de Quixadá, no Estado do Ceará.

N. 6.540 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 400:000\$ para occorrer ás despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre.

N. 6.541 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1907 — Concede autorização a «The Crown Cork Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.542 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1907 — Concede autorização á «Brazilian Diamond Mining Company» para funcionar na Republica.

N. 6.543 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.386:000\$ para occorrer a despesas com o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil até á cidade de S. Paulo.

N. 6.544 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1907 — Concede isenção de direitos para os materiaes importados para a Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquí.

N. 6.545 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de julho de 1907 — Approva as bases para organização de uma exposição nacional em 1908.

N. 6.546 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de julho de 1907 — Crea um consulado em Dresden.

N. 6.547 — MARINHA — Decreto de 4 de julho de 1907 — Regula o fornecimento de rações no porto e em viagem.

N. 6.548 — MARINHA — Decreto de 8 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$ para attender ás despesas com a installação das escolas de aprendizes marinheiros dos Estados do Amazonas, Pará, Piahy, Rio Grande do Norte, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo e Paraná.

N. 6.549 — MARINHA — Decreto de 11 de julho de 1907 — Providencia afim de que os exames de habilitação para a matricula no curso de machinas e nos cursos annexos da Escola Naval, bem como nos cursos da Escola de Marinha Mercante do Pará e para admissão a exames de pilotos, machinistas mercantes e praticantes machinistas, sejam prestados nas referidas escolas e nas capitancias de portos em que estes ultimos podem ter logar.

N. 6.550 — FAZENDA — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza a «Albingia Versicherungs Aktiengesellschaft» a funcionar no Brasil e approva os respectivos estatutos com determinadas clausulas.

N. 6.551 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:400\$ para pagamento da gratificação ao profissional incumbido do serviço de as-

sistencia a alienados no estabelecimento publico do Estado do Piahy.

N. 6.552 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 900\$ para occorrer ao pagamento de ajuda de custo a que tem direito o marechal Firmino Pires Ferreira.

N. 6.553 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.554 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Eneruzilhada, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Crea mais duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.556 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:000\$ para occorrer ao pagamento da desapropriação, por utilidade publica, de duas casas situadas no terreno fronteiro ao Jardim Botânico.

N. 6.557 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 1.000:000\$ para aquisição de material fixo e rodante e execução dos melhoramentos necessarios á Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 6.558 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Concede autorização a «The Manãos Markets and Slaughterhouse, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.559 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Approva os estudos definitivos e mais documentos apresentados para as obras do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.

N. 6.560 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Approva os typos de perfis definitivos das obras do porto de Belém, no Estado do Pará, bem como algumas modificações nos planos geraes anteriormente approvados.

N. 6.561 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Concede autorização á sociedade anonyma «Norton, Megaw & Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.562 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1907 — Approva o regulamento para a inspecção dos theatros e outras casas de diversões publicas no Districto Federal.

N. 6.563 — GUERRA — Decreto de 17 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 13:500\$, supplementar á verba 2ª do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.564 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 30:000\$ á verba — Gratificações por serviços temporarios e extraordinarios — e 70:000\$ á verba — Despesas eventuaes — do orçamento vigente.

N. 6.565 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:253\$331 para pagamento de ordenados aos escrivães da Repartição da Policia que ficaram em disponibilidade.

N. 6.566 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Penedo, no Estado de Alagoas.

N. 6.567 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Crea uma brigada de cavallaria e mais duas de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.568 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Transfere da comarca da capital para a de Itatiba a séde da 89ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 6.569 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1907 — Concede autorização á Companhia de Madeiras do Alto-Paraná para funcceionar na Republica.

N. 6.570 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1907 — Modifica o traçado da planta approvada para os conductores de energia electrica proveniente das installações do rio Itatinga para o porto de Santos.

N. 6.571 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ para pagar á viuva, á filha solteira e aos filhos menores do Dr. Manoel Martins Torres, em remuneração de serviços prestados pelo mesmo finado como arbitro do Governo da Republica em diversos arbitramentos processados perante o dito Ministerio.

N. 6.572 — MARINHA — Decreto de 25 de julho de 1907 — Crea mais oito escolas de aprendizes marinheiros e classifica essas e as existentes.

N. 6.573 — FAZENDA — Decreto de 25 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:276\$398, supplementar á verba — Alfandegas, — do orçamento vigente.

N. 6.574 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1907 — Concede autorização á «Soro-cabana Railway Company» para continuar a funcceionar na Republica.

N. 6.575 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1907 — Abre ao Ministerio da In-

industria. Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 18:000\$ para o custeio da Estrada de Ferro D. Theresa Christina no corrente exercicio.

N. 6.576 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de julho de 1907 — Concede á Empresa Esperança Maritima, com séde nesta capital, os favores de que tem gozado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 6.577 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1907 — Transfere da comarca da capital para a de Capivary a séde da 66ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 6.578 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano Peixoto, no Estado do Amazonas.

N. 6.579 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felipe, no Estado do Amazonas.

N. 6.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de julho de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Teffé, no Estado do Amazonas.

N. 6.581 — GUERRA — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Declara que para os logares de escripturarios das secções do pessoal e material dos quarteis-generaes dos commandos de districtos militares podem ser nomeados aspirantes a official.

N. 6.582 — MARINHA — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Dá novo regulamento ás escolas de aprendizes marinheiros.

N. 6.583 — FAZENDA — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:031\$451 para pagamento de ordenados ao guarda-mór da Alfandega do Estado da Parahyba.

N. 6.584 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:250\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. João Pedro Belfort Vieira.

N. 6.585 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Itapicuri, no Estado do Maranhão.

N. 6.586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Imperatriz, no Estado do Maranhão.

N. 6.587 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Publica as adhesões da colonia ingleza de Wei-Hai-Wei e das colonias allemãs ao accôrdo relativo ao trafico de mulheres brancas, assignado em Paris em 18 de maio de 1904.

N. 6.588 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Approva os desenhos e respectivo orçamento, na importancia de 135:091\$979, dos dous armazens construidos ao longo do caes fluctuante H, no porto de Manáos.

N. 6.589 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de réis 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.590 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Concede autorização a «The Brazilian Metallurgical Syndicato, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.591 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Substitue o art. 6º do regulamento a que se refere o decreto n. 4.871, de 23 de junho de 1903.

N. 6.592 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Concede autorização a «The S. Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.593 — FAZENDA — Decreto de 1 de agosto de 1907 — Concede á sociedade anonyma «Banque du Crédit Foncier du Brésil», com séde em Paris, autorização para funcionar no Brasil e approva os respectivos estatutos.

N. 6.594 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Boa Vista, no Estado do Paraná.

N. 6.595 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 6.596 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Ubaldo do Amaral Fontoura.

N. 6.597 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Declara isentos de direitos de importação os materiaes necessarios para construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré e prophylaxia do respectivo pessoal.

N. 6.598 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Concede autorização a Herm Stolz & Comp. e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Engenho Nacional.

N. 6.599 — MARINHA — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 10:000\$ para ser applicado ás despesas com a acquisição de uma lancha movida a gazolina para o serviço da Capitania do Porto de Santos.

N. 6.600 — MARINHA — Decreto de 8 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 10:000\$ para

ser applicado ás despesas com a aquisição de uma lancharia móvel a gasolina para o serviço da Capitania do Porto da Parahyba do Norte.

N. 6.601 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 70:000\$, papel, para as despesas com a representação do Brasil no 14º Congresso Internacional de Hygiene e Demographia, a reunir-se em Berlim.

N. 6.602 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ouro, suplementar á verba 7ª do art. 16 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.603 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 50:000\$ para as despesas com a inspecção e fiscalização das repartições arrecadadoras.

N. 6.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Pará.

N. 6.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 199:080\$, papel, para a terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros.

N. 6.606 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.500:000\$ para occorrer a despesas da Estrada de Ferro Central do Brasil e regularização das respectivas contas.

N. 6.607 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Concede autorização á «Michaelsen, Wright and Company, Limited», para funcionar na República.

N. 6.608 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Approva os projectos e orçamentos de diversos armazens e obras complementares a construir no porto de Santos, na importancia total de réis 3.431:246\$008.

N. 6.609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 876:335\$340, suplementar á verba 21ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:250\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Amaro Cavalcanti.

N. 6.611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria

guardas nacionaes na comarca de Monte Santo, no Estado de Minas Geraes.

N. 6.612 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 6.613 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 8:083\$690 para pagamento de obras executadas em 1900 pela companhia «Rio de Janeiro City Improvements».

N. 6.614 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ para ser applicado a despesas provenientes da reorganização do serviço de melhoramentos dos portos da Republica.

N. 6.615 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Marca novo praso para conclusão das obras da primeira secção do caes a construir no porto do Rio Grande.

N. 6.616 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2.464:371\$548 para saldar todas as despesas feitas com o edificio construído para a Caixa de Amortização.

N. 6.617 — MARINHA — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Dá novo regulamento ás capitancias de portos.

N. 6.618 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos funcionarios da Caixa de Conversão, e dá outras providencias.

N. 6.619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Antonio Francisco de Azeredo.

N. 6.620 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bernardo das Russas, no Estado do Ceará.

N. 6.621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Approva o regulamento do Instituto Nacional de Musica.

N. 6.622 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Approva os planos e orçamento para a construcção de um armazem junto ao de n. 8, e conclusão deste, no porto de Manáos.

N. 6.623 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Revalida a concessão federal feita pelo Governo Federal á antiga Companhia Estrada de Ferro Sorocabana e transferida em 1905 ao governo do Estado de S. Paulo.

N. 6.624 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio da In-

industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para ser applicado nos trabalhos de propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 6.625 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de agosto de 1907 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 6:555\$376, papel, para pagamento dos vencimentos do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu, no periodo de 17 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894.

N. 6.626 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de setembro de 1907 Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:570\$576 para cumprimento da carta precatória expedida pelo juiz federal da 1ª Vara deste districto a favor de Norberto de Azevedo Coutinho.

N. 6.627 — **FAZENDA** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:665705 para occorrer ao pagamento devido a Carlos Pinto de Figueiredo, em virtude de sentença judicial.

N. 6.628 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Approva o regulamento da Directoria Geral de Estatistica.

N. 6.629 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:090\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Antonio Pinheiro Guedes.

N. 6.630 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Concede ao Lyceu Goyano, no Estado de Goyaz, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.631 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

N. 6.632 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$ para occorrer, no exercicio de 1907, ao pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

N. 6.633 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:371\$280 para pagamento dos ordenados que deixou de receber o finado amanuense do extinto Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão.

N. 6.634 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Concede autorização á «Société Anonyme Anciens Etablissements Duchon pour l'Alimentation» para funcionar na Republica.

N. 6.635 — **FAZENDA** — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordi-

nario de 535:875\$147 para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 6.636 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de réis 152:080\$644, suplementar á verba — Alfandegas, — e de 11:230\$544, suplementar á verba — Mesas de rendas, — do orçamento vigente.

N. 6.637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito de 18:864\$504, suplementar á verba 33^a do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. João Ribeiro de Souza Vianna.

N. 6.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 6.640 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Concede autorização a «The Anglo-French Public Works Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 6.641 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Proroga por mais quatro annos o prazo fixado na clausula III do decreto numero 977, de 5 de agosto de 1892, para a conclusão das obras do prolongamento de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

N. 6.642 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para occorrer a despesas com o reconhecimento e estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes.

N. 6.643 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para ser applicado a despesas de estudos e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 6.644 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1907 — Approva, com modificações, o regulamento interno e a tarifa para o serviço de emissão de conhecimentos de deposito e warrants pela Companhia Docas de Santos.

N. 6.645 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, papel, suplementar á verba — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte, — do exercicio de 1907.

N. 6.646 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordi-

nário de 176:123\$646, ouro, e 493:720\$305, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 6.647 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 57:399\$001, papel, para o pagamento devido ao capitão José Cicero Bianchi, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.648 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Concede autorização ao «Banco Español del Rio de la Plata», com séde em Buenos Aires, Republica Argentina, para estabelecer uma succursal no Brasil, e approva os respectivos estatutos.

N. 6.649 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1907, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1907, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 6.651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Approva o regulamento para as casas de emprestimos sobre penhores no Districto Federal.

N. 6.652 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Lages, no Estado de Santa Catharina.

N. 6.653 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Euclides Malta, no Estado de Alagoas.

N. 6.654 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.

N. 6.655 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2:370\$530 para occorrer ao pagamento dos ordenados do segundo official dos Correios, Antonio de Souza Guedes.

N. 6.656 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 280:000\$, papel, suplementar á verba 14^a, sub-consignação «Construção da fabrica de pólvora sem fumaça», do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.567 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2.220:000\$, papel, para ser applicado a diversos serviços do mesmo Ministerio.

N. 6.658 — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Altera o plano de uniformes das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e aprendizes marinheiros.

N. 6.659 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 55:164\$134 para o pagamento devido a Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude de sentença judiciária.

N. 6.660 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Cassa a autorização dada á «Transatlantique Feuer Versicherungs Aktiengesellschaft» para funcionar no Brasil.

N. 6.661 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 50:000\$ para ocorrer ás despesas com o reconhecimento e estudos da ligação dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes, pelo prolongamento da linha ferrea de Ribeirão Vermelho a Carancas.

N. 6.662 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Concede autorização á sociedade anonyma «Industrial y Pastoril» para funcionar na Republica.

N. 6.663 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 100:000\$ para auxiliar, por empréstimos, diversas sociedades cooperativas de crédito agricola.

N. 6.664 — FAZENDA — Decreto de 28 de setembro de 1907 — Autoriza o ministro da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o empréstimo de £ 3.000.000.

N. 6.665 — MARINHA — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Dá novo regulamento aos conselhos de compras da Marinha.

N. 6.666 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 32:648\$480 para ocorrer ao pagamento devido ao Dr. Bento Borges da Fonseca, em virtude de sentença judiciária.

N. 6.667 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Approva os novos estatutos da «Nord-Deutsche Versicherung Gesellschaft».

N. 6.668 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Approva as instrucções para o serviço de propaganda e expansão economica do Brasil no estrangeiro.

N. 6.669 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito especial de 800:000\$ para ocorrer ás despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre.

N. 6.670 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Approva os estudos e or-

çamento da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 6.674 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Approva os estudos e o orçamento da Estrada de Ferro do Timbó a Propriá.

N. 6.672 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 7.000:000\$ para ser applicado ás despesas, no exercicio de 1907, com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel á Capital Federal.

N. 6.673 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de outubro de 1907 — Incorpora a Estrada de Ferro de Passo Fundo ao Uruguay ás linhas ferreas contractadas com a «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil».

N. 6.674 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Minerva.

N. 6.675 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:683\$200 para pagamento da differença de vencimentos a que têm direito os conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

N. 6.676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jus o Dr. Abdon Felinto Milanez.

N. 6.677 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 23:583\$870 para pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos os vencimentos de seu finado marido, bacharel João Paulo Gomes de Mattos, como juiz de direito.

N. 6.678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Alvaro Lopes Machado.

N. 6.679 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cervejaria Brahma.

N. 6.680 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Concede autorização a Nicola Puglisi Carbone para organizar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Puglisi.

N. 6.681 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Approva os planos e plan-tas das obras de captação e adducção do riacho da Cachoeira Pequena (Fazenda de S. José da Cachoeira, municipio de Magé) para o abastecimento da ilha de Paquetá.

N. 6.682 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 10 de outubro de 1907 — Publica a accessão da Federação Australiana á convenção internacional de 20 de março de 1883 para a proteção da propriedade industrial, com as modificações constantes do actô addicional de 14 de dezembro de 1900.

N. 6.683 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camamú, no Estado da Bahia.

N. 6.684 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Transfere da comarca da capital para a de Bebedouro a séde da 93ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 6.685 — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 17 de outubro de 1907. — Crea mais duas brigadas de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Vicente, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.686 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Crea um consulado em Roma.

N. 6.687 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$, ouro, para desenvolver, nos paizes estrangeiros, o consumo dos diversos productos agricolas brasileiros.

N. 6.688 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Autoriza a celebração de contracto com a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba para a navegação do mesmo rio e entre a cidade de Parnahyba e o porto da Tutoya.

N. 6.689 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 17 de outubro de 1907 — Concede as vantagens e re-alias de navete ao vapor *Campo*, de propriedade de M. Cavassa Filho & Comp.

N. 6.690 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de outubro de 1907 — Autoriza a Companhia Estrada de Ferro Muzambinho a transferir ao Estado de Minas Geraes a concessão de que trata o decreto n. 846, de 11 de outubro de 1890.

N. 6.691 — **MARINHA** — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 35:388\$742 para pagamento de vencimentos devidos a varios officiaes da Armada.

N. 6.692 — **MARINHA** — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$, destinado a remover para ponto conveniente, na bahia do Rio de Janeiro, as diversas dependencias e officinas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 6.692 A — **JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mazagão, no Estado do Pará.

N. 6.693 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 151:106\$324, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1907.

N. 6.694 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 1.614:091\$120 para a conclusão do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 6.695 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercicio de 1907, o credito supplementar de 42:500\$, sendo 24:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.696 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercicio de 1907, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 6.697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.698 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Crea quatro brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Pardo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.699 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Concede autorização á «Société de Suceries Brésiliennes» para funcionar na Republica.

N. 6.700 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para occorrer ás despesas com o reconhecimento e estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte até entroncar com o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 6.701 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para conclusão dos estudos da Estrada de Ferro Timbó a Propria até entroncar com a Estrada de Ferro Central de Alagoas.

N. 6.702 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 296:538\$ para a execucao do decreto n. 1.626, de 2 de janeiro de 1907.

N. 6.703 — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 30:000\$, parcel, supplementar á verba 2ª — Empregados em disponibilidade, — do art. 16 da lei numero 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.704 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:806\$451, complementar á verba 12^a do art. 2º do orçamento em vigor, para pagamento de vencimentos ao escrivão do Juizo Federal de Minas Geraes, Leandro Castilho de Moura Costa.

N. 6.705 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 445:403\$753 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Nunes Pires, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.706 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Declara sem effeito o decreto n. 6.648, de 19 de setembro de 1907.

N. 6.707 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Releva o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Miguel de Oliveira Salazar, da responsabilidade e pagamento da quantia de réis 36:148\$477.

N. 6.708 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Concede autorização á «Società per l'Exportazione e per l'Industria Italo-Americana» para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.709 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Concede autorização á «Sorocabana Railway Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.710 — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:686\$666, destinado ao pagamento de vencimentos que competem a Paulino Francisco Paes Barreto.

N. 6.711 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Dá novo regulamento á Caixa de Amortização.

N. 6.712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos.

N. 6.713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 9:657\$750, complementar á verba 30^a do art. 2º da lei de orçamento do exercicio vigente.

N. 6.714 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Approva os planos e orçamentos, na importancia total de 327:481\$173, para a construção de um plano inclinado com destino ao armazem n. 8, de um fluctuante para esse plano inclinado e de melhoramentos dos mesmos armazens, no porto de Manaus.

N. 6.715 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Approva o local e o projecto geral para a construção de uma ponte sobre o rio Pa-

ranahyba, destinada a facilitar as communicações entre os municipios do Triangulo Mineiro e os do Sul do Estado de Goyaz.

N. 6.716 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Approva o projecto, o orçamento e o local para a estação em S. Pedro de Itararé, ponto terminal da linha-norte da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, e dá outras providencias.

N. 6.717 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Publica a adhesão do protectorado inglez de Ouganda ao accôrdo relativo ao tratado de mulheres brancas, assignado em Paris em 18 de maio de 1904.

N. 6.718 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 156:200\$, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1907.

N. 6.719 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:415\$770 para o pagamento devido a Silva Mattos & Irmão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.720 — FAZENDA — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 95:921\$287 para pagamento da divida da Estrada de Ferro Central do Brasil ao Estado de Minas Geraes.

N. 6.721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia de 10:470\$869, sendo 759\$677 á verba 15ª e 9:711\$192 á verba 16ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.722 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1907, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 6.723 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1907, o credito supplementar de 57:500\$, sendo 24:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 33:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús Antonio Justiano Esteves Junior.

N. 6.725 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 750\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Manoel Ignacio Belfort Vieira.

N. 6.726 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para

pagamento do premio de viagem ao Dr. Fausto Alves de Brito.

N. 6.727 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia de 6:642\$206, ás verbas 22^a, 24^a, 25^a, 26^a, 27^a, 28^a e 29^a do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1907.

N. 6.728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:000\$, ouro, para pagamento dos premios de viagem á Europa ás alumnas do Instituto Nacional de Musica, Suzana de Figueiredo, Helêna de Figueiredo e Maria Isabel de Verney Campello.

N. 6.729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$ para ser entregue á commissão incumbida da erecção de uma estatua em homenagem ao benemerito consolidador da Republica, o marechal Floriano Peixoto, como auxilio.

N. 6.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 6.731 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Sebastião de Cahy, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.732 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Approva o plano e a planta da linha de transmissão de energia electrica da uzina Guinle & Comp., em Alberto Torres, Estado do Rio de Janeiro, e declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos e bemfeitorias comprehendidos na referida planta.

N. 6.733 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Declara comprehendidas no plano geral das obras do porto de Belém do Pará as installações e obras accessorias construidas em «Val de Cães» e approva a planta do respectivo terreno.

N. 6.734 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Autoriza o contracto para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, a partir da cidade de Ipú até á villa de Cratheús.

N. 6.735 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Approva o projecto e orçamento para a construcção de um edificio em frente ás officinas, destinado ao almoxarifado da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 6.736 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Concede autorização á «Société Internationale de Vois Ferrées et de Travaux Publics» para funcconar na Republica.

N. 6.737 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da In-

dustria, Viação e Obras Publicas o credito de 3.200:000\$ para occorrer ao pagamento dos trabalhos já executados no ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil que vae da estação de Sabará a Sant'Anna dos Ferros, e ao proseguimento dos mesmos trabalhos.

N. 6.738 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Approva os estudos definitivos para os melhoramentos do porto do Recife, Estado de Pernambuco.

N. 6.739 — **GUERRA** — Decreto de 19 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 38:729\$436 para pagamento de gratificação a professores e coadjuvantes que serviram na Escola de Guerra em 1906.

N. 6.740 — **FAZENDA** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 123:387\$728 para occorrer á restituição de espolios arrecadados pelo curador de bens de defuntos e ausentes, Dr. Genesio Telles Bandeira de Mello.

N. 6.741 — **FAZENDA** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Approva as alterações dos estatutos da Companhia Nacional de Seguro Mutuo contra Fogo.

N. 6.742 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:923\$917, suplementar á verba 17ª — Guarda Nacional, — do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1903. ..

N. 6.743 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:400\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Ruy Barbosa.

N. 6.744 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Transfere da comarca da capital para a de S. Simão a séde da 32ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 6.745 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Crea duas brigadas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.746 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Proroga por 60 dias o praso de que trata o decreto n. 5.731, de 17 de outubro de 1905, para a conclusão das obras de ligação das estradas de ferro de Carangola e Macahé e Campos.

N. 6.747 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Approva as novas tarifas e condições regulamentares para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 6.748 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 22 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 350:000\$ para auxiliar a construcção do Hospital de Isolamento de Tuberculosos.

N. 6.749 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 158:075\$750, supplementar á verba 12^a do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.750 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 380:000\$, supplementar á verba — Imprensa Nacional e *Diario Official* — do exercicio de 1907.

N. 6.751 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Approva os novos estatutos da Companhia de Seguros Terrestres União dos Proprietarios.

N. 6.752 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, — do exercicio de 1907.

N. 6.753 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do rio S. Francisco, no Estado da Bahia.

N. 6.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 39:150\$121 para occorrer ao pagamento de diversos officiaes da Brigada Policial.

N. 6.755 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Concede autorização á «Madeira Mamoré Railway Company» para funcionar na Republica.

N. 6.756 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 2:276\$666 para pagamento ao capitão-tenente honorario Arlindo Pinto Duarte da differença de gratificação que deixou de receber como secretario do Corpo de Marinheiros Nacionaes no periodo de 15 de março de 1902 a 31 de dezembro de 1905.

N. 6.757 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 10:300\$, ouro, para occorrer ás despesas com os vice-consulados em Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay, sendo 1:300\$ para vencimentos e 9:000\$ para ajudas de custo.

N. 6.758 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 4:551\$900 para pagamento devido a Antonio Bezerra Cabral, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 16:112\$240 para occorrer ao pagamento de parte dos vencimentos que deixaram de perceber o director, o secretario, o escrivão, o almoxarife e o mestre de officina da Escola Correccional Quinze de Novembro.

N. 6.760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 12:303\$814 para pagar as despesas effectuadas por conta da verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.

N. 6.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:600\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Joaquim Duarte Murtinho.

N. 6.762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o Laboratorio de Ensino Technico e Industrial annexo á Escola Polytechnica desta capital.

N. 6.763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 6.764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Transfere da comarca da capital para a de Piracaia a séde da 5ª brigada de infantaria e da 16ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 6.765 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Paraná*, de propriedade de Junqueira Moreira & Comp.

N. 6.766 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Revoga a clausula XLVII das que baixaram approvadas pelo decreto n. 6.463, de 25 de abril do corrente anno, para a revisão do contracto da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e modificação do traçado Baurú-Cuyabá.

N. 6.767 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 120:000\$, ouro, suplementar á verba 6ª — Ajudas de custo, — do art. 16 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.768 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1907 — Estabelece regras para concessão do soldo vitalicio instituido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907, e para o processo de habilitação ao dito soldo.

N. 6.769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 271:033\$688, suplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.770 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 1:038\$ á verba 6ª do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, para pagamento da gratificação adicional de 15 % a que tem direito o official da Secretaria do Senado José Fernandes de Oliveira.

N. 6.771 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito de 31:143\$, suplementar á verba 38ª do art. 2º, sub-consignação «Para reparos, conservação e aquisição de material, etc.», da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.772 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 21:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com os premios de viagem conferidos aos engenheiros civis José Pires do Rio e José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso.

N. 6.773 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1907, o crédito suplementar de 67:500\$, sendo 24:500\$ á verba — Secretaria do Senado — 43:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 6.774 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por conta do exercício de 1907, o crédito suplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 6.775 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 2.828:000\$, suplementar á verba 9ª, n. 1, do art. 34 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.776 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Approva a planta e orçamento para a construção de armazens de cargas nas estações de Antonio Rebouças, Roxoroiz, Dorizon e Paulo Frontin, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 6.777 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Brasileira de Lacticínios.

N. 6.778 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Concede autorização á companhia «Port of Rio Grande do Sul» para funcionar na Republica.

N. 6.779 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1907 — Publica a accessão da Republica da Bolívia á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo.

N. 6.780 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1907 — Crea um consulado em Barranquilla.

N. 6.781 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 900:000\$ para promover, na capital da Republica, uma exposição nacional agricola, industrial, pastoril e de artes liberaes no anno de 1908.

N. 6.782 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Reorganiza os arsenaes de Marinha da Republica.

N. 6.783 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 25:000\$, papel, suplementar á verba 43ª — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.784 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 25:000\$ para pagar á viuva do Dr. Antonio José de Sampaio como indemnização dos serviços prestados ao paiz por seu marido.

N. 6.785 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Concede autorização á «Manãos Harbour, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.786 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Approva o prolongamento das obras do porto do Rio de Janeiro entre o Canal do Mangue e a Ponta do Cajú.

N. 6.787 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Approva o regulamento para o serviço de fiscalização das estradas de ferro federaes.

N. 6.788 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Approva o projecto e respectivo orçamento da ponte sobre o rio Taquary, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana.

N. 6.789 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 4:955\$ para occorrer ao pagamento do soldo e etapas que deixou de receber, em 1906, o capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros.

N. 6.790 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 98:096\$988 para pagamento das pensões que deixaram de ser abonadas aos operarios do extinto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia.

N. 6.791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Crea uma brigada de artilharia e mais tres de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alagoinhas, no Estado da Bahia.

N. 6.792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Transfere da comarca da capital para a de Brotas a séde da 124ª brigada de infantaria e da 36ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 6.793 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 73:581\$137 para occorrer ás despesas relativas á instalação da Directoria Geral de Estatistica.

N. 6.794 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 720:000\$,

supplementar às rubricas 21^a, 22^a, 23^a, 25^a e 26^a do art. 18 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.795 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Approva, com alterações, as modificações dos arts. 39, 40 e 41 dos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos.

N. 6.796 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 13:476\$799 para pagamento devido ao capitão do Exercito, Francisco Xavier Alencastro de Araujo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 6.797 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 48:000\$, supplementar á verba — Telegraphos, — do art. 34 da lei numero 1.617, de 30 de dezembro de 1906, sendo 32:000\$ para transporte de pessoal e 16:000\$ para transporte de material.

N. 6.798 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Declara sem effeito a clausula X do decreto n. 9.979, de 12 de julho de 1888, referente á concessão das Docas de Santos.

N. 6.799 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza a rénovação do contracto celebrado em virtude do decreto n. 4.372, de 17 de março de 1902, com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão.

N. 6.800 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1907 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 3.130:853\$880, ouro, para occorrer a despesas com a cunhagem de moedas de prata.

N. 6.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Declara de utilidade publica a desapropriação do terreno n. 94 e de dous metros do de n. 92 da rua Camerino.

1908

N. 6.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 129:896\$960, supplementar á verba 20^a do art. 2^o da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.803 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Declara de utilidade publica a desapropriação de um terreno e predio encravados em terras da União, a cavalleiro do açude do morro do Inglez.

N. 6.804 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Approva os estudos definitivos e respectivos orçamentos das obras do porto de Massymbú e do ramal ferreo ligando o mesmo porto á Estrada de Ferro D. Theresa Christina.

N. 6.805 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 1:127\$741 para

ocorrer ao pagamento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 6.806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$ para occorrer ás despesas com a reunião do 4º Congresso Medico Latino Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a Exposição Internacional de Hygiene, annexa ao referido Congresso.

N. 6.807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:400\$ para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional e mobílias, tapeçarias e decorações do mesmo.

N. 6.808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 552:016\$032 para conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia e de 50:000\$ para conclusão dos edificios da Maternidade da mesma cidade.

N. 6.809 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 89:862\$021, complementar á verba 15ª, n. 19, do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.810 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 4:758\$334 para pagamento de gratificações devidas a Orozimbo da Silva Marques.

N. 6.811 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 473:834\$493, complementar á verba 15ª, consignação «Vantagens de forragens e ferragens», do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.812 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 51:360\$, complementar á verba 5ª do art. 22 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.813 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:000\$, ouro, complementar á verba — Reposições e restituções,— do exercicio de 1907.

N. 6.814 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 67:761\$810, complementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1907.

N. 6.815 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 90:000\$, complementar á verba — Juros dos empréstimos do Cofre de Orphãos, — do exercicio de 1907.

N. 6.816 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Concede ao Collegio S. José, em Quixadá, no Estado do Ceará, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.817 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Concede ao Gymnasio Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.818 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Concede ao Collegio Espirito Santo, em Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.819 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Approva novos estudos definitivos do trecho de Cerqueira Cesar á Ilha Grande, da linha de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 6.820 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1908 — Manda observar dentro do exercicio corrente o decreto n. 6.079, de 30 de junho de 1906.

N. 6.821 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 1.000:000\$, para pagamento de despesas a que se refere o decreto legislativo n. 1.756, de 24 de outubro de 1907.

N. 6.822 — GUERRA — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 11:066\$665 para pagamento á Companhia Cantareira e Viação Fluminense.

N. 6.823 — MARINHA — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Melhora, com relação á etapa, as condições materiaes dos officiaes inferiores e praças da Armada, em communhão nos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso.

N. 6.824 — FAZENDA — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Approva a nova tabela de numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica de Minas Geraes.

N. 6.825 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da publicação de quatro volumes da revista *Archivo Parlamentar*.

N. 6.826 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 86:275\$603 para pagamento de augmento de vencimentos dos pretores e outros funcionarios da Justiça do Districto Federal.

N. 6.827 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 30 kilometros da linha ferrea das estradas de ferro Sul do Espirito Santo e Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim.

N. 6.828 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Concede autorização á «Pará Public Works Company, Limited», para funcionar.

N. 6.829 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 30:000\$ para

ocorrer a despesas do exercício de 1907, com o prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral a Therezina.

N. 6.830 — FAZENDA — Decreto de 23 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 30:510\$700 para o pagamento devido á Companhia Norte Mineira, em virtude de sentença judicialia.

N. 6.831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1908 — Concede ao Externato do Gymnasio Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.832 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de janeiro de 1908 — Approva os novos perfis-typos para a execução dos muros do caes do porto da Bahia.

N. 6.833 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 8.000:000\$ para occorrer, durante o exercicio, ás despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel a esta capital.

N. 6.834 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire.

N. 6.835 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o ex-deputado pelo Estado de Pernambuco, Luiz de Andrade.

N. 6.836 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Declara caduca a carta-patente n. 3.619, de 4 de janeiro de 1902, concedendo privilegio de invenção a Arthur Oscar Ferreira Rangel.

N. 6.837 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Approva os estudos e orçamento das obras de prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre as estações Lassance e Pirapora.

N. 6.838 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Autoriza a transferencia á «Madeira Mamoré Railway Company» do contracto da construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 6.839 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Crea um consulado de carreira em Glasgow.

N. 6.840 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Eleva a consulado o vice-consulado em Vigo.

N. 6.841 — MARINHA — Decreto de 30 de janeiro de 1908 — Permite aos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas o uso do uniforme branco como trajo de passeio, durante a estação calmosa.

N. 6.842 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1908 — Declara que continúa em vigor o decreto n. 5.459, de 13 de fevereiro de 1905, sobre a convocação e a presidência da comissão de alistamento de eleitores no Districto Federal.

N. 6.843 — GUERRA — Decreto de 6 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 370:405\$807, supplementar ao art. 22, verba 9ª, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.844 — GUERRA — Decreto de 6 de fevereiro de 1908 — Altera os arts. 15, 19, alinea c, 21, 23, 24, 40, 42, alineas c e e, 50 e 51 do regulamento para o Collegio Militar a que se refere o decreto n. 6.465, de 29 de abril de 1907.

N. 6.845 — MARINHA — Decreto de 6 de fevereiro de 1908 — Modifica o plano de ensino adoptado na Escola Naval pelo decreto n. 6.345, de 31 de janeiro de 1907, e altera outras disposições do regulamento approved pelo mesmo decreto.

N. 6.846 — MARINHA — Decreto de 6 de fevereiro de 1908 — Dá novo regulamento ao serviço da praticagem dos portos, costas e rios navegaveis do Brasil.

N. 6.847 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 162:431\$697 para pagamento do augmento de vencimentos a diversos empregados da Casa de Detenção e da Policia do Districto Federal.

N. 6.848 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1906 — Approva os planos, plantas e orçamentos definitivos para o porto do Rio Grande do Sul.

N. 6.849 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 600:000\$ para a installação completa do Instituto de Pathologia Experimental de Mangueiros e construcção dos edificios necessarios.

N. 6.850 — GUERRA — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Approva as instrucções para a execução dos arts. 3º e 4º da lei n. 1.767, de 31 de outubro de 1907, que fixa as forças de terra para o exercicio de 1908.

N. 6.851 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 60:057\$579 para o pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.

N. 6.852 — FAZENDA — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 31:593\$480, supplementar á verba — Recbedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1907.

N. 6.853 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jus o senador Antonio Francisco Azeredo.

N. 6.854 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Jus-

tiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o general Manoel Presciliano de Oliveira Valladão.

N. 6.855 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:500\$ para pagamento de ajudas de custo a que tem direito o bacharel Francisco de Paula Leite e Oiticica.

N. 6.856 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti.

N. 6.857 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 43:970\$037 para liquidação de contas, relativas ao exercicio de 1905, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 6.858 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 796:500\$ para proseguir a construção da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 6.859 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 180:000\$ para occorrer ás despesas de construção de um predio para Correios e Telegraphos na capital do Estado da Bahia.

N. 6.860 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para promover na capital da Republica uma exposição nacional, pastoril e de artes liberaes no corrente exercicio.

N. 6.861 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1908 — Estabelece a tolerancia de anhydrido sulphuroso até grãos 0,350, por litro, na importação de vinhos.

N. 6.862 — FAZENDA — Decreto de 27 de fevereiro de 1908 — Corrige a alteração com que foi publicada a lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 6.863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1908 — Dá novo regulamento á Casa de Detenção do Districto Federal.

N. 6.864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o marechal Firmino Pires Ferreira.

N. 6.865 — MARINHA — Decreto de 27 de fevereiro de 1908 — Reorganiza o Corpo de Engenheiros Navaes.

N. 6.866 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:400\$ para occorrer

ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. João Lopes Ferreira Filho.

N. 6.867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$ para occorrer ao pagamento de ajuda de custo a que tem direito o senador Urbano Santos da Costa Araujo.

N. 6.868 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:550\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús o Dr. Antonio Coelho Rodrigues.

N. 6.869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. João Vieira de Araujo.

N. 6.870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:600\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o general Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira.

N. 6.871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o senador João Coelho Gonçalves Lisboa.

N. 6.872 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 290:000\$ para a construção de uma ponte sobre o rio Paranahyba.

N. 6.873 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 347:000\$ para o custeio da Estrada de Ferro D. Theresa Christina, no corrente exercicio.

N. 6.874 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas da construção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil e do respectivo ramal de Sabará até á cidade de Ferros.

N. 6.875 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1908 — Abre ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 22:500\$ para animação á industria de seda, no corrente exercicio.

N. 6.876 — GUERRA — Decreto de 12 de março de 1908 — Transfere para a cidade de Porto Alegre, sendo annexa á Escola de Guerra, a Escola de Applicação de Infantaria e Cavallaria.

N. 6.877 — MARINHA — Decreto de 12 de março de 1908 — Amplia e altera algumas disposições do regulamento da

Inspectoria de Engenharia Naval, aprovado pelo decreto n. 6.506, de 11 de junho de 1907.

N. 6.878 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1908 — Approva a nova tabella de numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica e Monte de Socorro do Rio de Janeiro.

N. 6.879 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:600\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o senador Lauro Sodré.

N. 6.880 — FAZENDA — Decreto de 12 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$ para auxiliar a construção do predio destinado ao Club Militar, na Avenida Central.

N. 6.881 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para terminar o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil até a cidade de S. Paulo.

N. 6.882 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de março de 1908 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Tijuca*, de propriedade da Companhia Commercio e Navegação.

N. 6.883 — FAZENDA — Decreto de 17 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, — do exercicio de 1907.

N. 6.884 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 50:000\$ para occorrer ás despesas de instalação da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, effectuadas em 1907.

N. 6.885 — GUERRA — Decreto de 19 de março de 1908 — Manda observar as instrucções para as companhias regionaes a que se refere o art. 1º, § 4º, da lei n. 1.767, de 31 de outubro de 1907.

N. 6.886 — MARINHA — Decreto de 19 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 258:688\$611, supplementar á verba 25º — Fretes, passagens, ajudas de custo e comissões de saques, pessoal, — do art. 18 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.887 — FAZENDA — Decreto de 19 de março de 1908 — Approva as alterações feitas nos estatutos do «British Bank of South America, Limited».

N. 6.888 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:750\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o senador Urbano Coelho de Gouvêa.

N. 6.889 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:000\$ para occorrer ao

pagamento de ajudas de custo a que tem direito o senador Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

N. 6.890 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios interiores o credito especial de 4:950\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jus o general José Pedro de Oliveira Galvão.

N. 6.891 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Approva para o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, que passa a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, o regulamento a que se refere o art. 3º do decreto n. 1.802, de 12 de dezembro de 1907.

N. 6.892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

N. 6.893 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$ para auxiliar o Museu Commercial fundado pela Academia de Commercio do Rio de Janeiro.

N. 6.894 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1908 — Declara sem effeito o decreto n. 6.444, de 4 de abril de 1908.

N. 6.895 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de março de 1908 — Approva os planos e organamento, na importancia de 643:943\$910, para a construcção de uma uzina electrica, guindastes e cabrestantes electricos necessarios ás obras do porto de Belém, no Estado do Pará.

N. 6.896 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Manda executar a convenção postal universal e outros actos internacionaes que a ella se relacionam, concluidos em Roma a 26 de maio de 1906.

N. 6.897 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 19 de março de 1908 — Crea um consulado em Havana.

N. 6.898 — GUERRA — Decreto de 21 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 900:178\$825, supplementar ao art. 22, verba 15ª, consignação 34ª, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 6.899 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1908 — Approva a modificação do contracto da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e autoriza a contractar com a mesma companhia a construcção e o arrendamento da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá e dahi á fronteira do Brasil com a Bolivia.

N. 6.900 — FAZENDA — Decreto de 26 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1.122:068\$433, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1907.

N. 6.901 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de março de 1908 — Reorganiza o territorio do Acre.

N. 6.902 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de março de 1908 — Designa a villa de Senna Madureira para a sede da secção da justiça federal e do Tribunal de Appellação do territorio do Acre.

N. 6.903 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1908 — Proroga por seis mezes o praso para a conclusão das obras do trecho de Jaguarihyva a Itararé, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 6.904 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 26 de março de 1908 — Declara caduca a carta-patente n. 6.954, de 27 de maio de 1907, concedendo privilegio de invenção a Luiz Antunes & Comp.

N. 6.905 — **FAZENDA** — Decreto de 27 de março de 1908 — Eleva a \$400 por kilogramma a taxa de \$200 estabelecida no decreto n. 5.881, de 3 de fevereiro de 1906.

N. 6.906 — **FAZENDA** — Decreto de 27 de março de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 800:000\$, supplemantar á verba — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1907.

N. 6.907 — **MARINHA** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 600:000\$ para o aparelhamento do terreno da ilha das Cobras ou de logar mais apropriado, afim de serem nelle estabelecidas as officinas do Arsenal do Marinha do Rio de Janeiro.

N. 6.908 — **FAZENDA** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Concede á Caixa Mutua de Pensões Vitalicias, de S. Paulo, autorização para funcionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 6.909 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Edmundo de Carvalho.

N. 6.910 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 35:100\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo e subsidios a que tem direito o senador Cleto Nunes Pereira.

N. 6.911 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 160:000\$ para occorrer ás despesas com a conclusão dos serviços de locação e inicio das de construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 6.912 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Concede autorização a Celestino Pesce para organizar uma sociedade anonyma, sob a denominação de Companhia de Industria e Commercio Casa Tolle.

N. 6.913 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 900:000\$ para satisfazer o estipulado no accôrdo celebrado em 29 de dezembro de 1905. para rescisão da concessão dada pelo decreto n. 904, de 18 de outubro de 1890.

N. 6.914 — **GUERRA** — Decreto de 9 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 148:485\$854, destinado ao pagamento de soldo aos que se acham compre-

hendidos no decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907.

N. 6.915 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1908 — Cassa a autorização concedida á Companhia Geral de Seguros para funcionar na Republica.

N. 6.916 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1908 — Cassa as autorizações concedidas á Sociedade de Seguros sobre a Vida Garantia Mutua do Brasil.

N. 6.917 — FAZENDA — Decreto de 9 de abril de 1908 — Concede a A Previdencia, Caixa Paulista de Pensões, autorização para funcionar na Republica e approva, com modificações, os respectivos estatutos.

N. 6.918 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1908 — Concede ao Gymnasio Macedo Soares, no Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.919 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:800\$ para pagamento de ajudas do custo a que fez jus o senador marechal José de Almeida Barreto.

N. 6.920 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 834:550\$ para despesas com a reorganização do territorio do Acre.

N. 6.921 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 24:000\$, ouro, para occorrer, no corrente anno, ao pagamento dos vencimentos dos vice-consules em Melo, Rivera, Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, na Republica Oriental do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina.

N. 6.922 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1908 — Concede a Garcia & Cirjo, proprietarios dos vapores *Garcia* e *Gloria*, os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, excepto a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 6.923 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de abril de 1908 — Concede á Companhia Nacional de Navegação Costeira, com sede nesta capital, os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 6.924 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos especiaes, na importancia total de 33:000\$, para pagamento de diversas subvenções.

N. 6.925 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:600\$ para occorrer ao pagamento das ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Joaquim José de Almeida Pernambuco.

N. 6.926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:800\$ para occorrer ao pagamento das ajudas de custo que, na qualidade de senador pelo Estado da Parahyba, deixou de receber o fallecido general João Soares Neiva.

N. 6.927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:875\$ para occorrer ao pagamento de subsidio que deixou de receber, no periodo de 3 a 27 de maio de 1895, o fallecido senador Dr. Joaquim Saldanha Marinho.

N. 6.928 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1908 — Concede autorização á «Gesellschaft zur Gewinnung von Gerbstoffen m. b. H.» para funcionar na Republica.

N. 6.929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o Laboratorio de Ensino Technico e Industrial, annexo á Escola Polytechnica desta capital.

N. 6.930 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1908 — Approva, com modificações, os estudos de 62 kilometros, a partir do Porto Esperança em direcção a Miranda, da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 6.931 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de abril de 1908 — Approva os estudos definitivos e respectivos orçamentos, na importância de réis 2.825:628\$404, do trecho de 22 kilometros da linha para ligação das estradas de ferro Sul do Espirito Santo e Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, em substituição dos anteriormente approvados.

N. 6.932 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1908 — Concede ao Instituto Silvio de Almeida, no Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.933 — FAZENDA — Decreto de 30 de abril de 1908 — Manda incluir entre as modificações constantes do decreto n. 6.908, de 2 deste mez, a do art. 89 dos estatutos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias de S. Paulo.

N. 6.934 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1908 — Manda executar o tratado de limites e navegação, celebrado em Bogotá aos 24 de abril de 1907, entre o Brasil e a Colombia.

N. 6.935 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do prolongamento da terceira secção até o rio Tieté e da quarta secção entre o mesmo rio e Itapura, da Estrada de Ferro de Bahurú a Itapura.

N. 6.936 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1908 — Concede autorização á «Société Sucrerie do Santo Eduardo» para funcionar na Republica.

N. 6.937 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1908 — Concede vantagens e regalias de paquete ao vapor *Guahyba*, de propriedade da Companhia Commercio e Navegação.

N. 6.938 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de abril de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para ser applicado á propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 6.939 — FAZENDA — Decreto de 7 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 24:600\$ para occorrer a despesas com o serviço de uniformização dos typos das apolices.

N. 6.940 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito Bellarmino Carneiro.

N. 6.941 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$ para occorrer ao pagamento de ajuda de custo a que tem direito o senador Urbano Coelho de Gouvêa.

N. 6.942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 259:115\$189 para despesas com o pessoal e material do Instituto Oswaldo Cruz.

N. 6.943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 18:500\$ para pagamento de despesa com o pessoal e material da delegacia do 29º districto policial.

N. 6.944 — FAZENDA E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1908 — Autoriza a emissão dos titulos necessarios ao pagamento dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá e dahi á fronteira do Brasil com a Bolivia.

N. 6.945 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para proseguir a construcção da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 6.946 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de maio de 1908 — Publica a accessão da Republica do Chile á convenção telegraphica internacional de S. Petersburgo, de 20 de julho de 1875.

N. 6.947 — GUERRA — Decreto de 8 de maio de 1908 — Approva o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecido pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

N. 6.948 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1908 — Regula a naturalização de estrangeiros e dá outras providencias.

N. 6.949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1:500\$ para promover na capital da Republica uma exposição nacional agricola, industrial pastoril e de artes liberaes.

N. 6.950 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1908 — Approva, com modificações, o projecto substitutivo para o primeiro trecho da primeira secção das obras do porto do Belém do Pará.

N. 6.951 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1908 — Approva a planta dos terrenos necessarios á construcção do dique e suas dependencias, que tem de ser executada pela Companhia Docas de Santos.

N. 6.952 — MARINHA — Decreto de 21 de maio de 1908 — Transfere a 3ª Secção do Deposito Naval para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

N. 6.953 — MARINHA — Decreto de 21 de maio de 1908 — Altera o plano de uniformes para os officiaes da Armada e classes annexas, approvado pelo decreto n. 4.341, de 12 de fevereiro de 1902.

N. 6.954 — MARINHA — Decreto de 21 de maio de 1908 — Altera o plano de uniformes para os inferiores e praças do corpo de infantaria de marinha, mandado observar pelo decreto n. 2.051, de 22 de julho de 1895.

N. 6.955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:700\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús o general Henrique Valladares.

N. 6.956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:200\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o deputado Innocencio Serzedello Corrêa.

N. 6.957 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito José Bevilacqua.

N. 6.958 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 50:000\$ para occorrer ás despesas com a compra de um equatorial e sua installação no observatorio da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

N. 6.959 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1908 — Concede a A Economizadora Paulista, Caixa Internacional do Pensões Vitalicias, autorização para funcceionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 6.960 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1908 — Cassa a autorização concedida á Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Vera Cruz para funcceionar.

N. 6.961 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1908 — Approva os projectos das obras

do porto de Santos, relativos aos edificios das officinas, escriptorio tecnico e mais dependencias e ainda das da doca do mercado, respectivo canal de accesso, boeiro no rio dos Soldados e aterro da praça Iguatemy Martins.

N. 6.962 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1908 — Concede autorização á «São Paulo Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 6.963 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1908 — Altera o disposto no art. 1º do decreto n. 6.545, de 4 de julho de 1907, e fixa em 14 de julho e 12 de outubro de 1908, respectivamente, as datas de abertura e encerramento da Exposição Nacional.

N. 6.964 — MARINHA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Reorganiza a Repartição da Carta Maritima..

N. 6.965 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Crea um posto fiscal no rio Japurá, no Estado do Amazonas.

N. 6.966 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Publica a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Corumbá, Estado de Matto Grosso.

N. 6.967 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Cassa as autorizações concedidas á Companhia de Seguros Maritimos, Terrestres e de Vida Mercurio para funcionar na Republica.

N. 6.968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús o almirante José da Costa Azevedo.

N. 6.969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:600\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús o general Francisco Raphael de Mello Rego.

N. 6.970 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 44 kilometros, a contar da estação de Arcos, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 6.971 — GUERRA — Decreto de 4 de junho de 1908 — Organiza as grandes unidades e os quadros dos officiaes do Exercito, e dá outras providencias.

N. 6.972 — GUERRA — Decreto de 4 de junho de 1908 — Approva o regulamento das disposições da lei n. 1.860, de 4 de janeiro findo, sobre o Corpo de Saude.

N. 6.973 — MARINHA — Decreto de 4 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de réis 500:000\$, destinado a concertos de navios da Armada.

N. 6.974 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1908 — Cassa a autorização concedida á Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos Tethys para funcionar na Republica.

N. 6.975 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Concede autorização á Companhia Industrial Germania para funcionar na Republica.

N. 6.976 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para realizar os estudos e a construcção de uma linha ferrea, que, do ponto mais conveniente da Estrada de Ferro de Goyaz, vá ter á Bello Horizonte, e da que completa a ligação dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes.

N. 6.977 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento de trecho de 50 kilometros, a contar de Passo Fundo, da linha de Passo Fundo ao Rio Uruguay.

N. 6.978 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4. de junho de 1908 — Crea um consulado na ilha da Madeira.

N. 6.979 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 4 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 500:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1908.

N. 6.980 — **MARINHA** — Decreto de 5 de junho de 1908 — Altera algumas disposições do regulamento do Conselho do Almirantado, approved pelo decreto n. 6.496, de 5 de junho de 1907.

N. 6.981 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 8 de junho de 1908 — Approva as clausulas para o contracto que tem de ser celebrado com Elmer Lawrence Corthell para a execução das obras de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul e do porto da cidade do Rio Grande, modificando as que baixaram com o decreto n. 5.979, de 18 de abril de 1906.

N. 6.982 — **FAZENDA** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Proroga o praso estipulado para o funcionamento da agencia do «London and Brazilian Bank, Limited», em Marnãos.

N. 6.983 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:900\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o deputado Alexandre José Barbosa Lima.

N. 6.984 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:300\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o deputado Frederico Augusto Borges.

N. 6.985 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o deputado Luiz Antonio Domingues da Silva.

N. 6.986 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito especial de 2:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Antonio Rodrigues Lima.

N. 6.987 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1908 — Approva as despesas feitas pela Companhia de Vias Ferreas e Fluviaes durante o anno de 1906, por conta do capital da Estrada de Ferro do Rio Claro, que fica elevado a \$1.615.853-8-5.

N. 6.988 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com o reconhecimento e estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes.

N. 6.989 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1908 — Declara caduca a carta-patente n. 5.247, de 13 de janeiro do corrente anno, concedendo privilegio de invenção a José Moreira Barbosa.

N. 6.990 — MARINHA — Decreto de 15 de junho de 1908 — Approva o regulamento para o Montepio dos Operarios e Serventes dos Arsenaes de Marinha da Republica.

N. 6.991 — GUERRA — Decreto de 16 de junho de 1908 — Abre o credito de \$1:169\$892, suplementar á verba 4ª do art. 16 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 6.992 — FAZENDA — Decreto de 19 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 124:397\$200 para occorrer á despesa com a construcção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 6.993 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1908 — Approva o regulamento que reorganiza a Guarda Civil.

N. 6.994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1908 — Approva o regulamento que reorganiza a Colonia Correccional de Dous Rios.

N. 6.995 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1908 — Concede ao Gymnasio Hydecroft, no Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 6.996 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:250\$ para occorrer ao pagamento da ajuda de custo relativa á sessão extraordinaria de 1891 e de subsidio correspondente ao periodo de 15 de julho a 31 de dezembro do mesmo anno a que tem direito Sebastião Fleury Curado.

N. 6.997 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:573\$331, suplementar á verba 26ª do art. 2º da lei de orçamento para o exercicio de 1908.

N. 6.998 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:479\$500 para occorrer ás despesas com a impressão do relatorio dos trabalhos da Liga Brasileira contra a Tuberculose, no anno de 1907.

N. 6.999 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de junho de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento da estrada de ferro electrica da Capital Federal á cidade de Petropolis.

N. 7.000 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Altera as tabellas de distribuição do fardamento das praças da Força Policial do Districto Federal.

N. 7.001 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Approva o acto do prefeito do departamento do Alto-Acre, no territorio do Acre, estabelecendo a divisão, denominação, territorio e séde de cada um dos termos judiciarios da comarca do Alto-Acre.

N. 7.002 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 8.000:000\$ para occorrer, durante o corrente exercicio, ás despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel a esta capital.

N. 7.003 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Approva as clausulas para o contracto que tem de ser celebrado com Edmond Bartissol e Demetrio Nunes Ribeiro para a execução das obras de melhoramento do porto do Recife.

N. 7.004 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do ultimo trecho de 59 kms.,620 da linha de ligação da Estrada de Ferro de Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim com a Estrada de Ferro Sul do Espirito Santo.

N. 7.005 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.006 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Declara de utilidade publica a desapropriação do predio n. 242 e do correspondente terreno da rua Senador Pompeu, na Capital Federal, e approva a respectiva planta.

N. 7.007 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 2 de julho de 1908 — Concede autorização á «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» para funcionar na Republica.

N. 7.008 — **MARINHA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Estabelece premios pecuniarios para os melhores atiradores em artilharia e torpedos.

N. 7.009 — **MARINHA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Reorganiza o Corpo de Machinistas Navaes.

N. 7.010 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Dá regulamento para execução do decreto legislativo n. 1.782, de 28 de novembro de 1907.

N. 7.011 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 9 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:250\$ para occorrer ao paga-

mento de ajudas de custo a que tem direito o general Bellarmino de Mendonça.

N. 7.012 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Eduardo Pires Ramos.

N. 7.013 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 43:360\$080 para pagamento de vencimentos a diversos officiaes da Força Policial do Districto Federal.

N. 7.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior.

N. 7.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Celestino Bourroul.

N. 7.016 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer á despesa com o premio de viagem conferido ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães.

N. 7.017 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Publica a adhesão da Colonia Britannica de Trinidad e Tobago á convenção internacional de 20 de março de 1883 para a protecção da propriedade industrial, com as modificações constantes do acto adicional de 14 de dezembro de 1900.

N. 7.018 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 7.019 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1908 — Approva as plantas e orçamento para a construcção de dous diques fluctuantes, duas carreiras de encalhe e officinas de reparação, no porto de Belém, Estado do Pará.

N. 7.020 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos de 58 kilometros, a partir de Aquidauana em direcção a Campo Grande, da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

N. 7.021 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1908 — Transfere á «Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul» o contracto celebrado com o engenheiro Elmer Lawrence Corthell para as obras da barra do Rio Grande do Sul e do porto da cidade do Rio Grande.

N. 7.022 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1908 — Approva as plantas para a construcção de um caes e outras obras em Cabedello, no Estado da Parahyba.

N. 7.023 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de julho de 1908 — Concede autorização á « Société Anonyme du Gas de Rio de Janeiro » para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.024 — GUERRA — Decreto de 11 de julho de 1908 — Approva o regulamento do art. 115 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

N. 7.025 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1908 — Declara sem effeito os decretos que concederam autorização á « Alliance Assurance Company, Limited », e « Alliance Marine and General Assurance Company, Limited », para funcconarem na Republica.

N. 7.026 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o deputado José Augusto de Freitas.

N. 7.027 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:250\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito Fernando Machado de Lima.

N. 7.028 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 500\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o coronel Carlos Augusto de Campos.

N. 7.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 24:550\$ para occorrer ao pagamento de ajuda de custo e subsidios a que tem direito o senador José Gomes Pinheiro Machado.

N. 7.030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 627:724\$ para occorrer a despesas com a Colonia Correccional dos Dous Rios e com a Guarda Civil.

N. 7.031 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:887\$ para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva.

N. 7.032 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1908 — Approva os estudos definitivos e orçamento do trecho comprehendido entre Cruz Alta e a Colonia Ijuhy, da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Rio Ijuhy.

N. 7.033 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1908 — Autoriza os estudos definitivos e a construcção de uma linha ferrea entre a de Goyaz e a cidade de Bello Horizonte, e de outra ligando a Estrada de Ferro Oeste de Minas e os Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro.

N. 7.034 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 16 de julho de 1908 — Transfere a Guinle & Comp. a concessão para a exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia, de que é cessionario o coronel João Pedro Caminha.

N. 7.035 — **MARINHA** — Decreto de 16 de julho de 1908 — Reorganiza o Corpo de Infantaria de Marinha.

N. 7.036 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 20 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 29:587\$477, papel, para occorrer ao pagamento devido ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, como primeiro secretario de legação em disponibilidade inactiva desde 3 de março de 1892 até 20 de dezembro de 1906.

N. 7.037 — **FAZENDA** — Decreto de 21 de julho de 1908 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, o emprestimo de quatro milhões esterlinos.

N. 7.038 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:711\$580 para pagamento ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça.

N. 7.039 — **FAZENDA** — Decreto de 23 de julho de 1908 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.040 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 650\$ para occorrer ao pagamento da ajuda de custo a que tem direito o deputado Manoel Pereira Reis.

N. 7.041 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 500\$ para occorrer ao pagamento da ajuda de custo a que fez jus o marechal Floriano Peixoto.

N. 7.042 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 23 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia total de 190:830\$020, sendo 48:304\$020 á verba 6ª e 142:526\$ á verba 8ª do orçamento para o exercicio de 1908.

N. 7.043 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 23 de julho de 1908 — Declara de utilidade publica a desapropriação do predio n. 41 e do terreno n. 43 da rua Visconde do Sâpucahy, nesta capital, e approva a respectiva planta.

N. 7.044 — **GUERRA** — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 1.044:857\$, supplementar á verba 9ª — Soldos, etapas e gratificações de officiaes, — do art. 16 da lei de orçamento vigente.

N. 7.045 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede ao Atheneu Jahuense, no Es-

tado do S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.046 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede ao Gymnasio Carneiro Ribeiro, no Estado da Bahia, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o senador Lauro Severiano Müller.

N. 7.048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito João de Siqueira Cavalcanti.

N. 7.049 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 220:000\$ para a indemnização ao governo do Estado de Sergipe de igual quantia fornecida ao Governo Federal para a despesa dos estudos da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá.

N. 7.050 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Rescinde o contracto entre o Governo Federal e o cidadão José de Oliveira Castro para arrendamento provisorio da Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 7.051 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede autorização á «Felten & Guillaume-Lamhmayer Werke Actien Gesellschaft», de Mulheim sur Rhin, para sem privilegio estabelecer e explorar um cabo telegraphico submarino entre um ponto da costa do Brasil e a ilha de Teneriffe.

N. 7.052 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede a Guinle & Comp. os favores constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, para o aperfeiçoamento da força hydraulica do rio Itapanhaú, no Estado de S. Paulo.

N. 7.053 — GUERRA — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Approva o regulamento das inspecções permanentes creadas pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo.

N. 7.054 — GUERRA — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Crea cinco brigadas estrategicas e tres de cavallaria e manda observar o regulamento dos commandos das referidas brigadas.

N. 7.055 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:958\$065 para pagamento do meio soldo e montepio a D. Rosa Penedo Abreu.

N. 7.056 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Concede ao Gymnasio de Lavras, no Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.057 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 40:000\$, ouro, para occorrer ás despesas de viagem e representação do marechal Hermes Rodrigues da Fônsaca e general de divisão Luiz Mendes de Moraes, commandante do 4º districto militar, e ás que têm de fazer a Legação do Brasil em Berlim.

N. 7.058 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 49km.,750, a contar do Kilometro 44, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 7.059 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho de 23km.,870 da linha de São Francisco ao rio Paraná, a contar do Kilometro 132 + 363 metros.

N. 7.060 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho de 14km.,600, a contar de Itú, do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral.

N. 7.061 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Altera a clausula I das que acompanham o decreto n. 5.903, de 23 de fevereiro de 1906.

N. 7.062 — **GUERRA** — Decreto de 7 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 56:787\$944 para pagamento de docentes militares.

N. 7.063 — **GUERRA** — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 427:721\$136, destinado ao pagamento de soldo a voluntarios da patria, comprehendidos na disposição do decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907.

N. 7.064 — **FAZENDA** — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 48:357\$387 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.065 — **FAZENDA** — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 180:000\$ para pagamento aos Drs. Pedro Francellino Guimarães Filho, Cesario da Sylva Pereira e Antonio Angra de Oliveira.

N. 7.066 — **FAZENDA** — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:076\$187 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Antonio José Pinto, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.067 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 45:459\$ á verba 6ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1908.

N. 7.068 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Concede autorização á

«Société de Construction du Port de Bahia» para funcionar na Republica.

N. 7.069 — GUERRA — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Modifica as disposições do art. 10 e seu § 1º do decreto n. 6.974, de 4 de junho do corrente anno.

N. 7.070 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:653\$320 para occorrer ao pagamento devido a Karl Hoepeck & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.071 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 249:700\$660 para o pagamento devido a D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.072 — FAZENDA — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 28:708\$156 para occorrer ao pagamento devido a José Bernardino Ribeiro Guimarães, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.073 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Autoriza o contracto da construção da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias e do ramal de Itaqui, no Estado do Maranhão.

N. 7.074 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Autoriza o contracto de construção do trecho da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte comprehendido entre Taipú e Caicó.

N. 7.075 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Approva a reforma dos Estatutos da Companhia Puglisi.

N. 7.076 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Concede autorização á «Società per l'Esportazione e per l'Industria Italo Americana» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.077 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de agosto de 1908 — Publica a adhesão da Republica de Honduras ao accordo de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes.

N. 7.078 — MARINHA — Decreto de 24 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha os creditos especial de réis 24:858\$486 e suplementar de 2:400\$ para pagamento da differença de vencimento e de soldo a que tem direito o almirante Arthur Jaceguay.

N. 7.079 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 384:000\$, papel, suplementar á verba 14ª do art. 16 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.080 — GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a installação e expediente das juntas de alistamento e de sorteio militar.

N. 7.081 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito extraordinário de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos, relativos ao anno de 1907, ao capitão da Força Policial deste Districto, João Cicero Bianchi.

N. 7.082 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de 900\$ para occorrer ao pagamento de ajuda de custo que em 1896 deixou de receber o senador Raymundo Arthur de Vasconcellos.

N. 7.083 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 55:812\$714 para occorrer ao pagamento á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.084 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 337:543\$946 para occorrer ao pagamento devido a Machado & Carvalho e Silva & Carvalho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.085 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Declara sem effeito os decretos que autorizaram a companhia de seguros «Nord Deutsche Feuer Versicherungs Gesellschaft» a funcionar no Brasil.

N. 7.086 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Concede autorização á Companhia de Seguros de Vida Cruzeiro do Sul para funcionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 7.087 — FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito extraordinário de 14:863\$826 para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide do Nascimento Torres, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.088 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Concede autorização á sociedade anonyma «E. Johnston and Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.089 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Concede autorização á «Brazilian Railway Construction Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.090 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 45 kilometros, a contar do Kilometro 50, da linha do Passo Fundo ao rio Uruguay.

N. 7.091 — FAZENDA E INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a incorporação da Estrada de Ferro Muzambinho á Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 7.092 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Crea um consulado em Iquique,

N. 7.093 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Publica as adhesões do governo do protectorado britannico de Somalilândia e do governo das ilhas Caimanes ao accôrdo de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo á troca de carta e caixas com valor declarado.

N. 7.094 — **FAZENDA** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 89:558\$826 para occorrer ao pagamento devido a Dona Francisca Borges Monteiro, viúva do Dr. Carlos Borges Monteiro.

N. 7.095 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús o Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto.

N. 7.096 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:200\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o senador Justo Leite Chermont.

N. 7.097 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Joaquim Antonio da Cruz.

N. 7.098 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:425\$ para occorrer ao pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Ramiro Fortes de Barcellos.

N. 7.099 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Santista.

N. 7.100 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Approva a planta e o plano da linha de transmissão de energia electrica aproveitada do rio Itapanhaú, em Santos, Estado de S. Paulo, e bem assim declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos e bemfeitorias comprehendidos na mesma planta.

N. 7.101 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.102 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.103 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 23:551\$484 para occorrer a despesas no Alto-Acre.

N. 7.104 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 900\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jús o primeiro tenente João da Silva Retumba.

N. 7.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Concede ao Collegio S. José, com séde na villa Silvestre Ferraz, Estado de Minas Geraes, o privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional.

N. 7.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Concede ao Gymnasio de Itajubá, com séde na cidade de Itajubá, Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional.

N. 7.107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Concede ao Collegio Diocesano da Parahyba os privilegios e garantias de que gosa o Gymnasio Nacional.

N. 7.108 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza a Companhia Docas de Santos a empregar no desenvolvimento da lavoura, industria e outros fins o excesso de energia electrica da força hydraulica do rio Itatinga, que fôr utilizada nos serviços do porto de que a mesma companhia é cessionaria.

N. 7.109 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Eleva a consulado geral o consulado em Sydney.

N. 7.110 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12.000:000\$ para o pagamento do preço da aquisição e encampação da Estrada de Ferro de Muzambinho.

N. 7.111 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Concede á sociedade anonyma Kosmos, Sociedade Nacional de Pensões Vitalicias, autorização para funcção na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 7.112 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 18:873\$320 para occorrer ao pagamento devido a Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença judicial.

N. 7.113 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:535\$326, ouro, e 429:998\$736, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 7.114 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:500\$368 para occorrer ao pagamento devido a Dona Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, em virtude de sentença judicial.

N. 7.115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Julio Sergio Palma.

N. 7.116 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 5:200\$ para occorrer ao pagamento de subsidios que deixou de receber o senador Severino dos Santos Vieira.

N. 7.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 2:000\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Ramiro Fortes de Barcellos.

N. 7.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 5:400\$ para occorrer ao pagamento de subsidios que deixou de receber o deputado Pedro Gonçalves Moacyr.

N. 7.119 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Approva a modificação do projecto das obras para o melhoramento do porto da Bahia.

N. 7.120 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Concede autorização ao Banco de Credito Internacional para explorar o commercio de generos e substancias alimenticias.

N. 7.121 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Approva o novo projecto para o porto do Rio Grande do Sul, situado a Lésse da ilha do Ladino, em substituição do que foi approved pelo decreto n. 6.848, de 11 de fevereiro do corrente anno.

N. 7.122 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza a contractar com a companhia «Brazil Great Southern Railway» a construção e o arrendamento da Estrada de Ferro de Itaquí a S. Borja.

N. 7.123 — GUERRA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 1:750\$, destinado ao pagamento ao primeiro tenente do Exército Antonio Claudio de Souto, de consignações que estabeleceu e não foram pagas.

N. 7.124 — MARINHA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Da novo regulamento ao Corpo de Marinheiros Nacionais.

N. 7.125 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:302\$628 para occorrer ao pagamento devido a Seraphim de Lima Pitaluga, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.126 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Approva o acto do prefeito do departamento do Alto-Juruá, no territorio do Acre, estabelecendo a divisão, denominação, territorio e sede de cada um dos termos judiciais da comarca do Alto-Juruá.

N. 7.127 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 17:100\$ para occorrer ao pagamento de subsidio que deixou de receber o senador Ruy Barbosa.

N. 7.128 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 37:675\$ para occorrer ao pagamento de ajudas de custo e subsidios que deixou de receber o senador marechal Julio Anacleto Falcão da Frota.

N. 7.129 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credito especial para occorrer ao pagamento de ajuda de custo que em 1891 deixou de receber o senador José Gomes Pinheiro Machado.

N. 7.130 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:036\$300 para occorrer ao pagamento de subsidios que deixou de receber o senador José Joaquim de Souza.

N. 7.131 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 80:000\$ para occorrer ás despesas da construção do prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil e do respectivo ramal de Sabará até á cidade de Ferros.

N. 7.132 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer ás despesas com a execução de medidas contra os effeitos da secca nos Estados do Norte.

N. 7.133 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Manda executar o tratado concluido em 5 de maio de 1906, estabelecendo a fronteira entre o Brasil e a colonia de Surinam.

N. 7.134 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:874\$332, destinado ao pagamento de vencimentos que deixou de receber o major do Exercito Erico Augusto de Oliveira, como professor da extinta Escola Militar do Rio Grande do Sul.

N. 7.135 — MARINHA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 17:289\$410 para pagamento de vencimentos devidos ao capitão de corveta Francisco de Mattos.

N. 7.136 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 174\$257, ouro, e 826:394\$030, papel, para o pagamento das dividas de exercicios findos.

N. 7.137 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:419\$656 para occorrer ao pagamento devido ao major José Raphael Alves de Azambuja, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.138 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 5:405\$726 para occorrer ao pagamento devido ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.139 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito extraordinario de 23:625\$780 para occorrer ao pagamento devido a Boris Frères e José Antonio de Araujo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.140 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 28:950\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o general Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira.

N. 7.141 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 13:875\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o senador Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

N. 7.142 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 8:110\$930, sendo 7:930\$ ao n. 13 e 180\$930 ao n. 15 do art. 2º da lei numero 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.143 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1908 — Crea um consulado em Cadiz.

N. 7.144 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito especial de réis 2:267\$609 para occorrer á restituição devida ao capitão da Força Policial, José Cicero Bianchi.

N. 7.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Concede ao Collegio Salesiano Sagrado Coração, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Concede ao Gymnasio Espirito Santense, no Espirito Santo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.147 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido ao engenheiro civil Dr. Henrique Novaes.

N. 7.148 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Proroga por mais cinco annos o praso fixado na clausula III do decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892, para conclusão das obras do prolongamento de Resaca a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

N. 7.149 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Approva novos estudos definitivos do trecho da Ilha Grande ao salto grande de Paranapanema, da linha de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 7.150 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.151 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Câmara dos Deputados.

N. 7.152 — FAZENDA — Decreto de 15 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:200\$903 para occorrer á restituição devida ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro e Andrade.

N. 7.153 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de outubro de 1908 — Approva a reforma dos estatutos da sociedade anonyma Moinho Santista.

N. 7.154 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de outubro de 1908 — Crea um consulado na ilha neerlandeza de Curaçáo.

N. 7.155 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 30:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1908.

N. 7.156 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 25:413\$280 para pagamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brasil e João Nepomuceno da Costa.

N. 7.157 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.928:000\$, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1908.

N. 7.158 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 115:000\$ para ser applicado aos trabalhos de propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 7.159 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Concede á « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul » autorização para construir uma estrada de ferro de Monte Bonito á barra do Rio Grande e approva as respectivas plantas e orçamentos.

N. 7.160 — FAZENDA — Decreto de 3 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3.412:478\$ para o pagamento de despesas a que se refere o decreto legislativo n. 1.766, de 24 de outubro de 1907.

N. 7.161 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:816\$930 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Russo Italiano, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:450\$ para pagamento das ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Germaniano Brasil de Oliveira Góes.

N. 7.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:450\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Joaquim Felício dos Santos.

N. 7.164 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Transfere para a razão social Proença & Gouvêa o contracto de construção do trecho da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte comprehendido entre Taipú e Caicó.

N. 7.165 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Concede autorização á «United Shoe Machinery Company of South America» para funcionar na Republica.

N. 7.166 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Revalida a concessão feita pelo decreto n. 5.936, de 20 de março de 1906, á Empresa de Navegação Rio de Janeiro, com séde nesta capital, dos favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 7.167 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o capitão de corveta Francisco de Mattos.

N. 7.168 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:475\$ para pagamento de subsidios que o senador pelo Estado do Maranhão Augusto Olympio Gomes de Castro deixou de receber.

N. 7.169 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:750\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber Aquilino Leite do Amaral Coutinho.

N. 7.170 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1908. — Concede autorização á Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes para construção, uso e gozo de um ramal ferreo que vá terminar na cidade de Baurú.

N. 7.171 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1908. — Autoriza o contracto de construção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá.

N. 7.172 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Manda executar o accôrdo firmado em

Roma para o fim de ser estabelecida em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 7.173 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Manda executar a convenção, assignada em Roma, creando o Instituto Internacional de Agricultura, com séde na mesma cidade.

N. 7.174 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:035\$940 para occorrer ao pagamento devido a Carlos Masiano, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.175 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Aristides Novis.

N. 7.176 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.177 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio de Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito supplementar de 616:750\$, sendo 141:700\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.178 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber Demetrio Nunes Ribeiro.

N. 7.179 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:500\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber João da Silva Rego Mello.

N. 7.180 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber o senador Segismundo Antonio Gonçalves.

N. 7.181 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:000\$ para pagamento de ajudas de custo que o senador Manoel Ignacio Belfort Vieira deixou de receber.

N. 7.182 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:925\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios que deixou de receber José Leopoldo de Bulhões Jardim.

N. 7.183 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.000:000\$ para occorrer ás despesas com revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel a esta capital.

N. 7.184 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Gaúcho*, de propriedade do coronel Ernesto Durisch.

N. 7.185 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Approva os estudos do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, entre Cratheus, no Estado do Ceará, e Theresina, no do Piahy.

N. 7.186 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Contracta com a razão social Proença & Gouvêa o arrendamento da Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte.

N. 7.187 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.049:197\$992, supplementar á verba 15^a do art. 2^o da lei n. 1.844, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.188 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Dispensa os navios de pequena cabotagem do sello das vistorias, as quacs serão feitas em secco, annualmente, nos navios a vapor, e, de dous em dous annos, nos navios a vela, devendo os capitães de portos, de seis em seis mezes, inspecional-os internamente.

N. 7.189 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 770\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao ex-almoxarife do extinto Arsenal de Marinha de Pernambuco, Sebastião José Bezerra Cavalcanti.

N. 7.190 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:867\$076 para occorrer ao pagamento devido a Mario Nazareth, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.191 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza a Companhia de Seguros Ypiranga a funcionar na Republica e approva, com modificações, os respectivos estatutos.

N. 7.192 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Concede ao Atheneu Sergipense, com séde na capital do Estado de Sergipe, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.193 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Concede ao Gymnasio Leopoldinense, em Leopoldina, Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.194 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:800\$ para paga-

mento de ajudas de custo que deixou de receber Luiz Adolpho Corrêa da Costa.

N. 7.195 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:551\$612, suplementar ás verbas 24^a e 25^a do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.196 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza a celebração do contracto com o capitão-tenente Cleto Ladisláo Tourinho Japiassú para o serviço de navegação a vapor entre Recife e Amarração, Recife e Bahia e Recife a Fernando de Noronha.

N. 7.197 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho de 46 km., 200, a contar do Kilometro 14 + 600 do prolongamento da Estrada de Ferro Sobral.

N. 7.198 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Concede autorização á «Bahia Rubber and Fibre Plantations, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.199 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Modifica o art. 236 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 7.200 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Applica á despesa com o pessoal da officina typographica da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 5:000\$ que, na verba 2^a da vigente lei orçamentaria, não teve destino determinado.

N. 7.201 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Estabelece alterações no plano de uniformes do Exército.

N. 7.202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos, na importância total de réis 2.542:255\$081, suplementares ás verbas 13^a, 15^a e 38^a do artigo 2º da lei de orçamento do exercicio de 1908.

N. 7.203 — MARINHA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Approva o regulamento para o serviço hospitalar da Marinha de guerra.

N. 7.204 — MARINHA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Approva o regulamento para o Corpo de Saude da Armada.

N. 7.205 — GUERRA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 600:488\$460 para execução do disposto no art. 23, alinea f, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, revigorado pelo art. 17, alinea d, da de n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.206 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:520\$, suplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1908.

N. 7.207 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza a emissão de títulos destinados ao pagamento das obras de melhoramentos do porto do Recife.

N. 7.208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Approva o acto do prefeito do departamento do Alto-Purús, no territorio do Acre, estabelecendo a divisão, denominação, territorio e séde de cada um dos termos judiciarios da comarca do Alto-Purús.

N. 7.209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Abre o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:865\$343 para pagamento de ajudas de custo e subsidios que deixou de receber Manoel Ferraz de Campos Salles.

N. 7.210 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Concede autorização á « Société Générale de Construction » para funcionar na Republica.

N. 7.211 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Proroga por mais dous annos o praso fixado para conclusão da construcção da Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha.

N. 7.212 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o ministro da Fazenda a assignar, em nome do Governo Federal e por intermedio do delegado do The-souro em Londres, o contracto necessario para garantia do emprestimo externo de £ 15.000.000 que o Estado de São Paulo vae contrahir.

N. 7.213 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares na importância total de 5.197\$993, sendo 1:298\$ á verba 6ª e 3:899\$993 á verba 8ª do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.214 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:500\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Joaquim Antonio da Cruz.

N. 7.215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 30:025\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios que deixou de receber o capitão de corveta Joaquim de Albuquerque Serejo.

N. 7.216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber Arthur Pinto da Rocha.

N. 7.217 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 400\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber Pedro Gonçalves Moacyr.

N. 7.218 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 750\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber Joaquim Xavier Guimarães Natal.

N. 7.219 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:400\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Antonio Pinto Nogueira Accioly.

N. 7.220 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Concede á Empresa de Navegação Bahiana, estabelecida na capital do Estado da Bahia, os favores de que tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 7.221 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Approva os estudos e orçamento das obras do ramal de Sabará a Santa Barbara, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.222 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para occorrer ás despesas de estudos e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.

N. 7.223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 18:000\$ para pagamento de vencimentos e gratificação adicional ao ex-director da Secretaria da Camara dos Deputados, Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis.

N. 7.224 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Caixa Economica de S. Paulo.

N. 7.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito suplementar de 27:548\$386, sendo 11:290\$322 á verba — Secretaria do Senado — e 16:258\$064 á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1908, o credito suplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.227 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Concede autorização á sociedade anonyma «Machine Cottons, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.228 — GUERRA — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Providencia sobre o fechamento da Escola de Guerra e da de Applicação de Infantaria e Cavallaria.

N. 7.229 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Desapropria por utilidade publica ter-

renos na rua Marechal Floriano para a construção de uma nova ala no edificio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e approva a respectiva planta.

N. 7.230 — GUERRA — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Approva o regulamento da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 7.231 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Approva o plano de equipamento das praças de infantaria do Exercito.

N. 7.232 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 20:000\$ para attender ás despesas com o plantio e cultivo de forragens no rincão de S. Gabriel, em S. Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.233 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Approva a alteração dos estatutos da Caixa Mutua de Pensões Vitalicias de S. Paulo.

N. 7.234 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Approva as alterações dos estatutos da «Royal Insurance Company, Limited».

N. 7.235 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos extraordinarios de 6:123\$100 para pagamento a D. Maria Honorina de Azevedo Santos e 25:534\$563 ao major reformado do Exercito Leobaldo Augusto de Novaes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.236 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:112\$122 para occorrer ao pagamento devido a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.237 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Approva os novos estatutos da «Guardian Assurance Company, Limited», autorizada a funcionar primitivamente sob o nome de «Guardian Fire and Life Assurance Company, Limited».

N. 7.238 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Concede ao Collegio S. Joaquim, com séde na cidade de Lorena, Estado de S. Paulo, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Concede ao Gymnasio Nossa Senhora Auxiliadora, em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.240 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:814\$520 para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Theodoro Alves Pacheco.

N. 7.241 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:575\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios que deixou de receber o senador José Joaquim de Souza.

N. 7.242 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça o Negocios Interiores o credito especial de 4:950\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o senador Lauro Severiano Müller.

N. 7.243 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Nerval Gomes Veras.

N. 7.244 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho de 102 km., 600 da linha de Passo Fundo ao rio Uruguay, a contar do Kilometro 75.

N. 7.245 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Concede privilegio por 90 annos á Companhia Estrada de Ferro de Araraquara para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre as cidades de S. José do Rio Preto, no Estado de S. Paulo, e de Jatahy, no de Goyaz, passando por S. Francisco de Salles, no Estado de Minas Geraes.

N. 7.246 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Refinadora Paulista.

N. 7.247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:498\$165 para pagamento de gratificação adicional a varios funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.248 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios de 7:887\$096 e 7:500\$ para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, de differenças de vencimentos.

N. 7.249 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:000\$ para pagamento da differença de vencimentos devidas ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim.

N. 7.250 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:200\$, suplementar á verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados, — do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.251 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:625\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Benedicto Pereira Leite.

N. 7.252 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:650\$ para pagamento

de subsidios que deixou de receber o deputado federal Dr. Diogo Fernandes Alves Fortuna.

N. 7.253 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$ complementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1908.

N. 7.254 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 700\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber o Dr. Helvecio da Silva Monte.

N. 7.255 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Raymundo Carneiro de Souza Bandeira.

N. 7.256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:750\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Nelson de Vasconcellos e Almeida.

N. 7.257 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:750\$ para pagamento de ajudas de custo e subsidio que deixou de receber o deputado Angelo Gomes Pinheiro Machado.

N. 7.258 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 17:950\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios que deixou de receber o senador Sylverio José Nery.

N. 7.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:400\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Arthur Pinto da Rocha.

N. 7.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 750\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Luiz Delfino dos Santos.

N. 7.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:450\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Manoel Messias de Gusmão Lyra.

N. 7.262 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:100\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios que deixou de receber o Dr. Joaquim Ignacio Tosta.

N. 7.263 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 18:975\$ para paga-

mento de ajudas de custo e subsidios que deixou de receber o senador Dr. Francisco de Assis Rosa e Silva.

N. 7.264 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 18:375\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o senador Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

N. 7.265 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:875\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o senador Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa.

N. 7.266 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:450\$ para pagamento de ajudas de custo e subsidios que deixou de receber Gabriel Salgado dos Santos.

N. 7.267 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 4:008\$202 para occorrer ao pagamento de ordenado devido ao escripturario do almoxarifado do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira.

N. 7.268 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 136:418\$126 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, á viuva do almirante Jeronymo Francisco Gonçalves.

N. 7.269 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:766\$820 para occorrer ao pagamento devido ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.270 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realzada pelas alfandegas dos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina e Matto Grosso.

N. 7.271 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Dá regulamento para a administração dos patrimonios do Gymnasio Nacional, do Hospicio Nacional de Alienados, dos institutos de Surdos-Mudos e Benjamin Constant.

N. 7.272 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Concede ao Lyceu Affonso Penna, fundado pela Prefeitura do Alto-Juruá na cidade do Gruzeiro do Sul, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.273 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Modifica o art. 429 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos.

N. 7.274 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 655:637\$370, ouro, para occorrer a despesas com a cunhagem de moedas de prata.

N. 7.275 — MARINHA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Fixa definitivamente em 1\$400 as etapas dos officiaes da Armada e classes annexas.

N. 7.276 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 391:214\$562, destinado ao pagamento a 332 voluntarios reconhecidos com direito ao soldo vitalicio instituido pelo decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907.

N. 7.277 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Manda executar o tratado de arbitramento geral entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina.

N. 7.278 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Fixa as etapas dos officiaes do Exercito.

N. 7.279 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de janeiro de 1909 — Concede autorização á Companhia Ararense de Leitaria para funcionar na Republica.

N. 7.280 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 83:443\$749, supplementar á verba 13^a do art. 29 da lei numero 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.281 — GUERRA — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:000\$ para pagamento á Sociedade de Tiro Brasileiro do Rio Grande do Sul.

N. 7.282 — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 234:301\$329 para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos.

N. 7.283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:929\$032 para occorrer á elevação de vencimentos do curador de massas fallidas na Capital Federal.

N. 7.283 A — FAZENDA — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Manda observar, dentro do exercicio corrente, o decreto n. 6.079, de 30 de junho de 1906.

N. 7.284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:825\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Ernesto Alves de Oliveira.

N. 7.285 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas effectuadas em 1908 com os estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes.

N. 7.286 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de janeiro de 1909 — Supprime o lugar de secretario e de um escriptuario da Directoria Geral do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brasil no Estrangeiro.

N. 7.287 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de

17:308\$907 para pagamento devido aos herdeiros do tenente-coronel reformado da Brigada Policial, Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença judiciária.

N. 7.288 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:706\$822 para pagamento ao Dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão, em virtude de sentença judiciária.

N. 7.289 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 101:996\$600 para occorrer ao pagamento devido a Ignacio Alves Pereira, em virtude de sentença judiciária.

N. 7.290 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Declara a rescisão do contracto feito com a Empresa Esperança Maritima para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 7.291 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Concede autorização á «Société de Construction du Port de Pernambuco», para funcionar na Republica.

N. 7.292 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Concede autorização a «The Brazilian Dredging Company» para funcionar na Republica.

N. 7.293 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Approva os planos e orçamentos para as obras e melhoramento do porto de Corumbá, no Estado de Matto Grosso.

N. 7.294 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Concede autorização á sociedade anonyma «Fomento Argentino Sud-Americano» para funcionar na Republica.

N. 7.295 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de janeiro de 1909 — Concede á «Manáos Harbour, Limited», autorização para augmentar o material de sua uzina de electricidade com a instalação de novosapparelhos.

N. 7.296 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para attender ás despesas com a construcção do predio destinado á Repartição Central da Policia.

N. 7.297 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 317\$500 para occorrer á restituição devida a Raymunda Amelia Pereira, em virtude do decreto legislativo n. 2.057, de 4 de janeiro de 1909.

N. 7.298 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 7:987\$679 para occorrer ao pagamento devido a George Francis Mee e Ernest Walter Mee, em virtude de sentença judiciária.

N. 7.299 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Previdencia do Sul, com séde em Porto Alegre.

N. 7.300 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de

10:850\$694 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, á viuva e aos herdeiros do Dr. Amphiphio Botelho Freire de Carválho.

N. 7.301 — FAZENDA — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 23:791\$875 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.302 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Autoriza a contractar com o Estado da Bahia o serviço de nevegação costeira no mesmo Estado.

N. 7.303 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Rescinde o contracto celebrado com a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão para o serviço de navegação entre os Estados do Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Pernambuco.

N. 7.304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camamú, no Estado da Bahia.

N. 7.305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

N. 7.306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

N. 7.307 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Crea mais tres brigadas de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 7.308 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de janeiro de 1909 — Approva as clausulas para novação do contracto de arrendamento definitivo da Estrada de Ferro de S. Francisco, no Estado da Bahia, e para o contracto de arrendamento provisorio da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, do ramal do Timbó, e dos trechos que forem sendo entregues ao trafego do prolongamento de Timbó a Propriá e da Estrada de Ferro Central da Bahia.

N. 7.309 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 150:000\$, supplementar á verba — Exercicios findos, — do exercicio de 1908.

N. 7.310 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:694\$300 para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos a Norberto de Azeredo Coutinho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.311 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:131\$249 para pagamento devido ao barão de Lucena, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.312 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 9:405\$350 para occorrer ao pagamento devido ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, em virtude de sentença judicialia.

N. 7.313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Approva o acto do prefeito do departamento do Alto-Purús, no territorio do Acre, estabelecendo a divisão, denominação, territorio e séde de cada um dos termos judiciais da comarca do Alto-Purús.

N. 7.314 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Autoriza ao ministro da Fazenda a emitir apolices, até á quantia de 20.000:000\$, do juro de 5 %, papel.

N. 7.315 — FAZENDA — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Autoriza o ministro da Fazenda a afiançar o emprestimo de £ 2.000.000 que a Prefeitura do Districto Federal contrahir no exterior.

N. 7.316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 140:727\$538 para despesas com o augmento dos vencimentos dos funcionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

N. 7.317 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Concede autorização a «The State of Bahia South Western Railway Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.318 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 900:000\$, para proseguir a construção da linha telegraphica estrategica de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 7.319 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Modifica o art. 410 do regulamento da Repartição Geral dos Telegraphos, approved pelo decreto n. 4.053, de 24 de junho de 1901.

N. 7.320 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:000\$ para occorrer á entrega a Octavio de Souza Lima do capital de emprestimo do Cofre dos Orphãos, feito em seu nome.

N. 7.321 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 26:541\$040 para occorrer aos pagamentos de 21:838\$280 á Companhia Centro Commercial e de 4:702\$760 a João Martins Ferreira, successor de Ferreira Amorim & Comp.

N. 7.322 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 6:095\$506 para occorrer ao pagamento de vencimentos ao amanuense do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, Authino Alfredo de Carvalho.

N. 7.323 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito especial de 10:875\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Carlos Marcellino da Silva.

N. 7.324 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Concede ao Collegio Brasil, na cidade de Lambary, Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.325 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 660:751\$811, supplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1908.

N. 7.326 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.327 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para occorrer ao pagamento da quantia correspondente á medição provisoria dos materiaes recebidos do estrangeiro, até 31 de agosto do anno proximo findo, pela «Madeira-Mamoré Railway Company».

N. 7.328 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 347:000\$ para o custeio da Estrada de Ferro D. Theresa Christina.

N. 7.329 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Substitue os arts. 26, 27 e 28 do regulamento para a cobrança e escripturação dos emolumentos consulares por meio de estampilhas, approved pelo decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898.

N. 7.330 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Publica a adhesão da Hespanha ás quatro clausulas da declaração sobre direito marítimo feita no Congresso de Paris a 16 de abril de 1856.

N. 7.331 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Publica a adhesão do Reino da Suecia á convenção sanitaria internacional de 3 de dezembro de 1903, e, bem assim, aos seus tres annexos, e a acta do deposito das ratificações.

N. 7.332 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Publica a adhesão da Gambia á convenção sanitaria internacional, assignada em Paris em 3 de dezembro de 1903.

N. 7.333 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1909 — Crea um consulado na ilha Mauricia, possessão britannica.

N. 7.334 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de fevereiro de 1909 — Transfere ao Estado da Bahia a concessão feita ao capitão-tenente Cleto Ladisláo Tourinho Japiassú para o serviço de navegação a vapor

entre Recife e Fernando de Noronha, em virtude do decreto n. 7.335, de 26 de novembro de 1908.

N. 7.335 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para construcção de uma ponte sobre o rio Paranahyba, de accôrdo com o projecto approvado pelo decreto n. 6.751, de 7 de novembro de 1907.

N. 7.336 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 18 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para ser applicado á propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos.

N. 7.337 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de fevereiro de 1909 — Publica a adhesão da Republica de Colombia á convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 7.338 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 18 de fevereiro de 1909 — Publica a adhesão do Imperio Ottomano á convenção assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

N. 7.339 — **GUERRA** — Decreto de 25 de fevereiro de 1909 — Altera o art. 49 e seus §§ 1º e 2º, art. 50 e seus §§ 1º, 2º, 3º, e 4º, o paragrapho unico do art. 58, o art. 99 e seus §§ 1º e 2º, os arts. 100 e 106, os §§ 2º e 3º do art. 112 e o art. 65 do regulamento para as escolas do Exercito, a que se refere o decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905.

N. 7.340 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de fevereiro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 7.341 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 25 de fevereiro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Joazeiro, no Estado da Bahia.

N. 7.342 — **FAZENDA** — Decreto de 25 de fevereiro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 44:387\$722 para pagamento ao primeiro tenente da Armada, Antonio Leopoldino da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.343 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de fevereiro de 1909 — Concede autorização a «The Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.344 — **INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de fevereiro de 1909 — Autoriza a contractar com a companhia «Madeira-Mamoré Railway», cessionaria do contracto de construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, o arrendamento da mesma Estrada.

N. 7.345 — **MARINHA** — Decreto de 4 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 16:000\$

para tratamento, em Poços de Caldas, de officiaes e praças da Armada.

N. 7.346 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:162\$034, supplementar á verba 9ª — Recebedoria da Capital Federal, — do exercicio de 1908.

N. 7.347 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 80:000\$ para aquisição de mobiliario, tapeçarias e outros objectos necessarios ao novo edificio do Supremo Tribunal Federal.

N. 7.348 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de março de 1909 — Approva a planta da parte da pedreira a desapropriar no Kilometro 233+200 do ramal de S. Paulo, na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.349 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de março de 1909 — Approva as modificações feitas pela Conferencia de Lisboa, em 1908, no texto do regulamento do serviço telegraphico internacional, revisto em Londres em 1903.

N. 7.350 — GUERRA — Decreto de 4 de março de 1909 — Approva o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os estatutos para as sociedades incorporadas á mesma Confederação.

N. 7.351 — FAZENDA — Decreto de 11 de março de 1909 — Determina a percentagem maxima de impurezas toxicas nos cognacs e armagnacs que forem admittidos a despacho das alfandegas da Republica.

N. 7.352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1909 — Concede ao Lyceu Municipal da cidade de Muzambinho, Estado de Minas Geraes, os privilegios e garantias de que goza o Gymnasio Nacional.

N. 7.353 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de março de 1909 — Concede autorização a «The Mantós Tramways and Light Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.354 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 4.297:661\$074 para occorrer á liquidiação das despesas feitas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel a esta capital.

N. 7.355 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 700:000\$ para occorrer, durante o corrente exercicio, ás despesas de construção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará a Santa Anna dos Ferros.

N. 7.356 — GUERRA — Decreto de 18 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 586:604\$298, supplementar á verba 15ª, n. 33, do art. 16 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.357 — GUERRA — Decreto de 18 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 872:492\$653, supplementar á verba 10ª do art. 16 da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907.

N. 7.358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:000\$ para pagamento de ajudass de custo que deixou de receber o Dr. Rodrigo Corrêa de Araujo.

N. 7.359 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 14:300\$ para pagamento da ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Theotônio Raymundo de Brito.

N. 7.360 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:650\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Sebastião Fleury Curado.

N. 7.361 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de março de 1909 — Crea mais duas brigadas de artilharia de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 7.362 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1909 — Autoriza o contracto de construção da secção de estrada de ferro de Alberto Isaacson a Bello Horizonte.

N. 7.363 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de março de 1909 — Concede autorização a «Alves Braga Rubber States and Trading Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.364 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 250:000\$, supplementar á verba — Exercicios findos, — do exercicio de 1908.

N. 7.365 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, — do exercicio de 1908.

N. 7.366 — FAZENDA — Decreto de 21 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:000\$, supplementar á verba — Aposentados, — do exercicio de 1908.

N. 7.367 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com o estabelecimento de laboratorios de ensino tecnico-industrial na Escola Polytechnica.

N. 7.368 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1909 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Campeiro* e *Tropeiro*, de propriedade da Empresa de Navegação Sul Rio-Grandense.

N. 7.369 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1909 — Concede á Empresa de Navegação Espirito Santo-Caravellas, com séde nesta capital, os

favores de qua tem gosado o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 7.370 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1909 — Rectifica o decreto n. 7.043, de 23 de julho de 1908.

N. 7.371 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1909 — Autoriza o contracto para construcção da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas entre S. Vicente e Bom Jardim.

N. 7.372 — FAZENDA — Decreto de 27 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 757:359\$359, supplementar á verba 19^a — Mesas de rendas e collectorias, — do exercicio de 1908.

N. 7.373 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 520:000\$, supplementar á verba — Alfandegas, — do exercicio de 1908.

N. 7.374 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 900:784\$207, supplementar á verba — Juros dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro, — do exercicio de 1908.

N. 7.375 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:518\$ para occorrer ao pagamento de despesas realizadas com a segunda época de exames de preparatorios.

N. 7.376 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de março de 1909 — Concede autorização á « Maranhão Obras Publicas Company, Limited », para funcionar na Republica.

N. 7.377 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de março de 1909 — Declara de utilidade publica a desapropriação de um terreno triangular na frente do predio n. 154 da rua da America, na Capital Federal, e approva a respectiva planta.

N. 7.378 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de março de 1909 — Crea um consulado em Colombo, ilha de Ceylão.

N. 7.379 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de março de 1909 — Crea um vice-consulado em Gorbija, na margem esquerda do Igarapé-Bahia, Republica da Bolivia.

N. 7.380 — FAZENDA — Decreto de 30 de março de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 80:000\$, supplementar á verba — Juros dos emprestimos do Cofre de Orphãos, — no exercicio de 1908.

N. 7.381 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para occorrer ás despesas com os trabalhos preparatorios do recenseamento a realizar-se em 1910.

N. 7.382 — GUERRA — Decreto de 15 de abril de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:000\$

para pagamento á sociedade Tiro Nacional de S. Paulo do subsidio de que trata o art. 1º da lei n. 1.503, de 5 de setembro de 1906.

N. 7.383 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1909 — Cassa a autorização concedida pelo decreto n. 7.111, de 17 de setembro de 1908, para a sociedade anonyma Kosmos, Sociedade Nacional de Pensões Vitalicias, funcionar na Republica.

N. 7.384 — FAZENDA — Decreto de 15 de abril de 1909 — Approva, com modificações, os estatutos da Companhia de Seguros Previdencia do Sul.

N. 7.385 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1909 — Approva os projectos e orçamento, na importancia de 4.285:721\$592, em substituição dos que foram approvados pelo decreto n. 6.608, de 16 de agosto de 1907, para a construcção de diversas obras no porto de Santos.

N. 7.386 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de abril de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 7.387 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de abril de 1909 — Manda executar a convenção radiotelegraphica, o accordo adicional, protocollo final e respectivo regulamento, concluidos em 2 de novembro de 1906 entre o Brasil e varias potencias.

N. 7.388 — GUERRA — Decreto de 29 de abril de 1909 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado da Guerra.

N. 7.389 — GUERRA — Decreto de 29 de abril de 1909 — Approva o regulamento do Estado-Maior do Exercito.

N. 7.390 — MARINHA — Decreto de 29 de abril de 1909 — Supprime a Directoria de Meteorologia da Superintendencia de Navegação e crea uma secção de Meteorologia na Directoria de Hydrographia e Oceanographia da mesma repartição, e dá outras providencias.

N. 7.391 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1909 — Declara caduca a patente de privilegio de invenção n. 4.466, de 28 de novembro de 1905, concedida a Joseph Florentin Lebre para aperfeiçoamento em caixas de descargas para lavagem.

N. 7.392 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de abril de 1909 — Concede as vantagens e regalias de paquete aos vapores *Ipu*, *Rio* e *Sobral*, de propriedade da Empresa de Navegação L. Lorentzen.

N. 7.393 — GUERRA — Decreto de 6 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:000\$ para pagamento á sociedade Tiro Brasileiro Federal do subsidio de que trata o art. 1º da lei n. 1.503, de 5 de setembro de 1906.

N. 7.394 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Canavieiras, no Estado da Bahia.

N. 7.395 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itaparica, no Estado da Bahia.

N. 7.396 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1909 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 98 km., 20, ligando a estação do Alegre, da Estrada de Ferro de Caravellas, no Estado do Espirito Santo, ao Kilometro 39, da linha de Santa Luzia ao Manhuassú, no Estado de Minas Geraes.

N. 7.397 — GUERRA — Decreto de 14 de maio de 1909 — Extingue a Secretaria da Guerra, a Intendencia Geral da Guerra e as direcções geraes de Saude, Artilharia, Engenharia e Contabilidade da Guerra.

N. 7.398 — MARINHA — Decreto de 14 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 100:000\$ para a concessão de premios pecuniarios aos melhores atiradores.

N. 7.399 — MARINHA — Decreto de 14 de maio de 1909 — Manda adoptar nova tabella de gratificações para as praças do Corpo de Marinheiros Nacionaes.

N. 7.400 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:500\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Antonio Gonçalves Chaves.

N. 7.401 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 800\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber o general Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto.

N. 7.402 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:575\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Euclides Vieira Malta.

N. 7.403 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 13:350\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Fr. Leopoldo R. Jardim.

N. 7.404 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 7.405 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Conselho, no Estado da Bahia.

N. 7.406 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Minas do Rio de Contas, no Estado da Bahia.

N. 7.407 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Conquista, no Estado da Bahia.

N. 7.408 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Iguarassú, no Estado de Pernambuco.

N. 7.409 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de maio de 1909 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Correntina, no Estado da Bahia.

N. 7.410 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para terminar o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil até á cidade de S. Paulo.

N. 7.411 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de maio de 1909 — Altera o traçado da linha ferrea de Monte Bonito á Barra, da « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul », a que se refere o decreto n. 7.151, de 29 de outubro de 1908.

N. 7.412 — GUERRA — Decreto de 21 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 34:000\$ para prover ao tratamento de officiaes e praças no Exército no estabelecimento, thermal de Poços de Caldas.

N. 7.413 — FAZENDA — Decreto de 21 de maio de 1909 — Revoga o art. 6º do regulamento que baixou com o decreto n. 9.712, de 5 de fevereiro de 1887.

N. 7.414 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.

N. 7.415 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Curralinho, no Estado da Bahia.

N. 7.416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 7.417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Valença, no Estado da Bahia.

N. 7.418 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:575\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Carlos Augusto Garcia Ferreira.

N. 7.419 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1909 — Declara caduca a patente de privilegio de invenção n. 4.499, de 13 de janeiro de 1906,

concedida a Maximino Pinto Mendes, para um novo systema de escada portatil para casas de negocio.

N. 7.420 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para ser applicado á construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Fóz do Rio Ijuhy.

N. 7.421 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Camisão, no Estado da Bahia.

N. 7.422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:750\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Francisco Cornelio da Fonseca Lima.

N. 7.423 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1909 — Modifica a directriz da estrada de ferro projectada entre a de Goyaz e a cidade de Bello Horizonte, a que se refere o dereto n. 7.033, de 16 de julho de 1908.

N. 7.424 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1909 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 137 kilometros a partir da estaca 3.970 da revisão dos estudos na margem direita do Rio Doce, pouco abaixo de Derubadinha.

N. 7.425 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1909 — Transfere para a razão social Ibirocahy & Comp. o contracto de construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e ramal de Itaquí.

N. 7.426 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1909 — Concede autorização á « Southern Brazil Lumber Company » para funcconar na Republica.

N. 7.427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de maio de 1909 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho de 58 kms., 900 do prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, a partir do Kilometro 60+800 até á villa de Craheus.

N. 7.428 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.

N. 7.429 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. José Hygino Duarte Pereira.

N. 7.430 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1909 — Concede autorização á companhia « Port of Pará » para continuar a funcconar na Republica.

N. 7.431 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1909 — Concede autorização á «Bahia Tramway, Light and Power Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.432 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1909 — Concede autorização á «Sorocabana Railway Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.433 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1909 — Concede autorização á «Madeira-Mamoré Railway Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.434 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1909 — Concede autorização á «Brazil Railway Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.435 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de junho de 1909 — Declara sem effeito o decreto n. 5.896, de 13 de fevereiro de 1906, que concedeu á Empresa Brasileira de Navegação Freitas os favores de que goza o Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 7.436 — FAZENDA — Decreto de 3 de junho de 1909 — Cassa a autorização concedida pelo decreto n. 7.191, de 26 de novembro de 1908, á Companhia de Seguros Ypiranga para funcionar na Republica.

N. 7.437 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1909 — Concede a Guinle & Comp. autorização para estabelecerem uma linha dupla de cabos entre as cidades de Nictheroy e Rio de Janeiro, destinada á transmissão de energia electrica.

N. 7.438 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de junho de 1909 — Concede autorização á «Brazilian Warrant Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.439 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de junho de 1909 — Concede autorização á «Cruzeiro Mining and Finance Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.440 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de junho de 1909 — Transfere para a razão social Austricliano de Carvalho & Comp. o contracto para a construção da Estrada de Ferro de Timbó a Propriá.

N. 7.441 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1909 — Faz publica a adhesão do Imperio da Ethiopia á convenção postal universal.

N. 7.442 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1909 — Approva as plantas e os orçamentos, na importancia de 39:516\$734, para a construção das officinas da Estrada de Ferro de Goyaz, na cidade de Formiga.

N. 7.443 — GUERRA — Decreto de 24 de junho de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:000\$ para occorrer ao pagamento do subsidio a que tem direito a Sociedade União dos Atiradores do Brasil.

N. 7.444 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de junho de 1909 — Proroga por 12 meses o prazo a que se refere a clausula IV do decreto n. 6.438, de 27 de março de 1907, para a apresentação dos estatutos do reconhecimento do ramal da Estrada de Ferro de Goyaz que, partindo do ponto que convier, vá ter á parte navegavel do rio Tocantins.

N. 7.445 — MARINHA — Decreto de 1 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 18:000\$ para a publicação da *Liga Maritima*, revista da Liga Maritima Brasileira.

N. 7.446 — MARINHA — Decreto 1 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 500:000\$ para concerto de navios da Armada.

N. 7.447 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1909 — Transfere para a «Société de Construction du Port de Pernambuco» o contracto celebrado com Edmond Bartissol e Demetrio Nunes Ribeiro para a execução das obras de melhoramentos do porto do Recife.

N. 7.448 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1909 — Concede autorização á «Société Minière et Industrielle Franco-Brésilienne» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.449 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1909 — Approva as plantas e o orçamento da ponte a construir sobre o correjo das Perdizes, ligando a estação de Porto Real, da Estrada de Ferro de Goyaz, ao arraial do mesmo nome.

N. 7.450 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1909 — Approva os estudos definitivos e respectivos orçamentos dos dous primeiros trechos do prolongamento da Estrada de Ferro de Itaqui a S. Borja.

N. 7.451 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de julho de 1909 — Eleva para oito o numero de viagens redondas mensaes que, pela clausula I do contracto a que se refere o decreto n. 6.688, de 17 de outubro de 1907, é a Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba obrigada a fazer, da cidade da Parnahyba ao porto da Tutoya.

N. 7.452 — FAZENDA — Decreto de 1 de julho de 1909 — Corrige as alterações com que foi publicada a lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.453 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de julho de 1909 — Approva as plantas e o orçamento do trecho de Pederneiras a Bahurú, do ramal ferreo concedido á Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes pelo decreto numero 7.170, de 12 de novembro de 1908.

N. 7.454 — GUERRA — Decreto de 8 de julho de 1909 — Approva o regulamento para o Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

N. 7.455 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de julho de 1909 — Substitue o trecho de Sant'Anna dos Ferros a Serro, da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina, pelo de Curralinho, da Estrada de Ferro Central do Brasil, á cidade de Diamantina, em Minas Geraes.

N. 7.456 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1909 — Transfere á Companhia Brasileira de Energia Electrica os favores constantes das concessões feitas á firma Guinle & Comp. pelos decretos ns. 6.367, de 14 de fevereiro de 1907, e 7.052, de 30 de julho de 1908.

N. 7.457 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1909 — Concede autorização á «United Shoe Machinery Company of South America» para continuar a funcceionar na Republica.

N. 7.458 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito da quantia de 5:860\$ para ser entregue ao Dr. Tiburcio Valeriano Pecegueiro do Amaral pela publicação de sua obra *Elementos de Chimica Inorganica*.

N. 7.459 — GUERRA — Decreto de 15 de julho de 1909 — Approva o regulamento para instrucção e serviços internos dos corpos do Exercito.

N. 7.460 — GUERRA — Decreto de 15 de julho de 1909 — Approva o regulamento para a Divisão de Fundos da Secretaria de Estado da Guerra.

N. 7.461 — MARINHA — Decreto de 22 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 50:000\$ para a acquisição de um rebocador para a Capitania do Porto do Estado do Ceará.

N. 7.462 — MARINHA — Decreto de 22 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito especial de 35:000\$ para a construcção, no estrangeiro, da turbina a vapor de invenção do Dr. Pereira de Lyra.

N. 7.463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Parahyba.

N. 7.464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 7.465 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 19:425\$ para pagamento dos subsidios que deixou de receber Justo Leite Chermont.

N. 7.466 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:250\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o senador Severino dos Santos Vieira.

N. 7.467 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Décreto de 22 de julho de 1909 — Approva os planos e os orçamentos para construcção de pontes de madeira e postes telegraphicos de madeira na linha ferrea de Bahurú a Itapura.

N. 7.468 — GUERRA — Decreto de 22 de julho de 1909 — Approva o plano de uniforme facultativo para os socios das sociedades de tiro incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 7.469 — GUERRA — Decreto de 22 de julho de 1909 — Altera diversos artigos do regulamento da Secretaria de Estado da Guerra, approved pelo decreto n. 7.388, de 29 de abril de 1909.

N. 7.470 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1909 — Crea um consulado na cidade do Mexico.

N. 7.471 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:100\$ para pagamento das despesas com a construcção de um edificio apropriado para a Repartição Central da Policia e serviços annexos.

N. 7.472 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1909 — Muda a denominação do Gymnasio Nacional.

N. 7.473 — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1909 — Regula o serviço de estatística da exportação para o exterior e do commercio inter-estadual.

N. 7.474 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1909 — Approva o regulamento para a maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 7.475 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:525\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidio que deixou de receber Generoso Paes Leme de Souza Ponce.

N. 7.476 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:000\$ para pagamento de ajuda de custo que deixou de receber o major Fileto Pires Ferreira.

N. 7.477 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:975\$ para pagamento de ajuda de custo e subsidios que deixou de receber Arthur Ferreira de Abreu.

N. 7.478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de julho de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:925\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o deputado Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda.

N. 7.479 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1909 — Concede á «Leopoldina Railway Company, Limited», privilegio para prolongar a sua linha até o porto do Rio de Janeiro, e dá outras providencias.

N. 7.480 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1909 — Autoriza a revisão do contracto da Estrada de Ferro do Corcovado.

N. 7.481 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de julho de 1909 — Prorroga o prazo da concessão feita a «The Amazon Telegraph Company, Limited», pelo decreto n. 2.000, de 2 de abril de 1895, para o estabelecimento de comunicações telegraphicas entre as capitães dos Estados do Pará e Amazonas.

N. 7.482 — GUERRA — Decreto de 29 de julho de 1909 — Approva o regulamento para a Divisão de Expediente da Secretaria de Estado da Guerra.

N. 7.483 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 7.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Crea uma brigada de infantaria da Guarda Nacional na comarca de Tgarapé-Assú, no Estado do Pará.

N. 7.485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:825\$ para pagamento dos subsidios que deixou de receber o senador Alfredo Ellis.

N. 7.486 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Declara sem effeito a parte referente ao rio S. Gonçalo, no Districto Federal, para o fim da desapropriação, por utilidade publica, de que trata o decreto n. 6.475, de 9 de maio de 1907.

N. 7.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para occorrer á despesa com a mudança da Bibliotheca Nacional para o novo edificio.

N. 7.488 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Concede autorização á «Foster Mc Clellan Company» para funcionar na Republica.

N. 7.489 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Concede autorização á «Deutsch-Südamerikanische Telegraphengesellschaft, A. G.» para funcionar na Republica.

N. 7.490 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Approva a planta do local para officinas e outras installações geracs da «Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul» e declara de utilidade publica, para os effeitos da desapropriação, os terrenos alli comprehendidos.

N. 7.491 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e orçamento do trecho do ramal de S. Francisco, comprehendido entre a travessia do Rio Negro e o Porto da União, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 7.492 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Approva a planta e orçamento, na importância de 6.079:488\$019, para o trecho de caes em frente ao estaleiro de reparação e ás officinas para os accrescimos dos blócos supplementares no porto de Santos, já approvados pelos decretos ns. 4.426 e 6.359, de 9 de junho de 1902 e 7 de fevereiro de 1907.

N. 7.493 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 800:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.494 — GUERRA — Decreto de 5 de agosto de 1909 — Estabelece alterações no plano de uniformes do Exercito.

N. 7.495 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Modifica a organização dada á administração fiscal no territorio do Acre pelo decreto n. 5.206, de 30 de abril de 1904.

N. 7.496 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:025\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber João Alves de Castro.

N. 7.497 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Concede ao Collegio Santista do Coração de Jesus, com séde na cidade de Santos, Estado de São Paulo, os privilegios e garantias de que goza o estabelecimento congenere federal.

N. 7.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Concede ao Collegio Nossa Senhora da Victoria, com séde na capital do Estado da Bahia, os privilegios e garantias de que goza o estabelecimento congenere federal.

N. 7.499 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Transfere á Companhia Brasileira de Energia Elctrica a concessão para a exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia, de que é concessionaria.

N. 7.500 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Concede a Edward Dught Trowbridge autorização para assentar um cabo submarino entre esta cidade e a de Nictheroy

N. 7.501 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Dispõe sobre as medidas provisórias para a instalação do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 7.502 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 200:000\$ para occorrer ás despesas com a instalação do mesmo Ministerio.

N. 7.503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, MARINHA, GUERRA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, FAZENDA E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de agosto de 1909 — Faz effectiva a disposição constitucional que veda as accumulações remuneradas.

N. 7.504 — GUERRA — Decreto de 16 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 175:000\$, em vista da autorização conferida pelo art. 13, alinea d, da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.505 — GUERRA — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 11:445\$401, destinado ao pagamento de vencimentos devidos ao capitão Manoel Joaquim Machado.

N. 7.506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:500\$ para pagamento

de ajudas de custo que deixou de receber o Dr. Elyseu de Souza Martins.

N. 7.507 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:525\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Antonio Jacob da Paixão.

N. 7.508 — FAZENDA — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Approva as alterações dos estatutos da companhia de seguros, com séde em Hamburgo, «Albingia Versicherungs Aktiengesellschaft».

N. 7.509 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Transfere para a Companhia Viação Geral da Bahia o contracto de arrendamento das estradas de ferro federaes de que trata o decreto n. 7.308, de 29 de janeiro de 1909.

N. 7.510 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de agosto de 1909 — Concede autorização á «Brazilian Goldfields, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.511 — GUERRA — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Altera os arts. 9º e 17, n. 11, letra b, do regulamento para o Estado-Maior do Exercito, approved pelo decreto n. 7.389, de 29 de abril ultimo.

N. 7.512 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Turyassú, no Estado do Maranhão.

N. 7.513 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:600\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Aquilino Leite do Amaral Coutinho.

N. 7.514 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 23:400\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Joaquim José da Silva Sarmento.

N. 7.515 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para pagamento de ajudas de custo que deixou de receber o marechal José Simeão de Oliveira.

N. 7.516 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:325\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Raulino Julio Adolpho Horn.

N. 7.517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:875\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Generoso Marques dos Santos.

N. 7.518 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 150:000\$ para melhoramentos da Quinta da Boa Vista, no Districto Federal.

N. 7.519 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Substitue a clausula V do contracto celebrado entre o Governo Federal e a «Brazil Great Southern Railway Company, Limited», para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Itaqui a S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.520 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Autoriza a celebração do contracto com Joaquim Garcia & Comp., para o serviço de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Paraty.

N. 7.521 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para occorrer ás despesas do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité.

N. 7.522 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Concede autorização á «Paul J. Christoph Company» para funcionar na Republica.

N. 7.523 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de agosto de 1909 — Revalida a carta-patente de privilegio de invenção n. 4.499, de 13 de janeiro de 1906, concedida a Maximino Pinto Mendes, para um novo systema de escada portatil para casas de negocio e que fôra declarada caduca pelo decreto n. 7.419, de 21 de maio de 1909.

N. 7.524 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1909 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 176:500\$, ouro, suplementar á 1ª consignação da verba 7ª do art. 7º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.525 — GUERRA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Estabelece premios para as unidades de artilharia, guarnições de peça e praças que melhores notas obtiverem nos exercicios de tiro de guerra.

N. 7.526 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 47:251\$019, suplementar á verba 9ª — Recebedoria da Capital Federal, — do orçamento vigente.

N. 7.527 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:959\$334, suplementar á verba 20ª — Empregados de repartições e logares extinctos, — do orçamento vigente.

N. 7.528 — FAZENDA — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 297:564\$475, suplementar á verba 7ª — Thesouro Federal, — do orçamento vigente.

N. 7.529 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar na importancia total de 41:319\$904 á verba 6ª — Secretaria do Senado, — do art. 2º

da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, sendo 16:783\$028 para «Pessoal» e 24:536\$876 para «Material».

N. 7.530 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 289\$900 para pagamento de differença de vencimentos a que tem direito Basilio Emygdio de Almeida.

N. 7.531 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:875\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o capitão Raymundo de Amorim Figueira.

N. 7.532 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no municipio de Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

N. 7.533 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Rectifica a clausula XVI do decreto n. 977, de 5 de agosto de 1892, referente á autorização concedida á Companhia Mogyana para o prolongamento de sua estrada de ferro ao porto de Santos.

N. 7.534 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Substitue a clausula VI do decreto numero 977, de 5 de agosto de 1892, referente á linha ferrea de Resaca a Santos.

N. 7.535 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito 1:000\$ para occorrer ao pagamento da quantia correspondente á medição dos materiaes recebidos do estrangeiro, no corrente anno, pela «Madeira-Mamoré Railway Company».

N. 7.536 — GUERRA — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 545:529\$923, destinado ao pagamento de soldo a voluntarios da patria comprehendidos na disposição do decreto legislativo n. 1.687, de 13 de agosto de 1907.

N. 7.537 — GUERRA — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Restabelece as denominações de Secretaria de Estado da Guerra e Directoria de Contabilidade da Guerra do respectivo Ministerio, que têm as denominações de Divisão de Expediente e Divisão de Fundos.

N. 7.538 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 22:620\$, papel, suplementar á verba 1^a — Secretaria de Estado — «Pessoal», do art. 7^o da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos dos funcionarios da respectiva Secretaria de Estado, no periodo de 5 de setembro a 31 de dezembro de 1909.

N. 7.539 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Concede autorização á «Société Suerière d'Angra» para funcionar na Republica.

N. 7.540 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de setembro de 1909 — Torna extensivos aos func-

cionarios da Secretaria de Estado da Agricultura, Industria e Commercio os vencimentos estabelecidos no decreto n. 2.092, de 31 de agosto ultimo, para os funcionarios das demais secretarias de Estado.

N. 7.541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 47:219\$982 ás verbas 10ª e 21ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1909, para pagamento de vencimentos dos funcionarios da respectiva Secretaria de Estado e dos auxiliares e cartographo da secção demographica da Directoria Geral de Saude Publica.

N. 7.542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:075\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o marechal Firmino Pires Ferreira.

N. 7.543 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:925\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o almirante Eduardo Wandenkolk.

N. 7.544 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.545 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.546 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:868\$104 para pagamento aos herdeiros do Dr. Ovidio Fernandes Trigo de Loureiro, em virtude de sentença judicial.

N. 7.547 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 7.548 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Concede autorização á Tranquillidade, Sociedade Mutua de Pecúlio e Garantia do Capital, para funcionar na Republica e approva os respectivos estatutos.

N. 7.549 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Rio Ijuhy.

N. 7.550 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Autoriza o contracto para o serviço de navegacão dos rios Ibicuihy, até Cacequy, e Uruguay, até Santo Isidro, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.551 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras

Publicas o credito de 600.000\$ para prolongamento do ramal de Santa Cruz, da Estrada de Ferro Central do Brasil, a Itacurussá.

N. 7.552 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 23:383\$625, supplementar á verba 1ª — Secretaria de Estado — «Pessoal», do art. 15 da lei de orçamento n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.553 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Dá providencias sobre os exames para a promoção de marinheiros-foguistas e foguistas contractados.

N. 7.554 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 49:357\$993 para pagamento de differença de vencimentos aos funcionarios das directorias de Expediente e Contabilidade da Marinha, de 5 de setembro a 31 de dezembro de 1909.

N. 7.555 — GUERRA — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 55:712\$191, supplementar ás verbas 1ª e 3ª do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.556 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Crea o Serviço de Inspeção Agricola.

N. 7.557 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 22:098\$028 para occorrer ao pagamento do augmento de vencimentos que competem aos funcionarios da respectiva Secretaria de Estado, na forma do decreto n. 7.540, de 9 de setembro de 1909.

N. 7.558 — GUERRA — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Approva o regulamento do gabinete do Ministerio da Guerra.

N. 7.559 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Approva os novos estatutos da companhia de seguros «Northern Assurance Company».

N. 7.560 — FAZENDA — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 320\$500 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.561 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:275\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Joaquim Gonçalves Ramos, Alexandre Stockler Pinto de Menezes e José de Mello Carvalho Muniz Freire.

N. 7.562 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Approva as clausulas para a revisão do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 7.563 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas entre Bom Jardim e Falcão, autoriza a conclusão da construcção do pro-

longamento da mesma Estrada entre Rio Claro e Angra dos Reis e dá outras providencias.

N. 7.564 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Crea a Administração dos Correios de 4ª classe no territorio do Acre e abre o credito de 102:880\$ para a sua installação.

N. 7.565 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para execução de medidas contra os effeitos da secca nos Estados do Norte.

N. 7.566 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de setembro de 1909 — Crea nas capitães dos Estados da Republica escolas de aprendizes artifices para o ensino profissional primario e grauito.

N. 7.567 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de setembro de 1909 — Concede autorização á Companhia Estrada de Ferro Santa Catharina para funcconar na Republica.

N. 7.568 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de setembro de 1909 — Concede autorização á «Leite & Company, Incorporated», para funcconar na Republica.

N. 7.569 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 157:443\$193 para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 7.570 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 15:000\$, ouro, para subsidios á commissão academica incumbida de representar a mocidade brasileira em Montevideo.

N. 7.571 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:275\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber João Severiano da Fonseca Hernes, Joaquim Leonel de Resende Filho e Alvaro Augusto de Andrade Botelho.

N. 7.572 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 13:850\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Francisco Honorio Ferreira Brandão.

N. 7.573 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:075\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber o general Francisco Victor da Fonseca e Silva.

N. 7.574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 50:000\$, supplementar á verba — Eventuaes, — do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.575 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Proroga por mais dous annos o prazo a

que se refere a clausula IV do decreto n. 6.533, de 20 de junho de 1907, para apresentação dos estudos definitivos do ramal de Jaguarihyva ao valle do rio Paranapanema, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

N. 7.576 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Approva, com modificações, o novo projecto e respectivo orçamento dos armazens que a companhia «Port of Pará» tem de construir em substituição dos que foram approvados pelo decreto n. 6.363, de 7 de fevereiro de 1907.

N. 7.577 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 600:000\$ para as despesas de construcção do ramal de Santa Barbara a Sant'Anna dos Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.578 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de outubro de 1909 — Estabelece bases para a prestação de contas do trafego do caes de Santos.

N. 7.579 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:949\$970 para pagamento ao capitão de corveta commissario, Carlos Eugenio Ferreira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.

N. 7.581 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$ para pagamento da ajuda de custo que deixou de receber o Dr. José Teixeira da Matta Bacellar.

N. 7.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:525\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Thomaz Rodrigues da Cruz.

N. 7.583 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:400\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Aureliano Pinto Barbosa.

N. 7.584 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:825\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Quintino Bocayuva, José Gomes Pinheiro Machado, José Lopes da Silva Trovão, Joaquim Xavier Guimarães Natal, Bellarmino Carneiro, João Luiz de Campos, Antonio Gonçalves Chaves, Manoel Fulgencio Alves Pereira e Astolpho Dutra Nicacio.

N. 7.585 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Approva o projecto e respectivo orçamento da ponte sobre o rio Paraná, no Jupi, secção de Matto Grosso, de Corumbá ao rio Paraná.

N. 7.586 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de outubro de 1909 — Approva a planta do local, em Porto Alegre, para uma estação central da rede de viação ferrea arrendada á «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil» e declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos e benfeitorias nella comprehendidos.

N. 7.587 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 45:000\$ para attender a despesas imprevistas de caracter eventual.

N. 7.588 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos na importancia total de réis 3.924:549\$370, supplementares ás verbas 13^a, 15^a e 38^a do artigo 2^o da lei de orçamento do exercicio de 1909.

N. 7.589 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.590 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.591 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

N. 7.592 — FAZENDA — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 34:700\$ para pagamento do premio devido á Companhia Cantareira e Viação Fluminense.

N. 7.593 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:400\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Pacifico Gonçalves da Silva Mascarenhas, Francisco Alvaro Bueno de Paiva, José Marianno Carneiro da Cunha, Raymundo Carneiro de Souza Bandeira, Antonio Alves Pereira de Lyra, Alfredo Ernesto de Jacques Ourique, Leovigildo do Ypiranga Amorim Filgueiras e Luiz Carlos Fróes da Cruz.

N. 7.594 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:225\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidio que deixou de receber o Dr. Francisco Rangel Pestana.

N. 7.595 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:550\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Joaquim Francisco de Assis Brasil.

N. 7.596 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:550\$ para pagamento de subsidios e ajudas de custo que deixaram de receber Hercilio Pedro da Luz, Cassiano Candido Tavares Bastos, Joaquim Ferreira Chaves e José Marcellino da Rosa e Silva.

N. 7.597 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 14:250\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Gil Diniz Goulart, Braz Carneiro Nogueira da Silva, Alexandre Cassiano do Nascimento, Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro, João Baptista de Sampaio Ferraz, Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, Domingos da Silva Porto, Constantino Luiz Palleta, Americo Gomes Ribeiro da Luz e Polycarpo Rodrigues Viotti.

N. 7.598 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Concede autorização á «Felton & Guilleaume-Lahmeyerke Actien-Gesellschaft», de Mülheim sur Rhin, para transferir á «Deutsch Sudamerikanische Telegraphengesellschaft, A. G.» a concessão que lhe foi feita pelo decreto n. 7.051, de 30 de julho de 1908.

N. 7.599 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do primeiro trecho da linha de Curralinho a Diamantina, na extensão de 38.900 kilometros.

N. 7.600 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Approva as plantas para a construção de uma estrada de ferro da pedreira de Comportas ao porto do Recife e declara de utilidade publica, para os effeitos de desapropriação, os terrenos comprehendidos nas mesmas plantas.

N. 7.601 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Concede as vantagens e regalias de paquete ao vapor *Anna*, de propriedade de Carlos Hoepecke Junior.

N. 7.602 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Abre ao Ministério da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 60:000\$ para pagamento de premio aos sericicultores e ás duas primeiras fabricas que empregarem na tecelagem fios de casulos, produzidos no paiz.

N. 7.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Balsas, no Estado do Maranhão.

N. 7.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

N. 7.605 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Concede autorização á «Brazil Railway Company» para funcionar na Republica.

N. 7.606 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de outubro de 1909 — Concede autorização a «The

Agua Suja Mining Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.607 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 71:700\$ para pagamento do premio devido á Companhia Nacional de Navegação Costeira pela construcção dos hiates ns. 1, 2 e 3, de sua propriedade, nos estaleiros de Lage Irmãos, em Nictheroy.

N. 7.608 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 211:457\$975 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, a João da Silva Tavares e outros, herdeiros de Joaquim da Silva Tavares.

N. 7.609 — FAZENDA — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda os creditos de réis 23:439\$835, ouro, e 39:208\$202, papel, para occorrer á restituição do que a maior foi cobrado dos linotypos importados pela firma Rodrigues & Comp., sociedade anonyma *O Paiz e Jornal do Brasil*.

N. 7.610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:225\$ para pagamento da ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Joaquim Pereira da Costa.

N. 7.611 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:875\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Eugenio Pires de Amorim.

N. 7.612 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:400\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Ubaldino do Amaral Fontoura.

N. 7.613 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:450\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Antonio José da Costa Junior.

N. 7.614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:675\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Feliciano Augusto de Oliveira Penna, Domingos José da Rocha, Francisco Glycerio, José Luiz de Almeida Nogueira, Erico Marinho da Gama Coelho, Antonio Borges de Athayde Junior, João Lopes Ferreira Filho, Antonio Augusto Borges de Medeiros, Joaquim Nogueira Paranaquá, Luiz de Andrade e Manoel Ferraz de Campos Salles.

N. 7.615 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 2.400:000\$ para despesas da consignação «Revisão da rede, novas canalizações, etc.», da verba 11ª do artigo 15 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.616 — MARINHA — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Dá novo regulamento ao Corpo de Commissarios da Armada.

N. 7.617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Alagôa Grande, no Estado da Parahyba.

N. 7.618 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Transfere a Joaquim Garcia & Comp., successores da firma Garcia & Cirio, os favores a que se refere o decreto n. 6.922, de 9 de abril de 1908.

N. 7.619 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Approva o regulamento para a organização dos serviços contra os effeitos das secas.

N. 7.620 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Autoriza a contractar com Richard J. Reidy o lançamento de cabos submarinos entre Belém, no Estado do Pará, e Nietheroy, no Estado do Rio de Janeiro, e entre esta ultima cidade e Chuy, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.621 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Concede autorização a Joaquim Pinto de Magalhães e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Empresa de Aguas Gazosas.

N. 7.622 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Crea a Directoria de Industria Animal.

N. 7.623 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 500:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a representação do Brasil na Exposição de Bruxellas no anno de 1910.

N. 7.624 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1909 — Faz publica a adhesão da Colonia de Surinam aos accôrdos de Roma de 26 de maio de 1906, relativos á troca de cartas e caixas com valor declarado e ao serviço de cobranças.

N. 7.625 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Providencia sobre a execução do art. 19 da lei numero 2.035, de 29 de dezembro de 1908.

N. 7.626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:825\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber o marechal José de Almeida Barreto, Joaquim Antonio da Cruz, Luiz Barreto Murat, Felipe Schmidt, Thomaz Delfino dos Santos, José Augusto Vinhaca, João de Siqueira Cavalcanti, João Vieira de Araujo e Antonio Gonçalves Ferreira.

N. 7.627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 45:575\$ para pagamento das ajudas do custo e dos subsidios que deixou de receber Fernando Abbott.

N. 7.628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:300\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber José Luiz Coelho e Campos, Apparicio Mariense da Silva e José Candido da Costa Senna.

N. 7.629 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:400\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o Dr. Candido Barata Ribeiro.

N. 7.630 — FAZENDA — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Concede autorização ao «Banco Español del Río de La Plata», com séde em Buenos Aires, Republica Argentina, para estabelecer uma succursal no Brasil e approva os respectivos estatutos.

N. 7.631 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Approva as plantas e o orçamento, na importância de 476:811\$850, para a nova estação que tem de construir em Nitheroy a «The Leopoldina Railway Company, Limited», para passageiros, bagagens e encomendas, conforme o decreto n. 7.479, de 29 de julho do corrente anno.

N. 7.632 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Approva a revisão do contracto de arrendamento de estradas de ferro, feito com «The Great Western of Brazil Railway Company, Limited», para a construção dos prolongamentos das estradas de ferro Conde d'Eu, na Parahyba do Norte, Central de Pernambuco e Central de Alagoas.

N. 7.633 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de outubro de 1909 — Concede autorização á «South American Railway Construction Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 641:269\$420 á verba 37ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908, para terminação das obras do novo edificio da Faculdade de Direito do Recife.

N. 7.635 — GUERRA — Decreto de 30 de outubro de 1909 — Approva o regulamento para os serviços geraes do Ministerio da Guerra.

N. 7.636 — GUERRA — Decreto de 30 de outubro de 1909 — Altera o art. 9º do regulamento do Estado-Maior do Exercito.

N. 7.637 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de outubro de 1909 — Modifica a denominação da Directoria do Serviço de Propaganda e Expansão Economica do Brasil no Estrangeiro.

N. 7.638 — FAZENDA — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Concede autorização á sociedade de pensões vitalicias Vitalicia Pernambucana para funcionar na Republica e reforma os seus estatutos.

N. 7.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:000\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber João Pinheiro da Silva.

N. 7.640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 17:100\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Bernardino de Campos, Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, José Joaquim Seabra, Joaquim Ignacio Tosta, José Freire Bezerril Fontenelle, Francisco de Paula Leite e Oiticica, Demetrio Nunes Ribeiro, Antonio Francisco de Azeredo, Arthur Indio do Brasil e Silva, Francisco Luiz da Veiga, Fernando Machado de Simas e Joaquim José de Souza Breves.

N. 7.641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Cruz das Almas, no Estado da Bahia.

N. 7.642 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.569:468\$082 para occorrer ás despesas com a Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 7.643 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho final de 42km.,400, da Estrada de Ferro de Passo Fundo ao Rio Uruguay.

N. 7.644 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Institue premios para a exportação de fructas nacionaes.

N. 7.645 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 7.646 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Fidelis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.647 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de novembro de 1909 — Concede autorização á Companhia Brasileira de Electricidade «Siemens Schuckestwerke» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.648 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 434:608\$ para occorrer a despesas com a installação das inspectorias agricolas nos Estados, das escolas de aprendizes artifices, da Directoria de Industria Animal e da delegacia do mesmo Ministerio no territorio do Acre.

N. 7.649 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Crea nas escolas de aprendizes artifices, a que se refere o decreto n. 7.566, de 23 de setembro ultimo, os logares de professores dos cursos primarios nocturnos e de desenho, e dá outras providencias.

N. 7.650 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 850:000\$ para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz.

N. 7.651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:125\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Joaquim Pontes de Miranda.

N. 7.652 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 34:802\$820 para pagamento a João Baptista Rombo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.653 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Approva o regulamento dos Correios da Republica.

N. 7.654 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Approva a planta e o orçamento, na importância de 70:133\$478, da «Manãos Harbour, Limited», para a construção de uma ponte ligando o armazem n. 9 ás plataformas dos armazens ns. 1 a 6, para o transporte das mercadorias destinadas á exportação.

N. 7.655 — GUERRA — Decreto de 11 de novembro de 1909 — Altera o fardamento do director e sub-director da Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 7.656 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de novembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 7.657 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 106:923\$, papel, suplementar á verba 19ª do orçamento do corrente exercicio, para despesas com a nova reforma do apparelho fiscal do territorio do Acre.

N. 7.658 — FAZENDA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Concede autorização a A Internacional — Pensões Vitalicias e Habitações Populares — para funcionar na Republica e approva, com alterações, os seus estatutos.

N. 7.659 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 39:425\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber José Joaquim Monteiro da Silva.

N. 7.660 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.661 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito suplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.662 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:475\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Cincinato Cesar da Silva Braga.

N. 7.663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 22:800\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber João Severiano da Fonseca, José Luiz Coelho e Campos, João Pedro Belfort Vieira, Aristides de Araujo Maia, Francisco de Paula Amaral, Francisco Corrêa Ferreira Rebello, Alexandre José Barbosa Lima, José Bevilacqua, Virgilio de Andrade Pessoa, João Baptista da Motta, Domingos Jesuino Albuquerque Junior, Nelson de Vasconcellos Almeida, João Thomaz de Carvalhal, Francisco de Assis Rosa e Silva, Lauro Severiano Müller e Sebastião Landolpho da Rocha Medrado.

N. 7.664 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 8:587\$331 para occorrer ao pagamento de ordenados devidos ao escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco, João Carlos Mendes.

N. 7.665 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Approva a tabella dos vencimentos e diarias dos empregados e dos auxiliares militares do Grande Estado-Maior, aos quaes se refere o art. 9º do regulamento que baixou com o decreto n. 7.389, de 29 de abril de 1909, e fixa o numero dos mesmos auxiliares.

N. 7.666 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Approva o regulamento para a organização do quadro de sargentos amanuenses das repartições militares.

N. 7.667 — GUERRA — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Providencia sobre a inclusão dos medicos e pharmaceuticos adjuntos e dos dentistas e veterinarios a serviço do Exercito no quadro do Corpo de Saude.

N. 7.668 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza a revisão do contracto approved pelo decreto n. 3.329, de 1 de julho de 1899, para illuminação da cidade do Rio de Janeiro.

N. 7.669 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Autoriza o contracto de arrendamento da Rêde de Viação Cearense e bem assim a construção de algumas das estradas de ferro que a constituem.

N. 7.670 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Approva os planos e orçamento, na importancia de 6:027\$536, da « Manãos Harbour, Limited », para execução das obras de acrescimo, alferro e calçamento do muro existente entre a linha do caes que passa pelos fundos do armazem n. 7 e frente do de n. 9 e do trapiche Quinze de Novembro.

N. 7.671 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Approva o projecto de melhoramentos para a electrificação da Estrada de Ferro do Corcovado.

N. 7.672 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Crea no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a Directoria de Meteorologia e Astronomia.

N. 7.673 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de novembro de 1909 — Crea no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio a Secção de Publicações e Bibliotheca.

N. 7.674 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 196:000\$, complementar à verba 15ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.675 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Gravatá, no Estado de Pernambuco.

N. 7.676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.677 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 50:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com o estudo das industrias do ferro, da borracha e outras, no intuito de promover sua implantação no paiz.

N. 7.678 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 2.800:000\$, complementar à verba 6ª do art. 15 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.679 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 21:100\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber José Pereira dos Santos Andrade.

N. 7.680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:800\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber José Vicente Meira e Vasconcellos.

N. 7.681 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:325\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Domingos Vicente Gonçalves de Souza.

N. 7.682 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:700\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber José Nicoláo Tolentino de Carvalho, Frederico Augusto Borges, Antonio Amorim Garcia e Garcia Dias Pires de Carvalho.

N. 7.683 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem a que tem direito o Dr. Violantino dos Santos.

N. 7.684 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 7:500\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Francisco de Paula Mayrink.

N. 7.685 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 11:350\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Alcides Mendonça Lima.

N. 7.686 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Estabelece distinctivos para o terceiro e quarto uniformes dos officiaes generaes da Armada ministros do Supremo Tribunal Militar.

N. 7.687 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de novembro de 1909 — Concede permissão a Frederico Lopes Branco para explorar cobre e outros mineraes no municipio de Guarapuava, no Estado do Paraná.

N. 7.688 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de novembro de 1909 — Concede autorização á «Adelbert H. Alden, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.689 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1909 — Determina que até ulterior deliberação do Congresso Nacional o prefeito administre e governe o Districto, independentemente da collaboração do Conselho Municipal, que é considerado não existente por se não ter constituído na fórmula de direito.

N. 7.690 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de novembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 100:000\$ para pagamento de obras de adaptação e outras despesas motivadas pela installação do mesmo Ministerio no Palacio dos Estados, no recinto em que funcionou a Exposição Nacional de 1908.

N. 7.691 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 7:116\$646, supplementar á verba 8ª do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.692 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 9:301\$062 para attender ao pagamento de vencimentos devidos ao escrevente de 1ª classe do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Antonio Bento de Oliveira.

N. 7.693 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Approva o regulamento para o serviço de remonta do Exercito.

N. 7.694 — GUERRA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 5:000\$ para

ocorrer ao pagamento de gratificação que deixou de receber o capitão de fragata Themistocles Nogueira Savio, professor do Collegio Militar, já fallecido.

N. 7.695 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Approva os novos estatutos da A Previdência, Caixa Paulista de Pensões.

N. 7.696 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 616\$936, ouro, e 3:470\$054, papel, para restituições de direitos cobrados em 1900 pelo material importado pela Camara Municipal de Iguape, no Estado de S. Paulo, para o serviço de abastecimento d'agua.

N. 7.697 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Approva as alterações dos estatutos da companhia de seguros «L'Union».

N. 7.698 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Approva, com alterações, os novos estatutos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

N. 7.699 — MARINHA — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Substitue a denominação de praticantes machinistas dos alumnos do quarto anno do curso de machinas da Escola Naval pela de sub-machinistas alumnos.

N. 7.700 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 49:646\$, complementar ao n. 8 do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.701 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:500\$ para pagamento de vencimentos a um chefe de secção da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Rio Grande do Sul.

N. 7.703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Acary, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 7.704 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Autoriza o contracto com a Companhia Viação Ferrea Sapucahy para o arrendamento da viação sul mineira e construcção dos respectivos prolongamentos e ramaes.

N. 7.705 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy.

N. 7.706 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.707 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:506\$903, ouro, e 705:300\$249, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos relacionadas.

N. 7.708 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Itaborahy, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.709 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:913\$759 para pagamento aos ex-fieis de armazem da Alfandega do Pará, Carlos Ferreira Campos e Camillo Ferreira de Figueiredo.

N. 7.710 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 49:560\$951 para pagamento a Philadelpho de Souza Castro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.711 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Dá novo regulamento para o Corpo de Officiaes Inferiores da Armada.

N. 7.712 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 300:000\$ para entregar ao Club Naval, a titulo de auxilio, para a construção de um predio na Avenida Central.

N. 7.713 — MARINHA — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 200:000\$ para aquisição de embarcações destinadas ao soccorro maritimo.

N. 7.714 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 9:720\$163, suplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.715 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:600\$969 para pagamento de subsidios que deixou de receber José Paes de Carvalho.

N. 7.716 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:525\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Caetano Manoel de Faria Albuquerque.

N. 7.717 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:425\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Francisco de Paula Rodrigues Alves.

N. 7.718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:559\$520 para pagamento de subsidios que deixou de receber Virgilio Climaco Damasio.

N. 7.719 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negócios Interiores o credito especial de 5:325\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber monsenhor Alberto José Gonçalves.

N. 7.720 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 22:800\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Joaquim Duarte Martinho, Francisco de Paula Argollo, Francisco de Paula Oliveira Guimarães, Aristides Cesar Espinola Vianna, José Augusto de Freitas, Francisco Coelho Duarte Badaró, Antonio Affonso Lamounier Godofredo, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Carlos Augusto Garcia Ferreira, Cesario da Motta Junior, Henrique Alves de Carvalho, Manoel Bernardino da Costa Rodrigues, José Gonçalves Viriato de Medeiros, Marciano A. Botelho de Magalhães, Felisbello Firmo de Oliveira Freire e Manoel Ignacio Belfort Vieira.

N. 7.721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João do Piauihy, no Estado do Piauihy.

N. 7.722 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Guimarães, no Estado do Maranhão.

N. 7.723 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Brejo, no Estado do Maranhão.

N. 7.724 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amargosa, no Estado da Bahia.

N. 7.725 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Lavras Diamantinas, no Estado da Bahia.

N. 7.726 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da capital da Bahia.

N. 7.727 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 7.728 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 200:000\$ para o pagamento de premios de animação para a exportação de fructas nacionaes.

N. 7.729 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de dezembro de 1909 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do trecho comprehendido entre os kilometros 335 e 435,666, da linha de Baburú a Itapura.

N. 7.730 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de cavalaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.730 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:060\$009, suplementar ás verbas 13^a, 16^a e 21^a do art. 2^o da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.731 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito suplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 7.732 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:700\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber João Baptista Lapér.

N. 7.733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:850\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber José Ferreira Cantão e Alfredo Ellis.

N. 7.734 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, suplementar á verba — Exercicios findos, — do orçamento vigente.

N. 7.735 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Concede a Manoel Lessa autorização para fundar um banco de credito real.

N. 7.736 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emitir apolices até á quantia de 1.805:371\$212, do juro de 3 %, papel.

N. 7.737 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Altera o regulamento que baixou com o decreto n. 6.454, de 18 de abril de 1907, para a importação de animaes reproductores, de accôrdo com a disposição da verba 5^a, art. 34, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

N. 7.738 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para as despesas de construção do ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Sabará á cidade de Ferros.

N. 7.739 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 250:000\$ para as despesas do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.740 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Approva os estudos definitivos o respectivo orçamento do trecho de 30 kilometros, a partir da estaca 988 da linha da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 7.741 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Crea uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no municipio de Victoria, no Estado de Alagoas.

N. 7.742 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito supplementar de 598:125\$, sendo 137:025\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 461:100\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 7.743 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:060\$009, supplementar ás verbas 13ª, 16ª e 21ª do art. 2º da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.744 — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:108\$080 para occorrer á restituição de direitos á Camara Municipal de Palmyra, Estado de Minas Geraes.

N. 7.745 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 270:000\$ para occorrer ao pagamento das folhas do pessoal tecnico e operario empregado nas obras do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 7.746 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 16:800\$, ouro, para occorrer ao pagamento da premios de viagem conferidos aos bachareis em direito Luiz Estevam de Oliveira e Leoncio Marcondes Homem de Carvalho, ao Dr. Oswaldo Ferreira Barbosa e ao engenheiro civil Carlos da Gama Lobo.

N. 7.747 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 65:580\$250 para occorrer ao pagamento dos salarios devidos aos operarios que trabalharam no Hospital Paula Candido.

N. 7.748 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 6:666\$666 para pagamento da subvenção devida pelo serviço de navegação a vapor entre os portos do Rio de Janeiro e Paraty.

N. 7.749 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para ser applicado no serviço de limpeza e dragagem do rio Cuyabá, Estado de Matto Grosso.

N. 7.750 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 8:333\$333 para o serviço de navegação do rio Uruguay até Santo Izidro.

N. 7.751 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Approva o regulamento expedido em virtude do art. 32

da lei n. 2.083, de 30 de julho de 1909, para execução dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional.

N. 7.752 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Dá novo regulamento para as escolas profissionais.

N. 7.753 — GUERRA — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 716:607\$920, supplementar á verba 11^a do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.754 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:360\$ para o pagamento a que tem direito um membro da Comissão Inspectora dos Estabelecimentos de Alienados, do Estado do Amazonas.

N. 7.755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:000\$ para auxilio ao Congresso Brasileiro de Geographia.

N. 7.756 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:225\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber André Cavalcanti de Albuquerque.

N. 7.757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:925\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Ivo do Prado Montes Pires da Franca.

N. 7.758 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:675\$ para pagamento dos subsidios que Miguel Joaquim de Almeida Castro deixou de receber.

N. 7.759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:550\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Ruy Barbosa, José Carlos Ferreira Pires, Francisco dos Santos Pereira, Carlos Antonio da Franca Carvalho, Alcides de Mendonça Lima e José Teixeira da Motta Bacellar.

N. 7.760 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:550\$ para pagamento dos subsidios que deixaram de receber Joaquim Saldanha Marinho, Epitacio da Silva Pessoa, João da Silva Refumba, Arthur Cesar Rios, Aristides Augusto Milton e Joaquim José de Almeida Pernambuco.

N. 7.761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Passos, no Estado de Minas Geraes.

N. 7.762 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria o Commercio o credito especial de

30:000\$ para subvencionar o Museu Commercial do Rio de Janeiro.

N. 7.763 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Altera os decretos ns. 7.566 e 7.649, de 28 de setembro e 11 de novembro ultimo, referentes á criação de escolas de aprendizes artifices nas capitães dos Estados e á nomeação de professores para os respectivos cursos nocturnos, primario e de desenho.

N. 7.764 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Brasileira de Lacticinios.

N. 7.765 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Refinadora Paulista.

N. 7.766 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 95:396\$664 para occorrer ás despesas com o pessoal e material da Directoria de Meteorologia e Astronomia e Secção de Publicações e Bibliotheca, creados pelos decretos ns. 7.672 e 7.673, de 18 de novembro de 1909.

N. 7.767 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1909, o credito especial de 150:000\$, destinado á aquisição da Fazenda do Engenho Novo, em Jacarépaguá, no Districto Federal, e outras despesas com a remoção das colonias de alienados da ilha do Governador.

N. 7.768 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:225\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber o almirante Custodio José de Mello.

N. 7.769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 154:334\$608, supplementar á verba 15^a, n. 26, do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.770 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos na importancia total de réis 1.648:502\$674, supplementares ás verbas 13^a, 15^a e 38^a do art. 2^o da lei de orçamento do exercicio de 1909.

N. 7.771 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Transfere ao Lloyd Brasileiro os contractos celebrados em virtude dos decretos ns. 5.903, de 23 de fevereiro de 1906, 6.116, de 21 de agosto de 1906, e 7.061, de 6 de agosto de 1908, entre o então Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas e a firma M. Buarque & Comp.

N. 7.772 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Concede á sociedade anonyma Lloyd Brasileiro a prorrogação de praso por mais seis annos dos contractos celebrados em virtude dos decretos ns. 5.903, de 23 de fevereiro de 1906, e 6.116, de 21 de agosto de 1906.

N. 7.773 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza a modificação do contracto celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, para o fim de ser adquirido o direito de reversão de suas linhas.

N. 7.774 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Approva os estudos definitivos e o orçamento da linha de rectificação no trecho de Rio Claro á Estação de Morro Pellado, a que se referem as clausulas VI e VII do decreto n. 7.170, de 12 de novembro de 1908.

N. 7.775 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 227:130\$456 para occorrer á retribuição do serviço da navegação costeira do Estado da Bahia, executado em 1909.

N. 7.776 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Autoriza o contracto da navegação do Alto-Parnahyba, Estado do Piauhy, com Oliveira Pearce & Comp.

N. 7.777 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 2.000:000\$, papel, e 200:000\$, ouro, para liquidar as contas e mais compromissos relativos á Exposição Nacional de 1908.

N. 7.778 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Dá regulamento ao Serviço de Registro Genealogico de Animaes.

N. 7.779 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 70:000\$ para completar as obras de adaptação, aquisição de moveis, etc., de que tratou o decreto n. 7.690, de 26 de novembro ultimo, e attender a outras despesas com a instalação do mesmo Ministerio no Palacio dos Estados.

N. 7.780 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Concede autorização á sociedade anonyma «Trust del Alto-Paraguay» para funcionar na Republica.

N. 7.781 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 677:657\$037, ouro, para occorrer ás despesas com a cunhagem de moedas de prata.

N. 7.782 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Providencia para que as amortizações de emprestimos externos, suspensos em virtude do accôrdo do *Funding Loan*, sejam restabelecidas dentro do exercicio de 1910.

N. 7.783 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Crea o lugar de agente fiscal do imposto de transporte no Estado de S. Paulo.

N. 7.784 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:120\$500 para pagamento devido ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude do sentença judiciaria.

N. 7.785 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Concede autorização ao Banco da Província do Rio Grande do Sul para crear uma carteira hypothecaria, afim de effectuar operações de credito real, e approva os seus estatutos..

N. 7.786 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:825\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Luiz Delphino dos Santos, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho, José Pedro de Oliveira Galvão, Justiniano de Serpa, Alcindo Guanabara, Homero Baptista, Carlos Augusto de Campos, Gabino Besouro e Adolpho Affonso da Silva Gordo.

N. 7.787 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 9:550\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixaram de receber Marçal Pereira Escobar e Justo Leite Chermont.

N. 7.788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:275\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Amaro Cavalcanti, Joaquim Cardoso Pereira de Mello e Francisco Maria Sodrê Pereira.

N. 7.789 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:275\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Cyrillo de Lemos Nunes Fagundes, Paulino Carlos de Arruda Botelho e João Alvares Rubião Junior.

N. 7.790 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:250\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber Manoel Francisco Machado.

N. 7.791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:250\$ para pagamento das ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber José de Almeida Martins Costa Junior.

N. 7.792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:450\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Luiz Pereira Barreto.

N. 7.793 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:275\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Americo Lobo Leite Pereira, Francisco Prisco de Souza Paraíso e Carlos Justiniano das Chagas.

N. 7.794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 11:475\$ para paga-

mento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber o general Francisco Manoel da Cunha Junior.

N. 7.795 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 16:100\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

N. 7.796 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:750\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber José Rodrigues Fernandes.

N. 7.797 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1909 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 27:400\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Domingos Corrêa Moraes.

1910

N. 7.798 — MARINHA — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 400:000\$ para pagamento de vantagens a officiaes da Armada, classes annexas, inferiores e praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.

N. 7.799 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 360:000\$, complementar ao n. 21, art. 2º, da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 130:024\$386, complementar á verba 2º, art. 2º, da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 384:000\$ para a conclusão das obras do edificio destinado á Bibliotheca Nacional.

N. 7.802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 300:000\$, complementar ao n. 21, art. 2º, da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Annexa á justiça local do Districto Federal o Juizo dos Feitos da Saude Publica.

N. 7.804 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Approva os planos e orçamentos, na importância de 113:412\$361, para a construcção de uma ponte especial de ferro e concreto junto ao caes do mercado, no porto de Manáos.

N. 7.805 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 120:000\$, metade ouro e metade papel.

suplementar á verba — Iluminação publica da Capital Federal.

N. 7.806 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Concede autorização á firma social Machado, Mello & Comp. para organizar uma sociedade em commandita, por acções, sob a denominação de Moinho Santista.

N. 7.807 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Concede autorização á «Sorocabana Railway» para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.808 — GUERRA — Decreto de 6 de janeiro de 1910 — Altera, de accôrdo com os arts. 180. do regulamento para o Collegio Militar, e 128, da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, o art. 46 do citado regulamento e respectivos numeros.

N. 7.809 — FAZENDA — Decreto de 8 de janeiro de 1910 — Concede autorização ao «London and Brazilian Bank, Limited» para abrir filiaes nas cidades de Curityba e Paranaguá, no Estado do Paraná.

N. 7.810 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1910 — Estabelece a taxa de 2 %, ouro, sobre o valor da importação realizada pela Alfandega de Maceió, Estado de Alagoas.

N. 7.811 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 193:799\$234 para pagamento a João Luiz Vogel e outros, guardas da Alfandega, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.812 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:946\$010 para pagamento á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.813 — FAZENDA — Decreto de 13 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 9:074\$ para pagamento devido ao bacharel João Kopke, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.814 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1910 — Autoriza a celebração de contracto com Carlos Augusto da Silveira para o serviço de navegação a vapor do Estado do Maranhão.

N. 7.815 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1910 — Proroga por oito mezes o prazo marcado no decreto n. 6.369, de 16 de fevereiro de 1907, á «Brazil Great Southern Railway Company, Limited», para executar melhoramentos no edificio da estação de Uruguayana, da mesma estrada de ferro.

N. 7.816 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de janeiro de 1910 — Reune sob a mesma direcção os serviços de inspecção, estatistica e defesa agricolas e dá regulamento a estes ultimos.

N. 7.817 — FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de 1910 — Manda observar no exercicio corrente o decreto n. 6.079, de 30 de junho de 1906, incluindo outros artigos, quando despachados desta data em diante.

N. 7.818 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 15 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 47:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a installação da legação na Noruega e na Dinamarca.

N. 7.819 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 18 de janeiro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Codó, no Estado do Maranhão.

N. 7.820 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 18 de janeiro de 1910 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Bento dos Peryses, no Estado do Maranhão.

N. 7.821 — **GUERRA** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Dá regulamento ás companhias de aprendizes militares.

N. 7.822 — **GUERRA** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 76:345\$776, destinado ao pagamento a 34 alumnos da extincta Escola Militar do Brasil promovidos a alferes-alumnos, de vencimentos que deixaram de receber.

N. 7.823 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Approva o augmento do capital social da Economizadora Paulista — Caixa Internacional de Pensões Vitalicias, e alterações em seus estatutos.

N. 7.824 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 30:000\$, suplementar á verba 6ª — Aposentados, novas aposentadorias, — do exercicio de 1909.

N. 7.825 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Concede autorização á Sociedade Anonyma de Seguros Terrestres e Maritimos Sul-Brasil para funcionar e approva os seus estatutos, com alterações.

N. 7.826 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 153:495\$187 para pagamento ao desembargador Agostinho de Carvalho Dias Lima e outros e juiz de direito Pedro Augusto de Moura Carijó e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.827 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400\$ para proseguimento dos trabalhos de melhoramento da Quinta da Boa Vista.

N. 7.828 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Concede autorização á Companhia Estrada de Ferro Santa Catharina para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.829 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 20 de janeiro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy.

N. 7.830 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 25:575\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o general Manoel Luiz da Rocha Osorio.

N. 7.831 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:475\$ para pagamento de ajuda de custo e de subsidios que deixou de receber Thomaz Thompson Flores.

N. 7.832 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:075\$ para pagamento de ajudas de custo e de subsidios que deixou de receber José Bernardo de Medeiros.

N. 7.833 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 2:850\$ para pagamento de subsidios que deixaram de receber Angelo Gomes Pinheiro Machado e João Antonio de Avellar.

N. 7.834 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:600\$ para pagamento de subsidios que deixou de receber o almirante Joaquim Francisco de Abreu.

N. 7.835 — FAZENDA — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:000\$, suplementar á verba 24^a — Ajudas de custo, — do exercicio de 1909.

N. 7.836 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Approva o regulamento para a Inspeção Geral de Navegação.

N. 7.837 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Substitue diversas clausulas do decreto n. 7.073, de 20 de agosto de 1908.

N. 7.838 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito de 200:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com os trabalhos preparatorios da representação do Brasil na Exposição Internacional de Turim, em 1911, e com o auxilio para a instalação de um mostruario de productos do Brasil na Exposição Internacional de Buenos Aires.

N. 7.839 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Crea um serviço de consulta no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 7.840 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de janeiro de 1910 — Publica a adhesão da Servia ao acto adicional de Bruxellas, de 14 de dezembro de 1900, modificando a convenção internacional de 20 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial.

N. 7.841 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1910 — Autoriza a criação do Banco de Credito Real dos Estados Unidos do Brasil, sociedade anonyma, com séde nesta capital, e approva os seus estatutos, com alterações.

N. 7.842 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1910 — Transfere á Prefeitura do Districto Federal, para o fim de ficar sujeita ao regimen das concessões por esta contractadas, a Estrada de Ferro da Tijuca.

N. 7.842 A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Substitue as clausulas XXIX e XXX do decreto n. 7.669, de 18 de novembro de 1909.

N. 7.843 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 60:000\$ para auxiliar a conclusão dos trabalhos da erecção do monumento ao marechal Floriano.

N. 7.844 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Approva os planos e o orçamento, na importância de 111:577\$549, apresentados pela companhia «Manáos Harbour, Limited», para a construcção de um novo armazem, que terá o n. 20, e de tres guindastes moveis para o serviço de carga no interior do mesmo armazem.

N. 7.845 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Approva os planos e o orçamento, na importância de 85:141\$247, para as pontes, em numero de 10, construidas pela Companhia Docas de Santos, sobre o canal da doca do mercado da mesma cidade.

N. 7.846 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Approva os estudos definitivos, inclusive o orçamento, do trecho da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Rio Ijuhy, comprehendido entre as estações de Ijuhy e de Santo Angelo.

N. 7.847 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de fevereiro de 1910 — Approva as instrucções para os trabalhos preparatorios da representação do Brasil na Exposição Internacional de Roma e Turim em 1911 e para a propaganda do café no estrangeiro.

N. 7.848 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Reorganiza o Jardim Botânico.

N. 7.849 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de réis 4:127\$800, papel, e 455\$860, ouro, para occorrer á restituição de direitos á Camara Municipal de Pedra Branca, em Minas Geraes.

N. 7.850 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministério da Fazenda o credito de 32:063\$136, papel, para occorrer ao pagamento devido a Francisco de Paula Dias Negrão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.851 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:445\$584 para pagamento a Sebastião Antonio de Carvalho e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.852 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Concede autorização á Sociedade de Auxilios Mutuos Montepio da Familia, com sede na capital do Estado de S. Paulo, para funcionar na Republica e approva os respectivos estatutos, com alterações.

N. 7.853 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Autoriza o ministro da Fazenda a iniciar a conversão da divida externa de 5 % para 4 % e autoriza igualmente a

contractar com os banqueiros N. M. Rothschild and Sons o empréstimo de £ 10.000.000 para as primeiras operações.

N. 7.854 — GUERRA — Decreto de 3 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra os creditos de 430:092\$309, 1.454:270\$924 e 191:138\$087, supplementares ás verbas 9ª, 10ª e 12ª do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.855 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 31:800\$ para restituir a José Antonio de Araujo Vasconcellos a mesma somma monetaria que despendeu prestando serviços á Republica.

N. 7.856 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 35:104\$219 para occorrer ao pagamento devido a Verissimo Ricardo Vieira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.857 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1910 — Concede autorização ao «London and Brazilian Bank, Limited», para abrir uma caixa filial na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e outra na de S. Luiz, Estado do Maranhão.

N. 7.858 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 426:050\$, supplementar á verba 3ª — Juros dos empréstimos internos, — do orçamento do exercicio de 1909.

N. 7.859 — FAZENDA — Decreto de 10 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:000\$, supplementar á verba — Ajudas de custo, — do orçamento de 1909.

N. 7.860 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 300:000\$ para proseguir o alargamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil na direcção do valle do Paraopeba.

N. 7.861 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de fevereiro de 1910 — Approva os estudos e orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte entre as estacas 1.500 e 5.650.

N. 7.862 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de fevereiro de 1910 — Reorganiza o Museu Nacional.

N. 7.863 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de fevereiro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com a Companhia Estrada de Ferro Santa Catharina para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção da linha ferrea do porto de Itajahy até o ponto mais conveniente das terras devolutas no sul das cabeceiras do rio Itajahy de Oeste.

N. 7.864 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1910 — Approva novo plano para os uniformes da Força Policial do Districto Federal.

N. 7.865 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1910 — Dá regulamento para o serviço de repressão do contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul.

N. 7.866 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 5:749\$206 para occorrer ao pagamento a D. Marinha de Abreu Paiva e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.867 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de fevereiro de 1910 — Approva os estudos definitivos e orçamentos das secções da Estrada de Ferro Oeste de Minas entre Bello Horizonte e o Kilometro 45, da Estrada de Ferro de Goyaz, e de S. Vicente Ferrer a Bom Jardim.

N. 7.868 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para a dragagem dos rios que desaguam na bahia de Guanabara.

N. 7.869 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 245:000\$ para occorrer ás despesas com a Estrada de Ferro Minas e Rio.

N. 7.870 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Approva a modificação do projecto para o caes de saneamento do porto da Bahia.

N. 7.871 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Approva o regulamento para a Inspectoria de Iluminação.

N. 7.872 — FAZENDA E VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices até á quantia de 6.000:000\$, do juro de 5 %, papel.

N. 7.873 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 50:000\$, suplementar á verba 27* — Juros dos empréstimos do Cofre de Orphãos, — do exercicio de 1909.

N. 7.874 — FAZENDA — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Approva, com alterações, os novos estatutos da Companhia de Seguros Terrestres e Maritimos União Commercial dos Varejistas, com séde na Capital Federal.

N. 7.875 — GUERRA — Decreto de 23 de fevereiro de 1910 — Approva o plano de uniformes para os empregados da Secretaria de Estado da Guerra e da Directoria de Contabilidade da Guerra.

N. 7.876 — FAZENDA — Decreto de 25 de fevereiro de 1910 — Modifica alguns artigos do regulamento approved pelo decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909.

N. 7.877 — FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1910 — Autoriza a emissão de titulos do juro de 4 % para pagamento dos trabalhos de construcção contractados com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 7.878 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 28 de fevereiro de 1910 — Determina que os pagamentos a que se referem as clausulas II e III do decreto numero 7.562, de 30 de setembro de 1909, sejam feitos em titulos de 4 %, de juros, ouro.

N. 7.879 — GUERRA — Decreto de 3 de março de 1910 — Declara que ficam desapropriados varios terrenos e predios da rua da Igrejinha, em Copacabana, nesta capital.

N. 7.880 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de março de 1910 — Approva o orçamento das obras de arto e outras da linha ferrea de Outeirinhos ao Forte Augusto, construida pela Companhia Docas de Santos.

N. 7.881 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 131:242\$129 para occorrer ao pagamento devido a Francisco de Souza Motta, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.882 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 64:531\$568 para occorrer ao pagamento devido ao desembargador Agostinho de Carvalho Dias Lima e outros, juizes da Côte de Appellação, proveniente de descontos indevidamente feitos em seus vencimentos.

N. 7.883 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 42:450\$ para dar execução ao decreto n. 7.839, de 27 de janeiro ultimo, que creou, o serviço de consulta no referido Ministerio.

N. 7.884 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1910 — Concede autorização á Sociedade de Auxilios Mutuos A Familia para funcionar na Republica e approva os respectivos estatutos.

N. 7.885 — FAZENDA — Decreto de 3 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$, supplementar á verba 34ª — Exercicios findos, — do exercício de 1909.

N. 7.886 — MARINHA — Decreto de 10 de março de 1910 — Altera o regulamento da Esccia Naval.

N. 7.887 — GUERRA — Decreto de 10 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 795:074\$987, supplementar á verba 15ª — Material, — n. 31, « Transporte de tropas, etc.», do art. 12 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 7.888 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de março de 1910 — Declara cassado o privilegio de equiparação ao instituto federal concedido ao Gymnasio S. José, em Quixadá, no Estado do Ceará, pelo decreto n. 6.816, de 9 de janeiro de 1908.

N. 7.889 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Approva, com modificações, os estudos definitivos do segundo trecho da linha de Currallinho a Diamantina, da Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas.

N. 7.890 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Concede á Companhia Brasileira de Energia Electrica os favores constantes do decreto n. 5.646, de 22 de agosto de 1905, para o aproveitamento da força hydraulica do rio Paraguassú, no Estado da Bahia.

N. 7.891 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Approva, com modificações, os estudos de-

finitivos do ramal de Capivary a Cabo Frio, da «Leopoldina Railway Company, Limited».

N. 7.892 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para occorrer ás despesas com o ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.893 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para occorrer ás despesas com a construção do ramal da Sabará á cidade de Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.894 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para occorrer ás despesas com a construção da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 7.895 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de março de 1910 — Autoriza o emprego da tracção electrica na linha do Norte, da «Leopoldina Railway Company, Limited», e dá outras providencias.

N. 7.896 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1910 — Concede autorização á Mutualidade Geral — Caixa de Pensões e de Peculios, com séde no Estado de S. Paulo, para funcionar na Republica e approva os seus estatutos, com alterações.

N. 7.897 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1910 — Approva o novo regulamento para a fiscalização e cobrança do imposto de transporte.

N. 7.898 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1910 — Approva as alterações propostas aos primitivos estatutos da Tranquillidade — Sociedade Mutua de Peculios e Garantia do Capital, com séde em S. Paulo.

N. 7.899 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de março de 1910 — Promulga a convenção assignada a 27 de abril de 1908 entre o Brasil e os Estados Unidos da America, regulando a condição dos cidadãos naturalizados que renovarem a sua residencia no paiz de origem.

N. 7.900 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de março de 1910 — Convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para o dia 10 de abril do corrente anno.

N. 7.901 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1910 — Altera as disposições dos arts. 1º e 2º das instruções annexas ao decreto n. 5.904, de 24 de fevereiro de 1906, que creou uma medalha como recompensa de bons serviços prestados á ordem, segurança e tranquillidade publicas pelos officiaes e praças da Força Policial do Districto Federal.

N. 7.902 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 21:318\$ para pagamento de algumas despesas feitas com as homenagens prestadas á memoria do ex-presidente da Republica Dr. Affonso Augusto Moreira Penna.

N. 7.903 — GUERRA — Decreto de 17 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 368:556\$917, destinado ao pagamento de soldo vitalicio a mais 440 voluntarios da patria.

N. 7.904 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1910 — Concede á Empresa Esperança Maritima os favores, excluida a subvenção de que gosa a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro.

N. 7.905 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1910 — Approva os estudos definitivos para o prolongamento da linha do Norte, da «Leopoldina Railway Company, Limited».

N. 7.906 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1910 — Transfere á Companhia Nacional de Navegação Costeira a concessão feita a Carlos Augustô da Silveira para o serviço de navegação a vapor do Estado do Maranhão, em virtude do decreto n. 7.814, de 13 de janeiro de 1910.

N. 7.907 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de março de 1910 — Concede autorização á «Crown Cork Company, Limited», para continuar a funcionar na Republica.

N. 7.908 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de março de 1910 — Concede autorização á «Interurban Telephone Company of Brazil» para funcionar na Republica.

N. 7.909 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de março de 1910 — Dá regulamento para a concessão dos favores destinados á cultura do trigo e outras.

N. 7.910 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 838:325\$ para dar execução ao decreto n. 7.848, de 3 de fevereiro proximo passado, que reorganizou o Jardim Botânico.

N. 7.911 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 401:324\$999 para dar execução ao decreto n. 7.816, de 13 de janeiro proximo passado, que organizou o Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agricolas.

N. 7.912 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de março de 1910 — Dá nova denominação á secção de publicações do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 7.913 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de março de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.

N. 7.914 — GUERRA — Decreto de 24 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 1:852\$ para indemnização á Sociedade do Tiro Petropolitano da metade das despesas feitas com a linha de tiro.

N. 7.915 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 300:000\$ para terminação do edificio do Club Militar.

N. 7.916 — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 2:240\$, complementar á verba — Caixa de Amortização, — do exercicio de 1909.

N. 7.917 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de março de 1910 — Crea o Registro e Archivo Geral de Marcas para Animaes.

N. 7.918 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 24 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 969:554\$018 para dar execução ao decreto n. 7.862, de 9 de fevereiro proximo passado, que reorganizou o Museu Nacional.

N. 7.919 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 96:132\$483, ouro, suplementar á consignação «Estradas de Ferro Bahurú a Itapurá», da verba 8ª do exercicio de 1909.

N. 7.920 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 99:216\$536, ouro, á consignação «Estrada de Ferro Victoria a Diamantina», da verba 8ª do exercicio de 1909.

N. 7.921 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1910 — Crea mais duas brigadas de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baturité, no Estado do Ceará.

N. 7.922 — GUERRA — Decreto de 31 de março de 1910 — Altera o regulamento para as escolas do Exercito, a que se refere o decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905, nos arts. 112, 119 e 136.

N. 7.923 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de março de 1910 — Concede autorização á «B. S. B. Syndicate, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.924 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1910 — Approva o novo regulamento que re-forma a Inspeção Geral das Obras Publicas.

N. 7.925 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 27:900\$ para pagamento dos funcionarios não aproveitados na organização do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 7.926 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 80:000\$ para as despesas de construção da linha telegraphica de Matto Grosso ao Amazonas.

N. 7.927 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1910 — Approva a planta de uma variante entre os kilometros 81+820 e 83+420 da linha de transmissão de

energia electrica entre Alberto Torres e o Districto Federal, da Companhia Brasileira de Energia Electrica.

N. 7.928 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1910 — Autoriza a revisão do contracto da Estrada de Ferro de S. Paulo-Rio Grande e a transferencia e revisão dos contractos de arrendamento das estradas de ferro do Paraná e D. Theresa Christina.

N. 7.929 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 7.930 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 100:000\$ para as despesas de construcção de uma ponte sobre o rio Uruguay, no lugar denominado Passo de Goyen.

N. 7.931 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de março de 1910 — Approva o regulamento para o serviço do recenseamento geral da Republica.

N. 7.932 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de março de 1910 — Concede autorização á «Brazil Great Southern Railway Extensions, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.933 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 40.000\$, complementar á verba 19ª — Mesas de rendas e collectorias, — do orçamento de 1909.

N. 7.934 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 610:452\$527, papel, complementar á verba 18ª — Alfandegas, — do orçamento para o exercicio de 1909.

N. 7.935 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 13:470\$010 para occorrer ao pagamento devido a D. Luiza de Abreu Figueiredo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.936 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 13:790\$584 para occorrer ao pagamento devido a D. Maria Bernardina de Lima e Silva Moniz de Aragão, proveniente de descontos indevidamente feitos nos vencimentos de seu fallecido marido, o desembargador Salvador Antonio Muniz Barreto de Aragão.

N. 7.937 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:892\$130 para occorrer á restitução de imposto sobre vencimentos indevidamente cobrado ao fallecido desembargador Honorio Teixeira Coimbra.

N. 7.938 — FAZENDA — Decreto de 31 de março de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 61:645\$551 para occorrer ao pagamento devido ao capitão reformado da Brigada Policial do Districto Federal, Fernando Alves de Souza Alão, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.939 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1910 — Altera o regulamento dos commandos de brigada.

N. 7.940 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1910 — Approva o regulamento para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, com applicação aos demais da Republica.

N. 7.941 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1910 — Reconhece, sob a denominação de Companhia de Estradas de Ferro Federaes Brasileiras, Rêde Sul-Mineira, a antiga Companhia de Viação Ferrea Sapucahy, para os effeitos do respectivo contracto.

N. 7.942 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1910 — Autoriza a contractar com a Companhia Lavoura e Colonização, em S. Paulo, o prolongamento de sua linha ferrea até á margem da lagôa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.943 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1910 — Concede ao Gymnasio Municipal Lemos Junior, com séde na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, os privilegios e garantias de que goza o estabelecimento congenere federal.

N. 7.944 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 500:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com a propaganda do café no estrangeiro.

N. 7.945 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de abril de 1910 — Estabelece bases de concorrência para a installação de matadouros-modelos e entrepostos frigorificos destinados á conservação e transporte de productos nacionaes e estrangeiros, mediante favores e condições.

N. 7.946 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de abril de 1910 — Concede autorização á «F. Stevenson & Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.947 — GUERRA — Decreto de 14 de abril de 1910 — Altera o plano de uniformes para o Exército, na parte relativa a uma das peças dos quinto e sexto uniformes.

N. 7.948 — FAZENDA — Decreto de 14 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 15:240\$500 para restituição a Otero Gomes & Comp., de direitos de importação de duas partidas de arame para cercas.

N. 7.949 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Theresopolis, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.950 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.951 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de abril de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.952 — GUERRA — Decreto de 14 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 696:386\$666, supplementar ao art. 11, verba 9ª, da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 7.953 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1910 — Approva o projecto e o orçamento da estação inicial da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

N. 7.954 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de abril de 1910 — Concede a Carlos Hoepeke Junior os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção, para um serviço de navegação regular entre os portos da Republica.

N. 7.955 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Concede autorização á «South Brazilian Railway Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 7.956 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Concede autorização á «Société des Abbatoirs de Pará» para funcionar na Republica.

N. 7.957 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Concede autorização á «Sociedade Editora do Brasil para funcionar na Republica.

N. 7.958 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Crea uma directoria geral de contabilidade no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 7.959 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Approva as clausulas do contracto com o Estado de S. Paulo para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense, de Arthur Nogueira até á margem do rio Mogy-Guassú.

N. 7.960 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Approva as clausulas do contracto com o coronel José Guilherme de Souza e o Dr. Vicente de Toledo Ouro Preto para a concessão da subvenção de 6:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea destinada a desenvolver a colonização entre Porto do Souza, no Estado do Espirito Santo, e a cidade de Manhuassú, no de Minas Geraes

N. 7.961 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 427:724\$998 para dar execução ao decreto n. 7.816, de 13 de janeiro proximo passado, que organizou o Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agricolas, e declara sem effeito o decreto n. 7.911, de 19 de março ultimo.

N. 7.962 — FAZENDA — Decreto de 22 de abril de 1910 — Concede autorização á Companhia de Seguros de Vida Mutua Colombo para funcionar na Republica e approva os seus estatutos, com alteração.

N. 7.963 — GUERRA — Decreto de 22 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:000\$ para occorrer ao pagamento de subsidio á sociedade n. 4, da Confederação do Tiro Brasileiro.

N. 7.964 — FAZENDA — Decreto de 22 de abril de 1910 — Crea postos fiscaes em S. Borja, Itaqui, Uruguayana, Livramento e Jaguarão.

N. 7.965 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1910 — Approva os projectos e mais documentos apresentados pelo «Leopoldina Railway Company, Limited», para construcção das installações e armazens na ilha da Conceição, junto á estação de Sant'Anna de Maruhy, em Netheroy, e da ponte que estabelecer a ligação da sua linha ferrea com aquella ilha.

N. 7.966 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1910 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento dos primeiros 54km.,127 do ramal de Araguay a Catalão, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 7.967 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de abril de 1910 — Autoriza a Companhia Frigorifica e Pastoril, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 7.968 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de abril de 1910 — Crea um consulado na cidade de Pekin.

N. 7.969 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de abril de 1910 — Crea um consulado em Santa Lucia.

N. 7.970 — FAZENDA — Decreto de 28 de abril de 1910 — Concede á Companhia Brasileira de Seguros autorização para funcionar na Republica e approva, com modificações, os respectivos estatutos.

N. 7.971 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 168:000\$ para o custeio da Estrada de Ferro D. Theresa Christina no corrente anno.

N. 7.972 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 251:299\$400 para construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Rio Ijuhy.

N. 7.973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de abril de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 474:375\$ para pagamento de subsidios a senadores e deputados.

N. 7.974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 600:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1910.

N. 7.975 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 2 de maio de 1910 — Promulga o tratado concluido no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1909 entre o Brasil e o Perú, completando a determinação das fronteiras entre os dous paizes e estabelecendo principios geraes sobre o seu commercio e navegação na bacia do Amazonas.

N. 7.976 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio de Padua, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.977 — FAZENDA — Decreto de 5 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 40:193\$440 para pagamento a Eduardo Horn & Comp., Melchades & Comp. e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.978 — FAZENDA — Decreto de 5 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 71:624\$514 para occorrer á restituição de imposto sobre os vencimentos do desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e outros.

N. 7.979 — FAZENDA — Decreto de 5 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 84:523\$442 para pagamento á Camara Municipal de Itaguahy, no Estado do Rio de Janeiro, em virtude de sentença judiciaria.

N. 7.980 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.

N. 7.981 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Carmo do Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

N. 7.982 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de maio de 1910 — Concede alteração da clausula 1ª do contracto celebrado pelo governo do Estado da Bahia para o serviço de navegação costeira do mesmo Estado.

N. 7.983 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de maio de 1910 — Concede ao governo do Estado da Bahia a rescisão do contracto celebrado por força do decreto n. 7.196, de 26 de novembro de 1908.

N. 7.984 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 100:000\$ para dar execução ao decreto n. 7.958, de 14 de abril do corrente anno, que creou uma directoria geral de contabilidade no mesmo Ministerio.

N. 7.985 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de maio de 1910 — Autoriza a Cervejaria Rio Claro — Companhia Industrial, com séde em S. Paulo, a funcionar na Republica.

N. 7.986 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.987 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 7.988 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Rio de Janeiro.

N. 7.989 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na capital do Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.990 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de maio de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João da Uruburetama, no Estado do Ceará.

N. 7.991 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de maio de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 7.992 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1910 — Promulga o tratado concluido no Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1909 entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, modificando as suas fronteiras na Lagôa Mirim e no rio Jaguarão, e estabelecendo principios geraes para o commercio e navegação nessas paragens.

N. 7.993 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para occorrer ás despesas provenientes do inquerito sobre a marinha mercante nacional.

N. 7.994 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de maio de 1910 — Approva os novos estudos apresentados para as obras do porto da Victoria, no Estado do Espirito Santo.

N. 7.995 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de maio de 1910 — Transfere para o porto de Tibiriçá, no rio Paraná, o ponto terminal de uma das linhas ferreas da Estrada de Ferro Sorocabana, e dá outras providencias.

N. 7.996 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de maio de 1910 — Concede vantagens e regalias ao vapor *Posteiro*, de propriedade da Empresa de Navegação Sul Rio Grandense.

N. 7.997 — FAZENDA — Decreto de 12 de maio de 1910 — Approva, com alterações, os novos estatutos do Banco Auxiliador das Classes, com séde no Estado da Bahia.

N. 7.998 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 7.999 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1910 — Concede autorização á «American Brazilian Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.000 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.001 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1910 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Assucareira.

N. 8.002 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 100:000\$, papel, para occorrer ao pagamento de despesas com a recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros em visita ao Brasil.

N. 8.003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais tres de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.004 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 137:112\$392, ouro, suplementar ás verbas 5ª — Legações e consuliados, — na parte pessoal, e 6ª — Ajudas de custo, — do art. 7º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, afim de dar execução ao disposto no decreto n. 2.250, de 29 de abril de 1910.

N. 8.005 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 699:105\$ para o proseguimento dos trabalhos de melhoramento da Quinta da Boa Vista.

N. 8.006 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piahy.

N. 8.007 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy.

N. 8.008 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Parnahyba, no Estado do Piahy.

N. 8.009 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano, no Estado do Piahy.

N. 8.010 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Floriano, no Estado do Piahy.

N. 8.011 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Raymundo Nonato, no Estado do Piahy.

N. 8.012 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Magé, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.013 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes no Districto Federal.

N. 8.014 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Maranhão.

N. 8.015 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Ne-

gócios Interiores o credito extraordinario de 23:317\$741 para pagamento de despesas com impressões e publicações de debates do Senado Federal e Camara dos Deputados.

N. 8.016 — GUERRA — Decreto de 19 de maio de 1910 — Altera o regulamento das inspecções permanentes.

N. 8.017 — FAZENDA — Decreto de 19 de maio de 1910 — Cassa as autorizações concedidas a «The British and Foreign Marine Insurance Company Limited», para estabelecer agências no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco.

N. 8.018 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de maio de 1910 — Approva os estudos definitivos, inclusive o orçamento, dos primeiros 30 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Conde d'Eu, de Independencia a Picuhy.

N. 8.019 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, FAZENDA E AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1910 — Concede redução de fretes nas estradas de ferro federaes, isenção de direitos de consumo e outros favores aos individuos ou empresas que montarem no paiz estabelecimentos siderurgicos.

N. 8.020 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de maio de 1910 — Declara comprehendida no plano das obras de melhoramento do porto da Bahia a faixa de terreno existente em Jequitaita, por onde passa a linha ferrea da Companhia Cessionaria das Docas daquelle porto, e approva a planta do referido terreno, por ser de utilidade publica a desapropriação deste.

N. 8.021 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1910 — Concede autorização á Companhia Piratininga para funcionar na Republica.

N. 8.022 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1910 — Concede autorização á «Amaral Southerland and Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.023 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1910 — Concede autorização á «Municipality of Pará Improvements, Limited» para funcionar.

N. 8.024 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na capital do Estado da Bahia.

N. 8.025 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 52:000\$, destinado ás despesas de fiscalização, ensino e propaganda da cultura do trigo e outras a que se referem os arts. 10 e 43 do regulamento que baixou com o decreto numero 7.909, de 7 de março do corrente anno.

N. 8.026 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de maio de 1910 — Manda que o dia 25 de maio do corrente anno de 1910 seja tido como de festa nacional nos Estados Unidos do Brasil.

N. 8.027 — FAZENDA — Decreto de 26 de maio de 1910 — Autoriza o ministro da Fazenda a emittir 2.039:000\$, em apo-

lices de 1:000\$, de juro de 5 %, para pagamento de prestações do contracto celebrado para a construcção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, relativas ao anno de 1909.

N. 8.028 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Itapicurú, no Estado do Maranhão.

N. 8.029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Curalinho, no Estado do Maranhão.

N. 8.030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Mearim, no Estado do Maranhão.

N. 8.031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaguarahyva, no Estado do Paraná.

N. 8.032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.033 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 7:000\$ para occorrer ao pagamento do premio devido á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação pela construcção, em suas officinas, de uma locomotiva.

N. 8.034 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de maio de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 364:559\$143 para occorrer ao pagamento dos juros garantidos á Estrada de Ferro Sorocabana, correspondentes ao periodo de 29 de agosto a 31 de dezembro de 1907.

N. 8.035 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de maio de 1910 — Concede autorização á Companhia de Pesca (Santos) para funcionar na Republica.

N. 8.036 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de maio de 1910 — Institue premios de animação ao fabrico de presunto.

N. 8.037 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de maio de 1910 — Dá a denominação de Posto Zootechnico Federal á Directoria de Industria Animal.

N. 8.038 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de maio de 1910 — Approva o regulamento interno da Directoria de Meteorologia e Astronomia.

N. 8.039 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 26 de maio de 1910 — Approva o regulamento da Escola de Minas, com séde em Ouro Preto.

N. 8.040 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de maio de 1910 — Approva o accôrdo celebrado entre a Estrada

de Ferro Central do Brasil e a «S. Paulo Railway Company, Limited», para o estabelecimento do serviço de tráfego e entrada de trens de passageiros daquela Estrada nas estações do Braz e S. Paulo.

N. 8.041 — GUERRA — Decreto de 2 de junho de 1910 — Manda observar novas instruções para as companhias regionaes a que se referem os arts. 1º e 2º da lei n. 2.113, de 7 de outubro de 1909.

N. 8.042 — GUERRA — Decreto de 2 de junho de 1910 — Transfere para o Realengo, ficando annexa á Escola de Artilharia e Engenharia, a Escola de Applicação de Artilharia e Engenharia.

N. 8.043 — GUERRA — Decreto de 2 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de réis 20:000\$ para pagamento do subsidio de 10:000\$ a cada uma das sociedades do Tiro de Uruguayana e do Tiro Paranaense.

N. 8.044 — GUERRA — Decreto de 2 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito da quantia de réis 2:957\$187 para pagamento á Sociedade de Tiro Friburguense.

N. 8.045 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1910 — Suspende a cobrança de 2 %, ouro, para melhoramentos dos portos, na Alfandega do Estado do Pará, a partir do dia 1 de julho proximo vindouro.

N. 8.046 — FAZENDA — Decreto de 2 de junho de 1910 — Approva os novos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Lealdade, com séde em Belém, Estado do Pará.

N. 8.047 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1910 — Dispensa o engenheiro Elwer Lawrence Corthell da responsabilidade de que trata a clausula LXIII do decreto n. 5.979, de 18 de abril de 1906, passando á «Compagnie Française du Port do Rio Grande do Sul» a mesma responsabilidade na direcção das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul.

N. 8.048 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para occorrer ao pagamento da quantia correspondente á medição dos materiaes recebidos do estrangeiro no corrente anno pela «Madeira-Mamoré Railway Company».

N. 8.049 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1910 — Approva os orçamentos, na importancia de 451:596\$052, das despesas com as obras de reforma dos armazens ns. I a IV do porto de Santos e com a aquisição de balanças para o respectivo serviço aduaneiro.

N. 8.050 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1910 — Autoriza a «Manãos Harbour, Limited», a construir um gradil e portões de ferro para o fim de isolar os seus armazens e mais dependencias, no porto de Manãos, de conformidade com as plantas e orçamentos, na importancia de 42:183\$715.

N. 8.051 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1910 — Concede autorização á «Elsa-

seische Aktien Gesellschaft für Pantagen in Brázilien» (Sociedade Anonyma Alsaciana de Plantações no Brasil) para funcionar na Republica.

N. 8.052 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1910 — Modifica a denominação do cargo de chimico-ajudante da 3ª secção do Museu Nacional.

N. 8.053 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 2 de junho de 1910 — Approva o augmento do capital da Companhia Puglisi e a emissão de *debentures* até o valor nominal de 3.000:000\$000.

N. 8.054 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio da capital do Estado de Pernambuco.

N. 8.055 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Caxias, no Estado do Maranhão.

N. 8.056 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Barra do Corda, no Estado do Maranhão.

N. 8.057 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento, no Estado do Maranhão.

N. 8.058 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado do Ceará.

N. 8.059 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Leopoldina, no Estado de Pernambuco.

N. 8.060 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cataguazes, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.061 — FAZENDA — Decreto de 9 de junho de 1910 — Altera o art. 5º do decreto n. 7.783, de 31 de dezembro de 1909.

N. 8.062 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de junho de 1910 — Autoriza o contracto de arrendamento do novo caes do porto do Rio de Janeiro.

N. 8.063 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de junho de 1910 — Eleva de 60 para 90 dias o praso estabelecido no art. 1º do regulamento annexo ao decreto n. 7.945, de 7 de abril de 1910, para concorrência relativa a matadouros modelos e entrepostos frigorificos, destinados á conservação e transportes de productos nacionaes e estrangeiros, de facil deterioração.

N. 8.064 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 40:000\$ para auxiliar as exposições feiras de Bagé e Uruguayana e as que se realizarem nos outros municipios da Republica, obedecendo ao mesmo typo de organização.

N. 8.065 — GUERRA — Decreto de 15 de junho de 1910 — Revoga varias disposições do regulamento approved pelo decreto n. 7.024, de 11 de junho de 1903, e dá outras providencias.

N. 8.066 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Belmonte, no Estado da Bahia.

N. 8.067 — FAZENDA — Decreto de 16 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 23:228\$015 para occorrer á restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. Enéas Galvão e outros.

N. 8.068 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer ás despesas com o ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.069 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1910 — Approva a planta do primeiro trecho da linha de Bello Horizonte a Henrique Galvão e declara de utilidade publica a desapropriação dos terrenos e bemfeitorias nelle comprehendidos.

N. 8.070 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 120:000\$ para aquisição de um terreno destinado ao edificio dos Correios, em Santos.

N. 8.071 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de junho de 1910 — Approva os estudos definitivos da linha de Itapura a Corumbá e dahi á fronteira do Brasil, na extensão de 845km,385,70.

N. 8.072 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de junho de 1910 — Crea um serviço de protecção aos indios e localização de trabalhadores nacionaes e approva o respectivo regulamento.

N. 8.073 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.074 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Abaeté, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.075 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de junho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Tres Corações do Rio Verde, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.076 — MARINHA — Decreto de 23 de junho de 1910 — Approva e manda executar o regulamento instituindo o premio «Marcelio Dias».

N. 8.077 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1910 — Constitue a Rede de Viação Fluminense.

N. 8.078 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1910 — Estabelece novas bases das tarifas e altera a pauta e as condições regulamentares para a Estrada de Ferro Central do Brasil, approvadas pelo decreto n. 6.747, de 21 de novembro de 1907.

N. 8.079 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de junho de 1910 — Concede a Mello & Comp., armadores, os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção.

N. 8.080 — FAZENDA — Decreto de 23 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 51:600\$ para pagamento de despesas que ainda têm de ser feitas com a installação da Caixa de Conversão.

N. 8.081 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de junho de 1910 — Proroga por mais tres mezes o praso fixado pelo art. 2º do decreto n. 7.644, de 4 de novembro de 1909, que instituiu premios para a exportação de fructas nacionaes.

N. 8.082 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de junho de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 90:000\$ para dar execução ao decreto n. 7.917, de 24 de março proximo passado, que creou o registro e archivo geral de marcas para animaes.

N. 8.083 — GUERRA — Decreto de 25 de junho de 1910 — Approva o regulamento para a Confederação do Tiro Brasileiro e os estatutos para as sociedades incorporadas á mesma Confederação.

N. 8.084 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1910 — Autoriza o ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio a contractar veterinarios para o serviço do respectivo Ministerio.

N. 8.085 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1910 — Concede autorização á «Brazil North Eastern Railway, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.086 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1910 — Concede autorização á «Rubber Corporation of Brazil, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.087 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1910 — Concede autorização á «Diamantino Rubber Plantation, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.088 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para as despesas de construcção

do ramal de Sabará a Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.089 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1910 — Approva o projecto das linhas apresentado pela «Compagnie Française du Port du Rio Grande do Sul» para o transporte da pedra destinada ás obras a seu cargo.

N. 8.090 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:000\$ para despesas de desobstrução do rio Paracatú.

N. 8.091 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1910 — Determina a applicação que deve ser dada ao saldo do credito aberto pelo decreto n. 7.296, de 23 de janeiro de 1909.

N. 8.092 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:921\$097 para pagamento de despesas feitas pelo Banco do Brasil com a instalação do Banco Central Agricola do Brasil.

N. 8.093 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:411\$744 para pagamento de vencimentos do segundo escripturario da Alfandega de Paranaguá, Francisco de Paula Dias Negrão, devidos em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.094 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1910 — Abre o credito de 100:000\$ para ser applicado em obras contra os effeitos da secca, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 8.095 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 10:933\$557 para liquidação das contas relativas á administração da Estrada de Ferro Minas e Rio no corrente exercicio.

N. 8.096 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1910 — Crea um consulado em Shanghai.

N. 8.097 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1910 — Publica a adhesão da Republica de Cuba á convenção internacional para a publicação das tarifas aduaneiras.

N. 8.098 — FAZENDA — Decreto de 16 de julho de 1910 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir apolices até á quantia de 2.000:000\$, do juro de 5 %, papel.

N. 8.099 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para as despesas com os prolongamentos e obras novas da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 8.100 — MARINHA — Decreto de 21 de julho de 1910 — Estabelece os cargos e incumbencias nos navios do typo Minas Geraes.

N. 8.101 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de julho de 1910 — Approva os orçamentos, na importancia total de 5.611:224\$994, das obras complementares no pro-

longamento do caes de Santos e das duas locomotivas e 10 carros para o serviço do mesmo caes.

N. 8.102 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de julho de 1910 — Approva as clausulas do contracto com a Companhia Viação Ferrea de Itabapoana para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção do trecho da linha ferrea da villa de Itabapoana e Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.103 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de julho de 1910 — Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense, da estação Arthur Nogueira á margem do rio Mogy-Guassú.

N. 8.104 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de julho de 1910 — Approva as clausulas do contracto com a Companhia Estrada de Ferro do Dourado para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de 53 kilometros de linha ferrea entre Ibitinga e rio Tietê e 36 kilometros do ponto mais conveniente do ramal de Bocaina e Bariry até á estação de Ayrosa Galvão, servindo á cidade de Jahú.

N. 8.105 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabayana, no Estado da Parahyba.

N. 8.106 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Luiz Gonzaga, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.107 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santo Antonio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.108 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.109 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria e mais uma de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Palma, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.110 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.111 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Alto-Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.112 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Lavras, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.113 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 8.114 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

N. 8.115 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Jacarésinho, no Estado do Paraná.

N. 8.116 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jacarésinho, no Estado do Paraná.

N. 8.117 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.118 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Oeiras, no Estado do Piahy.

N. 8.119 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1910 — Concede a Barros & Tocantins, armadores, os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção.

N. 8.120 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1910 — Transfere para a «Interurban Telephone Company of Brazil», a concessão para arrendamento de um cabo submarino entre a Capital Federal e Nietheroy.

N. 8.121 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.500:000\$ para o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.122 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1910 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento do primeiro trecho comprehendido entre Pesqueira e Olho d'Agua dos Bredos, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, de Pesqueira a Flores.

N. 8.123 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1910 — Autoriza a revisão do contracto com a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil para a navegação dos rios Tocantins, Araguaya e seus affluentes e substituição das estradas ao longo dos trechos encachoeirados dos mesmos rios.

N. 8.124 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de julho de 1910 — Concede autorização á «Soarez Hermanos & Company, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.125 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de julho de 1910 — Concede autorização á «Société Franco-Brésilienne» para funcionar na Republica.

N. 8.126 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1910 — Approva, com modificações, as alterações dos estatutos da Caixa Geral das Familias, feitas pelas assembléas geraes extraordinarias de 29 de setembro de 1909 e 18 de fevereiro de 1910.

N. 8.127 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 335:360\$580 para os trabalhos de melhoramentos da Quinta da Boa Vista.

N. 8.128 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho comprehendido entre os kilometros 156+540 e 215 da linha de S. Francisco, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

N. 8.129 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Approva os estudos definitivos, inclusive o orçamento, do primeiro trecho de 84km.,440, da Estrada de Ferro S. Pedro-S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.130 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 181\$560 para occorrer ao pagamento devido a Joaquim Martins da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.131 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Rectifica o decreto n. 7.896, de 10 de março de 1910, que approvou, com alterações, os estatutos da Mutualidade Geral, Caixa de Pensões e Peculios.

N. 8.132 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Concede á Associação Mutua Paulista autorização para funcionar na Republica e approva os respectivos estatutos.

N. 8.133 — GUERRA — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Revoga o decreto n. 7.879, de 3 de março ultimo, em virtude do qual foram desapropriados terrenos e predios á rua da Igrejinha, em Copacabana.

N. 8.134 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Autoriza a companhia de seguros «Northern Assurance Company, Limited», de Londres, a estabelecer uma agencia na cidade do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.135 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Autoriza a companhia de seguros maritimos e terrestres «Preussische National Versicherungs Gesellschaft» a abrir uma agencia no Estado do Pará.

N. 8.136 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Substitue o art. 57 do regulamento approved pelo decreto n. 8.820, de 30 de dezembro de 1882.

N. 8.137 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de agosto de 1910 — Concede autorização á «Ma-

deira-Mamoré Railway Company» para continuar a funcionar na Republica.

N. 8.138 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1910 — Autoriza a companhia de seguros maritimos e terrestres «Pressische National Versicherungs Gesellschaft» a abrir uma agencia no Estado do Amazonas.

N. 8.139. — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1910 — Approva a nova tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Caixa Economica e Monte de Soccorro do Rio de Janeiro.

N. 8.140 — FAZENDA — Decreto de 8 de agosto de 1910 — Approva nova tabella do numero, classe e vencimentos do pessoal da Caixa Economica do Estado de S. Paulo.

N. 8.141 — MARINHA — Decreto de 10 de agosto de 1910 — Torna extensivos ao Corpo de Mecanicos Navaes, na graduacão correspondente, os vencimentos e todas as vantagens estabelecidas pelo regulamento do Corpo de Inferiores da Armada.

N. 8.142 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes no departamento do Alto-Purus, no territorio do Acre.

N. 8.143 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria, uma de cavallaria e duas de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Cannavieiras, no Estado da Bahia.

N. 8.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.145 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1910 — Concede a Pedro Santerre Guimarães, armador, os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvencão.

N. 8.146 — FAZENDA — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 28:372\$771 para occorrer a despesa com a restituicão ao Estado de Santa Catharina do expediente de 5 %, addicionaes e taxa de estatistica do material importado para canalizacão e supprimento de agua potavel á capital do Estado.

N. 8.147 — FAZENDA — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 4.000:000\$, papel, e 150:000\$, ouro, supplementar á verba 34ª — Exercicios findos, — do orçamento do vigente exercicio.

N. 8.148 — FAZENDA — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Approva as alteracões feitas nos estatutos da Companhia Nacional de Seguros de Vida Cruzeiro do Sul.

N. 8.149 — FAZENDA — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 47:911\$ para pagamento ao Estado do Espirito Santo de despesas feitas no nucleo Affonso Penna.

N. 8.150 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Itabapoana, no Estado do Espirito Santo.

N. 8.151 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.152 — GUERRA — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:000\$ para pagamento á sociedade n. 5, da Confederação do Tiro Brasileiro, do subsidio de que trata o art. 1º da lei n. 1.503, de 5 de setembro de 1906.

N. 8.153 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Approva os estudos definitivos e o orçamento, na importancia total de 1.587:020\$476, da variante da Serra do Riacho das Varas, com a extensão de 18.930 metros, entre os kilometros 61.080 e 80.100 do ramal de Currallinho, da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina.

N. 8.154 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir apolices até á quantia de 20.000:000\$, do juro de 5 %, papel.

N. 8.155 — FAZENDA — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Approva o regulamento dos concursos para empregos de Fazenda.

N. 8.156 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Approva as clausulas do contracto com Antonio José Ribeiro da Silva e Gabriel Nogueira de Toledo para a concessão da subvencção de 15:000\$, por kilometro, para construcção de uma estrada de ferro, da bitola de um metro, na extensão de 67 kilometros, partindo de Taubaté e terminando em ponto conveniente do municipio de Natividade.

N. 8.157 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Concede autorização á «Société Française d'Entreprise au Brésil» para funcçãoar na Republica.

N. 8.158 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 77:364\$453 para attender ás despesas com a differença de vencimentos do pessoal da Escola de Minas.

N. 8.159 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 1.200:000\$ para dar execução ao decreto n. 8.072, de 20 de junho do corrente anno, que creou o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes.

N. 8.160 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 18 de agosto de 1910 — Concede autorização á «Santo Antonio (Pará) Rubber States, Limited.» para funcçãoar na Republica.

N. 8.161 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1910 — Transfere da comarca da capital para a de Ibitinga a séde da 118ª brigada de infantaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.162 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1910 — Transfere da comarca de Faxina para a de Ibitinga a sede da 37ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.163 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1910 — Transfere da comarca da capital para a do Amparo a sede da 88ª brigada de infantaria e da 44ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional do Estado de S. Paulo.

N. 8.164 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Acary, no Estado do Rio Grande do Norte.

N. 8.165 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e duas de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Benedito, no Estado do Ceará.

N. 8.166 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Amarante, no Estado do Piahy.

N. 8.167 — MARINHA — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Regula o fornecimento de rações no porto e em viagem.

N. 8.168 — GUERRA — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Approva o regulamento para o Serviço de Veterinaria do Exercito.

N. 8.169 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Concede á sociedade anonyma «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud», com sede em Paris, autorização para funcionar na Republica.

N. 8.170 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:800\$ para pagamento da quantia de 200\$ para fardamento a cada um dos guardas das mesas de rendas alfandegadas.

N. 8.171 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Concede á Cooperativa Beneficente Mutua Brasileira, com sede em Batataes, S. Paulo, autorização para funcionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 8.172 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 50:000\$ para attender ao pagamento dos vencimentos, diarias, passagens e ajudas de custo de cinco veterinarios, de accordo com o decreto n. 8.084, de 7 de julho do corrente anno.

N. 8.173 — FAZENDA — Decreto de 25 de agosto de 1910 — Autoriza a Cooperativa Popular de Consumo Italo-Brasileira a funcionar na Republica.

N. 8.174 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1910 — Publica a adhesão da Persia ao accordo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 8.175 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de agosto de 1910 — Publica a adhesão do governo federal da

Australia ao accôrdo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 8.176 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1910 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.177 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ayuruoca, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.178 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Baependy, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.179 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado da Bahia.

N. 8.180 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1910 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.181 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva o orçamento, na importancia de 1.824:825\$314, despendido com a construção do edificio destinado a escriptorio da séde da Companhia Docas de Santos.

N. 8.182 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 383:259\$720 para as despesas de construção da linha telegraphica de Malto Grosso ao Amazonas.

N. 8.183 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Concede a Mello Frotas & Comp. os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção.

N. 8.184 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva algumas modificações nos planos das obras do porto da Bahia, a que se referem os decretos ns. 6.350 e 7.119, de 31 de janeiro de 1907 e 17 de setembro de 1908, sem augmento da importancia já fixada.

N. 8.185 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva o projecto e o respectivo orçamento para a construção de um trecho de 75km.280 da linha de Tibagy, prolongamento de Salto Grande á Cabeceira do rio Cervo, da Estrada de Ferro Sorocabana.

N. 8.186 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva os estudos definitivos e respectivo orçamento do trecho comprehendido entre os kilometros 215 a 276 da linha de S. Francisco, da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, pela margem esquerda do Rio Negro.

N. 8.187 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva os estudos definitivos das duas

primeiras secções de Monte Bello a Guaxupé, da linha de Monte Bello a Santa Rita de Cassia, da Rede de Vição Sul-Mineira.

N. 8.188 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva o projecto e respectivo organimento para electrificação da linha de Victoria a Itabira de Malto Dentro, da Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina.

N. 8.189 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Substitue os arts. 34 e 66 do regulamento da Maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia.

N. 8.190 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:623\$357 para occorrer á restituição do imposto descontado dos vencimentos do Dr. João Galvão da Costa França como juiz do Tribunal Civil e Criminal e desembargador da Côrte de Appellação.

N. 8.191 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:403\$137 para occorrer á restituição do imposto descontado dos vencimentos do Dr. Manoel José Espinola como desembargador da Côrte de Appellação.

N. 8.192 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:236\$485 para pagamento ao capitão Henrique José Vieira Filho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.193 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Piratininga.

N. 8.194 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 50:000\$ para execução do decreto n. 7.778, de 30 de dezembro de 1909, que dá regulamento ao Serviço de Registro Genealogico de Animaes.

N. 8.195 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Publica a adhesão da Bulgaria ao accôrdo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 8.196 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1910 — Publica a adhesão da Tunisia á convenção radiotelegraphica concluida em Berlim a 3 de novembro de 1906 entre o Brasil e varias potencias.

N. 8.197 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1910 — Manda que o dia 18 de setembro do corrente anno de 1910 seja tido como de festa nacional nos Estados Unidos do Brasil.

N. 8.198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1910 — Crea duas brigadas de artilharia de guarda nacionaes na comarca do Rio Grande, no Estado da Bahia.

N. 8.199 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. José da Boa Vista, no Estado do Paraná.

N. 8.200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1910 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de Belmonte, no Estado de Pernambuco.

N. 8.201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes no municipio de S. Bento, no Estado de Pernambuco.

N. 8.202 — GUERRA — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Altera os arts. 5º, § 7º, e 8º do regulamento approved pelo decreto n. 7.666, de 18 de novembro de 1909.

N. 8.203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Dá novo regulamento á Escola Pre-munitoria Quinze de Novembro.

N. 8.204 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Approva o projecto e orçamento para o melhoramento do porto de Fortaleza, no Estado do Ceará.

N. 8.205 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Approva o regulamento da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

N. 8.206 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Transfere a séde da Academia de Commercio do Rio de Janeiro do edificio da Escola Polytechnica para o da praça Quinze de Novembro, onde está installado o Museu Commercial.

N. 8.207 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Concede autorização á Companhia Blumenauense de Lacticinios para funcionar na Republica.

N. 8.208 — FAZENDA — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Declara pertencentes ao quadro do pessoal das repartições de Fazenda os fiscaes do Governo junto ás companhias estrangeiras de seguros.

N. 8.208 A — FAZENDA — Decreto de 8 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 13:624\$510 para restituição de imposto sobre vencimentos ao Dr. José Cesario de Miranda Ribeiro como juiz do Tribunal Civil e Criminal e desembargador da Côrte de Appellação, de 1891 a 1907.

N. 8.209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Crea mais uma brigada de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.

N. 8.210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Crea uma brigada de artilharia de guardas nacionaes na comarca da Matta de S. João, no Estado da Bahia.

N. 8.211 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Nazareth, no Estado da Bahia.

N. 8.212 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e mais uma de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

N. 8.213 — GUERRA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 4:668\$879 para occorrer ao pagamento de metade das despesas feitas pela sociedade de tiro n. 38 com a installação de sua linha de tiro.

N. 8.214 — GUERRA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 1:257\$160 para indemnizar a sociedade n. 27, da Confederação do Tiro Brasileiro, do valor da metade da importancia das despesas feitas com a construcção de sua linha de tiro.

N. 8.215 — GUERRA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Altera o regulamento da Fabrica de Polvora sem Fumaça.

N. 8.216 — MARINHA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Approva a nova tabella para a distribuição de fardamento aos inferiores e praças do Batalhão Naval.

N. 2.217 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Approva o projecto para a construcção de um alto forno electrico destinado á preparação do minerio de ferro que transportar a Estrada de Ferro de Victoria a Diamantina.

N. 8.218 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Approva os desenhos e o orçamento, na importancia de 87:105\$078, para a construcção de mais dous lances augmentados á ponte fluctuante da «Manóos Harbour, Limited».

N. 8.219 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Declara de utilidade publica a desapropriação do predio n. 3 do becco da Lapa dos Mercadores.

N. 8.220 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Cassa a autorização concedida á Companhia de Seguros Mutuos contra Fogo Providencia para funcção na Republica.

N. 8.221 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 743\$720 para pagamento a Otto Simon, na qualidade de presidente da Empresa de Construcções Civis, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.222 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 166:800\$ para pagamento a Antonio Maria Teixeira Coelho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.223 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 198\$860 para pagamento a Manoel Esteves de Gouvêa, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.224 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 696\$100 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.225 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 460\$800 para pagamento a Joaquim Pereira Bernardes, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.226 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 116\$300 para pagamento a Otto Simon, na qualidade de presidente da Empresa de Construções Cíveis, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.227 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 558\$700 para pagamento a Manoel Tavares de Almeida Flores, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.228 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Approva, com modificações, os novos estatutos da Sociedade de Auxílios Mutuos Montepio da Família, adoptados pela assembléa geral extraordinária realizada em 6 de agosto último.

N. 8.229 — FAZENDA — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Concede á Sociedade Anonyma Brasil Seguradora e Edificadora, com séde em Belém, Estado do Pará, autorização para funcionar na Republica e approva, com alterações, os respectivos estatutos.

N. 8.230 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de setembro de 1910 — Concede autorização á Empresa Commercio de Sal para funcionar na Republica.

N. 8.231 — GUERRA — Decreto de 17 de setembro de 1910 — Altera o quadro dos funcionarios civis do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e respectivos vencimentos, annexo ao regulamento approved pelo decreto n. 7.940, de 7 de abril ultimo, e os arts. 88 e 90 do dito regulamento e supprime o paragrapho unico daquelle artigo.

N. 8.232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o crédito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a codificação das leis do processo civil, commercial e criminal do Districto Federal.

N. 8.233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Approva os regulamentos do Patronato Official dos Liberados ou Egressos Definitivos da Prisão no Districto Federal.

N. 8.234 — GUERRA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Altera o plano de uniformes do Exército, na parte relativa a polainas de couro para officiaes e praças.

N. 8.235 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministério da Fazenda o crédito de 601\$ para pagamento a José Pereira da Silva, em virtude de sentença judiciária.

N. 8.236 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 262\$620 para pagamento a João Manoel do Valle, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.237 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 193\$589 para pagamento a Carlos Gaudie-Ley, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.238 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 573\$400 para pagamento ao Dr. David Moreira Rego Junior, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.239 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 491\$400 para pagamento ao Dr. Antonio Gonçalves Pereira da Silva, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.240 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 203\$200 para pagamento a D. Emilia Augusta, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.241 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 145\$500 para pagamento ao Dr. David Moreira Rego Junior, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.242 — FAZENDA — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Eleva o numero dos agentes fiscaes dos impostos de consumo no Districto Federal, e dá outras providencias.

N. 8.243 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Reorganiza o serviço de publicações e bibliotheca do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, dando-lhe nova denominação.

N. 8.244 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Concede autorização á «Société Franco-Brésilienne de Travaux Publics» para funcionar na Republica.

N. 8.245 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Concede autorização á «Brazilian Hardwood Corporation» para funcionar na Republica.

N. 8.246 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Concede autorização á Companhia União dos Refinadores para funcionar na Republica.

N. 8.247 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Reorganiza a Junta Commercial do Districto Federal.

N. 8.248 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Approva o regulamento dos corretores de mercadorias e de navios da Capital Federal e reorganiza a Junta respectiva.

N. 8.249 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Crea a Bolsa dos Corretores (mercadorias e navios).

N. 8.250 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Publica a adesão do Canadá ao accôrdo assignado em Roma em 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 8.251 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de setembro de 1910 — Publica a adesão da Nova Zelândia á convenção sanitaria internacional assignada em Paris em 3 de dezembro de 1913.

N. 8.252 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1910 — Promulga o tratado sobre o commercio e navegação fluvial entre o Brasil e a Colombia, assignado no Rio de Janeiro aos 28 de agosto de 1908.

N. 8.253 — MARINHA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Approva e manda executar o regulamento para a Directoria de Armamento da Marinha.

N. 8.254 — GUERRA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Altera a tunica, calça e gorro do segundo uniforme para os officiaes graduados da Secretaria d' Estado de Guerra e da Directoria de Contabilidade da Guerra.

N. 8.255 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 500:000\$ para occorrer ás despesas com o ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.256 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.000:000\$ para despesas com os prolongamentos e obras novas da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

N. 8.257 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Proroga o prazo de 10 mezes, fixado na clausula VI do contracto approved pelo decreto n. 7.562, de 30 de setembro de 1909, para apresentação dos estudos definitivos da linha de Araguay a Goyaz e do trecho de Bambuy até o ponto da ligação com os da primeira linha.

N. 8.258 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Approva a planta e orçamento, na importancia de 48:076\$042, das obras de alongamento da coberta do armazem n. 9 e do aparelho mecanico destinado ao serviço de transporte de trigo installado sob aquelle alongamento, no caes do porto de Santos.

N. 8.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Approva o Codigo do Processo Criminal do Districto Federal.

N. 8.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento de subvenção aos institutos Pasteur, do Recife e de Juiz de Fora.

N. 8.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsídio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsídio dos deputados.

N. 8.262 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 8.263 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Declara que é de 3:000\$ a alçada do delegado fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas e de 2:000\$ a do inspector da Alfandega de Manáos.

N. 8.264 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 13:873\$207 para occorrer á restituição de imposto sobre vencimentos aos desembargadores da Côrte de Appellação, Henrique João Dodsworth e José Alves de Azevedo Magalhães.

N. 8.265 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:069\$660 para pagamento de custas devidas a Antonio José Leite, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.266 — FAZENDA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Concede á «Banque Française et Italienne pour l'Amerique du Sud» autorização para estabelecer agencias na Capital Federal e Santos e sub-delegacias nas cidades de Ribeirão Preto, S. Carlos do Pinhal, Bolecatú e Espirito Santo do Pinhal.

N. 8.267 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Créa no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o Serviço de Distribuição de Plantas e Sementes e approva o respectivo regulamento.

N. 8.268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial na importancia de 123:000\$ para pagamento de subvenções a diversas instituições e do auxilio para o levantamento da estatua ao padre Diogo Antonio Feijó.

N. 8.269 — MARINHA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E GUERRA — Decreto de 29 de setembro de 1910 — Determina que os fardamentos do Exercito, Marinha, Força Policial e Corpo de Bombeiros serão feitos de tecido manufacturado no paiz.

N. 8.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Incorpora á rêde da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a estrada de ferro que de Assumpção, capital do Paraguay, se dirija á foz do Iguaçu ou outro ponto mais conveniente nas proximidades das Sete Quedas.

N. 8.271 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Autoriza o contracto da construcção

da secção da Estrada de Ferro Oeste de Minas compreendida entre Henrique Galvão e o Kilometro 48, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 8.272 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Approva os estudos definitivos do ramal de Uberaba, da Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, na extensão de 51km.,120.

N. 8.273 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Approva os estudos relativos ao trecho de Guaxupé a Monte Santo, na Rêde de Viação Sul-Mineira, com a extensão de 46km.,340.

N. 8. 274 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia total de 6.745:851\$857, para a construção do trecho de 48km.,500 entre os kilometros 126 e 174 + 500 da linha de Formiga a Goyaz, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 7.275 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre o credito de 527:660\$ ao Ministerio da Viação e Obras Publicas para o melhoramento da Quinta da Boa Vista.

N. 8.276 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Concede a Rocha Silva & Comp., armadores, os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção.

N. 8.277 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 200:000\$ para a construção dos edificios destinados a Correios e Telegraphos nas cidades de Porto Alegre e Nietheroy.

N. 8.278 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 43:950\$ para occorrer ao pagamento, no quarto trimestre do corrente anno, dos funcionarios não aproveitados na organização do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

N. 8.279 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 73:372\$364 afim de attender a despesas feitas, no exercicio de 1906, pelo ex-prefeito do Alto-Juruá, general Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

N. 8.280 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 15:835\$530 para pagamento de vencimentos de thesoureiro da Alfandega do Rio de Janeiro devidos a João Baptista Rombo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.281 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 722:580\$ para pagamento de custas devidas á Companhia Luz Auer Brasileira, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.282 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 20:228\$826 para pagamento ao alferes do Exercito, Leopoldo Dismar, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.283 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 7:472\$514 para pagamento ao Dr. João Braz de Oliveira Arruda, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.284 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 391\$710 para pagamento de custas devidas ao Dr. Christovão Pereira Nunes, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.285 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:854\$740 para pagamento devido a Gonçalves Zenha & Comp., successores de Joaquim José Gonçalves & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.286 — FAZENDA — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Autoriza o Ministerio da Fazenda a emittir apolices até á quantia de 1.164:000\$, do juro de 5 %, papel.

N. 8.287 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Concede autorização á «Pará (Marajó) Islands Rubber States, Limited», para funcionar na Republica.

N. 8.288 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de outubro de 1910 — Declara caducas as patentes de invenção constantes da relação que a este acompanha.

N. 8.289 — MARINHA — Decreto de 7 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 42:621\$327 para pagamento de differença de soldo aos patrões-móres.

N. 8.290 — MARINHA — Decreto de 11 de outubro de 1910 — Approva a ordenança para o serviço da Armada brasileira.

N. 8.291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2:425\$500 para pagamento de gratificação adicional a um continuo da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 8.292 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 494:623\$400, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento de despesas com o pessoal e material da Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 8.293 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de outubro de 1910 — Altera o plano de uniformes da Força Policial do Distrito Federal, approvado pelo decreto n. 7.864, de 17 de fevereiro ultimo.

N. 8.294 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito

supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$, á verba — Subsidio dos senadores — e 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 8.295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplemental de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:00\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 8.296 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Approva o novo regulamento para a Casa de Correção da Capital Federal.

N. 8.297 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia de 5.381:276\$253, do trecho comprehendido entre os kilometros 236 e 947,946, da linha de S. Paulo-S. Francisco, da Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande.

N. 8.298 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Approva as alterações feitas nos estatutos da « Société de Construction du Port de Pernambuco ».

N. 8.299 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Concede autorização á « Compagnie du Port de Rio de Janeiro » para funcionar na Republica.

N. 8.300 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de outubro de 1910 — Concede autorização á « Compagnie d'Entreprises Electriques de Pará (Brésil) » para funcionar na Republica.

N. 8.301 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de outubro de 1910 — Approva o regulamento para a organização do serviço do pessoal em comissão encarregado do recenseamento geral da população da Republica.

N. 8.302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 8:000\$ para pagamento da subvenção ao Instituto dos Advogados Brasileiros.

N. 8.303 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido a Olyntha Braga, laureada alumna do Instituto Nacional de Musica.

N. 8.304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da subvenção ao Hospital de Lavras, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.305 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 3:564\$ para occorrer á despesa com a publicação pela imprensa do edital de concur-

rencia ao projecto do mausoléo do ex-presidente da Republica Dr. Affonso Augusto Moreira Penna.

N. 8.306 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.307 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Approva os estudos definitivos e o respectivo orçamento do trecho de 700 metros do prolongamento da Estrada de Ferro Baturité, da Rede de Viação Cearense, entre as estações de Iguatú e Cedro.

N. 8.308 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Approva, com modificação, os estudos definitivos e os respectivos orçamentos na importancia total de 200.963:069\$295, da linha de Victoria a Diamantina, na extensão de 257km,707.

N. 8.309 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 110:000\$ para as despesas de construcção das linhas telegraphicas entre Porto Murinho e a fronteira do Paraguay e entre Goyaz e Boa-Vista.

N. 8.310 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 235:000\$ para a construcção da Estrada de Ferro de Cruz Alta á Foz do Rio Ijuhy.

N. 8.311 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Concede a Braga Sobrinho, armador, os favores de que goza a sociedade anonyma Lloyd Brasileiro, exceptuada a subvenção.

N. 8.312 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Altera a clausula XXIV do decreto numero 8.123, de 28 de julho do corrente anno, no sentido de fixar em 90 annos o prazo para a reversão da Estrada de Ferro de Alcobaca á Praia da Rainha, de seu prolongamento até á margem do rio Araguaya e do ramal para o rio Tocantins.

N. 8.313 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Approva a planta para a execução das obras de saneamento e dragagem dos rios que desaguiam na bahia do Rio de Janeiro e declara desapropriados os terrenos e predios nella comprehendidos.

N. 8.314 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Gra o lugar de fiscal do imposto de transporte na capital do Estado da Bahia.

N. 8.315 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 3:791\$161 para restituição do imposto descontado dos vencimentos do conselheiro Manoel da Silva Mafra, como juiz effectivo do Tribunal Civil e Criminal e juiz aposentado, no periodo de 1891 a 1907.

N. 8.316 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 286\$760 para pagamento a Leopoldo Cirne, presidente da Federação Espirita Brasileira, de custas em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.317 — **FAZENDA** — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 6:764\$133 para restituição do imposto descontado dos vencimentos do

Dr. Jorge de Azevedo Segurado, como juiz do Tribunal Civil e Criminal, no periodo de 1892 a 1903.

N. 8.318 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com o coronel Paulo Orozimbo de Azevedo para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construção de 60 kilometros de uma linha ferrea que, partindo da fazenda Rio Claro, situada no municipio de Sallesopolis, comarca de Santa Branca, Estado de S. Paulo, vá terminar na estação de Mogy das Cruzes, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.319 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de outubro de 1910 — Crea o ensino agronomico e approva o respectivo regulamento.

N. 8.320 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.800:000\$ para os estudos e construção das ligações autorizadas em os ns. V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 1º do decreto n. 8.077, de 23 de junho de 1910.

N. 8.321 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1910 — Autoriza a revisão do contracto approved pelo decreto n. 7.308, de 29 de janeiro de 1909, para o fim de ser constituída a rede de viação ferrea federal da Bahia.

N. 8.322 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Proroga, até 31 de dezembro do corrente anno, o praso para a execução do Codigo do Processo Criminal do Districto Federal.

N. 8.323 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Autoriza o contracto para execução das obras de saneamento e dragagem dos rios que desaguan na bahia do Rio de Janeiro.

N. 8.324 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Approva o regulamento para o serviço subvencionado de transportes por automoveis.

N. 8.325 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Autoriza a construção da ligação da estação Manoel de Moraes, do prolongamento da linha Barão de Ararauama, com a estação de Macuco, da linha de Cantagallo, comprehendida na Rede da Viação Fluminense, da « The Leopoldina Railway Company, Limited ».

N. 8.326 — GUERRA — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Altera o plano de uniformes do Exercito, na parte relativa á collocação do emblema dos picadores.

N. 8.327 — FAZENDA — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Eleva a 12:000\$ annuaes a importancia com que deve entrar para os cofres da Delegacia Fiscal em Porto Alegre, por semestres adiantados, o Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, para pagamento do fiscal do Governo.

N. 8.328 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de outubro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com o Dr. Bento Dinard de Araujo para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construção de

uma estrada de ferro, da bitola de um metro, na extensão máxima de 120 kilometros, que, partindo da estação de Campo Bello e passando por Bemfica, Monte Serrat, Alto-Itatiaya, sede do nucleo Visconde de Mauá, vá até á estação de Rezende, ambas na Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.329 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de réis 38:144\$618 para dar execução aos decretos ns. 8.247 e 8.248, de 22 de setembro ultimo, que reorganizaram as juntas Commercial e dos Corretores.

N. 8.330 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1910 — Reorganiza a Directoria Geral de Estatistica.

N. 8.331 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de outubro de 1910 — Crea o Serviço de Veterinaria no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, e approva o respectivo regulamento.

N. 8.332 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de novembro de 1910 — Approva o Codigo do Processo Civil e Commercial do Districto Federal.

N. 8.333 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Publica a adhesão da Argelia ao accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 8.334 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Publica a adhesão da Dinamarca á convenção sanitaria internacional assignada em Paris a 3 de dezembro de 1903.

N. 8.335 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Publica as adhesões de Zanzibar e da Colonia de Curaçao á convenção internacional radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 8.336 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de 10:833\$326 para pagamento ao mestre do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Cyriaco Leite da Silva.

N. 8.337 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Altera o plano de uniformes do Exercito, na parte relativa ao distinctivo dos officiaes do quadro de dentistas.

N. 8.338 — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1910 — Altera o plano de uniformes do Exercito, na parte relativa ao fardamento dos officiaes reformados.

N. 8.339 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 129:071\$317, suplementar á verba 12ª — Arsenaes, — afim de attender á despesa com o augmento de vencimentos do pessoal do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de accôrdo com o art. 4º do decreto n. 2.260, de 4 do mez passado.

N. 8.340 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de novembro de 1910 — Approva as clausulas do

contracto com Fabio Botelho para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de 51 kilometros de uma linha ferrea que, partindo de ponto conveniente da cidade de Guaratinguetá, vá terminar no municipio do Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo.

N. 8.341 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de novembro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com Antonio Mendes Fernandes Ribeiro para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea do ponto terminal da linha ferrea da Uzina Carussú, no Engenho Bom Jardim, municipio de Barreiros, até ás terras cedidas á União pela municipalidade de Agua Preta, nas proximidades da villa de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco, na extensão de 60 kilometros.

N. 8.342 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de novembro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com Amandio Fidencio Lampert e Pedro A. Gonçalves de Carvalho para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma linha ferrea de 100 kilometros de extensão no valle colonizado do rio Cahy, partindo do porto de S. João de Montenegro até ao limite do municipio de S. Sebastião do Cahy com o de Caxias, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.343 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 5 de novembro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com a Companhia Amparo Industrial para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de 100 kilometros de uma linha ferrea que, partindo da estação de Villa Nova, na Estrada de Ferro Leopoldina, vá á margem do rio Muriahé, no logar Santa Rosa, e dahi á estação de Cardoso Moreira, na mesma Estrada, com um ramal do ponto mais conveniente acompanhando aquelle rio até á cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.344 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1910 — Eleva a 12:000\$ annuaes a importancia com que deve entrar para os cofres do Thesouro Nacional, por semestres adiantados, a sociedade anonyma «Banque du Crédit Foncier du Brésil» para pagamento do fiscal do Governo.

N. 8.345 — FAZENDA — Decreto de 7 de novembro de 1910 — Rectifica a ementa do decreto n. 8.265, de 29 de setembro do corrente anno.

N. 8.346 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 60:000\$, suplementar á verba 18ª — Eventuaes. — do art. 15 da lei n. 2.050, de 31 de dezembro de 1908.

N. 8.347 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Autoriza a substituição do ramal primitivamente traçado entre Villa Murtinho e Villa Bella, da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.

N. 8.348 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Approva os estudos definitivos e o re-

spectivo orçamento do prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá, de Nilo Peçanha á villa de Iguaba Grande.

N. 8.349 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Modifica o projecto approved para o primeiro trecho da primeira secção das obras do porto de Belém do Pará, de modo a ser alli conservada a doca de «Ver o Peso».

N. 8.350 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Approva os estudos definitivos e o orçamento do trecho da linha de Catalão a Ipamery, da Estrada de Ferro de Goyaz, entre os kilometros 116,318 e 197.

N. 8.351 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Approva os estudos e respectivo orçamento, na importancia de 633:634\$100, de uma variante entre os kilometros 20,377 e 29,670 da Estrada de Ferro do Norte.

N. 8.352 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Approva os estudos e orçamento de diversos trechos de estradas de ferro da Rêde de Viação Cearense.

N. 8.353 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Approva, com exclusão do ramal de Galeana, os estudos definitivos e respectivo orçamento, na importancia de 11.443:995\$344, dos trechos de Rosario a Itapicurú e Caxias a Codó, da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias e ramal de Itaquí.

N. 8.354 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Approva, com modificações, os estudos e o respectivo orçamento, na importancia de 2.200:375\$400, do primeiro trecho de 45 kilometros do prolongamento de Viçosa a Palmeira dos Indios, da Estrada de Ferro Central de Alagoas.

N. 8.355 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Proroga o praso fixado pela clausula XIX do decreto n. 6.899, de 24 de março de 1908, e dá outras providencias.

N. 8.356 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 8 de novembro de 1910 — Crea no municipio de Campos, Estado do Rio de Janeiro, uma estação experimental para canna de assucar.

N. 8.357 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Crea na sede do municipio de S. Simão, Estado de S. Paulo, um apprendizado agricola.

N. 8.358 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Crea um apprendizado agricola na cidade de Barbacena, Estado de Minas Geraes.

N. 8.359 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Reorganiza o Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil.

N. 8.360 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Reune sob uma só direcção os serviços de Inspecção, Estatistica e Defesa Agricolas

e de Distribuição de Plantas e Sementes, com a denominação de Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas.

N. 8.361 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 15:000\$ para pagamento da subvenção concedida á Escola Profissional Benjamin Constant, fundada pela Intendencia de Porto Alegre.

N. 8.362 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Concede á «Great Western of Brazil Railway Company» a construcção, uso e gozo do prolongamento de Garanhuns a Bom Conselho, da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

N. 8.363 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Approva os projectos e orçamento para a construcção de estações de 1ª e 4ª classes, na importancia de 47:829\$475, e bem assim o projecto de uma officina de reparação na Estrada de Ferro de Curalinho a Diamantina, da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas.

N. 8.364 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de novembro de 1910 — Autoriza a transferencia do contracto de arrendamento do novo caes do porto do Rio de Janeiro á «Compagnie du Port de Rio de Janeiro», devidamente autorizada a funcionar na Republica.

N. 8.365 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de novembro de 1910 — Crea no municipio de S. Luiz de Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, um apprendizado agricola.

N. 8.366 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de novembro de 1910 — Dá regulamento ao Posto Zootechnico Federal, creado pelo decreto n. 7.622, de 21 de outubro de 1909, com a denominação de Directoria de Industria Animal.

N. 8.367 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de novembro de 1910 — Estabelece no Posto Zootechnico Federal, em Pinheiro, uma Escola de Agricultura e lhe dá regulamento.

N. 8.368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

N. 8.369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de novembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria e uma de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Estrella do Sul, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.370 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1910 — Proroga por oito mezes o praso estabelecido na clausula VIII do decreto n. 7.122, de 17 de setembro de 1908, para a conclusão dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro de Itaquí a S. Borja.

N. 8.371 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1910 — Approva os estudos definitivos

e o orçamento, na importancia de 6.530:989\$745, do trecho, com a variante de 8.229 metros, comprehendido entre as estacas 814 e 1.237, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 8.372 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1910 — Approva o projecto e orçamento para a construcção da ponte sobre o rio Potengy, no Rio Grande do Norte.

N. 8.373 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de novembro de 1910 — Declara sem effeito o decreto numero 7.929, de 31 de março de 1910.

N. 8.374 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Publica a adhesão da Republica Dominicana ao acto addicional de Bruxellas, de 14 de dezembro de 1900, modificando a convenção internacional de 20 de março de 1883, para a protecção da propriedade industrial.

N. 8.375 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Crea mais uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca da capital do Estado de Goyaz.

N. 8.376 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Crea um consulado na cidade de Tientsin e extingue o de Peking.

N. 8.377 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 643\$998 para occorrer á restituição de imposto descontado dos vencimentos dos juizes de direito das 4ª e 5ª varas criminaes, Drs. Antonio Angra de Oliveira e Edmundo de Almeida Rego.

N. 8.378 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 5:680\$559 para pagamento devido á «S. John d'El-Rey Mining Company», em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.379 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 1:388\$250 para pagamento á «London & Lancashire Fire Insurance Company», em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.380 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Cassa a autorização concedida á Companhia de Seguros de Vida Mutua Colombo, com séde nesta capital, para funcionar na Republica.

N. 8.381 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 176\$995 para pagamento de custas devidas, em virtude de sentença judiciaria, do capitão de corveta Pedro Cavalcanti de Albuquerque.

N. 8.382 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de novembro de 1910 — Designa o dia 30 de junho de 1911 para serem feitas as declarações nas listas domiciliares do recenseamento geral da população da Republica.

N. 8.383 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Crea mais uma brigada de in-

fantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Palmas, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.384 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Crea mais duas brigadas de infantaria, uma de cavallaria e uma de artilharia na comarca de Ouro Fino, no Estado de Minas Geraes.

N. 8.385 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento da linha de Mogy-Mirim a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana.

N. 8.386 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 400:000\$ para despesas de construcção do ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.387 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e o respectivo orçamento, na importancia de 11.242:370\$289, do trecho de 250 kilometros da Estrada de Ferro de Goyaz, de Ipamery a Antas, comprehendido entre os kilometros 197 e 453, a partir de Araguay.

N. 8.388 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva os estudos definitivos da ligação da linha auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Estrada de Ferro de Sapucahy.

N. 8.389 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva os estudos definitivos do alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil, primeiro trecho de 35 kilometros, a partir de Lafayette.

N. 8.390 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva os estudos da ligação das estradas de ferro União Valenciana e Rio das Flores, que fazem parte da Rede de Viação Fluminense.

N. 8.391 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva os estudos e o respectivo orçamento do primeiro trecho, na extensão de 60 kilometros, do prolongamento a Montes Claros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.392 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Approva as clausulas do contracto com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo a Goyaz para a concessão da subvenção de 15:000\$, por kilometro, para a construcção de uma estrada de ferro de 120 kilometros de extensão que, partindo de Monte Azul, municipio de Bebedouro, Estado de S. Paulo, vá ás margens do Rio Grande, divisa de Minas Geraes com S. Paulo, servindo ás colonias Crissiuma, Portão do Céu e Corrego Rico.

N. 8.393 — GUERRA — Decreto de 14 de novembro de 1910 — Altera o plano de uniformes do Exercito, na parte relativa a distinctivos.

N. 8.394 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores credits supplementares na importancia

total de 5.136:917\$019 ás verbas 13ª, 15ª e 35 do art. 2º da lei de orçamento de 1910.

N. 8.395 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 277\$760 par occorrer ao pagamento devido a João Silveira Avila de Mello, em virtude de sentença juidciaria.

N. 8.396 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 16:340\$878 para occorrer á restituição do imposto descontado dos vencimentos do procurador geral do Districto Federal, Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, no periodo de 1891 a 1909.

N. 8.397 — FAZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 11:592\$ para occorrer ao pagamento do premio devido a D. Francisca Gomes Leite, viuva de João Nunes Leite, proprietario do hiate nacional *Nunes Leite*.

N. 8.398 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 8.399 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplementar de 618:750\$, sendo 141:750\$ á verba — Subsidio dos senadores e — 477:000\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 8.400 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1910 — Autoriza a baixa, por exclusão, das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, cuja permanencia no serviço for inconveniente á disciplina.

N. 8.401 — MARINHA — Decreto de 28 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 92:248\$ para occorrer ao pagamento do augmento de vencimentos dos pharoleiros, de accordo com o decreto n. 2.265, de 7 de outubro de 1910.

N. 8.402 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 336:001\$174 para o pagamento de soldo vitalicio a 538 voluntarios da patria.

N. 8.403 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Dissolve a Commissão de Expansão Economica do Brasil.

N. 8.404 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Publica a adhesão da França, por todas as suas colonias, á convenção internacional radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de novembro de 1906.

N. 8.405 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Cassa a autorização concedida á companhia ingleza de seguros contra fogo «Novich Union Fire Insurance Society» para funcionar no Brasil.

N. 8.406 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Approva, com modificações, os estudos definitivos e os respectivos orçamentos, na importância total de 8.687:068\$501, da linha de Araguay a Catalão, com 62.191 metros, e da de Catalão a Formiga, com 46.800 metros, da Estrada de Ferro de Goyaz.

N. 8.407 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Rescinde o contracto a que se refere o decreto n. 7.904, de 17 de março de 1910.

N. 8.408 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Declara caduca a concessão feita pelo decreto n. 1.083, de 28 de novembro de 1890, para a construção da Estrada de Ferro de Petrolina no litoral do Estado do Piahy.

N. 8.409 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:800\$ para pagamento de um quadro com o retrato do ex-presidente da Republica Dr. Affonso Augusto Moreira Penna.

N. 8.410 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 20:000\$ para pagamento da subvenção concedida ao Instituto Pasteur de S. Paulo.

N. 8.411 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 237:275\$ para pagamento de despesas com a apuração da eleição de presidente e vice-presidente da Republica.

N. 8.412 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 95:408\$064, complementar á rubrica 6ª — Secretaria do Senado, — do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.413 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 5:000\$ para pagamento da subvenção concedida á Escola de Commercio do Ceará, mantida pela Phenix Caixeiral.

N. 8.414 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Concede a Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou á companhia que organizarem, os favores dos decretos ns. 8.019, de 19 de maio de 1910, 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 14 de novembro de 1890.

N. 8.415 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Concede autorização á Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação para construção, uso e gozo da linha ferrea de Igarapava a Uberaba.

N. 8.416 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Autoriza a construção de um alpendre ao fundo do armazem n. 9 do caes do porto de Manáos.

N. 8.417 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 25:000\$ para occorrer ás despesas com os estudos preliminares e a organização do projecto de melhora-mento do porto de Aracajú.

N. 8.418 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — De-creto de 7 de dezembro de 1910 — Revalida a carta-patente de privilegio de invenção n. 5.333, de 20 de abril de 1908.

N. 8.419 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — De-creto de 7 de dezembro de 1910 — Concede autorização á «Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited», para continuar a funcção na Republica.

N. 8.420 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede autorização á Associação Mutua Mineira, com séde na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Geraes, para funcção na Republica e approva os respectivos estatutos, com alterações.

N. 8.421 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 500:000\$, supplementar á verba — Exercícios findos, — do vigente or-çamento.

N. 8.422 — (Com este numero não houve acto algum.)

N. 8.423 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede á Sociedade Auxilio das Familias, com séde em Piracicaba, Estado de S. Paulo, autorização para funcção na Republica e approva os respectivos estatutos.

N. 8.424 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede autorização á Sociedade Beneficente Igual-dade, com séde na cidade do Rio de Janeiro, para funcção na Republica e approva os respectivos estatutos, com alte-rações.

N. 8.425 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede autorização á Associação Beneficente Vera Cruz, com séde nesta capital, para funcção na Republica e approva os respectivos estatutos, com alterações.

N. 8.426 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1910 — Concede autorização á Sociedade de Peculios e Pensões A Minas Geraes, com séde em Juiz de Fôra, Estado de Minas Geraes, para funcção na Republica e approva, com modi-ficações, os respectivos estatutos.

N. 8.427 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 16:862\$882 para occorrer ao pagamento de vencimentos de ajudante de guarda-mór da Alfandega do Rio de Janeiro devidos a Fran-cisco de Souza Motta, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.428 — FAZENDA — Decreto de 7 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 65:289\$909, ouro, e 117:415\$596, papel, para occorrer á restituição de di-reitos pagos na Alfandega de Santos pela Camara Municipal da capital do Estado de S. Paulo.

N. 8.429 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 282\$244

para occorrer á restituição do imposto descontado dos vencimentos do Dr. Bento Luiz de Oliveira Lisboa, desembargador da Côrte de Appellação.

N. 8.430 — GUERRA — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Altera o paragrapho unico do art. 117 do regulamento para os institutos militares de ensino.

N. 8.431 — FAZENDA — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 85:094\$766, papel, para pagamento a Beer Sonherirer & Comp. do principal, juros e custas, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.432 — FAZENDA — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:274\$177, supplementar á verba 2ª do art. 37 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para occorrer á despesa com o augmento dos vencimentos dos empregados da Caixa de Amortização.

N. 8.433 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.100:000\$ para as despesas de construcção do ramal de Sabará a Ferros, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.434 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Altera as disposições dos arts. 427, 428 e 429 do regulamento dos Correios da Republica, aprovado pelo decreto n. 7.653, de 11 de novembro de 1909.

N. 8.435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Adia a execução dos codigos dos processos criminal e civil e commercial do Districto Federal, approvados pelos decretos ns. 8.259, de 29 de setembro, e 8.332, de 3 de novembro deste anno, até que o Congresso Nacional se manifeste sobre os mesmos codigos.

N. 8.436 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial, na importancia de réis 19:000\$, para pagamento de subvenção ao Hospital de Tuberculosos de Itajubá e Escola Mauá.

N. 8.437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplementar de 30:500\$, sendo 12:500\$ á verba — Secretaria do Senado — e 18:000\$ á verba — Secretaria da Camara dos Deputados.

N. 8.438 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, por conta do exercicio de 1910, o credito supplementar de 577:500\$, sendo 132:300\$ á verba — Subsidio dos senadores — e 445:200\$ á verba — Subsidio dos deputados.

N. 8.439 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de dezembro de 1910 — Publica a adhesão da Nação Argentina ao accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma repartição internacional de hygiene publica.

N. 8.440 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 579\$420 para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.441 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 29:470\$085 para pagamento a Seraphim Clare & Comp. e outros, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.442 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 131:315\$427 para occorrer ao pagamento devido ao contra-almirante Dr. José Pereira Guimarães, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.443 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 4:223\$458 para occorrer á restituição do imposto descontado dos vencimentos do Dr. Bellarmino da Gama e Souza como juiz do Tribunal Civil e Criminal.

N. 8.444 — FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 40:669\$245 para pagamento a Antonio José Gomes Pereira Bastos, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.445 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 13:908\$709, complementar á verba 23ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.446 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:100\$ para pagamento de vencimentos do procurador criminal na secção do Districto Federal.

N. 8.447 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito complementar á verba 13ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, na importancia de 7:000\$, para pagamento de augmento de vencimentos do juiz, procurador e sub-procurador dos feitos da Saude Publica.

N. 8.448 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Autoriza a Companhia Lavoura e Colonização, em S. Paulo, a transferir o contracto para a construcção e arrendamento do prolongamento de sua linha ferrea até á margem da lagôa de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 8.449 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 470:000\$, complementar á verba 2ª do artigo 17 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.450 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.200:000\$ para as despesas do ramal de Itacurussá, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.451 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Approva a substituição do titulo da Companhia Piratininga pelo de Companhia Hanseatica.

N. 8.452 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 794:920\$ para occorrer ás despesas com o inicio dos trabalhos de instalação do ensino agronomico, creado pelo decreto n. 8.439, de 20 de outubro do corrente anno.

N. 8.453 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 900:000\$, supplementar á verba 8ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.454 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 481\$800, supplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento a Torquato da Rocha Pedroso pelo acrescimo de 20 % sobre os seus vencimentos.

N. 8.455 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 175:220\$ para pagamento das despesas com a execução de concertos da cabrea *Marechal de Ferro*.

N. 8.456 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 105:512\$, supplementar á verba 5ª do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.457 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito de 276:655\$800, supplementar a diversas verbas do art. 11 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.458 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito supplementar de 1:464\$516 para pagamento dos vencimentos do contra-mestre do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, Dario José Moreira.

N. 8.459 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1910 — Substitue o plano de uniformes da Força Policial do Districto Federal, approved pelo decreto n. 7.064, de 17 de fevereiro ultimo.

N. 8.460 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 251:245\$279 para attender ao acrescimo das despesas ordinarias e ás despesas extraordinarias da instalação da Directoria Geral de Estatistica, reorganizada pelo decreto n. 9.330, de 31 de outubro do corrente anno.

N. 8.461 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario de 191:161\$953 para attender ao pagamento de obras e aquisição de mobiliario e o credito de 712:300\$, supplementar ás verbas 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 7ª do art. 29 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.462 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito extraordinario

de 1.200:000\$ para occorrer ás despesas com a transferencia e novas construcções, aquisição de terrenos, installações e reparações deapparelhos do Observatorio Nacional.

N. 8.463 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 3:107\$398 para occorrer á restitução do imposto cobrado, no periodo de 1892 a 1900, sobre os vencimentos do Dr. Manoel Barreto Dantas como juiz do Tribunal Civil e Criminal.

N. 8.464 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de réis 447:259\$419, ouro, e 53:194\$415, papel, para pagamento a diversos credores por despesas feitas com a introdução de animaes reproductores até 31 de dezembro de 1909.

N. 8.465 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 25:621\$400 para pagamento a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.466 — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 72:545\$920 para pagamento a Jeronymo de Queiroz, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.467 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 3.419:634\$741, supplementar á verba 6ª do art. 17 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.468 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 300:000\$ para proseguimento dos trabalhos do circuito telegraphico de Goyaz a Boa Vista do Tocantins.

N. 8.469 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 570:417\$479, metade ouro e metade papel, supplementar á verba 11ª do art. 18 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909.

N. 8.470 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 14:000\$ para pagamento do projecto do novo edificio destinado á Repartição Geral dos Correios, a construir-se no logar do antigo Mercado da Candelaria.

N. 8.471 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Guerra o credito especial de réis 300:000\$ para aquisição de mobiliario e outras despesas com o estabelecimento de companhias de aprendizes militares.

N. 8.472 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Crea uma brigada mixta provisoria com séde na Capital Federal.

N. 8.473 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de 720:529\$798 ás verbas 12ª e 27ª do art. 8º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, e o extraordinario de £ 5.000 para pagamento de soccorros prestados ao «scout» *Bahia*.

N. 8.474 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Revalida a carta-patente de privilegio de invenção n. 5.388, de 16 de junho de 1908.

N. 8.475 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 156:950\$ para attender ás despesas com a fundação de um apprendizado agricola em S. Luiz de Missões, no Estado do Rio Grande do Sul, e com o pagamento dos vencimentos a um preparador-repetidor, um medico e um pharmaceutico da Escola de Agricultura, annexa ao Posto Zootechnico Federal de Pinheiro.

N. 8.476 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 51:797\$986 para attender ao acrescimo das despesas ordinarias e ás despesas extraordinarias de instalação do Serviço Geologico e Mineralogico do Brasil, reorganizado pelo decreto n. 8.359, de 9 de novembro do corrente anno.

N. 8.477 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito supplementar de 1.500:000\$, ouro, para a representação do Brasil na Exposição Internacional de Turim-Roma em 1911.

N. 8.478 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 100:000\$, papel, para occorrer ao pagamento de despêsas com a recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres.

N. 8.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 5:355\$600 para de 6:153\$500, para attender ao pagamento de salarios dos operarios das officinas do Archivo Publico e Bibliotheca Nacional.

N. 8.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 5:355\$600 para attender ao pagamento de publicações de editaes e outras despesas, ordenadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.

N. 8.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 1:853\$280 para pagamento de vencimentos e demais vantagens a que tem direito o continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, João Leite Monteiro de Lacerda.

N. 8.482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 200:000\$ para attender ao pagamento de despesas com as diligencias policiaes até o fim do corrente anno.

N. 8.483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores credits supplementares, na importância de 3:015\$714, para pagamento de despesas de salarios dos auxiliares da Bibliotheca Nacional e dos operarios da Casa de Correção.

N. 8.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 272:575\$088 para conclusão das obras do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes.

N. 8.485 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 30:000\$, suplementar á verba-34ª do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento de armazenagem de materiaes pertencentes ao Governo e recolhidos a depositos particulares.

N. 8.486 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1:590\$446 para liquidação de despesas do corrente anno com os estudos de desobstrucção do rio Paracatú.

N. 8.487 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 1.400:000\$ para o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

N. 8.488 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 42:663\$ para pagamento ao Dr. João Vieira de Araujo, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.489 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito suplementar de 80:000\$, sendo 30:000\$ á verba 7ª — Thesouro Nacional — e 50:000\$ á verba 32ª — Despesas eventuaes, — do orçamento vigente.

N. 8.490 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 14:700\$270 para pagamento ao contra-almirante Aristides Monteiro de Pinho, em virtude de sentença judiciaria.

N. 8.491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 120:000\$, suplementar á verba — Obras, — do art. 2º da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, para pagamento das obras de reparações e segurança do edificio em que funciona o Instituto Nacional de Musica.

N. 8.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 500:000\$, suplementar á verba — Soccorros publicos, — do exercicio de 1910.

N. 8.492 A — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1910 — Estabelece uma nova tabella de emolumentos consulares.

N. 8.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e

Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para auxiliar a installação do Sanatorio D. Amelia, da Liga Brasileira contra a Tuberculose.

N. 8.494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da subvenção concedida ao Hospital para Tuberculosos da cidade de Além Parahyba.

N. 8.495 — (O decreto com este numero figura na collecção de leis de 1911.)

N. 8.496 — (O decreto com este numero figura na collecção de leis de 1911.)

N. 8.497 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da subvenção concedida á Academia do Commercio do Rio de Janeiro.

N. 8.498 — (O decreto com este numero figura na collecção de leis de 1911.)

N. 8.499 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1910 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 10:000\$ para pagamento da subvenção concedida ao Hospital para Tuberculosos da cidade de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.